

VILÊNIA AGUIAR



SOMOS TODAS MARGARIDAS

constituição das mulheres do campo
e da floresta como sujeitos políticos

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), ao longo de seis décadas, protagonizou muitas lutas por democracia, direitos, justiça social e desenvolvimento sustentável e solidário. Embora essa trajetória esteja documentada em várias publicações, poucas se debruçaram sobre a trajetória de luta e organização das mulheres trabalhadoras rurais, como faz a companheira e pesquisadora Vilênia Aguiar neste livro, no qual toma a Marcha das Margaridas 2011 como tema de investigação.

A ideia central do livro, de que as mulheres do campo e da floresta se constroem e ganham existência como sujeitos políticos quando juntas, e em marcha, ocupam as ruas de Brasília e se mostram no espaço público, vai ganhando força conforme a autora descreve o percurso da Marcha das Margaridas, desde o processo que levou ao seu surgimento.

À medida que descreve a construção da Marcha 2011, como expressão da organização política das mulheres trabalhadoras rurais, Vilênia lança luz sobre aquilo que dá sentido à existência da Marcha das Margaridas, bem como sobre os significados e sentidos a ela atribuídos pelas mulheres que a constroem.

Numa narrativa que mescla densidade e leveza, na qual as vozes das margaridas ganham destaque, a leitura do livro nos permite acompanhar o crescimento da Marcha enquanto ação política. Aliás, a maior ação política do mundo protagonizada por mulheres rurais, coordenada pela CONTAG e um marco nesses seus 60 anos de existência.

MAZÉ MORAIS

Secretária de Mulheres da CONTAG

Coordenadora da Marcha das Margaridas

2019 e 2023

SOMOS TODAS
MARGARIDAS

VILÊNIA AGUIAR

SOMOS TODAS
MARGARIDAS

constituição das mulheres do campo
e da floresta como sujeitos políticos



mórula
EDITORIAL

À Nalu Faria, in memoriam.

SUMÁRIO

- 9 **PREFÁCIO**
Margaridas em marcha,
margaridas em luta
- 13 **APRESENTAÇÃO**
A Marcha das Margaridas
como tema de pesquisa
- 14 A pesquisa
- 22 O texto
- 27 **INTRODUÇÃO**
A urdidura teórica: sujeitos, experiências
e subjetividades

PRIMEIRA PARTE

- 43 **CAPÍTULO 1**
A Marcha na história
- 44 As CEBs, as pastorais e a participação das mulheres
- 51 As oposições sindicais e o novo sindicalismo
- 58 O diálogo com o feminismo
- 67 O sindicalismo de trabalhadores(as) rurais
e os movimentos autônomos de mulheres
- 72 A Marcha das Margaridas se anuncia
- 75 **CAPÍTULO 2**
E aí fizemos a Marcha

109 **CAPÍTULO 3**

Explorando o campo político

- 122 Marcha das Margaridas: momentos constitutivos
123 Conteúdo: lema, caráter, objetivo e temário
124 Organização do ‘campo’
125 A Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais
da CONTAG e a Comissão Nacional de Mulheres
Trabalhadoras Rurais (CNMTR)
129 A coordenação geral
139 As parceiras
163 As ‘reuniões da Marcha’
169 O ‘campo’ e a ‘arena’ da Marcha das Margaridas:
breves considerações

173 **CAPÍTULO 4**

Articulação: similaridades e diferenças

- 179 A pauta de reivindicações
193 A nomeação do sujeito político e seus dilemas
199 Os sentidos do feminismo
214 A articulação das diferenças

SEGUNDA PARTE

231 **CAPÍTULO 5**

O tempo da Marcha

- 235 A mobilização nos municípios e comunidades
237 O cotidiano em tempo de Marcha
244 Divulgação e preparação
247 Os recursos materiais
256 Reuniões
258 O material de divulgação e de preparação política
261 Tempo de cantos e poesias

275 CAPÍTULO 6

**Somos margaridas em marcha,
somos margaridas em luta**

277 A viagem...

288 A chegada

292 A Cidade das Margaridas

300 A programação

319 CAPÍTULO 7

São elas, as margaridas

320 A caminhada

343 O ato público

351 O ato de encerramento

362 A Marcha como experiência: significados e sentidos

371 EM BUSCA DE UMA SÍNTESE

**Marcha das Margaridas: processo,
movimento e criação**

383 POSFÁCIO

**A Marcha das Margaridas 2011
e os anos seguintes...**

427 REFERÊNCIAS

449 AGRADECIMENTOS

Margaridas em marcha, margaridas em luta

O livro de Vilênia Venâncio Pôrto Aguiar, *Somos Todas Margaridas*, chega em boa hora. Em agosto deste ano de 2025 completam-se mais de quatro décadas, para ser exata, 42 anos, do assassinato da trabalhadora rural e liderança camponesa Maria Margarida Alves, que dá nome à Marcha. A primeira Marcha das Margaridas ocorreu no ano de 2000 e já na sua origem recebeu este nome em homenagem a essa grande liderança e é em memória da sua luta pelos direitos sociais e trabalhistas dos e das trabalhadoras do campo, que a Marcha ocorre a cada quatro anos no mês de agosto, mês do seu assassinato em 1983.

Vale lembrar que a penúltima marcha foi realizada em 2019, ano ao qual se seguiram outros quatro de ataques aos direitos de cidadãs e cidadãos dos campos, florestas e cidades, e ao meio-ambiente, além do desmonte de políticas públicas, do aumento e explicitação de atitudes misóginas, contra as quais as Margaridas sempre lutaram. E no ano de 2023, sua edição mais recente, as Margaridas colocaram-se em marcha com o lema “pela reconstrução do Brasil e pelo bem-viver”. O livro de Vilênia vem para nos ajudar a entender a construção do protagonismo das mulheres dos nossos muitos campos e florestas, que têm como uma de suas expressões de luta e resistência mais eloquentes a Marcha das Margaridas. Neste escrito, encontramos as mulheres que protagonizaram a Marcha de 2011, cujo lema “Por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade” continua loquaz para os dias atuais.

Sem se render a explicações fáceis, a autora faz aflorar a complexidade da construção e composição da Marcha, assim como do sujeito político, as Margaridas, mostrando que não se pode tomá-las como uma ‘entidade homogênea’, pois se a categoria ‘mulheres do campo e da floresta’ unifica as mulheres na Marcha como ação política, ela não dilui a diversidade que a compõe e traz para a pauta as suas especificidades. São mulheres agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, assentadas, quebradeiras de coco, seringueiras, extrativistas, ribeirinhas, marisqueiras, pescadoras, quilombolas: mulheres do campo, das águas e das florestas.

Como bem nos mostra, a construção desse sujeito político se faz na intersecção de gênero, são mulheres; de classe, são trabalhadoras; de território, vivem em espaços rurais, campos e florestas. Observa ainda que há outros marcadores de diferença que se fazem presentes na Marcha e na constituição do sujeito político, como os marcadores de raça, incorporando pautas de reconhecimento como as dos quilombolas, de geração e de sexualidade.

Num relato envolvente, o trabalho de Vilênia nos permite acompanhar o crescimento da Marcha enquanto ação política. Até mesmo a sua designação nos fala sobre o seu desenvolvimento e amadurecimento; pois, se as primeiras Marchas das Margaridas eram referidas como “Marchas das Mulheres Trabalhadoras Rurais”, reportando-se com ênfase às mulheres sindicalizadas, a partir da sua terceira edição ela passa a ser denominada “Marcha das Mulheres do Campo e da Floresta”, mobilizando diferentes identidades culturais, ocupacionais e políticas — reconhece-se que a Marcha é uma ação do movimento sindical, mas que agrega mulheres de diferentes movimentos, mulheres cujo laço político não se faz necessariamente com o sindicato. São sujeitos-em-processo, assim como a própria Marcha, resultantes de negociações e de novas questões que se colocam *na e para* a sociedade. É fascinante seguir o texto com Vilênia descortinando e qualificando os muitos atores individuais e coletivos e a tessitura de suas relações na produção da Marcha, que surge impulsionada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, vinculado à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), mas que passa a congregar um conjunto de movimentos de mulheres, associações, movimentos feministas, centrais sindicais e entidades.

Antes de lançar o leitor e a leitora na Marcha de 2011, este escrito nos possibilita acompanhar o processo que levou ao surgimento da Marcha das Margaridas e o contexto da sua construção no Brasil do ano 2000, para depois nos apresentar a conjuntura, o ambiente social e político da construção e realização da Marcha de 2011, tão vividamente etnografada. Não nos esqueçamos que naquele ano se tinha à frente do governo uma mulher eleita, a primeira, cuja candidatura havia sido apoiada pela CONTAG; podemos acompanhar de que maneira esse fato marcou a dinâmica das relações entre movimento social, a própria Marcha e o governo.

O escrito de Vilênia nos permite compreender a constituição desse sujeito político em sua conformação sempre relacional, posicional, em constante negociação. Para tanto, as escolhas metodológicas foram importantes e podemos dizer que estiveram marcadas pelo movimento no sentido da mobilidade física, do deslocamento, seguindo e acompanhando mulheres — das lideranças às mais

invisibilizadas e anônimas — nas suas ações em reuniões, encontros, cursos, oficinas, nos sindicatos, nas comunidades em diferentes estados do nordeste brasileiro, no percurso de ônibus de uma distante comunidade da Mata Sul do estado de Pernambuco à Brasília, no acampamento compartilhado na ‘cidade das mulheres’, erguida na capital federal para a realização da Marcha.

À medida em que vamos avançando na leitura do livro, as mulheres vão se fazendo presentes de maneira cada vez mais próxima, com nomes, rostos, dores, desejos, sonhos, esperanças, medos, coragem. O movimento como traço distintivo da metodologia permite à autora lidar com um aparente paradoxo: as particularidades — expressas nas muitas e diferentes posições das mulheres, interseccionadas pelos diversos marcadores, como raça, território e religião, por exemplo — e o plano coletivo das organizações, associações e sindicatos. Ao privilegiar uma abordagem etnográfica, que tem o movimento dos corpos, o seu e das mulheres que acompanha, e do olhar analítico que vai de um plano mais coletivo e macro a um plano mais particular, a autora traz contribuições ao debate sobre a participação política das mulheres rurais e sobre as formas de fazer política e também nos ajuda a compreender como as mulheres percebem subjetivamente as suas experiências e refletem sobre elas. Apreende, assim, com êxito, as dimensões coletivas e subjetiva da construção do sujeito político. Das lutas pelo direito à sindicalização e por direitos sociais a uma pauta propriamente de gênero, como a contra o patriarcado e a prática de ideologias desenvolvimentistas capitalistas, foi um caminho longo para as mulheres rurais e este caminho encontramos neste livro.

A autora nos mostra que essa luta maior, que é também uma luta por transformação social que está na pauta da Marcha das Margaridas, encontra adesão de mulheres urbanas e seus vários movimentos, que engrossam a Marcha. Lembra-nos que o surgimento da Marcha das Margaridas se deu como uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres — uma organização feminista que se articula em rede com vários movimentos e organizações. Isso significa dizer que a Marcha das Margaridas já se constrói “posicionada no campo feminista”. Pergunta-se, então, “como os feminismos presentes na Marcha se articulam? Como o feminismo é pensado e vivido pelas mulheres da Marcha? As mulheres rurais têm construído uma ‘crítica feminista’? Se a resposta for positiva, de que forma?” São perguntas que Vilênia propõe ao escrutínio e às quais convido o leitor e a leitora a perseguir com a autora. As respostas não são nada simples, considerando que as mulheres experimentam seu gênero, e as questões a ele correlatas, através da classe, do território, da sexualidade, da raça, da etnia, entre outros marcadores de diferença, tão bem descortinados neste livro.

Se toda Marcha pode ser compreendida como um ritual pelo seu caráter extraordinário em relação ao cotidiano vivido, pela sua capacidade de condensar e revelar em um tempo e espaço específicos as estruturas de uma sociedade tão desigual ao tempo em que as questiona, pelo recurso a símbolos (chapéus, bandeiras, lenços, chitas pintadas, bordadas, enfeitadas, estandartes, imagens de mulheres lideranças, etc.) em suas ações performáticas criativas e comunicativas, a Marcha das Margaridas de 2011, analisada neste livro como um ritual, ganha em eloquência com a presença potente e carregada de emoção de Elizabeth Teixeira, que em fevereiro deste ano de 2025 completou 100 anos. Liderança camponesa emblemática, Elizabeth Teixeira assume a liderança da luta de mulheres e homens camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais, após o assassinato, em abril de 1962, do seu marido João Pedro Teixeira, um dos fundadores das Ligas Camponesas. A leitora e o leitor, por certo, sentirão a potência da sua presença, da lembrança da sua trajetória sofrida e do legado da sua luta. Tudo isso, somado à evocação feita por Elizabeth Teixeira da amiga Margarida Alves, mais do que rememoração é a criação de uma memória com capacidade agenciativa, isto é, de produzir ações para persistir na luta. Com esse mesmo sentido, também não é de somenos importância que a Marcha aconteça sempre no mês de agosto, mês da morte de Margarida Alves.

O livro de Vilênia restitui a complexidade da forma de ‘fazer política’ operada *na e pela* Marcha das Margaridas em vários planos: ela visibiliza para a sociedade a grandeza da luta das mulheres do campo e das florestas, que ressoa e produz adesão de mulheres e coletivos das cidades, ao tempo em que para muitas mulheres rurais a própria Marcha constitui o evento que produz a consciência do seu poder e do poder da sua ação política. Fica aqui o convite ao leitor e à leitora para acompanhar com Vilênia Aguiar, neste belo escrito, as margaridas em marcha, as margaridas em luta.

EMÍLIA PIETRAFESA DE GODOI

Departamento de Antropologia, Unicamp

São Paulo, fevereiro de 2025.

A Marcha das Margaridas como tema de pesquisa

No dia 10 de agosto de 2000, com o lema “2000 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”, teve lugar, em Brasília, pela primeira vez, uma das maiores manifestações públicas de mulheres trabalhadoras rurais ocorridas na capital do Brasil: a Marcha das Margaridas. Ela marcou o desfecho de um amplo processo de mobilização nacional, coordenado pela então Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)¹, e mostrou ter alcançado eficácia ao promover o reconhecimento público de uma pluralidade de mulheres do campo, da floresta e das águas, capital essencial da política, tornando-se, a partir de então, instrumento de luta importante das mulheres do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) para atingir seus objetivos no diálogo que busca empreender com o Estado a fim de conquistar políticas públicas.

A eficácia da Marcha das Margaridas no ano 2000 impulsionou a sua continuidade em anos posteriores — 2003, 2007, 2011, 2015, 2019 e 2023 —, obtendo crescente reconhecimento público. Delimitada no tempo e no espaço, ela é uma ação coletiva expressiva, cuja importância tem por suposto a capacidade de comunicar um projeto e propósitos políticos, evocando referências simbólicas consagradas.

Este livro conta parte dessa história. Ele é uma versão de minha tese de doutorado, apresentada em 2015 ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), resultado de um instigante processo de pesquisa, que se aproxima a um experimento antropológico, no qual a Marcha das Margaridas 2011 é tomada como tema de investigação e campo fértil para refletir sobre a construção do sujeito político a partir de um contexto

1 A partir de 2015, com a dissociação da categoria dos assalariados rurais da CONTAG, a sigla passou a significar Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, e doravante será assim referida neste livro.

etnográfico específico. Nele, busco problematizar os significados e sentidos dados à Marcha das Margaridas pelas mulheres que a constroem, e como eles se articulam com suas experiências ao longo das suas trajetórias de vida e luta, nas quais operam os marcadores sociais da diferença.

A pesquisa

A inspiração para a pesquisa da qual se origina este livro veio de experiências por mim vividas na pesquisa acadêmica e ações voltadas à intervenção social envolvendo mulheres trabalhadoras rurais. Tendo concluído o meu mestrado em sociologia, passei a desenvolver trabalhos voltados às populações rurais, relacionados à formação e à pesquisa. Talvez como resultado de um processo engendrado pelo entrelaçar de ações intencionais, mas não planejado ou desejado individualmente — para utilizar uma linguagem ‘norbertiana’ —, voltei a minha atenção para estudos que tinham como foco o desenvolvimento rural, aproximando-me de abordagens que traziam para o centro das reflexões as relações sociais, dentre as quais as relações de gênero em contextos rurais.

Essa abordagem foi ganhando dimensão especial quando, através de ações coletivas, as mulheres trabalhadoras rurais passaram a se fazer presentes no cenário político, pautando a necessidade de que fosse considerada a assimetria das relações de gênero no debate e nas estratégias de construção do desenvolvimento rural. Esse debate foi relevante, particularmente, a partir da segunda metade dos anos 1990, adentrando os anos 2000.

Foi em 2008, durante a 4ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG², que pela primeira vez me deparei com esse coletivo de mulheres. Estavam ali reunidas mais de 700 mulheres sindicalistas. Na ocasião, eu havia sido convidada a participar como debatedora na mesa de abertura do evento,

2 A partir de 1997, no contexto de preparação do 7º CNTTR que ocorreria em 1998, “a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) passou a realizar plenárias nacionais para debater o contexto social e político, a agenda de demandas das trabalhadoras e preparar sua incidência na maior instância do movimento sindical, o congresso nacional da categoria”. As plenárias nacionais desde então são realizadas sempre no ano anterior à realização do Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR), com representantes de mulheres dirigentes sindicais de diversos estados do país, constituindo-se como “um espaço representativo, dinâmico em debates e proposições”. (Pimenta, 2019, p. 228). Até o presente ano já ocorreram oito plenárias, tendo sido realizada a última em 2024.

que versava sobre a conjuntura e os cenários para construção de um desenvolvimento sustentável na perspectiva de gênero. Foram quatro dias de encontro.

Ali eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente Carmen Foro, liderança sindical que, na qualidade de Secretária de Mulheres da CONTAG, esteve à frente da coordenação e da articulação da Marcha das Margaridas 2007 e 2011. Em 2006, eu já havia tido a oportunidade de presenciar seu pronunciamento na mesa temática “Reforma agrária e integração dos povos” durante a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, promovida pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Mas foi a partir da plenária que eu tive a chance de encontrá-la e acompanhá-la em diversos outros espaços. Carmen não apenas foi a minha porta de entrada para a pesquisa que então eu conduziria, como também foi uma guia privilegiada para a compreensão da complexidade que é a Marcha das Margaridas.

Acompanhando os debates que se estabeleceram durante a plenária, eu pude perceber o quanto a Marcha se constituía num elemento unificador e articulador daquelas mulheres com posicionamentos políticos nem sempre convergentes, ainda que pertencentes a uma mesma categoria: a de trabalhadoras rurais. De onde vem esse poder articulatório da Marcha? Quem é o seu sujeito político? Como ele se constrói em meio a tantas diferenças?

Essas questões são, acima de tudo, desafios teóricos, pois colocam a necessidade de se produzir teorias que nos permitam pensar os sujeitos em termos de pluralidade e diversidade, e não apenas de unidades e universais (Scott, 1999). Pareceu-me instigante percorrer a trajetória da Marcha das Margaridas, tomando-a como o palco no qual as relações se estabelecem e em meio ao qual os sujeitos se constituem.

Descobrir a Marcha como um vasto campo de estudos despertou o meu interesse acadêmico, e assim decidi tomá-la como tema de investigação.

A estratégia metodológica da pesquisa consistiu em seguir as etapas de preparação da Marcha das Margaridas ocorrida em 2011. O meu objetivo era compreender como a Marcha se estruturava, captar o todo para depois traçar os caminhos que pudessem me revelar mais das suas tramas e particularidades. Assim, o ponto de partida para as minhas observações foram as sedes das organizações e as práticas ‘visíveis e oficiais’ — reuniões, encontros, cursos, oficinas, seminários, atos públicos etc. Minhas interlocutoras iniciais foram o que Quirós (2010, p. 16) se refere como “as caras oficiais das organizações”, para então chegar às pessoas “menos visíveis e mais anônimas”, mulheres de carne e osso que fazem a Marcha acontecer.

Aos poucos fui me inserindo nessa trama, nessa teia de relações que conforma a organização das mulheres no interior do Movimento Sindical de Trabalhadores

e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), o que me permitiu entrar em contato com diversas perspectivas. Procurei, ainda, capturar como elas interpretavam seu próprio mundo e os discursos produzidos em momentos de reuniões, encontros e nos espaços informais. Aprendi a conhecer um pouco a dinâmica e o funcionamento dessa organização, a compreender como se constroem as relações sociais no seu interior e como ocorrem os processos de interação e troca, os confrontos, as tensões e os conflitos a eles inerentes.

A pesquisa se fez em várias frentes. Durante o ano de 2010, e no ano seguinte, acompanhei praticamente todas as reuniões preparatórias para a Marcha das Margaridas 2011. Realizei incursões em eventos políticos e de formação, de modo que reuniões, seminários, encontros, cursos e oficinas, promovidas pelas mulheres, fizeram-se ocasião de pesquisa. Presenciei a entrada de novas dirigentes e acompanhei algumas ‘crises’ pessoais e coletivas do grupo. Exercendo uma escuta atenta e reflexiva, senti vontade de ir além e descobrir mais sobre aquelas que desde os seus territórios e comunidades faziam a Marcha acontecer.

Tal como a prática de uma viajante, tracei caminhos e refiz trajetos: Brasília, São Paulo, São Luís, Região do Mearim, Lago do Rodrigues, Lago do Junco, Belém, Região do Baixo Tocantins, Abaetetuba, Fortaleza, Sobral, São Francisco do Canindé, Recife, Sertão do Pajeú, Serra Talhada e, novamente, Brasília. Lugares onde sempre me foram oferecidas paragens, nas quais eu construí proximidades com uma diversidade de mulheres agricultoras, camponesas, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, seringueiras, ribeirinhas, marisqueiras, sertanejas e pontes entre elas.

As localidades mencionadas acima se situam nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, que contam com uma presença significativa de organizações e movimentos sociais trabalhando de forma articulada na construção da Marcha, bem como com o envolvimento de mulheres de segmentos sociais mais diversificados, como agricultoras, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, assentadas, seringueiras etc.

O trabalho de campo foi marcado pela tensão entre a previsibilidade e o inesperado: encontros eram antecipadamente marcados (e desmarcados), outros ocorriam de uma semana para outra, de um dia para outro. Essa característica do universo pesquisado limitou, por exemplo, que eu acompanhasse mais de perto as ações na chamada ‘base’ do movimento, mas possibilitou que eu compreendesse o próprio movimento da Marcha em seu fazer.

Vale salientar que não existe uma ‘base’ como um grupo real, reparável, dotado de ‘necessidades reais’ e de uma capacidade autônoma de expressar tais necessidades, como bem verificou Suaud (1984) em artigo intitulado “*Le mythe de*

la base”. Assim, do ponto de vista da direção da CONTAG, incluindo aí as dirigentes da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), a ‘base’ tem um enquadramento institucional e de mobilização relacionado à ação do sindicato no município ao qual ele pertence. Para mim interessava, mediante essas ações, chegar às mulheres lá onde elas moravam, viviam e construíam o seu cotidiano, para saber o que realmente elas pensavam e faziam.

Essas andanças, além de me oferecerem a oportunidade de conhecer de perto esse cotidiano — feito de tensão, expectativa, esperança e solidariedade —, me fizeram vivenciar um aspecto da Marcha que até então eu não havia me dado conta: o quanto ela mexe com a vida social local e ativa repertórios já existentes, acionados em outros momentos, sejam eles festivos, religiosos ou mesmo políticos, como aqueles ativados em épocas de eleição (Palmeira; Heredia, 1995). O movimento por ela engendrado consegue suspender a rotina e invadir as atividades cotidianas. Parece construir o ‘tempo de Marcha’ — para fazer uma referência ao ‘tempo de política’, expressão cunhada por Palmeira e Heredia (1995) para se referir aos momentos de campanhas eleitorais em pequenas cidades e povoados do interior do Brasil, cuja marca do tempo é dada pelos comícios. A Marcha parece elaborar outro cotidiano que modifica o jeito de o tempo operar.

Aprendi que a Marcha das Margaridas é a expressão de um mundo habitado por muitas presenças. Gravei cerca de trinta entrevistas com mulheres lideranças locais, sindicalistas e/ou ativistas de outros coletivos e movimentos sociais autônomos ou mistos, engajadas na articulação e na mobilização de mulheres para participarem da Marcha das Margaridas 2011.

Mas era informalmente que a conversa corria solta. Falávamos sobre várias coisas, desde histórias pessoais à condição da mulher, passando pelo envolvimento com a comunidade e o movimento. Através da escuta, pude saber das ocupações de terras, dos conflitos agrários e ambientais, da luta pelo reconhecimento das reservas extrativistas, da prostituição infantil, do tráfico de drogas e de mulheres, do trabalho escravo, da exploração sexual de crianças e adolescentes, da pirataria e de outras questões que habitavam o cotidiano das mulheres com as quais eu mantive interlocução.

As conversas informais, aliás, foram adotadas como método de pesquisa, no sentido utilizado por Mignolo (2003, p. 12): “Quando falo de conversas, não me refiro a declarações que possam ser gravadas, transcritas e usadas como documentos”, mas a “comentários ocasionais feitos de passagens sobre um acontecimento, uma ideia, uma pessoa” (*ibidem*). Trata-se de “documentos que não podem ser transcritos, conhecimento que vem e vai, mas permanece na mente e

altera um determinado argumento” (*ibidem*). De certa forma, deixei a pesquisa seguir o trajeto dessas conversas, bem no estilo “uma coisa leva a outra e tudo leva a tudo mais” (Geertz, 2001, p. 90).

Aprendi que a prosa também tece a Marcha! Dos aprendizados, das escutas, dos diálogos feitos ali, sentada na sala da casa, do sindicato ou da federação, na cozinha, no alambique, no terreiro, na varanda, no sofá, na cadeira ou no chão, pude ver através do movimento de pessoas circulando nesses espaços a forma como as mulheres significavam a Marcha com as suas histórias. Esses momentos eram seguidos por uma escrita disciplinada do caderno de campo, o campo que com o tempo se tornou a minha estrada.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, ela traz como implicações o lidar com um universo de significados, valores e crenças e com uma diversidade de variáveis cujas dimensões podem não ser mensuráveis (Minayo, 1994). A minha ênfase foi nos sujeitos-mulheres, sem considerá-los portadores de uma natureza essencialista, mas que se gestam nas relações, vivenciam práticas contingenciais que produzem saberes, poderes e novas subjetivações. Assim, busquei apreender os significados por elas construídos, mediante suas falas, aqui compreendidos como uma das dimensões da constituição dos sujeitos e da produção de sentidos, por meio das quais é possível perceber os seus processos de identificação, argumentação, subjetivação e percepção da realidade.

Além disso, é importante ressaltar que os gestos, as expressões faciais, o não dito e o silêncio foram considerados como dimensões das práticas discursivas. Com Maingueneau (1989) compartilho a afirmação de que cada ato de fala não se separa das suas condições de produção, e afirmo junto a Bakhtin (2006, p. 126) que o ato de fala é produto da interação social, de modo que “a comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre terreno comum da situação de produção”. Ou seja, a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal, dentre os quais gestos, rituais, atos simbólicos, cerimônias etc.

E assim a pesquisa foi sendo construída: de diálogos, escutas e esperas, do recolhimento de materiais produzidos localmente, da troca de textos e impressões, e de leituras dos eventos com que a Marcha das Margaridas tomava cena na política, virando textos jornalísticos ou reflexões acadêmicas.

No dia 14 de agosto pus-me a caminho de Brasília em um ônibus que partiu do município de Ribeirão, Zona da Mata de Pernambuco. Acompanhar o trajeto em uma das caravanas que partia de diferentes pontos deste país com destino à capital federal possibilitou-me entrar em contato com um fragmento que, certamente,

não era a expressão de uma totalidade, mas que me fez perceber o quanto havia variações significativas na forma de participação e diferentes significados em jogo quando se tratava de ‘estar em marcha’ ou ‘estar na Marcha’.

Chegamos a Brasília no dia 16 de agosto. Na entrada que dá acesso ao Pavilhão do Parque da Cidade, uma placa gigantesca em tons lilás indicava que ali era a ‘CIDADE DAS MARGARIDAS’, de onde, no dia seguinte, 17 de agosto de 2011, milhares de mulheres saíam em marcha. Com elas caminhei os 6 km que ligam o Parque da Cidade à Praça dos Três Poderes. Acompanhei-as também nas atividades que as mantiveram ocupadas durante o dia anterior à caminhada, no Pavilhão de Exposição do Parque da Cidade.

Após a Marcha, em viagens subsequentes, realizei entrevistas com outras interlocutoras da Marcha das Margaridas, ligadas às ‘organizações parceiras’. Também retomei a pesquisa documental, procedendo ao levantamento da repercussão da Marcha na imprensa. Em Brasília, junto à Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, recolhi dados, informações, matérias impressas e registros fotográficos.

Considerando que os atos de fala impressos constituem um elemento da comunicação verbal (Bakhtin, 2006), pressupus como relevantes as informações obtidas via material produzido pelos movimentos específicos e pela própria Marcha. Portanto, compõem ainda a pesquisa de campo a análise de documentos — incluindo aí relatórios de reuniões, atas, correspondências enviadas e/ou recebidas e publicações (cartilhas, folders, boletins, cartazes, cadernos e livros) —, a análise de imagens (vídeo e fotos) e o levantamento de informações jornalísticas. Por onde eu passava, recolhia materiais, comunicados e informativos, muitos deles obtidos via internet.

E assim a pesquisa se fez, impregnada pela processualidade, tecida em meio a várias andanças e viagens, diversos voos e muitos deslocamentos (de barco, a pé, de carona em carros ou de ônibus), testemunhando cenas e cenários. Em meio a tantos e-mails, telefonemas, diálogos virtuais, mudanças, lugares, atalhos, desvios de rotas, gentes, histórias... Em meio a uma trama de relações que eu, como viajante, esforçava-me por desvelar e conhecer.

O campo pesquisado se revelou a mim como um espaço em que circulam relações de poder, definidas como “um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação” (Foucault, 1995, p. 243). É ação sobre ação, que busca conduzir as ações do outro e limitar seu campo de possibilidades. A relação de poder supõe o outro como sujeito ativo e, portanto, um nexo de reações e de respostas no seu próprio exercício (Rabelo, 2010).

Agindo sobre a minha ação de pesquisadora, as mulheres sujeitas da pesquisa circunscreveram o seu campo de possibilidades ao exercer poder e um certo controle sobre o que (e como) a mim seria revelado, ou confidencializado. Aliás, houve momentos de confidências (quase segredos) que revelaram o jogo de trocas simbólicas efetuadas por pesquisadora-pesquisadas em interação.

Como bem observa Simmel (1964, p. 307), “todas as relações entre os homens se baseiam naquilo que eles sabem uns dos outros”. Ser portador de um ‘segredo’ é partilhar dos bens simbólicos do grupo. Ao proteger o segredo do outro, o controle social se gexerce. O que está em jogo nessa troca, entre outros bens, é a confiança, a lealdade. Saber-se confiável e poder confiar implica também a intensificação de laços afetivos. A confidência é um sinal de lealdade e dá certa segurança à relação, porque pressupõe uma espécie de troca: ao mostrar lealdade, espera-se receber lealdade. Assim, nem tudo que era dito poderia ser revelado.

Ao entrar nesse jogo, eu estava aceitando compartilhar com aquela com quem eu estava interagindo a construção do trabalho que eu desenvolvia. Uma visão compartilhada da realidade estava sendo negociada, o que implica uma disputa sobre a forma de se apropriar do discurso, como sugere Capranzano (1991, p. 79) ao afirmar que “há que lembrar que qualquer que seja a resistência daqueles com quem conversamos, eles sempre são um pouco nossa criação, assim como nós somos a deles. Esse fato empírico talvez marque o limite de nosso empirismo”.

Se, como afirma Clifford (1998), a autoridade etnográfica exerce certa forma de poder sobre o campo e sobre os ‘nativos’, é certo também que, no caso das minhas interlocutoras, elas queriam influenciar a ‘produção da verdade’ que emana desse poder (da ciência de produzir verdade), e o faziam exercendo poder e controle sobre o que (e como) me seria revelado.

Pesquisadora e pesquisadas abriam sua privacidade conforme seus interesses e possibilidades. Havia algo sendo negociado. Portanto, o resultado dessa pesquisa certamente não será fruto de observação pura e simples, mas de posições negociadas entre mim, pesquisadora, e elas, sujeitas da pesquisa, configurando-se como “um encontro historicamente contingente, não controlado e dialógico, envolvendo, em alguma medida, tanto o conflito quanto a colaboração na elaboração de textos” (Clifford, 1998, p. 223).

Em suma, as relações de poder são intrínsecas à situação de pesquisa etnográfica. Nesse sentido, a etnografia é “uma negociação construtiva, envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos” (Clifford, 1998, p. 43). As interlocutoras desta pesquisa são também os seus sujeitos, e estão, pois, implicadas no projeto de construção etnográfica.

Aliás, apesar de ter feito opção por esse tipo de abordagem, a própria natureza do objeto não me permitiu empreender o modo clássico da pesquisa etnográfica. Tive que realizar curtas estadias em campo, obedecendo aos tempos estabelecidos pela agenda da Marcha nos estados e sedes de municípios. O fato de a pesquisa se construir sobre um problema que é, significativamente, translocal me levou a empreender uma pesquisa que Marcus (2001) chamou de *multi-sited ethnography*³, uma etnografia móvel, itinerante, que permite captar relações entre diversos lugares e localidades, pelos quais o objeto de estudo é dado a conhecer.

Aliás, esses lugares e localidades estão ligados uns aos outros de tal modo que as relações entre eles são tão importantes para a formulação do problema quanto as relações no seu interior. A técnica dessa modalidade de etnografia, compatível com a sua estratégia de seguir as conexões, associações e reações imputáveis, consiste basicamente em acompanhar o movimento, de maneira planejada ou espontânea, e observar a relação entre diversos aspectos de um fenômeno social (Marcus, 2001).

A aproximação etnográfica multilocalizada me permitiu o reconhecimento das interlocutoras como sujeitos em conexão, apesar de situadas em espaços diferentes. Alguns desses locais foram incorporados à pesquisa, em certa medida por acaso, de um modo gradual e cumulativo, enquanto ela ia se desenvolvendo, fazendo com que eu adquirisse novas percepções e visualizasse outras possibilidades.

Portanto, pareceu-me eficaz a aposta nesta modalidade da etnografia como possibilidade de vislumbrar desde mediações teóricas apropriadas à análise das conexões entre as dinâmicas sociais e políticas, nas quais os sujeitos estudados estavam envolvidos.

Presenciar e viver as contradições dessa experiência que foi a Marcha das Margaridas 2011, feita de grandes ideais, expectativas e tensões, e convertê-la em texto exigiu algum esforço e impôs o tempo dela distanciada, tomar a experiência mesma na sua delimitação. O caminho escolhido foi seguir com as próprias margaridas, acompanhar a Marcha no seu fazer para aí encontrar os sentidos e significados. Fez-se uma antropologia moldada pelo objeto de pesquisa, a marcha de um movimento constituído por ações coletivas de mulheres que engendram processos e criam acontecimentos.

3 A etnografia multilocal vem adquirindo relevância desde os anos 1980. Um aporte relevante ao debate sobre este enfoque metodológico é dado por Marcus (2001) nas reflexões que faz sobre o problema da etnografia no sistema-mundo moderno, no texto "*Etnografia en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal*" (2011). Ver também o artigo de Hannerz (2003) "*Being there... and there... and there! Reflections on multi-site ethnograph*".

O texto

O texto é construído e organizado em duas partes, acrescidas da introdução, das referências e do posfácio. Cada parte está dividida em capítulos que se mantêm na forma sequencial. Os capítulos de 1 a 4 correspondem à primeira parte, e os de cinco a sete à segunda. A divisão do texto em duas partes estrutura uma narrativa que procura dar cabo da movimentação realizada por mim como pesquisadora.

Tal movimentação provocou tomadas de cenas, para adotar a linguagem usada no cinema, em vários ângulos. O meu olhar se deslocava durante a pesquisa, executando movimentos previstos ou aleatórios. Ora seguindo um roteiro prévio, ora guiado pela contingência, fazendo com que eu passasse de um plano a outro, seguindo a trilha dos acontecimentos, de modo que o próprio objeto de pesquisa foi conduzindo o meu movimento e provocando deslocamentos que me permitiram não apenas observar a Marcha das Margaridas de diferentes lugares, mas perceber como ela era olhada a partir daquele lugar. A divisão em partes procura dar conta do caminho traçado por esses deslocamentos.

Na primeira parte tento mostrar a Marcha desde um plano geral. Sugerindo um afastamento do evento em si, procuro resgatar o processo histórico, o contexto, a conjuntura, o ambiente social e as relações que interferiram no seu surgimento. À medida que o meu olhar se aproxima, focalizo o interior da Marcha das Margaridas 2011 e tento mostrar a sua configuração, as relações internas, as articulações que se estabelecem no seu interior, as relações entre o meio e as/os atrizes/atores, focando nas personagens em interação. Os sujeitos da ação vão surgindo cada vez mais próximos, de modo que podemos distingui-los nos cenários.

A segunda parte trata dos sujeitos olhados em primeiro plano, a partir dos quais se destaca como a Marcha se faz no seu cotidiano, sua expressão performativa, seus efeitos políticos e os sentidos e significados que lhe são atribuídos desde a experiência vivida coletivamente e subjetivamente.

Seguindo os sujeitos dessa trama, desloco-me em vários planos, e variadas personagens são introduzidas na cena. É como se eu conduzisse o meu olhar como quem conduz uma câmera, procurando estar atrás de quem age e executa a ação. A sua aproximação ou seu afastamento poderia se comparar a um *travelling*, muitas vezes em *ralenti* (câmera lenta) para algum detalhe que eu considere importante destacar, até parar em momentos considerados relevantes, procurando dar destaque às minhas interlocutoras, algumas vezes um close, para no momento seguinte provocar o afastamento.

A Marcha das Margaridas é assim focalizada numa sequência de planos, em vários ângulos, buscando apreender as distintas visões, captar as variadas falas e desvelar os sujeitos do seu fazer. O meu olhar acompanha a sequência de fatos vividos, narrados e lembrados que, transformados em capítulos, procura dar unidade e uma forma coerente à problemática abordada. A maneira que eu estruturei este trabalho é apenas uma forma de conduzir a leitura do texto, cuja composição pode ser pensada em termos de bricolagem teórica, uma vez que explora diversas possibilidades teóricas que dialogam entre si para responder à questão posta.

A organização dos capítulos, bem como as discussões neles inseridas e a linha argumentativa que pretende alinhavá-las, será apresentada, brevemente, a seguir.

Na introdução apresento a problemática da pesquisa, traçando um esboço das categorias teóricas centrais que tomo como referência e que percorrerão todo o texto.

No capítulo 1 resgato o processo histórico de organização das mulheres trabalhadoras rurais, cuja emergência, como movimento, situa-se no contexto da abertura democrática da década de 1980, momento no qual os movimentos de mulheres ganharam força e significativa expressão nos processos de luta no campo, destacando aí o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais, a emergência do ‘novo sindicalismo’ e das ‘oposições sindicais’, e a atuação do movimento feminista, que terão grande repercussão no processo de consolidação dos movimentos de mulheres rurais e na cristalização da categoria ‘mulheres trabalhadoras rurais’ no interior do MSTTR. Algo importante para compreender a emergência da Marcha das Margaridas no ano 2000, haja vista a centralidade que as mulheres trabalhadoras rurais, organizadas no interior da CONTAG, têm na sua construção.

Sob uma perspectiva relacional, procuro mostrar no capítulo 2 a Marcha das Margaridas como parte de um processo sobre o qual incidiram as mais diferentes figurações sociais, ressaltando fatos que marcaram o seu surgimento. Considero aqui a rede de interdependências que liga os sujeitos, de modo a explicitar os vários elementos interdependentes que resultaram em uma figuração específica das relações sociais, num contexto no qual as mulheres reivindicavam um espaço de participação (inclusive nas tomadas de decisões) no interior do movimento sindical. Ainda que a narrativa seja centrada nas pessoas, procuro descrever o entrelaçar de organizações, eventos e situações sociais que deram sentido às ações das mulheres dirigentes e lideranças do movimento sindical, principalmente à Marcha das Margaridas, na qual parecem ter encontrado uma forma eficaz de significação social.

No capítulo 3 forneço alguns elementos descritivos sobre a Marcha, sua estrutura organizativa, seu conteúdo e seus momentos constitutivos. Descrevo, ainda, a rede de movimentos e organizações que a constitui, as conexões que estabelece entre si e com outros agentes, delimitando o ‘campo’ e a ‘arena’ na qual ela está inserida. Interessa-me, assim, compreender a configuração desse espaço, a articulação em rede, os papéis dos agentes no seu interior e as relações de poder que o constitui.

A compreensão da dinâmica interna da Marcha das Margaridas 2011 e a articulação que a configura é abordada no capítulo 4. Considerando as similaridades e as diferenças como aspectos constitutivos importantes da prática articulatória, empreendo uma reflexão sobre constituição do sujeito político na Marcha das Margaridas, nomeado ‘mulheres do campo e da floresta’. Analiso, ainda, a forma como se dá a articulação discursiva cujos pontos nodais são estabelecidos em torno da sua plataforma política, da pauta de reivindicações e do feminismo.

O capítulo 5 abre a segunda parte deste trabalho. Nele, abordo todo o processo de mobilização e preparação da Marcha das Margaridas desde os municípios e comunidades, e como ele opera a suspensão do cotidiano na vida das mulheres que são e estão envolvidas pela Marcha. Também analiso como isso repercute na vida local e os repertórios de ações coletivas e da vida social que são acionados, além das tensões, dos conflitos e das dificuldades que envolvem todo o processo.

O capítulo 6 inicia a descrição da Marcha desde o momento em que grupos de pessoas saem de seus locais de moradia — do seu município, do seu povoado — para a capital do Brasil. A partir das falas dessas ‘peregrinas’, procuro reconstituir os preparativos da viagem, o seu significado, os acontecimentos e as percepções do trajeto, bem como as impressões e os sentimentos que são despertados ao chegar a Brasília. Perceber como as mulheres experienciam esse deslocamento, que significados lhe atribuem e as suas motivações são aspectos também explorados neste capítulo.

No capítulo 7, a minha análise recai sobre a Marcha propriamente dita. Procuro descrever a atmosfera que envolveu a caminhada, as referências simbólicas que ela evoca, os elementos que mobiliza para expressar (e ‘produzir’) o seu sujeito político, como ela dialoga com a sociedade, sua linguagem social e seus efeitos. Ainda neste capítulo procuro resgatar, pelas narrativas de mulheres diferentemente posicionadas, a experiência vivida, a fim de compreender o significado que essas mulheres dão à Marcha.

Ao final, retomo as abordagens e análises desenvolvidas ao longo do livro em relação às questões problematizadoras que nortearam a pesquisa e aos achados analíticos que ela evidenciou, tecendo as considerações finais e apresentando possíveis reflexões para uma futura agenda de pesquisa.

Encerro o livro com um posfácio no qual procuro refletir sobre a Marcha no período recente. Essa seção foi escrita especialmente para este livro e tem a intenção de atualizar o leitor e a leitora sobre a atuação recente da Marcha e estimular novos trabalhos.

Finalizo esta apresentação ressaltando que utilizo no texto, de forma privilegiada, as vozes das mulheres que, a partir de diferentes lugares, protagonizaram a Marcha das Margaridas 2011⁴, ainda que eu corra o risco já assinalado por Mintz (1984, p. 55) de deformá-las ou distorcê-las por meus próprios erros. Assim como Mintz (1984), estou cada vez mais certa de que é preciso quebrar a mudez e dar a conhecer a outras e outros a sua história, a sua vida, o seu trabalho, as suas ideias e percepções. Afinal, é delas que eu estou falando quando trato do sujeito político da Marcha das Margaridas. Suas falas, muitas vezes ocultas ou desconsideradas, têm o poder único de dar acesso às suas experiências como sujeitas mulheres atuantes que fazem a Marcha acontecer e se fazem com ela (Thompson, 1992, p. 16).

Nesse sentido, conduzo a construção do texto a partir da composição de vários fragmentos de fala que expressam pontos de vistas que se somam ou se entrelaçam, compondo um painel narrativo vivo e cambiante, tal qual um caleidoscópio. São várias vozes que, diferentemente posicionadas e situadas, falam sobre o mesmo evento desde suas próprias experiências, intencionalidades e perspectivas, dando-lhe sentidos e significados. Sendo um texto perpassado por diferentes vozes, ele é essencialmente polifônico, e requer do leitor e da leitora a paciência e a tenacidade de seguir a construção da própria Marcha das Margaridas 2011.

4 Essas vozes se revelam no texto através de trechos de falas retirados de entrevistas a mim concedidas entre os anos de 2010 e 2013. Eles compõem a tessitura deste livro. Nele, as falas são identificadas com o nome de quem as pronunciam, o ano, e o lugar a partir do qual as minhas interlocutoras se expressaram no momento em que a entrevista foi concedida. Ou seja, são falas situadas, delimitadas em um tempo/espço preciso. É possível que, hoje, algumas das entrevistadas não estejam mais atuando no MSTTR ou tenham assumido outras funções dentro do movimento. O mesmo vale para as interlocutoras de outras organizações e movimentos mencionados neste livro.

INTRODUÇÃO

A urdidura teórica: sujeitos, experiências e subjetividades

A Marcha das Margaridas como um contexto etnográfico preciso apresenta significados particulares e processos gerais da política no Brasil. Foi o encontro com a dinâmica criativa e contundente da ação política das mulheres do MSTTR e de outros movimentos, organizações e coletivos que participam da construção da Marcha das Margaridas que tornou significativo o enfoque teórico que se baseia na dimensão social e política significativa dos sujeitos e de suas experiências, considerando a sua centralidade para uma abordagem antropológica do ‘fazer político’. A tessitura das ações dessas mulheres em movimento as constrói como sujeito coletivo, que aqui é tomado em sua dimensão conceitual e analítica, estratégica para a abordagem antropológica adotada.

Portanto, inicialmente, convém explicitar a noção de sujeito político que orienta minhas reflexões.

A Marcha das Margaridas é uma ação coletiva de mulheres. Ser mulher, portanto, identifica de antemão o sujeito da ação, conquanto não revele tudo sobre ele. ‘Ser mulher’ é apenas uma ‘marca’ dentre outras, ponto de apoio temporário às posições de sujeitos, e refere-se a uma condição historicamente construída. Assim, ao considerar a categoria ‘mulher’, não estou buscando um sentido elucidado a partir de uma característica específica, mas da “elaboração de uma complexa rede de características a serem desveladas, em um contexto específico” (Nicholson, 2000, p. 35-36). Nesse sentido, aqui é considerada como “uma categoria histórica e heterogeneamente construída dentro de uma ampla gama de práticas e discursos, e sobre os quais o movimento das mulheres se fundamenta”, sendo “utilizada para articular as mulheres politicamente, reconhecendo-se, contudo, suas temporalidades e densidades divergentes” (Costa, 2002, p. 71).

Não obstante eu faça uso da categoria mulher, faço-o incorporando todas as críticas propostas pelos ‘estudos de gênero’ às abordagens da antropologia

da mulher dos anos 1970 ao questionar o caráter universal e essencialista atribuído a essa categoria, que opera “sob rasura” (Hall, 2009)⁵. Faço, igualmente, uso de ‘gênero’ como categoria analítica conforme sugerido por Scott (1995). E partilho com Brah (2006, p. 131, tradução minha) a seguinte ideia:

Nosso gênero se constitui e se representa de distintas formas segundo nosso posicionamento diferencial dentro das relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações se realiza através de uma multiplicidade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, senão como como categorias diferenciadas, tais como “mulher da classe trabalhadora”, “mulher camponesa” ou “mulher migrante”. Cada elemento faz referência a uma especificidade na condição social. As vidas reais se forjam mediante uma complexa articulação dessas dimensões. Hoje é algo axiomático na teoria e prática feministas que “mulher” não é uma categoria única. Ainda assim, isso não significa que a categoria em si mesma careça de sentido. O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero.

Parto, assim, do pressuposto de que todo sujeito político é construído a partir de contextos específicos e constituído por múltiplas posições plurais, contraditórias e contingentes (Butler, 2003, 1998; Brah, 2011).

Dessa forma, reconheço a contribuição que as chamadas teorias pós-estruturalistas têm dado para a formulação de uma crítica ao universalismo e ao essencialismo ao questionar categorias unitárias e universais e tornar históricos conceitos que são normalmente tratados como naturais, como o conceito de “mulher” (Scott, 1999a, p. 204). Além disso, a crítica pós-estruturalista inclui certa concepção em torno da compreensão de como se constitui esse sujeito, reconhecendo que ele “se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais, por sua vez, encontram-se mascarados por relações de poder” (Costa, 2000, p. 57).

5 Segundo Hall (2009), colocar conceitos-chave “sob rasura” indica que “eles não servem mais” — não são mais “bons para pensar” — em sua forma original, não reconstruída. Mas, uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos inteiramente diferentes que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles, embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas (Hall, 2009, p. 104).

Tentando evitar uma unidade pré-estabelecida do lugar da ‘mulher’, defino-a como posicionalidade⁶, em que ‘posição’ se refere a uma “identidade politicamente assumida, que está invariavelmente ligada à localização do sujeito (seja ela social, cultural, geográfica, econômica, sexual e assim por diante) e a partir da qual interpretamos o mundo e na qual nos fundamentamos” (Costa, 2002, p. 76).

Tomando a categoria mulher como posicionalidade, ressalto o seu aspecto relacional, de modo a possibilitar que as diferentes posições ocupadas pelas mulheres possam ser utilizadas como um lugar no qual elas se engajam na construção de significados. Nesse sentido, o lugar é marcado por tensões, conflitos e diferenças, de modo que os posicionamentos são múltiplos e algumas vezes contraditórios.

A Marcha como expressão da agência coletiva das mulheres está, assim, profundamente marcada por diferentes posições de sujeito político, ainda que não, necessariamente, enquanto tal, encarne a perfeição de certas noções do ‘político’ em que a agência política assinala um certo tipo de ‘consciência’ e um certo tipo de ‘ação’⁷.

Nesse sentido, a identidade aqui é considerada como “um lugar de posições múltiplas e variáveis dentro do campo social” (Costa, 2002, p. 7). Ela é, portanto, sempre contingente e precária, “fixada temporariamente na intersecção das posições de sujeito”, e é impossível “falar do agente social como se estivéssemos lidando com uma entidade unificada, homogênea” (Mouffe, 1999, p. 32-33)⁸.

A noção de interseccionalidade me parece interessante para pensar essa questão. Ela parte do reconhecimento de que o campo social está intersectado por várias camadas de subordinação ou eixos da diferença, tais como gênero, raça, etnia, classe, idade etc., que se encontram mutuamente imbricados, com cada categoria produzindo efeitos articulatórios sobre as outras em contextos históricos e geográficos específicos (Costa, 2002). Como diz Butler (2003, p. 20): “Se alguém ‘é’ mulher, isso não é tudo que tal sujeito é”. Esse sujeito é intersectado por modalidades raciais, étnicas, sexuais, regionais, de classe etc., constitutivas de suas identidades. Segundo Nicholson (2000), se não levamos em conta as formas

6 Sobre o conceito de identidade como posicional, ver Hall (2009).

7 Estou seguindo a pista analítica fornecida por Brah (2011, p. 164) ao analisar os dilemas vividos pelas mulheres muçulmanas em relação ao trabalho remunerado.

8 A noção de interseccionalidade e posicionalidade do sujeito me parece ir ao encontro do conceito de “indivíduo” de Strathern (2006), para quem as pessoas se constituem a cada momento, em cada relação e por meio dela, como parcialidades, e não como unidade primária implicada na ideia de indivíduo, o que possibilita pensar a ‘mulher’ em sua multiplicidade, esta compreendida a partir das relações que a constituem.

de intersecção entre essas diferenças, gera-se “a tendência de se pensar o gênero como o representativo do que as mulheres têm em comum, e aspectos de raça e classe como indicativos do que elas têm de diferente” (Nicholson, 2000, p. 3).

Não aceitar a identidade como essência não implica negar a existência de sujeitos políticos e da prática política. Ou, como salienta Facchini (2009, p. 77):

Não se trata de refutar a utilização de categorias que façam referência ao sujeito do movimento, visto que são necessárias à ação política: manifestações, esforços legislativos ou visando ao acesso a políticas públicas precisam fazer reivindicações em nome de sujeitos determinados. Trata-se apenas de manter um olhar atento às inclusões e às exclusões e também às possibilidades e aos limites que se colocam no processo cotidiano de trazer dado sujeito político e suas demandas para o espaço público. Tal olhar possibilita tomar os sujeitos enunciados pelo movimento como termos sempre abertos a inclusões, acolhendo novas e diferentes demandas e questionando arranjos hierárquicos.

Segundo Mouffe (1999, p. 46), “a ausência de uma identidade essencial e de uma unidade prévia não impede [...] a construção de múltiplas formas de unidade e de ação comum”, e podem, pois, ser estabelecidas formas precárias de identificação⁹ ao redor da categoria ‘mulheres’, resultantes da criação de pontos nodais¹⁰, a partir dos quais se estabelecem fixações parciais. Nesse sentido, a autora atribui uma importância decisiva ao aspecto da ‘articulação’:

Negar a existência de um vínculo a priori, necessário, entre as posições de sujeito, não quer dizer que não existam constantes esforços para estabelecer entre elas vínculos históricos, contingentes e variáveis. Este tipo de vínculo estabelecido por uma relação contingente, não predeterminada, entre várias posições, é o que designamos como “articulação”. Embora não exista um vínculo necessário entre as diferentes posições de sujeito, no campo da política sempre há discursos que tratam de promover uma articulação entre elas, desde diferentes pontos de partida (Mouffe, 1999, p. 33-34).

9 Segundo Hall (2009, p. 106), a “abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado — como algo sempre ‘em processo’”. Ela é, “ao fim e ao cabo, condicional; ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência”.

10 O ponto nodal se refere ao discurso capaz de articular as mais diversas demandas, ou, ainda, ao momento aglutinador do discurso (Laclau; Mouffe, 1987).

Compreendo as mulheres inseridas na Marcha como inscritas em uma multiplicidade de experiências, ainda que articuladas em uma posição particular de sujeito, e tal articulação se dá a partir de identificações que promovem uma certa forma de unidade discursiva, mesmo que parcial e contingente.

Interessa-me apreender e entender a Marcha como um espaço de disputa política, por meio do qual as categorias identitárias são criadas e recriadas, e a categoria ‘mulheres do campo e da floresta’ como posição assumida, vinculada ao lugar onde essas mulheres se situam. Assim, busco compreender o processo de articulação entre as diferentes posições de sujeito.

Nesse sentido, vale destacar que o uso da nomeação ‘mulher do campo e da floresta’ é algo recente. Até a Marcha de 2003, as participantes eram nomeadas como ‘mulheres trabalhadoras rurais’¹¹. A partir da terceira ação, em 2007, a Marcha muda a categoria de referência ao seu sujeito político, reivindicada pelas mulheres extrativistas que não se viam ali representadas.

Tal mudança foi acolhida sem maiores embates. Mesmo representando as mulheres do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, no âmbito da Marcha, não reivindicou a legitimidade da categoria “trabalhadoras rurais” nem investiu na criação de meios e espaços para reproduzi-la. ‘Mulher do campo e da floresta’ é, portanto, uma categoria que busca unificar as diferentes situações experienciadas pelas mulheres, apesar de ser comum a coexistência de diversas maneiras de denominação dos vários sujeitos políticos que se inserem na Marcha e constituem o seu sujeito político.

Como sublinha Laclau (1986, p. 43-44), para entender a dinâmica dos movimentos políticos contemporâneos é sumamente importante entender os agentes sociais no interior de suas lutas como “uma pluralidade, dependente das diversas posições do sujeito por meio das quais é constituído dentro de diferentes formações discursivas. E entender que não há uma relação a priori, necessária, entre os discursos que constroem suas diferentes posições de sujeito”, embora isso não

11 A partir da 5ª Marcha das Margaridas (2015), passa-se a usar a categoria ‘mulheres do campo, da floresta e das águas’, incluindo, assim, as mulheres pescadoras/marisqueiras, que vivem, basicamente, do trabalho da pesca e da coleta de mariscos.

signifique que inexistent “esforços constantes para estabelecer entre elas conexões variáveis e historicamente contingentes”, denominadas de ‘articulação’¹².

Laclau e Mouffe (1987, p. 177) chamam de ‘discurso’ a totalidade estruturada que resulta da prática articulatória. Quando articuladas no discurso, as posições diferenciais são chamadas de ‘momentos’, e qualquer diferença que não esteja discursivamente articulada é chamada de ‘elemento’. Não se trata de categorias fixas. Dependendo do contexto, o ‘elemento’ pode vir a ser ‘momento’ e modificar a estrutura do ‘discurso’.

Seguindo essa linha analítica, compreendo a Marcha das Margaridas como uma prática articulatória que faz com que diferentes elementos — diferentes grupos, diferentes movimentos, diferentes ‘bandeiras de luta’ — passem a agir de forma conjunta, articulada, configurando-se num ‘momento’, estruturando um discurso em torno de um sujeito político nomeado ‘mulheres do campo e da floresta’. Tal sujeito resulta de uma articulação entre algumas posições específicas de sujeitos, e essa categoria, que serve para nomeá-lo e em nome do qual se fala, é criação do próprio movimento engendrado pela Marcha.

Entretanto, o sujeito político que resulta de tal prática articulatória é um sujeito-em-processo, em construção. Ele não pode ser definido como unidade, mas pela instabilidade (Butler, 2003; Kristeva, 1977)¹³. Efeito de discursos, instituições e práticas, o sujeito-em-processo, segundo Brah (2011), a qualquer momento experimenta a si mesmo como ‘unidade’, desempenha posições em que está situado e investido, e lhes dá significado. Nesse momento, ele parece ser marcado por um senso de coerência e continuidade.

12 Para Laclau e Mouffe (1987, p. 113, tradução minha), o princípio da articulação está “em aceitar tanto a diversidade estrutural das diversas relações em que os agentes sociais estão imersos, quanto o fato de que o grau de unificação que possa existir entre eles não é a expressão de uma essência comum subjacente, mas sim o resultado de uma luta e construção política”.

13 Para Kristeva (1977), o sujeito é essencialmente movimento. Revisitando a teoria psicanalítica, ela argumenta que, no lugar do sujeito ‘unitário’, se instala um sujeito-em-processo, no sentido mesmo de processo, de movimento, cuja representação é um espaço de mobilidade: “O sujeito unitário descoberto pela psicanálise é apenas um momento, uma fase de parada, digamos uma estase ultrapassada pelo movimento e, por ele, ameaçado” (1997, p. 56, tradução minha). O conceito é retomado por Butler (2003), quando propõe um sujeito-em-processo que é construído no discurso e pelos atos que performa.

Pensar a formação do sujeito como processos significa reformular a questão da ‘agência’. O ‘eu’ e o ‘nós’ que atuam não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades pré-existentes, unificadas e fixas, ao invés de modalidades de multiposicionamento marcadas, de forma contínua, pelas práticas políticas e culturais do dia a dia (Brah, 2011, p.145, tradução minha).

O ‘momento’, apesar de contingente, acomoda, dá uma ideia de unidade, de estabilidade, mas o sujeito político que resulta de tal prática articulatória é um sujeito-em-processo. Ele é instável e contraditório, mas experimenta ou significa o ‘momento’ como identidade, entendida como “aquele processo através do qual a instabilidade e a contradição do sujeito-em-processo é significada como possuindo estabilidade e coerência, como núcleo” (Brah, 2011, p. 180, tradução minha)¹⁴. No caso de agência coletiva, se anuncia como um ‘nós’, conquanto profundamente marcada por diferentes posições de sujeito político.

Se refletir sobre o sujeito político nos remete à ideia de um sujeito coletivo, de um ‘nós’, como compreender e interpretar as mulheres em suas singularidades? Afinal, ser uma ‘margarida’ corresponde a situações muito heterogêneas, e cada uma dessas situações está relacionada a processos sociais diferentes, ainda que as ‘margaridas’ se articulem em torno da categoria ‘mulher’.

Considerando, como Brah (2011), a subjetividade¹⁵ como o modo em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo se significa ou se experimenta como identidade, tomo a Marcha das Margaridas também como um processo que concorre para a produção de subjetividades, ao mesmo tempo em que é produzida objetiva e subjetivamente. Ressaltar a produção da subjetividade das ‘mulheres em marcha’ não significa esquecer o modo em que sua condição está profundamente caracterizada por circunstâncias de privação material e simbólica, por processos de dominação e exploração, e por dinâmicas específicas de exclusão e estigmatização.

14 Para Brah (2011, p. 152, tradução minha), “as identidades estão marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que o constituem. Portanto, a identidade não é fixa nem una; ao contrário, é uma multiplicidade de relações em constante transformação. Porém, no curso desse fluxo, as identidades assumem padrões específicos como um caleidoscópio, à transluz de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas”.

15 Subjetividade definida como “o espaço onde se desenvolvem os processos que ditam de sentido a nossa relação com o mundo” (Brah, 2011, p. 152, tradução minha).

Oriento o meu olhar sobre a Marcha a partir de uma perspectiva que coloca em diálogo (e negociação) atores de dimensões culturais distintas, mediante os quais a construção de categorias identitárias ocorre como “fruto das experiências sociais e processos de trocas e interações intersubjetivas entre atores ou grupos sociais” (Scherer-Warren, 1998, p. 3). Portanto, é necessário buscar o entendimento dos contextos intersticiais que constituem os campos identitários nas relações e nos processos interculturais que se desenvolvem no seu interior. Contextos que correspondem ao que Bhabha (2001, p. 20) designa como ‘entre-lugares’, ou seja, “momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais”. Ainda segundo o autor, é na emergência dos interstícios que as experiências coletivas (e intersubjetivas), o interesse comunitário e o valor cultural são negociados. Assim, o espaço conformado pela Marcha das Margaridas pode ser percebido como um ‘entre-lugar’: um espaço de negociação, contato, interação, diálogo e articulação onde diferentes grupos, de naturezas político-cultural e social diversas, convivem e negociam a sua existência; um espaço fronteiro, situado entre as várias designações de identidades.

Nesse sentido, recorro analiticamente à noção de experiência a fim de compreender o que é para as mulheres, sujeitos da pesquisa, estarem na Marcha, fazerem e serem parte dela; perceber como elas lidam com esse fazer em termos de experiências vividas, que é o que as constituem como sujeitos — afinal, os sujeitos são constituídos pela experiência (Scott, 1999); compreender as múltiplas e heterogêneas formas em que elas expressam este ser, estar, transitar, significar; e entender a maneira como elas são afetadas por essa experiência¹⁶. É essa trama de relações e experiências, menos visível, que tece a Marcha e a torna possível.

As mulheres, sujeitos da Marcha, a vivem como experiência social concreta. A experiência é o vivido, os acontecimentos, as ações e, ao mesmo tempo, o sentido a elas atribuído (Thompson, 1981). Como aponta De Lauretis (1984, p. 159, tradução minha):

Devo dizer desde já que, por ‘experiência’, eu não me refiro ao mero registro de dados sensoriais ou a uma relação mental (psicológica) de objetos e eventos, ou, ainda, à aquisição de habilidades e competências pela acumulação ou pela exposição repetida. Eu uso o termo não no sentido individualista, idiossincrático, de algo que pertence exclusivamente a si próprio, embora outros possam ter experiências ‘similares’, e

16 Sobre experiência na política, ver Quirós (2010).

sim no sentido geral, de um processo pelo qual para todos os seres sociais a subjetividade é construída. Mediante esse processo, alguém se coloca a si mesmo, ou é colocado, na realidade social, e assim compreende como subjetivas essas relações — materiais, econômicas e interpessoais — que são, de fato, sociais e, numa perspectiva mais ampla, históricas. O processo é contínuo, a sua realização é interminável e diariamente renovada. Para cada pessoa, portanto, a subjetividade é uma construção permanente, não um ponto fixo de partida ou de chegada a partir do qual, na sequência, interage com o mundo. Pelo contrário, é o efeito dessa interação — a qual eu chamo experiência; e, portanto, não é produzido por ideias externas, valores ou causas materiais, mas por algo pessoal, subjetivo, engajado nas práticas, discursos e instituições que emprestam significação (valor, significado e afeto) para os eventos do mundo.

Explorar os sentidos da Marcha pelas mulheres implica restituir, na construção do dado, o seu caráter de experiência vivida, o seu fazer em experiência.

As noções e os conceitos até aqui expostos me fornecem o referencial para lidar com os temas que envolvem a constituição do sujeito político e suas subjetividades. Mas os sujeitos aos quais me refiro se encontram situados no espaço conformado pela Marcha das Margaridas, que, embora não corresponda, necessariamente, às definições de movimentos sociais típicos na análise sociológica, é também movimento — ou, pelo menos, como uma forma de ação, é uma ‘forma movimento’, para tomar de empréstimo o termo cunhado por Marcelo Rosa (2009, 2011)¹⁷. Mais do que a mera reunião de mulheres reivindicando direitos, a Marcha é uma forma específica de organização política, constituída por movimentos, que compreende uma organização própria e aciona um determinado tipo de repertório de ação coletiva. Ela apresenta regras, um vocabulário específico e elementos dotados de forte simbolismo, como lenços, chapéus, bandeiras e outras simbologias específicas, tomados como seus marcos distintivos, além de configurar uma ‘linguagem social’, uma forma diferente de reivindicar demandas sociais ao Estado (Sigaud, 2000). Essa combinação de aspectos constitui uma forma específica de organização política: a Marcha das Margaridas.

Para compreender a conexão entre eventos e sujeitos, os processos anteriores, e os agentes que contribuíram para o surgimento da Marcha, me inspiro no

17 ‘Forma movimento’ é a designação usada por Rosa (2009, 2011) para se referir às ocupações de terra como formas de ações utilizadas para iniciar processos específicos de conflitos de grupos rurais com o Estado.

conceito de ‘figuração’ de Norbert Elias (1994) e busco, nas condições sociais que favoreceram tal figuração, o aporte para entender as mudanças que produziram essa forma movimento — entender, enfim, como a Marcha se tornou possível, como as relações sociais foram se tecendo de modo a favorecer o seu surgimento.

Para pensar o processo de constituição dos sujeitos políticos no espaço configurado pela Marcha das Margaridas irei considerar os conceitos de ‘campo’ e de ‘arena’ tal como formulados por Swartz (1968). As duas noções, ‘campo’ e ‘arena’, não se confundem com um espaço físico, são espaços relacionais, e levam em consideração os atores que os constituem e a dinâmica entre eles. O autor demarca esses dois conceitos¹⁸:

Um campo é definido pelo ‘interesse e envolvimento dos participantes’ no processo que está sendo estudado, e o seu conteúdo inclui os valores, significados, recursos e relações utilizados por esses participantes nesse processo. Os conteúdos e a organização do campo se transformam, ao longo do tempo, pela adesão de novos membros, pelo envolvimento de novos participantes e pelo afastamento de outros mais antigos. Novos recursos, regras, significados ou valores são introduzidos, outros retirados. E as relações no interior do campo mudam. Dada essa fluidez e a ausência de qualquer pretensão de ser totalmente inclusiva, parece-me que o valor do conceito pode ser aumentado através da definição de uma área social e cultural, que é imediatamente adjacente ao campo tanto no espaço quanto no tempo. [...] um espaço social e cultural que circunda aqueles que estão diretamente envolvidos com os participantes do campo, mas não estão eles mesmos diretamente envolvidos nos processos que definem o campo. [...] O conteúdo desse segundo espaço, que eu chamarei — com alguma relutância — de ‘arena’, depende das relações com os participantes do campo, mas inclui mais do que o campo. Além dos atores que a povoam, a arena contém o repertório de valores, significados e recursos que esses atores possuem, juntamente com os relacionamentos entre eles e os membros do campo. Também fazem parte da

18 O conceito de ‘campo’ de Swartz (1968) guarda muita semelhança com o de Turner (2008), para quem ‘campo político’ se define como “a totalidade de relações entre atores orientados para os mesmos prêmios ou valores”, incluindo nas “relações” os “valores, significados e recursos”. Entretanto, em relação à noção de ‘arena’, o próprio Turner admite fazer uma utilização dela que difere em muito da de Swartz, e faz uma crítica a este último. Para Turner, a maneira como Swartz insere a noção de ‘arena’ sugere que “aqueles que são ativos em um campo são inativos ou passivos em sua arena” (Turner, 2008, p. 120).

arena valores, significados e recursos possuídos pelos participantes, mas que não são empregados nos processos que constituem o campo (Swartz, 1968, p. 9, tradução minha).

‘Arena’ e ‘campo’ são conceitos interdependentes que, segundo Swartz (1966), permitem estudar ações políticas a partir de situações objetivas. A utilização de tais conceitos me parece ser útil por instrumentalizar a delimitação do espaço político de atuação da Marcha das Margaridas sem desconsiderar a sua dinamicidade e a sua processualidade, dada a flexibilidade do ‘campo’, que pode se contrair ou se expandir para fora dos seus limites, de acordo com a entrada e a saída de atores ou com as mudanças nas atividades de interação, já que a sua delimitação é definida pelo interesse e pelo envolvimento dos participantes do processo estudado, incluindo os valores, os significados, os recursos e as relações empregadas. A ênfase aqui recai sobre as relações interativas entre atores sociais em fluxo. E se a ‘arena’ é o espaço social coberto pelo campo, é possível, então, ressaltar os valores, os significados e os recursos em jogo.

Essas relações no ‘campo’ estão sempre em processo, elas fazem e se desfazem, se constroem, se mantêm, se enfraquecem, se reconstróem ou são rearticuladas. Entretanto, considerando que os sujeitos no ‘campo’ estão imersos em relações de poder, estas são constitutivas das relações que ali se estabelecem. Ora, “o poder é uma característica estrutural das relações humanas — de todas as relações” (Elias, 2005, p. 81). É sempre relacional, se bem que, como adverte Foucault (1999, p. 183), não deve ser tomado como um fenômeno de dominação de um grupo sobre outro, de um indivíduo sobre outro, mas como “um conjunto de ações possíveis”, que funciona e se exerce em rede. Portanto, apesar de o poder em si não ser o objeto da minha análise, importa-me estar atenta às formas como ele opera no ‘campo’, às suas estratégias, às suas expressões e às redes de relações que ele engendra. Afinal, os sujeitos aos quais me refiro carregam a marca da diferenciação de gênero, e o gênero, como adverte Scott (1995, p. 86), “é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

A expressão política da Marcha das Margaridas, na sua forma simbólica, é consubstanciada na marcha propriamente dita, na caminhada, que contém uma dimensão simbólica, expressiva e de produção de subjetividade. Os símbolos da Marcha — a bandeira, as cores, os lenços, os adereços (chapéu de palha ou boné) — são motivo de discussões, negociações e acordos, revelando a dimensão política dos símbolos. Assim, o aspecto simbólico da Marcha e os seus efeitos políticos me chamaram a atenção, de modo que passei a considerar que a ação ritual da Marcha é constitutiva do processo de construção do seu sujeito político.

Encontrei em Peirano (2002) o suporte teórico para dirigir um olhar sobre a Marcha como um ritual¹⁹. Recorrendo a Tambiah (1985), a autora afirma que os eventos que os antropólogos definem como rituais parecem partilhar de alguns traços, quais sejam: uma ordenação que os estrutura, um sentido de realização coletiva com propósito definido, e uma percepção de que eles são diferentes daqueles do cotidiano. Em “*Culture, Thought and Social Action*”, Tambiah (1985) apresenta o ritual como tendo um efeito agregador, capaz de provocar o equilíbrio e a união coletiva entre indivíduos ou grupos envolvidos:

Ritual é um sistema de comunicação simbólica culturalmente construído. Ele é constituído de sequências padronizadas e ordenadas de palavras e atos, frequentemente expressos em múltiplas mídias, cujos conteúdo e arranjo são caracterizados em grau variável por formalidade (convenção), estereótipo (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). A ação ritual nos seus traços constitutivos é performativa nestes três sentidos: no sentido austiniano de performativo, onde dizer é também fazer algo como um ato convencional; no sentido diferente de uma performance encenada que utiliza vários meios de comunicação através dos quais os participantes experimentam o evento intensamente; e no sentido dos valores indexicais. Eu derivo este conceito de Peirce — vinculados ou inferidos pelos atores durante a performance (Tambiah, 1985, p. 128, tradução minha).

Assim, para esse autor, o ritual é uma ação performativa, que apresenta uma eficácia, e esta ocorre em três sentidos: primeiro, no sentido de que ‘dizer algo’ é também ‘fazer algo’; segundo, no sentido de os participantes experimentarem uma performance que utiliza vários meios de comunicação; e, por último, no sentido de que valores são incorporados pelos atores durante a performance. Portanto, a ação ritual transmite significados e cria realidade social. Apresenta, pois, um aspecto performativo e criativo. Ainda para o mesmo autor, a eficácia e o caráter performativo da ação ritual se devem à combinação entre a sua forma e o seu conteúdo: “A ordem e o padrão de apresentação da linguagem ritual, gestos físicos, e a manipulação de substâncias é a forma do ritual: a forma é o arranjo de conteúdos” (Tambiah, 1985, p. 143, tradução minha).

19 Assim como Palmeira e Heredia (1995), em relação aos comícios, eu também não me preocupo com a propriedade ou a impropriedade de me referir à marcha como um ritual. Assim como eles, acredito que o fundamental é pensar as relações que se estabelecem entre eventos vividos como excepcionais, como é a marcha e o cotidiano ao qual ela se refere.

Quatro aspectos do pensamento de Tambiah (1985) podem ser úteis para analisar a Marcha: i) a ação ritual tem uma intencionalidade; ii) é construída para expressar e comunicar; iii) apresenta-se de forma ordenada e padronizada; iv) permite a integração e a continuidade de relações interpessoais. Contudo, a teoria de Victor Turner me permite a incorporação do conceito de experiência, algo que sempre me pareceu importante para captar os sentidos da Marcha para aquelas que a tecem.

A noção de experiência²⁰ como recurso analítico possibilita apreender, por exemplo, o que é para as mulheres serem uma ‘margarida’, que sentido tem para elas estarem em marcha. Essa dimensão da experiência vivida também as constitui como mulher, e explorar os sentidos e significados da Marcha implica considerar o caráter dessa experiência vivida: como as mulheres vivem, percebem, significam e são afetadas pela Marcha?

Ao me deparar com o pensamento de Turner, vi a possibilidade de recuperar essa dimensão do vivido na dimensão simbólica da Marcha, recorrendo analiticamente à noção de experiência.

Turner (1986) considera que a experiência tem qualidades estruturais identificáveis e se trata de uma estrutura processual complexa, que combina facetas interdependentes — cognitiva, afetiva e volitiva — e abrange, além dos sensoriais, os sentimentos e expectativas. Dawsey (2005), analisando a antropologia da experiência em Turner, apresenta cinco ‘momentos’ descritos por ele em relação à estrutura processual de cada experiência vivida:

- 1) Algo acontece ao nível da percepção [...]; 2) imagens de experiências do passado são evocadas ou delineadas — de forma aguda; 3) emoções associadas aos eventos do passado são revividas; 4) o passado articula-se ao presente numa “relação musical” [...] tornando possível a descoberta e a construção de significados; 5) a experiência se completa através de uma forma de “expressão”. Performance [...] refere-se, justamente, ao momento da expressão. A performance completa uma experiência (Dawsey, 2005, p. 164).

20 Essa dimensão da experiência vivida também está presente em Thompson (1987), segundo o qual é pela experiência que os sujeitos se constituem.

Depois de delinear tais momentos — o núcleo perceptivo, a evocação de imagens do passado, o reavivamento de sentimentos associados, a emergência de significado e valor e, finalmente, a expressão da experiência —, Turner argumenta que só é realmente no quinto momento de ‘expressão’ que a unidade estruturada de experiência “pode ser dita para se revelar” (1982, p. 15).

Encontro em Turner elementos para compreender a Marcha das Margaridas como uma performance. Para ele, entretanto, trata-se de uma performance que se relaciona à estrutura social não como algo à parte, uma vez que é parte da experiência vivida, mas revelando essa estrutura ainda com mais intensidade. Dawsey (2005), respaldado em Turner, diz que são nos momentos de suspensão das relações cotidianas que é possível ter uma percepção mais profunda dos laços que unem as pessoas, de modo que elas voltam a se sentir parte de um mesmo movimento, momento chamado por Turner (2008) de *communitas*.

A *communitas* pode ser desenvolvida dentro de um padrão ritual, e fica mais evidente, ainda segundo Turner (2008, p. 43), na ‘liminaridade’, que se refere a “quaisquer condições fora das ou nas periferias da vida cotidiana”. O autor se interessa por momentos de suspensão de papéis, ou interrupção do “teatro da vida cotidiana”, na perspectiva de Goffman (1975). Em instantes de *communitas*, as pessoas podem se ver como membros de um mesmo tecido social. A Marcha seria, então, um desses momentos de suspensão do tempo ordinário do cotidiano.

As ideias de *communitas* e ‘liminaridade’ me forneceu pistas interessantes para compreender o momento ritual da Marcha como performance, que expressa as experiências vividas pelas mulheres que dela participam — experiência liminar, no sentido de Turner. Procuro possibilitar um diálogo entre Tambiah e Turner, na certeza de que as pistas deixadas por esses dois pensadores podem se revelar frutíferas para analisar a dimensão do pensado e do vivido na Marcha das Margaridas.

A partir das leituras mencionadas e outras de referência, analiso a Marcha em si, sua ‘performance’ e sua ação performativa, por intermédio da sua dimensão simbólica e da subjetividade produzida na sua execução. O quadro conceitual e teórico aqui apresentado balizará a análise que empreenderei logo mais.

A black and white photograph of a collage of fabric scraps and hats. The collage includes a wide-brimmed straw hat, a dark hat with a veil, a polka-dot fabric, a floral fabric, and a dark fabric with a large flower. A central text box with a dashed border contains the text "PRIMEIRA PARTE".

PRIMEIRA
PARTE

CANÇÃO PARA MARGARIDA

Não faz muito tempo,
seu moço, nas terras da Paraíba
Viveu uma mulher de **fibra**,
MARGARIDA se chamou
E o patrão com uma bala, tentou calar sua fala
E o **SONHO** dela se espalhou já faz muito tempo, seu moço
Que em riba deste chão, em toda nossa nação
O pobre é pra lá e pra cá, lavrador faz, mas não come
E a miséria é sobrenome do povo deste lugar
E quando na carne da gente urdia a **opressão**
MARGARIDA **erguia a mão**, e o seu **grito** era o nosso clamor!
Daqui a algum tempo, seu moço, se a gente não se cuidar
Se o pobre não se ajudar, tubarão engole a **alegria**
Pois o jeito é treinar o braço, pra desatar esse laço que amarra
o novo dia!
E quando na roça da gente brilhar as espigas
Vai ter festa e nas cantigas MARGARIDA vai viver!
E quando na praça e na rua florir MARGARIDAS
Vai ser bonito de ver, vai ser bonito de ver, vai ser bonito de VIVER!

[ZÉ VICENTE]

A Marcha na história

A Marcha das Margaridas é parte do processo histórico de organização das mulheres trabalhadoras rurais, cuja emergência como movimento se situa no contexto da abertura democrática da década de 1980, período caracterizado por uma efervescência de mobilização social e pela consolidação do movimento feminista e de mulheres do Brasil (Deere, 2004).

Nesse período, os movimentos de mulheres ganharam força e significativa expressão nos processos de luta no campo, apesar de a sua participação nessas lutas não ser um fato novo. Articulados com outros segmentos sociais que reivindicavam, ainda no fim do regime militar, espaços de expressão política, eles se inseriam no que comumente passou a ser denominado de ‘novos movimentos sociais’²¹ que emergiram, canalizando a publicização dos interesses de segmentos da população.

No processo histórico e político de organização das mulheres rurais²², destacam-se a agência da Igreja, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base

21 Para Goldman (2007, p. 9), “por *novos movimentos sociais* se costuma designar um conjunto algo heteróclito de lutas que, nas décadas de 1960 e 1970, pareciam estar substituindo o ‘velho’ movimento operário (com seus sindicatos e associações) como processo característico da ‘sociedade civil’ — ou seja, de tudo aquilo que não era o Estado. Ainda segundo ele, [...] no lugar da luta operária e dos interesses de classe pensados como pontos nodais por onde qualquer luta política deveria passar, assistimos a uma proliferação de diferentes reivindicações, assentadas na identificação de formas de opressão que operam fora da esfera estritamente econômica ou literalmente política. Além disso, esse deslocamento foi marcado por uma mudança no caráter das exigências apresentadas: em lugar da simples extensão de direitos supostamente universais em nome de uma ‘igualdade’ algo abstrata, os novos movimentos (de mulheres, negros, índios, homossexuais, deficientes etc.) opuseram à reivindicação de direitos específicos e, por definição, não universalizáveis”. A distinção entre ‘velhos’ e ‘novos’ movimentos sociais no século XX, muito reproduzida, é criticada no campo de estudo dos movimentos sociais por diferentes autores como Alvarez e Escobar (2000), Butler (2000) e Fraser (1997) por sua ênfase dualista, o que, segundo eles, reduz a análise de ações coletivas. Ademais, pesquisas realizadas no Brasil mostram não fazer sentido tal dicotomia, já que se percebem, ao longo do tempo, muito mais continuidades do que descontinuidades entre a forma de se fazer movimento e os padrões de mobilização adotados (Macedo, 2005, p. 491).

22 A expressão ‘mulheres rurais’ é utilizada aqui não para definir um campo identitário a priori, mas como um termo aglutinador de uma diversidade de mulheres que povoam os territórios rurais, se nomeiam das mais diferentes formas, e que na Marcha das Margaridas 2011 se apresentam como mulheres do campo e da floresta.

(CEBs) e pastorais; a emergência do ‘novo sindicalismo’ e das ‘oposições sindicais’; e a atuação do movimento feminista, elementos importantes para a compreensão das questões que conduziram ao surgimento da Marcha das Margaridas no ano 2000. Por conseguinte, farei uma breve digressão sobre o processo de organização das mulheres rurais, trazendo à baila esses elementos.

Realizar ‘breves digressões’ sempre traz o risco de engessar momentos históricos ou situar as instituições como algo homogêneo e sem conflitos internos ou tensões. Entretanto, quero ressaltar que todos os movimentos e organizações aqui mencionados se inserem em processos sociais e políticos, que se constituem como um feixe complexo de “experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis” (Williams, 1979, p. 115), e que, manifestando formas de fazer política, existem como elementos significativos da sociedade.

As CEBs, as pastorais e a participação das mulheres

A Igreja Popular²³, representada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁴ e pelo trabalho pastoral²⁵, constituiu a base da mobilização das mulheres rurais na abertura política e na transição democrática. As CEBs e as pastorais ofereceram a essas mulheres a experiência formativa que as levou a questionar a sua condição social

23 Para Boff, a Igreja Popular (‘Igreja dos pobres’, ‘Igreja que nasce do povo’, ‘Igreja do povo de Deus’), diferentemente da Igreja grande-instituição — embora ambas componham a Igreja Católica única — “se centra na rede de comunidades de base, no meio dos setores populares e nas maiorias pobres, à margem do poder e dos meios de comunicação, vivendo mais profundamente as relações horizontais da fraternidade e da corresponsabilidade” (Boff, 2008, p. 32)

24 Segundo Betto (1985, p. 16-17), “as comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos [...]. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto. [...] São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região; essas pessoas vivem uma comunhão em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares)”.

25 Com destaque para o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que organizou grupos de mulheres em torno da luta pela terra, além de ter desempenhado um importante papel no surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Deere, 2004).

(Deere, 2004), levando ao surgimento dos primeiros grupos organizados de mulheres rurais²⁶. Tal experiência formou a base para a posterior emergência de vários movimentos de mulheres rurais em todo o país²⁷. Portanto, a organização e mobilização dessas mulheres não se forja na prática sindical, mas lhe é anterior (Cappellin, 2009).

O surgimento das CEBs e o desenvolvimento de grupos pastorais diversos, comprometidos com as causas políticas (Machado; Mariz, 1997), foram inspirados na Teologia da Libertação²⁸ que, buscando defender os interesses sociais e econômicos dos socialmente desprivilegiados e materialmente carentes, proclamou a “opção preferencial pelos pobres”, um legado do Concílio Vaticano II. Motivados por essa corrente teológica e sua base teórica, diversos grupos religiosos passaram a desenvolver trabalhos junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

As primeiras comunidades de base emergem²⁹ ainda no final da década de 1960. Nelas, instaura-se uma nova hermenêutica bíblica, uma interpretação

26 Inclusive, a criação de Clubes de Mães foi impulsionada pelas CEBs, datando dessa época o surgimento de muitos deles em todo o país. Onde os Clubes de Mães já existiam, as CEBs incentivaram o engajamento das mulheres.

27 Embora em número menor, havia, também, segundo Cappellin (2009, p. 646), grupos de matriz laica, formados a partir das mobilizações de resistência às expulsões dos moradores das fazendas, nos quais as mulheres, assim como nos grupos de matriz religiosa, tomavam a iniciativa de promover as reuniões, organizá-las e dirigi-las.

28 As CEBs foram incentivadas pela Teologia da Libertação após o Concílio Vaticano II, uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965 que desenvolveu a noção de Igreja como ‘povo de Deus’ e marcou a ‘conversão’ da Igreja Católica à causa dos oprimidos. Com o objetivo de aplicar as decisões do Concílio Vaticano II à América Latina, a segunda e a terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano foram realizadas, respectivamente, em Medellín (1968) e Puebla (1979). O que ganha ênfase em Medellín, segundo Sader (1995), é, precisamente, a denúncia das estruturas sociais, das quais resultam profundas desigualdades, exploração e miséria. Assim, com o intuito de comprometer a Igreja na luta contra as causas sociais da miséria, o episcopado brasileiro consagrou as CEBs como método pastoral por excelência, e elas se espalharam, principalmente, nos anos 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina. De modo que, quando ocorreu a Conferência de Puebla, as CEBs já haviam se multiplicado em todo o continente latino-americano, e a ‘opção pelos pobres’ foi reafirmada com o comprometimento da Igreja com a prática social (Sader, 1995; Peralías, 2005; Schaaf, 2001).

29 Frei Betto identifica, na trajetória das CEBs, três etapas interligadas. A primeira delas é a comunidade em si, centrada em sua motivação religiosa, buscando no Evangelho as pistas para a sua atividade social. A segunda é a dos movimentos populares, que emergem com a participação dos membros das comunidades. A terceira, por fim, é a do fortalecimento do movimento operário por intermédio das ‘oposições sindicais’ e dos chamados ‘sindicatos autênticos’, da valorização do sindicato como verdadeiro órgão de classe e da atuação em greves e lutas de suas categorias. O autor ainda sinaliza uma quarta etapa, iniciada em meados dos anos 1980: a da reformulação partidária, ou seja, “a busca de novos canais de expressão política para a sociedade civil brasileira” (Betto, 1985, p. 8).

dinamizada pela opção em favor dos pobres, conformando espaços nos quais a fé era ligada à política (Peralías, 2005). Tratava-se de grupos de leigos pobres, em sua grande maioria mulheres, que se encontravam para “fazer celebrações, rezar, refletir sobre o evangelho e, à luz dessa reflexão, buscar sua realidade e partir para uma ação transformadora” (Machado; Mariz, 1997, p.72). É “a mensagem cristã do Evangelho um instrumento de ‘conscientização’ que tenta ‘unir fé com a vida’ atribuindo um sentido religioso ao engajamento em uma luta política” (Machado; Mariz 1997, p. 73-74).

Na década de 1970, as Comunidades Eclesiais de Base apresentaram um grande crescimento, sobretudo nas zonas rurais, onde, segundo Frei Betto (1985), elas mais proliferaram, chamando atenção, já no início dos anos 1980, pelo seu envolvimento político (Machado; Mariz, 1997), ao se tornarem “o centro de toda a efervescência da mobilização popular do campo, juntamente com as pastorais” (Schaaf, 2001, p. 129)³⁰.

Sader (1995, p. 156) aponta como alguns dos motivos do seu êxito o modo “flexível de sua forma organizativa”, a “revivescência de relações primárias como espaço de reconhecimento pessoal para seus membros” e o “acolhimento das formas de religiosidade popular”. As CEBs podiam surgir

a partir de um lugar popular, ou da dinamização de uma capela tradicional, ou de uma novena, ou de um mutirão, ou de um encontro para refletir sobre o evangelho, em suma, de qualquer atividade solidária de um pequeno grupo inspirado no Evangelho, uma vez que quase todas começaram por iniciativa de um agente pastoral — ou graças à sua presença — e em torno de motivações religiosas (Sader, 1995, p. 157).

As Comunidades Eclesiais de Base reafirmavam-se, regularmente, por suas reuniões periódicas. A depender do seu dinamismo, poderiam acontecer quinzenalmente, como geralmente ocorria, semanalmente, ou até mesmo mensalmente, num barraco de vila, na casa de algum camponês ou no salão paroquial.

30 De acordo com Betto (1985), a própria conjuntura política nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base, pois, ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que o ‘povo’ buscasse um novo espaço para se organizar, espaço este encontrado na Igreja.

“O debate dos temas nas reuniões costumava pautar-se pelo método de ‘ver-julgar-agir’³¹, através do qual se pretendia efetuar uma reflexão crítica e voltada à prática, de modo que as privações vividas deixem de ser consideradas como fatalidades” (Sader, 1995, p. 159).

Além dessas reuniões de ‘reflexão crítica’, as CEBs promoviam atos litúrgicos: novena, catequese infantil e preparação para os sacramentos. Ademais, elas atuavam no seu meio, em iniciativas coletivas como mutirões, abaixo-assinados, mobilizações para reclamar um direito e organização de movimentos populares (Sader, 1995). De modo geral, “a ação das comunidades eclesiais de base se dava de modo intraeclesial (celebração do culto, festas, liturgias, novenas, catequese, preparação aos sacramentos, estudos de documentos da Igreja) e de modo extraeclesial (vinculação às lutas populares)” (Betto, 1985, p. 10).

Em entrevista concedida a Schaaf (2001), Dom Orlando Dotti, bispo referencial da Comissão Pastoral da Terra-RS, a qual presidiu no período de 1993 a 1997, afirmou:

Com as CEBs, começaram se estruturando coisas que já existiam antes, existiam, por exemplo, as capelas, só não com uma dimensão social tão forte. Então eles foram reestruturando dentro do pensamento da Teologia da Libertação. Os que já estavam com as capelas organizadas só se preocupavam com duas coisas: a vida mais ligada à Igreja e ao grupo, para festas, celebrações etc. Criaram muito grupos ligados à vida interna da Igreja com uma estrutura quase autossuficiente. Não houve uma linha social. Então a Teologia da Libertação introduziu o elemento social para dentro das próprias comunidades, como no Rio Grande do Sul. Nem em todas, mas em grande parte. Agora, no Nordeste, não existiam capelas aqui. E foi um clima mais propício pra logo se partir para uma CEB, introduzindo todos os elementos da Teologia da Libertação.

31 De acordo com Barros e Mafra (2008, p. 19), “o método ‘Ver, Julgar, Agir’ é um instrumento de análise da realidade objetiva e contextual de onde se inserem os grupos de reflexão e aprofundamento da fé, à luz das escrituras e da prática cristãs. Visava despertar o senso crítico dos cristãos e animá-los a uma ação mais concreta e transformadora da sociedade”. Ainda segundo os autores citados, o método foi adotado pelo Concílio Vaticano II e visava à construção de planos de intervenção social. “O VER consistia em olhar para a realidade vivida pela comunidade ou grupo, dissecando um determinado problema em suas causas e consequências”, utilizando, para isso, metodologias participativas cujos instrumentos “auxiliassem na visualização crítica da realidade e sua reflexão”. Depois de dissecado, o problema “era ‘Julgado’ à luz de textos bíblicos e de outros que mostravam um outro caminho possível, uma outra realidade a ser desejada. A partir daí [...] eram construídas ações que permitiriam a conquista da nova utopia pelo AGIR” (Barros; Mafra, 2008, p. 14).

Muitos estudos tratam da expressiva participação feminina nessas formas associativas católicas (Burdick, 1990; Drogus, 1999; Alvarez, 1990; Machado; Mariz, 1997; Teixeira, 1988). Alguns deles justificam a presença majoritária de mulheres nesses espaços por serem eles regulados por elementos ligados à religião, atividade que, com o advento da sociedade moderna, se tornou cada vez mais restrita à esfera privada, associada, numa perspectiva de gênero, à presença feminina (Pinheiro, 2007).

Por estarem dispostas na transição entre a esfera privada (religião) e a esfera pública (política), identificada, tradicionalmente, como um espaço masculino, as CEBs ocuparam um lugar estratégico na trajetória política de muitas mulheres das classes populares. Segundo Schaaf (2001, p. 133),

a participação possibilitava às mulheres aderirem ao espaço público, tradicionalmente masculino e, assim, colocarem interrogativas à estrita divisão entre a esfera pública e privada. As comunidades eclesiais e pastorais tiveram grande influência na organização das mulheres rurais visto que, através da ligação concreta entre religião e política, legitimaram políticas como uma área de discussão e conhecimento para elas (Drogus, 1997, p. 125). Sem dúvida, isso contribuiu para uma autoestima mais positiva das mulheres, que se converteram em agentes sociais, capazes de mudar suas vidas [...]. Os grupos religiosos estimularam “[...] as mudanças pessoais, relacionadas basicamente à descoberta de sua própria dignidade e à construção ou à crença na sua própria força” (Scherer-Warren, 1993, p. 41).

Porém, se alguns estudos enfatizam as possibilidades de ação política abertas a alguns segmentos de mulheres a partir de seu engajamento em CEBs, outros ressaltam os limites à superação da dominação masculina nesses espaços (Machado; Mariz, 1997; Burdick, 1990), apontando para um paradoxo da ação coletiva de mulheres das classes populares (Alvarez, 1990; Drogus, 1999).

As mulheres nas comunidades realizavam um trabalho de base, um trabalho celular, de sustentação do ânimo comunitário, de estabelecer contatos entre as famílias, promoção local de encontro de conscientização permanente; bem como marcam sua presença nas ações mais amplas de reivindicação, resistência e organização popular. Atuam com dedicado empenho na catequese, nas celebrações, na preparação dos sacramentos, nos grupos de base, nos clubes de mães, na pastoral operária etc. Participam igualmente das decisões comunitárias, em certos lugares, nos organismos de planejamento e coordenação pastoral.

É verdade que encontram ainda resistência por parte de uma tradição machista que ainda não se abriu devidamente à questão da participação ativa da mulher. Entretanto, o movimento mais forte veio no sentido de sua progressiva valorização. As mulheres vão assim impondo na prática e evidenciando sua condição de sujeitos na vida comunitária e eclesial, como igualmente explicitando que sua libertação não se realiza principalmente e a partir de considerações sobre igualdade de sexos, mas a partir de uma práxis comum de homens e mulheres por uma libertação integral (Teixeira, 1988, p. 133).

Mesmo nos cursos pastorais, dos quais as mulheres participavam em maior número, não era necessariamente discutida a situação de opressão que elas enfrentavam nem a necessidade de se organizarem, mas falava-se de ‘libertação’. Entretanto, segundo Schaaf (2001, p.132), “a atuação da Igreja na formação de lideranças garantiu uma conscientização geral da população rural” e, em especial, das mulheres, não só porque elas tinham uma maior participação, mas porque “sofriam maior desigualdade em sua vida cotidiana e se deparavam mais com a situação precária, especialmente, em relação à saúde e educação” (*ibidem*), visto que eram responsáveis “pela criação dos filhos e filhas” (*ibidem*). No entanto, a proposta dos grupos pastorais não incluía direitos e igualdades da mulher, especificamente.

Ou seja, em que pese a presença majoritária das mulheres, as CEBs não davam conta de incorporar suas problemáticas específicas (Adriance, 1995; Drogus, 1992; Silva, 1994). Evitava-se discutir questões mais ligadas à vida e à opressão da mulher (Machado; Mariz, 1997). Segundo Rosado-Nunes (1995), “alguns temas como sexualidade, a violência cotidiana sofrida pelas mulheres, o peso da maternidade não compartilhada, o alto índice de mortalidade provocada pelos abortos clandestinos, entre outros, não faziam parte da ‘realidade’ a ser ‘refletida’ nas comunidades”³².

A mulher nas CEBs não era percebida como indivíduo, mas “como membro e elo crucial da família e da comunidade” (Schaaf, 2001, p. 134). Como sujeitos, elas se diluíam na categoria ‘povo’ ou ‘pobre’ (Caldeira, 1990), e, como tal, ganhavam importância as questões da vida privada relacionadas às questões materiais. Afinal,

32 Schaaf (2001, p. 133), ao pesquisar sobre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no RS (MMTR-RS), também chama atenção para o fato de que, nas CEBs, os problemas de cunho emocional, as questões sexuais, os problemas familiares e a violência doméstica, enfim, as questões ligadas ao corpo e aos direitos individuais não faziam parte de sua proposta, sendo consideradas pertinentes apenas as questões de cunho material.

o problema do pobre era fruto da opressão material e política, reflexo da situação econômica, cuja solução remeteria à luta política, que ocorre no espaço público (Machado; Mariz, 1997). Os teólogos da Teologia da Libertação “estavam muito mais preocupados com as mudanças macrosociais e políticas no continente inteiro da América Latina do que com as questões culturais de gênero e raça, por exemplo” (Gebara, 1995, p. 137).

Assim, se as CEBs inovaram ao abrir o espaço público para as mulheres e motivá-las para a política, geralmente considerada ‘uma coisa dos homens’, elas não adotaram ideias ou valores libertários do movimento feminista, tampouco explicitaram alguma proposta de defesa de direitos e igualdade da mulher (Machado; Mariz, 1997; Mariz, 1994). Analisando grupos organizados pelas CEBs, as autoras citadas chegaram à conclusão de que, embora as mulheres fossem a maioria, ocupando cargos de liderança e desempenhando papel central, nenhum desses grupos apresentava um discurso feminista de igualdade entre os gêneros.

Entretanto, a participação das mulheres nesses espaços ajudou-lhes a romper com a rotina do cotidiano, liberando-as de uma vida restrita às questões domésticas; também as estimulou a participar das lutas sociais e das mobilizações por melhores condições de vida, ao transmitir-lhes noções de direitos, favorecendo o desenvolvimento da sua percepção como sujeitos desses direitos.

Para Machado e Mariz (1997, p. 8), “ao enfatizar a ideia de que cada um possui direitos que podem e devem ser reivindicados, as CEBs ajudaram as mulheres a desenvolver uma visão mais crítica como pobre e como mulher”. Ademais, ao oportunizar o desenvolvimento do trabalho de alguns setores feministas junto a lideranças femininas, elas podem ter aberto o caminho para uma visão feminista do mundo.

Como salienta Schaaf (2001, p. 134-135), “na vida pastoral, as mulheres aprenderam a enxergar a política como uma coisa que se estende também à sua vida cotidiana [...] e como um mecanismo de busca da cidadania”, trazendo a emancipação econômica como elemento crucial para que a cidadania fosse alcançada. Nesse sentido, havia a compreensão dos sindicatos e dos movimentos populares como os principais canais de reivindicação.³³

33 Doimo (1995), em seu livro *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, ao analisar o papel da Igreja Católica junto aos movimentos sociais, imputa a ela uma referência simbólica fundamental, que se manifesta nos discursos, músicas, ilustrações etc.

O fato é que, a partir da ‘causa’ geral dos ‘pobres do campo’, as mulheres foram definindo sua própria ‘luta’, que desembocou numa organização própria, seja em movimentos autônomos, seja no interior de movimentos mistos, como o movimento sindical. Aliás, a maioria das lideranças dos movimentos de mulheres que, originalmente, estiveram envolvidas na construção da Marcha das Margaridas teve participação ativa na vida pastoral.

As oposições sindicais e o novo sindicalismo

Foi com o apoio, principalmente, de agentes pastorais, padres e bispos ligados à Teologia da Libertação que se iniciou um molecular processo de organização e formação de “oposições sindicais”, “portadoras de críticas não só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo” (Medeiros, 2001, p. 106). Articulando-se entre si e as novas redes, as ‘oposições’, que se constituíram no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, alinham-se ao chamado ‘novo sindicalismo’, expressão que, conforme Favareto (2006, p. 29), serviu para nomear o “vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados”.

O ‘novo sindicalismo’, gestado nas áreas urbanas e com os temas centrais das lutas políticas nacionais (liberdade e autonomia sindical, redemocratização, eleições diretas etc.), deu origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983³⁴. Desde então, as ‘oposições sindicais rurais’ passaram a se articular na CUT, inicialmente por uma secretaria, e, no final da década de 1980, pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais.

34 Medeiros (2001, p. 106) ressalta que, no momento de criação da CUT, já era notável a presença das ‘oposições rurais’.

Identificada com o chamado ‘movimento sindical combativo’, as ‘oposições sindicais rurais’ disputavam as direções sindicais estabelecidas em nome de uma concepção de organização e trabalho político que se opunha às defendidas pela CONTAG.³⁵

A CONTAG, criada em 1963, foi fruto da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, entretanto ela se estruturou nos anos de ditadura militar de uma forma “amplamente desfavorável a uma ação sindical de contestação e crítica” (Favareto, 2006, p. 30), de modo que nela se consolidou uma cultura sindical marcada pela prudência nas ações e pelo respeito ao limite das leis — e os conflitos eram conduzidos por ‘via administrativa’, por meio do encaminhamento de demandas ao Estado³⁶.

A estrutura sindical tornou-se rígida e burocratizada (Novaes, 1991; Palmeira, 1985), constituindo-se num espaço político de exercício e domínio masculino. Assim, no período de transição para a democracia, os sindicatos locais e as federações dos estados tornaram-se os principais focos de contestação pelas forças do novo sindicalismo, lideradas pelo sindicato nacional opositor de esquerda, a Central Única dos Trabalhadores (Deere, 2004), que adotou como estratégia política disputar as instâncias organizativas da CONTAG (sindicatos e federações), penetrar na sua estrutura sindical e modificá-la por dentro. Como resultado dessa estratégia, em meados da década de 1990, a CONTAG filiou-se à CUT.

35 As oposições sindicais, propondo um Novo Sindicalismo, criticavam a estrutura sindical corporativista, implementada a partir da década de 1930, e questionavam a atuação dos sindicatos oficiais e sua tutela pelo Ministério do Trabalho. No meio rural, as oposições surgem fazendo uma forte crítica à estrutura sindical oficial capitaneada pela CONTAG, considerando-a como instrumento de restrição e manipulação dos trabalhadores. Favareto (2006, p. 33) assinala quatro aspectos que estiveram na base do Novo Sindicalismo: crítica à estrutura sindical, perspectiva de uma sociedade de inspiração socialista, forte crítica social e de privilégio da mobilização como forma de encaminhamentos dos conflitos. Para Lazzaretti (2009, p. 11), “os discursos que tentavam definir o ‘novo’, ressaltavam o lado ‘não assistencial’, ‘próximo das bases’, ‘democrático’, ‘reivindicativo’ e, por vezes, ‘revolucionário’”. A definição e a afirmação deste ‘novo’ modelo foram dadas em oposição ao sindicalismo do passado, caracterizado como ‘assistencial’, ‘populista’, ‘burocrático’, ‘pelego’ ou, o que também se convencionou chamar, ‘atrelado’.

36 Além disso, os sindicatos assumiram a função de assistência social, prestando serviços de atendimento médico e odontológico por meio do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), “um programa instituído pelo Governo Federal em 1971, para propiciar algumas facilidades que os trabalhadores urbanos estavam usufruindo há três décadas” (Schaaf, 2001, p. 205-206). Disso resultou o fortalecimento do sindicalismo corporativista, tanto em termos de crescimento no número de associados quanto do seu patrimônio (Veronese, 1993).

A Igreja Popular teve um papel importante no embate contra o sindicalismo corporativista, representado pelo ‘sistema CONTAG’³⁷, ao incentivar a criação de um novo sindicalismo, que desse respostas aos impactos econômicos e sociais causados pelo processo de modernização da agricultura, levado a cabo pelo Estado por intermédio dos governos militares³⁸. A política agrícola adotada durante esses governos provocou importantes processos de transformação no campo brasileiro, intensificando a diferenciação econômica dos chamados ‘pequenos produtores’, muitos dos quais se pauperizaram, se endividaram e/ou perderam o acesso à terra.

Esses novos segmentos de expropriados, oriundos desse processo, segundo Medeiros (2001), protagonizaram novos espaços de confronto. Nesse contexto,

37 De acordo com Medeiros (2001, p. 104-105), “no final dos anos 60 e durante os anos 70, [...] o principal investimento desta entidade foi no sentido de articular um conjunto de sindicatos, então dispersos e atomizados pelas concepções comuns, cuja matriz era a demanda por direitos trabalhistas e por reforma agrária, previstos através da legislação (Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e Estatuto da Terra de 1964), mas não efetivados no cotidiano dos trabalhadores. A enorme diversidade de situações existentes, o fato de que muitos sindicatos surgiram a partir do estímulo de prefeituras e demais forças ligadas ao poder local, especialmente quando da criação do Funrural, acabaram por criar uma tensão permanente ao longo dos ‘nós’ dessa rede (sindicatos e federações), entre o peso das forças políticas locais que tendiam a arrastar o sindicato para as malhas das diferentes formas de dominação consolidadas e a ação da CONTAG que procurava, através da busca de direitos reconhecidos, constituir uma outra rede de relações e contrabalançar o peso do poder local. E o fazendo, falava em nome de uma categoria genérica, ‘trabalhadores rurais’, que recobria segmentos tão diferenciados como ‘assalariados’, ‘parceiros’, ‘arrendatários’, ‘pequenos proprietários’, ‘posseiros’ etc., e que fora imposta à organização sindical por força de lei, contrariando a tendência organizativa que se delineava no período pré-golpe. Através do esforço de constituição e representação dessa ‘unidade de classe’ (Palmeira, 1985), no final dos anos 70 e início dos 80, a CONTAG passou a se constituir em importante referência nacional [...]. Já em meados dos anos 70, começaram a se esboçar críticas à prática sindical ‘CONTAGuiana’ e à ação levada a efeito no cotidiano pelos sindicatos: a ação da CONTAG era apontada como ineficaz, por ser voltada, principalmente, para a denúncia de situações concretas aos poderes públicos, mas pouco efetiva no sentido de estimular a organização e mobilização dos trabalhadores para pressões”.

38 Tal processo, levado a cabo ainda no final da década de 1960, apoiou-se numa tríade que envolveu, de acordo com Favareto (2006), a transformação na base técnica e produtiva e a articulação dos complexos agroindustriais; a mudança na arquitetura das classes sociais, com uma maior e intensa integração entre os capitais agrário, industrial e financeiro; e uma transformação relativa ao papel do Estado e das políticas. Deu-se, assim, o pilar para as novas formas de acumulação na agricultura brasileira e para as novas formas de dominação sobre as populações rurais (Sorj, 1980; Mueller, 1986 *apud* Favareto, 2006).

surgiram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)³⁹, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e a organização dos seringueiros a partir dos empates⁴⁰ no Acre, dentre outros que se formavam à margem da estrutura sindical oficial, o que evidenciava uma crise de representação sindical dos trabalhadores rurais do Brasil.

O Estado ditatorial era identificado como opressor e, ao mesmo tempo, como indutor da modernização que causara a exclusão. Reforma agrária, direitos trabalhistas e fim da violência no campo eram, assim, as reivindicações básicas e traziam para o mesmo campo de oposições o latifúndio, o patronato, e os agentes da violência, como as empresas colonizadoras. Por fim, a crítica à estrutura sindical oficial, vista como instrumento de restrição e manipulação dos trabalhadores, completava o conjunto de temas fundamentais e bandeiras que guiaram a constituição e a consolidação do novo sindicalismo rural (Favareto, 2006, p. 33).

Os movimentos de mulheres rurais surgem no mesmo berço político das ‘oposições sindicais’, com quem tinham vínculos muito estreitos, encampando, por um lado, as lutas concretas por direitos no campo, e, por outro, fazendo uma crítica à prática e à estrutura sindical oficial capitaneada pela CONTAG. A impossibilidade de as mulheres se associarem aos sindicatos, inclusive, viria a ser uma das pautas colocadas, ainda que com alguma resistência, pela proposta política presente nas oposições sindicais (Bordalo, 2008, p. 3).

Durante a década de 1980, ampliam-se as organizações políticas das mulheres e, devido à grande extensão territorial brasileira, pode-se observar a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas

39 A reforma agrária, bandeira que foi o cimento da construção da identidade do ‘trabalhador rural’ pela CONTAG (Palmeira, 1985), foi, aos poucos, socialmente identificada com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), produtor de uma nova identidade política (‘sem terra’) e que, através de suas ações, passou a impulsionar desapropriações e assentamentos (Caldart, 2000; Medeiros, 2001).

40 Ações de resistência feitas pelos seringueiros contra a derrubada da mata para o estabelecimento da atividade pecuária. Nos empates eram formadas correntes de pessoas de mãos entrelaçadas em torno das árvores para impedir o seu desmatamento.

distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região⁴¹. Para citar alguns, temos, só no Rio Grande do Sul, duas importantes organizações de mulheres: as ‘Margaridas’ e as ‘Mulheres da Roça’ (1986), que, posteriormente, darão origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo criado em 1989. Em Santa Catarina surge, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), estimulado pela ação da Igreja progressista; na Paraíba, podemos destacar o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano; em Pernambuco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), que surge em 1982. Em âmbito regional, temos o surgimento, em 1988, da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e, em 1986, do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE).

A principal demanda desses movimentos, nesse período, foi o reconhecimento político das trabalhadoras rurais, tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos de trabalhadores rurais, uma vez que esses constituíam as principais estruturas organizacionais no meio rural. Tendo o reconhecimento do seu estatuto profissional, as mulheres rurais poderiam ter acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, principalmente à extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga e aposentadoria (Deere, 2004).

Contudo, até então a situação recorrente e mais comum era que a participação das mulheres nos sindicatos se desse na condição de dependentes dos seus maridos ou dos pais, e não como sócia. Nos sindicatos filiados à CONTAG, era permitido apenas

41 Vale salientar que muitas mulheres passaram a se organizar no interior do sistema confederativo representado pela CONTAG, através das federações e dos sindicatos a ela vinculados. A ampliação dos direitos previdenciários motivava tal organização. O direito à aposentadoria apenas foi concedido aos trabalhadores rurais na primeira metade da década de 1970. O acesso das mulheres à previdência social só ocorria no caso de viuvez, através da pensão adquirida por falecimento do cônjuge. As mulheres reivindicavam o direito a ter acesso aos benefícios sociais. No 9º Congresso da CONTAG, em 1973, esse tema foi pautado e contou com o apoio dos homens, por implicar uma melhoria na condição de vida de toda a família. Contudo, não se discutia a sindicalização das mulheres. Havia a preocupação com a participação e a organização das mulheres no interior dos sindicatos, mas como ‘esposas dos associados’. Para Navarro (1996), o sindicalismo oficial, diante do crescente debate público sobre a condição feminina e a emergência de movimentos de mulheres, percebeu seu potencial de contribuição para o aumento da participação nos sindicatos. Entretanto, iniciativas nesse sentido mostraram-se bastante limitadas, uma vez que na estrutura oficial do sindicalismo rural poucas mulheres ocupavam posições de liderança.

a uma pessoa por família se tornar membro de sindicato⁴², e, normalmente, quem o fazia era o homem chefe de família. Em alguns sindicatos, os homens chegavam a sugerir que a sindicalização de esposas fosse proibida por lei (Deere, 2004).

Assim, a luta pelo direito à sindicalização e por direitos sociais, ao se constituírem como eixos de lutas centrais para a organização e a mobilização iniciais das mulheres rurais, chamou atenção para sua invisibilidade, denunciou a discriminação e a desvalorização do seu trabalho (Schaaf, 2001), reflexo da sua condição de gênero⁴³, como expresso no relato singular de Luci Choinacki, uma das fundadoras do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) em Santa Catarina, depois deputada federal.

Com as primeiras reuniões e discussões de participação no sindicato, surgiu o questionamento: qual a condição em que nós, mulheres, vivíamos? Não tínhamos direito à sindicalização, os nossos documentos nos colocavam como domésticas, apesar de trabalharmos na roça; não éramos reconhecidas como trabalhadoras, não tínhamos direito a receber nada quando aconteciam acidentes de trabalho, nem as mulheres, nem as crianças até 12 anos de idade; não tínhamos direito à aposentadoria, só quando o marido morresse ou quando tivesse mais de 70 anos; não tínhamos direito a salário-maternidade; não tínhamos participação na política. Então, começamos a descobrir que éramos apenas pessoas que trabalhavam, que obedeciam, cumpriam ordens, cuidavam da casa, produziam, tinham tripla jornada de trabalho e nada de participação (Choinacki, 1998, p. 226).

Tal condição se expressa em uma divisão sexual do trabalho que se reproduz na sociedade de forma naturalizada, obedecendo à lógica binária e hierárquica de gênero, profundamente relacionada às representações sociais vinculadas aos homens

42 De acordo com Pimenta (2013), nos anais dos 2º e 3º congressos de trabalhadores rurais promovidos pela CONTAG nos anos de 1973 e 1979, respectivamente, é recorrente a referência à mulher como ‘esposa do trabalhador’. Nesses congressos, em que a participação de mulheres delegadas não ultrapassou 1%, a categoria aparece representada pelo ‘homem do campo’ e pelo ‘trabalhador rural’. Ainda segundo a autora, referência à mulher era feita ao ser tratado o tema “aposentadoria rural”, sendo esta defendida como um direito devido à esposa do trabalhador, e apenas nessa condição, como consta nos anais do 3º Congresso. Ou seja, a mulher não era reconhecida como trabalhadora rural, senão como dependente do esposo, sendo a sua atividade naturalizada como ‘do lar’ ou ‘doméstica’.

43 A condição de gênero se refere à construção de significados culturais para as diferenças de sexos, dando sentido a essas diferenças e, consequentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas e/ou de poder.

e às mulheres, que atribui valor ao trabalho masculino enquanto desprovê dele o trabalho feminino, produzindo uma distribuição desigual de poder e prestígio.

Marcadamente, no meio rural, essa divisão sexual do trabalho atribui à mulher o trabalho reprodutivo, identificado ao espaço privado. Por não ser expresso em valores monetários, o trabalho reprodutivo é considerado improdutivo e, consequentemente, o tempo e a energia que as mulheres empregam para sua realização tornam-se invisíveis, esquecidos e desvalorizados. E embora elas participem ativamente do trabalho na agricultura, propriamente dito, ele é um trabalho atribuído aos homens, que, por ser expresso em valores monetários, é considerado produtivo. O trabalho que as mulheres realizam na lavoura ou roçado é, no máximo, admitido como uma mera ajuda ou complemento ao trabalho masculino, e é comum elas serem consideradas ‘ajudantes’ dos maridos (Paulilo, 1982). Por isso se diz que o seu trabalho é invisibilizado.

Tal situação contribuiu fortemente para reforçar o processo de não identificação da mulher rural como ‘trabalhadora’ e o seu não reconhecimento social, excluindo-a de qualquer direito previdenciário e mesmo da filiação sindical (Pimenta, 2012; Bordalo, 2011). Nesse sentido, lutar para serem reconhecidas como ‘trabalhadoras’, e se associarem ao sindicato, era também “questionar o processo de reprodução da invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres” (Bordalo, 2011, p. 46), “reforçando sua identidade como ‘trabalhadora rural”’ (*ibidem*, p. 54). Ademais, evidenciava a condição particular e as características do trabalho por elas realizado.

Os direitos sociais, particularmente a aposentadoria e o salário-maternidade, que marcaram profundamente a trajetória política das mulheres trabalhadoras rurais, foram conquistados com sua expressiva participação no processo de elaboração da Constituição de 1988, mediante a qual elas obtiveram a expansão dos seus direitos, como o direito a serem incluídas na reforma agrária, o direito formal à terra (titulação) e o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres, rurais e urbanas, em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Benefícios esses que incluem, além da aposentadoria⁴⁴, o seguro-desemprego e por invalidez, e 120 dias de licença-maternidade remunerada.

44 A idade de aposentadoria para mulheres trabalhadoras rurais foi estipulada em 55 anos ou após trinta anos de serviços. Para os trabalhadores rurais, sessenta anos ou após 35 anos de serviço, condições mais favoráveis do que para os trabalhadores urbanos. Mesmo com a reforma da previdência de 2019, esses requisitos para aposentadoria rural não foram alterados. Porém, passou a ser necessária a comprovação de, no mínimo, 180 meses (15 anos) de atividade rural para se aposentar por idade.

Mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas na produção agrícola passaram a estar aptas aos benefícios de aposentadoria diretamente, e não mais somente como uma dependente do homem chefe de família.

O protagonismo exercido pela organização das mulheres rurais no contexto político da década de 1980 levou Siqueira e Bandeira a afirmarem:

Se as trabalhadoras urbanas estiveram presentes de forma destacada entre 1975 e 1982, a partir daí, o movimento de mulheres no Brasil mais significativo, em termos de participação e enquanto movimento social, não é urbano, mas se desenvolve fora dos grandes centros, com envolvimento de participantes pouco consideradas como força política: as trabalhadoras rurais (Siqueira; Bandeira, 1998, p. 2).

A atuação das mulheres durante todo esse período foi informada por setores do movimento feminista, principalmente com o surgimento das oposições sindicais.

O diálogo com o feminismo

A aproximação das mulheres rurais com o feminismo começou na década de 1980. A ‘segunda onda do feminismo’, que surgiu na Europa e nos EUA em meados dos anos 1960, começou a ganhar força no Brasil em meados da década de 1970 e se consolidou nos anos 1980, por intermédio de mulheres de classe média, urbanas, e informadas sobre os novos pensamentos feministas. Aliás, 1975⁴⁵ foi instituído, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Ano Internacional da Mulher, e inaugurou a Década da Mulher, que se estendeu até 1985, período no qual, nos grandes centros urbanos, criaram-se os grupos feministas que, ao mesmo tempo que denunciavam as discriminações sofridas pelas mulheres, realizavam análises das formas de opressão cultural e econômica por elas vivenciadas na sociedade brasileira (Cappellin, 1990).

No cenário político brasileiro, vivia-se o cerceamento das liberdades democráticas, de modo que o feminismo que aqui se estabeleceu foi caracterizado por

⁴⁵ Nesse mesmo ano foi criado o Centro da Mulher Brasileira, primeira instituição feminista do Brasil, tendo como objetivo “a formação de grupos de reflexão, a promoção de atividades para tornar visível a questão feminina e o combate ao papel subalterno da mulher na sociedade” (Melo; Schumacher, 2000, p. 233).

uma forte politização, particularmente pela contestação ao regime militar. Assim, as ações do movimento se direcionaram pela luta em prol da redemocratização e por direitos de cidadania e igualdade (Melo; Schumacher, 2000), com uma forte denúncia à opressão de gênero. Todo esse processo potencializou a visibilidade da atuação do movimento feminista.

Além de possibilitar a institucionalização de grupos e coletivos, se expandiu, sobretudo, como concepção cultural, podendo seus objetivos serem assim sintetizados: substituir a visão biológica do homem e da mulher pela análise das relações de reciprocidade social entre os sexos; enfatizar o caráter histórico do processo que foi transformando as diferenças naturais em desigualdade social; denunciar a articulação entre relações capitalistas de exploração e as formas de dominação e subordinação patriarcal; difundir a preocupação com a construção de uma vida digna para todos os seres humanos, fundada na igualdade entre homens e mulheres (Cappellin, 1990, p. 18).

Sob a consigna ‘diferentes, mas não desiguais’, as feministas tinham como foco a igualdade entre os sexos e o fim da sujeição e da discriminação da mulher, que eram explicadas a partir da articulação de diferentes níveis de análise, especialmente as dimensões econômicas (os mecanismos de exploração) e as dimensões culturais e políticas (a dominação patriarcal). Segundo Cappellin (1990), o feminismo incorporou a categoria ‘gênero’ como unidade de análise para repensar a organização da sociedade por meio das relações entre os sexos.

Ainda segundo a autora, os ideais feministas irradiaram-se na década de 1980 nos mais diferentes espaços sociais, de modo que foram apropriados por grupos e movimentos de mulheres de diferentes segmentos sociais, a partir dos quais passaram a “elaborar propostas para a construção de um projeto de mudança capaz de incluir a revisão das relações sociais, econômicas e políticas entre homens e mulheres” (Cappellin, 1990, p. 18). Nessa perspectiva,

registram-se diversas lutas relacionadas às condições de vida e reprodução social (creches, transporte, habitação, contra a carestia) e, no que tange ao mundo do trabalho, destaca-se uma “dupla angulação” com reivindicações voltadas para superar as discriminações por sexo nos locais de trabalho — salário, segregação ocupacional, falta de assistência à gestante, e demandas voltadas para vencer as desigualdades no mundo sindical, de participação e exercício da política sindical (Cappellin, 1994 *apud* Pimenta, 2013, p. 157).

Vale salientar que a realização de encontros feministas nacionais (primeiro anualmente e depois de dois em dois anos), a partir de 1979, e de encontros feministas latino-americanos e do Caribe, a partir de 1981 (inicialmente, de dois em dois anos, depois de três em três), reunindo grupos, iniciativas e histórias de diversas localidades, também contribuíram para que as reflexões feministas e os movimentos de mulheres se potencializassem e se expandissem para instâncias políticas como sindicatos, partidos e movimentos comunitários.

Alguns trabalhos apontam a pouca influência das feministas no processo de organização das mulheres rurais (Schaaf, 2001; Paulilo, 2010), enquanto às (aos) agentes pastorais das Comunidades Eclesiais de Base é atribuído um papel central. Entretanto, estabeleceu-se, na década de 1980, um diálogo entre feministas e religiosas que levou, a partir de 1985, à produção da Teologia Feminista, “uma elaboração teológica que investe singularmente na composição entre religião e alguns pressupostos feministas, referenciada a um movimento de mulheres organizadas dentro da Igreja Católica” (Rohden, 1996, p. 96).

Se na década de 1970 parecia ser inconcebível a convivência entre feminismo e religião, na década seguinte foram impulsionadas, a partir da experiência das CEBs, um conjunto de reflexões, inclusive por parte de teólogas que delas participavam como agentes de pastoral. Ao perceberem uma participação diferencial das mulheres nesses espaços, essas teólogas advogaram que elas fossem valorizadas a partir de seu cotidiano e de sua experiência de vida de mulher pobre⁴⁶. A incorporação da Teologia da Libertação ao processo de mobilização das mulheres nas comunidades impulsionou “a entrada efetiva da mulher como sujeito da reflexão teológica institucionalizada, uma área tradicionalmente masculina” (Rohden, 1996, p. 97).

A participação expressiva das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base, as tentativas de releitura da Bíblia por parte de teólogas americanas e europeias e a própria expansão das ideias feministas de igualdade entre os sexos incentivam as teólogas brasileiras a elaborarem novas formas de representação da mulher e da sua relação com o transcendente. São mulheres, na sua maioria leigas, que, envolvidas no trabalho pastoral com as CEBs, passam a

⁴⁶ Nesse período surgem as primeiras publicações das mulheres teólogas, tais como “artigos editados em revistas pastorais ou coletâneas da Teologia da Libertação que se preocupam em dar visibilidade às mulheres na Igreja, dentro da perspectiva de uma nova hermenêutica que leve em consideração a ótica das mulheres” (Rohden, 1996, p. 97).

absorver estas propostas de libertação da mulher e questionar a misoginia que percebem na Igreja e na tradição cristã. No seu trabalho como porta-vozes das mulheres do povo, seja em textos de assessoria aos trabalhos comunitários, publicações mais acadêmicas, ou mesmo teses e dissertações em Teologia, compõem um original arcabouço de ideias combinando religião e feminismo. Especialmente no caso das teólogas católicas, isso se expressa em uma aproximação com as correntes feministas que valorizam a singularidade do feminino (*ibidem*, p. 98).

Schaaf (2001), estudando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul, observa a penetração das ideias da Teologia Feminista na direção do movimento pelo trabalho da pastoral das religiosas, que já vinha atuando junto às mulheres do campo desde a década de 1960, quando se deu início à atuação pastoral feminina. Nesse momento, as religiosas trabalhavam com uma solidariedade assistencialista. Posteriormente, a partir da experiência de convivência com as camadas populares, elas passaram a trabalhar balizadas pela releitura da Teologia da Libertação, doravante a Teologia Feminista⁴⁷.

Nela, a especificidade feminina é reafirmada, o feminino é valorizado, e sua singularidade é utilizada como forma de reivindicar a ocupação de novos espaços pela mulher. “Trata-se de uma busca da igualdade de condições socioeconômicas a partir da diferença do feminino”, segundo Rohden (1996, p. 100).

Não é o caso de discutir, neste momento, as diferentes concepções em jogo quando se trata do feminismo ou de suas diferentes correntes, mas vale destacar que as ideias feministas penetraram os espaços conformados pelas CEBs e alimentaram as reflexões feitas pelas mulheres rurais sobre a sua condição social, ainda que o feminismo não fosse mencionado.

47 Schaaf (2001), revisando esses documentos para averiguar o que eles registravam sobre as mulheres, observou que o documento de Medellín, que resultou de uma das conferências do Concílio Vaticano II, que por sua vez inspirou a Teologia da Libertação, faz escassa referência à problemática. Utilizando uma linguagem ‘androcêntrica’, o texto não menciona as mulheres, sua referência é implícita quando faz alusão aos pobres e marginalizados, à libertação dos pobres e oprimidos e ao compromisso com a justiça e a solidariedade. Já no documento de Puebla encontram-se várias referências diretas às mulheres — tratando da sua marginalização; da sua ausência da vida política, econômica e cultural; da exploração do trabalho; da dupla jornada de trabalho; da insuficiente valorização na própria Igreja; e da importância de elas se organizarem —, mas sem mencionar as causas da situação nem questionar o modelo de família, referindo-se à mulher como “mãe, defensora da vida e educadora do lar”.

De um modo geral, a interação das feministas com as camadas populares se deu, mais fortemente, na década de 1980 (Santos, 2006). De acordo com Pinto (2003), por uma característica do feminismo brasileiro, que mantinha uma relação estreita com os movimentos políticos de esquerda, as feministas entraram em contato com as mulheres da periferia, com elas se solidarizaram e aprenderam a compartilhar a condição de opressão, mesmo sem pertencer à classe operária. Dessa forma, as questões levantadas pelo movimento chegaram até os ‘sindicatos combativos’.

A aproximação das sindicalistas com o feminismo começou no mesmo período [década de 1980]. Ressalvando-se as diferenças e tensões entre cada setor que se organizava na sociedade brasileira, criou-se, na passagem da década de 1970 para 1980, um campo comum de luta. Os movimentos populares apoiavam as greves operárias e os sindicatos combativos (expressão utilizada para referir-se aos que se alinhavam com o novo sindicalismo) davam suporte às reivindicações de bairros. Militantes feministas se aproximavam dos sindicatos, buscando as mulheres trabalhadoras, e chegavam à periferia das grandes cidades para debater o cotidiano das donas de casa. Estas, sob orientação de setores da Igreja Católica, lutavam por água, creche e outros serviços. Nesse mosaico, começou a brotar o relacionamento entre parcela das militantes feministas e parcela das sindicalistas que se tornavam sensíveis às lutas das mulheres. Elas estavam em movimentos de naturezas diversas, mas se identificavam na busca de igualdade e direitos para as mulheres (Delgado, 1998, p. 210).

Apesar de o feminismo no Brasil ter uma marca urbana muito forte, a sua proximidade com as ‘oposições sindicais’ favoreceu uma aproximação das mulheres trabalhadoras rurais, envolvidas nesses movimentos, com os ideais feministas, principalmente por conta das publicações que circulavam e dos cursos de formação dos quais participavam. A temática de gênero passou a se inserir, então, no rol das temáticas da política nacional de formação da CUT.

Nesse sentido, a experiência formativa do Instituto Cajamar (INCA) desempenhou um papel importante. Desativado em 1996, ele funcionava como uma escola de formação sindical e política mantida pela contribuição dos sindicatos. Embora não pertencesse à CUT, mantinha uma programação sindical estreitamente vinculada à proposta da central e atendia ao público dessa entidade (Delgado, 1998). Muitas mulheres rurais passaram pelo Instituto.

O INCA foi mais rapidamente sensível à insistência das sindicalistas e de mulheres de outros movimentos para se incluir a questão da mulher. Desde 1990, trabalhou o tema, num processo que teve formas e intensidade diferentes a cada período, mas que foi amadurecendo ao longo dos anos [...]. Contando com o apoio de um grupo de entidades que formavam o Instituto Coletivo de Gênero do Cajamar (INCA, SOF Sempre Viva Organização Feminista, CUT e mais recentemente Elisabeth Lobo Assessoria ELAS e Fé Menina), a experiência atingiu um número significativo de pessoas, inclusive alguns homens, de todo o país e de diversos movimentos (Delgado, 1998, p. 216).

O ciclo de conferências promovido pelas Nações Unidas — iniciado em 1992, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), no Rio de Janeiro — incidiu na ampliação da agenda do movimento feminista no Brasil⁴⁸. Na ECO 92, o movimento de mulheres brasileiras participou ativamente do fórum composto pelas organizações não governamentais (Fórum Global de ONGs), por intermédio do Planeta Fêmea, um espaço de debates organizado pelos movimentos de mulheres que ocorreu paralelamente à reunião oficial da conferência e promoveu a articulação e o encontro de feministas do mundo inteiro. As discussões ali travadas subsidiaram a elaboração da Agenda 21 de Ação para as Mulheres (Melo; Schumacher, 2000). Várias representantes de movimentos de mulheres rurais participaram ativamente desse espaço, incluindo a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT.

Outro espaço que marcou mais diretamente o diálogo entre o movimento feminista e a organização das mulheres rurais foi a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing, em 1995. No período pré-Beijing houve uma grande mobilização nacional para a participação das mulheres no evento. Encontros preparatórios foram organizados em todo o país e fóruns de mulheres foram criados na maioria das unidades da federação, resultado da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), criada em 1994, justamente para promover uma participação ampliada do movimento de mulheres na IV Conferência.

Esse processo culminou com a realização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras Rumo a Beijing, em junho de 1995, com a participação de 651 delegadas de 24 estados brasileiros (Ferreira; Bonan, 2005). Na conferência foi aprovado o

48 À Conferência do Rio seguiram-se as conferências sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) e sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994). Ambas trataram assuntos de interesses específicos da agenda feminista (Melo; Schumacher, 2000).

Documento das Mulheres Brasileiras, contendo as suas principais reivindicações.

No Fórum Mundial de Organizações não Governamentais (ONGs), que ocorreu em Huairou (China), paralelo à conferência, estiveram presentes cerca de trinta mil mulheres, discutindo as grandes linhas e orientações das mudanças desejadas, entre elas as ‘rurais da CUT’, além de várias ONGs feministas.

Os movimentos de mulheres não apenas influenciaram as propostas sugeridas pelo governo brasileiro à reunião internacional, como também os documentos oficiais. Além disso, uma representante da AMB foi integrada à delegação oficial brasileira para Beijing e assumiu a função de monitorar as políticas públicas, no sentido de pressionar o governo no cumprimento da Plataforma de Ação de Beijing (Ferreira; Bonan, 2005; Melo; Schumacher, 2000), que, no conjunto, objetivava remover os obstáculos à participação ativa da mulher em todas as esferas da vida pública e privada, por meio da participação igualitária e completa nos processos de tomada de decisões políticas, econômicas, sociais e culturais. A declaração política da Conferência de Beijing, que institucionalizou o dia 15 de outubro como o Dia Mundial da Mulher Rural, por sua vez, comprometia os governos a assegurar o “acesso igualitário a todas as mulheres, incluindo as da área rural, como agentes vitais do desenvolvimento, dos recursos produtivos, oportunidade e dos serviços públicos” (Declaração de Pequim, 1995).

A IV Conferência Mundial da Mulher também marcou o início da articulação da Marcha Mundial das Mulheres, cuja criação foi inspirada na Marcha Pão e Rosas, que ocorreu em 1995, no Canadá, reunindo 850 mulheres que marcharam durante dez dias pelo interior do Quebec, reivindicando e cantando *Du Pain et des Roses pour changer les chose*⁴⁹. A principal conquista dessa manifestação foi o aumento real do salário-mínimo. Essa experiência, compartilhada com mulheres representantes de movimentos de diversos países, serviu de inspiração para que, durante o fórum paralelo à Conferência de Beijing, fosse lançada a ideia de uma iniciativa mundial contra a pobreza.

Assim, em 1998, em Montreal, foi realizado o primeiro encontro internacional preparatório para a Marcha Mundial das Mulheres, com a presença de 140 delegadas de 65 países de todos os continentes, momento no qual foi constituído o Comitê de Ligação Internacional (CLI), composto por quarenta mulheres de diferentes regiões do mundo, com a responsabilidade de dar continuidade à preparação das ações globais. Nesse encontro foram adotados os dois temas

49 “Pão e Rosas para transformar as coisas” [Tradução minha].

da marcha: eliminação da pobreza no mundo e eliminação da violência contra as mulheres, que foram desdobrados em dezessete reivindicações mundiais. O segundo encontro preparatório da CLI ocorreu em 1999, mesmo ano em que a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) declarava, publicamente, o seu apoio à marcha, lançada oficialmente em 8 de março de 2000, Dia Internacional da Mulher, com uma campanha visando recolher assinaturas em apoio às suas reivindicações. Sob o lema “2000 boas razões para marchar”, foi dado início à marcha por todo o mundo, com ações programadas pelas organizações que a ela aderiram. Foram constituídos comitês nacionais de coordenação em cada país, que redigiram plataformas de reivindicações e organizaram as ações e marchas nacionais.

Em âmbito nacional, estadual, regional e/ou local, os grupos puderam elaborar seu próprio calendário de atividades, considerando as datas significativas para o movimento de mulheres. Essa campanha se encerrou em 17 de outubro do mesmo ano, Dia Mundial para Erradicação da Pobreza, com manifestações de encerramento que mobilizaram milhares de mulheres em todo o mundo. Nessa ocasião, foi entregue à ONU um abaixo-assinado com cerca de cinco milhões de assinaturas em apoio às reivindicações da marcha e a Carta das Mulheres Brasileiras, exigindo terra, trabalho, direitos sociais, autodeterminação das mulheres e soberania do país.

No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) se fortaleceu no 1º Fórum Social Mundial e aglutinou setores como o movimento autônomo de mulheres e os movimentos popular e sindical, rural e urbano. Inicialmente, essa articulação se deu por intermédio da Secretaria de Mulheres da CUT (na época, Comissão de Mulheres) e da Sempreviva Organização Feminista (SOF), que atualmente integra o Comitê Internacional da MMM. Foi a partir dessa articulação que a, então, Coordenação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG⁵⁰ aderiu à Marcha Mundial das Mulheres, contribuindo para a construção da plataforma nacional e participando ativamente do processo de mobilização, da construção da Carta das Mulheres Brasileiras e do recolhimento de assinaturas de apoio às suas reivindicações, passando a fazer parte, assim, do Comitê Nacional.

De um modo geral, no Brasil, os anos 1990 se caracterizaram, do ponto de vista do movimento feminista, pela introdução de novas temáticas no cenário público: as ações afirmativas e as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e nas listas de candidaturas aos cargos legislativos,

50 A Coordenação se tornou Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais por ocasião do 10º Congresso da CONTAG, em 2009.

medidas para superar a quase ausência das mulheres nesses ambientes — o que teria grande repercussão no movimento sindical. A política de cotas⁵¹, que previa a participação de, no mínimo, 30% de mulheres na diretoria executiva da CONTAG, foi aprovada no 7º congresso da confederação. Conquista das mulheres, a política de cotas se tornou um instrumento importante para garantir a participação do público feminino em cargos de direção no MSTTR.

Enfim, é possível perceber que o contato das mulheres trabalhadoras rurais, organizadas em grupos e movimentos, com o feminismo se deu de maneiras diferentes, de modo que os ideais feministas acabaram por penetrar seus espaços de atuação, incidindo sobre decisões e ações. O fato é que, ao se organizar politicamente, das mais diferentes formas, e ocupar o espaço público, essas mulheres formularam e apresentaram, conforme Cappellin (1990, p. 19), “plataformas de reivindicações que buscam articular as lutas contra a expropriação da terra e a exploração do trabalho”, por meio das quais denunciam “as formas específicas de opressão, próprias à condição de gênero” (*ibidem*), expressando, por intermédio dos movimentos em que atuam, o que a autora chama de “aspirações feministas” (*ibidem*).

O movimento feminista, o novo sindicalismo, representado pelas oposições sindicais, e a Igreja Popular, por intermédio das CEBs e pastorais, se tornaram, no processo de organização das mulheres rurais, centros de elaboração discursiva, ou matrizes discursivas⁵², tomando de empréstimo o termo utilizado por Sader (1995) ao analisar a emergência dos movimentos sociais em São Paulo na década de 1970.

A Marcha das Margaridas se constituiu recorrendo a tais matrizes, “entendidas como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado” (Sader, 1995, p. 143)⁵³. Trilhando as pistas deixadas por Sader,

51 Em 1991, a política de cotas já havia sido adotada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 1993, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), garantindo o mínimo de 30% de mulheres nos cargos.

52 A relação entre esses agentes sociais pode ser pensada em termos de ‘conexões ativas’, como sugere Doimo (1995, p.75), estabelecidas entre interlocutores comuns que recuperaram nas suas ações a ideia de “povo como sujeito de sua própria história”.

53 Para Sader (1995, p. 143), “os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais”. Entretanto, na sociedade é possível encontrar agências que, embora participando da cultura instituída, expressam práticas de resistência e projetos de ruptura. Assim, da Igreja, dos grupos de esquerda desarticulados e da estrutura sindical surgem, respectivamente, as Comunidades Eclesiais de Base, “novas formas de integração com os trabalhadores”, e o “novo sindicalismo”, como expressão de tais práticas.

foi possível perceber que a Igreja Popular, refletida na Teologia da Libertação, o novo sindicalismo, expresso pelas oposições sindicais, e o movimento feminista constituíram novas formas de agenciamento social que acabaram por abrir “espaço para a elaboração de experiências até então silenciadas ou interpretadas de outro modo” (*ibidem*).

Muitas das interlocutoras desta pesquisa, em suas falas, se referiam a um ou outro momento, a um ou outro desses agentes sociais (Igreja, sindicalismo, feminismo) como tendo um significado importante nas suas trajetórias políticas. Recorrendo a essas matrizes discursivas, elas dão sentido aos acontecimentos e a si mesmas e tecem, com suas próprias palavras, a trama de sua atuação política.

O sindicalismo de trabalhadores(as) rurais e os movimentos autônomos de mulheres

Não obstante a mobilização das mulheres rurais não tenha se formado na prática sindical, a ampliação das suas organizações políticas, na década de 1980, estende-se, paulatinamente, à sua participação nos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs)⁵⁴. Simultaneamente, movimentos independentes passam a emergir por todo o país (Paulilo, 2004; Deere, 2004).

Nesse período, ocorrem encontros de fundação de associações autônomas de mulheres trabalhadoras rurais em vários estados: Santa Catarina, em 1984; Paraná, em 1985; Pernambuco e Espírito Santo, em 1987; e Rio Grande do Sul, em 1989 (Deere, 2004, p. 182), dando origem aos movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais, os MMTRs.

No âmbito do movimento sindical, a mobilização das mulheres culmina com a criação, em 1986, da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural junto ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT. Em 1989 é criada a Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, vinculada à presidência da CONTAG. Em 1995, a Confederação, no seu 6º congresso, aprova a sua filiação à CUT e cria a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), que começa a figurar nos estatutos da CONTAG, e sua coordenadora

54 Só a partir do 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR), realizado em abril de 1998, se passou a incorporar mais um T de ‘trabalhadoras’ às siglas dos sindicatos de trabalhadores rurais, passando a serem expressos como STTRs, manifestação do crescente protagonismo político das mulheres na luta por reconhecimento e visibilidade.

passa a integrar a diretoria do órgão, com direito a voz e voto. Em 1997, o 7º Congresso da CONTAG já contava com a participação de 42% de mulheres e aprovou a instituição de, no mínimo, 30% de mulheres para a direção executiva da confederação (Abramovay; Silva, 2000). A Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG⁵⁵ só viria a ser criada doze anos depois, no 10º congresso, em 2009. Ironicamente, no mesmo congresso foi aprovada a desfiliação da CONTAG à CUT. Cabe ressaltar que todas as dirigentes que assumiram a coordenação ou a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, até então, participaram das oposições sindicais nos seus respectivos estados e são ligadas a sindicatos e federações filiados à CUT⁵⁶.

A década de 1990 marcou, assim, a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passaram a reivindicar participação nos cargos de direção, pressionando o surgimento, dentro das estruturas sindicais, de comissões e coordenações direcionadas especificamente às mulheres, em âmbito nacional, estadual e municipal. Inaugura-se, então, um novo período na trajetória de lutas por participação sindical das mulheres rurais (Pimenta, 2013). Muitos movimentos que haviam sido criados em torno da questão feminina, mesmo tendo conquistado o direito à sindicalização, decidiram por manter-se autônomos em relação à estrutura sindical, por considerarem que nesses espaços mistos não havia a valorização da luta das mulheres.

Os MMTRs estaduais eram frequentemente formados por mulheres membros dos sindicatos filiados à CONTAG ou à CUT e que sentiram necessidade de criar seu próprio espaço para lidar com questões de gênero e com os interesses das mulheres. Embora algumas mulheres tenham chegado a posições de liderança dentro dos sindicatos rurais e em outros movimentos, como o MST, elas frequentemente se frustravam quando suas reivindicações específicas de gênero eram consideradas irrelevantes ou menos importantes do que as reivindicações de classe e econômicas que motivavam essas organizações (Deere, 2004, p. 182).

55 A partir de 2015, quando a CONTAG passou a representar tão somente a agricultura familiar, esta secretaria passou a ser nomeada Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares.

56 Para Deere (2004, p. 181), alguns fatores que explicam a abertura da CONTAG a mulheres membros foi o crescimento do novo sindicalismo e a competição entre a CONTAG e a então formada Central Única dos Trabalhadores (CUT) por novos membros. “Pela primeira vez, em muitos anos, eleições disputadas estavam acontecendo em níveis estaduais e municipais, e as mulheres estavam sendo vistas como uma força positiva potencial para a mudança dentro da estrutura sindical tradicional. Por volta de 1987, as mulheres representavam, aproximadamente, 29% dos membros dos sindicatos filiados à CONTAG”.

Muitos desses movimentos, nos momentos iniciais de sua história, procuraram se articular no interior do sindicalismo. No entanto, aos poucos, se autonomizaram em relação ao movimento sindical, assim como em relação à Igreja, tornando-se independentes, embora mantendo alianças com alguns segmentos desses espaços, como é o caso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA), que depois se juntaram na sigla do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Também foram constituídos ‘movimentos’ que se organizaram por caminhos próprios, por vezes mantendo laços com o sindicalismo, mas com autonomia em relação a ele. Entre eles podem ser citados o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)⁵⁷, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC), em Pernambuco⁵⁸, e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Segundo Bordalo (2006), a questão colocada por tais movimentos era a de que a estrutura sindical não comportaria as demandas específicas das mulheres, restringindo a sua participação, de modo que, juntamente à luta pela sindicalização, esses movimentos passaram a desenhar novas trajetórias de participação política. Nas palavras de Choinaski (1998, p. 225):

A realidade no campo, no início dos anos 80, era a seguinte: nós, camponesas, não tínhamos nenhuma participação, nem no sindicato, nem na cooperativa ou na política. Não éramos reconhecidas como trabalhadoras e cidadãs. Principalmente por meio da Igreja, começaram a discussão e a articulação de oposições aos sindicatos pelegos. Nesse mesmo período, também houve a necessidade de se fazer a sindicalização das mulheres. Porém, as mulheres ajudavam a ganhar os sindicatos e não tinham participação como associadas, e muito menos nas direções. Começou-se a discutir, então, a organização das mulheres, o Movimento de Mulheres Agricultoras.

57 Inclusive, no encontro de criação do MMTR-NE, em 1987, um dos temas que dominaram a discussão, de acordo com Deere (2004), foi a necessidade de aumentar a participação de mulheres nos sindicatos, além da reivindicação pela reforma agrária.

58 Foram justamente as mulheres organizadas no MMTR do Sertão Central que levaram para o 4º Congresso da CONTAG, em 1985, a reivindicação do direito de participar do movimento sindical na condição de trabalhadoras sindicalizadas.

Em 1986, com a finalidade de criar uma organização nacional das trabalhadoras rurais, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres, em Barueri, São Paulo, apoiado pela CUT e pelo MST. Contudo, ao final do encontro, a formação de uma articulação nacional de movimentos de mulheres rurais foi considerada prematura pelo conjunto de movimentos que lá estavam, limitando-se à resolução de que estes deveriam concentrar esforços para a criação de redes regionais. De acordo com as considerações de Deere (2004), esse encontro impulsionou o surgimento do MMTR-NE, em 1986, concebido a partir de uma articulação do MMTR do Sertão Central de Pernambuco com o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano; e da Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais — Sul (AIMTR — Sul)⁵⁹, em 1988, que envolveu os três estados da região Sul mais os estados de São Paulo e Mato Grosso. Posteriormente, em 1995, foi criada — em um encontro em São Paulo, com representantes de dezessete estados — a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), organização que reunia em uma rede movimentos de todo o país⁶⁰.

Para Bordalo (2011), o processo de constituição de uma articulação nacional entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais foi marcado por profundas divergências entre as mulheres das regiões Sul e Nordeste. Analisando o documento

59 Faziam parte da AIMTR as seguintes organizações: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DETR-Paraná, Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul e Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (Deere, 2004, p. 197).

60 As organizações presentes no encontro que deu origem à ANMTR foram: Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Movimento de Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul, Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DETR-Paraná — integrantes da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul) —, Comissão Estadual de Mulheres da FETAGRI-RO, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE), Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR-CUT), Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Sergipe (MMTR-SE) (Bordalo, 2011, p. 62; Deere, 2004, p. 197). Esse encontro visou à constituição de um espaço de discussão, elaboração, unificação e encaminhamento das lutas, e teve como resolução a concentração de esforços em ações para assegurar, na prática, os direitos adquiridos na Constituição, tais como aposentadoria paga e assistência à saúde, e a execução de ações coordenadas em torno de um tema, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, além de intensificar a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (Bordalo, 2011, p. 63).

resultante desse encontro, a autora afirma que ele se alinhava “às orientações apresentadas pelos movimentos da região Sul, frisando as articulações políticas já estabelecidas com outros movimentos sociais e entidades tais como, por exemplo, o MST e a CUT” (Bordalo, 2011, p. 62), ambos colocados como interlocutores por excelência das mulheres rurais na discussão sobre a relação entre as lutas de classe e gênero, apesar de serem criticados no que se refere aos conflitos de gênero. A ANMTR representou, de fato, a convergência dos movimentos anteriormente integrados à AIMTR-Sul, que deixou de existir após a constituição da articulação nacional. Os demais movimentos adotaram, nesse momento, a posição de estabelecer as lutas que são unificadoras, sem significar, entretanto, que houvesse afinidades políticas mais profundas, a exemplo do MMTR-NE.

No início dos anos 2000, por divergência na forma da condução política da luta das mulheres, a ANMTR se desfaz e, em 2004, é criado o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), mais alinhado à Via Campesina⁶¹, sem a presença do MMTR-NE. Para Bordalo (2008; 2011), o fim da ANMTR aponta, grosso modo, para uma bifurcação nos caminhos tomados pelos movimentos articulados regionalmente, de modo que em Pernambuco e nos demais estados do Nordeste a campanha por uma maior e mais qualificada participação das mulheres na estrutura sindical permaneceu, ao longo dos anos, como uma questão fundamental, enquanto os movimentos da região Sul percorreram o caminho oposto, ao buscar fortalecer politicamente o próprio movimento como representante legítimo das mulheres do campo em relação ao Estado, do qual afirmam manterem-se autônomos. Referência à autonomia também é feita em relação às organizações mistas, como as instâncias do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Se organizar de forma autônoma era identificado como algo positivo por ter contribuído para aprofundar as questões e as especificidades das mulheres no meio rural, a partir da perspectiva feminista (Bordalo, 2011).

De um modo geral, é possível observar que embora todos esses movimentos tenham surgido de mobilizações que envolviam homens e mulheres, seus contextos e histórias distintas resultaram em características organizacionais, metas e estratégias significativamente diferentes.

61 Originada em 1992, na Nicarágua, a Via Campesina é uma articulação internacional composta por movimentos sociais e organizações camponesas de todo o mundo, visando articular os processos de mobilização social dos povos do campo.

É inegável, entretanto, que as mulheres trabalhadoras rurais inauguraram um novo tempo no sindicalismo rural. Como vimos, desde a década de 1980 a sua participação no movimento sindical foi se ampliando e sua organização se fortalecendo, por meio das comissões e da realização de encontros, seminários e plenárias nacionais de mulheres. No entanto, “seguiram encontrando diversas barreiras no espaço sindical que passavam pela discriminação e desqualificação, pelo desempenho de tarefas auxiliares e falta de recursos para viabilizar o seu trabalho organizativo e de participação política” (Pimenta, 2012, p. 31), e esse foi um dos fatores que motivaram a organização de uma grande marcha entre as mulheres, como veremos logo mais.

A Marcha das Margaridas se anuncia

Em que pese a grande expectativa depositada nos movimentos sociais na década de 1980 como protagonistas da transformação social, esses atores, segundo Lavallo, Castello e Bichir (2004), somem da pauta acadêmica na década de 1990. Fala-se, insistentemente, a linguagem da crise dos movimentos sociais, que adviria da perda do seu protagonismo, decorrendo daí a diminuição da visibilidade de sua atuação. Fala-se também no “refluxo dos movimentos sociais”, em decorrência do “processo de institucionalização e normalização de formas de ação coletiva altamente visíveis no contexto da transição democrática” (Lavallo; Castello; Bichir, 2004, p. 37).

Entretanto, contrariando a ideia de ‘morte’, ‘desarticulação’, ‘cooptação’ ou ‘refluxo’ dos movimentos sociais, que teriam perdido o seu poder articulatório, a Marcha das Margaridas surge, nos anos 2000, propondo um formato organizativo e a formulação de uma estratégia de ação coletiva própria, para dar reconhecimento e legitimidade à sua ação política, demonstrando, assim, uma grande força mobilizatória. E, marchando, as mulheres adentram o espaço público, reivindicam sua visibilidade e a afirmação de outras identidades na sua construção como sujeito político. Sem abrir mão de reivindicações históricas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, elas pautam novas questões e ampliam o campo de temas e problemas que adentra o universo das relações sociais.

Anunciando continuidades no campo de ação política do movimento de mulheres rurais, a Marcha, em um sentido mais amplo, revela também transformações importantes. Ela tem algo a dizer sobre as formas que assume, hoje, a atuação dos movimentos sociais, ao propor um modo de atuação que, como veremos mais adiante, ainda que não prescinda da estrutura, resulta de um processo articulatório, tendo

em vista seu aspecto organizacional e de ação movimentalista⁶². É possível pensar essas articulações em termos de rede, uma vez que elas se remetem a uma diversidade de atores, grupos, temas e discursos que interagem, se organizam formal ou informalmente, ou instituem novos campos discursivos (Dagnino, 1999, p. 27), configurando, assim, um “tecido movimentista”, “heterogêneo e múltiplo” (Carvalho, 1998) cuja finalidade é produzir visibilidade, impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania (Scherer-Warren, 2006).

Apresentando uma transformação na sua estrutura, bem como na sua dinâmica, o movimento de mulheres do campo e da floresta, atuando em rede, não mais limita as suas demandas ao âmbito local nem às suas especificidades de mulheres trabalhadoras rurais. As suas questões específicas puderam ser traduzidas para novos significados ao serem conectadas a questões mais gerais dos movimentos em rede⁶³.

A atuação da Marcha em rede permite-lhe extrapolar a delimitação do raio de ação de movimentos que atuam em espaços mais localizados, como o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) ou o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Ao desenvolver estratégias políticas e propostas programáticas em torno de suas necessidades e de sua noção de direitos, a Marcha conecta os espaços locais com espaços regionais, nacionais e até internacionais. Além disso, a construção de estratégias consensuais entre os diversos movimentos, organizações e redes que a compõem fortalece sua posição na negociação frente ao Estado e ao movimento sindical, visto que a grande maioria das mulheres é vinculada aos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que compõem o sistema CONTAG.

Outro aspecto importante está relacionado ao fato de a Marcha das Margaridas propor, mediante suas reivindicações, mudanças que podem ser entendidas tanto como econômico-estruturais quanto simbólico-culturais (Scherer-Warren, 1993). Essas mudanças contribuem para a formação de novos sistemas de valores e se constituem como força de pressão ao sistema institucional e aos padrões dominantes, contrários aos princípios éticos que compartilham, como o combate à fome, à miséria e à violência, ou ideais de justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Nessa perspectiva, as demandas apresentadas pelas mulheres em marcha

62 No sentido utilizado por Doimo (1995), ao se referir ao movimento de uma ação para gerar estado de mobilização e pressão.

63 Sobre o conceito de rede de movimentos sociais, ver Scherer-Warren (1993).

incluem tanto o reconhecimento cultural, o reconhecimento da diferença, quanto a redistribuição econômica, e responde, de certa forma, aos dilemas postos por Fraser (2004) ao discutir a noção de justiça.

A luta por reconhecimento visa eliminar barreiras culturais e valorativas numa determinada sociedade para a constituição de sujeitos em suas singularidades, enquanto a luta por redistribuição visa superar a exploração de classe, reque-rendo uma reestruturação da economia política para alterar a distribuição de custos e benefícios sociais. A Marcha das Margaridas denuncia a injustiça socio-econômica, enraizada na estrutura político-econômica da sociedade, e a injustiça cultural ou simbólica, arraigada a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, e mostra que, no cotidiano daquelas mulheres, cultura, economia e política estão imbricados, de modo que, no clamor por justiça, estão implicadas demandas por redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2004).

Nesse sentido, a Marcha das Margaridas vem mostrando, para a sociedade e para o próprio movimento sindical, uma extraordinária capacidade de ampliar as dimensões constitutivas da identidade das trabalhadoras rurais, ao se nomearem mulheres do campo, da floresta e das águas; de renovar antigas bandeiras de lutas; e de reafirmar os seus direitos, ao propor a construção de políticas públicas que respondam às suas reivindicações.

Entretanto, é apenas quando adentramos o processo de feitura da Marcha que desvelamos os sujeitos que se constituem no seu próprio fazer. E é a isso que me proponho a partir de agora.

E aí fizemos a Marcha

Para compreender o processo pelo qual se deu o surgimento da Marcha das Margaridas, comecei me perguntando o que incitou, num determinado momento, diferentes pessoas, diferentes mulheres, a se voltarem à sua realização.

Foi centrando-me na noção de figuração⁶⁴, cunhada por Nobert Elias, que busquei ‘resgatar’ a dimensão vivida da Marcha por algumas das mulheres que a conceberam, tomando-a como uma trama relacional na qual os sujeitos sociais estão ligados por uma rede de interdependências. O autor entende figuração como uma formação social específica, constituída por dependências recíprocas num “entrançado flexível de tensões” (Elias, 2005, p. 142), de modo que o fundamental é “saber de que modo e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo, assim, figurações dinâmicas específicas. Só é possível a pista de uma resposta para tal questão se determinarmos as interdependências entre indivíduos” (Elias, 2001, p. 213-214).

Como toda figuração, a Marcha das Margaridas foi favorecida por uma conjugação de condições sociais. Para identificá-las, foi necessário estranhar o seu surgimento e perguntar: como ela se tornou possível? Assim, procurei não uma causa que a tivesse determinado, mas entendê-la a partir de tais condições e do conjunto de relações que se estabeleceu a partir delas.

Ou seja, para entender o surgimento da Marcha, me interessava precisar como em um determinado contexto se deram os arranjos, as teias de interdependências, e como essas relações influenciaram nos rumos dos acontecimentos, nas escolhas e vicissitudes da Marcha como um processo, sem sentido previamente definido.

64 Chartier (2001, p. 13), no prefácio do livro *Sociedade de Corte*, de Nobert Elias, explicita a significação do conceito de figuração em Elias enunciado em “*Qu’est-ce que la sociologie?*”: “uma figuração é uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis (os jogadores de um carteadado, a sociedade de um café, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões”.

Isso traz implícita a compreensão de que a Marcha, como processo social, não pode ser entendida apenas desde os atributos de determinados indivíduos, e tampouco a partir de atributos de um sistema ou de uma totalidade, mas pela explicitação de vários elementos interdependentes que resultaram em uma figuração específica das relações sociais naquele contexto. Procurei, então, realizar uma análise etnográfica. Tentei reconstituir, pelas narrativas, o fazer dessa trama relacional e, ao mesmo tempo, busquei resgatar dimensões da ação e da experiência que desembocassem numa certa compreensão das motivações que estiveram na base do envolvimento com a Marcha.

O percurso que tracei me fez perceber que a Marcha não era o mero resultado causal do processo de organização política das mulheres trabalhadoras rurais, mas se configurava pelos laços múltiplos e heterogêneos que as próprias pessoas entreteciam. Nesse sentido, a Marcha apresentava uma natureza relacional: uma trama de vínculos de interconhecimento pela qual minhas interlocutoras transitavam. E, assim, a noção de figuração de Elias (2005; 2001) me pareceu um conceito operativo para desenhar essa trama e explorar esses vínculos de interconhecimento em termos de dependências recíprocas que ligavam minhas interlocutoras a múltiplas direções (Quirós, 2010).

Iniciei a reconstituição dessa trama a partir da fala de duas mulheres lideranças sindicais idealizadoras da Marcha: Margarida Ilda e Raimunda Mascena. Isso não significa, em absoluto, que elas foram as únicas importantes lideranças, apenas que elas ocupavam um lugar que nos ajuda a pensar a trama tecida. O protagonismo que exerceram determinadas mulheres na construção da primeira Marcha das Margaridas não pode ser entendido fora de outras dimensões relacionais de suas vidas, e procurarei ilustrar isso desde a fala dessas duas personalidades. Algo particularmente importante, porque considero que o processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais no âmbito sindical e a maneira como esse processo foi experienciado pelas próprias mulheres se apresentam como uma das condições que favoreceram a figuração específica assumida pela Marcha das Margaridas.

Conheci Margarida Pereira da Silva, Ilda, como é chamada, em uma das reuniões da Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas, embora já a conhecesse há alguns anos pelas referências feitas ao seu nome por pessoas que atuavam junto aos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. E com a alegria que lhe é peculiar, ela se dispôs a conversar comigo sobre a Marcha.

Ilda foi a primeira coordenadora nacional de mulheres trabalhadoras rurais. A criação de uma coordenadoria de mulheres (com status de diretoria) ligada à Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras

Familiares (CONTAG) deu-se mediante aprovação no 6º congresso da confederação, em 1995, e contou com “regulamentação estatutária, destinação de recursos, representação no Conselho da CONTAG e liberação da coordenadora, o que significava a garantia de pagamento de gratificação” (Pimenta, 2012, p. 30).

Ao nos contar sobre o seu ingresso no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), Ilda faz uma digressão no tempo. Falante, contadora de histórias, ela nos remete à sua infância. Nascida em 1948 na comunidade de ‘Diogo’, local onde vive até hoje, no município de Surubim, Pernambuco, Ilda, a quarta dos quatorze filhos de um pequeno proprietário de terra e bodegueiro, e de uma agricultora e ‘dona de casa’, nos conta em detalhes passagens de sua infância; das suas traquinagens de menina; do esforço dos seus pais para que os filhos estudassem; da sua pouca afeição aos estudos — “eu não gostava de estudar. Mesmo assim, meus pais ficavam tentando fazer com que eu tomasse gosto pelos estudos” —; da sua paixão pela roça — “preferia trabalhar limpando mato, porque, no final do dia, percebia o que tinha feito” —; do seu casamento; da violência e dos maus tratos sofridos pelo marido; da sua fuga do lar, deixando os quatro filhos — “se não tivesse tomado essa decisão, teria morrido” —; do apoio da sua família; e do seu retorno à comunidade para resgatar os filhos, após o marido tê-los deixados com a sua mãe e ido embora.

Tudo isso Ilda me contou para me dizer como ingressou no movimento sindical: “Com a minha separação, associei-me ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Surubim, em 1973, para ser beneficiada pelo atendimento médico e odontológico que era oferecido”. Segundo ela, o “despertar para a luta de classe” só ocorreu nos anos 1980, por influência da mãe, que insistia para que ela a acompanhasse e participasse das assembleias mensais e das reuniões do sindicato. Além disso, ela estava particularmente sensibilizada com a leitura do livro de Moema Viezzer, *Se me deixam falar... Testemunho de Domitila, uma mulher das minas da Bolívia*, que versava sobre a história de Domitila Barros de Chungara, uma mineira boliviana que nos anos 1970 liderou uma greve de fome que findou por derrubar o poder do general Hugo Benzer. A partir de então, Ilda começou a participar das reuniões da comunidade e tornou-se delegada sindical de base, atuando nas comunidades vizinhas e participando das discussões nas reuniões deliberativas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Pernambuco (FETAPE).⁶⁵

65 A sigla FETAPE, assim como as siglas da grande maioria das federações dos trabalhadores na agricultura (FETAGs), com a dissociação da categoria dos assalariados rurais, passou a ser denominada Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado de Pernambuco. Para nos referirmos às federações, utilizaremos a forma como as siglas eram significadas em 2011.

De delegada sindical, Ilda se tornou diretora do Sindicato de Surubim, primeiro como secretária do conselho fiscal e depois como secretária-geral. Devido à sua atuação, foi escolhida para representar o Polo Sindical do Agreste Setentrional, que aglutinava dezesseis sindicatos, na Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco — “com a participação nesta comissão, fui descobrindo a importância das mulheres no movimento sindical” —, que, posteriormente, escolheu-a para fazer parte da Comissão Nacional Provisória de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, representando Pernambuco. Segundo Ilda, foi participando dessas comissões específicas com mulheres que ela descobriu o quanto as trabalhadoras rurais eram discriminadas e exploradas pelos próprios “companheiros dos sindicatos”. Em 1991, durante o 5º Congresso da CONTAG, ela foi eleita suplente da direção, e no 6º congresso assumiu a coordenação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, de 1996 a 1998.

A fala que se segue dá uma noção do ambiente que se instaurou no movimento sindical ‘CONTAGuiano’ com a entrada das mulheres na sua direção, e como isso foi sentido por Ilda Margarida:

Eu fui eleita, aí disseram assim, você vai pra casa, só começa em janeiro [o congresso ocorreu em maio de 1996]. Eu assumi a coordenação, mas foi muito sofrimento, muito difícil. Primeiro, eu saí do sindicato de Surubim e vim direto pra cá. Mesmo que eu já tivesse alguma discussão na Comissão Nacional, eu participava de algumas reuniões do Conselho da CONTAG, participava no estado, mas é diferente de você entrar pra uma direção que já tinha começado o mandato, onde eram nove homens e só eu de mulher. Me deu, assim, um bloqueio na minha mente, eu sei que eu participava das reuniões da direção e não falava nada, eu não fazia uma intervenção, as coisas vinham na minha cabeça, mas eu não conseguia jogar pra fora. Aí, eu, angustiada, porque a gente sabe que os homens já têm dificuldade, eles não aceitam as mulheres nessas discussões, já não gostam, e uma mulher ficar calada... Aí é que eles não gostam mesmo, eu sabia que os comentários eram grandes. Eu fui fazer terapia e um curso de oratória, eu sei que me ajudou muito. A partir daí, comecei a fazer as intervenções e a enfrentar, porque não era só a direção que eu tinha que enfrentar, eu tinha que enfrentar também alguns funcionários, e aí eu achava ainda mais grave, porque era uma discussão de diretoria, os assessores e assessoras participavam também da discussão, mas tinham coisas que, eu acho, eles eram pra contribuir, não pra criticar.

Uma das coisas que comecei defendendo foi dar visibilidade às mulheres, porque a gente lia qualquer documento da CONTAG e tudo era no masculino, não dava visibilidade às mulheres, era como se não existissem mulheres associadas no sindicato, fazendo parte do movimento sindical. Aí eu comecei a exigir que colocassem nos documentos: elas e eles, as mulheres e os homens, os trabalhadores e as trabalhadoras. Eu lembro que teve uma vez que um assessor muito poderoso ficou rindo de mim. Quando eu falei isso, ele deu uma risada. “Por que você tá rindo? Você tá rindo, mas você não pode rir não, porque quem paga o seu salário aqui são as mulheres, se você for pro fichário dos sindicatos, quem mais tá em dia são as mulheres, então nós, mulheres, pagamos o seu salário”.

Foi muito enfrentamento, eu acredito que as meninas hoje... Tem também, mas, assim, começar a discussão da cota, que foi no meu mandato, qualquer fala que se ia falar, fazer, com relação às mulheres... Teve uma vez que um rapaz chegou e disse: “As mulheres têm capacidade? As mulheres têm capacidade de ser diretora?”. Aí eu me inscrevi e disse: “Olha, primeiro eu gostaria de saber onde os homens medem, ou pesam a capacidade deles. Porque nós, mulheres, sabemos que temos capacidade, não precisamos medir pra dizer a vocês qual o tamanho ou peso da nossa capacidade, o tempo vai dizer isso, a gente vai participar, a gente tem direito porque nós somos associadas, nós pagamos o sindicato, e aí a gente vai participar, e o tempo vai dizer se a gente tem ou não capacidade. Porque ninguém mede a capacidade dos homens. Vocês escolhem um homem, o homem começa a participar, às vezes ele nem dá certo, mas vocês ficam bem caladinhos (Ilda Margarida, 2011).

Ilda se tornou uma das lideranças do MMTR-NE, do qual começou a fazer parte ainda quando pertencia às instâncias de direção do movimento sindical.

Raimunda Celestina de Mascena, Raimundinha, como é conhecida, assumiu o lugar de Margarida Ilda na Coordenação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG em 1998 e ali ficou até 2005, durante duas gestões, para depois assumir a Secretaria de Formação e Organização Sindical da Confederação. Foi no período em que estava nessa secretaria que a conheci, se bem que, assim como no caso de Ilda, também já tivesse ouvido falar dela em outros espaços, nesses meus trânsitos entre os movimentos. Eu havia sido convidada pela Escola Nacional de

Formação da CONTAG (ENFOC)⁶⁶ a contribuir no Curso Regional Nordeste, realizado no Maranhão, com o tema Matrizes do desenvolvimento rural no Brasil, e lá nos encontramos. Depois disso, estivemos juntas em outros espaços e estabelecemos uma relação de proximidade.

A figura da Raimundinha é emblemática, porque foi na sua primeira gestão à frente da Coordenação Nacional de Mulheres Trabalhadora Rural da CONTAG que ocorreu a primeira da Marcha das Margaridas. Cearense, do Sertão dos Inhamuns, Raimundinha, então com 45 anos, é filha de um casal de camponeses, Dona Nenzinha e seu Antônio, este já falecido. Junto com os outros irmãos, começou cedo a militância política. “O que nos fez, o que transformou essa família em militantes? Porque não sou só eu, minha família é de militantes. Mas o que me fez chegar até aqui foi a falta de terra, a falta de comida e o pagamento da renda, muito alta, ao patrão.”. Diferentemente de Ilda, que começou sua vida política no sindicato, Raimundinha vem das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde iniciou sua militância nos anos 1980. “Eu não entrei pela porta do sindicato, eu entrei pelas CEBs, das CEBs eu fiz o caminho para as oposições cutistas⁶⁷. Na década de 1990, eu dei passos para chegar à direção dos sindicatos e até aqui. Eu cheguei em Brasília no dia 21 de abril de 98”.

Se Ilda entra no movimento sindical aportando um “capital familiar” (Bourdieu, 1980), posteriormente reconvertido para que ela ocupasse o lugar de dirigente sindical, Raimundinha já adentra o movimento aportando um “capital político” (Bourdieu, 1980) adquirido em outros espaços. Disputar a estrutura sindical oficial fazia parte de uma estratégia traçada no interior da CUT de disputar as estruturas sindicais oficiais ‘por dentro’, em vez de criar novas estruturas sindicais ‘por fora’ da estrutura oficial. Raimundinha tinha uma intencionalidade política nítida quando assumiu a Coordenação Nacional de Mulheres da CONTAG, como afirma a seguir:

66 A ENFOC, criada em 2006, foi concebida pelas mulheres trabalhadoras rurais do MSTTR. Segundo Pimenta (2019, p. 228), “no processo de preparação da 3ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais realizada em novembro de 2004, antecedendo o 9º CNTTR, a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais circulou um documento para ser debatido pelas comissões estaduais, em que constava, dentre outras, a proposta de criação de uma ‘Escola de Formação Política para as Mulheres’. Durante a Plenária Nacional das Mulheres, várias ponderações, apresentadas pela direção da Contag, resultou em alterações que ampliavam a proposta para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do movimento sindical, prevendo ‘cursos específicos para mulheres, jovens e 3ª idade’ (CONTAG, 2005).”

67 Aqui, Raimundinha se refere às oposições sindicais.

A década de 1980 foi marcada pela luta das mulheres para se sindicalizar, porque direito à sindicalização nós não tínhamos, dependíamos dos pais ou dos maridos, isso levou um tempo. A década de 1980 é marcada pela associação das mulheres, de se associar no sindicato. Isso faz parte da história de muitas de nós. Depois que as mulheres se associam, a década de 1990 foi uma década marcada pras mulheres começarem a assumir as direções dos sindicatos. As mulheres já vêm pras assembleias, as mulheres já falam, timidamente, mas falam! As mulheres já começam a participar um pouco mais das coisas maiores, né? As mulheres já começam a participar do congresso da CONTAG com mais fortaleza, como foi no 5º congresso e no 6º, entendeu? É para nós, mulheres, que fizemos a opção de sermos mulheres sindicalizadas e ir pra dentro daquelas direções pra disputar espaço e pautar as questões das mulheres, o caminho trilhado foi esse (Raimundinha, 2010).

Além disso, ela revela, na sua fala, conhecer o funcionamento do campo político no qual ela está inserida, as condições do jogo e os mecanismos e estratégias que precisam ser acionados para se movimentar e se reposicionar no campo. Resolvi reproduzir abaixo um trecho longo da entrevista que realizei, a fim de ilustrar o que digo:

Chegar à Marcha é preciso saber primeiro o que aconteceu pra poder chegar, e, assim, mais precisamente de 90, 92, até 95, por aí, esses primeiros anos da década de 1990 ainda se deu de uma forma tímida, mas as mulheres já começavam a formar, constituir comissões estaduais provisórias, já dar passos e sinais à Comissão Nacional de Mulheres. As mulheres participam com, se não me falha a memória, 17% de participação no 6º Congresso. Foi um acumulado do 6º pra o 7º, o 7º Congresso é o congresso que elege uma nova diretoria da CONTAG e, dentro dessa nova diretoria, são eleitas três mulheres para sua direção executiva, que até então nunca tinha tido numa direção da CONTAG. E, casado com isso, já havia algumas mulheres nas direções das federações. Essas mulheres pautavam com bastante firmeza essa história do confronto com as ideias mais... As ideias masculinas repressoras, né? E essa época foi uma época bastante interessante, porque entrou em debate a política afirmativa de cotas, isso do 6º para o 7º Congresso, o 6º Congresso foi em 95, e o 7º Congresso em 98. E quando chegamos, em 98, na CONTAG [ano em que Raimunda assumiu a coordenação da CNMTR] tinha uma coisa interessante entre as mulheres: chegamos eu, Graça do Maranhão, Fátima do Piauí. Foram as três mulheres que entraram na diretoria executiva da CONTAG, pautada,

assim, estrategicamente, pensada pelas mulheres, que foi uma das coisas que uniu muito as mulheres aqui no Brasil do campo sindical, sejam as mulheres de uma concepção sindical mais arrojada, sejam as mulheres de uma concepção sindical mais conservadora, sejam as mulheres de uma concepção mais assim, nem lá e nem cá. Estrategicamente, era: nós precisamos de mulheres fortes, capazes de peitar as ideias dentro da confederação, nós vamos pra dentro dela, vamos pra dentro dela pra imprimir mudanças estruturantes dentro dela, nós queremos uma organização dentro dessa organização grande, nós vamos criar uma organização de mulheres, nós não vamos por fora. Porque outros movimentos já tinham assim, já tinha o Movimento de Trabalhadoras Rurais do Brasil [ela está se referindo à ANMTR], que agora já não é mais do Brasil, que é o MMC, já tinha as mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste [MMTR-NE], e por aí vai. Esse movimento todo virou aí em vários, dois, três e, se não me falha a memória, um liderado pelas mulheres do Nordeste [MMTR-NE], mais precisamente por Nazaré Gomes, que era do Ceará, já não tá mais viva; e no Rio Grande do Sul, liderado pela companheira chamada Justina [MMC]. E assim, quando as mulheres chegam à CONTAG, uma das primeiras coisas avaliadas internamente entre nós, muito internamente entre nós, sem deixar escapar pra fora, é que não era suficiente três mulheres na direção da CONTAG. Nós estávamos ali em três, mas nós não éramos três, nós éramos as porta-vozes de uma outra quantidade de mulheres que pensava e que queria pautar as questões das mulheres de uma forma... Todas as três, duas vindas do departamento rural da CUT, Graça do Maranhão e eu; e Fátima, também do Piauí, vindo, assim, não sendo do departamento, mas sendo uma mulher que vinha acumulando também as discussões dentro da região Nordeste. Era bastante forte nos departamentos [se refere aos Departamento de Trabalhadores Rurais da CUT] a busca pela filiação da CONTAG à CUT, na época, com bastante força, era um tema que tinha bastante fortaleza na época. Então essas mulheres pautavam aqui dentro da CONTAG a questão das mulheres, eram mulheres cutistas que convocavam as outras mulheres não cutistas e acabavam criando uma força bastante grande dentro da CONTAG, como foi a política afirmativa de cotas. As cotas uniram as mulheres cutistas e não cutistas, de todos os campos, eu posso até dizer que foi um dos principais temas que convocou todas as mulheres, que uniu todas as mulheres, que os homens não conseguiram dividir as mulheres, acho que foi muito bacana. A cota foi um tema que não dividiu as mulheres, estávamos todas juntas na luta pelas cotas, isso aqui não divide nós não, o que divide nós, são outras coisas.

Chegamos em 98, e nós avaliamos que a gente precisava... Quando a gente ia falar na CONTAG, não éramos escutadas. A Fátima chegou na CONTAG na Secretaria de Formação e Organização Sindical, a Graça chegou na CONTAG na Secretaria de Políticas Sociais. Essas secretarias por si sempre tiveram um certo respeito na CONTAG, assim sendo, quem tava na frente dessas secretarias, querendo ou não, ganhava um certo respeito, porque a Formação trabalhava na época algumas capacitações importantes, e a Secretaria de Políticas Sociais vinha trabalhando essa história da previdência social e tal. Agora, as mulheres na CONTAG eram Coordenação de Mulheres, e, pela primeira vez, essa coordenação foi escolhida, eleita junto com a diretoria da CONTAG, que até então não era. A primeira coordenadora foi escolhida pelas mulheres sob *ad referendum* do Conselho Deliberativo, subordinado à Secretaria de Formação. Só que esse 7º Congresso fez parte do rebuliço que nós fizemos no 6º. Teve o protesto de mulheres no 6º Congresso, a história não conta, mas teve, porque nós trabalhávamos no 6º Congresso, a gente ia ter uma mulher, trabalhava o nome de uma mulher pra diretoria executiva da CONTAG, que era Santiago de Rondônia, que era um consenso universal no meio das mulheres, e acabou que os homens passaram uma bela rasteira em nós, e na direção eleita do 6º Congresso da CONTAG não ficou nenhuma mulher, e quando foi revelado o resultado dessa chapa, as mulheres fizeram protesto dentro do congresso. Foi um dos congressos da CONTAG que teve muito voto em branco, e foi o voto das mulheres, foi aí que alvoreçou a gente a trabalhar a política de cota. Porque a gente fazia política naqueles cantinhos assim, a gente se juntava e começava a fazer o lobby nosso nos cantinhos, aqui [se refere à CONTAG] a gente não tinha voz, não tinha voto no Conselho Deliberativo da CONTAG. Então a gente vinha pra reunião da Comissão de Mulheres, e eu vinha na época porque eu era coordenadora da Comissão de Mulheres da Federação do Ceará, então a gente vinha e ficava articulando nos bastidores. Só tinha uma mulher conselheira, que era a Rita do Pará, na época. Então, assim, nós começamos a discutir no final de 98, início de 99, que a gente tinha que fazer alguma coisa pra poder empoderar as mulheres que estavam na direção e tentar criar um fato político pra que elas fossem respeitadas dentro da CONTAG e é aí que nasce a ideia de fazermos uma ação pela qual as mulheres pudessem vir pra Brasília (Raimundinha, 2010).

O clima hostil à participação e à movimentação das mulheres no interior do movimento sindical também foi testemunhado por Sara Deolinda, que assessorou a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG de 2007 a 2014, mas

que na década de 1990 havia sido assessora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). Ela me disse:

Aqui na CONTAG o que eu posso destacar como importante é o seguinte: primeiro, era um contexto ainda de afirmação das mulheres, embora já tivesse sido aprovada a cota. A cota foi aprovada em 98, de no mínimo 30% de mulheres na direção da CONTAG, então era um clima bastante ostensivo.

A primeira Marcha, vamos dizer assim, eu tenho um apreço em especial com ela porque, realmente, ela rompeu uma barreira enorme, aliás, várias barreiras, mas essa fundamental aí, a barreira de imputar às mulheres uma condição de fragilidade, de falta de capacidade política e de condição. Então as mulheres realizaram a Marcha, e foi realmente numa condição de muita audácia, grande persistência, e coragem mesmo, entendeu? Porque o clima não era favorável. Externamente era favorável. As mulheres já tinham realizado sua 1ª Plenária de Mulheres [1997], porque antes era encontro de mulheres. Pra você ter uma ideia, quando era Encontro da Mulher Trabalhadora, enquanto as mulheres estivessem tratando de suas questões, não tivessem incomodando o processo... eu me lembro claramente um dia, tava ocorrendo uma reunião de mulheres, e os homens discutindo o congresso; as mulheres quiseram colocar na pauta o congresso, e aí, a assessora da CONTAG... ela traduziu o quê? “Não, esse assunto não é nosso!” E as mulheres reivindicaram, nunca esqueço isso, eu achei isso extremamente marcante, que as mulheres falaram assim: “Não, nós vamos seguir reunidas se a gente discutir o congresso, porque o congresso é nosso, nós queremos botar na pauta o congresso.” Então o clima era esse, se as mulheres tivessem discutindo as suas questões, principalmente a aposentadoria, tinham o apoio dos homens, porque tinham o foco de que a família ganhava com isso se a mulher também se aposentasse, então era um foco isso, mas sempre mantendo aquela ideia de um lugar secundário das mulheres. Não eram as mulheres que davam o tom político. Então isso foi muito interessante, parou a reunião, teve uma crise aqui, esse eu acho que foi para o 6º congresso ainda, e as mulheres no 6º congresso fizeram uma manifestação, empunharam a bandeira da CUT, porque foi no 6º congresso que a CONTAG se filiou à CUT, e as mulheres saíram fazendo uma passeatinha dentro do congresso empunhando a bandeira da CUT, reivindicando e se posicionando pela filiação, então as mulheres reivindicam [na reunião] que elas queriam participar do congresso (Sara, 2010).

Retomando a fala de Raimundinha, é possível perceber que ela revela também que já havia uma atmosfera favorável entre as mulheres dirigentes de fazer uma ação, um movimento. Enfim, como ela mesma aponta, havia a necessidade de se criar um fato político que desse visibilidade à força organizativa das mulheres. Havia, portanto, uma intencionalidade:

A Marcha das Margaridas nasceu com esse ideal de construir. Primeiro, de fortalecer a organização das mulheres dentro da organização CONTAG. Então a Marcha nasce com essa intencionalidade muito clara. Pra isso a gente precisava fazer uma coisa, e aí que coisa é essa que a gente faz? Nós precisamos fazer uma coisa, que seja também uma ação que mostre a fortaleza, mas que mostre a proposta do mundo que as mulheres querem construir, e que mundo é que as mulheres querem construir? Que sociedade é essa de que nós falamos? Que igualdade é esta de que nós estamos falando? (Raimundinha, 010).

E essa atmosfera encontrou eco na conjuntura mais ampla da época, a qual considero como outra condição para o estabelecimento da figuração específica delineada pela Marcha das Margaridas. Tal conjuntura — marcada, desde os anos 1990, pela implementação de políticas econômicas neoliberais — favoreceu a abertura comercial e financeira, num processo que comprometeu a economia local e a oferta de serviços públicos, sob o peso de uma dívida externa (e interna) que justificou a onda de privatizações, resultando no aumento da pobreza e no acirramento das desigualdades sociais. O impacto dessas políticas no mundo, especialmente nos chamados países em desenvolvimento, provocou o surgimento do movimento antiglobalização, do qual faz parte a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), cuja ação no Brasil teve um papel fundamental na idealização da Marcha das Margaridas.

Perguntei a Margarida Ilda como surgiu a ideia de fazer a Marcha das Margaridas. Ela me contou que, em 1999, como suplente da direção da CONTAG e já atuando junto ao MMTR-NE, participava das reuniões da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e, por iniciativa da comissão, foi convidada a participar de uma reunião em São Paulo para discutir a primeira ação da Marcha Mundial das Mulheres. E assim se sucedeu:

As meninas da CONTAG me chamaram, me convidaram, e perguntaram se eu poderia ir. Eu disse: “Vou”. Quando eu cheguei lá, a Raimunda tava. E aí iam fazendo as discussões das ações que iam ter de mobilização no

período da Marcha Mundial das Mulheres. Aí eu sentei com Raimunda: “Raimunda, o movimento sindical poderia pensar em uma ação ligada à Marcha Mundial, e é junto com as mulheres, pra gente trazer bem muita mulher aqui pra Brasília”. E a gente disse: “Olhe, a gente pensou aqui, mas vai levar pra discussão na CONTAG, de fazer uma ação grande com mulheres, trazendo as mulheres pra Marcha Mundial”. Depois a gente levou a ideia pra Comissão Nacional. A Marcha [das Margaridas] eu acho que tem uma ligação muito forte com a discussão da Marcha Mundial. A gente tinha esse pensamento de fazer alguma coisa, mas não tinha nada fechado, mas a gente fechou mesmo a ideia com a Marcha Mundial (Ilda Margarida, 2011).

Como mencionei páginas atrás, foi no contexto da organização da Marcha Mundial das Mulheres que se deu o surgimento da Marcha das Margaridas, como uma de suas ações.

O convite para participar da organização das ações da Marcha Mundial das Mulheres não foi feito diretamente à CONTAG, embora, na época, esta estivesse filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas à Coordenação Nacional de Mulheres da CONTAG, cuja coordenadora compunha os quadros de dirigentes da CUT. Fato relevante, visto que as mulheres da CUT participaram da articulação da MMM desde seu primeiro encontro internacional, em 1998, no Quebec, e eram as que tinham mais proximidade com a sua organização.

Em entrevista a Tornquist e Fleischer (2012, p. 295), Nalu Faria⁶⁸ afirma:

Foram elas [as mulheres da CUT] que, no ano de 1998, chamaram reuniões para definir as representantes brasileiras para o primeiro encontro internacional realizado no Quebec, em outubro de 1998. Após essa reunião, voltamos muito comprometidas com a realização dessa Marcha e passamos a articular, em conjunto com a CUT, as condições para organizar nacionalmente, e isso incluiu mobilização, captação de recursos etc.

68 Nalu Faria, grande liderança da Marcha Mundial das Mulheres, faleceu em 2023, deixando um legado importante de luta e ativismo feminista. Ela desempenhou um papel importante para a formação política das mulheres trabalhadoras rurais.

Em outubro de 1999 foi realizada a primeira reunião nacional para a constituição da MMM no Brasil, e é a essa reunião que Margarida Ilda se referiu. Raimundinha também faz referência ao convite feito por Maria Ednalva Bezerra de Lima⁶⁹, então secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT:

Quando nós começamos a pensar a Marcha das Margaridas ali em 99, Ednalva, que era na época a coordenadora da Comissão da Mulher Trabalhadora da CUT nacional, veio, acho que lá pro mês de setembro já, à CONTAG pra conversar conosco sobre as mulheres no mundo, dizer que elas também estavam se movimentando com base na experiência da Marcha Pão e Rosa que as mulheres fizeram no Canadá, que as mulheres queriam fazer também uma marcha, que as mulheres no mundo iam marchar e o sentido que organizava essa marcha era colher muitas assinaturas, de todas as mulheres, e entregar na ONU.

E quando nasce a ideia de fazer um movimento de mulheres no mundo, a marcha [se refere aqui à Marcha Mundial das Mulheres], aqui também já tinha um anúncio, um pensado de fazer uma atividade com mulheres para se fortalecer internamente e pra se fortalecer externamente, dizendo ao governo brasileiro o que pensam as mulheres trabalhadoras rurais do Brasil (Raimundinha, 2010).

Mas por que essa ‘atividade com as mulheres’ ganhou o nome de ‘marcha’? Perguntei a Raimundinha. Ela me respondeu que a ideia de uma marcha estava relacionada à forma como o evento deveria ser construído:

A gente queria uma coisa que fosse, que desse uma ideia de um passo primeiro, aí depois outro, depois outro, depois outro, depois outro: vamos fazer os encontros nas comunidades, depois os encontros daquelas comunidades em que as mulheres conversam nas cacimbas dos rios, no lavador de roupa, lá onde elas estão... Essa atividade a gente precisa construir com as mulheres, e é uma ideia de uma caminhada. Uma caminhada tem vários momentos, então ela é uma marcha, ela vai ser uma marcha, porque até chegar em Brasília muitas outras coisas vão acontecer.

69 Ednalva Bezerra foi secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT de 2003 a 2007, quando faleceu, vítima de uma infecção avançada em decorrência de um quadro de meningite.

É marcha porque era assim: começava, aí depois ia uma coisa, aí depois outra coisa, aí depois outra coisa, até o encontro final dessas mulheres em Brasília. Ela trazia uma ideia de amplitude, ela era grande, chegava em Brasília, é todo um momento de celebrar o que essas mulheres fizeram durante esse tempo todo se preparando pra chegar aqui, grande e diversificada.

Raimundinha explicou, ainda, que o nome ‘margaridas’, que adjetiva a Marcha, é uma homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves⁷⁰:

Haveria uma marcha e o nome da marcha seria Margarida, Marcha das Margaridas. A ideia é: morreu uma Margarida, mas nasceram tantas outras, nasce daí a ideia das margaridas. Vocês mataram uma, mas nasceram milhares de margaridas que já não é uma só, agora já são muitas, mostrando o que é que nós queremos, nós queremos lutar pelo que Margarida também lutava. Margarida lutava pela vida dos povos, principalmente daquelas pessoas pobres, desgraçadas, que viviam nas usinas, na cana, no corte da cana e por aí vai.

E Margarida também era da Paraíba, onde a organização primeira começa tudo, e aí vem de longe, porque vem das Ligas Camponesas, vem de Elizabeth Teixeira, vem de outras mulheres que estiveram dentro dessas lutas. As mulheres lutaram muito, porque a história não conta, né? A luta que essas mulheres tiveram, assim, pelos seus maridos, elas enfrentaram muita coisa na época da ditadura militar, no Nordeste isso foi muito forte, e na Paraíba já tinha um movimento de mulheres, que era o Movimento da Mulher Trabalhadora, o MMT, que nasceu no Brejo paraibano, entendeu? E aí Margarida Alves é de Alagoa Grande na Paraíba [que fica no Brejo paraibano], então assim nasce com força também de lá pra cá. Mais precisamente, Margarida vem daí. Vamos chamar de Marcha das Margaridas. O lema da Marcha é: as mulheres estão marchando contra a

⁷⁰ Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, foi assassinada em frente à sua casa, na presença do marido e do filho, no dia 12 de agosto de 1983, por um matador de aluguel que acertou em seu rosto um tiro de escopeta calibre 12. Os principais suspeitos como mandantes do assassinato foram Agnaldo Veloso Borges, então proprietário da usina de açúcar local, a Usina Tanques, e seu genro, José Buarque de Gusmão Neto, mais conhecido como Zito Buarque. Foram acusados pelo crime o soldado da PM Betâneo Carneiro dos Santos, os irmãos pistoleiros Amauri José do Rego e Amaro José do Rego, e Biu Genésio, que mais tarde foi morto como ‘queima de arquivo’. Já fazia dezoito anos desde a morte de Margarida e ainda não havia tido o julgamento. A Marcha das Margaridas encampou uma campanha que findou por botar Zito Buarque no banco dos réus, embora ele tenha sido absolvido (<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br>).

fome, a pobreza e a violência, combatendo a violência contra as mulheres, e esse é o símbolo que nós vamos ter de violência contra as mulheres para expressar todas essas outras formas de violência.

Raimundinha, Ednalva e Nalu Faria já se conheciam de outros espaços de atuação política, as três eram vinculadas ao chamado ‘campo cutista’ e ao Partido dos Trabalhadores. Nalu, que exerceu um papel de interlocutora fundamental entre a MMM e a Marcha das Margaridas, desenvolveu a sua militância no PT, no trabalho de mulheres nos sindicatos e na CUT. A partir de 1986, passou a atuar na Sempreviva Organização Feminista (SOF), ampliando sua presença no movimento popular.

Atuo na SOF desde 1986. Nesse período, atuava no trabalho com as mulheres dentro do movimento sindical na CUT. Depois que fui para a SOF, que tinha uma atuação nos bairros das zonas sul e leste de São Paulo, continuei acompanhando a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT) na CUT. No final de 1989, a SOF foi convidada pelo Instituto de Formação Cajamar a organizar cursos de formação para mulheres. O Instituto Cajamar era uma escola de formação destinada a militantes do PT, do movimento sindical e popular, que funcionou até 1996. Formamos um grupo do qual participavam representantes do Instituto Cajamar, da CNMT da CUT, da Cedi (uma ONG na época) e da SOF. Os cursos do Cajamar foram muito importantes, pois envolviam mulheres do Brasil inteiro. E, a partir daí, nós nos tornamos referência para formação feminista de vários grupos em vários estados (Tornquist; Fleischer, 2012, p. 293).

Muitas mulheres dirigentes e lideranças ligadas aos movimentos sociais, inclusive ao Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), participaram dos cursos de formação a que se refere Nalu. Recorrentemente, ela era solicitada a falar à Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG e a participar dos cursos de formação promovidos pela ENFOC.

Ao se referir à primeira reunião para organização das ações da MMM, em 1999, Nalu destaca:

Nessa reunião, as mulheres da CONTAG apresentaram a proposta de realizar a Marcha das Margaridas em agosto, em adesão à MMM. Essa foi a atividade mais massiva naquele ano 2000, com a presença de vinte mil mulheres. Entre 8 de março e 17 de outubro de 2000 foram realizadas inúmeras atividades em todos os estados, sendo a maior delas a Marcha

das Margaridas, organizada pelas trabalhadoras rurais da CONTAG e outras entidades, em agosto daquele ano, como forma de adesão à MMM. Foi a partir do impacto desse amplo processo de articulação que várias brasileiras fizeram parte daquelas que propuseram a continuidade da marcha como um movimento permanente em nosso país (Tornquist; Fleischer, 2012, p. 294).

Sara Deolinda reafirmou o vínculo entre os dois movimentos:

A primeira Marcha surgiu, a proposta da Marcha, a partir de um diálogo que as mulheres rurais tinham com algumas interlocutoras importantes, que tiveram muita importância na configuração do movimento e na própria definição de se realizar a Marcha das Margaridas, então, principalmente aí, a interlocução com a SOF e com a Marcha Mundial das Mulheres, então a Marcha das Margaridas surgiu nesse diálogo, a partir da Marcha Mundial das Mulheres (Sara, 2010).

É possível perceber a imbricação desses processos também em trechos da fala de Raimundinha em entrevista concedida a Berenice Gomes da Silva em 21 de março de 2007:

A danada daquela Carta⁷¹ tinha milhões de assinaturas, nós colhemos assinatura por tudo quanto foi lugar [...] foi assim que nós começamos a Marcha das Margaridas e a vinculação dela com a Marcha Mundial das Mulheres veio daí. E como achamos a ideia muito boa, resolvemos fazer uma Marcha e que ela deveria se chamar das Margaridas. [...] Nós começamos a fazer juntas a Marcha Mundial, somos todas Marcha Mundial, nós não aderimos a ela, somos parte dela. A gente usava a expressão assim grãos de arroz para dizer que éramos muito parecidas, porque sofremos as violências que as mulheres sofrem, a pobreza que as mulheres vivem e a fome que as mulheres passam (Silva, 2008, p. 88-89).

A Marcha das Margaridas e a Marcha Mundial das Mulheres estão assim vinculadas por laços de dependência recíproca e de cooperação tácita, o que as inscreve

⁷¹ Raimundinha está se referindo à “Carta das Mulheres Brasileiras”, reivindicando terra, trabalho, direitos sociais, autodeterminação e soberania, que foi entregue à ONU, em Nova Iorque, durante o ato da MMM, juntamente com um abaixo-assinado, no qual constavam dezessete itens da pauta de reivindicações do movimento, com cerca de cinco milhões de assinaturas.

numa figuração específica, nos termos de Norbert Elias, na qual pessoas se vinculam a outras organizações, a outros movimentos e também a outros atores, sendo essas relações complexas e tensas. Essas tensionalidades analisarei no próximo capítulo.

A terceira condição para o estabelecimento da figuração específica assumida pela Marcha das Margaridas tem a ver com a capacidade de articulação e interlocução desenvolvida pelas mulheres trabalhadoras rurais ao longo do seu processo organizativo. Desde a sua origem, essas mulheres buscaram o diálogo com outros movimentos, organizações e coletivos. Muitas ONGs feministas já desenvolviam trabalhos formativos e tinham uma relação consolidada com alguns movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, desde o seu surgimento, a exemplo da SOS Corpo e do MMTR-Sertão Central, em Pernambuco. Mas podemos citar também o Centro Feminista 8 de março (CF8), em Mossoró-RN; a Casa da Mulher do Nordeste (CMN), em Pernambuco; e mesmo a própria SOF, sede da Marcha Mundial das Mulheres. Todas essas organizações, assim como outras, contribuem com a construção da Marcha das Margaridas, e alguma delas chegam a compor a sua Coordenação, numa relação de parceria. A fala de Sara Deolinda expressa um pouco isso:

Até porque como elas surgiram nesse cenário, tem a ver com um momento de emergência de novos movimentos, de uma certa quebra de um padrão, de uma visão política muito centralizada em disputas de classe, com a emergência de novos sujeitos e num contexto de diálogo, com interlocução com outros segmentos, então isso sempre marcou a trajetória das mulheres. Então hoje, quando você vê uma marcha com uma ampla parceria, aí você pode perguntar: o que é que a CONTAG hoje realiza em parceria? A CONTAG, enquanto entidade, o que é que ela realiza em parceria com outros movimentos? As mulheres realizam. A 1ª Plenária das mulheres que houve aqui [1997] foi uma plenária muito interessante, muito bonita, porque as mulheres buscaram em outros segmentos a cooperação, a participação. Que outras mulheres, inclusive do movimento feminista, viessem aqui trazer as questões políticas das mulheres, e um dos nomes importantes, e aí eu vou citar um nome importante nessa história, é da Nalu. A Nalu vinha aqui, veio desde a primeira plenária. Mas tinha também a Rede Mulher de Educação, que tinha a Moema Viezze, enfim, eu tô querendo dizer com isso é que as mulheres traziam uma riqueza muito grande, promoviam debates com interlocuções ampliadas, confissões as mais diversas, e não tinha naquele momento uma força assim, uma orientação com tanta força, de tendências, de segmentos políticos, entende? O diálogo era plural.

Importante esse aspecto que eu estou ressaltando, esse dessa pluralidade, um movimento que nasce bem plural, com uma interlocução na sociedade com outros movimentos, ele nasce e se desenvolve num clima extremamente propício, porque as mulheres estão se manifestando, se organizando, o movimento feminista tem as suas... E o movimento de mulheres, porque nem todos... Eu falo feminista, mas não tem aqui nenhum rigor pra estar caracterizando uma coisa ou outra, tanto que se falava assim, às vezes: “Não, esse não é um movimento feminista, é um movimento de mulheres”, mas, enfim, tava pipocando o movimento de mulheres em todos os lados. Então esse aspecto é muito importante, primeiro dessa coisa plural, dessa interlocução, então as mulheres sempre fizeram isso, e isso era muito bacana.

Essa capacidade de articulação e interlocução, acima mencionada, e de interconexões dentro do próprio movimento, mas também com outros movimentos de mulheres e redes de movimentos feministas, favorecem a expressão do mal-estar com as assimetrias de gênero, como a possibilidade de melhorar as relações de gênero no interior do movimento sindical. Trechos da fala de Raimunda ilustram isso:

Foi uma luta grande, porque, pra construir toda essa Marcha, ela tinha todas essas coisas, mas, parte dessas coisas não podia ser revelada, porque se a gente revelasse que era pra fortalecer as mulheres, que era pra que dentro dessa organização as mulheres fossem respeitadas... Fortalecer as mulheres dentro do movimento sindical, esse era o principal, e as mulheres só se fortalecem dentro do movimento sindical se a gente tiver uma ação com muita participação de mulheres, com a participação de muitas mulheres, aí, sim, eles nos respeitarão, enquanto não, a gente não vai ser respeitada, porque a gente vai dizer que as mulheres estão participando, eles vão dizer que não, vão continuar fazendo as mesmas coisas, vão continuar repetindo as mesmas coisas que eles sempre fizeram.

Nós, mulheres, que começamos a refletir. A Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG, anteriormente, era uma incubadora onde as mulheres falavam de tudo, era o lugar seguro, aqui a gente faz, aqui a gente diz e fica aqui entre nós, um segredo nosso que a gente não vai abrir muito agora, porque, se a gente abrir, a gente vai ficar muito vulnerável, porque se hoje é forte a reação masculina com relação à organização das mulheres, no começo foi o triplo, era pior, muito pior, a reação era de repressão mesmo, você precisava ter muito cuidado com o que falava e onde falava e pra quem falava, não podia falar assim... Pra você falar, pegar

o microfone na CONTAG e falar, primeiro você tinha que ter construído com as mulheres primeiro, pra poder se fortalecer, senão era capaz de não ficar nem no mandato mais. Era forte, muito forte, porque os homens achavam que as mulheres iam chegar, iam tomar o lugar deles, e elas iam fazer com eles o que eles faziam com as mulheres, ou seja, construir um mundo ao reverso, e aí a gente disse: nós precisamos fazer essa atividade, essa marcha, e vamos articular, chamamos várias organizações.

Quando a gente começou a pensar, a gente disse: a gente não faz ela só [a Marcha], a gente vai precisar das outras organizações junto conosco. Nós queríamos que as outras viessem juntas, porque só a gente não tinha muita fortaleza. É possível construir uma grande caminhada, uma grande marcha, uma grande pauta, em torno das mulheres, que não só são mulheres do A, mulheres B, nem mulheres C, é o colorido do que são essas mulheres. Eu costumo dizer, desde o ano 2000, que a Marcha das Margaridas é de todas as mulheres, que tem todo o cheiro, todo os cabelos, digo isso pra expressar a tamanha diversidade em que, eu acho, tá no ideário, está embrenhado, enrolado na ideia inicial dessa Marcha, sabe, ter grandes redes de mulheres em diferentes lugares, ou seja, é uma grande teia. São muitas aranhas tecendo aí, fazendo o que nós queremos construir: um mundo de igualdade.

Lembro, ainda, uma frase de Carmen Foro, então secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG:

Que bom que a gente conseguiu sair dos muros da CONTAG e ir pra rua, que bom que a gente conseguiu construir uma organização nacional que tem fragilidades aqui, ali, mas a discussão da Marcha é feita com as mulheres (Carmen Foro, 2010).

O que está implícito nas falas é a possibilidade da organização de mulheres dentro de um movimento ‘misto’ construir autonomia, ainda que não se trate de um movimento autônomo de mulheres, compreendendo ‘autonomia’ na perspectiva de Tatagiba (2009, p. 68), como

a capacidade de determinado ator de estabelecer relações com outros atores (aliados, apoiadores e antagonistas), a partir de uma liberdade ou independência moral que lhe permita co-definir as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir dos seus interesses e valores. Por essa chave, a autonomia não pressupõe ausência de relação, mas a disposição e a capacidade de participar com o outro sem perder certa “distância

crítica” que permite colocar a própria relação como objeto de reflexão. Para isso, é preciso ter poder e, no caso dos movimentos, esse poder, entendido aqui como capacidade de mobilização, advém da força dos vínculos mantidos com a sociedade civil.

A autora utiliza-se de Melucci (2001) para afirmar que o poder dos movimentos sociais vem da sua inserção nas redes da vida cotidiana, e é justamente isso o que lhes permite a experiência do distanciamento e a reflexividade. Com isso, ela aponta a necessidade da autonomia dos movimentos ser analisada com o foco direcionado às suas bases sociais, mais propriamente, do que em relação ao sistema político, o que sugere, no caso da Marcha das Margaridas, refletir sobre a mobilização e o engajamento das mulheres na ‘base’. Afinal, a Marcha não existiria sem o engajamento de milhares de mulheres. E esse aspecto tem a ver com uma dimensão fundamental para entender a figuração específica que assumiu a Marcha das Margaridas: a dimensão emocional.

Percebi, durante as entrevistas, e mesmo depois, acompanhando as reuniões e as atividades que diziam respeito à Marcha, que os relatos das mulheres dirigentes expressavam também uma linguagem emocional, que teciam vínculos de identificação entre aquelas que experimentam ser dirigentes, lideranças, mulheres num espaço tão fortemente masculinizado como o movimento sindical. Essa linguagem parecia criar laços entre elas, mesmo quando divergiam nos posicionamentos ideológicos. Elas pareciam compartilhar uma ‘verdade’ produzida desde a experiência vivida como mulheres dirigentes sindicais. O uso dessa linguagem tinha um efeito tático, uma intencionalidade, havia uma certa destreza na manobra das emoções, utilizada como recurso, no sentido abordado por Bailey (1983).

Assim, lembrar as dificuldades que as mulheres enfrentavam no seu cotidiano para realizar o trabalho político com outras mulheres; a batalha travada para garantir um espaço de audiência dentro do movimento; a violência que diziam sofrer⁷²; o julgamento moral feito pelos homens, que acionavam vários recursos

72 Durante a 4ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais realizou uma pesquisa com 530 das 700 mulheres dirigentes sindicais ali presentes sobre violência contra a mulher. O resultado apontou que 49% das entrevistadas diziam ter conhecimento de casos de violência no movimento sindical; 22,7% afirmaram que já haviam ocorrido casos de violência no seu sindicato; e 33,3% disseram ter sofrido violência em eventos e atividades do movimento — cantadas, piadas, ofensas, humilhações e até violência sexual. Percebi que esses dados são recorrentemente utilizados para atestar a desigualdade das relações de gênero no movimento sindical.

para mostrar que elas eram menos competentes por serem mulheres; a desqualificação de suas falas; o ‘boicote’ sofrido em determinados espaços de decisão; o sentimento de ter sua autoestima abalada e os traumas físicos e psicológicos daí advindos, o que as faziam constatar sua condição (imposta) de inferioridade subalterna, gerando um sentimento de indignação (“nós sofremos muito preconceito, muita discriminação aqui nesse espaço”) e de que “algo precisava ser feito” para “mostrar a força e o poder das mulheres”.

E a gente pensou o seguinte: enquanto a gente não mostrar pra esses homens todos o tamanho, quem são essas mulheres, fazer essas mulheres falarem, a gente não vai ganhar aqui dentro dessa instituição. Trazer como lugar, garantir a fala dessas mulheres e também a organização, foi aí que nasceu a ideia da Marcha de 2000. A Marcha não nasceu de uma grande euforia, a Marcha surgiu pra garantir essa ideia-força, essa âncora da organização das mulheres.

A ideia era assim, a gente vai deixar faixa, vai deixar dependuradas coisas no caminho, dizendo por que que a gente tá indo pra Brasília. É tipo assim, vamos romper com o silêncio que nós vivemos a vida inteira, agora é hora de a gente romper com ele e sair porta afora dos quintais de nossas casas e ir pra rua. Nós vamos pra rua dizer o que nós queremos, que sociedade nós queremos, que mundo nós queremos para nós e para os nossos filhos.

Então a gente precisava construir uma pauta de reivindicação das mulheres, com sentimento, com coração, com as proposições das mulheres, e a gente precisava trabalhar pra fortalecer as mulheres olhando tanto pra fora, pro mundo ver, quanto pra dentro, pro mundo sindical ver as mulheres (Raimundinha, 2010).

A utilização de uma linguagem emocional, nos termos a que me referi acima, apresentou uma certa eficácia, porque fez com que dirigentes e lideranças sindicais representantes em vários níveis de atuação, quer seja nos estados ou nos municípios, se sentissem motivadas a trabalhar na mobilização e na organização da Marcha, o que implicou na busca de ‘parcerias’. Era como se o acionamento de determinados recursos emocionais se propagasse em ondas nos vários níveis e esferas de atuação dessas mulheres.

Aliás, acompanhando as ações da Marcha das Margaridas 2011, percebi que uma ‘retórica emocional’ era recorrentemente utilizada para motivar as mulheres dirigentes sindicais a se engajarem na sua realização. Transcrevo a seguir parte

de uma fala da própria Raimundinha⁷³ destinada às dirigentes sindicais durante o 1º Curso de Formação Política para Mulheres, lideranças e dirigentes sindicais, em 2010, em preparação à Marcha que ocorreria no ano seguinte.

O que era tarefa nossa aqui, quando chegamos à CONTAG [1998] [...], por isso que eu quero dizer pra vocês que nós entramos pela porta do fundo. Duas coisas foram, para nós, muito importantes. Primeiro, construir para as mulheres camponesas o respeito aqui dentro da instituição, porque havia um ensaio, mas a fala das mulheres e o reconhecimento enquanto mulheres, sujeito mulheres, era muito complexo, as mulheres falavam e os homens rodavam nas cadeiras [...]. Ou seja, qual era a tarefa nossa, forte? Construir o respeito, a fala e o poder das mulheres, porque se tu não me respeita quando eu estou me apresentando, provavelmente tu não respeitará as outras coisas. Essa era uma primeira. A segunda coisa da experiência aqui, muito forte, foi construir essa história da fala das mulheres e garantir a organização, dar corpo orgânico às comissões estaduais e à Comissão Nacional, garantir para as mulheres um lugar seguro.

Não sei se isso é muito verdadeiro, mas, assim, nessa experiência, foi uma experiência rica para mim, foi uma experiência que me fez aprender muito, foi uma experiência que me fez sofrer muito, foi uma experiência onde eu ri muito, mas eu chorei muito, inclusive continuo ainda [...]. Por isso que eu acho que o meu corpo entra num estado de tensão muito grande, porque eu sempre tive dificuldade com a autoridade do meu pai, porque eu enfrentei o papai pra usar calça curta, pra cortar o cabelo, pra namorar e pra poder dizer pra ele que eu não ia trabalhar do tanto dele pra ganhar menos que ele, ou eu ia pra ganhar o mesmo tanto ou eu não ia. Então, assim, eu sempre tive dificuldade com autoridade masculina, e aqui é um espaço onde autoridade, nesse momento, eu não sei agora, porque eu não estou vivendo aqui agora, mas nessa época de 98 até 2000 e lá vai pra frente, a autoridade masculina, nessa organização, ela era muito forte. A voz dos homens aqui, por menor que representasse o homem, ela ainda era maior do que a voz das mulheres, e os homens, ainda, eles diziam construir a democracia, só que quem dizia quem ficava e quem saía era a voz masculina (Raimundinha, 2010).

73 Em 2010, Raimundinha não mais pertencia ao quadro de direção da CONTAG. Ela havia assumido a Coordenação Regional Nordeste do MSTTR;

Compreendi que emoções são suscitadas pela experiência de ser dirigente e liderança mulher no espaço sindical, configurando uma determinada gramática das emoções⁷⁴ que, ao expressar esses sentimentos, não apenas ilumina aspectos da organização política (Coelho, 2010), tal como a vivência das relações de poder no interior do movimento sindical, como motiva o engajamento dessas mulheres, assim posicionadas, na realização de uma ação coletiva como a Marcha das Margaridas.

A evocação do sofrimento como expressão da ‘luta’⁷⁵, travada cotidianamente para conseguir realizar a Marcha, revela também a ‘coragem’ para o enfrentamento, e o ‘prazer’ e a ‘alegria’ de vê-la realizada. As falas são repletas de referências às emoções, que se expressam não apenas nas palavras, mas na entonação da voz, nos gestos, e nos choros.

O que é bom de tudo isso, dessa construção interna, é que não é só isso, não é uma mobilização para trazer gente, é uma puta oportunidade que a gente tem de conversar sobre coisas que parecem que não são da área sindical, macro, uma estratégia. Então, assim, a oportunidade de a gente conversar sobre coisas... é como se as mulheres estivessem falando, imagine todas as mulheres falando de todos os lugares, estados, de todas as comunidades. Elas querem contar a vida delas naquele lugar que elas moram, elas querem discutir que aqui na minha comunidade eu posso ter um atendimento à saúde, eu posso isso, eu posso aquilo, motiva elas, isso motiva, porque isso é a vida, é muito real. Por isso que a Marcha transforma, tem transformado, é porque é um momento, é um tempo de olhar só pras mulheres, de olhar só pras mulheres dentro de suas casas, no seu trabalho, mas olhar para as mulheres também dentro do movimento sindical (Carmen Foro, 2010).

74 Ao acompanhar as ações da Marcha em vários espaços, inclusive nos ‘não sindicais’, percebi que outras gramáticas emocionais são acionadas para justificar o engajamento das mulheres na Marcha, porém elas encontram-se relacionadas. Esse aspecto será enfatizado em capítulo posterior deste livro.

75 Sobre os múltiplos significados do termo ‘luta’ no cotidiano dos trabalhadores rurais, ver Comerford (1999, capítulo 1).

A Marcha é envolvida por afeto e emoção, e a presença dos afetos é parte da dinâmica da vida política, trazendo efeitos significativos para as interações. Ela se constitui numa situação política e social específica, em que emoções são expressas, assumindo uma forma coletiva (Abu-Lughod; Lutz, 1990). Para que ela aconteça, não é suficiente invocar princípios de direitos da cidadania violada, mas convocar as emoções:

[Para] estar na Marcha tem que ter o coração na mão, tem que ter coragem, criatividade, tem que ter muita alma, um jeito diferente que as mulheres têm de fazer as coisas. Quando você sente e você fala, você toca em alguém, dali vai sair alguma coisa legal, tem que tocar o coração, não tem como. Essa discussão fria — precisa trazer tantos ônibus — não funciona, tem que ter um grau de envolvimento, tem que ter um grau de pertencimento, um grau de pertencimento das mulheres da base, e o que é mais bonito é, assim, tem mulheres de outros movimentos, as mulheres perdem o controle do movimento em geral, perde o controle (Carmen Foro, 2010).

Perceber a capacidade da Marcha de mobilizar uma carga de emoção profunda me fez ficar atenta a essa dinâmica emocional que me interpelava o tempo todo, e que será objeto de análise em capítulo posterior.

Em suma, a figuração que tracei para posicionar a Marcha das Margaridas incorpora, como procurei mostrar, um conjunto de relações que gravita em torno do movimento sindical e adentra o universo da organização das mulheres, incorporando a experiência e o ponto de vista daquelas dirigentes que protagonizaram a construção da Marcha — além de incorporar os vínculos que essas mulheres estabeleceram com organizações e lideranças feministas. Tal figuração foi favorecida por uma conjugação de condições sociais marcadas por uma conjuntura favorável, pela inflexão dos sindicalistas (homens) no interior do movimento sindical, pela capacidade de articulação desenvolvida pelas mulheres e pelo engendramento de uma dinâmica emocional que impulsionou o engajamento das mulheres.

E, assim, a primeira Marcha aconteceu. E, ao término, as mulheres já sabiam que haveria outras, como relata Raimunda:

Então, assim, quando terminou a 1ª Marcha, o ato em si, seis horas da tarde terminou, a gente já sabia que haveria outra, porque as mulheres já gritavam: “No próximo ano nós tamo aqui de novo, nós vamos voltar, a gente volta”. Porque foi uma energia muito bacana que rolou na Marcha.

Quando as mulheres foram se vendo, se encontrando, sabendo que todas eram de diferentes lugares, elas construíram, construímos juntas, a caminhada pra chegar até aqui, não a caminhada só de entrar nos ônibus, mas os passos que nós pensamos, que nós conversamos, porque todas as mulheres sabiam falar o que era a Marcha, né, diferente a metodologia, completamente diferente das ações que a CONTAG vinha fazendo, e foi muito bacana, porque ninguém disse que a gente tinha que fazer outras marchas e, ao mesmo tempo, todo mundo disse que a gente agora ia fazer marcha (Raimundinha, 2010).

E em 2003, a Marcha das Margaridas, pela segunda vez, marcou presença em Brasília. A partir do 10º Congresso da CONTAG, em 2009, ficou deliberado que ela passaria a ocorrer a cada quatro anos, coincidindo com o primeiro ano de governo do presidente eleito, de modo a permitir o acompanhamento e o monitoramento dos pontos negociados durante a sua realização. Desde o ano 2000, já foram realizadas sete marchas das margaridas. Cada uma delas configura um campo político próprio. Porém, como o objeto dessa pesquisa é a 4ª Marcha, realizada em 2011, será a partir dela que explorarei a configuração desse campo, no capítulo a seguir.



Cartaz da Marcha das Margaridas 2000.

FOTO: Acervo CONTAG



1ª Marcha das Margaridas — contra a fome, a pobreza e a violência sexista, 2000, Brasília-DF. FOTO: Jossionhir Brito



Marcha das Margaridas 2000 — contra a fome, a pobreza e a violência sexista, 2000, Brasília-DF. Ala das flores. FONTE: Ferreira; Bonan, 2005. FOTO: Cláudia Ferreira.



Marcha das Margaridas 2000. Concentração em frente ao Congresso Nacional.
FONTE: Ferreira; Bonan, 2005. FOTO: Cláudia Ferreira.



Cartaz da Marcha das Margaridas 2003.

FOTO: Acervo CONTAG



Marcha das Margaridas 2003.

FOTO: Cláudia Ferreira, 2014



Marcha das Margaridas 2003.
FOTO: Cláudia Ferreira (Acervo pessoal)



Marcha das Margaridas 2003.
FOTO: Cláudia Ferreira, 2014



MARCHA

das Margaridas

2007 RAZÕES PARA MARCHAR

21 e 22 de Agosto de 2007 - Brasília-DF

“Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”

- ☼ Terra, água e agroecologia;
- ☼ Valorização do salário mínimo;
- ☼ Soberania e segurança alimentar;
- ☼ Trabalho, renda e economia solidária;
- ☼ Garantia de emprego e condições de trabalho das assalariadas;
- ☼ Saúde pública, Direitos Previdenciários e Educação do Campo.

Promoção: **CONTAG - FETAGs - STTRs - CUT!**
aliada à CUT

Parceria: MMTR/NE | MIQCB | CNS | MAMA | REDELAC
 Marcha Mundial das Mulheres | COOPROFAM

Cartaz da Marcha das Margaridas 2007.

FOTO: Acervo CONTAG



Marcha das Margaridas 2007.
FOTO: Cláudia Ferreira, 2014



Marcha das Margaridas 2007: caminhada pela paz e contra a violência.
FONTE: Acervo CONTAG. FOTO: Gustav Stephan.



Marcha das Margaridas 2007. Caminhada.
FONTE: Acervo CONTAG. FOTO: César Ramos.



Cartaz da Marcha das Margaridas 2011.

FOTO: Acervo CONTAG



Marcha das Margaridas 2011. Ala de Frente.

FONTE: Acervo Contag. FOTO: César Ramos.



Marcha das Margaridas 2011. Ala/Eixo: “Terra, água e agroecologia”.

FONTE: Acervo CONTAG. FOTO: César Ramos.



Marcha das Margaridas 2011.

FOTO: Cláudia Ferreira, 2014

Explorando o campo político

A Marcha das Margaridas configura um espaço relacional cuja delimitação é dada pela relação dos sujeitos que o constitui, tornando-o dinâmico e processual. Para entender a configuração desse espaço, utilizo como ferramenta teórica os conceitos de ‘campo político’ e ‘arena’ do antropólogo Marc Swartz (1994). Com isso, estou levando em conta que a existência da Marcha, as suas escolhas e as suas trajetórias são marcadas não apenas pelo contexto em que ocorre, mas pela relação que ela estabelece com diversos atores sociais e políticos.

Ao tomar a Marcha como um ‘campo’ político, estou considerando que ela engendra processos políticos, como definido pelo próprio Swartz (1994), para quem tais processos se definem por serem públicos, orientados segundo metas definidas e que envolvem um poder diferenciado dos indivíduos dos grupos envolvidos no processo. Assim, tomada como um ‘campo’, a Marcha é compreendida como um “campo de tensão” que se movimenta num “continuum espaço-temporal” (Swartz, 1994, p. 105), passível de contração ou expansão conforme a entrada e a saída de atores ou as mudanças nas atividades de interação, uma vez que a delimitação do ‘campo’ é definida pelo interesse e pelo envolvimento dos participantes no processo político estudado.

A Marcha das Margaridas tem seu surgimento associado ao processo de organização das mulheres no interior do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Entretanto, ela é composta por um conjunto de movimentos de mulheres, movimentos feministas, associações, centrais sindicais e entidades, articulados com o objetivo de reivindicar, propor e garantir às mulheres do campo, da floresta e da águas, direitos sociais, econômicos, políticos, sexuais e reprodutivos, mobilizando e aglutinando em torno de sua pauta de reivindicações indivíduos que, de uma forma ou de outra, se reconheçam a partir da identidade de gênero que constitui o sujeito desse movimento.

O conjunto de movimentos e organizações que compõem hoje a Marcha das Margaridas é referido e se autorrefere como ‘entidades parceiras’ em relação à Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), que exerce, por meio da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, a coordenação

geral da Marcha. Cada uma dessas entidades, de acordo com o seu caráter, apresenta formatos organizacionais e atividades próprias, resguardando a sua especificidade e demarcando o seu espaço como ‘parceiras’⁷⁶. A CNMTR e as entidades parceiras compõem a Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas. Assim, embora surgida no interior do movimento sindical, a Marcha constitui um espaço específico, formado por atores com identidades institucionais e formatos variados, que se encontram articulados numa rede de relações.

Assim como para Facchini (2005, p. 72), o conceito de ‘rede’, na forma como aparece neste trabalho, refere-se a um “instrumento aplicado à análise e descrição de processos sociais que envolvem conexões”⁷⁷ que transcendem os limites do movimento”. Ele será aqui utilizado apenas para identificar os atores que compõem o campo, e não para captar os “conflitos e contradições” no interior do movimento que configura a Marcha. O conceito de ‘campo’, por outro lado, se apresenta com uma flexibilidade tal que permite a “percepção de processos de aliança e conflito entre atores e alterações na composição do campo, além de permitir a captação da diversidade existente em seu interior e não atribuir a ele nenhum valor ou missão estabelecidos a priori” (Facchini, 2005, p. 72).

O termo ‘parceria’ define a relação entre a CONTAG e os demais grupos/organizações e pressupõe interesse e compromisso de ambos os lados. Isso significa que a Marcha das Margaridas deve conter, na sua pauta de reivindicações, as demandas apresentadas pelas entidades parceiras — que devem se propor, adequadamente, a colaborar — e ambos devem honrar os compromissos assumidos.

O campo político configurado pela Marcha é um campo híbrido, misto, no qual existem atores com vários formatos institucionais, grupos, movimentos e organizações que conformam um campo rico de tensões entre diversas polaridades que devem ser articuladas de alguma maneira. Esses atores não são fixos. A cada Marcha, uns permanecem, outros saem, outros entram, alguns retornam, o que a torna um campo flexível.

Segundo Swartz (1994), ao caracterizar o campo, devemos considerar a dimensão histórica para que seu estado atual possa ser entendido na perspectiva dos seus

76 Utilizarei, no decorrer deste livro, o termo ‘parceira’ ou ‘entidade parceira’, como uma categoria interna ao ‘campo’, para me referir a essas organizações que estão diretamente envolvidas na Marcha, mas que não fazem, necessariamente, parte do universo sindical, independentemente da sua estrutura ou do formato institucional.

77 Facchini (2005) se utiliza do conceito de ‘conexões ativas’, cunhado por Doimo (1995), para abordar as relações entre os diversos atores envolvidos no campo.

anteriores. Levando esse aspecto em consideração, procurei fazer um resgate das Marchas das Margaridas anteriores a de 2011, a partir dos materiais produzidos, impressos apenas ou publicados, de circulação interna ou pública, utilizados para os mais diversos fins (divulgação, comunicação, formação política e mobilização).

Quando surgiu, no ano 2000, a Marcha das Margaridas se apresentava como uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres.

As trabalhadoras rurais de todo o Brasil estarão mobilizadas no dia 10 de agosto para participarem da Marcha das Margaridas — A Marcha das Margaridas contra a fome, a pobreza e a violência. A manifestação será a maior ação nacional de massa da história das mulheres do MSTTR. A proposta é reunir 20 mil companheiras em Brasília. A Marcha das Margaridas fará parte das muitas mobilizações que ocorrerão em todo o mundo, neste ano, formando a *Marcha Mundial das Mulheres 2000 — contra a pobreza e a violência sexista* (Boletim informativo Marcha das Margaridas, 2000).

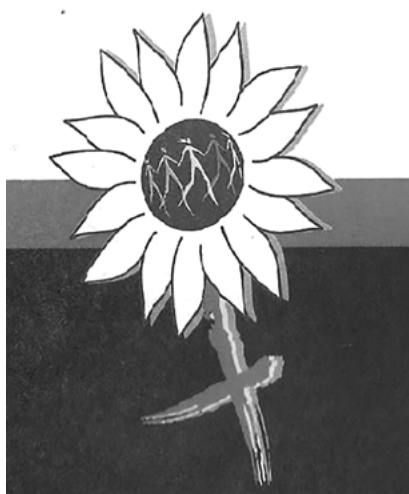
A Marcha das Margaridas é uma mobilização de 20 mil trabalhadoras rurais em adesão à Marcha Mundial das Mulheres 2000, que acontecerá no dia 10 de agosto, em Brasília. Esta iniciativa é da CONTAG, que reúne 25 federações estaduais e 3.640 sindicatos de trabalhadores rurais em todo o território nacional, por entender que a Marcha Mundial das Mulheres se soma à luta das trabalhadoras rurais pela equidade de gênero e por uma sociedade mais justa, que respeite os direitos humanos [...]. Para protestar contra o atual modelo de desenvolvimento globalizado e neoliberal — que promove a exclusão social, a discriminação, a violência e a desigualdade de gênero — nós, trabalhadoras rurais, aderimos à MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Imbuídas do espírito de luta da ex-líder sindical Margarida Maria Alves — assassinada a mando de latifundiários e usineiros do “Grupo da Várzea”, em 1983, em Alagoa Grande/PB — saímos às ruas da capital federal, Brasília, neste dia 10 de agosto, para fazer a maior mobilização nacional de mulheres trabalhadoras rurais já registrada na história deste país — A MARCHA DAS MARGARIDAS (Documento que compõe a pauta de reivindicações entregue ao Governo Federal, 2000).

A Marcha, naquele momento, era configurada como uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres. Raimunda de Mascena era então a coordenadora de mulheres da CONTAG e, nessa condição, da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. A Confederação, à época, era filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), de cuja base Raimundinha havia emergido como liderança.

A consigna adotada pela Marcha das Margaridas naquele ano foi praticamente a mesma da Marcha Mundial das Mulheres: “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. No caso da Marcha das Margaridas, foi acrescentada a palavra ‘fome’. Ainda não havia uma logo definida. Em algumas publicações, era utilizada a mesma logo da MMM, em outras, era impressa a figura de uma margarida dentro de um círculo, e em outras, a logo da MMM aparecia estampada no miolo de uma margarida, cujo pêndulo, juntamente com a folha, era uma representação do símbolo do feminino.



Logo da Marcha Mundial das Mulheres.
FONTE: Marcha Mundial das Mulheres, 2012.



Símbolo da Marcha das Margaridas 2000.
FONTE: CONTAG, 2000.

Em relação à forma organizativa, nos poucos materiais que encontrei referentes à Marcha 2000, a CONTAG, a CUT, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), o Movimento de Luta pela Terra (MLT), a União Brasileira de Mulheres (UBM), o Conselho Nacional de Seringueiros⁷⁸ (CNS) e o Movimento Nacional de Mulheres Quebradeiras de Coco⁷⁹ (MNMQC) apareciam como entidades promotoras, enquanto a Sempreviva Organização Feminista

⁷⁸ Apesar de manter a mesma sigla, o CNS hoje se intitula Conselho Nacional de Populações Extrativistas.

⁷⁹ Atual MIQCB (Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu).

(SOF), a Associação Agroecológica Tijupá, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a OXFAM eram citadas como entidades apoiadoras. Ou seja, como entidades promotoras apareciam os movimentos e as entidades de representação; e como apoiadoras, as ONGs. Naquele momento, a CONTAG, por intermédio da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, se colocava como organizadora da ação, em torno da qual passa a realizar um trabalho de articulação envolvendo diversos movimentos, entidades e ONGs.

Em 2003, ainda com Raimunda de Mascena à frente da Coordenação de Mulheres da CONTAG, a Marcha das Margaridas já apresenta algumas modificações na forma como é definida e na sua configuração. Na cartilha publicada para subsidiar a discussão do seu temário na ‘base’ do movimento, ela é definida como “um grande processo de animação e mobilização das trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros”, e não mais como uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, ainda que tal adesão apareça nos relatórios de circulação interna como uma estratégia para sua construção. A consigna da Marcha continua praticamente a mesma do ano 2000: “2003 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. Em atas das reuniões que a antecederam, já é mencionada a preocupação em unificar a sua logo, imprimindo-a em todos os espaços e materiais do MSTTR. A logo criada foi adotada pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Guardando semelhança com a da MMM, ela acaba sendo impressa em todo o material da Marcha das Margaridas, imprimindo-lhe a sua marca.



Logo da Comissão Nacional de Mulheres
Trabalhadoras Rurais.

FONTE: Acervo CONTAG, 2003.

A forma organizativa na Marcha das Margaridas 2003 já apresenta uma pequena modificação, embora sem uma estrutura definida. Alguns documentos de circulação interna fazem referência à formação de coordenações: nacional, regionais e estaduais, como uma estratégia para a sua construção. Porém, os documentos não deixam nítida a composição dessas coordenações. Efetivamente, tal estratégia só irá se consolidar na Marcha de 2007. O texto utilizado para subsidiar o debate político com as mulheres faz referência a entidades promotoras e entidades apoiadoras.

Como promotoras, são nomeadas a CONTAG, as Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs), os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STRs), a CUT, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), o Movimento de Luta pela Terra (MLT), a Secretaria de Mulheres do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); e como entidades apoiadoras, são citadas a Casa Lilás⁸⁰, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o ESPLAR⁸¹, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Fórum Carajás⁸², as Loucas de Pedra Lilás⁸³, a Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede LAC)⁸⁴ e a Sempreviva Organização Feminista (SOF). No documento contendo a pauta de reivindicações, acrescenta-se às entidades

80 A Cooperativa Interdisciplinar de Capacitação e Assessoria Ltda — Casa Lilás é uma cooperativa interdisciplinar de capacitação, formação e assessoria para mulheres, fundada em 1999 no Ceará, a partir da experiência de profissionais e militantes do movimento de mulheres.

81 O ESPLAR é um centro de pesquisa e assessoria, uma ONG que atua em municípios do semiárido cearense, desenvolvendo atividades voltadas para a agroecologia direcionada à agricultura familiar.

82 O Fórum Carajás é um fórum composto por entidades de Maranhão, Pará e Tocantins, com a finalidade de acompanhar as políticas de projetos para a região do Carajás. Criado em 1992, realiza atividades de sensibilização da opinião pública e formação de lideranças, visando ao fortalecimento do movimento popular para uma intervenção mais qualificada nas políticas públicas.

83 Fundada em 1996, com sede em Recife, Loucas de Pedras Lilás é uma ONG formada por mulheres que promove, por meio do teatro (e com humor), reflexões sobre as relações entre homens e mulheres, ou sobre questões urgentes, como educação sexual e reprodutiva, prevenção e combate à violência contra a mulher.

84 A articulação da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe — Rede LAC, se iniciou em 1990, porém só se consolidou em um encontro inédito, realizado em Fortaleza-CE, em 1996, com a participação de 230 lideranças rurais de 100 organizações de 21 países. A Rede LAC articula diferentes grupos, organizações e movimentos de mulheres rurais da América Latina e do Caribe, e se propõe a atuar na defesa dos direitos dessas mulheres, contribuindo, assim, para a eliminação de todas as formas de violência e violação que as infligia.

apoiadoras a OXFAM, a Cáritas⁸⁵, a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)⁸⁶, o Fundo SAAP⁸⁷, a Fundação Böll⁸⁸, a Cristhian Aid⁸⁹, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o UNIFEM⁹⁰, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Entretanto, na cartilha publicada para divulgar a Marcha das Margaridas 2003 e orientar os passos para a sua construção, a CONTAG, as FETAGs, os STTRs e a CUT aparecem como promotoras, com a participação do MMTR-NE, o MLT, o CNS, a CPT e o MIQCB. Como apoiadoras estão a MMM, a SOF, a FASE, o ESPLAR, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e o Projeto Crédito Fundiário, ambos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A flexibilidade do campo pôde ser percebida tanto no que se refere à saída e à entrada de novos atores quanto aos papéis assumidos por esses atores dentro do campo, conforme o contexto ou a demanda, de modo que alguns deles aparecem ora como entidades promotoras, ora como participantes. Em 2003, a referência

85 A Cáritas Brasileira — uma ONG que compõe a Rede Cáritas Internacional, que abrange 162 países e territórios — é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reconhecida como entidade de utilidade pública federal. Fundada em 1956, conta com 187 entidades-membro espalhadas por todo o país, distribuídas em doze regionais — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) — e cinco articulações: Norte I, Norte III, Noroeste, Centro-Oeste e Rio de Janeiro.

86 A CESE é uma entidade filantrópica criada em 1973, composta por igrejas cristãs, que atua no fortalecimento das lutas dos movimentos sociais, apoiando projetos de organizações populares. Ela tem como organizações prioritárias os movimentos sociais populares, associações, sindicatos, grupos de base, cooperativas, fóruns e articulações, organizações não governamentais de apoio e assessoria ao movimento popular, organizações ecumênicas, setores da diaconia e ação social das igrejas.

87 O SAAP — Serviço de Análise e Assessoria a Projetos — é uma das atribuições da FASE, por intermédio do qual são direcionados fundos de apoio a pequenos projetos.

88 A Fundação Heinrich Böll é uma ONG alemã cujos princípios fundamentais estão assentados em ecologia, sustentabilidade, direitos humanos, autodeterminação, justiça social e democracia, com ênfase na democracia de gênero. Um dos objetivos centrais da fundação é o apoio e a promoção de processos de democratização.

89 A Christian Aid é uma agência que representa 41 igrejas protestantes e ortodoxas do Reino Unido e da República da Irlanda e atua em cerca de cinquenta países, entre eles o Brasil, sendo sua ação voltada para as populações que sofrem as consequências da pobreza e da desigualdade.

90 O UNIFEM (Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres) é direcionado ao apoio financeiro e técnico de programas e estratégias que visam promover o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero.

às federações e aos sindicatos como promotoras da Marcha, assim como à Marcha Mundial das Mulheres como apoiadora, já indica um processo de institucionalização da Marcha das Margaridas como uma ação da CONTAG e não mais como uma ação em adesão à MMM. Cresce o número de entidades apoiadoras, com a participação de agências de cooperação internacional ligadas à Igreja e com a incorporação de algumas agências estatais. Algo relevante, visto que indica uma mudança na relação com o Estado, fruto de uma conjuntura marcada pelo primeiro ano de um governo popular, o governo Lula, saudado pelos movimentos sociais por significar a possibilidade de avanço das mobilizações populares e a inauguração de uma espécie de era pós-neoliberal, em contraposição ao dito governo neoliberal do presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso.

Grosso modo, é possível observar que às entidades promotoras cabe a função de mobilização, tanto do ponto de vista dos recursos para viabilizar a ida das mulheres a Brasília, quanto da articulação e da mobilização política dessas mulheres. O apoio pode se dar e ser entendido de diversas formas. De um modo geral, ele consiste na colaboração em relação à elaboração de materiais (cartilhas, texto-base para o debate político, pauta de reivindicações etc.) e no auxílio à formação política, principalmente de mulheres dirigentes e lideranças, subsidiando e introduzindo reflexões importantes, visando qualificar essas mulheres para o debate político nos seus mais diferentes níveis de atuação. Ou, ainda, na assessoria à reflexão política que envolve a discussão dos eixos, objetivos, caráter, estratégias e propostas para a pauta de reivindicações. O apoio inclui também a captação de recursos financeiros para viabilizar a construção e a efetivação da ação. É possível até mesmo considerar a composição do “Canto das Margaridas”⁹¹, lançado em 2003 pelas Loucas de Pedras Lilás, como um apoio.

Em 2007, com Carmen Foro à frente da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), ocorreu a 3ª Marcha das Margaridas. Na época, Carmen era também vice-presidente da CUT, cargo que voltaria a assumir em 2012. Num processo que já havia sido iniciado em 2003, a Marcha das Margaridas se expressa mais nitidamente como uma ação do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, capitaneada pela CONTAG e envolvendo toda a estrutura sindical.

91 “O Canto das Margaridas” é ainda hoje evocado como uma espécie de hino da Marcha das Margaridas.

A Marcha das Margaridas já faz parte da agenda permanente do sindicalismo rural brasileiro e do movimento de mulheres. Realizada de três em três anos, esta ação é organizada pela CONTAG, FETAGs, STTRs e CUT, em parceria com os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-NE, MIQCB, CNS, MAMA), movimentos e redes de mulheres de âmbito internacional (Marcha Mundial das Mulheres, Rede LAC, COPROFAM) e outras organizações colaboradoras e apoiadoras (CONTAG, 2007, p. 6).

A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das trabalhadoras rurais para garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta. É um processo amplo de mobilização em todos os estados do país, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (MSTTR): CONTAG — Confederação dos Trabalhadores na Agricultura; 27 FETAGs — Federações de Trabalhadores na Agricultura; 4.100 STTRs — Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e CUT — Central Única dos Trabalhadores, em parceria com movimentos de mulheres e movimentos feministas (Pauta da Marcha das Margaridas, 2007).

A forma organizativa da Marcha das Margaridas 2007 compreendia uma Coordenação Geral, exercida pela Coordenadora de Mulheres da CONTAG⁹², representante da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) junto à Confederação, e uma Coordenação Ampliada. Esta última, além da coordenação geral, era composta por outras representantes da CNMTR, escolhidas regionalmente pelas coordenadoras dos estados que compõem a região. Além dessas, integravam ainda tal coordenação as entidades parceiras e as mulheres que faziam parte da direção da CONTAG. Os materiais publicados, entretanto, não eram assinados pela Coordenação Ampliada. Alguns, como o “Caderno de textos para estudo e debates”, eram assinados apenas pela CNMTR.

Em publicações — como folders, cartazes e cartilhas —, a CONTAG, as FETAGs, os STRs e a CUT eram mencionadas como promotoras da Marcha; como parceiras, o MMTR-NE, o MIQCB, o CNS, a MAMA⁹³, a Rede LAC, a COPROFAM⁹⁴ e o MMM; e como apoio, impressos no folder⁹⁵ contendo a programação da Marcha,

92 Em 2009, foi aprovada no 10º Congresso da CONTAG, em 2009, a criação da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, em substituição à Coordenação de Mulheres.

93 Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia.

94 Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado.

95 O folder é escrito em três línguas: português, inglês e espanhol.

constavam a OXFAM, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Banco do Nordeste, a Petrobrás, a Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o Projeto Dom Hélder Câmara/MDA/FIDA⁹⁶.

O campo traçado pela Marcha das Margaridas, em 2007, assumia uma configuração mais verticalizada à medida que cada vez mais se consolidava como uma ação da CONTAG. A relação entre a CNMTR, as ONGs e movimentos que fazem parte desse campo fica cada vez mais definida como uma relação de parceria, não obstante sejam parte da composição da Coordenação Ampliada. Aliás, a participação das organizações não governamentais e das agências de cooperação se torna menor, ao menos em âmbito nacional, enquanto aumenta a participação de agências estatais, principalmente na qualidade de apoiadoras. O apoio é definido pelo aporte de recursos financeiros, físicos (infraestrutura), ou mesmo humanos, que essas agências canalizam para a realização da Marcha. Nesse ano, além da manifestação pública propriamente dita, a Marcha incluiu um conjunto de atividades — feira solidária, conferências, debates, apresentações culturais etc. —, o que implicou num aporte de recursos ainda mais elevado. Houve uma chamada maior para a participação de categorias urbanas. A Coordenação Ampliada, então, em resposta a um questionamento feito pela representante do CNS, com o apoio dos outros movimentos, passa a nomear o sujeito político da Marcha não mais como ‘trabalhadoras rurais’, mas como ‘mulheres do campo e da floresta’.

Em 2011, ainda com Carmen Foro como Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG⁹⁷, ocorreu a 4ª Marcha das Margaridas, numa conjuntura marcada pelo primeiro ano de mandato do governo Dilma Rousseff, sucessora de Lula e primeira mulher presidenta da República. É também o primeiro ano de mandato de Agnelo Queiroz como governador do Distrito Federal, que, assim como Dilma, se elegeu pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Esses elementos conjunturais são importantes para que se compreenda a relação da Marcha das Margaridas com agentes estatais, também abrigado pela rede de relações que se estabelece no campo.

Nas publicações lançadas, a Marcha das Margaridas passa a ser definida como “uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda

96 O Projeto Dom Helder Câmara, uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Nordeste, foi iniciado em 2001, a partir de um acordo de empréstimo internacional firmado entre o Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e de uma doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente.

97 Antes nomeada Coordenação de Mulheres.

permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas de mulheres” e “uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena” (CONTAG, 2011, p. 7).

A ênfase recai sobre a Marcha como uma ação das mulheres do campo e da floresta, nomeação reivindicada em 2007 que ganha força e concretude em 2011. A forma organizativa desta Marcha, assim como a de 2007, é delineada a partir do estabelecimento de coordenações: Coordenação Geral e Coordenação Ampliada, que à medida do possível, é reproduzida nos estados e municípios.

A Coordenação Geral é exercida pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG. A sua função é orientar e coordenar as ações da Marcha em âmbito nacional, em diálogo com a CNMTR. Nos estados, essa função é exercida pelas secretarias ou coordenações de mulheres das federações, e nos municípios, pelas secretarias ou pelas coordenações de mulheres dos sindicatos, onde houver.

A Marcha apresenta, ainda, coordenações regionais, indicadas em reunião da CNMTR pelas secretárias ou coordenadoras das federações que se situam em uma mesma região geográfica. Elas assumem o papel de articular as ações da Marcha na região e mediar o diálogo entre a Coordenação Ampliada e o conjunto das secretarias ou coordenações de mulheres da região a qual pertence. Cada região era representada, na Coordenação Ampliada, por uma coordenadora regional, com exceção das regiões Norte e Nordeste, que eram representadas por duas coordenadoras, devido à sua extensão geográfica.

A Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011 era composta pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, pelas coordenações regionais indicadas pela CNMTR, pela direção da CONTAG (representada pelas diretoras) e pelas chamadas ‘parceiras’. Eram também convidadas para as reuniões da Coordenação Ampliada, as mulheres que estavam, à época, à frente das coordenações regionais do MSTTR, uma das formas de organização do movimento⁹⁸.

98 O sistema CONTAG apresenta uma estrutura verticalizada composta por 27 federações e algo em torno de 3800 mil sindicatos associados. Nos anos 2000, a CONTAG criou as coordenações regionais, com a função de articular as demandas e as ações das federações dos estados situados em cada uma das regiões geográficas. Cada uma dessas regiões possui um(a) coordenador(a) e um assessor ou assessora regional, escolhidos regionalmente. As federações, por sua vez, apresentam uma estrutura dividida em polos sindicais, regionais sindicais ou microrregionais, que aglutinam vários sindicatos de municípios próximos identificados por uma determinada área geográfica. Assim temos, por exemplo, o Polo Sindical Sertão Central, em Pernambuco; a Microrregião Serrana, em Santa Catarina; ou, ainda, no Pará, a Regional Tocantina, entre outros.

Os estados e os municípios tendem a reproduzir a mesma lógica organizativa apresentada pela Marcha em âmbito nacional. A coordenação da Marcha nos estados é exercida pela Secretaria (ou Coordenação) de Mulheres das FETAGs. A ela cabe articular as chamadas ‘parcerias’ e formar uma espécie de comitê estadual da Marcha. Da mesma forma, nos municípios é a secretária ou coordenadora de mulheres dos sindicatos a responsável pela coordenação das ações e pela articulação de parcerias municipais.

A preparação da Marcha é discutida em âmbito nacional em dois espaços: na Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) e na Coordenação Ampliada da Marcha. A Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, por meio de sua representante, faz a mediação entre a Coordenação Ampliada e a direção da CONTAG, e quando o faz, assume e negocia as decisões tomadas na Coordenação Ampliada.

As chamadas ‘parceiras’ são convidadas a integrarem a Coordenação Ampliada. Foram parceiras da Marcha das Margaridas 2011: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado (COPROFAM), Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede LAC) e União Brasileira de Mulheres (UBM).

Além das ‘parceiras’, havia as chamadas colaboradoras: Cfêmea, Católicas pelo Direito de Decidir, Fase, GT de Mulheres da ANA, Loucas de Pedra Lilás, SOF e SOS Corpo. Algumas dessas colaboradoras também compunham os comitês estaduais⁹⁹ como ‘parceiras’. Assim, a Fase, por exemplo, era ‘parceira’ no estado do Pará e a SOS Corpo era ‘parceira’ no estado de Pernambuco, o que mostra que há um deslocamento das posições de ‘parceiras’ ou ‘colaboradoras’ conforme as relações que essas várias organizações estabelecem nos estados.

É bom ressaltar que a condução da Marcha é feita de forma autônoma, cada localidade tem autonomia para realizar suas próprias ações e conduzir o processo da forma que puder ou que lhe aprouver. A busca, ou não, de ‘parcerias’, a natureza

⁹⁹ Os comitês estaduais equivalem à Coordenação Ampliada, em âmbito nacional. Porém, nem todos os estados possuíam comitês constituídos.

dessas ‘parcerias’, a produção de recursos, as formas de mobilização, tudo isso é realizado com uma certa autonomia, conforme o estado ou município.

A Coordenação Ampliada ocupa um lugar de destaque. No espaço delimitado por sua atuação, são discutidos e definidos os objetivos da Marcha, o seu caráter, seus eixos temáticos, a pauta, o lema, o conteúdo dos cadernos de textos para debate, o leiaute do cartaz, enfim, todas as definições políticas que envolvem a construção da Marcha são determinadas ali. São essas definições que vão orientar as ações nos estados.

Os comitês estaduais, sob a coordenação geral da secretaria ou coordenação de Mulheres das federações, executam suas ações a partir das deliberações acordadas na Coordenação Ampliada. Eles têm, portanto, uma dupla tarefa: nos estados, divulgar e discutir, politicamente, as definições políticas acordadas na Coordenação Ampliada e, ao mesmo tempo, estimular o processo de mobilização nos municípios. As comissões de Mulheres dos sindicatos, em parceria com outras entidades e organizações, ou não, são diretamente responsáveis pelo processo de mobilização das mulheres nas localidades onde moram.

Em alguns materiais publicados, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Itaipu Binacional e a Petrobrás, eram órgãos mencionados como patrocinadores da Marcha das Margaridas 2011, ficando o apoio por conta do Governo do Distrito Federal (GDF), da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), do Ministério da Cultura, do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, dos Correios e da Petrobrás.

Ainda que meu olhar esteja focado na 4ª Marcha das Margaridas, considero-a como fruto de um processo que se iniciou no ano 2000, quando, pela primeira vez, as ‘margaridas’ ocuparam as ruas de Brasília. Portanto, para mostrar que o campo é algo vivo, que se movimenta, foi necessário fazer essa incursão, trazendo esse conjunto de siglas que nomeiam os atores que fazem o campo expandir ou contrair, e que o movimenta ao se posicionarem nele de diferentes formas, conforme as atribuições que lhes são impetradas no interior do próprio campo. Assim, é possível observar tanto a criação e a utilização de termos que dizem do lugar e das atribuições desses atores (promotor, organizador, apoiador, participante, parceiro, apoiador, patrocinador), quanto mudanças nas definições desses termos, e mesmo o reposicionamento dos atores, de acordo com essas definições. Destarte, a CONTAG ora é promotora, ora organizadora e por fim, coordenadora; as ONGs ora são parceiras, ora apoiadoras; os movimentos, por sua vez, já transitaram como promotores, participantes e parceiros; e as agências estatais eram definidas como apoiadoras ou como patrocinadoras.

A fluidez do campo também é influenciada pelo contexto e pela conjuntura na qual as Marchas ocorrem, bem como pelos interesses dos atores envolvidos e pelo perfil das pessoas que os representam.

Marcha das Margaridas: momentos constitutivos

Para fins de análise, identifiquei três momentos que constituem a Marcha. Primeiro, o momento de ‘preparação da Marcha’, que se inicia, normalmente, no ano anterior à realização do ato em Brasília¹⁰⁰ e envolve desde a formação política das mulheres dirigentes até questões relacionadas à viabilização de recursos e infraestrutura — não só para trazer as mulheres, mas para acomodá-las desde a sua chegada a Brasília —, passando por decisões e definições sobre a meta, os objetivos, o caráter, o lema, o temário, a produção de documentos e materiais de divulgação, a construção da pauta, a mobilização da base e a discussão política.

O segundo momento da Marcha diz respeito à manifestação em Brasília propriamente dita, o que chamaremos de ‘momento ritual’, que se inicia com a saída dos ônibus dos municípios, passando pelo ato em si até o seu término, quando as mulheres se dispersam e se organizam para o retorno.

O terceiro momento é o que estamos chamando de ‘pós-Marcha’ e está relacionado à sua avaliação, à negociação com o poder público instituído, ao monitoramento dos pontos negociados e às ações realizadas a partir de então. Desde a 3ª Marcha, foi deliberada a realização de um espaço de encontro denominado Jornada das Margaridas, no qual as mulheres representantes das secretarias/coordenações de Mulheres e as organizações parceiras avaliam o caminhar das negociações e a resposta do governo às reivindicações pautadas e traçam suas ações. A jornada deve acontecer a cada ano, com exceção do ano em que ocorre a Marcha.

Os momentos acima delineados não são algo rígido, mas devem ser compreendidos no bojo do processo que constitui a Marcha das Margaridas. Neste livro, me interessa, particularmente, focar o olhar sobre os dois primeiros momentos.

100 A partir da Marcha das Margaridas 2019, o momento de ‘preparação’ passou a se iniciar dois anos antes da realização do ato em Brasília.

Conteúdo: lema, caráter, objetivo e temário

É no momento de preparação da Marcha das Margaridas que são definidos o lema, o caráter, o objetivo e o temário da Marcha. Ou seja, o seu conteúdo.

Diferentemente dos anos 2000, 2003 e 2007, que adotaram como lema “[...] razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, a Marcha das Margaridas 2011 inova com o tema “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade”.

Nos documentos e materiais de divulgação, a Marcha é apresentada com o caráter de ‘mobilização’ (nas comunidades, nos municípios e estados); ‘organização’ (nas comunidades, nos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e federações); ‘articulação’ (com os diversos grupos de mulheres); ‘formação’ (estudo e análise política de temas prioritários para a construção do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário — PADRSS¹⁰¹ com igualdade para as mulheres); ‘denúncia’ (das condições de vida no campo, pobreza, desigualdade, violência e exclusão das mulheres das políticas públicas); ‘proposição’ (de ações, programas e políticas para as mulheres do campo e da floresta); ‘negociação’ (da pauta da Marcha, com as reivindicações e proposições de ações e políticas públicas); e ‘visibilidade’ e ‘empoderamento’ das mulheres do campo e da floresta.

Os objetivos políticos da Marcha 2011 foram assim apresentados: i) fortalecer e ampliar a organização, a mobilização e a formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais; ii) contribuir para a democratização das relações no MSTTR, com a superação das desigualdades de gênero; iii) atuar para que as mulheres do campo e da floresta sejam protagonistas de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente; iv) dar visibilidade e reconhecimento à contribuição econômica, política e social das mulheres no processo de desenvolvimento rural; v) denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação e avançar na construção da igualdade para as mulheres; vi) propor e negociar políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta.

101 O debate sobre a necessidade de formular um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário se iniciou no 6º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNMTTR), realizado em 1995. O 7º Congresso, realizado em 1998, aprovou os pontos centrais que deveriam nortear a construção e implementação do Projeto. Desde então o PADRSS vem sendo atualizado, e é referenciado por ele que a CONTAG pauta as suas ações.

Os eixos temáticos que compuseram a sua plataforma política e sobre os quais foi estruturada a sua pauta de reivindicações, foram: I — Biodiversidade e Democratização dos Recursos Ambientais; II — Terra, Água e Agroecologia; III — Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; IV — Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; V — Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência; VI — Saúde e Direitos Reprodutivos; VII — Democracia, Poder e Participação Política.

A partir desses eixos, a Plataforma Política foi estruturada, agregando, dando suporte e justificando politicamente as demandas das mulheres, consubstanciadas na sua pauta de reivindicações que, por sua vez, acolhia as principais bandeiras de luta de cada um dos movimentos que integrava a Marcha das Margaridas 2011.

Organização do ‘campo’

Segundo Swartz (1968), o campo político é formado por um ou mais grupos e/ou indivíduos que estejam mais diretamente envolvidos no processo político em estudo, sendo, mais frequentemente, quem o define. No caso da Marcha, o grau de envolvimento se diferencia dependendo do lugar que esses atores ocupam nessa rede de relações que a constitui. Assim, por exemplo, os indivíduos, grupos ou organizações que compõem a Coordenação Ampliada têm um papel fundamental nas definições mais amplas e orientadoras do processo político, ainda que, no processo de mobilização em si, o seu envolvimento seja menor. Já os indivíduos, grupos e organizações, como os sindicatos, que têm como base geográfica de atuação o município e as localidades rurais desse município, estão mais diretamente envolvidos no processo de mobilização em si, enquanto nas definições mais amplas que envolvem o processo político, o seu envolvimento seja menor — conquanto, todos, de uma forma ou de outra, estejam mais diretamente envolvidos na construção da Marcha.

Devido ao lugar ocupado pela Coordenação Ampliada, buscarei refletir sobre o campo a partir das relações que nesse espaço se estabelecem e que, de certa forma, espelham a maneira como as relações são estabelecidas nos estados e municípios, embora guardem suas peculiaridades. Além disso, dada a amplitude da Marcha, seria impossível, no intervalo de tempo destinado à investigação e à escrita do livro, abraçar todas as relações que ela abrange.

Irei discorrer agora sobre os atores — indivíduos e grupos — envolvidos no processo. Aqueles que incidem diretamente sobre as decisões que orientam as ações envolvendo o processo de construção da Marcha.

A Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR)

A Marcha das Margaridas, como dito anteriormente, fica sob a coordenação geral da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que compõe a direção da CONTAG. Sua representante, assim como toda a diretoria da CONTAG, é eleita em congresso, com mandato de quatro anos. À Secretaria de Mulheres cabe coordenar as ações da CNMTR, além de:

Coordenar e implementar políticas e estratégias para a superação de todas as formas de discriminação e desigualdade de gênero existentes no meio rural, além de promover ações de capacitação das mulheres trabalhadoras rurais para qualificar sua participação no MSTTR e nos espaços de formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural (<http://www.CONTAG.org.br>, não paginado).

A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), por sua vez, é composta por representantes das secretarias ou coordenações estaduais de mulheres trabalhadoras rurais das federações, prevista em estatuto, sendo representada na diretoria executiva da CONTAG por meio da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Criada provisoriamente em 1989, a então Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural era vinculada à vice-presidência da confederação. Contudo, o 6º Congresso da CONTAG, realizado em 1995, deliberou pela sua regulamentação estatutária, pela garantia de sua representação no Conselho da CONTAG e pela constituição de uma coordenação de Mulheres, com a liberação¹⁰² de uma coordenadora. Atualmente, a CNMTR tem representantes em todos os estados do Brasil, por intermédio das secretarias ou coordenações estaduais de mulheres das FETAGs.

Fundada em 1963, a CONTAG é a entidade sindical representativa dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares. Ao lado das federações e sindicatos, ela aparece, publicamente, como promotora da Marcha das Margaridas. Essas instâncias sindicais, embora sejam parte do sistema confederativo e integrem uma única estrutura, possuem certa autonomia para tomar suas próprias

¹⁰² Liberar significa garantir gratificação para um(a) dirigente sindical, como forma de remuneração e reconhecimento pelo trabalho realizado.

decisões. Assim, do ponto de vista da estrutura e do funcionamento organizacional, o MSTTR apresenta uma organicidade que não é suficientemente capaz de fazer com que as suas orientações percorram todo o corpo do movimento e se articulem de forma permanente para garantir a unidade de ideias e ações. Ou seja, essas diferentes instâncias nem sempre trabalham de forma combinada visando ao mesmo fim.

De modo que, apesar de a Marcha ser uma ação pautada pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, no Conselho Deliberativo da CONTAG¹⁰³ — segunda instância de decisão do MSTTR¹⁰⁴, que delibera sua realização —, isso não significa que todas as federações e todos os sindicatos empreenderão os mesmos esforços para realizá-la, nem que se comprometerão com a sua realização da mesma forma.

Promover significa impulsionar, motivar, suscitar, causar, o que implica a sensibilização e a mobilização política para que a Marcha aconteça. Quanto mais sensibilizados e mobilizados estiverem os(as) dirigentes, mais recursos serão alocados em direção à efetivação da ação. Considerando que a CONTAG, as FETAGs e os STTRs conformam um movimento misto, envolvendo homens e mulheres, não é uma tarefa fácil para as mulheres dirigentes mobilizarem os recursos necessários para a realização da Marcha.

A maioria das dirigentes que entrevistei, ao falar do trabalho de organização e mobilização para levar as mulheres a Brasília, relatam como o trabalho é difícil e se queixam das federações e dos sindicatos que não se comprometem nem se envolvem na ‘promoção’ da ação. Afinal, “é preciso recurso pra fazer a Marcha”, e mobilizar esses recursos nas federações e nos sindicatos é uma tarefa árdua. Alguém qualificou o processo de negociação para a realização da Marcha dentro das federações como “uma queda de braço”. Ou seja, a ‘promoção’ da Marcha não ocorre sem tensionamentos, expressos nas falas de algumas dirigentes sindicais:

Todos dizem: “A Marcha é da federação”. Então, se é assim, todo mundo ali tem que estar discutindo a Marcha, se integrando. Se a gente tiver um pequeno probleminha aqui, todo mundo tem que estar aqui pra resolver,

103 A primeira instância de decisão do MSTTR é o Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, que acontece a cada quatro anos.

104 O Conselho Deliberativo é composto por diretores e diretoras da CONTAG e das Federações de Trabalhadores na agricultura. Nesse espaço de decisão, as pautas apresentadas pela diretoria da CONTAG são analisadas, avaliadas e deliberadas, incluindo a aprovação da prestação de contas, a previsão orçamentária e o plano de ação do MSTTR.

aí o que deu certo também tem que ser pra todo mundo, mas não é assim. Se a Marcha der certo, se a gente trazer um bom número de mulheres pra Brasília e, se for visível, for bom, então, nesse caso, “a federação levou todos os ônibus”. Por exemplo, nós estamos dizendo que vamos levar trinta ônibus, se nós levarmos vinte e cinco “foi porque a secretária de Mulheres não fez a articulação direito”. A gente confecciona material da Marcha, camiseta, bandana, folder, cartaz e coisas assim pra gente vender. Por exemplo, agora mesmo a gente está fazendo uma tiragem de setecentas camisas, e isso tem um custo, mas aí vem as perguntas: “Como é que essas camisas vão?”; “Quem que vai pagar o frete?”; “Como é que isso foi discutido?”. Então é assim, eles querem saber dos cinquenta centavos que você gastou pra organizar a Marcha, não querem saber do retorno. Todo dia a gente tem que matar um leão pra poder sobreviver o dia de amanhã, porque sem dinheiro não se faz a Marcha (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAEMA¹⁰⁵, 2011).

A principal dificuldade para a realização da Marcha é a questão financeira, porque os diretores dos sindicatos, mesmo na questão da mobilização dessas mulheres, dizem: “Ah! Eu não vou ajudar não, eu não vou ajudar esse processo das mulheres; é o movimento das mulheres, as mulheres é quem têm que se mobilizar pra ir, não sou eu que vou ajudar”. Mas se é um evento do movimento sindical — porque a Marcha não é só das mulheres, a Marcha é do movimento sindical —, então os homens precisam também se inserir nesse processo, tanto de articulação, de mobilização, quanto formação. Mas em muito dos municípios aqui da região, as mulheres é que estão nesse processo realmente, porque, se não fossem as mulheres nos municípios fazendo alguma coisa pra rifar, pedindo doações — porque tem municípios que recebem doações pra fazer rifa, pra fazer bingo —, eu acho que o processo tava mais lento ainda, se não fosse o esforço dessas mulheres (Elenira, dirigente sindical, CE, 2011).

Dentro do movimento sindical, a principal dificuldade é a conscientização dos companheiros dirigentes homens. Ainda, infelizmente, esse é o principal obstáculo. [...] Pra dentro do movimento, a maior dificuldade ainda é a autorização dos companheiros na liberação das companheiras. E pra vir pra Marcha tem custo, tem despesa, e nós, mulheres, somos despesas, ainda, em muitos sindicatos. Essa é a maior dificuldade (Ângela, dirigente sindical, PA, 2011).

105 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA).

Essas são falas de pessoas que se autoidentificavam como trabalhadoras rurais e dirigentes sindicais, enunciadas a partir de um lugar: o MSTTR, um espaço tradicionalmente masculino, cuja representação política se dá majoritariamente pelos homens. Em que pese a ampliação da participação sindical e o fortalecimento da organização das mulheres no seu interior, especialmente nas três últimas décadas, a maioria delas vivenciam uma situação marginal de não reconhecimento político da sua atuação no conjunto do movimento, refletido na sua limitada presença nos cargos de direção e decisão¹⁰⁶.

Os tensionamentos revelados nas palavras das entrevistadas dizem respeito às dificuldades que as mulheres enfrentam no seu cotidiano para se organizarem e ocuparem espaços dentro do MSTTR, e que se manifestam no momento de organização e mobilização da Marcha. Contudo, é em meio a esse paradoxo que o MSTTR se apresenta como promotor de uma ação protagonizada pelas mulheres trabalhadoras rurais.

Porém, apesar das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no interior do MSTTR para fazer acontecer a Marcha, ela acontece. Isso indica que essas mulheres conseguem acessar, de maneira eficaz, os recursos materiais, humanos e normativos¹⁰⁷ disponíveis no interior do movimento, transformando-os em suportes para seus fins políticos. Uma das estratégias de que elas lançam mão para acessar os recursos políticos é o estabelecimento de ‘parcerias’, que expressa a sua forma de organização.

Eu olho as parceiras como um lugar de juntar força. Não é uma força material, mas uma força que a gente não descreve. É o fato de ter na Marcha das Margaridas, por exemplo, o MMTR-NE, que tem força local. No lugar que as mulheres do MMTR estão, elas têm força. E isso, junto com as outras mulheres, tem um significado muito forte, e eu aposto muito na parceria da Marcha. Porque ela tem um caráter simbólico, forte.

106 A despeito da aprovação da política de cotas para participação das mulheres em cargos de direção no MSTTR no 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em 1998. Em 2011, quando fizemos as entrevistas, ainda não havia sido aprovada a paridade entre homens e mulheres, o que ocorreu no 11º CNTTR, em 2013, sendo a sua implantação ocorrida, no âmbito da diretoria da CONTAG, em 2017, envolvendo também as suas instâncias deliberativas. A partir do 12º Congresso, em 2021, se instaurou um processo de implementação que vem se estendendo para as FETAGs e STTRs.

107 Os recursos normativos dizem respeito às normas que estabelecem obrigações, direitos e instrumentos de política sindical e formalizam planos de ação.

Elas [as parceiras] podem não ter recursos, elas podem não ter a compreensão nacional, que eu tenho que ter, mas elas têm coragem, elas têm uma organização que, independentemente do tamanho, tem um significado político e simbólico que faz com que nós sejamos muito mais fortes (Carmen Foro, 2013).

A coordenação geral

Coordena a Marcha das Margaridas a pessoa que se encontra à frente da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG. Em 2000 e 2003, esse papel foi exercido por Raimunda de Mascena, e em 2007 e 2011, por Carmen Helena Foro.

Ser coordenadora da Marcha implica, entre outras coisas, assumir o papel de porta-voz do movimento, e envolve um processo de aprendizado e utilização de distintos recursos que dependem das características pessoais de quem assume a sua coordenação, de quem a lidera, e que acabam deixando a sua marca a cada Marcha.

Filha de lavradores, Carmen, então com 46 anos, é uma cabocla, como ela mesma diz, nascida no município de Moju, no nordeste do Pará. Aos quinze anos, migrou para Igarapé-Mirim, onde iniciou a sua militância política nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Começou a trabalhar no Sindicato de Trabalhadores Rurais ainda muito nova, na condição de dependente da inscrição sindical de seu pai. Em 1990, conquistou o direito à sua própria filiação, compôs uma chapa de oposição sindical e tornou-se dirigente em 1991, para, em seguida, assumir a presidência do sindicato, de forma interina, por oito meses.

Eu fui a primeira mulher a assumir o sindicato dos trabalhadores rurais do meu município. Eu e mais duas companheiras. Até aquele momento, nunca tinha havido nenhuma mulher no sindicato. E a primeira tarefa que eles me deram foi fazer a ata, porque eu tinha uma letra muito bonita. Então eu ficava na reunião escrevendo toda a ata da reunião, porque a minha letra era bonita. Nessa época ainda, um pouco antes, eu só tinha a carteirinha amarela do papai, de dependente. Depois eu fui indo pro sindicato, mesmo antes de ser associada, por influência do meu pai. Eu participava das coisas junto com ele. Ele já era associado. Depois eu me filiei ao sindicato. Quando me filiei ao sindicato, na época, meu pai queria que eu passasse um período no sindicato, para treinar minha datilografia, porque eu tava estudando, tinha feito cursinho de datilografia e tal. Então o meu pai pediu ao presidente do sindicato pra eu ficar um período no sindicato. E eles, obviamente, me exploravam, né? Pra fazer a ata, pra

escrever as coisas, e pra fazer o café e, às vezes, até o almoço, então eu fazia de tudo sem receber nada, e trabalhava um período. Depois, eles acharam que eu fazia bem o serviço e resolveram me encaixar numa creche. Eles tinham uma creche ao lado do sindicato nessa época, aquelas creches LBV [Legião da Boa Vontade]. Então o sindicato me contratou por uns três anos, eu acho. Eu ajudava na escolinha e fazia os serviços do sindicato também, que era datilografia, era fazer os ofícios. Eu fazia isso, e no final de semana eu ia pra roça. Depois eles viram que eu tinha potencial, e acharam que era importante eu me filiar ao sindicato, e aí encerrou a história de ser contratada do sindicato. Eu me filiei ao sindicato e vim pra direção, como diretora. Mas eu era uma “menina verde”, assim diziam eles. Eu era uma espécie de segunda secretária, eu ajudava o secretário, então o cara era ele, eu era a diretora auxiliar [risos]. Você acredita numa coisa dessas? Então tinha o presidente, o vice-presidente, o secretário, e uma segunda secretária, um tesoureiro e uma segunda tesoureira. Eu era uma espécie de diretora auxiliar do chefe, diretor, secretário-geral, né? E tinha consciência desses lugares, dessas coisas aí. Eu me filiei em 1991, e em 1992 tinha eleição municipal, o nosso presidente do sindicato, em 1992, foi candidato a prefeito pelo PT. O vice foi candidato a vereador na região dele. E o secretário-geral, numa outra região do município, também foi candidato a vereador, e eu virei presidenta, sabe? Numa fase terrível do sindicato. Porque o sindicato, antes de nós tomarmos ele, em 1988, era um sindicato que servia pra extrair dente, consulta médica, não fazia luta nenhuma, ele era um braço da prefeitura. Quando nós tomamos o sindicato, a história era outra. Então, naquele sindicato, os trabalhadores que tomaram conta não tinham experiência administrativa. Os associados reclamavam porque não tinha mais dentista, a luz tava atrasada, não tinha dinheiro. Na outra direção tinha dinheiro, porque era um braço da prefeitura, mas nós não tínhamos dinheiro nem pra fazer o talão. Então eu assumi o sindicato nessa condição horrível, do cara vir aqui cortar a luz e eu pedir pra ele segurar até de tarde, até eu emprestar um dinheiro pra pagar a luz do sindicato. Aí eu pensei: o que é que eu vou fazer? Eu vou pra base! Eu vou pedir ajuda à base. E eu fui. Fui pras delegacias sindicais conversar, falar que o sindicato tava numa situação difícil, e que a gente precisava resgatar aqueles associados, e como a gente podia fazer alguma coisa pra comprar o talão. Então os trabalhadores contribuíram muito. Eles levavam, vendiam açaí, eles vendiam produtos pra contribuir com o sindicato. E nós fizemos muitas festas. Eu ficava a noite inteira na porta, cobrando entrada, pra que a festa não desse problema no lucro, pra pegar o dinheiro, pagar as despesas da festa, e o que sobrasse levar pro sindicato, pra comprar o talão, pra pagar o telefone, pra pagar a luz, pra

não cortarem, e pra pagar a funcionária que tava com salário atrasado. Eu fiquei substituindo o companheiro que foi candidato, e quando ele terminou a eleição, ele não voltou, porque ele teve uma pneumonia grave, e eu fiquei mais um tempo. E eu tive a oportunidade de conhecer todas as delegacias sindicais, todo o meu município, que eu conheço como a palma da minha mão. Entendeu? E aí, quando terminou tudo isso, passou mais um ano, eu ia pro município, pros interiores e tal, e com mais um ano, nas delegacias sindicais, o povo disse: “Ela tem que ser a presidenta”. Aí os camaradas mais velhos e experientes do que eu, que era muito jovem, vinte e poucos anos, vinte e dois, vinte e três anos, aí eles viraram e disseram: “Ela é muito boa, deu conta direitinho, mas ela tá muito verde. Tem que ser alguém que tenha mais juízo, alguém com mais história”. E eu só fui presidente do meu sindicato essa época aí. Nesse período, eu encenquei que nós tínhamos que construir uma organização de mulheres no município. E briguei muito no sindicato pra botar o dinheiro do sindicato. E nós fizemos os encontros de mulheres no meu município. Era pra fazer formação, pra entender por que é que as mulheres eram discriminadas. Eu li uns livrinhos, “O que é o feminismo?”, daquela Coleção Primeiros Passos. E pegava um material que chegava da CUT lá, que era um boletimzinho escrito, uma campanha sobre igualdade e oportunidade na vida, no trabalho e no movimento sindical. Aquilo era minha bíblia. Nós fizemos grandes encontros no meu município, com duzentas, trezentas mulheres. Chamava gente de fora pra vir falar sobre os assuntos. Pedia apoio da Cáritas, pedia apoio dessas organizações e consegui, conseguíamos fazer isso (Carmen Foro, 2013).

Em 1996, Carmen assumiu a recém-criada Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA) e, em 1997, compôs a direção da CUT estadual Pará. De 1996 a 2005, atuou na militância feminista estadual e nacional articulada na Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG e com a Secretaria Nacional de Mulheres Trabalhadoras da CUT.

Quando me disseram “todo mundo acha que você é a mulher pra assumir a Secretaria de Mulheres”, eu pensei: “Eu vou assumir a Secretaria de Mulheres do meu estado, que bicho é esse, meu Deus?”. Eu tinha uma ideia já, dessa coisa do município. Aí, minha filha, me meti nisso e nunca mais parei. Aí eu fui pro meu estado, cheguei lá, eu não sabia o que fazer. Tinham acabado de criar uma secretaria e tinham vários movimentos de mulheres lá em Belém, e todos os movimentos de mulheres queriam

que eu fosse pra dentro do movimento de mulheres deles. E eu passei um tempão pensando: se foi criada a Secretaria de Mulheres pra cuidar das mulheres rurais aqui, por que é que eu tenho que ir pro MMC? O Movimento de Mulheres Camponesas, que tem lá no Pará. Eu tenho que organizar aqui. Bom, numa gestão, nós conseguimos organizar duas coisas, que pra mim foi fundamental: atividades nas regiões, com as mulheres, construindo coordenações nas regiões, e debatendo a política de cota. No mandato seguinte, nós conseguimos aprovar a cota. Três anos depois, eu saí da secretaria de mulheres e fui tocar políticas sociais na federação em outro mandato, mas fizeram com que eu voltasse pra secretaria de mulheres. Aí eu voltei com muito mais bagagem e amadurecimento, e tal, aí foi quando me meti em Marcha. Daí eu falei: eu vou levar duas mil mulheres. Nós, que participamos da outra Marcha [a de 2000], assim, muito timidamente, com dois ônibus, três ônibus, desta vez fomos com vinte e cinco ônibus, e transformamos o ato de saída num ato do Estado, sabe? As mulheres fizeram de tudo, elas estavam convencidas da ideia de que só caminhando, só marchando, a gente ia fazer mudanças. A imprensa corria atrás de nós, foi um momento muito histórico, então fez muita diferença pra esse processo, e todo ele foi muito importante, porque eu virei referência (Carmen Foro, 2013).

E sendo uma referência, ela assume, em 2005, a Coordenação de Mulheres da CONTAG, cargo antes ocupado por Raimundinha, ficando à sua frente até 2013, quando finalizou o seu segundo mandato. Ela compôs a Executiva Nacional da CUT, desde 2003, assumindo os cargos de secretária de Meio Ambiente, vice-presidência e secretária-geral da Central.¹⁰⁸

Acompanhei o trabalho que Carmen desenvolveu na coordenação geral da Marcha das Margaridas 2011, papel que ela desempenhava habilmente e com uma dose precisa de sagacidade política. Segundo ela, para exercer uma liderança era preciso, antes de tudo, ter convicção do que quer, acreditar no que está fazendo e construir essa convicção junto a um coletivo maior. Do contrário, não há mobilização.

Para exercer o papel de liderança, é preciso ter convicção. É preciso acreditar e, acreditando, a liderança envolve os outros, e quando você envolve, as pessoas vão. Se a liderança não convence nem a si própria, se nem ela

108 Em 2023, Carmen Foro assumiu a Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política no âmbito do Ministério das Mulheres, e compõe a Suplência da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG.

tá convencida daquilo, não vai, não puxa ninguém. Você só é líder porque você ganha as pessoas pelas suas ideias, porque você lidera ideias, você lidera pensamentos, você lidera posição, e por isso você lidera. Então eu acho que papel de liderança tem que ser um papel que ganha, ganha pela convicção numa ideia, num sentimento. É algo que ultrapassa as palavras, ultrapassa o escrito, sabe? A pessoa tem que se imbuir da convicção das coisas e ser capaz de convencer os outros. Eu posso tá fazendo, até tá conceituando erroneamente o papel do que eu entendo como liderança, porque eu nunca me dediquei a perguntar o que é ser uma liderança, mas eu sinto que pra ser liderança tem que ter capacidade de ganhar mentes e corações pra uma proposta, e daí isso ser traduzido a outros. Não acredito na ideia de liderança sozinha, individualista, personalista. Eu acho que a Marcha das Margaridas... Nós só somos sucesso porque nós somos muitas líderes convencidas de uma ideia. Quando eu convenço meia dúzia de mulheres, e elas convencem mais meia dúzia, eu acho que nós estamos exercendo liderança e nós estamos mobilizando, e pra mobilizar tem que ter liderança. Liderar é você conseguir de fato convencer as pessoas com os teus argumentos, com teu coração. O sentimento não é algo separado. Você é um líder que tem sentimento, porque só as palavras mortas não funcionam. Então, assim, eu atribuo muito a isso o que a gente conseguiu: convencer o coletivo, o coletivo se investiu dessa ideia de que nós podíamos (Carmen Foro, 2013).

Carmen destaca, na sua fala, atributo que ela, como liderança, considera importante no processo de construção da Marcha das Margaridas: a capacidade de influenciar, persuadir, motivar e envolver pessoas nesse projeto. Sem dúvida, esse é um recurso importante, mas, por si só, ele não garantiria a concretização de tamanho intento. Observei que a combinação desse e outros recursos era necessária para fazer a Marcha acontecer. Recursos que Carmen sabia utilizar, habilidade aprendida na sua trajetória política. Ela tinha domínio sobre os trânsitos político-burocráticos no interior da própria CONTAG, o que lhe permitia, por exemplo, pensar, propor e lançar mão de estratégias para fazer passar as propostas discutidas junto à Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) no conselho deliberativo. Além disso, ela sabia como se comunicar com a CNMTR para obter o apoio às propostas por ela lançadas. Sabia, ainda, mediar o diálogo entre a comissão e as organizações parceiras e entre as próprias organizações. Uma vez perguntei para ela se havia um consenso na Comissão de Mulheres, a qual ela representava, quanto à importância política da relação de parceria. Ela me respondeu:

É o seguinte: como eu tenho convicção da importância da parceria, e eu sei que na Comissão de Mulheres tem gente que tem dificuldade de compreender isso, eu tenho que usar o argumento de liderança pra convencer as outras. Se eu fosse frouxa, não fosse uma mulher que tem posição, se eu não tivesse clareza de um universo mais amplo, era muito mais fácil me esconder atrás das coordenadoras e dizer: “Ah, a Comissão de Mulheres decidiu”. Entendeu? Seria muito mais fácil. Mas eu, realmente, acho que cada um contribui com o que pode. Se eu não tivesse certa disso, eu já tinha me escondido atrás da comissão, porque é mais fácil, às vezes, a gente se esconder atrás das coisas mais fáceis do que enfrentar o difícil. Enfrentar o difícil é dizer não, não é possível a gente não conseguir ler o mundo desse jeito. Mas eu acredito muito numa parceria, e acredito que a Marcha só é o que é por esse valor simbólico das parcerias, por mais que elas não consigam mobilizar o tanto que nós conseguimos. Mas nós conseguimos construir e articular uma sinergia de forças políticas com as nossas parceiras (Carmen Foro, 2013).

Ademais, Carmen sabe a quem recorrer para obter apoios institucionais diversos, necessários à realização da Marcha, e em quais momentos, para que fins e de que forma recorrer. Tudo isso se aprende enquanto se faz.

Recorrendo à linguagem dramática de Goffman (1975), para quem os indivíduos constroem personagens em cenas sociais, eu diria que Carmen sabe entrar em cena, ou seja, fazer-se notar e ser ouvida em diferentes situações (Vianna, 2011), nas quais a forma como se apresenta se revela na composição de olhares, nos gestos, nas afirmações verbais, na aparência e na entonação da voz. A entonação, aliás, era algo sempre enfatizado por Carmen em nossas conversas — “A entonação.... Tem que saber falar pra massa”.

Como secretária de Mulheres da CONTAG, como mulher e dirigente sindical, Carmen tem legitimidade para falar em nome das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta e, nesta condição, é autorizada a falar em nome dessas mulheres, tomando-lhes a voz em momentos públicos e as representando. Os recursos utilizados e as habilidades aprendidas conferem força à sua fala ao acionar a condição de mulher, trabalhadora e mãe para dizer desse sujeito político nomeado ‘margareidas’, algo fundamental para a ação.

A maneira como Carmen constrói a sua apresentação pública revela a legitimidade que ela possui diante dos diferentes movimentos e organizações que compõem a Marcha, seja pelos anos de militância que marcam a sua trajetória

política, seja por sua maestria em proferir fortes discursos em eventos públicos¹⁰⁹. Tal legitimidade permite que ela, por exemplo, se sinta à vontade para se colocar na primeira pessoa do plural, falando em nome das mulheres — ora das mulheres trabalhadoras rurais, ora das mulheres do campo e da floresta —, denunciando a condição de opressão, a violência vivenciada, e reivindicando direitos. Entretanto, segundo a própria Carmen, ela também está falando de si por “ter estado ou por estar” no lugar em que essas mulheres estão, por experienciar esse lugar como dirigente e como mulher trabalhadora rural.

Eu tô falando delas e de mim, porque eu, quando me entendi enquanto gente, no meu sindicato, eu vivi essa experiência. Eu não tenho tempo de contar pra você cada detalhe, mas teve dia que os homens me expulsaram do sindicato. Teve vezes que eles criaram problemas pra me expor com a história dos encontros das mulheres. Era muito duro convencer eles, sabe? Alguns até que a gente convence, outros emperram. Quando eles não te convencem pela fala, eles te sacaneiam. Eles te impedem. De um jeito ou de outro. Eles te sacaneiam, assim: “Ah, eu não convenci ela, eu perdi a proposta, portanto, eu vou cortar o dinheiro, vou deixar ela em maus lençóis”. Viver isso é muito importante pra poder olhar no olho das outras e dizer: “Irmã, eu sei o que tu sentes. A tua dor é a minha dor”. Entendeu? Das que estão passando agora por esse momento. Porque eu acho que a gente tem problemas enormes na CONTAG e na federação, mas eu tenho convicção que nós somos privilegiadas, que estamos num espaço de visibilidade, privilegiado, porque naquele espaço mais denso não tem como ter uma gratificação menor pra ti do que pro homem. Na CONTAG, eles não ousam fazer isso nunca mais com as mulheres, mas as que tão lá [nos sindicatos], de forma invisível, sofrem muito mais. Tem casos em que presidentes do sindicato assediam sexualmente as dirigentes mulheres. E isso não é um caso isolado, isso é fortíssimo, porque eu já passei por isso. A gente só tem dois caminhos: ou cede às investidas e sobrevive por alguns tempos, ou enfrenta eles. E o enfrentamento, não precisa se digladiar, é trabalhar muito, organizar as mulheres, entendeu? Então isso não é um caso isolado, amiga, isso acontece de forma horrorosa. Por isso que eu não aceito “ah não, vamos tirar, isso tá muito pesado”. Muito pesado? Vai me convencer pra tirar do texto coisas que as mulheres denunciaram? Vou tirar não. Vou é dar visibilidade a denúncia que elas tão fazendo.

109 Tais características foram observadas por Vianna (2011) ao se referir à liderança que determinadas mulheres, mães de vítimas de violência policial, exercem na luta por justiça.

A outra dor, a dor das mulheres trabalhadoras rurais, é uma dor também vivida por mim, por minha mãe, pela minha... Eu vir pro sindicato foi uma vivência pessoal, eu tinha vinte e poucos anos, mas antes disso é a vida no lote, é a família, o lugar que a gente ocupa, e que, mesmo sem consciência, ele é aquele lugar. Enquanto você não adquirir consciência, aquilo é normal. É normal os meninos serem mais importantes que as meninas. Eu vivi isso. O meu irmão uma vez me bateu que rachou aqui. A mamãe não gostou, mas também ninguém bateu nele, ela não gostou, rallhou, mas ninguém puniu ele por isso. Vivi também a ausência de condições materiais, quando a gente tava lá. Eu não falo disso como algo que naquela época poderia me fazer falta, eu falo isso como algo que só agora eu vejo. É incrível como a gente só vê coisas da nossa vida depois que o tempo passa. Provavelmente, o que eu tô vivendo aqui, agora, daqui a cinco anos eu vou fazer uma releitura, eu vou entender partes. Eu, quando vivia lá, que não tinha comida, eu achava que eu passava fome. Mas a gente tinha farinha, tinha açaí, tinha frutos do mato. Bebia mingau, porque tinha farinha. Depois que minha consciência se alterou é que eu fui perceber que eu nunca passei fome, graças a Deus. Quem passa fome são os nordestinos que não têm terra, que a terra seca, que enfrenta a seca. Lá tinha muita água, sempre teve muita terra. Sempre teve muita terra não, vivia em cima de uma terra que tudo o que se plantava dava. O meu pai era um excelente produtor, fazia a melhor farinha, entendeu? Ao redor da minha casa tinha muita coisa. Eu achava que não tinha comida. Renato Maluf, do Conselho de Soberania Alimentar, uma vez falou pra mim que eu pensava assim porque a minha falta de comida era carne. Eu não tinha. Quando a gente dizia que não tinha comida, a gente não tinha era um pedaço de carne pra comer. Eu nunca tive um guarda-roupa, era num balaio que a gente guardava as coisas. Mas pra mim isso não tinha importância, um guarda-roupa. Então, agora eu sei que isso é falta de condições materiais pra viver dignamente. Mas quando você tá imbuída em determinadas coisas, você pensa com o estômago. Você não tem tempo pra pensar se você merecia ter mais ou menos que os outros. Você tá ali. Você tá, inclusive, feliz com aquilo que te toca, de ter comida e teto. Sabe? É tão pouco que o nosso povo precisa. Dignidade, uma casinha pra morar. Eu vejo o povo lá na minha área, lá no meu estado, o pessoal ganhou... tá ganhando dinheiro com açaí agora. Antes derrubavam os palmitos, que a terra não era deles. Casa simples de madeira, toda limpinha, uma televisão, um transporte, não tem ninguém pensando em outras coisas. Dignidade e pobreza dependem de como você vê. Tem a ver com cultura, tem a ver com uma série de coisas. Então eu hoje tenho clareza, eu sei que muitas mulheres que tão lá vivem em situação de violência, de opressão, e de necessidade

de questões materiais. Por isso, eu tenho absoluta clareza do que poderia ser feito pra que aquelas mulheres não vivam as dificuldades que eu vivi, e que pra mim eram naturais. Eu vestia calça comprida, calçava sapato que me davam, sabe? Eu só vestia roupa que levavam da cidade, doada. Eu, quando comecei a trabalhar, capinando um período na roça do meu pai e mais horas em outra roça pra ganhar um dinheiro, eu comprei as minhas primeiras roupas. Chita maravilhosa!

A gente tinha a nossa roça, era ao lado do vizinho, então um período a gente fazia aqui, outro lá. Teve um período que eu estudava num horário e ia na roça no outro. A condição de estudar era aprender a nadar. Condição de ir pra escola era aprender a nadar. E aí eu me lembro que eu tinha uns doze, treze anos, então eu pedia pro papai: “Olha, esses dias agora eu preciso ir pra roça, capinar o pimental do vizinho”, que era pra mim poder ganhar o dinheiro pra comprar roupa pra festa de Santana, que tinha todo mês de julho na minha cidade. E eu fui, recebi um dinheiro e comprei um vestidinho estampadinho de azul, o outro era de florzinha rosa, e minha madrinha fazia os vestidos. Então as meninas jovens sofrem muita necessidade no interior. Sofrem muita necessidade... (Carmen Foro, 2013).

Para Carmen, essa identificação com as mulheres que representa lhe confere legitimidade para falar em seu nome. Uma legitimidade que se constrói na relação que estabelece com elas, e não apenas por ter sido a ela delegada a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da confederação. Assim, quando ela diz “eu sei o que tu sentes” ou “a tua dor é a minha dor”, ela está manifestando o seu pertencimento àquele grupo e, portanto, à legitimidade de falar em seu nome. Não é incomum, em certas ocasiões, particularmente situações em que dirige sua fala a mulheres da CNMTR ou da sua ‘base’, o seu discurso transitar, habilmente, entre o ‘eu’ e o ‘nós’ para falar da semelhança de casos e experiências vividas ou para enfatizar o lugar comum compartilhado por todas, ao mesmo tempo que constrói perante o seu público a apresentação de si.

Eu entendi uma coisa na minha trajetória: se você não chegar no coração das pessoas... Olha, eu tenho certeza que nós só conseguimos mobilizar muita gente porque as mulheres, quando viam a minha fala, elas viam firmeza (Carmen Foro, 2013).

Acompanhei a atuação de Carmen em vários espaços: na Coordenação Ampliada, na Comissão de Mulheres, em diversos eventos promovidos pelo movimento sindical, em atividades formativas, em audiências com o governo, em atos que

contavam com a presença de autoridades do governo, enfim, em situações variadas em que ela se pronunciava em nome da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, da CNMTR ou da Marcha das Margaridas. O seu discurso apresentava elementos determinantes para que fosse atingido o objetivo pretendido (denúncia, reivindicação, protesto etc.), assim como a forma como ela se dirigia ao público, os aspectos que ela valorizava para construir a imagem de si, o acionamento de certos recursos discursivos para posicionar a sua fala, os momentos em que transitava do particular para o geral, a habilidade em ‘dosar’ a explicitação da emoção, os recursos estéticos utilizados, a entonação da voz e a demonstração de conhecimento sobre informações e dados reveladores da condição de vida e de trabalho das mulheres do campo e da floresta¹¹⁰.

Sua atuação revelava o acionamento de uma heterogeneidade de recursos políticos e simbólicos em contextos variados, nos quais ela demonstrava ter competências para exercer o papel de porta-voz da Marcha, e, ao exercê-lo, dava existência aos sujeitos políticos que representava, ao mesmo tempo que construía a si mesma enquanto liderança¹¹¹.

A Marcha, na minha vida, me transformou numa referência política. Eu tenho clareza disso. Eu acho que me consolidei como uma liderança com a Marcha das Margaridas: uma liderança local, municipal, na minha região, depois do meu estado, depois nacional, mas a Marcha foi a chave de uma visibilidade pessoal e coletiva. Pessoal, porque eu tenho muito reconhecimento dentro do movimento sindical da CONTAG, fora do movimento sindical da CONTAG, nas centrais sindicais e na sociedade. O governo brasileiro me conhece, conhece a nossa agenda, então a Marcha foi a chave, principalmente a segunda Marcha que eu coordenei [refere-se à Marcha de 2011]. A primeira [2007] eu tava chegando, foi o meu momento pessoal de me colocar. Aqui foi o meu passaporte, o meu teste pessoal da minha capacidade, condição política, de conduzir (Carmen Foro, 2013).

110 Os elementos mencionados foram abordados por Adriana Vianna (2011) a partir da leitura de Luc Boltanski (2000).

111 Como ressalta Bourdieu (1984, p. 49, tradução minha): “É quase certo dizer que é o porta-voz quem forma o grupo. É porque o representante existe, porque ele representa (ação simbólica), que o grupo representado, simbolizado, existe e faz existir, por sua vez, seu representante como representante de um grupo”.

Observando o desempenho de Carmen como coordenadora da Marcha, passei a perceber que tanto o lugar ocupado quanto quem o ocupa é parte importante do processo de produção das mulheres do campo e da floresta como sujeitos políticos, que merecem ser vistas e reconhecidas pela sociedade, e vistas e ouvidas pelo Estado.

As parceiras

A definição das parcerias e dos apoios é discutida dentro da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Os movimentos, entidades e organizações são convidados a se tornarem parceiros da Marcha. Assim, designar uma organização ou movimento como ‘parceira’ assume significados diferentes dentro do campo político e envolve os diversos interesses em jogo. Observei que as parcerias expressam laços políticos, construídos em momentos e de maneiras diferentes, que podem ser fortes ou fracos, eventuais, extensos, estratégicos, conjunturais, mais ou menos intensos.

O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), a Secretaria de Mulheres do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) são considerados entidades parceiras por excelência. São movimentos que ajudaram a construir a Marcha desde o seu início, aparecendo, inclusive, em 2000, como promotoras junto com a CNMTR. Mas há algo que torna esse vínculo mais efetivo. Nos seus processos de luta, e mesmo na sua trajetória de constituição como movimentos, os sindicatos foram uma de suas principais ferramentas. As principais lideranças da Marcha iniciaram sua trajetória política nos sindicatos e assumiram, inclusive, cargos de direção. A maioria dessas mulheres faz parte dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Portanto, o campo sindical não lhes é distante, o que faz com que se refiram a esses movimentos como “entidades parceiras do campo da CONTAG”. Ademais, são movimentos nos quais a categoria ‘mulher’ é utilizada como representação de gênero, de forte identificação com o trabalho. É o espaço rural a unidade territorial onde esse trabalho se realiza e onde se encontra a sua base social de atuação, fazendo com que as mulheres, ao se nomearem quebradeiras de coco, seringueiras, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras ou agricultoras, se identifiquem todas como trabalhadoras rurais. Esses movimentos constituem aquelas entidades parceiras que, segundo Raimundinha, “são parceiras na Marcha e na base”.

Maria Verônica de Santana, então secretária executiva do MMTR-NE, utilizou as seguintes palavras ao se referir à participação do movimento na Marcha das Margaridas:

Para nós, MMTR, o que é participar da Marcha e o que isso traz de ganho político e tudo mais? É uma grande mobilização, então, na medida em que você faz toda a mobilização pra Marcha, é uma oportunidade de tá conversando com as companheiras, levando a discussão da pauta. É um momento grande de formação. E a Marcha tem essa coisa, assim, de encantar todo mundo, né? (Verônica, MMTR-NE, 2013)

Para Verônica, a relação de parceria que se estabelece na Coordenação Ampliada não se reflete, ainda, em âmbito local, onde, segundo ela, muitas vezes não há uma compreensão do significado político dessa relação.

Aqui, no diálogo com a Coordenação Ampliada, a gente vê muita parceria, sabe, muita construção, muito diálogo. Uma traz uma proposta, outra traz outra, outra traz outra, e a gente vai melhorando aquela proposta e a torna a proposta de todas, e é assim tem que ser, né? [...] Agora, assim, não é uma construção fácil [refere-se às relações de parceria em âmbito local]. Por quê? Porque essa relação, às vezes, não é uma relação muito tranquila e, muitas vezes, não é uma relação nem fraterna. Esse é um grande desafio, que a gente consiga, realmente, ser parceira da Marcha, mas não é só ser parceira da Marcha, ser parceira também das mulheres, das organizações, mas aí a gente vê que alguns companheiros, principalmente do movimento sindical, têm uma dificuldade muito grande de entender o movimento. Entender essa relação não é fácil, é uma relação que a gente precisa ainda construir e amadurecer (Verônica, MMTR-NE, 2013)

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas, antes nomeado Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), “é uma organização de âmbito nacional que representa trabalhadores agroextrativistas¹¹² organizados em associações, cooperativas e sindicatos”¹¹³. O conselho, surgido em 1985¹¹⁴, durante o 1º Encontro

112 São diversos os segmentos que compõem essa categoria: seringueiras; coletoras de castanha, açai e cupuaçu; quebradeiras de coco babaçu; balateiras; piaçabeiras; integrantes de projetos agro-florestais; extratoras de óleo e plantas medicinais; entre outros.

113 Informação retirada do site do Memorial Chico Mendes. Cf. https://www.memorialchicomendes.org/?page_id=30.

114 O CNS foi criado como forma de protesto por parte dos(as) seringueiros(as) frente ao fato de eles(as) não conseguirem participar das reuniões do Conselho Nacional da Borracha, grupo que representa o elo mais forte da cadeia de produção da borracha.

Nacional dos Seringueiros, foi resultado “do trabalho de Chico Mendes à frente dos empates¹¹⁵ às derrubadas no Acre, da soma de iniciativas e esforços em defesa da floresta e da reforma agrária que estavam ocorrendo em diferentes cantos da Amazônia”¹¹⁶. Posteriormente, passou a articular e representar todos os trabalhadores agroextrativistas. Na sua estrutura organizativa, a CNS conta com uma Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, que foi criada em 1995, então sob a coordenação de Raimunda Gomes, a Dona Raimunda do Coco, uma grande liderança e quebradeira de coco de babaçu. Em 2011, a secretaria era coordenada por Célia Regina das Neves¹¹⁷, que atribuía a construção da parceria entre a Marcha e o CNS ao trabalho realizado por Dona Raimunda, falecida em 2018:

A Dona Raimunda do Coco era secretária da Mulher do CNS e foi a idealizadora e estruturou a Secretaria de Mulheres Extrativistas. Dona Raimunda tem uma história de vida maravilhosa. Ela tem uma grande capacidade de articulação, é uma pessoa muito extrovertida, muito dinâmica, muito ativa e persistente na sua luta, então ela sempre pautou e sempre esteve presente em todas as frentes de luta em defesa das mulheres, em especial as quebradeiras de coco. Ela é quebradeira de coco, então ela sempre participou da Marcha (Célia Regina, CNS, 2011)

Na Marcha de 2007, Célia substituiu Dona Raimunda na representação das mulheres organizadas no CNS e na coordenação da Marcha das Margaridas.

Na Marcha de 2007, Socorro, que era a secretária de Mulheres, licenciou-se. Ela agora também está no MIQCB. E aí, como a Socorro tava licenciada, não tinha uma suplente na época, uma suplente da Socorro, na secretaria [...]. E a Dona Raimunda um dia me ligou e, conversando comigo sobre isso, disse: “Olha, vai acontecer a Marcha, nós somos parceiras, já teve o contato comigo, querem que a gente vá pra lá, minha filha, você não

115 Os empates eram manifestações pacíficas de resistência, fruto da mobilização dos(as) seringueiros (as) para impedir o desmatamento dos seringais. Sob a liderança do sindicato, em mutirão, a comunidade organizada se dirigia à área que seria desmatada pelos pecuaristas e se colocava diante dos peões e jagunços, protegendo as árvores com seus próprios corpos, na tentativa de impedir o desmatamento e provocar a sua retirada do local.

116 Informação retirada do site do CNS (<http://cnsbelem.wordpress.com/>).

117 Atualmente, Célia é a secretária da mulher da Confederação das Reservas Extrativistas Mari-nhas — CONFREM.

gostaria de participar disso? Porque agora a Socorro não está, estamos sem secretária”. Eu disse: “Dona Raimunda, a gente tem que respeitar a executiva [refere-se à direção executiva do CNS], então a gente tem que ver”. O presidente já era o Manoel da Cunha. E a Dona Raimunda: “Não, eu vou falar com ele”. Ligou, conversou com o Manoel da Cunha e, depois, teve a reunião da executiva e foi pautado isso. A reunião, inclusive, foi aqui em Brasília, aqui na CONTAG, até nós solicitamos esse espaço. E aí Dona Raimunda pautou isso e foi deliberado que eu viesse acompanhar a Marcha pra tá repassando pras companheiras, e foi importante, porque consolidou a nossa participação. Quando Dona Raimunda realmente passou isso pra gente, eu disse: “Dona Raimunda, eu nunca participei de um debate desses, como é isso?”. E ela chamou muito a atenção pra essa questão da gente discutir no conjunto, rever essa questão do entendimento do que é parceria. Ela dizia que não se pode fazer, lembro bem, não se pode fazer nada isolado, senão acaba sendo engolido. Ou fica isolado de vez ou não aparece em nada, então é melhor discutir no conjunto, debater, pautar as nossas diferenças, mas a gente tá sempre sendo parte, e foi muito bom isso, porque, realmente, consolidou o nosso reconhecimento como mulher do campo e da floresta. E essa questão da diferença do campo e da floresta foi percebida. Aqui a gente conquistou isso com os movimentos, eles se sensibilizaram, e isso é uma conquista dos movimentos, é uma conquista das mulheres esse reconhecimento, e a gente vê isso dentro desse espaço da Marcha (Célia Regina, CNS, 2011).

Célia recoloca na sua fala algo interessante para pensar as relações de parceria para além de relações institucionais entre organizações, mas envolvendo também conexões entre pessoas, articulações entre indivíduos, entre instituições e entre indivíduos e instituições. Além disso, ela aponta a parceria estabelecida com a Marcha como um recurso importante para o reconhecimento, no seio dos movimentos, da diferença entre as chamadas ‘mulheres rurais’. Ao se identificarem como ‘mulheres do campo e da floresta’ e buscarem tal reconhecimento perante ‘as outras’, essas mulheres estão formulando novas identidades e evidenciando mais um eixo de diferença que intersecta o campo social no qual elas estão inseridas: a dimensão territorial. Para além de serem ‘mulheres rurais’, elas estão afirmando o seu posicionamento como ‘mulheres do campo e da floresta’. Ao questionarem a homogeneidade do ‘rural’, elas apontam não só para a diversidade do espaço, mas sugerem que as mulheres se constituem como sujeitos também nas diferentes formas de relação que estabelecem com o ambiente onde vivem, o que envolve a dimensão simbólica de pertencimento. Para Célia, a relação de

parceria é importante para ampliar e dar visibilidade ao movimento engendrado pela Marcha das Margaridas:

O parceiro, eu penso, é aquele que vem ampliar esse movimento, se considerando parte desse processo, coisa importante que começou aqui e que a gente vai ampliando, vem trazer essa parceria pra construir junto, e é uma coisa grandiosa. Talvez a gente nem saiba o tamanho disso.

O MIQCB se constituiu como organização parceira da Marcha das Margaridas desde o início. As quebradeiras de coco babaçu iniciam seu processo organizativo na segunda metade da década de 1980 para fazer frente às tensões e aos conflitos provenientes do cercamento e da apropriação das áreas de ocorrência de babaçu, antes de acesso e uso comum por fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias beneficiados pelas políticas públicas federais e estaduais direcionadas às regiões Norte e Nordeste. Assim, durante o primeiro Encontro Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, em 1991, é criada a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Em 1995, durante o terceiro encontro, é instituído o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, com a missão de “organizar as quebradeiras de coco babaçu para que conheçam seus direitos, a fim de promover a autonomia política e econômica em defesa das palmeiras de babaçu, dos territórios, do meio ambiente e da luta pela melhoria de suas condições de vida e de suas famílias, com base no bem viver”¹¹⁸.

O MIQCB atua em quatro estados — Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins —, organizado em seis regionais: Regional Mearim, Regional Imperatriz, Regional Baixada (Maranhão), Regional Araguaia (Pará), Regional Cocaís (Piauí), e Regional Bico do Papagaio (Tocantins).

Dona Moça, quebradeira de coco, representou o MIQCB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2007 e me falou, em 2011, um pouco da trajetória do movimento, a partir da sua experiência:

Eu sou Sebastiana Ferreira Costa Silva, sou conhecida por Moça. A gente nasceu e se criou aqui no Maranhão e não tinha muito conhecimento dos movimentos. Mas, dos anos 1970 pra cá, aí a gente entrou, mas foi por uma necessidade, não foi tanto por querer. Mas foi mais por uma necessidade, porque a gente tava vendo aquele babaçu todo se acabando, os

118 Cf: <https://www.miqcb.org/sobre-nos>.

fazendeiros derrubando, querendo enxotar a gente pra cidade. Então a gente pensou: “Não, eu não tenho condição de morar na cidade, porque eu tenho uma família grande, e tem um dizer que diz assim, ‘quem não tem pra onde ir fica onde está’”. E foi isso que nós fizemos. Nós lutamos por terra, conquistamos e hoje estamos aqui, tem o assentamento. Mas, dentro da luta, a gente tá dos anos 1970 pra cá.

A gente começou, na verdade, foi mais pela ACESA (Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura), na época. Era a ACESA, a Pastoral da Criança... Mas a Igreja era o principal, era a matriz desses movimentos, que era a ACESA, a ACR (Associação Cristã Rural), a Pastoral da Criança. Na época, ainda não tinha o MIQCB, mas, paralelamente, já tavam começando as discussões, porque quando a gente começou a se organizar aqui na nossa região do Médio Mearim, aí começou a aparecer briga por terra em todos os outros estados. Aí a gente, enquanto quebradeira, tava vendo que a luta das outras, do Piauí, do Maranhão, do Pará e do Tocantins era a mesma luta nossa. Só que todo mundo começava a lutar por terra e nós aqui por coco, porque nas outras regiões, no Pará, no Tocantins, não tinha tanto babaçu, né? Mas elas também lutavam pelo mesmo objetivo, que era a terra. E então a gente começou a fazer um intercâmbio com esses outros estados. E é esses que eu falei: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. E foi aí que surgiu o movimento, trocando essas ideias, de mulheres de lá, dos outros estados.

Então foi com muita luta pra tá conquistando essa terra aqui. Aqui! Eu falo daqui, da minha região, porque aqui foi aonde se concentrou a maior luta por terra, porque aqui nós temos... O quê? Nós temos de quinze a dezesseis assentamentos aqui dentro do nosso município [Lago do Junco]. Município bem pequeno, mas nós temos essa quantidade de assentamento. E nós temos esses assentamentos por causa que eles começaram a derrubar o babaçu. Aí a gente não podia deixar, porque é da onde a gente tira a sobrevivência da gente. O complemento do arroz e do feijão, que na época dava pra tirar dum ano a outro, mas hoje não dá. Hoje não tem mais terra pra fazer roça, né? E aí o complemento é babaçu. Isso quando a mulher é casada. Quando ela é solteira, que tem a família, ela vive cem por cento do babaçu, porque ela não tem onde fazer a roça, não tem quem faça, mesmo que tivesse a terra, não tem quem faça, então, ela quebra o babaçu pra sustentar a família (Dona Moça, MIQCB, 2011)

Na Marcha de 2011, foi Nezinha, uma das coordenadoras da Regional Mearim, que representou o MIQCB na Coordenação Ampliada. Nezinha era, então, uma jovem quebradeira de coco de 31 anos. Ela me disse que nunca havia participado

antes da Marcha das Margaridas, e que a sua presença ali, como representante do MIQCB, se deu em virtude da impossibilidade de uma outra ‘companheira’ se fazer presente:

Não era eu a coordenadora pra vir acompanhar a Marcha. Aí a gente se reuniu para decidir quem iria, pra colocar na pauta os nossos pontos. Aí tem aquela coisa, vai fulana... Aí eu olhei para minha outra companheira e disse: “Tu não quer ir? Tu tem mais facilidade pra falar, eu sou muito tímida e tal”. E ela me disse: “Não, não dá pra mim não, mas vai, que aí tu vai começar a falar, vai conhecer pessoas diferentes, vai...”. “Tá bom, eu vou”! E aí foi muito... Nossa, foi muito dificultoso pra mim! Porque, quando eu cheguei, assim que eu vi todas aquelas mulheres ali, né, falando, assim, se expressando, colocando os seus sentimentos, e eu com esse problema de... De não falar muito, timidazinha ali pelo meu lado... Mas, mesmo assim, com a minha timidez, eu ainda consegui. Consegui falar qual era a nossa pauta, o que a gente queria colocar na pauta da Marcha, para que os nossos governantes consigam fazer a Lei do Babaçu acontecer, a lei federal, dentro do desenvolvimento, dentro do nosso contexto de vida (Nezinha, MIQCB, 2013)

Nezinha, na sua fala, menciona uma palavra que atribui um lugar à relação de parceria estabelecida: ‘acompanhar’. Dei-me conta, então, que não era incomum a utilização dessa palavra entre as representantes das chamadas ‘organizações parceiras’. Mesmo Dona Moça utilizou-a várias vezes para se referir às reuniões em Brasília, assim como à dificuldade em fazê-lo:

Eu nunca tinha ido, mas eu aqui, a gente já tinha, já ouvia falar da Marcha. Já tinham ido companheiras pras outras marchas anteriores. Mas, assim, cê sabe, a gente que é leiga, que eu posso te dizer, eu não estudei nem o primário, a gente tem muita dificuldade de acompanhar a discussão. Porque já tá muito além dos meus conhecimentos, do meu estudo, porque diz assim, o estudo não é nada. Não! O estudo é muita coisa. Porque eu posso conhecer muito na prática, mas sobre estudo, eu não tenho tanto conhecimento, né? Aí eu achei muito difícil lá porque tem, assim, um linguajar bem distante dos meus conhecimentos, né? E aí eu achei difícil por isso aí, de participar na coordenação, por causa, assim, do jeito que elas falavam, que eu tinha dificuldade de entender, né? Aquilo que dava pra mim entender eu entrava bonitinho. Eu sempre pedia lá nas discussões que eu queria tudo escrito, porque eu tinha dificuldade de entender lá e, também, quando eu não entendia muito bem lá, eu tinha dificuldade

de passar aqui, na nossa coordenação, aqui, pra coordenação do interestadual, no geral, e pras coordenadoras da regional, né? Aí eu dizia, eu quero, sem falhar uma letra, escrito no papel, né? E sempre elas fizeram isso pra mim. Porque aí eu tinha a facilidade de tá olhando e tá falando do que tinha acontecido. Tive dificuldade de entender, mas o que deu pra mim entender, eu acredito que eu passei com toda clareza pras minhas companheiras aqui. Essas dificuldades eu não falava lá em Brasília não, falava aqui. E sabe por quê? Porque assim, eu me entendo muito bem com as minhas companheiras quebradeiras, porque a gente fala um linguajar perfeito uma pra outra. Agora quando... Quando começa assim com aquela... Aquelas coisas mais... Aquelas falas mais... Mais técnicas, eu não entendo, não. Não vou mentir, eu não entendo. E eu tinha dificuldade de entender, lá em Brasília, porque as meninas são mais... Falam mais técnica, né? Eu não tinha dificuldade de explicar pra elas, as outras coordenadoras, agora lá eu tinha dificuldade de entender (Nezinha, MIQCB, 2013)

Se, a princípio, o significado de ‘acompanhar’ nos remete a uma situação de não agenciamento, indicando uma posição de alguém que mais observa ou presencia, a referência de Незinha à fala, à sua timidez, como um limite para estar naquele lugar, nos diz que, para ‘acompanhar’, é preciso participar, interagir pela fala. E, no seu caso, falar era necessário para garantir que a reivindicação das quebradeiras de coco constasse na pauta da Marcha, à qual atribuem uma força capaz de dar mais visibilidade às suas demandas. Dona Moça não faz referência à dificuldade de falar, mas à dificuldade de compreender o que era dito, pela linguagem utilizada, pelo jeito como o ‘dito’ era dito. Para interagir pela fala, era antes preciso ver, ouvir e conhecer, porque a interação não se dava apenas ali na discussão estabelecida entre as parceiras, mas entre as próprias quebradeiras de coco. Portanto, compreender o que estava sendo discutido era necessário, uma vez que conduziria a um contar e recontar da maneira de uma quebradeira de coco.

Ao expor suas dificuldades de compreender o que era dito, Dona Moça dá a conhecer, ainda, uma tensão no campo político conformado pela Marcha. Ali coexistem formas diferentes de comunicação, que expressam situações variadas de conhecer, sentir e viver, reveladas por domínios e apropriações diferenciadas de um repertório de linguagem, que é também um repertório de saberes e experiências. Se, por um lado, isso manifesta um diferencial de poder, por outro denota o esforço de construção de um discurso que articule as várias formações discursivas presentes no campo, um discurso que inclua as demandas das ‘organizações parceiras’.

Ser parceiro da Marcha tem vantagens para o MIQCB, uma vez que, ao ver inserida a sua demanda na pauta de reivindicações, contribui na mobilização para a ação em Brasília. A vantagem que nós temos é que se facilita mais pra gente discutir com o governo através da Marcha, através da CONTAG, de discutir com o governo, falar pra eles o que nós precisamos, o que nós, quebradeiras de coco, precisamos. O MIQCB contribui com a Marcha, assim, através dos grupos [refere-se aqui aos grupos de produção], porque a gente tá sempre falando, conversando com as mulheres, e é uma forma de tá apresentando e discutindo as políticas. Mobilizando. Essa é uma forma de contribuição (Nezinha, MIQCB, 2013).

E, para garantir e dar visibilidade à demanda do movimento, é preciso ‘acompanhar’ as discussões. Dona Moça me falou um pouco sobre essa relação de parceria entre a Marcha e o MIQCB:

O MIQCB está em quatro estados, então, quando a gente tá na coordenação, aí você tá ali disposto a fazer todo o trabalho. Como em 2007 eu tava na coordenação, eu acompanhei. Mas, antes d’eu tá na coordenação, tinha outras coordenadoras que acompanhavam a Marcha como parceira da Marcha das Margaridas. Então eu acho que desde o início do MIQCB, e da Marcha, elas vêm nessa parceria, porque eu acredito que as mulheres do MIQCB, as mulheres da Marcha, que são mais mulheres dos sindicatos, das federações, são mulheres que lutam tudo por um mesmo objetivo, umas é por coco, outras é por terra, outras é quilombola, outras é índia, outras é ribeirinha. Todo mundo tem a mesma luta, né? Aí, nessa mesma luta, o MIQCB se tornou parceiro da Marcha, pra também estar buscando, pra esses quatro estados, aonde tem as suas coordenadoras, estarem dentro da discussão da Marcha.

A parceria do MIQCB é porque a gente considera a Marcha bem mais ampla do que o MIQCB. Aí a gente se torna parceiro nacional, porque, dentro dessa parceria, a gente tá colocando as necessidades do MIQCB dentro dessa coordenação, que a gente considera bem maior, né? E aí a gente tá levando as necessidades do MIQCB pra dentro dessa discussão, pra junto tá também cobrando, reivindicando, pra esses estados.

E eu acredito que, como o MIQCB se interessa pelas discussões da Marcha, a Marcha também se interessa pelas discussões do MIQCB, porque é um movimento que trabalha em quatro estados. Então eu acho que o interesse maior do MIQCB é tá dentro da Marcha pra tá levando os seus problemas, as suas sugestões, e buscando a sugestão da Marcha pra

tarem se ajudando. Foi isso que a gente sempre colocou lá quando tava na coordenação, quando tava discutindo a Marcha, a gente sempre colocava as necessidades do MIQCB (Dona Moça, MIQCB, 2011).

O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o MIQCB são movimentos cuja base social está situada, geograficamente, em territórios rurais. Mas a Marcha conta também com a parceria de movimentos, articulações e organizações feministas que ultrapassam esse escopo territorial, quais sejam: o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), a União Brasileira de Mulheres (UBM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), sendo esta última, como já foi apontado, uma parceira histórica na sua construção.

O MAMA¹¹⁹ surgiu em 1999 como resultado do I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica, que ocorreu em 1998. Ele está presente nos nove estados da Amazônia Legal Brasileira — Pará, Maranhão, Amazonas, Amapá, Tocantins, Roraima, Rondônia, Acre e Mato Grosso. O movimento tem uma secretaria executiva, à época situada em Rio Branco-AC, nove comitês estaduais, subdivididos em três sub-regionais, e 147 instituições em sua rede. O MAMA foi criado pela necessidade que as mulheres da Amazônia apresentavam de tornarem visíveis e reconhecidas suas especificidades como mulheres amazônicas.

De acordo com Socorro Parado, então representante do MAMA na Coordenação Ampliada da Marcha 2011, o movimento funciona mais como uma articulação que envolve outros movimentos e organizações de mulheres indígenas, ribeirinhas e extrativistas da Amazônia. Ela atribui à relação de parceria um papel de “solidariedade na luta”, de “estar na luta juntas, somar, porque aí a gente também se fortalece. Nós, do MAMA, estamos aqui para ajudar a organizar e tal, mas a gente se fortalece também, porque a gente também mobiliza, a gente também leva mulheres a Brasília”.

A União Brasileira de Mulheres, fundada em 1988, é uma entidade sem fins lucrativos de abrangência nacional. Presente na primeira Marcha das Margaridas, em 2000, a União Brasileira de Mulheres (UBM) reaparece como parceira na Marcha de 2011, tendo como representante a sua coordenadora nacional, Elza Maria Campos. A UBM se afirma como uma entidade feminista emancipacionista,

119 As mulheres do CNS e do MIQCB também participaram da criação do MAMA.

marcada pelo chamado feminismo marxista, com origem nos grupos de mulheres formados a partir do Partido Comunista do Brasil, as chamadas ‘uniões de mulheres’. Sendo assim, ela se caracteriza como uma articulação das militantes feministas do PCdoB, para o qual a “UBM é o instrumento central de intervenção política de massas na luta das mulheres”¹²⁰.

Ao visitar o site da UBM à época, percebi que ali não era apontado algum trabalho que houvesse sido desenvolvido, especificamente, com ‘mulheres rurais’. Os temas com os quais se ocupavam tinham foco na formação e na capacitação profissional de mulheres para o mercado de trabalho, bem como na educação do trabalhador(a), e envolvem, além da formação profissional, a elevação da escolaridade e a educação sindical. Outros temas recorrentes têm a ver com a saúde da mulher, tais como a humanização do atendimento à saúde, o controle social das políticas de saúde e o enfrentamento à violência contra a mulher. Embora esses temas dialogassem com a pauta de reivindicações das mulheres do campo e da floresta, não havia referências as especificidades próprias a esses sujeitos.

A entrada da UBM, como parceira, no campo político configurado pela Marcha das Margaridas 2011, foi uma iniciativa das mulheres dirigentes vinculadas a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), outra organização parceira dessa Marcha. CTB e UBM eram fortes aliadas.

Fundada em 2007, a CTB derivou de um racha no interior da CUT, que levou a Corrente Sindical Classista CSC, ligada ao PCdoB, e o Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), corrente sindical ligada ao PSB, à sua criação (Rodrigues, 2021; Boarin, 2021; Lima, 2023). As divergências entre as diversas correntes políticas que se abrigavam no interior da CUT, historicamente relacionada ao PT, notadamente, após o primeiro governo Lula, resultou na criação não só da CTB, mas também de outras organizações sindicais. No entanto, essas movimentações repercutiram no interior da CONTAG, que, filiada à CUT desde 1996, aprovou a sua desfiliação em 2009, durante o 10º Congresso, em nome da “unidade em torno de um sindicalismo classista”¹²¹, sugerindo não apenas a perda da hegemonia do projeto da CUT no interior da confederação, mas o crescimento da CTB, que conseguiu aglutinar todas as forças contrárias ou insatisfeitas com os posicionamentos assumidos pela direção cutista CONTAGuiana.

120 Ver Arruda (2008), publicação do Senado Federal que contém o texto da resolução sobre a criação do fórum permanente e de uma secretaria para a questão da mulher, no âmbito da direção nacional do PCdoB.

121 Jornal da CONTAG, ano VI, n. 56, Edição Especial, 2009.

Desde então, a direção executiva da CONTAG passou a ser ocupada por dirigentes sindicais ligados à CUT e à CTB, resultado de uma composição negociada entre as duas centrais. Considerada como uma das principais parceiras do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais ao lado da CUT, a CTB foi, ‘automaticamente’, feita parceira da Marcha das Margaridas. Nas reuniões da Coordenação Ampliada, essa central era representada por Raimunda Gomes (Doquinha), secretária da Mulher Trabalhadora da Central e associada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas. As falas e as intervenções feitas por Doquinha durante as reuniões da coordenação, apesar de bem articuladas, não faziam referência ao ‘mundo do trabalho’ e da vida das mulheres do campo e da floresta, ou seja, suas especificidades.

A CUT, de promotora da Marcha das Margaridas, passou, em 2011, à condição de organização parceira. Porém, a sua relação com a Marcha vai além da relação de parceria. A história da Marcha e a sua trajetória trazem a marca da presença da CUT, através da atuação e liderança das dirigentes que a encabeçaram. Primeiramente, Raimundinha, uma das idealizadoras da Marcha, seguida de Carmen, que assumiu o seu lugar, e que, inclusive, assumiu a vice-presidência da CUT, em 2011. Aliás, todas as secretárias de mulheres da CONTAG, até hoje, vieram do campo cutista.

Além disso, é bom lembrar que foi Maria Ednalva, então secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, que fez a mediação entre a Coordenação de Mulheres da CONTAG e a Marcha Mundial das Mulheres nas primeiras reuniões para discutir a sua realização aqui no Brasil. Aliás, a CUT teve uma participação fundamental na articulação da Marcha Mundial, como já abordado no capítulo anterior.

Assim como a CUT, a relação da Marcha Mundial das Mulheres com a Marcha das Margaridas vai muito além de uma relação de parceria, porque elas têm as suas histórias imbricadas, o que pode ser percebido na fala de Nalu Faria, em entrevista concedida em 2013:

Se você olhar os materiais da primeira Marcha das Margaridas, ela tem como consigna a mesma consigna da Marcha Mundial, que era “2000 razões para marchar”, tem o logo da Marcha e tem essa ideia de ser uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres. A Marcha [das Margaridas] teve, naquela época, vinte mil mulheres, foi uma ação muito grande, e a gente já conseguiu levar uma delegação urbana, tanto que nos dois dias seguintes da Marcha das Margaridas, a gente fez a terceira reunião nacional da Marcha [Mundial das Mulheres] no Brasil, lá em Brasília mesmo. Depois, a Marcha das Margaridas, claro, chama a reunião de avaliação, tem o processo de continuidade, pensa como manter a ação delas no 8 de março.

A segunda Marcha das Margaridas, se você olhar também nos materiais de convocação, ainda tem uma relação muito explícita de ser parte da ação mundial das mulheres. As companheiras da Marcha das Margaridas, na marcha de 2003, mantiveram a mesma consigna de 2000: “2003 razões para marchar”, aí foi quando fez um logo específico da Marcha das Margaridas, que até então não tinha. O logo específico da Marcha das Margaridas partiu do logo da Marcha Mundial das Mulheres, que era o globinho com as mulheres caminhando, só que aí usou as margaridas. Então é isso, a Marcha das Margaridas nasce, surge, como uma adesão à Marcha Mundial.

Na Marcha de 2007 já se diluiu um pouco isso, já não aparece a Marcha das Margaridas como uma adesão à Marcha Mundial das Mulheres, mas aparece a Marcha Mundial das Mulheres como mais uma parceira. Por outro lado, em todo esse processo, a CONTAG era parte, e continua sendo até hoje, da coordenação da Marcha Mundial das Mulheres. Mas do ponto de vista desse vínculo, realmente, a partir de 2007, elas alteram essa relação de que a Marcha das Margaridas já não é uma ação da Marcha Mundial das Mulheres, é uma ação para além da Marcha Mundial das Mulheres (Nalu, MMM, 2013)

Diferentemente das outras organizações, a Marcha Mundial não foi convidada para ser parceira da Marcha das Margaridas, ela já estava lá desde sempre. Entretanto, foi ocupando o lugar de ‘parceira’ à medida que a Marcha das Margaridas se assume e se estabelece como uma ação específica, com características próprias. Por outro lado, a CONTAG, representada pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, é participante ativa da MMM, inclusive faz parte da sua executiva.

A importância da relação entre a Marcha das Margaridas e a MMM é expressa por Nalu da seguinte forma:

Na Marcha Mundial das Mulheres, quando a gente começou a construir ela aqui no Brasil, inclusive uma construção pós anos 1990, num período onde o movimento de mulheres tinha ficado extremamente institucionalizado, com uma pauta, na nossa avaliação, super rebaixada... Nesse contexto de pós anos 1990, que além desse aspecto da institucionalização, do rebaixamento da visão do feminismo a partir do setor, que a gente considera que, naquele momento, era hegemônico, era também um momento que tinha certa influência em alguns temas ou aspecto do pós-modernismo, de muita afirmação a partir das identidades. Então, nós, da Marcha, começamos com a ideia muito assim: como que a gente

constrói um movimento onde caibamos todas da classe trabalhadora, ou com uma posição política anticapitalista, uma coisa assim. E, pra nós, um grande desafio era conseguir construir um movimento de mulheres que incorporasse não só urbanas e rurais, mas jovens, negras. Então, nesse aspecto, a Marcha das Margaridas foi um ponto de partida muito importante pra essa relação dessa construção entre urbanas e rurais. No nosso ponto de vista, foi a nossa primeira experiência onde a gente construiu realmente espaços e mobilizações conjuntas entre urbanas e rurais... Das urbanas aderirem a uma atividade das rurais. E, nós, na Marcha Mundial das Mulheres, continuamos fazendo isso, não só com a CONTAG, mas com outros setores também das mulheres rurais, como as mulheres da via campestina, e fomos organizando outros espaços onde a gente pudesse ter urbanas e rurais juntas. Então, eu acho que pra nós, da MMM, tinha muito esse desafio de ser capaz de articular um campo do movimento que tivesse mais essa capacidade de juntar, realmente, mulheres de diversos setores, e de ir rompendo com essas hierarquias. E uma das hierarquias que nós temos na nossa sociedade é a hierarquia entre campo e cidade, então nós temos muito esse objetivo. Eu considero que hoje, em vários campos, a Marcha das Margaridas é — tô dizendo mais no campo popular, de esquerda, anticapitalista — uma referência, não só nacional, nacional de forma muito forte, mas também internacional. Tem muito lugar do mundo que, quando fala em movimento de mulheres no Brasil, pensa na Marcha das Margaridas, então pra nós da Marcha [Mundial], é extremamente importante reforçar isso (Nalu, MMM, 2013)

Gostaria de chamar atenção para algo que me pareceu interessante na fala de Nalu: o reconhecimento da Marcha das Margaridas como um espaço importante para a construção de ação conjunta entre as ‘urbanas’ e as ‘rurais’, termos que observei serem recorrentemente utilizados no campo configurado pela Marcha das Margaridas para se referir às mulheres situadas em um ou em outro espaço. A utilização desses termos apresenta, no discurso, o território, o espaço de vida, como um marcador social, ou seja, revela que existe uma diferença territorial que se liga a diferenças e antagonismos organizados em torno de marcadores de gênero e espaços de vida. Portanto, o território (urbano/rural) é um marcador de diferença que deve ser considerado. Neste momento, gostaria apenas de pontuar esse aspecto, para retomá-lo em um capítulo posterior deste livro, no qual buscarei abordar e aprofundar questões em torno da interseccionalidade e das categorias de articulação na Marcha das Margaridas.

No que concerne à forma como a relação de parceria entre a MMM e a Marcha das Margaridas se efetiva e aos compromissos envolvidos, Nalu destaca:

Como Marcha Mundial das Mulheres, nós temos várias debilidades institucionais, porque nós somos um movimento sem recurso, a gente tem diferentes graus de articulação nos estados. Então, muitas vezes, a nossa institucionalidade é muito frágil, mas, mesmo com essa institucionalidade frágil, em todas as Marchas das Margaridas a gente fez esforços nos dois sentidos. No sentido de estar presente lá no cotidiano da organização da Marcha, de contribuir na elaboração da pauta, de acompanhar no processo de negociação. Inclusive, nas primeiras marchas, tanto a primeira como a segunda, nós conseguimos mobilizar algum recurso de entidades com que a SOF, principalmente a SOF, tinha relação, com instituições da cooperação internacional. Então a gente conseguiu apoio tipo da Böll; até da Christian Aid a gente conseguiu uma vez, então a gente sempre fez um esforço de apoiar nos dois níveis, tanto nesse nível como no nível da mobilização, de garantir que tivessem não só as mulheres rurais que a Marcha [das Margaridas] articula, mas também mulheres urbanas. Então há esse compromisso com essa construção. Da mesma forma, a MMM dá visibilidade ao papel da Marcha das Margaridas de incorporar temas da pauta e da agenda da Marcha das Margaridas no cotidiano da MMM. Então a gente faz muito esse esforço por compreender o quanto é importante, para a construção de um feminismo popular, você ter um grande campo das mulheres rurais organizadas, em identidade com essa agenda (Nalu, MMM, 2013).

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) é outra das organizações parceiras da Marcha das Margaridas. Uma relação de parceria que se efetivou durante a Marcha de 2011, proveniente de um convite feito pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, a partir da demanda de algumas mulheres da CNMTR, especialmente dos estados do Norte e do Nordeste, regiões de maior atuação da AMB¹²².

¹²² A organização da AMB está em oito regionais: Sul (PR, RS, SC); Sudeste (ES, MG, RJ, SP); Centro-Oeste (DF, GO, MT, MS); Nordeste 1 (AL, BA, SE); Nordeste 2 (PE, PB, RN); Nordeste 3 (CE, MA, PI); Norte 1 (AC, AM, RO, RR); e Norte 2 (AP, PA, TO).

A AMB se constituiu, na década de 1990, como uma estratégia de estruturação e unificação das ações isoladas dos Fóruns Estaduais de Mulheres¹²³, visando a uma participação articulada na I Conferência Internacional da Mulher, em Beijing, em 1995. Veio a se transformar, posteriormente, em uma articulação nacional, cujo objetivo principal é reunir os diversos fóruns de mulheres estaduais na organização de pautas comuns (Adrião, 2008). A Articulação de Mulheres Brasileiras se define como uma organização política não partidária e feminista, que reúne “mulheres feministas que atuam em diferentes espaços de participação da AMB, em nome próprio ou através da representação de organizações e movimentos feministas, setoriais de mulheres de movimentos sociais e/ou setoriais de mulheres de partidos políticos”¹²⁴.

Segundo Adrião (2008), a Articulação de Mulheres Brasileiras e a Marcha Mundial das Mulheres se constituem nas duas maiores redes feministas agregadoras de grupos e ações de visibilidade nacional. Sílvia Camurça, então educadora do SOS Corpo¹²⁵ e integrante da coordenação executiva nacional da AMB, representou essa organização junto à Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011. Ela me falou um pouco sobre a construção dessa relação:

Acho que a relação com as mulheres rurais vem sendo construída na AMB desde antes da própria AMB. O campo de feministas que faz militância na AMB é o mesmo campo que coordenava os encontros nacionais de feministas. Em 1987, esse grupo de pessoas decidiu que abriria o encontro para o grupo das mulheres trabalhadoras rurais, por elas estarem vindo com uma força grande de organização, especialmente aqui no Nordeste. Foi um marco o famoso encontro de Garanhuns¹²⁶. Foi um marco para as

123 Os Fóruns de Mulheres são instâncias de articulação do movimento feminista, com participação de diversos grupos e coletivos feministas e de mulheres que se organizam nos estados brasileiros. “Cada estado brasileiro possui um fórum, o qual, por sua vez, agrega as diversas entidades e organizações que compõem os movimentos locais de mulheres e feminista” (Adrião, 2008, p. 57). Os fóruns têm, ainda, a característica de não serem instituições formalizadas, embora tenham cartas de princípios que orientem a entrada das participantes. Os diversos fóruns estaduais de mulheres, 22 no total, são articulados pela AMB (<https://ambfeminista.org.br/>).

124 Cf. <https://ambfeminista.org.br/>.

125 A SOS Corpo é uma ONG feminista, criada em 1980. Ela faz parte da AMB.

126 Ela se refere ao IX Encontro Nacional Feminista, que aconteceu em 1987, na cidade de Garanhuns-PE. As mulheres negras participantes desse encontro decidiram que já era o momento de realizarem um encontro nacional próprio, no ano seguinte foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras.

trabalhadoras rurais e para as mulheres negras também, que invadiram o encontro. No ano seguinte, ocorreu o primeiro encontro de mulheres negras, e muito da articulação das mulheres rurais do Sul com o Nordeste e outras regiões do país se fez nesse encontro. Até então, as comissões de mulheres não tinham a força que têm hoje, e a proposta de organização autônoma das mulheres também não tinha a força que tem hoje, uma linha feminista. Então, eu acho que ali se selou um pouco uma aliança entre a luta feminista e a luta das mulheres, especialmente no campo da luta por terra, porque a gente discutia o quanto a luta contra o latifúndio era uma luta antipatriarcal. Tivemos oficinas muito interessantes, onde se colocava aquela história de que, quando os homens cercaram a terra, cercaram as mulheres. Essas coisas vieram sendo traduzidas muito fortemente a partir desse encontro, e virou, assim, material para a formação das rurais, foi algo muito interessante. Então, tem uma longa história. Nos anos recentes, soubemos da iniciativa da Marcha das Margaridas através das companheiras dos movimentos rurais, ligadas aos fóruns da AMB no estado. Somos organizadas em 22 estados. Então, antes mesmo de saber através da CONTAG, soubemos pelas companheiras dos estados, que já chegavam dizendo: “Olha, vai ter uma marcha, uma marcha específica das mulheres rurais, uma Marcha das Margaridas, e a gente quer apoio”. Então começou a nossa construção de parceria a partir do local. Daqui [Pernambuco], do Ceará, do Pará... Mas do âmbito local, a gente não era parceira no âmbito nacional, a gente ajudava a fazer as festas, a arrumar o dinheiro para as companheiras dos estados irem. Íamos muito às discussões, para discutir as pautas, a preparação... Principalmente nos primeiros anos, que a metodologia da Marcha não tava tão consolidada como a de 2007 e a de 2011. No primeiro e no segundo ano, era tudo muito solto ainda, e muitas companheiras iam discutir pra poder se preparar e para a gente estar junto. Então, o Fórum Cearense de Mulheres, o Fórum do RN, o Fórum de Mulheres de Pernambuco, o Fórum do Pará, a articulação do Amazonas, principalmente o Norte e o Nordeste, apoiamos muito nas primeiras Marchas, no plano local. Ao mesmo tempo, éramos parceiras da CONTAG em outras iniciativas, e tem uma relação de confiança já de bastante tempo. Quando tem plenária de mulheres, elas sempre pediam assessoria às companheiras feministas que são da AMB; tem uma relação de confiança com a ENFOC. Creio que, por isso tudo, elas decidiram nos convidar para o campo da parceria nacional, constar, oficialmente, como parceira da Marcha (Sílvia, 2012).

Essa interlocução de organizações feministas vinculadas à AMB com movimentos de mulheres rurais já havia sido mencionada por dirigentes, lideranças e assessoras, especialmente do Nordeste, quando me falavam sobre o processo de organização das mulheres rurais, ressaltando o papel dessas organizações no trabalho de formação dessas mulheres, inclusive na elaboração de materiais formativos sobre temas do seu interesse.

Mas, afinal, o que é ser parceira da Marcha das Margaridas? Sílvia faz algumas considerações interessantes a este respeito:

Há vários níveis de parceria. Eu acho que, primeiro, é ser parceira do esforço das mulheres trabalhadoras irem participar desse processo, o que implica estar com elas na discussão preparatória, estar junto com elas ajudando a levantar dinheiro no Estado, estar com elas na despedida, porque é muito bacana fazer a saída da caravana, então faz aquele ato na saída. Isso a gente sempre fez, desde a primeira vez. Eu acho que esse é um plano, que é no plano local: dar visibilidade. Então a gente também tentava postar notícias locais da caravana local nos rádios, nos jornais de Pernambuco, porque, como a gente tem mais contato na mídia, porque a sede dos movimentos muitas vezes tá no interior, então pra dar mais visibilidade às mulheres, a gente acaba conseguindo cavar uma entrevista. Quando elas voltam da Marcha, fazem uma entrevista local, no debate de rádio. Então, eu acho que esse é um trabalho de parceria no plano local, que é dar voz e visibilidade a esses sujeitos, mulheres trabalhadoras rurais. No plano nacional, a gente experimentou outra dimensão da parceria, que é a construção da própria pauta, porque há também um espaço de construção coletiva, então temas que, às vezes, não aparecem tão espontaneamente, as parceiras, eu acho, contribuem muito pra construir, coletivamente, com uma visão feminista de algum problema que nem sempre tá tão arraigado no movimento, a ponto de emergir mesmo do plano local. Então faz uma combinação boa, essa parceria local com esses encontros nacionais. E uma outra função que, especialmente, nós cumprimos muito, foi a de negociação com os ministérios, porque muitas de nós, na AMB, atuamos no espaço institucional e temos muita experiência de acúmulo, de fazer visitas e discussões com os ministérios. Nas reuniões de pauta, de negociação, nós, especificamente, da AMB, éramos muito acolhidas por elas, quando a gente ia. Havia uma expectativa da gente se colocar. Então facilita, muitas vezes, a presença de uma parceira, porque a gente pode cumprir funções numa mesa de negociação, porque uma mesa de negociação tem que ser dividida, então tem que ter alguns sujeitos mais críticos, mais ofensivos, outros mais negociadores, e a gente

pôde cumprir um pouco esse papel. Outros setores das parcerias, às vezes, têm mais vínculo com a base do governo. A gente não tem, então ficava mais fácil pra gente cumprir esse papel, com a cobrança mais forte, e as companheiras do próprio movimento sindical irem fazendo o processo de negociação. Eu cumpri este papel, a Guacira, lá em Brasília, cumpriu este papel muito bem. Especificamente, é um dos momentos que elas telefonavam e diziam: “Olha, vocês não podem faltar”, porque a gente cumpria esse papel de ir com mais contundência, porque as mesas de negociação precisam das várias formas. Então eu acho que é um papel importante esse das parceiras nas negociações prévias e durante as jornadas de monitoramento¹²⁷, porque, nesse momento, é que você cobra mesmo se os compromissos estão ou não sendo cumpridos. As parceiras, como não estão no dia a dia, permitem um acompanhamento mais distanciado. Muitas vezes, a gente ajuda lembrando de coisas que quem tá no dia a dia, às vezes, tá tão consumido que esquece. Então eu acho que são duas funções, a própria construção da pauta, ou seja, enriquecê-la com quem tem experiência, que não é, necessariamente, a do movimento sindical rural, mas que tem vínculos com as companheiras do campo, da floresta, das áreas de pesca e das periferias urbanas também; e como contribuir nesse processo de interlocução com o poder público (Sílvia, 2012).

Em relação ao significado que a Marcha das Margaridas tem para a Articulação de Mulheres Brasileiras, Sílvia faz as seguintes considerações:

Somos parceiras da Marcha. Então nós nos colocamos a serviço da construção da Marcha das Margaridas, e nossa única expectativa é manter essa relação política que nos parece importante. As nossas pautas... Nós discutimos as pautas na dinâmica da própria Marcha, a gente não instrumentaliza essa parceria em favor dos nossos objetivos. O feminismo ganha com isso tudo, de ter um movimento tão forte, com milhares de mulheres. A gente pode discutir, aprende muito pra dentro da AMB, elabora relatórios cada vez que a gente vai pra uma reunião e tal. Difunde, cria unidade no movimento. Então eu acho que pro conjunto da luta feminista é importante. Especificamente, para a AMB, o ganho é esse: ser parceira da Marcha, e isso é um ganho político. A gente dialoga, por exemplo, o

127 Sílvia se refere aqui às Jornadas das Margaridas, encontros que acontecem anualmente, entre uma Marcha e outra, para avaliar e acompanhar a resposta dada pelo governo às reivindicações pautadas.

eixo sobre a questão do poder¹²⁸, a gente pode influenciar muito a partir do acúmulo que a gente tem, porque a gente tem uma frente de luta só de democratização do poder. Uma luta pra mudar na sociedade, então se a gente democratiza o poder dentro do movimento sindical, é o objetivo da AMB sendo realizado também. Mas a gente atua dentro da construção da pauta. É uma oportunidade de ampliar muito o raio de influência das nossas ideias, das nossas propostas, de ganhar adesão, basicamente isso. Compreendemos e entendemos que há um espaço pra gente reforçar, apoiar, porque os nossos princípios são todos em cima do pluralismo, e achamos que, quanto mais organizações de mulheres existirem, melhor. Isso é importante para o processo de luta democrática. Não entendemos isso como fragmentação, como alguns setores, mas, sim, como capilaridade. Então, quanto mais organizações de mulheres e iniciativas tiverem, melhor. Não é necessário ter comando único, nem nada disso. É um espaço pra gente poder reforçar, e aí atende nossos objetivos, pois atuamos conforme carta de princípios, de modo a fortalecer as organizações de mulheres, nunca passar por cima, mas estar sempre juntas. Ao mesmo tempo, é um espaço da gente compartilhar visões e construir juntas. Algumas coisas são incorporadas pela pauta a partir do processo todo de debate (Sílvia, 2012).

Sílvia ressalta algo interessante: ser parceira da Marcha das Margaridas não significa, necessariamente, ser parceira da CONTAG. Segundo ela, entre a AMB e a CONTAG, o único campo de aliança estabelecido é com a Marcha das Margaridas, e isso não reverbera em outros campos de ação da confederação.

A gente não tem outras parcerias e alianças com o movimento sindical rural. Tentamos, mas... São meio distantes e têm uma estrutura hierarquizada e tal. Entre a AMB e a CONTAG não temos outros campos de aliança a não ser parceira da Marcha. Por exemplo, a gente atua no Conselho Nacional de Saúde, a Socorro da CONTAG preside, atualmente, o Conselho Nacional de Saúde¹²⁹. Eu sou da CISMU [Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher]. Eventualmente, nos encontramos, mas, em decorrência de ser parceira da Marcha, isso não reverbera em nenhum tipo... É

128 Refere-se a um dos sete eixos que estruturam a pauta de reivindicações, o eixo VII: “Democracia, poder e participação”.

129 Maria do Socorro de Souza foi assessora da CONTAG e atualmente é docente-pesquisadora em saúde coletiva da Fundação Oswaldo Cruz.

uma outra relação que tem que estabelecer da mesma maneira, não é uma política de aliança estratégica, permanente, em vários campos entre dois movimentos. A gente entende e compreende o limite de uma parceria, e faz diferença entre parceria e alianças. Então nós somos parceiras da Marcha, somos aliadas em algumas lutas gerais, mas não temos com a Marcha das Margaridas uma aliança estratégica permanente, constitutiva, intrínseca, que reverbere em outros tipos de luta que a gente faz. Cada ação é uma conquista e uma batalha (Sílvia, 2012).

Além dos movimentos e organizações mencionados acima, a Marcha das Margaridas também estabelece relação de parceria com a Rede LAC e a COPROFAM. Entretanto, nenhuma das duas organizações se fez representar nas reuniões da Coordenação Ampliada da Marcha.

A Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede LAC), criada em 1996, fechou sua secretaria executiva no Brasil após o falecimento de uma de suas idealizadoras e coordenadora, Vanete Almeida¹³⁰, em 2012. Porém, a articulação se manteve. Atualmente, a sua secretaria executiva está sediada no Equador, sob a coordenação de Luz Haro. O objetivo da Rede é promover a articulação de mulheres trabalhadoras rurais reunidas em diferentes grupos, organizações e movimentos na América Latina e Caribe, a fim de dar visibilidade e fortalecer as trabalhadoras rurais e suas organizações para que elas possam participar e intervir nos espaços de decisão política em âmbito local, regional, nacional e internacional, de modo a se tornarem protagonistas de propostas de desenvolvimento rural sustentável com justiça social de gênero e étnica/racial. Além disso, ela apoia e participa de denúncias, constrói e encaminha reivindicações e propostas, além de atuar em articulações políticas em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais (Rede Lac, 2007).

Criada em dezembro de 1994, no Brasil, a Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas no Mercosul Ampliado (COPROFAM) surgiu como uma maneira de intervir de forma mais organizada e qualificada no

¹³⁰ Vanete Almeida era educadora popular, assessora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central — Pernambuco (MMTR-SC), dirigente do Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR) e integrante da Coordenação Internacional e Executiva da Rede LAC. Chegamos a encontrá-la em Recife e agendamos uma conversa que acabou não se concretizando pelo agravamento do seu estado de saúde. Impossibilitada de se fazer presente nas reuniões da Coordenação Ampliada por estar em tratamento de saúde, Vanete, que acompanhou as ações da Marcha em 2003 e 2007, não o fez em 2011, vindo a falecer no ano seguinte.

Mercosul, criado em 1991, no Paraguai. Desde 2002, a COPROFAM é presidida pela CONTAG, e hoje está em sete países — Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Bolívia e Paraguai —, envolvendo nove organizações que formam uma rede para pensar mudanças para o meio rural, com premissas na defesa da agricultura familiar. Sendo presidida pela CONTAG, uma de suas afiliadas, a COPROFAM se faz, de pronto, parceira da Marcha.

São essas, então, as parceiras que compunham a Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011. Ser parceira, ou mesmo ‘estar parceira’, ganha significados diferentes, conforme evidenciado pelas falas, e tem a ver com o contexto e a conjuntura em que essa relação é estabelecida. Nessa relação, estão implicadas relações de poder, apropriação de recursos materiais e não materiais, disputas de ideias e de representação. Ela faz parte de um jogo político envolvendo interesses diversos, que são constantemente negociados. Assim, por exemplo, entre as mulheres dirigentes e coordenadoras estaduais de mulheres que compunham a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, não havia um entendimento consensuado sobre a importância política das parcerias. Nesse caso, era possível perceber alguns tensionamentos que — embora não explicitados, diretamente, durante as reuniões da Coordenação Ampliada da Marcha — se encontravam latentes.

Não foi incomum escutar nos ‘corredores’ conversas e comentários, por vezes irônicos, de algumas das coordenadoras estaduais, questionando a participação das parceiras. Os entendimentos são variados. Algumas, como Mercedes, então coordenadora de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), entendiam que a presença das parceiras ampliava o escopo de atuação da Marcha das Margaridas para além do movimento sindical:

Eu acho que é muito importante as parceiras, porque é muito difícil você organizar uma marcha desse tamanho. Você tem que ter parceiras pra te ajudar na organização. Tem os parceiros financeiros, como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, o MDA... Mas tem essa parceria que você senta e conversa, e todo mundo ajuda você a organizar a Marcha. Além de te ajudar na organização, elas ajudam na divulgação, porque as parceiras divulgam nas entidades delas. Então não fica fechado no movimento sindical, só sindicato, na federação e na CONTAG. Ela abre, todo mundo fica sabendo, todas as entidades. Então as parceiras, por mais que elas não possam colaborar muito no financeiro, na divulgação é essencial. Nós precisamos das parceiras em tudo (Mercedes, 2011).

Entretanto, há também entendimentos contrários dentro da própria CMMTR. Enquanto na fala acima há o reconhecimento de que seria difícil organizar a Marcha prescindindo das parceiras, na que se segue, a sua presença tende a descaracterizar a Marcha como uma ação do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais representado pela CONTAG, cuja construção se deu, efetivamente, pelo esforço das mulheres organizadas no movimento sindical.

Eu acho que nós temos que fazer essa avaliação, as mulheres da CONTAG têm que fazer essa avaliação: a Marcha, ela foi construída pela CONTAG, pelo sistema CONTAG, desde os sindicatos lá da base, passando pelas federações, com todas as dificuldades que nós tivemos. A Marcha, ela é da CONTAG e ela é das mulheres trabalhadoras rurais. Acontece que a terceira e a quarta Marcha... Está descaracterizando isso, eu não sei se por força das parceiras, eu não sei se por uma tendência política dentro do sistema CONTAG, mas eu sinto que a terceira e a quarta Marcha... Agora eu sinto que elas tiveram, assim, parece que tá tendenciando a ser de todo mundo, e não é de todo mundo. Pode ser egoísmo meu falar isso, pode ser centralização, pode caracterizar não sei o quê, mas a Marcha das Margaridas é das mulheres trabalhadoras rurais do sistema CONTAG, e sem o sistema CONTAG a Marcha não acontece. Pode acontecer a Marcha Mundial, onde a CONTAG botou um monte de mulheres, a Marcha Mundial que aconteceu ano passado em São Paulo. Aquela caminhada dos dez dias, além da CONTAG ter botado público, gente, botou também outras coisas dentro da estrutura. A gente tava visualizada lá dentro, então a Marcha Mundial é a Marcha Mundial, e quando aconteceu aqui no Brasil, a gente fez a nossa parte de estar lá. Quando houve o lançamento em São Paulo, também na outra marcha, a gente também botou o nosso público lá dentro, agora a Marcha das Margaridas ela é das mulheres trabalhadoras rurais do sistema CONTAG, e isso eu acho que nós temos que fazer uma avaliação muito profunda, e nós temos que desmistificar algumas coisas, porque hoje todo mundo é dono da Marcha das Margaridas. A UBM é dona da Marcha das Margaridas, a CUT é dona da Marcha, a CTB é dona da Marcha, o MMTR-NE é dono da Marcha, todo mundo é dono da Marcha, mas não é (Graça, Coordenadora de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAESC, 2011).¹³¹

131 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Santa Catarina (FETAESC).

Outras, mesmo reconhecendo a importância das parceiras, principalmente na qualificação das discussões que subsidiam a pauta de reivindicações, criticam aquelas que “só aparecem na hora da foto”:

Eu vejo assim, nós da Comissão Nacional temos um papel bem maior do que as parcerias, porque hoje as parcerias têm se consolidado a cada Marcha. Cada parceira quer ser visível e a Marcha às vezes não dá conta de colocar visibilidade em tudo, nas particularidades, então eu acho que esse papel das parcerias a gente precisa verificar melhor. Tem parceiras, às vezes, que querem mandar em quem convida, ou querem aparecer mais, mas parceira não é aquela que chega no dia e diz “eu tô lá no cartaz, eu sou parceira, eu quero ir, eu vou exigir”, mas eu acho que é contribuir, e a gente tem vivenciado isso. Muitas parceiras que a gente tem colocado na Marcha hoje eu acho que elas têm colocado muita disposição, se não têm dinheiro, mas têm produto de conteúdo, eu acho isso muito legal. A parceria também é pra construir o processo da pauta, de mobilização (Euci Ana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAGRI-PA, 2011).

Há também quem entenda a importância da parceria, mas reconhece que umas são mais parceiras que outras, e mostra que há um diferencial no grau de envolvimento e comprometimento entre elas. Novamente, aqui é enfatizada a importância de algumas parceiras na qualificação do debate que subsidia alguns temas presentes na plataforma política e na pauta de reivindicações da Marcha, principalmente temas presentes na agenda feminista.

A gente tem umas parceiras que pegam junto mesmo e dizem assim: “Eu tô aqui, é ombro a ombro, estamos juntos”, e tem outras que você precisa muitas vezes levar, arrastar junto, porque esse é o compromisso que a gente tem: não deixar o outro pra trás, se a gente conseguir. Então a gente tem esse papel. Agora, eu acho que tem uma coisa também legal, muitas vezes você está pensando que está fazendo uma boa discussão em qualquer tema, principalmente nessa questão hoje, a questão da violência, um dos temas muito presentes, ou essa questão do aborto. Principalmente no meio rural, muitas mulheres não entendem essa questão, muitas por causa da Igreja não querem nem ver falar e, quando você tem as parcerias, elas te ajudam a fazer essa discussão, e isso é muito bom (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAEMA, 2011)

Em que pese esses diferentes entendimentos, a Marcha das Margaridas apresenta uma inovação em relação ao movimento sindical ao propor, a partir de uma estratégia de alianças, a articulação de vários movimentos e organizações em torno de uma agenda comum. Nesse sentido, o papel que assume a coordenação geral da Marcha é de fundamental importância por fazer a mediação não apenas entre as organizações e os movimentos envolvidos, mas também entre estes e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, como mostrarei mais adiante.

De um modo geral, procurei até aqui apresentar os grupos e/ou indivíduos mais diretamente envolvidos nas definições do campo conformado pela Marcha das Margaridas. Trata-se de atores sociais em fluxo que estabelecem relações interativas, conforme maior ou menor interesse e mobilização. Ao fazê-lo, evidenciei alguns aspectos que permitem compreender a dinâmica interna da Marcha, o que inclui a forma como essas relações são estabelecidas tanto entre aqueles atores que fazem parte da sua Coordenação Ampliada, e estão mais diretamente envolvidos nos seus processos decisórios (CONTAG, CNMTR e entidades parceiras), quanto entre esses atores e outros que, conquanto não sejam participantes da coordenação, desempenham um papel importante para as tomadas de decisão que ocorrem em seu interior (apoiaadores e patrocinadores).

Os espaços de interação entre os atores membros da Coordenação Ampliada são as chamadas ‘reuniões da Marcha’, espaço privilegiado para ampliar a compreensão da sua dinâmica interna.

As ‘reuniões da Marcha’

‘Reuniões da Marcha’: era assim que as pessoas geralmente se referiam às reuniões da Coordenação Ampliada, preparatórias à Marcha. Não que esse fosse o único espaço em que se discutisse questões referentes à Marcha, mas talvez para distingui-lo das reuniões da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR). As reuniões da CNMTR fazem parte da agenda da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, mas, desde o ano que antecedeu a Marcha, elas se voltam para questões relativas à sua preparação, particularmente às questões político-organizativas no âmbito do movimento sindical. Muitas das questões levadas à reunião da Coordenação Ampliada já haviam sido previamente

discutidas e acordadas nas reuniões da CNMTR, que geralmente antecederiam as reuniões do Conselho Deliberativo da CONTAG¹³².

Carmen dizia que era estratégico fazer as reuniões da comissão nesses momentos porque oportunizava a participação das mulheres nos espaços de decisão da CONTAG, uma vez que, ao intervir conjuntamente nesses espaços, elas fortaleciam suas propostas. Questões como o estabelecimento de metas em termos de público (número de mulheres presentes em Brasília para participar da Marcha), a quantidade de dias previstos para a realização da Marcha (um ou dois dias?) e a previsão de recursos financeiros que uma ação como essa demandava, tudo isso precisava passar pela aprovação do Conselho Deliberativo. Em uma das reuniões da CNMTR que antecedeu a do conselho, Carmen disse algo assim:

Eu sei que o nosso desafio é grande, mas sei também que, quando as mulheres querem, elas fazem, elas conseguem. Se vocês me disserem que nós vamos trazer cem mil mulheres pra Brasília, eu vou lá [na reunião do Conselho Deliberativo] e digo que nós vamos trazer cem mil mulheres, mas eu não vou bancar isso sozinha. É isso mesmo? A nossa meta é cem mil mulheres?

Diante da assertiva, a meta foi reiterada e Carmen a defendeu no conselho.

Mas, voltando às ‘reuniões da Marcha’...

As decisões sobre como se dará a construção da Marcha são tomadas em reuniões que, de certa forma, são incorporadas como uma de suas ações. Esses encontros consolidam um espaço de sociabilidade próprio da Marcha, que promove a consolidação de uma rede de relações entre as organizações que compõem a Coordenação Ampliada e que ultrapassam a estrutura formal da CONTAG. Todas as reuniões ocorreriam no Centro de Estudos Sindicais (CESIR), anexo à sede da CONTAG, onde normalmente são sediadas as atividades de formação, seminários, plenárias, reuniões, enfim, os encontros promovidos pelo MSTTR.

As reuniões são sempre coordenadas pela secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, que conta com uma equipe de assessoria responsável pela preparação das reuniões, o que inclui a organização do espaço, a disponibilização

132 O Conselho Deliberativo “é a segunda instância de decisão do MSTTR, composto por diretores/as da CONTAG e das Federações de Trabalhadores/as na Agricultura. Tem por finalidade apreciar e deliberar sobre as pautas apresentadas pela diretoria da CONTAG, dentre as quais a aprovação da prestação de contas, previsão orçamentária e plano de ação do MSTTR” (<http://www.CONTAG.org.br/>).

de materiais que serão utilizados (Datashow, slides, fotocópias de textos, relatórios, documentos etc.) e o registro da reunião. A preparação inclui também o estabelecimento de contato com as participantes convidadas. A maior parte da comunicação entre a Coordenação Ampliada se dá por e-mail e, complementarmente, por telefone. Alguns dias antes das reuniões, é enviado por correio eletrônico uma circular que comunica a realização da reunião e convida as organizações a se fazerem presentes. O deslocamento para a participação nessas reuniões é financiado pela CONTAG, que garante ainda a estadia e a alimentação nos dias em que ocorrem as reuniões. Aliás, a CONTAG fornece a estrutura formal de organização interna da Marcha — sede, telefone, computador, gráfica etc. —, e também assessoria, que, inclusive, auxilia na elaboração de projetos em busca de financiamentos.

Ao todo, aconteceram sete reuniões, duas no ano de 2010 e as outras cinco em 2011; a última foi realizada após a Marcha, com o objetivo de avaliá-la. Normalmente, nessas reuniões, participavam representantes da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, das coordenações regionais da CONTAG, das federações de cada região do país (representantes regionais da CNMTR) e das ‘organizações parceiras’. Digo ‘normalmente’ porque em duas dessas reuniões — na primeira e na última¹³³, mais especificamente — houve a participação de toda a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR). A participação das mulheres diretoras das demais secretarias da confederação, quando ocorriam, era de forma pontual.

Nessas reuniões, o arranjo espacial favorecia uma proximidade maior entre a coordenação e as demais participantes. Todas se acomodavam nas cadeiras dispostas em forma de círculo, sem demarcar, pois, um espaço hierarquizado. Entretanto, a maneira como as participantes se distribuíam nesse círculo resultava numa proximidade maior entre aquelas que tinham mais afinidades entre si, pelo que era possível verificar um movimento de identificação e de diferenciação.

Em cada reunião era apresentada uma proposta de pauta pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais e submetida à apreciação das demais participantes, que poderiam propor algum outro ponto complementar ou pedir esclarecimento,

133 A primeira reunião foi o primeiro momento em que ocorreu o encontro formal entre a comissão e as ‘organizações parceiras’. Esse aspecto foi ressaltado como importante para a construção da Marcha 2011. Nessa reunião, foi realizada uma reflexão sobre o que é ser parceira da Marcha das Margaridas e, às organizações parceiras presentes, foi demandado que expusessem as suas expectativas em relação à Marcha e aos compromissos que pretendiam assumir. Portanto, foi uma reunião em que se selou, formalmente, as relações de parceria. A última reunião com a participação de toda a CNMTR foi feita após a Marcha, com o objetivo de avaliá-la.

de modo que a pauta da reunião fosse decidida coletivamente. Geralmente isso era feito de forma muito tranquila e aberta, havendo sempre consenso em relação à pauta proposta.

Nesse espaço, as mulheres ligadas ao mundo sindical tornavam públicos os problemas enfrentados para organizar a Marcha nas localidades nas quais, direta ou indiretamente, atuavam. Elas também traziam para aquele espaço as demandas, as dificuldades e as adversidades enfrentadas, caracterizando-se muitas vezes como falas de ‘desabafo’ quando elas publicizavam um drama pessoal vivido localmente (Comerford, 1999).

As discussões em torno do lema, da pauta dos eixos e dos temas que envolvem a Marcha acabavam tornando aquele espaço também um lugar de aprendizado, de ‘formação’. Uma das dirigentes sindicais que compõem a Coordenação Ampliada me disse que os temas tratados nessas reuniões a ajudaram a fazer “as discussões com as mulheres da base” e ressaltou, nesse sentido, a contribuição das ‘organizações parceiras’ no subsídio a essas discussões, especialmente no trato de temas como violência contra a mulher e legalização do aborto, concluindo: “Quando você tem as parcerias, elas te ajudam a fazer essa discussão, e isso é muito bom”. Na continuação da conversa, percebi que ‘ajudar’ tinha o significado de ‘fundamentar’, ‘conscientizar’ acerca do problema. Os temas citados fazem parte da agenda feminista. No caso desses e de outros que também compõem tal agenda, a participação e as intervenções das organizações feministas, parceiras da Marcha, contribuíam para embasar e construir argumentos em torno de temas polêmicos.

Como as discussões são o meio pelo qual se toma decisões, se debate, se confronta ideias e se aprende, a possibilidade de emitir opiniões, de defender proposições, de pedir esclarecimentos ou de contrapor ideias se dá pela fala. Nas reuniões, apesar de o ‘direito à fala’ ser garantido, o uso desse recurso se dá de forma diferenciada entre as participantes. Aliás, são sempre as mesmas pessoas as que mais falam. Entretanto, é um espaço de produção da fala.

Tudo isso torna esse momento também um local de partilha. Não foi à toa que uma das companheiras de Nezinha, também quebradeira de coco, ao incentivá-la a participar das reuniões, disse: “Vai, que aí tu vai começar a falar, vai conhecer pessoas diferentes”.

Em todas essas reuniões há alguém que registra as discussões, a chamada ‘relatora’, que, posteriormente, envia o relatório para todas as participantes da Coordenação Ampliada e para as mulheres da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. O registro ajuda “a repassar as informações e discussões às demais companheiras que não participam dessas reuniões e que atuam nos estados, municípios,

comunidades”, ou seja, permite que as discussões sejam “reapropriadas em outros contextos, de modo a dar origem a um processo de discussão mais amplo e contínuo”, como salienta Comerford (1999, p. 49) ao analisar as reuniões realizadas no âmbito de organizações de trabalhadores rurais¹³⁴, de modo a permitir uma certa extensão das discussões feitas para outras instâncias dos movimentos e/ou organizações. O registro ajuda, ainda, a manter um processo de reapropriação das decisões tomadas e dos pontos que ficaram pendentes entre uma reunião e outra.

As reuniões, convocadas pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, não eram breves. Normalmente, tinham a duração de dois dias, e uma delas chegou a se estender por três dias. Essas reuniões eram marcadas por momentos, etapas que a estruturavam. Inicialmente, a coordenadora dava as boas-vindas às participantes. Em seguida, havia uma breve apresentação, principalmente quando havia ali alguém ainda desconhecido da maioria do grupo. Na primeira reunião, essa apresentação foi realizada por meio de uma dinâmica de grupo que também buscava levantar os compromissos e as expectativas das participantes em relação à Marcha das Margaridas. Após esse momento, a coordenadora resgatava os objetivos da reunião e apresentava a sua proposta de pauta, submetendo-a à apreciação das participantes, que poderiam propor a inclusão de outros pontos ou pedir esclarecimentos sobre os pontos propostos.

Na pauta da reunião era sempre previsto um primeiro momento para os ‘informes’, no qual a coordenadora informava a respeito de questões relacionadas à preparação da Marcha. Ela passava, então, a palavra às participantes para que elas também informassem o andamento da preparação da Marcha nos seus estados e/ou no seu espaço de atuação, momento este em que descreviam as ações que estavam desenvolvendo, o que já haviam conquistado e as dificuldades que estavam enfrentando. Na sequência, passava-se à discussão dos pontos e temas estabelecidos na pauta, quando se abria o espaço para todas que quisessem fazer uso da palavra, seguindo a ordem de inscrição, que era observada pela coordenadora da reunião. Por intermédio das falas, as participantes opinavam, explicitavam seus pontos de vista, expressavam suas dúvidas, reiteravam ou não o que já havia sido dito, e discordavam, de modo que — como bem observou Comerford (1999, p. 52) se referindo a esses momentos da reunião — “as decisões tomadas fossem representativas da opinião das participantes e/ou que as discussões feitas fossem bem compreendidas por todas em todas as suas implicações”.

134 Comerford (1999) fez um excelente trabalho etnográfico sobre essas reuniões. A leitura do seu texto orientou o meu olhar no acompanhamento das reuniões da Marcha.

À medida que cada ponto da pauta era discutido, a coordenadora fazia anotações para, no final, propor uma síntese da discussão já com uma proposta de encaminhamento. A seguir, passava-se ao próximo ponto da pauta. No final da reunião, reapresentava-se uma síntese do que fora discutido: as decisões tomadas, os pontos pendentes, o que caberia a cada uma fazer, e quem se responsabilizaria pelo quê. E, para encerrar, Carmen agradecia sempre a presença de todas e proferia algumas palavras engrandecendo a coragem daquelas mulheres, reafirmando o compromisso assumido, incentivando a luta, a organização e o trabalho. Em meio a abraços de despedida, as reuniões acabavam.

Nessas reuniões não havia um momento para a avaliação propriamente dita, porque cada uma era a continuidade da outra, formando cadeias, de modo que uma reunião sempre apontava a pauta da próxima, ficando a cargo da coordenação e de sua assessoria a sua preparação. Um mesmo ponto da pauta permanecia por várias reuniões, até que decisões em relação à questão colocada fosse tomada. Nesses encontros foram tomadas decisões em relação ao lema da Marcha (Consignia); aos eixos temáticos que estruturaram sua plataforma política; à construção da pauta de reivindicações; à elaboração de materiais escritos, como panfletos, folhetos e cadernos de textos para subsidiar as discussões nas localidades; e a outras questões relacionadas à caminhada, como tamanho das bandeiras, organização das alas, acessórios e cores das camisetas. Também nesse espaço foram discutidas as ações no 8 de março de 2011 (Dia Internacional da Mulher), a construção do Seminário Nacional da Marcha das Margaridas (temas, convidadas/os, colaboradoras, organização e dinâmica interna), o lançamento nacional da Marcha e a Mostra da Organização Produtiva das Margaridas.

Acompanhando essas reuniões, observei que, ainda que haja pontos de tensão ou divergências ocasionais, não chegam a tomar as proporções de um conflito aberto. Aliás, dentro do campo é possível perceber dinâmicas de identificação e diferenciação, mas tais dinâmicas parecem não produzir rupturas, ainda que influenciem as redefinições no seu próprio interior.

O fato de a Marcha ser um espaço de atuação da CONTAG ao mesmo tempo que é um movimento que ultrapassa as suas fronteiras, em que convivem outros movimentos e organizações, parece produzir uma dinâmica própria, na qual o respeito às regras de convivência e o desvio de confrontos abertos entre as organizações dão a tônica, o que Facchini (2005) chama de relações de ‘evitação’. No processo que engendra essa dinâmica, a pessoa que assume a coordenação da Marcha exerce um papel fundamental.

O ‘campo’ e a ‘arena’ da Marcha das Margaridas: breves considerações

Até aqui tentei apresentar a organização interna, as relações que conformam o ‘campo’ político e configuram a Marcha das Margaridas; os vínculos entre os atores envolvidos e a natureza destas relações — as suas expectativas, as regras estabelecidas e os suportes (apoios)¹³⁵ que elas apresentam para atingir seus objetivos políticos —; o acesso e o controle dos recursos mobilizados e/ou disponíveis; e a utilização desses recursos como suporte, procurando mostrar, como assinalam Swartz, Turner e Tuden (1994), que esse ‘campo’ não opera mecanicamente. É, antes, um campo de tensão, com antagonistas inteligentes e determinados, sozinhos e agrupados, motivados por ambição, altruísmo, interesse próprio e desejo do bem público, e que, em situações sucessivas, estão ligados entre si pelo interesse pessoal ou idealismo, e separados ou opostos pelas mesmas razões. Nessa perspectiva, um ‘campo’ é, portanto, marcado por intencionalidades.

O conceito de ‘campo’, em Swartz, é complementado pelo de ‘arena’¹³⁶, um espaço sociocultural situado em torno daqueles diretamente envolvidos no ‘campo’, mas não diretamente envolvidos nos seus processos definidores (Swartz, 1966). É o caso, por exemplo, de todas aquelas mulheres que a Marcha representa e que, embora se beneficiem dos direitos conquistados, não estão, necessariamente, envolvidas nos processos que definem as suas ações.

Considerando, de um lado, a flexibilidade do ‘campo’ — que, como já mencionado anteriormente, pode se contrair ou se expandir para fora dos seus limites — e, do outro, o espaço que lhe é imediatamente adjacente, a ‘arena’ poderia inferir que a Marcha, intencionalmente ou não, pode incorporar participantes da ‘arena’ no processo político, expandindo o seu raio de ação à medida que redefine os limites da ‘arena’.

135 Swartz, Turner e Tuden (1994, p. 106, tradução minha) definem suporte (ou apoio) como “qualquer coisa que contribua para a formulação e/ou instrumentação de fins políticos”, sendo, por exemplo, a legitimidade “um tipo de apoio que deriva não da força ou de sua ameaça, senão de valores — formulados, influenciados e afetados por fins políticos — que têm os indivíduos.” Os recursos (materiais, humanos, normativos) têm, a princípio, uma natureza não política, mas, ao serem utilizados para fins políticos, tornam-se suportes ou apoios.

136 Para Swartz (1966), a utilidade do conceito de ‘arena’ dependeria do seu foco de atenção teórica sobre problemas importantes que poderiam não ter ficado tão claros para prosseguir apenas com o conceito de ‘campo’.

Dessa forma, é possível compreender o aumento da participação, na manifestação pública, de ‘mulheres urbanas’, como domésticas, comerciárias, funcionárias públicas, professoras e estudantes, militantes feministas engajadas em vários movimentos e organizações sociais. Pessoas que poderiam se reconhecer ou serem reconhecidas como ‘margaridas’ sem, no entanto, estarem diretamente envolvidas nos processos definidores da Marcha ou mesmo no seu fazer cotidiano, seja porque estabelecem relações com os membros do ‘campo’, seja porque compartilham com os seus membros um repertório de valores, significados e recursos, ainda que nem todos sejam empregados nos processos que constituem o ‘campo’ (Swartz, 1966).

Elas viam o vídeo¹³⁷ que eu fiz pra chamar pra Marcha das Margaridas, ele não foi visto somente pelas mulheres rurais, mas ele foi visto por mulheres urbanas. E as mulheres urbanas, as mulheres da Confederação Nacional do Comércio, me chamaram e falaram assim: “Eu assisti seu vídeo chamando pra Marcha e eu quero ir nessa marcha” (Carmen Foro, 2011).

Outros atores ligados a ONGs, universidades, departamentos de pesquisas, movimentos e entidades sindicais, ou que mantêm alguma relação com as temáticas trazidas pela Marcha, desempenham papéis importantes em determinados momentos, como seminários, atividades formativas, pesquisas e outras atividades propostas pela Marcha, inclusive na própria manifestação pública. E, na medida em que o fazem, atuam como parte do campo. Normalmente, trata-se de pessoas e organizações convidadas por serem conhecidas de outras experiências de militância — muitas delas, inclusive, reconhecidas como ‘colaboradora’ e que são mobilizadas no campo. A mídia também é um dos recursos mobilizados da arena: a Marcha é noticiada em vários jornais impressos, noticiários televisivos, sites de organizações políticas (partidos políticos, centrais sindicais, movimentos, ONGs e órgãos de representação, como a UNE), mídia eletrônica, em geral, e mídia segmentada, como blogs e sites feministas.

O ‘campo’ mantém com a ‘arena’ uma relação íntima. O próprio Swartz (1966, p. 15, tradução minha) ressalta:

¹³⁷ Refere-se ao vídeo institucional, produzido pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, fazendo o chamamento para que as mulheres participassem da Marcha. O vídeo, principalmente nos municípios, era utilizado como instrumento de mobilização, e nesse sentido ele é considerado um dos suportes do “campo”.

A fronteira entre o campo e a arena não é concebida como se, necessariamente ou ‘normalmente’, oferecesse uma barreira para o movimento dos processos que estão sendo estudados. É simplesmente uma realidade empírica, descoberta no curso da investigação, e é, pelo menos, tão provável que seja fluida quanto permanente. Da mesma forma, a fronteira entre a arena e o que está fora dela é uma questão para ser determinada empiricamente e isso também irá variar conforme os envolvimento dos membros na transformação do campo.

É a capacidade de mobilizar pessoas, recursos, valores e significados presentes na ‘arena’ (mídia, opinião pública e poder público, por exemplo) que provoca a expansão do ‘campo’. Por outro lado, os recursos e suportes aí utilizados podem estimular a mobilização na ‘arena’. Nesse sentido, a estrutura oferecida pela CONTAG — corpo de assessores, computadores, telefones, jornal eletrônico, programa de rádio¹³⁸, recursos financeiros etc. —, a sua legitimidade e o seu reconhecimento político como organismo de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como a sua capilaridade¹³⁹, são recursos utilizados na Marcha como suporte para atingir os seus objetivos políticos. A produção do cartaz da Marcha, do panfletão¹⁴⁰, do “Caderno de textos para estudo e debates”, do vídeo de chamamento, do spot de rádio e do CD das Margaridas foi custeada pela CONTAG. Esses materiais foram utilizados no processo de mobilização e na divulgação, mas também para subsidiar a discussão e o debate político em torno dos temas da Marcha.

A Marcha apresenta uma organização interna que diferencia os seus espaços de ação ao mesmo tempo que os articula. Seu escopo territorial é amplo e envolve espaços situados em escalas distintas, intimamente vinculadas à ação (nacional, estadual, regional, municipal). As ações visando à construção da Marcha são estimuladas desde Brasília, onde as decisões são tomadas e de onde partem as orientações que se espalham até contextos micro locais. Apesar da nossa análise partir

138 A confederação tem um programa de rádio chamado “A voz da CONTAG”, que integra a programação radiofônica de aproximadamente cem STTRs. O programa é transmitido semanalmente por centenas de emissoras do país e é dirigido para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

139 A CONTAG tem na sua estrutura quase quatro mil sindicatos filiados em todo o país.

140 Panfletão foi o nome que as próprias mulheres deram a um material produzido com a finalidade de divulgar a Marcha 2011. Ele tinha o formato de um panfleto, mas em um tamanho bastante ampliado, e continha várias informações sobre o evento, cumprindo a função de uma cartilha.

desse lugar, e considerando o escopo territorial abrangido pela Marcha, reconhecemos que outros atores, pessoas e/ou organizações se interessam e são envolvidas, ampliando as fronteiras do ‘campo’ e influenciando o processo político. Do mesmo modo, a delimitação da ‘arena’ se amplia ao incorporar arenas delimitadas a partir das relações que configuram o ‘campo’ nos espaços locais (estado, município, comunidade).

Assim, por exemplo, percebi que nos municípios a relação que as pessoas envolvidas com a Marcha estabeleciam com atores locais — o prefeito, os vereadores (referidos pelas minhas interlocutoras como poder público local), os comerciantes, enfim, todos eles membros da arena — ganhava importância quando se tratava de viabilizar a presença de um maior ou menor número de mulheres em Brasília durante a manifestação. Por meio do tipo de relação estabelecida, muitas vezes por afinidades pessoais e que extrapolavam as ‘questões coletivas’, era possível garantir o financiamento para locação de ônibus e doação de recursos financeiros e de objetos para serem sorteados em bingos, rifados etc.

Apesar de ser importante estar atenta à relação entre ‘campo’ e ‘arena’, percebi que, do ponto de vista da construção do sujeito político, é no ‘campo’ que se estabelece a produção de categorias que o definem, sem que, necessariamente, se considere o que ocorre na ‘arena’. Por isso eu me debrucei mais sobre a compreensão da dinâmica interna da Marcha das Margaridas, na articulação que a configura, considerando as similaridades e as diferenças na constituição do sujeito político.

Articulação: similaridades e diferenças

Embora a Marcha das Margaridas seja coordenada pela CONTAG, uma entidade sindical, ela se configura como um espaço próprio de organização das mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta em articulação com outros movimentos de mulheres e feministas. Nesse sentido, extrapola as fronteiras institucionais, configurando um campo político próprio.

A partir de 2007, aparece mais forte essa ideia de que a Marcha das Margaridas era organizada para além da CONTAG, vamos dizer assim, que quem respondia institucionalmente pela Marcha das Margaridas era o conjunto da Coordenação [ampliada], tanto que nas negociações, nas idas aos ministérios, há sempre o esforço de que toda a coordenação participe, não só a CONTAG. Então não é só a CONTAG que vai negociar com os ministérios, há sempre todo um esforço que todo mundo vá participar também como Marcha das Margaridas e não como ação da CONTAG, mas como ação para além da CONTAG, mesmo que tenha um grande peso da CONTAG (Nalu, MMM, 2013).

Esse é o conflito que a gente enfrenta nos estados, nos municípios: de quem é a Marcha? Esse é o principal conflito, mas eu acho que a gente tá, realmente, na prática, começando a ter uma Marcha que tem uma autonomia dentro do próprio movimento sindical, e uma Marcha que tem parceiras que estão contribuindo nessa construção, a exemplo da pauta [...]. O processo, a metodologia, tudo que foi usado para a construção da pauta não foi da CONTAG. Mesmo nos estados, nas regiões, teve uma série de parcerias pra fazer essa pauta, então eu acho que não é. Agora, assim, ainda tem muito forte a liderança da CONTAG [...]. Na nossa, digamos assim, cultura, não sei se isso também vai mudar, acaba que a CONTAG tem a sua estrutura em todos os municípios, e acaba sendo a organização que tem um maior poder aquisitivo também, tem maior número de recursos. E aí acaba colocando muito mais sua cara [...]. Acho que já foi mais, mas ainda tem uma forte predominância da CONTAG, principalmente, nos estados e municípios (Verônica, MMTR-NE, 2013).

A Marcha das Margaridas 2000 foi concebida como uma ação, não havendo, naquele momento, a intencionalidade de que se repetisse. Mas ela se repetiu! A vontade de que outras Marchas ocorressem se deu em decorrência da experiência vivida pelas mulheres e suas organizações ao participarem da primeira.

A primeira Marcha foi em agosto de 2000. Quando foi no 8 de março de 2001, elas já fizeram um panfleto com essa ideia de continuidade da Marcha das Margaridas, inclusive parte da arte do panfleto tem a ver com a arte da Marcha Mundial em agosto, porque não foi um negócio tão discutido, foi um negócio que as pessoas... Porque, assim, como a Marcha em 2000 teve um impacto muito grande, tinha necessidade de continuar, entendeu? Não tava previsto que ia continuar, e decidimos continuar, mas foi um negócio com tanto impacto que eu não sei muito bem como é que foi a discussão interna na CONTAG, que aí é um pedaço mais da CONTAG, esse pedaço não inclui todo mundo. No 8 de março já apareceu um panfleto, um chamado da mobilização em nome da Marcha das Margaridas, com essa ideia de que estamos sempre marchando. E aí elas fizeram uma cartilha, ou era uma cartilha ou era um folheto de três páginas (Nalu, MMM, 2013).

A partir daí, a Marcha foi ganhando contornos de um espaço de organização de mulheres, apresentando uma certa autonomia de decisão em relação à CONTAG.

Eu acho que a Marcha das Margaridas expressa a conquista das mulheres por autonomia, mas a conquista não se deu por ela, a conquista se deu pelo processo de luta real que as mulheres rurais vêm travando há trinta anos dentro do movimento sindical. Domingo eu tava lá em Alagoa Grande, tava relembando pro pessoal, não existia MST e as mulheres da Paraíba faziam ocupação e usavam essa expressão. E fazia ocupação de sindicato e só saía se tivesse prometido o dia em que elas iam poder se filiar, de ficar trinta dias lá dentro com o marido ameaçando que, quando saísse, ia apanhar em casa, e elas lá dentro. Então, quer dizer, foi uma coisa muito dura, durante trinta anos, e eu acho que a Marcha das Margaridas expressa a autonomia conquistada na luta real, inclusive nos limites que essa autonomia tem hoje, porque a Marcha continua a estar sob direção geral da CONTAG, então é uma autonomia relativa, mas ela expressa o tanto que avançou e até onde ela tem limites também. Eu não sei até onde a direção fecha pauta, não sei, mas suponho que haja algum tipo de discussão, porque a gente conhece a estrutura do movimento sindical, suas relações políticas, e os interesses das direções muitas vezes determinam a

ousadia das pautas, o tamanho da ousadia. E é nesse sentido que eu digo que a Marcha não conquista autonomia para as mulheres, mas é fruto da luta por autonomia, e foi a afirmação dessa autonomia que permitiu que acontecesse essa Marcha. É pela luta no cotidiano, na sua base, lá no seu sindicato que isso se torna real (Sílvia, 2012).

Embora a ação em Brasília ocorra a cada quatro anos, esse espaço se mantém vivo durante todo o tempo. As referências à Marcha são feitas como se ela apresentasse uma institucionalidade própria. Como me disse Raimundinha: “A Marcha é mais do que uma ação de uma organização, ela é uma organização das mulheres. São tantas mulheres de outros movimentos que querem vir fazer parte da Marcha!”.

A Marcha das Margaridas acabou se tornando um espaço que acomoda as demandas e os desejos das mulheres trabalhadoras rurais que nela estão envolvidas, o lugar a partir do qual se fala, um espaço de referência. Ao dizer “nós da Marcha”, ou “foi uma conquista da Marcha”, essas mulheres demarcam um espaço e revestem de força aquilo do que se fala ou de quem se fala, como se ali houvesse um valor, um peso político e simbólico maior do que teriam esses significantes se relacionados apenas ao movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A Marcha das Margaridas é realmente esse leque aí de abertura, onde as mulheres vêm e pautam os seus pensamentos, as suas necessidades, com todos as suas diferenças, mas se sentindo uma parte da outra. Tem muito a questão que precisa ainda ser mais acentuada, mas a Marcha, esse espaço, ela está dando essa possibilidade (Célia Regina, CNS, 2011).

Porque a coisa mais linda da Marcha é que qualquer mulher nesse Brasil se sente parte. Não quer nem saber se é a CONTAG quem coordena. Elas veem a Marcha como uma organização. Muitas delas nem conseguem ver o sindicato como Marcha. A Marcha é algo que tá em algum lugar e que é referência delas (Carmen Foro, 2013).

Segundo Sílvia Camurça, essa questão deve ser compreendida

do ponto de vista da luta interna, porque elas têm uma pauta interna [pauta de reivindicações que é apresentada ao MSTTR, através da CONTAG]. Então elas devem usar a força da ação pra se legitimar internamente, a disputa de poder interna é assim. Então, na medida em que uma secretaria consegue juntar não sei quantas mil mulheres, isso dá poder pra essa secretaria e elas devem usar essa força.

Após a realização de cada Marcha, permanece uma espécie de *étbos* movimentalista, tomando de empréstimo o termo utilizado por Facchini (2005, p. 64), que se daria através de “contatos interpessoais e interorganizacionais e da agregação de indivíduos a outras iniciativas após o esgotamento de um ciclo reivindicativo”. Em nome da Marcha se organizam ações como mostras, feiras, seminários e jornadas, iniciativas que agregam os indivíduos que estiveram presentes na manifestação pública e também outros. Ademais, em seu nome, se mantém uma atuação junto aos ministérios, secretarias e comissões que tratam das temáticas apresentadas na sua pauta de reivindicações.

Essa interação entre indivíduos e organizações e a circulação de militantes, simultaneamente ou não, entre várias iniciativas movimentalistas ou organizações a elas relacionadas, conformariam redes fluidas e informais que, [...] influenciando nos padrões de convivência política, conformariam “campos ético-políticos” (Facchini, 2005, p. 64).

No caso da Marcha, o campo ético-político por ela conformado cria uma ligação, como visto anteriormente, entre vários movimentos e organizações, que se expressa na composição da sua Coordenação Ampliada e repercute nas composições dos comitês estaduais. Vale lembrar que o estabelecimento de relações interorganizacionais e entre movimentos não é algo que se instaura a partir da Marcha, mas é algo inerente ao processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais.

A AMB e a CONTAG não têm outras alianças a não ser com a Marcha. Há parcerias e alianças. Há limites. Somos parceiras da Marcha e aliadas com algumas lutas gerais, mas não temos com a Marcha das Margaridas uma aliança estratégica permanente. Cada ação é uma conquista e uma batalha. A Marcha é resultado de um movimento muito mais anterior, maior, mais largo e mais diversificado, e que nem tinha essas parceiras [ela se refere às parceiras que compõem a Coordenação Ampliada da Marcha]. Essas parceiras são uma formalização da direção da CONTAG, mas esse Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Campo e da Floresta tem um leque de parceiras muito maior, algumas parceiras que são nacionais nunca foram locais e nem estavam na história dos processos. Então é meio artificial em parte, mas é esse movimento que dá o lastro pra essa expressão de cem mil mulheres, como foi a última Marcha (Sílvia, 2012).

As organizações que participam da Marcha das Margaridas têm diferentes níveis de articulação no movimento de mulheres, então vamos pegar, por exemplo: tanto a CONTAG como o MMTR-NE tem uma participação muito preponderante em vários espaços de luta e de debate das mulheres; as seringueiras, já em outro nível; as quebradeiras de coco, já em outro nível. Mas, então, principalmente no caso da CONTAG e do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, a gente enxerga muito, assim, como a gente fazendo parte de um determinado campo do movimento de mulheres. Claro que as seringueiras e as quebradeiras de coco também são, mas com menos nível ativo ou menos debate em outros temas. Então a gente vê a CONTAG e o MMTR-NE como participantes ativos da Marcha Mundial das Mulheres, se envolvendo, inclusive, em comitês estaduais da Marcha das Mulheres, participam e tal. No caso da CONTAG, ela é parte da coordenação executiva da Marcha (Mundial). No caso do MMTR-NE, além de muitas vezes virem representando alguns comitês estaduais nas nossas reuniões nacionais, a gente faz sempre questão que tenha alguém do MMTR-NE como uma entidade parceira, aliada, que componha a Marcha Mundial, então a gente vê muito isso, elas como parte da Marcha Mundial das Mulheres. Entretanto, a Marcha das Margaridas não está como um todo na Marcha Mundial das Mulheres porque a AMB não está na Marcha Mundial das Mulheres, e agora a AMB é parte da Marcha das Margaridas. Nós temos ótima relação com as seringueiras e com as quebradeiras de coco, mas o nível de presença delas na Marcha Mundial das Mulheres não é o mesmo da CONTAG e do MMTR-NE. Então, no caso da CONTAG e do MMTR-NE, além da gente considerar que elas são efetivamente parte da Marcha Mundial das Mulheres, elas são parte de um campo de movimento que nós estamos construindo (Nalu, MMM, 2013).

Entretanto, esses vínculos estabelecidos não fazem da Marcha uma entidade unificada ou homogênea, mas implicam numa determinada forma de unidade e de ação comum, estabelecida a partir de formas precárias de identificação em torno da categoria ‘mulher do campo e da floresta’, e resultante da criação de um discurso (‘momento’) que é capaz de articular diversas demandas (‘elementos’) dos diferentes movimentos e organizações que a compõem, constituindo o que Mouffe (1999) diria ser o ponto nodal que permite a construção de uma unificação simbólica, de uma relação de equivalência, de um ‘nós’ capaz de dar uma unidade ao movimento, ainda que de forma parcial e contingente. Tal discurso não é uma mera soma de palavras, mas resultante de articulações concretas que unem palavras e ações e produzem sentidos.

A plataforma política da Marcha de 2011 compõe tal unidade discursiva. Construída a partir do lema “Por um desenvolvimento sustentável com justiça, igualdade, autonomia e liberdade”, ela expressa “uma concepção de desenvolvimento que integra um conjunto de significados, a partir da crítica feminista, fundada numa análise e compreensão sobre a vida das mulheres rurais, trabalhadoras do campo e da floresta”. Ao sair às ruas sob esse lema, essas mulheres comunicam um projeto político que se opõe ao modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo, articulado discursivamente em torno do agronegócio¹⁴¹.

Integradas à Plataforma Política, as bandeiras de luta específicas dos movimentos e organizações que integram a Marcha das Margaridas deixam de ser um ‘elemento’ para compor um ‘momento’ discursivo, ganhando amplitude e significado maior ao expressar a luta anticapitalista e antipatriarcal como algo que transversaliza a luta por mudança social, recebendo a adesão de mulheres urbanas, que se reconhecem também nas questões trazidas pelas mulheres do campo e da floresta.

A articulação entre diferentes organizações e movimentos no processo de construção da Marcha pressupõe o reconhecimento da luta política para além das distintas bandeiras de luta que lhes são próprias, sem negar, contudo, as suas lutas específicas e particularidades. Essas, ao serem articuladas discursivamente, possibilita o estabelecimento de um ‘nós’ na construção da luta pela existência das mulheres do campo e da floresta e pela conquista de direitos — terra, saúde, educação, crédito — que se estendem também às mulheres das cidades (Prado; Costa, 2011).

Nesse sentido, a pauta de reivindicações como expressão mais concreta da plataforma política assume um papel fundamental.

141 A palavra ‘agronegócio’, nesse sentido, tem uma designação político-ideológica. Ela é utilizada pelos movimentos sociais do campo, de um modo geral, para nomear um modelo de desenvolvimento caracterizado pela presença da agricultura patronal, baseada na monocultura e voltada, exclusivamente, para o mercado, visando à obtenção de lucro. O termo referencia uma agricultura que pressupõe a utilização de grandes extensões de terras e de tecnologia de ponta, em que a alta produtividade é alcançada por meio do uso intensivo de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas, com reduzida utilização de mão de obra, combinada a baixos salários. O projeto de desenvolvimento veiculado, no discurso relativo ao agronegócio, se opõe ao projeto da agricultura familiar ou camponesa.

A pauta de reivindicações

Certa vez, em uma fala pública, Carmen se referiu às parcerias como organizações e movimentos que convergiam em torno de uma agenda comum, dando destaque à pauta de reivindicações. Ao reconhecê-la como algo que possibilita a articulação entre movimentos, ela dava à pauta o mesmo sentido atribuído por Mouffe (1999) ao ponto nodal como articulador discursivo. Essa percepção também é compartilhada por Nalu, representante da MMM na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas. Quando questionada sobre o que articulava os diversos movimentos e organizações em torno da Marcha, ela me respondeu:

Não vou falar em termos de hierarquia, mas eu acho que uma questão é essa possibilidade de criar uma grande mobilização. Você tem uma agenda, um momento que é definido, você tem uma meta, um objetivo, que é levar tantas mulheres dos municípios, que é negociar, que é apresentar uma pauta de reivindicação que vai significar fortalecimento das mulheres. Então você tem uma relação muito forte com a ideia de mobilização, uma mobilização que começa lá no local e vai até o nível nacional. Eu acho que essa é uma questão. Eu acho que, de forma talvez mais fluida, mas também com grande peso, o tema de ter uma agenda comum... Por que que eu digo mais fluida, mas também com igual peso? Porque a Marcha das Margaridas, de alguma forma, conflui várias agendas, e aí eu acho que, também nessa ideia de identidade e do sujeito, se tornou um espaço capaz de sintetizar esse conjunto de ações. Então uma coisa que você vai perceber, se você olhar as várias agendas e as várias pautas da Marcha das Margaridas, é que ela foi se ampliando. A primeira Marcha tava vinculada à agenda da Marcha Mundial das Mulheres, que era pobreza e violência. Já na outra complexificou mais, e depois na terceira já virou mulheres do campo e da floresta, e aí incorpora mais o tema da água, incorpora mais o tema da biodiversidade. Na quarta mais ainda, então você tem uma capacidade de ampliar a agenda e de ir tentando constituir uma agenda que não é só um somatório de pontos, mas que vai tendo uma unidade, eixos estruturadores. E isso a Marcha das Margaridas teve bastante capacidade, ela manteve alguns pontos que eram originários da pauta das mulheres da CONTAG, do MMTR-NE, que tinha mais relação com a CONTAG, como saúde, violência, trabalho, mas foi ampliando as abordagens. Por exemplo, a abordagem em relação ao “trabalho” já nas duas últimas Marchas, principalmente nessa última [2011], esteve muito vinculada também ao debate da economia feminista. Traz uma visão mais geral sobre essa questão da produção e reprodução; também todo esse tema da sustentabilidade

ambiental, essa articulação... Tá, é a reforma agrária, continua reforma agrária, soberania alimentar, mas a vinculação disso com água, território, biodiversidade, e aí entra o tema da floresta, e acho que cada vez mais dialogando muito com pontos tradicionais da pauta feminista, como não só o tema da violência, o tema da saúde, mas incorporando elementos dos direitos reprodutivos, sexualidade... Então eu acho que a Marcha das Margaridas também foi constituindo uma identidade na agenda, na política, você tem uma marca do que é. Não é algo assim: a cada Marcha vai lá e levanta quais os pontos principais da conjuntura. Ah, o que é que tá pegando na conjuntura agora? Não! Você tem um processo de elaboração, que vai conformando um programa político, então essa articulação também tá baseada num programa político. Tá baseada numa forma organizativa, numa ideia de mobilização, mas também num programa político, e é marcada por uma coisa própria da CONTAG: demarcar um espaço de negociação muito concreto com o governo, com os ministérios. Por exemplo, as companheiras da CONTAG, quando a gente vai a atividades estritamente da Marcha Mundial, elas nos criticam: “Mas como não vai entregar uma pauta? Mas como não vai estabelecer um processo de negociação?”. Então esse é também um elemento da identidade de alguns movimentos que compõem a Marcha das Margaridas, que faz parte hoje da Marcha das Margaridas, porque isso não é uma coisa só da CONTAG, é também do MMTR-NE e de outros. Então tem nessa identidade uma determinada forma de agir que combina essa coisa da mobilização, da formação, com a negociação de pontos concretos de uma pauta reivindicativa. Então eu acho que isso tudo faz parte dessa identidade (Nalu, MMM, 2013).

Do ponto de vista dos movimentos mais localizados que integram a Marcha das Margaridas, como o MMTR-NE e o MIQCB, ter suas agendas contempladas na pauta da Marcha amplia a visibilidade das suas demandas e a possibilidade de elas serem atendidas, reforçando, assim, o interesse em fazer parte dessa articulação.

O que nós queremos, que ao mesmo tempo que já avançamos ainda temos dificuldades, é a Lei Babaçu Livre. Nós já temos algumas leis nos municípios, Lei Babaçu nos municípios, mas algumas dessas leis não funcionam como deveria ser. A gente queria conseguir a Lei Babaçu Livre do município, do Estado, ampliar a do Estado e a federal, que é isso que a gente foca na Marcha das Margaridas. Toda Marcha a gente continua com esse ponto na pauta, da Lei Federal Babaçu Livre, pras mulheres poderem ter acesso ao babaçu, acesso à terra, poderem trabalhar sem ter medo. Mas

temos outras preocupações: a questão da comercialização, a violência contra a mulher, que é muito forte entre as quebradeiras de coco. A gente, vez em quando, vê casos acontecerem, a violência doméstica, a violência em geral. É muito difícil. Também tem a questão da educação, educação qualificada ao nosso modo é uma necessidade pra gente, entre outras mais. Mas o que a gente quer colocar na pauta da Marcha é a Lei Federal Babaçu, pra que os nossos governantes conseguissem fazer com que fosse aprovada, pra fazer acontecer dentro do projeto de desenvolvimento, dentro do nosso contexto de vida (Nezinha, MIQCB, 2013).

A Lei do Babaçu Livre, à qual se refere Незinha, visa à garantia de acesso aos babaçuais para uso em regime de economia familiar, mediante a proibição do seu corte e o livre acesso aos seus frutos pelos membros das comunidades tradicionais das quebradeiras, independentemente da situação legal da terra, ou seja, mesmo que ela seja legalmente privatizada. As quebradeiras têm uma compreensão cultural dos babaçuais como recurso de livre acesso e uso comum. É em meio aos babaçuais que elas realizam as roças de corte-e-queima, e é interessante porque o pico da safra do babaçu coincide com a entressafra dos produtos cultivados na roça (Veiga; Porro; Mota, 2011).

Nezinha, Dona Moça e outras quebradeiras vivem em lotes de assentamentos da chamada reforma agrária localizados em meio aos babaçuais ou em suas proximidades, embora muitas quebradeiras vivam em comunidades tradicionais. Parte significativa da renda que elas obtêm para o seu sustento vem da coleta do babaçu e da quebra do fruto — atividade realizada basicamente por mulheres —, de onde extraem as amêndoas para consumo doméstico ou para venda.

Tradicionalmente, o uso dos babaçuais funcionava mais ou menos assim: quem chega primeiro, usa primeiro. Esperava-se os frutos caírem sozinhos para que pudessem ser coletados. Para as quebradeiras, as palmeiras (os babaçuais) não têm dono, deveriam ser de livre acesso por ser um bem comum. Entretanto, em decorrência da privatização de terras públicas, da grilagem de terras e da expansão da pecuária extensiva — que resultou no corte dos babaçuais; na sua substituição por pastagens; e na expropriação das comunidades tradicionais dos seus territórios —, há muitas histórias sobre pretensos proprietários que expropriaram as quebradeiras de suas terras e passaram a cobrar pelo acesso aos babaçuais. Sendo assim, elas se viram impedidas de coletar o babaçu, vindo daí a importância da Lei do Babaçu Livre como principal bandeira de luta do MIQCB (Veiga; Porro; Mota, 2011).

Além da visibilidade dos movimentos e de suas demandas, a articulação entre eles, ao instaurar um espaço capaz de sintetizar o conjunto de ações que engendram, como menciona Nalu, apresenta-se com uma grande força política e simbólica. De acordo com a representante do MMTR-NE na Coordenação Ampliada em 2011:

a Marcha é uma coisa que dá muita visibilidade ao movimento, a gente tem muito ganho político. E como nós somos um movimento regional, é muito difícil bancar uma pauta nacional. A gente tem esse entendimento de que nós somos um movimento regional, mas um movimento com uma dimensão nacional. Quer dizer, a gente sabe que a nossa pauta tá ligada com o nacional, que tá ligada com o todo. Mas a gente tem essa dificuldade de ter uma pauta específica, uma pauta nacional, por ser um movimento regional, e de bancar também grandes ações nacionais. E aí a Marcha acaba sendo esse nosso espaço, da gente também estar discutindo na construção da pauta, colocando também nossas pautas, de trazer a nossa pauta para uma esfera maior e vir aqui a Brasília nessa grande mobilização e dialogar com os diversos espaços do governo. Acaba sendo que essa é a nossa forma de nos incluir numa pauta nacional. Então, nesse caso, a Marcha é muito importante. Além de trazer essa grande mobilização, essa grande formação pras mulheres, a gente também tem esse nosso ganho político. Sem essa articulação de parceiras, eu acho que a CONTAG não faria uma Marcha com essa grandeza, porque tem muitos lugares, por exemplo, que os outros movimentos não chegam, mas que a gente chega, ou chega de uma forma específica, que é o nosso jeito também. Como tem outros lugares que a gente não chega e outros movimentos chegam. Então assim, é uma dimensão muito grande esse nosso país e pra você chegar em cada mulher, na comunidade, em cada município, se você não tiver essa grande articulação... Eu acho que reforça a nossa pauta ter um grande número de movimentos articulados, mas também faz com que a gente chegue em lugares que outros não chegam. Então enquanto o movimento tá ali, o movimento sindical tá ali, a Marcha Mundial tá ali, a Rede LAC acolá... Enfim, quanto mais somos, mais mobilizamos. E não é só chegar e depois refletir num número de mulheres. Claro que isso é importante, mas, por exemplo, o número de mulheres que a gente consegue trazer é muito menor do que o número de mulheres que a gente consegue atingir com o nosso processo de mobilização, nosso processo de formação. E todas as vezes tem mulher que não veio, mas que ficou com o menino da outra pra ela vir. A gente faz uma oficina pra discutir a pauta da Marcha e tem vinte mulheres, mas dali vão vir duas, não significa que estaremos todas, mesmo porque pra trazer mulheres pra Brasília é

muito caro [risos] e esse é um problema que nós enfrentamos fortemente pra Marcha. É todo um volume de recurso de energia, que todas nós, no período da Marcha, concentramos em torno da Marcha. Além da energia, também muito recurso, e essa questão de recurso é uma coisa que tá pegando muito pra gente nos últimos anos, mas a gente acredita que vale, que é importante! (Verônica, 2011).

Sílvia Camurça, por sua vez, levanta um aspecto importante relacionado ao processo de construção das pautas ao longo das Marchas das Margaridas. De acordo com ela, as discussões acerca da nomeação ‘mulheres do campo e da floresta’ para designar o sujeito da Marcha foi fruto desse processo:

Desde as primeiras pautas, aqui no Nordeste, muitas vezes, ainda no começo, se dizia: “Essa pauta tá pesada”. Parece que só tem assalariada rural. Então, pela pauta, elas foram construindo, botando reivindicações próprias de que não é apenas das assalariadas rurais, nem apenas do pequeno produtor rural nos moldes tradicionais, mas foram botando algumas outras pautas lá, até mesmo de demarcação de terra quilombola, tá entendendo? As reivindicações foram entrando e aumentando, e isso foi se construindo a partir da construção das pautas nos debates locais, e foi se tornando uma realidade, né? Foi sendo objeto de discussão, então acho que foi uma construção das mulheres mesmo, de querer ver suas prioridades lá. E eram coisas que também a CONTAG não prestava muita atenção. No caso da Marcha das Margaridas, as mulheres contribuíram muito com a CONTAG, a juventude também ajudou muito isso, porque elas vieram com muita força, com a sua diversidade de quilombolas, de indígenas, de floresta, de seringueira, de extrativistas, elas foram trazendo. Diziam: “Essa pauta não cabe a gente”, e aí foi alargando a pauta desde a primeira e ficou essa megapauta (Sílvia, 2012).

A fala de Sílvia atribui algo importante ao processo de organização das mulheres: a sua contribuição na ampliação e no enriquecimento da agenda sindical. No Maranhão, por exemplo, Adriana, então Secretária de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), me falou que as questões trazidas pelas comunidades quilombolas não era uma pauta priorizada pela federação, mesmo considerando que se trata de um dos estados com maior número de comunidades quilombolas. Entretanto, na discussão da pauta da Marcha das Margaridas, este tema era pautado:

A gente tem discutido junto com as parceiras e tem trazido pra dentro da discussão da pauta tanto a questão dos quilombolas quanto dos ribeirinhos, porque nós temos uma área muito grande de ribeirinhos. Até porque a gente tem uma demanda muito grande no Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] de área pra autorreconhecimento das áreas quilombolas, em algumas já saiu o laudo, mas a gente tem muitas áreas que não saiu, então é um ponto que a gente está trazendo pra dentro da pauta.

A ampliação da pauta da Marcha e a incorporação de temas que não fazem parte, ou não são prioridades, da agenda sindical estão relacionadas também às parcerias que se estabelecem localmente, à sua atuação e ao público com o qual essas entidades e organizações trabalham, o seu público de abrangência. No caso do Maranhão, as organizações que se articulavam em torno da Marcha das Margaridas 2011 eram a MMM, o MIQCB, o MMTR-NE, a CUT, mais as entidades que compunham a rede SISATER-MA¹⁴². A Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ-MA), embora tivesse um diálogo estabelecido com a FETAEMA, não tinha, à época, uma relação de parceria consolidada com a Marcha:

A nossa relação é melhor com a CUT, a MMM e o MMTR-NE do que com a própria ACONERUQ, eu não sei te dizer o porquê, talvez porque a federação, até 2006, fosse muito fechada em si, era muito “eu, eu, a federação”. De lá pra cá é que veio juntando mais, agregando mais as parceiras, faz lado com o MST e tal, mas antes era muito fechada, eu tenho esse sentimento. A gente trabalha para trazer os pontos das regionais pra trabalhar a pauta. Por exemplo, nós do Maranhão, nessa questão da pauta, nós temos um polo sindical, que é o Mearim, que tem muito presente as quebradeiras de coco, que briga mesmo pelas questões das quebradeiras de coco, então sempre vem as questões pautadas pelas quebradeiras de coco, tem que vir! Por exemplo, nós temos o Baixo Parnaíba, que já é mais extrativista, é a questão das frutas: buriti, açaí, são essas coisas assim que chegam de lá. Tem o Cocais, que é mais a questão dos assentamentos

142 O SISATER-MA é uma rede de assistência técnica e extensão rural, articulada pela FETAEMA e constituída por onze instituições da sociedade civil do estado do Maranhão. Sua coordenação executiva é composta pela própria FETAEMA, pela Planeja Consultoria e Cooperativa de Serviços Técnicos (COORSERT), pela COOSPAT Geo-Ambiental e pela Associação Agroecológica Tujupá (SISATER-MA, 2011).

mesmo. Então ali, na hora de negociar a pauta, a gente senta com os polos, primeiro a gente vai pra reunião de cada polo e vê os pontos apresentados, faz tudinho as discussões pra ver os pontos de pauta que vêm de lá pra cá. Enquanto isso, a gente diz logo para as parceiras: “Vocês vão trabalhando o de vocês pra gente poder juntar”. Quando chega os pontos dos polos, a coordenação e a direção da Federação vão debater com a assessoria pra tentar juntar aqueles pontos pra poder formatar a pauta e, em toda aquela discussão, vamos dizendo: “Lembra que tem as quilombolas, a gente vai ter que incluir as quilombolas, a gente vai ter que incluir as ribeirinhas”. Aí começa a discussão. Como é que a federação hoje, que é a maior do estado, vai montar uma pauta sem a pauta das quebradeiras de coco? Uns dizem: “Mas elas têm que representar elas”. Sim, mas a federação é a maior. Se a federação é a maior, ela tem que trazer dentro do guarda-chuva dela tudo isso, principalmente a questão dos quilombolas, as áreas que estão em autorreconhecimento não têm como ficar fora, aí dizem: Tudo isso é discutido na executiva da federação, junto com os polos, porque, se não for, não passa. A discussão vem todinha da base, mas se não fizer essa discussão aqui, na direção da federação com os polos... Por exemplo, a ACONERUQ aceita a federação estar representando eles, na verdade não é que aceita, é que a ACONERUQ é feita dos sindicatos. Os sindicatos estão lá, a turma que está representando os quilombolas, quem faz a ACONERUQ são eles, os sindicatos. E eles estão onde? Estão na federação, são sindicatos associados à federação. Então, não tem como a federação ficar fora. Isso é na pauta do Grito da Terra, no Grito estadual, isso é na pauta da Marcha, em todas as mobilizações. Então, negociar a pauta, a coordenação de mulheres com as parcerias, eu não acho nem tão difícil, porque, quando a gente está lá, as mulheres que estão lá naquele bolo, a gente acaba se entendendo (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAEMA, 2011).

Adriana, na sua fala, indica que a construção da pauta nos estados, ampliando e incorporando novos temas à agenda sindical, não é algo feito de uma forma tranquila, sem tensionamentos. Aspecto também ressaltado por Euci Ana, à época, secretária de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA):

O movimento sindical tem uma hierarquia, tem uma estrutura. As mulheres não estão em todas essas estruturas, até estão em alguns lugares, mas em números menores, e o movimento sindical ainda tem uma visão de que algumas coisas têm que passar por umas definições bem

mais crivadas. Eu acho que tem vários pontos de tensionamentos, por exemplo, o tamanho da Marcha, da nossa pauta. Porque a CONTAG tem o Grito da Terra¹⁴³ e às vezes aparece questionamento: “Tem necessidade de fazer uma pauta das mulheres na Marcha das Margaridas?”. A Marcha não tem volta hoje, não tem volta mais, mas já teve muitos pontos de tensionamentos. Já foi proposto, inclusive, transformar o Grito da Terra em uma participação maior das mulheres. Na verdade, a Marcha acabou tomando essa dimensão porque as outras ações do movimento sindical não davam visibilidade às demandas das mulheres, não respondiam, não só em relação à pauta, como a essa grande articulação das mulheres na base. E a Marcha não é uma cúpula, são as mulheres na base, de ponta a ponta. É uma comissão¹⁴⁴ que pensa, que voa, que fala a partir também do lugar de onde está, do seu estado, do tamanho dos conflitos que tem lá e do que se pode criar lá. Quando a gente vê a fala das mulheres da comissão defendendo que a Marcha seja só de um dia e não de dois, ela está falando não por ela, ela está falando pelo reflexo da discussão que já teve no estado onde ela está, onde ela atua, e porque ela já sabe como vão ser os tensionamentos. Definir o número de participação das mulheres, a meta: cem mil mulheres! Não é fácil isso. Algumas não falam lá na reunião da comissão, mas elas já respiram conflito e tensões, porque na hora que ela for dar a notícia no seu estado, na federação, as cadeiras vão balançar, porque aí vem muito o financeiro: como financiar a ida dessas mulheres? Então não é fácil! Essa Marcha que nós estamos vivenciando [2011], ela não foi fácil! Não foi fácil a gente anunciar o tamanho da Marcha que a gente queria, não o tamanho em número, mas em qualidade de participação da pauta, das ações, desse trajeto até agosto e como é que vai ser feito. Eu acho que o movimento sindical tem uma estrutura que a Marcha tem quebrado aos poucos com a participação das mulheres, com a participação de grandes companheiros, mas ainda não é o que a gente quer, ainda não é o ponto. O bom é que a autonomia das mulheres é tanta na base que, quando elas querem, acontece (Euci Ana, 2011)

O relato acima dá uma certa dimensão dos conflitos e tensionamentos vivenciados no interior do movimento sindical em relação ao processo de construção

143 Promovido pela CONTAG, o Grito da Terra Brasil é realizado anualmente e é considerado pela organização a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

144 Euci está se referindo à Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR).

da Marcha, que é também um processo de construção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais dentro de um ‘movimento misto’, como já mencionado anteriormente. As decisões tomadas na CNMTR e na Coordenação Ampliada são levadas para as instâncias de decisão da CONTAG e das federações. Nesses espaços, em que se expressa com maior nitidez o poder simbólico do ‘masculino’, a organização e a participação das mulheres são discutidas e problematizadas, e os efeitos e as consequências das suas ações são analisadas, para serem ‘autorizadas’. É nesse sentido que Euci sugere que a autonomia das mulheres na base é maior do que a das mulheres que se encontram nas direções das federações, porque ali elas vivenciam uma maior liberdade para codefinir as formas, as regras e os objetivos das relações que se estabelecem visando à construção da Marcha. Por outro lado, a capacidade de as ‘mulheres na base’ exercitarem uma certa autonomia para ‘fazer acontecer’ é utilizada como um dispositivo de poder nas relações que se estabelecem nas instâncias mencionadas.

Nesses espaços onde o exercício e a prática do poder se tornam mais evidentes¹⁴⁵, as relações de gênero como relações de poder são mais nitidamente explicitadas como relações de força, de enfrentamento. Neles, os conflitos e tensões se expressam e se revelam nas objeções e nos questionamentos feitos em relação às decisões tomadas pelas mulheres, como mencionou Euci. Questionamentos que vão desde a necessidade de realizar ou não a Marcha, passando pela meta estabelecida, até o tamanho e o conteúdo da pauta, ou mesmo o tempo de duração da estadia em Brasília (um ou dois dias). Trata-se de espaços em que dirigentes, homens e mulheres, se articulam, negociam, contestam e se enfrentam de acordo com os interesses em jogo, utilizando-se de mecanismos, táticas e estratégias — alianças, oratória, argumentos, autoridade do cargo que ocupa na direção, entre outros dispositivos de poder empregados, incluindo o gênero. Não me proponho aqui a analisar as relações de poder, mas ressaltar que o espaço configurado pela Marcha das Margaridas é permeado por tais relações, aspecto evidenciado pelo conjunto das falas utilizadas neste livro.

Em relação ao processo de construção da pauta de reivindicações, observei dois movimentos que ocorriam concomitantemente. Um que considerava as proposições das chamadas ‘mulheres da base’ a partir da discussão da plataforma política

145 Utilizo aqui a noção de poder no sentido relacional, tal como empregado por Foucault (1999), compreendendo-o como uma estratégia cujos efeitos de dominação são atribuídos a disposições, manobras, táticas e técnicas.

nos estados. E um outro, articulado pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que buscava envolver as demais secretarias da CONTAG, especialmente, o conjunto da assessoria. Tratava-se de um momento em que se procedia a uma espécie de balanço das proposições trazidas nas Marchas anteriores, observando-se os pontos aos quais o governo ofereceu algum tipo de resposta ou não. A expectativa sempre é de que as repostas anunciadas venham em forma de proposições de políticas públicas efetivas. Normalmente, os pontos não respondidos nas pautas das Marchas anteriores e que ainda se justificam no contexto político em vigor voltam a compor as reivindicações da Marcha subsequente, de modo que se trata de um processo que permite a atualização da discussão política que justificou, nas Marchas precedentes, a apresentação de reivindicações para as quais não se obteve resposta. Tentarei descrever a seguir as etapas desse processo.

Foi em abril de 2011 que ocorreu a reunião entre Coordenação Ampliada e colaboradores(as), com objetivo de debater politicamente os temas para a composição da pauta, tomando como subsídio o documento temático (caderno de textos) já elaborado anteriormente, sendo estabelecido que em junho seria o prazo limite para que os estados e regiões enviassem para a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais as contribuições para a composição da pauta.

Enquanto nos estados a pauta era debatida, na CONTAG a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais dava prosseguimento a outros processos visando à sua construção. Nesse sentido, foi elaborada uma planilha pela assessoria da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG apresentando os desafios postos para cada eixo temático, problematizado na Plataforma Política. Cada desafio fazia correspondência à reivindicação apresentada pela Marcha das Margaridas 2007, pela Jornada das Margaridas 2008 ou pelo Grito da Terra Brasil 2011, caso essas ações apresentassem reivindicações concernentes àquele desafio. Além disso, para cada um deles, era observado se havia sido obtida alguma resposta do governo ou do Congresso Nacional, tanto no que se refere ao retorno dado quanto aos desdobramentos das respostas oferecidas.

O levantamento agregava também outras questões que dialogavam com o lema da Marcha e que não haviam sido abordadas nos documentos citados anteriormente. Tal planilha serviu como base de informações para subsidiar a atualização, elaboração e a proposição dos pontos de pauta da Marcha 2011.

Em reunião da Coordenação Ampliada, a assessoria da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais apresentou as informações contidas na planilha para que fossem atualizadas, momento no qual se produziu um intenso debate que levou às definições das proposições que deveriam compor a pauta de reivindicações,

complementadas e/ou reafirmadas pelas propostas vindas dos estados e regiões. Nos arquivos da Marcha 2011, consta que dezenove estados apresentaram propostas para composição da pauta. Porém, os estados da Região Nordeste sistematizaram as suas reivindicações e as organizaram em uma pauta única. As organizações parceiras que participavam da Coordenação Ampliada também entregaram suas proposições (por eixo). Posteriormente, os pontos semelhantes foram agrupados e procedeu-se a uma única formulação. Esse trabalho contou também com a colaboração de assessores(as) de outras secretarias da CONTAG, a ‘equipe da pauta’¹⁴⁶, que apontou os pontos considerados estruturantes e estratégicos (PE), e aqueles identificados como pontos para a pauta descentralizada (PD), ou seja, aquelas proposições que diziam respeito às negociações nos estados e municípios.

No mês de junho, a própria Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais organizou uma oficina para debater e definir a formatação final da pauta de reivindicações — tanto para o Executivo quanto para o Congresso Nacional. Participaram da oficina algumas diretoras da CONTAG (em alguns momentos), a ‘equipe de pauta’ e a Coordenação Ampliada. Ali foi debatido e definido o caráter e o desenho da pauta, bem como foram apresentados os pontos de pauta já organizados na planilha, seguindo-se de um debate quanto às sugestões de alteração ou de acréscimo de novos pontos. Nessa oficina ainda foram definidos, para cada eixo, os pontos centrais (PC) para serem enviados ao governo, destacando-se aqueles que se referiam ao apoio e à articulação do governo com o Congresso Nacional e à pactuação com os estados. Ao todo, foram selecionados 25 pontos centrais.

Em relação ao caráter, ficou acordado que a pauta de reivindicações a ser entregue ao Executivo deveria expressar a dimensão política da Marcha das Margaridas traduzida no seu lema, na sua plataforma política e na construção em parceria. Havia uma preocupação de que a pauta da Marcha não fosse uma extensão da pauta do Grito da Terra Brasil (GTB), embora houvesse o entendimento de que ela deveria apresentar questões por ali pautadas e para as quais não houve resposta concreta do governo (ou a resposta foi insuficiente para dar

146 Durante a preparação da Marcha das Margaridas são compostas equipes de trabalho para responder as demandas postas. As equipes contam com a participação da direção da CONTAG, que exerce mais a função de coordenação política, e do seu corpo de assessores. Na Marcha de 2011 houve sete equipes, a saber: ‘Finanças e Infraestrutura’, ‘Comunicação e Divulgação’, ‘Mobilização e Pauta’, ‘Saúde’, ‘Feira’ (Mostra das Margaridas), ‘Mística’ e ‘Cerimonial’. Embora todas as equipes se planejem com antecedência, algumas, como as três últimas citadas, têm uma atuação mais definida durante a Marcha propriamente dita. Coordenada pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a ‘equipe da pauta’ inicia os seus trabalhos com alguns meses de antecedência.

conta da questão). Acordou-se, ainda, que a pauta deveria ser ampla, combinando pontos estruturantes e estratégicos — inclusive pontos recorrentes que demonstrassem o posicionamento político, como as questões relacionadas à reforma agrária; pontos específicos da agenda política das mulheres; e conjunturais, que pudessem apontar para uma resposta positiva do governo durante a Marcha.

No pós-oficina, a ‘equipe de pauta’ foi orientada a fazer o exercício de estabelecer a correspondência dos pontos de pauta com os Programas do Plano Plurianual (PPA) e as respectivas ações orçamentárias, para efeito de negociação.

Em julho, em uma reunião da CNMTR, a pauta foi socializada e debatida, e o documento final concluído. O caderno contendo os pontos foi organizado da seguinte forma: uma apresentação, seguida de uma breve introdução que apresentava o posicionamento político da Marcha das Margaridas 2011, já posto pelo seu lema, e explicitando o seu caráter de denúncia, proposição e reivindicação. Na sequência, exibia-se a pauta geral com proposições e reivindicações, organizadas de acordo com os sete eixos temáticos que estruturavam a Plataforma Política. Os pontos de pauta foram apresentados em subtemas e eram precedidos de uma pequena introdução que tratava da relação do eixo temático a que se referia com o lema da Marcha, enfocando sempre o caráter feminista do posicionamento defendido.

Após impresso, o caderno contendo os pontos da pauta de reivindicações foi entregue ao Executivo e, no decorrer do mês de julho, procedeu-se a sua negociação junto ao governo, por meio do agendamento de audiências com segmentos governamentais (ministérios e secretarias) sobre temas estratégicos e articuladores. Havia também uma pauta específica dirigida ao Congresso Nacional, na qual foram apresentados projetos de lei (PLs) que correspondiam a cada um dos eixos, reivindicando a aprovação ou a rejeição dos PLs de acordo com as demandas apresentadas.

Também foi elaborada uma pauta interna direcionada ao próprio movimento sindical, entregue à direção da CONTAG, prática recorrente desde a primeira Marcha das Margaridas, em 2000. Apesar de, a cada Marcha, as mulheres vinculadas ao MSTTR renovarem a pauta a ele dirigida, a reedição contínua da maioria dos seus pontos demonstrava a dificuldade em promover mudanças nas relações internas, numa estrutura hierarquizada e construída sobre padrões patriarcais e machistas (Pimenta, 2013). No seu conjunto, as reivindicações apontavam para a necessidade de uma transformação na própria prática política dentro das instâncias sindicais, implicando na democratização dos espaços de decisão e na ampliação da participação das mulheres trabalhadoras rurais, dando-lhes condições e garantindo-lhes o exercício do seu trabalho político-sindical.

É recorrente a afirmação de que a pauta da Marcha das Margaridas apresenta uma discussão política qualificada, e este é um dos aspectos que a diferenciaria da pauta apresentada pelo movimento sindical.

Os pontos que compõem as demandas das mulheres, como já observado por Cappellin (1990, p. 19), combinam “a crítica aos mecanismos de subordinação econômica [...] com a crítica dos mecanismos que as discrimina não só economicamente, enquanto trabalhadoras, mas também socialmente, enquanto mães, esposas, filhas, moradoras, usuárias de serviços e bens coletivos”. Apresentam, portanto, uma interseccionalidade evidente entre as categorias de classe e gênero, de maneira a favorecer a discussão da sua condição de gênero nos planos econômico, social e político, propiciando uma abordagem multidimensional. Desse modo, tanto o espaço social na esfera da produção quanto o da esfera da reprodução “se constituem como terrenos de mobilização política” (Cappellin, 1990, p. 19), algo ilustrado na fala de Célia, então representante do CNS na Coordenação Ampliada:

A nossa pauta é bastante contemplada na Marcha. Por que, geralmente, o que é que nós pautamos na Marcha? Nós pautamos questões voltadas, em primeiro lugar, pra territorialidade, porque a Margarida foi assassinada por conta do direito, da luta pela terra, da nossa luta. O primeiro eixo de luta pra nós é o direito ao acesso ao território, à terra, nós queremos a terra. De um modo diferente, sim, porque a gente quer a terra com a floresta viva. Então isso contempla na Marcha, a Marcha tá sempre dizendo: “Olha, as mulheres têm que ter acesso à terra”. A terra era sempre dada ao homem, então a gente já vem trabalhando, e isso contempla a regularização fundiária em todos esses processos, isso também a pauta contempla. O que é mais que a gente pode dizer? A questão de todas essas políticas transversais, educação, tudo contempla... O que é a Marcha hoje? Nós que viemos sempre com essa questão que a gente luta pela terra com a floresta viva, a organização comunitária, a Marcha contempla isso. Nós vamos lutar aqui pela questão da produção, do crédito, da eco-habitação, pro fomento, pra isso e aquilo, e a Marcha contempla isso. E, principalmente, o zelo pelos recursos naturais, a água, as mudanças climáticas, que a gente sempre pautou esse tempo todo, a biodiversidade, e, mais do que nunca, o desenvolvimento sustentável, porque esse é o princípio do CNS. O CNS surgiu exatamente com a luta do Movimento no Juruá, que é o berço do CNS no Acre, e se expande pra toda a Amazônia e pra outras regiões do país com essa questão já da sustentabilidade, porque ainda é possível viver sem destruir, é possível viver. Começou com os companheiros lá de Brasileira e o Chico depois assumiu. Depois do assassinato do Wilson Mendes, que

foi o primeiro a ser assassinado nessa trajetória aí dos crimes da floresta — e ele foi mesmo, praticamente, fuzilado dentro do próprio sindicato. Eu tava outro dia conversando com o diretor lá do Acre, com o Boca, e ele resgatava um pouco dessa história lá, ele dizendo assim: “Olha, o idealizador mesmo do empate foi o Wilson. Com o assassinato do Wilson, o Chico assume essa liderança e leva pra frente”. Então o empate é a grande ferramenta que nós construímos nesse período todo, que era uma luta, assim, pacífica, e no empate participa as mulheres, o Chico chama as mulheres pro movimento porque vão os homens, vão as mulheres, as crianças, e todos de mãos dadas ali enfrentavam todo o aparato policial que vinha pra impor o grileiro da terra, e cantando o hino nacional. Então era uma luta assim: isso aqui é nosso, esse espaço é nosso, então a gente discute toda essa questão. Nós discutimos creche, a Marcha discute, todas as questões assim a gente tá discutindo. A gente tem, sim, coisas comuns, muito comuns, e acredito que as mulheres foram muito mais sensíveis, muito mais. Elas tiveram a percepção mesmo disso, de dizer: “Olha, nós somos diferentes na forma de fazer, mas a nossa causa é a mesma”. Nós fazemos corte raso pra plantar feijão, milho, porque isso é pro nosso consumo e vocês pescam, vocês tiram o caranguejo, vocês coletam o açaí, vocês fazem o palmito e a gente faz essa troca, faz o escambo, isso acontece, faz a farinha, hoje eu troco com caranguejo, hoje eu troco com goma, eu vendo e compro, existe isso, e as mulheres perceberam isso, então vamos unir nossas forças pra enfrentar. Por que é que tão dando mais terra pra monocultura e sufocando a agricultura familiar também ali? E o extrativismo? Foi aquela atividade dos primórdios, a primeira ação do homem. Eu acredito na terra, é isso. Claro que depois foi ficando à margem em função do desenvolvimento das técnicas e das ferramentas. A gente não vai perder isso de vista jamais, pois nós queremos a tecnologia, nós queremos ter acesso às políticas, porque nós temos essa compreensão que é com o acesso às políticas que a gente vai sair do isolamento, principalmente nós da floresta, que estamos ali a milhares [de quilômetros] de distância. A gente não quer é que a tecnologia seja utilizada só pros fins do neoliberalismo, do lucro, do grande capital, mas que tenha acesso para essas famílias de produtores, especialmente pras mulheres, porque nós precisamos disso, é importante. Eu penso que as pautas são concomitantes, não se sobrepõem.

Ainda que alguns temas se repitam ao longo das marchas, eles são reapropriados de maneira diferente, de acordo com a conjuntura política, ao mesmo tempo que novos temas são apresentados. Mas o que diferencia as reivindicações

gerais das mulheres das reivindicações apresentadas pelo conjunto do movimento sindical é que elas as “detalham e as especificam à luz da perspectiva de gênero” (Cappellin, 1990, p. 19).

Como prática articulatória, a pauta cria uma identificação entre diferentes posições de sujeito, que se constituem em um ‘nós’, nomeado ‘mulheres do campo e da floresta’. Afinal, de quem nos fala a pauta?

A nomeação do sujeito político e seus dilemas

Para algumas de minhas interlocutoras, passar a se referir às ‘margaridas’ como ‘mulheres do campo e da floresta’ foi algo negociado que não implicou em tensões ou conflitos no interior do movimento. Outras, entretanto, reconheceram que não seria algo tranquilo, principalmente entre as mulheres vinculadas ao movimento sindical de trabalhadores rurais. Quando afirmam “as ‘margaridas’ são as trabalhadoras rurais”, para além de uma categoria de identificação e classificação, o que está em jogo é o pertencimento da Marcha, é a afirmação do poder de representação do movimento sindical. Mais de uma vez tive a oportunidade de escutar pronunciamentos públicos afirmando categoricamente: “A Marcha das Margaridas é do movimento sindical”, discurso reproduzido por muitas mulheres dirigentes sindicais, inclusive da própria Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Afinal, a maior parte das mulheres são mobilizadas pelos sindicatos e o maior aporte de recursos vem por meio do movimento sindical representado pela CONTAG. Controvérsias à parte, o fato é que a maior dificuldade na construção dessa estratégia de articulação é abrir mão de identidades já estabelecidas, como a de mulheres trabalhadoras rurais, categoria que definiu as ‘margaridas’ até a Marcha de 2003.

A gente tem a questão das mulheres que se identificam como trabalhadoras rurais, mas nós temos as mulheres que se identificam com a floresta, são as extrativistas. Há uma diversidade de mulheres dentro do movimento. Então, pra ficar só trabalhadoras rurais, ela não ia abranger a Marcha toda, as mulheres todas. “Ah, vão mudar o nome da Marcha, vão mudar a Marcha”. Isso teve de início, como também teve a resistência de dizer que a Marcha não é mais só da CONTAG. Diziam assim: “Ah, por que abrir pra outros parceiros?”, porque tinha essa coisa “a Marcha é da CONTAG!”. E não é mais assim [...]. Foram muitas conversas, muitas reuniões, muitas perguntas, muito entendimentos, desentendimentos,

mas a gente conseguiu. Também com a condução da Carmen, a condução da Raimundinha ajudou pra que isso tivesse um entendimento melhor pra ficar a Marcha das trabalhadoras rurais do campo e da floresta [...]. Isso foi muito da condução de quem estava conduzindo aquilo dali (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAEMA, 2011).

De acordo com Sílvia, a nomeação do sujeito político da Marcha como ‘mulheres do campo e da floresta’, embora tenha se efetivado na negociação selada numa reunião da Coordenação Ampliada, foi resultado de um “processo construído desde a ação local”, na qual havia a presença de outros atores, como o MIQCB, as seringueiras — por intermédio do CNS — e o MAMA. Organizações que, ao compor a Coordenação Ampliada, trouxeram para o plano nacional algo que já vinha sendo pautado no plano local. Segundo ela, um processo que, por ser participativo, apresentou uma permeabilidade maior daquilo que parecia periférico ou que não estava no centro da preocupação da coordenação nacional, transbordando para dentro da pauta e fazendo com que a coordenação tivesse que lidar com isso.

Célia Regina, que representava, à época, o CNS na Coordenação Ampliada, fala assim desse processo:

Fomos nós que pautamos essa discussão na Marcha das Margaridas. Mas ela surge mesmo com o CNS, porque o CNS, quando ele surge, o movimento da floresta, ele tenta ver onde vai se colocar, mas percebe que não cabe. Tentaram se organizar nos sindicatos e não foi possível, não foi possível porque era uma coisa bem diferente, não tinha legislação que amparasse aquela atividade, os extrativistas não podiam se aposentar porque não se enquadravam [refere-se ao enquadramento sindical]. E aí vêm fazendo essa luta, vêm fazendo essa discussão, vêm fazendo esse debate. Quando a gente começa já a ocupar os assentos das políticas públicas, da governança mesmo, a questão do controle social, a gente veio trazendo esse debate: “Nós somos da floresta!”. E essa discussão teve uma grande força no Acre, porque lá eles, inclusive, construíram a terminologia da “florestania”, então isso já vem desde lá. O Acre é o berço dessa luta dos extrativistas e se expandiu na Amazônia inteira, na Zona Costeira, e tá chegando aí na Mata Atlântica, no Rio de Janeiro. Na Bahia já tem reservas extrativistas, Santa Catarina, enfim, vários outros estados que já têm reservas criadas. Veio esse debate e a gente foi levando, foi afirmando: “Olha, se não tiver esse outro olhar, nós não vamos nos sentir incluídas”. E aí a gente levou esse debate pro 1º Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, e ali se construiu o 1º Encontro

das Populações do Campo e da Floresta. Nesse mesmo momento vem a Marcha, e a gente já vem discutindo isso, e aí ganha força na Secretaria de Políticas para as Mulheres, ganha força na Marcha, e aqui, na Marcha das Margaridas, todos os movimentos se sensibilizam com essa questão. Isso fica claro pra todo mundo e as companheiras compreenderam que tem essa especificidade no rural, tem o campo e a floresta. Foi ótimo, foi muito bem aceito, nunca ninguém contestou, ao contrário, foi plenamente acolhido. Foi muito bonito mesmo! Porque é preciso entender que o povo nosso acompanha o ritmo do rio, o rio sobe e eles vão subindo com o rio. Eles vão, aí vão levando porco, cachorro, búfalo, galinha, pato e tudo o que têm, eles vão indo embora, vão construindo as marombas, vão botando lá. Onde tem terra firme, eles ficam; quando o rio baixa, eles vêm voltando, a água é fundamental. São pessoas que moram com o rio.

E, principalmente, quando eu vim pra cá, pra Marcha, já era com a Carmen. A Carmen tem essa característica ali da Amazônia, ela conhece a sua região, então ela vê, ela sabe como é a dificuldade e os caminhos que são desafiadores pra nós na Amazônia Legal, dos rios, da floresta como um todo, do campo, e de toda diversidade que se tem. Em qualquer espaço que você vá, as mulheres estão, seja na cidade, seja no campo, na floresta, nas águas, nas estradas, embaixo das lonas, enfim, as mulheres estão ali e fazem essa diferença muito grande.

Certa vez, no meio de uma conversa, Carmen soltou as seguintes palavras: “Eu sei que muitas das nossas mulheres não aceitam as ‘parceiras’ e as ‘parceiras’ veem a Marcha como sendo da CONTAG”. De fato, a maneira como as ‘parceiras’ se posiciona expressa o entendimento que elas têm de qual é o seu lugar na relação com a CONTAG. Para elas, a Marcha é uma ação do movimento sindical, e o sujeito da Marcha, para além da categoria ‘trabalhadora rural’, são as mulheres do campo e da floresta, embora aquelas representadas pela CONTAG ganhem mais visibilidade.

Entendemos que a Marcha é uma ação do movimento sindical, da CONTAG. Entendemos assim, e elas fazem questão de marcar isso. Nós somos as parceiras, a palavra final sobre as coisas é delas, não nossa. O que a gente acha que é o interesse das mulheres, a gente diz na reunião das parceiras: “Ah, mas isso é muito importante para as mulheres, vocês têm que considerar”. O sujeito da Marcha são as mulheres rurais, as mulheres trabalhadoras rurais. A Marcha é uma ação do movimento sindical, da CONTAG. A ação é organizada por eles, financiada por eles, bancada por eles, mas o sujeito político que faz aquilo acontecer são as mulheres rurais,

[...] o sujeito que é visto, inclusive, pelos outros são as mulheres rurais. Para a mídia, são elas e para a gente são elas, porque os sujeitos que fazem a Marcha ser possível é o Movimento da Trabalhadora Rural do Nordeste, é o Movimento de Mulheres do Sertão Central, é a Articulação de Mulheres Pescadoras do Litoral Cearense. Esses é que são os sujeitos reais, que existiam antes dela e vão existir se um dia a CONTAG desistir. E esses sujeitos não obedecem a ninguém nem à direção de movimento sindical nenhum. Eles têm, nessa ação, um espaço de confluência. Mas eles têm que continuar a sua vida até pra Marcha ter vida, senão ela vai virar burocrática mesmo, que nem a estrutura sindical a que pertence. A Marcha é uma ação, uma ação coletiva que junta periodicamente mulheres de diferentes movimentos. Ela é uma ação com data, com pauta, ela é uma ação de massa desse movimento, de um campo do movimento de mulheres, ela é uma ação do amplo campo do movimento de mulheres rurais, uma ação capitaneada pela CONTAG, feita com parceiras feministas (Sílvia, 2012).

Eu acho que quem aparece publicamente muito fortemente é a CONTAG, são as mulheres trabalhadoras rurais e, vamos dizer, lideradas pela CONTAG. Mesmo que tenha MMTR-NE, que tenham as seringueiras, e que a Marcha das Margaridas, efetivamente, incorpore a agenda desse conjunto de setores, é claro que quem aparece mais nesse processo é a CONTAG. Por várias questões, pelo tamanho da CONTAG, pelo peso institucional da CONTAG, pelos recursos da CONTAG, por ser ela que lidera o processo de negociação, tanto da pauta como dos recursos. Claro que tem um reforço mútuo, as mulheres do MMTR-NE também são reforçadas pela Marcha das Margaridas, mas, para fora, aparece mais a CONTAG do que as mulheres do MMTR-NE. Agora eu entendo que, por exemplo, as mulheres do MMTR-NE são fortalecidas pela CONTAG, pela Marcha das Margaridas, assim como as quebradeiras de coco e as seringueiras (Nalu, MMM, 2013).

Ocorre que, para garantir a articulação com outros movimentos e organizações, foi necessário abrir mão da categoria de identificação ‘trabalhadora rural’ e nomear o sujeito de modo a acolher a diversidade de mulheres trabalhadoras rurais que vivem no campo, incluindo as que vivem na floresta, e garantir a força simbólica que a Marcha carrega consigo.

Acho que a Marcha acaba já extrapolando, eu acho que ela é as trabalhadoras rurais, é a luta das mulheres do campo e da floresta, mas ela cria uma dimensão tão grande que a Marcha, acho, é a vida das mulheres, é a luta das mulheres. E as mulheres conseguem se identificar às vezes assim: “A Marcha das Margaridas é a Marcha das mulheres que lutam”. Eu não

quero nunca perder de vista essa grande marca das marchas das mulheres trabalhadoras rurais, porque eu acho que isso pra nós é muito legal pelo fato de que a gente ficou muito tempo invisível, e ainda continua tendo algumas invisibilidades das mulheres rurais, mas eu acho que a Marcha é a luta das mulheres, é essa a grande guerra das mulheres. Por que eu digo que a Marcha é uma marca da luta das mulheres, independente de quem fala? Porque ela traduz esse sentimento de negociar, de articular as mulheres rurais ou urbanas, e eu falo do lugar de onde eu estou, que é de ser trabalhadora rural. Acho que a Marcha inaugura um novo tempo, nunca queremos perder de vista que a Marcha das Margaridas é uma marcha da CONTAG, das mulheres trabalhadoras rurais ligadas à CONTAG. Porém, ao longo do tempo, a Marcha tem trazido ensinamento pra gente, do tipo, assim, que as mulheres trabalhadoras rurais precisam se articular com outros segmentos do campo que não estão na CONTAG e outros segmentos de mulheres que não estão no campo, mas que fazem um debate que se articula com as mulheres do campo. O tema da violência, por exemplo, não é um tema mais sobre as mulheres urbanas, que historicamente foi quem debateu. Eu acho que a Marcha, como diz Carmen, não pode ser a mesma desde 2000. Ela tem inovação, é claro que nós não queremos perder a nossa marca de vista, que é uma marca das trabalhadoras rurais, porém as rurais têm dado um exemplo dessa articulação pra fora. A Marcha tem várias organizações, porque nós não damos conta de representar todas as mulheres. Até consta nos anais dos congressos da CONTAG, por exemplo, que nós representamos os negros e não sei mais quem, mas a gente não consegue representar, e aí outros segmentos, outras organizações, outros movimentos vão representando, mas representam mulheres da base da agricultura familiar, que são as mulheres que estão no meio rural, são trabalhadoras rurais, mesmo que estejam em atividades produtivas diferentes, como as extrativistas. Elas se ocupam do extrativismo, estão lá na população tradicional, é diferente das mulheres que estão em área de assentamento ou de acampamento, ou que estão em outros locais de trabalho da agricultura familiar. É verdade que a CONTAG tem um peso maior, porque é quem coordena as mulheres. A maior ação das trabalhadoras rurais é organizada na CONTAG, mas a Marcha tem inovado nessa articulação com outros segmentos de mulheres que também são trabalhadoras rurais, porque não somos só nós da CONTAG que somos trabalhadoras rurais, tem outras mulheres que estão em outros segmentos, estão no CNS, no MIQCB, que até são base do movimento sindical, que são filiadas ao sindicato das trabalhadoras rurais, mas têm uma especificidade que nós, do movimento sindical, não damos conta de trabalhar, que o movimento sindical não dá conta, não trabalha, não dá visibilidade. (Euci-PA, 2011).

No âmbito local essas tensões são mais diluídas. Muitos movimentos desenvolvem ações conjuntas com os sindicatos locais. Algumas mulheres, inclusive, fazem parte de mais de um movimento. Casos como esse não são incomuns. Por exemplo, a grande maioria das mulheres representadas por movimentos como o MMTR-NE, o CNS, e mesmo o MIQCB, é associada aos sindicatos dos seus respectivos municípios. Contudo, mesmo estando filiadas à sindicatos que representam a categoria ‘trabalhadoras rurais’, na ocupação do espaço público, ao irem às ruas, elas querem ser vistas como ‘mulheres do campo e da floresta’, porque, sob essa nomeação, suas especificidades de extrativistas, seringueiras, quebradeiras de coco etc., não são sobrepostas pela categoria ‘trabalhadora rural’, mas são acolhidas, podendo ser expressas mediante suas próprias nomeações.

A nomeação do sujeito, isto é, a tensão que existe dentro do movimento sindical rural tradicional, os pequenos agricultores, os/as extrativistas, mesmo o pessoal como as quebradeiras de coco, não se sentem representadas pelo sindicato rural, então eu acho que tem uma coisa de mão dupla aí. De um lado, é uma vitória de afirmação das mulheres, porque aí elas disseram como querem ser definidas por aquele movimento sindical e impuseram isso. Mas também isso é vantagem para a CONTAG, porque acaba passando a ser o sujeito que acolhe os outros, porque não acolhia antes com o discurso tradicional da direção sindical, não acolhia! Então, na hora em que elas impõem uma coisa dessas pra eles, que dizem a forma como querem ser nomeadas, elas estão também renovando a própria visão da direção do movimento sindical. Mas até isso acontecer, ocorreram muitas discussões, desde as primeiras pautas (Sílvia, 2012).

Em que pese os dilemas vividos em torno da nomeação do seu sujeito político, é das ‘mulheres do campo e da floresta’ de quem a Marcha fala quando se comunica no espaço público, seja por meio impresso, seja nos discursos pronunciados, ainda que com algumas variações — ‘trabalhadoras rurais do campo e da floresta’, ‘mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta’ ou ‘trabalhadoras do campo e da floresta’. Trata-se de uma nomeação discursivamente articulada e negociada. A Marcha, além de se anunciar como parte do movimento de mulheres, também se anuncia como parte do movimento ‘feminista’. Assim sendo, vale a pergunta: como os feminismos nela presentes se articulam?

Os sentidos do feminismo

Como já visto anteriormente, o surgimento da Marcha das Margaridas se deu como uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, uma organização feminista que se articula em rede juntando “setores como movimento autônomo de mulheres, movimento popular e sindical, rural e urbano e outras organizações feministas” (Adrião, 2008, p. 58). Portanto, a Marcha das Margaridas já surge posicionada no campo feminista¹⁴⁷, uma marca impressa pelas mulheres que estiveram à frente da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais: Ilda Margarida, Raimunda Mascena e Carmen Foro, mulheres que na sua trajetória política foram sujeitos da formação feminista.

Não é algo fácil se revelar feminista num movimento misto como o MSTTR. Muitos relatos atestam a resistência que se tem, inclusive, em utilizar o termo, tal qual expressou uma dirigente sindical durante um encontro de mulheres no Rio Grande do Sul, em 2010:

Pra nós é complicado dizer que nós somos feministas, e eu digo isso já faz tempo. E eu sou uma feminista, porque eu entendo que feminista é aquela que luta pelo direito das mulheres, então eu me sinto uma feminista, mas nós temos essa dificuldade dentro do movimento sindical, até na própria Comissão de Mulheres, de falar essa palavra: feminista.

Raimundinha sempre contava a repercussão que teve na CONTAG o fato de ela se posicionar como ‘feminista’ quando era ainda coordenadora nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. A utilização do termo ‘feminismo’, sugerido por ela num artigo a ser publicado no Jornal da CONTAG, foi motivo de discussão dentro da direção. Falando sobre isso, Carmen me disse: “A palavra feminismo ou feminista dentro do movimento sindical é tratada com muito preconceito, portanto falar ‘eu sou uma feminista’ custa caro”.

Diante disso, a Marcha se tornou também um espaço de fazer avançar a organização das mulheres rurais na perspectiva da crítica feminista. Em 2010, como estratégia para a construção da Marcha 2011, a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em conjunto com a Secretaria de Formação, promoveu o 1º Curso de Formação

147 ‘Campo feminista’ se refere aqui a um campo discursivo de atuação/ação, como sugere Alvarez (1998).

Política para as Mulheres¹⁴⁸, lideranças e dirigentes sindicais, como uma atividade da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC). A sua realização:

Instaurou um importante caminho formativo que vem se repetindo até hoje nos processos preparatórios das Marchas. O curso foi pensado para favorecer a compreensão, atualização e ampliação da perspectiva feminista, construída pelas mulheres do campo e da floresta, que sustenta a Plataforma Política da Marcha, orientada pela visão de desenvolvimento sustentável defendida pelas Margaridas. O curso, dividido em 3 módulos, orienta-se pelo eixo temático feminismo, gênero e ação sindical e forma, até hoje, educadoras populares feministas que atuam como multiplicadoras dos debates e processos locais que integram as ações das Marchas (CONTAG, 2023, p. 69).

Na abertura do evento, Carmen Foro fez um discurso do qual retiramos alguns trechos:

Estamos a um ano da realização da Marcha das Margaridas e empoderar mais essas mulheres tem que ser uma tarefa cotidiana dessa confederação, e esse curso vai fazer parte da estratégia do próximo momento nosso, que é a construção da Marcha das Margaridas. Aliás, tudo o que nós fizemos daqui para frente vai estar conectado, vai estar ligado com a construção da Marcha das Margaridas [...]. Quando eu cheguei aqui na CONTAG, havia uma negação total, posso exprimir dessa forma, uma negação total do que significava as mulheres falarem em feminismo. Raimundinha abria a boca e dizia “eu sou uma mulher feminista” e isto causava um mal-estar completo na CONTAG. Mas se nós pensarmos bem, a principal essência do feminismo é o que nós estamos fazendo, pelo menos nos últimos dez ou quinze anos, de questionar uma sociedade desigual com as mulheres. Se nós pensarmos que ser feminista significa fazer todas as lutas que nós já fizemos, questionando o Estado brasileiro, questionando a postura dos nossos companheiros e companheiras do movimento sindical que,

148 Desde então, já foram realizados quatro cursos nacionais de formação política para mulheres, dirigentes e lideranças sindicais. Cada um deles é realizado um ano e meio antes da Marcha em Brasília. Desde 2011, eles fazem parte do itinerário formativo da Marcha das Margaridas e é uma correalização da Enfoc e Secretaria de Mulheres da CONTAG. Neles são aprofundados os eixos políticos da Marcha, que se desdobram em temas que por sua vez dialogam com o cotidiano vivido pelas mulheres desde os seus territórios. O curso tem caráter multiplicador, de modo que eles são ‘reproduzidos’ criativamente nos estados, municípios pelas Federações e sindicatos.

envolvidos por uma cultura machista, muitas vezes acabam cometendo, diria, muitas injustiças com as mulheres que estão no movimento sindical; e se nós compreendermos que ser feminista significa ser capaz de construir três Marchas das Margaridas; que questionam por que as mulheres não estão em lugares devidos; que questionam por que as políticas públicas não consideram as mulheres, eu diria que nós estamos dentro de uma entidade que mais tem construído feminismo nesse país, que é a CONTAG, com toda a luta que as mulheres têm feito [...]. Nós não podemos considerar que é natural que as mulheres não estejam nos espaços de poder, que é natural que as mulheres sofram violência [...]. Não é natural isso! E nós temos que nos perguntar o porquê. Portanto, eu acho que essa Escola Nacional de Formação, essa atividade deverá trazer pra nós e para o movimento sindical um conjunto de inquietações, produção de conhecimento, construção de estratégia e perguntas para a gente se responder cotidianamente, todas nós [...], porque as mulheres, desde que nascem, desde que tenham algumas horas de vida até quando morrem, elas não deixam de sofrer as discriminações de estarem sujeitas à violência ou viverem num país desigual como nós vivemos [...]. A luta de classe, nós vamos estar todas envolvidas, estamos em toda luta geral da classe trabalhadora, mas nós precisamos não perder de vista que se nós transformarmos a vida do conjunto da classe e não transformar a vida das mulheres, teremos um problema muito grave. Então, companheiras, seguiremos caminhando e em marcha até que todas sejamos livres.

Durante o curso, as participantes abordaram alguns aspectos recorrentes em suas falas, como a dificuldade de ser mulher, principalmente em cargos de direção do MSTTR, a pressão a que eram submetidas cotidianamente para exercerem o seu papel como dirigentes, e o preconceito que havia contra o feminismo e contra aquelas que ousavam se dizer feministas. Ao final do curso, era até comovente escutar os depoimentos das participantes reconhecendo-se feministas ou identificando o trabalho que desenvolviam como parte da luta feminista. Luziete, à época, secretária de mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE), foi categórica:

Eu me acho feminista quando eu tô lá no meu estado defendendo a reforma agrária, eu me acho feminista quando eu tô lá defendendo as trabalhadoras rurais assalariadas, e me acho feminista também quando tamos defendendo as mulheres trabalhadoras que estão sendo vítimas de violência. Acredito que o feminismo somos nós quando estamos lutando por direito, igualdade e oportunidade (Luziete, 2010).

Muitas delas diziam: “Aqui eu descobri que eu sou ‘feminista’”, “Aqui eu me descobri feminista”. O feminismo era significado como uma forma de ver o mundo, como uma forma de se ver no mundo. Selecionei a fala de Dona Eunice, então secretária de mulheres da Federação do Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Amapá, para ilustrar essa ‘descoberta’:

Bom, eu queria contar uma historinha pra vocês. Eu vim para o sindicato em 2004 e ocupei a Secretaria de Mulheres no sindicato, mas fiquei na invisibilidade. A gente não conseguia fazer nada, a gente não conseguia conversar com as mulheres, não conseguia reunir as mulheres nas bases. Eu não tinha formação sindical, embora eu já tivesse passado por um sindicato, já tivesse sido parte do corpo de um sindicato, mas eu não tinha compreensão do que era sindicalismo, o que era capitalismo, o que era feminismo, eu não sabia, eu não tinha essa compreensão. Em 2007, eu vim pra federação e, quando cheguei, peguei a construção da Marcha das Margaridas já na sua quase realização aqui em Brasília. Eu assumi a Secretaria de Mulheres da Federação em março, em agosto realizou-se a Marcha das Margaridas 2007. E, naquele espaço, foi que eu comecei a me ver como mulher, foi que eu comecei a me ver como pessoa. E logo depois da Marcha eu passei pela primeira ENFOC¹⁴⁹ Regional do Norte, e eu aprendi muita coisa, eu aprendi a ser pessoa, parecia que até ali alguém tinha me direcionado e dali pra cá eu comecei a me libertar. E compreendendo o conceito de feminismo hoje, e de gênero, eu aprendi mais ainda. Eu sei que eu faltei muito com as mulheres, faltei muito até com a minha família. Muitas vezes, sem ter conhecimento, reproduzi o patriarcado com minhas próprias filhas, com meus próprios filhos. E, depois de participar disso daqui eu acho que eu tenho que voltar pra casa e pedir desculpas às minhas filhas de algumas coisas que eu disse pra elas achando que, como mãe, eu tinha que fazer aquilo. Achando que, como mulher, elas tinham que se comportar de determinada forma e não como elas achavam que deviam se comportar. E eu acho que eu devo voltar pra casa e pedir desculpas às minhas filhas por isso, e também pedir desculpas a todas as mulheres. Junto no sindicato, hoje eu sou presidente do meu sindicato, chamar àquelas mulheres que muitas vezes me dirigi num discurso de patriarcado, porque eu não compreendia o que era ser feminista, eu só sabia que era mulher e sabia que tinha que ocupar um espaço político. Porque eu já sabia que eu era um sujeito político, mas eu não

149 Escola Nacional de Formação da CONTAG.

sabia como me comportar como mulher, como é que eu deveria ocupar aquele espaço, e agora eu sei. No Amapá, consegui colocar, pela primeira vez, dois ônibus de mulheres, em 2007, aqui na Marcha das Margaridas e, se Deus quiser, em 2011, a gente vai tá com isso muito mais afinado e agora com um discurso mais pra mulheres, pras feministas, pras mulheres do movimento sindical. Trazer aquelas mulheres rurais que têm tanto medo, que são tão presas à questão do patriarcado, que ouvem “não, você é mulher, eu vou pra roça e você vai fazer a comida”, ou “se eu for pra roça, quem vai fazer a comida?”, e “a criança vai pra escola e como é que vai ficar a casa? Jogada às traças?”. Pois eu agora não tô nem mais aí, entendeu? Eu agora não tô nem mais aí, que fique a casa, que fiquem os filhos, mas o meu espaço eu vou ocupar, vou brigar com ele mais quem for preciso eu brigar. Claro, brigar no sentido de construção, né? Mas vou brigar, vou incentivar todas as mulheres que venham também ocupar os espaços que são delas, não de outro (Dona Eunice, 2010).

É certo que cada uma dessas mulheres, as ‘margaridas’ da Marcha, vive o feminismo de diferentes maneiras, outras nem mesmo se reconhecem enquanto feministas. Mas havia um esforço de Carmen no sentido não só de dar à Marcha uma cara feminista, mas de abri-la a uma maior penetração do feminismo. A promoção do curso foi uma dessas investidas. A viabilização, em 2010, da participação de aproximadamente 700¹⁵⁰ mulheres trabalhadoras rurais na 3ª Ação da Marcha Mundial das Mulheres¹⁵¹ foi outra. Ademais, era possível perceber que, tanto nos discursos proferidos quanto nos textos produzidos, a alusão ao feminismo ou à perspectiva feminista era algo constante. Mesmo a cor lilás, símbolo do feminismo, predominou sobre o verde da CONTAG na Marcha 2011, imprimindo-lhe uma marca feminista.

Tudo isso me parecia intrigante. Se, de um lado, a Marcha era anunciada como um movimento feminista, de outro ela era promovida por um movimento misto, que, embora comportasse a organização das mulheres no seu interior, não se

150 A própria Carmen nos forneceu esse número. Segundo ela, aproximadamente um terço das mulheres que participaram daquela ação eram ‘mulheres rurais’.

151 A 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres ocorreu de 8 a 18 de março e de 7 a 17 de outubro de 2010, com mobilizações em vários países do mundo. O primeiro período marcou o centenário do Dia Internacional das Mulheres. No Brasil foi realizada uma marcha que percorreu o trajeto entre as cidades de Campinas e São Paulo, reunindo aproximadamente três mil mulheres. Foram dez dias de caminhada, com marchas pela manhã e atividades de formação durante à tarde. Cf. <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>.

movimentava de forma autônoma e independente da estrutura sindical — que, por sua vez, era caracterizada pelas próprias mulheres como um espaço masculinizado, conservador e ‘machista’. Então, baseado em que, a Marcha poderia se nomear um movimento ‘feminista’?

Carmen era categórica ao afirmar: “A Marcha tem uma linha feminista!”.

Quando alguém me pergunta se a pauta da Marcha das Margaridas é uma pauta feminista, eu não tenho nenhuma dúvida, claro que é. Nós estamos questionando pra dentro e pra fora, mas é diferente de um feminismo que só questiona, porque a Marcha questiona e propõe, questiona e pressiona. Essa coisa da pressão eu acho que é muito importante, e é o que nós estamos fazendo (Carmen Foro, 2013).

Nalu e Sílvia compartilham do mesmo pensamento:

Na nossa concepção, sim, a Marcha das Margaridas é um movimento feminista, por mais que não necessariamente todos os temas feministas estejam posicionados 100%. Mas ela traz vários elementos de questionamento das bases da subordinação patriarcal das mulheres, em relação à divisão sexual do trabalho, em relação ao controle sobre o corpo e a sexualidade, sobre o tema da participação política das mulheres. Mostra como é importante ter uma identidade coletiva das mulheres, a importância da auto-organização das mulheres, tudo isso como parte de uma identidade feminista (Nalu, MMM, 2013).

Eu considero que a Marcha é uma ação cuja linha política é feminista. Isso não quer dizer que as milhares de mulheres o são, ou se considerem ou se identifiquem como tal. Mas pelo tipo de discurso, pela acolhida do que as parceiras propõem, elas são. Elas falam de autonomia das mulheres, econômica, de direitos reprodutivos e sobre legalização do aborto. Acompanhei esse debate na última pauta. Elas vão assumindo, é um processo de construção. A linha feminista vai se consolidando a cada ano, como resultado desse processo de debate nacional entre as rurais e suas aliadas no movimento feminista, nos espaços locais e suas parceiras nacionais. Sim, a Marcha das Margaridas tem uma linha política feminista, porque ela foca o enfrentamento da desigualdade própria vivida pelas mulheres. Portanto, tem uma linha feminista, ela não tá fazendo a luta por terra no geral, por exemplo, então tá fazendo a defesa de um monte de interesses e direitos das mulheres e tem uma compreensão de temas cruciais pra autonomia das mulheres. Então elas têm uma linha feminista, e, em relação ao conjunto das parceiras, têm essa diversidade mesmo, somos todas feministas (Sílvia, AMB, 2012).

Carmen, Nalu e Sílvia utilizam-se do próprio feminismo como chave de leitura da Marcha das Margaridas e a afirmam como um espaço ‘feminista’ pelo posicionamento crítico que ela assume ao questionar as bases da subordinação patriarcal das mulheres, a divisão sexual do trabalho, o controle sobre o corpo e a sexualidade, enfim, as desigualdades de gênero, nas quais se orientam as ideias feministas que circulam no interior da Marcha. A referência a essas desigualdades cria um ponto de ligação comum, uma identificação entre aquelas que se veem como mulheres do campo e da floresta. Esse questionamento crítico ganha concretude ao se articular a aspectos importantes da vida dessas mulheres, expressos nos temas que compõem a sua plataforma política, dando sentido à própria Marcha. Os feminismos que, de alguma forma, através dela se expressam estão representados pela diversidade de parceiras que compõe a sua Coordenação Ampliada, dentre as quais as duas maiores redes feministas em atuação no país: a Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Estas, por sua vez, carregam diferentes perspectivas de feminismo que, segundo Galvão (2008, p. 113), se caracterizam, no caso da AMB, pela sobredeterminação do gênero, enquanto para a Marcha Mundial, pela hierarquização englobante do gênero: “Enquanto que a primeira toma o gênero como central em suas ações e as outras desigualdades sendo pontuadas na relação com este, para a segunda, a questão de classe é anterior senão tão importante quanto a questão de gênero”. Para Nalu, a Marcha das Margaridas compartilha, em parte, a visão de feminismo da Marcha Mundial das Mulheres:

Eu acho que em parte, sim, que é possível supor que a Marcha das Margaridas compartilhe a visão de feminismo da Marcha Mundial. A gente poderia pensar, assim, que é uma concepção de feminismo, primeiro, que busca articular muito a luta contra a opressão patriarcal e a luta de classes, que muitas vezes a gente chama da relação gênero e classe, né? E eu acho que foi incorporando a essas dimensões aí outras especificidades, como a questão quilombola, a questão territorial, a questão da juventude. Então, nesse aspecto eu acho que tem muita semelhança com a Marcha Mundial das Mulheres, tem muita sintonia com a Marcha Mundial das Mulheres, e claro que tem temas que são mais frágeis, mais polêmicos, que eu acho que a gente tem avançado na Marcha das Margaridas, mas eles têm uma certa resistência, como é o tema do aborto, por exemplo. Na última Marcha [2011], o tema do aborto foi melhor colocado. Então eu acho que tem essa concepção que é muito de pensar a relação de gênero e classe, de pensar também um movimento calcado na ação política de

massas, de mobilização. Porque tem setor do feminismo que tá mais vinculado a uma ideia culturalista, tanto mais de propaganda, mais de lobby, e a Marcha das Margaridas, não. Ela tá calcada numa concepção de feminismo muito baseada numa ação massiva, de uma organização permanente, tendo a mobilização como aquilo que determina a força. E eu acho que incorporando elementos aí dentro dessa visão, mesmo que a Marcha não tenha, assim, uma fala totalmente anticapitalista. Até acho que a Marcha se coloca como anticapitalista, mas a Marcha não tem essa preocupação de dizer “somos anticapitalistas” e tal. Mas toda a formulação da Marcha nessa discussão de gênero e classe também tem essa relação com esse movimento de crítica sistêmica, portanto, de crítica ao modelo capitalista, e de uma crítica bastante ampla, que inclui elementos como a agroecologia e outros. Acho que isso também faz parte da concepção (Nalu, MMM, 2013).

Sílvia, por sua vez, reconhece que a Marcha é um espaço que acolhe feminismos distintos¹⁵² sem se configurar como um espaço de disputa entre eles, destacando que, embora as mulheres apresentem “diferenças de orientação política-organizativa”, todas têm uma perspectiva anticapitalista.

Eu acho que todas se rendem à palavra final, que é delas [se refere à Secretaria de Mulheres da CONTAG e ao público que ela representa], então ninguém disputa ali. A UBM tenta passar a sua linha de todas as maneiras, a UBM e o PCdoB, sem entrar no enfrentamento, porque eles têm a disputa ali — PT, PCdoB, no interior da própria CONTAG — e apresentam visões distintas também de feminismo, então isso já tá presente, já tá dado, e eles já sabem como lidar com isso por dentro das instâncias. Em relação às outras parceiras feministas, como a Marcha Mundial, a AMB e o MAMA, que também tem uma orientação feminista, eu não percebo antagonismo entre os feminismos, não existem campos antagônicos. Por

152 De acordo com Brah (2011), não é algo fácil estabelecer fronteiras nítidas entre os feminismos. Contudo, para destacar algumas diferenças principais, ela utiliza o que chama de ‘tipologia de manual’, segundo a qual “os feminismos mais radicais tendem a identificar a subordinação justificada pela biologia das mulheres como a base fundamental da desigualdade de gênero” (*ibidem*, p. 132, tradução minha). Nessa perspectiva, “as relações de poder entre homens e mulheres são vistas como a dinâmica primária da opressão das mulheres, chegando a excluir, às vezes, outros determinantes tais como classe ou o racismo” (*ibidem*). Por sua vez, o feminismo ‘socialista’ apresenta a premissa central de que a natureza humana não é inata, mas socialmente produzida, se distanciando da suposta ênfase feminista ‘radical’ ao considerar as “relações de poder entre os sexos como quase o único determinante da subordinação das mulheres” (*ibidem*). Tendo a concordar com Sílvia Camurça, no sentido de que ambas as perspectivas são acolhidas na Marcha.

exemplo, não tem feministas liberais ali, porque nem estariam apoiando a luta das trabalhadoras rurais. Agora, se fossem outros tipos de coalizão, poderia ter antagonismos, mas todo mundo ali tem uma perspectiva anti-capitalista. Embora tenha diferença de orientação política-organizativa, não tem antagonismo de posição no feminismo entre as parceiras, então acho que isso facilita a convivência (Sílvia, AMB, 2012).

Na opinião de Carmen, a Marcha anuncia um feminismo próprio, convergente, em algum sentido, com o feminismo da MMM e da AMB, mas que apresenta diferenças:

A Marcha se relaciona com as duas maiores redes feministas do Brasil, que é a Marcha Mundial e a AMB. Elas têm entre si concepções diferentes, mas eu acho que nós estamos construindo um feminismo diferente — das duas, inclusive. E eu espero que alguém analise isso algum dia. Eu acho que o que as mulheres trabalhadoras rurais, inconscientemente, têm construído é uma crítica feminista a partir do campo. Um dia eu preciso olhar mais profundamente pra isso, porque é algo ainda a ser estudado. Eu percebo um pouco isso, que a gente constrói uma pauta crítica ao Estado, às políticas públicas, e nós nos mobilizamos em torno dessa pauta. E nós fazemos críticas desde o sindicato, o município, o estado... E isso não é a agenda nem da AMB nem da Marcha Mundial. Isso é a nossa agenda! Elas vêm, se incorporam e contribuem, mas não são elas que dão a direção. Portanto, eu acho que nós estamos vivendo algo que precisa ser estudado, que é a construção do feminismo rural. Inconsciente, ainda, mas que, paulatinamente, vai ganhando o nível de consciência das próprias mulheres, da sua importância crítica ao atual modelo, a um monte de coisas. Então, se relacionar com essas duas organizações, pra mim, tem dois vieses. Um que elas têm importantes contribuições e atuam na nossa base, as duas. E eu não vejo que nós temos que ter relação de exclusividade com ninguém. Eu acredito que é possível ter unidade em questões comuns, porque o patriarcado, o machismo, é muito mais feroz do que as diferenças das visões feministas entre elas. Eu entendo que elas contribuem com a nossa luta, as duas organizações. Mas nós não somos seguidoras de nenhuma das duas, nós trilhamos outro caminho (Carmen Foro, 2013).

Para Carmen, o caráter propositivo de denúncia, diálogo e negociação com o Governo assinala uma determinada concepção de feminismo que ela arrisca chamar de ‘rural’, que se distingue de outras concepções que se abrigam no interior da Marcha.

Eu acho que esse feminismo rural que eu vejo, ele tem uma característica de questionar o Estado. Claro, isso pode ser identidade dos outros feminismos também. Mas a gente questiona com algo concreto. A gente questiona, a gente propõe e a gente vai pra cima com algo concreto que transforma a vida das mulheres. Porque só questionar o Estado em encontros e seminários resulta em quê? Quem é o movimento que tem uma agenda aberta de diálogo e de pressão com o Estado brasileiro nesse país? A Marcha das Margaridas! Acho que essa é uma primeira característica nossa. Seja ela porque as mulheres vivem em condições materiais e humanas muito complexas ainda no meio rural, e mudar essas condições é necessário pra que elas mudem a vida delas; seja porque tem resquícios de um movimento misto e de uma característica “sindicalista”, como se diz, de negociação. Eu acho que nós herdamos isso do nosso espaço, que nós temos essa coisa de negociar, de apresentar pauta, isso é da cultura sindical, entendeu? Eu acho que isso tem o lado bom, mas tem alguns lados que a gente tem que, de vez em quando, descolar, porque senão as pessoas querem transformar já a Marcha num negócio igual ao Grito da Terra Brasil, e a Marcha é diferente. Nós temos diferença! Dito, inclusive, pelo Gilberto Carvalho [então Ministro da Casa Civil]. A nossa pauta é uma pauta estratégica, ampla, de questões novas. As mulheres vão lá e dizem: “Nós queremos um Programa de Agroecologia!” A gente não leva o programa pronto, a gente quer discutir com o Estado brasileiro, a gente quer se abrir, a gente apresenta diferença nessa pauta. Então eu acho que essa é uma característica de um feminismo que eu diria mais rural, que precisa ser mais desvendado, mais analisado. Um outro aspecto nosso é que a gente tem uma característica de articulação nacional, de rede. Eu sei que os outros têm, mas não têm a mesma densidade que nós temos. Tem uma característica também muito a partir da entidade mãe, que é a CONTAG. Por exemplo, a pauta da Marcha é crítica e tal, ela é construída com todo mundo, mas o tom dado é a partir de quem dirige na CONTAG. Por isso que eu acho que não há uma grande consciência se é uma pauta feminista. Não há! Porque ela é muito direcionada aqui de cima e pelas comissões estaduais, que às vezes não conseguem traduzir que essa é uma ação feminista. Às vezes não conseguem traduzir que essa é uma ação pensada e planejada para ser uma ação feminista. Porque, como nós temos um lastro muito grande, uma rede muito grande, acho que nós não conseguimos chegar até a ponta afirmando esta ação como feminista e consolidando na prática essa coisa mais falada, mais dita, mas a linha política da Marcha é feminista. Então eu diria que essas são umas características nossas, de combinar o falado com o praticado, sabe? De ter linha... De ter uma linha estratégica nossa (Carmen Foro, 2013).

Uma conversa aqui e outra acolá afirmaram algo que já pulsava nos meus pensamentos: o feminismo era um dos elementos que se articulavam discursivamente e produziam efeito no contexto de ação da Marcha das Margaridas. Entretanto, o que me pareceu interessante é que não se trata de um feminismo que possa ser definido em termos de organizações formais, ou que anteceda à própria ação, preexistindo à ação a partir de um marco conceitual¹⁵³. É um feminismo que, à medida que acolhe outros, se constrói no próprio fazer da Marcha, no seu movimento. E esse processo proporciona encontros entre mulheres que já trazem uma percepção de feminismo, e se identificam como feministas, e outras que se percebem, se descobrem e se reconhecem como tal no acontecer desses encontros. Pareceu-me interessante compreender como as mulheres, representantes de organizações parceiras da Marcha como o MMTR-NE e o MIQCB, movimentos autônomos de mulheres, percebiam o feminismo e se percebiam como feministas. Pelas suas falas, o feminismo ganhava sentido como forma de ver, pensar e compreender o mundo, reconhecendo-se nas desigualdades vividas como mulher. Verônica e Nezinha, que em 2011, representavam do MMTR-NE e o MIQCB na Coordenação Ampliada, me falaram um pouco dessa experiência:

Quando eu comecei a participar da direção do movimento, eu dizia assim: “Eu sou uma aprendiz de feminista”, porque a imagem que a gente tinha do feminismo é dessas feministas muito acadêmicas; que pra você ser feminista, você tem que dominar esses conceitos, saber isso e aquilo, essa era a impressão que nos dava. Depois a gente vai entendendo que não é isso. Eu acho que você ser feminista, e eu me descobri assim, é quando você entende que não basta só você estar no espaço, não basta só você ocupar um espaço, ou você conseguir. É quando você acredita que, dentro de você, você já se libertou de uma série de questões, mas entendendo que enquanto você tiver ao seu redor uma mulher sendo submissa, reprimida, violentada, a gente realmente não alcançou a igualdade, não alcançou

153 Embora o glossário que acompanha o caderno de textos, contendo a plataforma política da Marcha, traga uma definição de feminismo que parece não incorporar essas tantas outras formas de experienciá-lo: “Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade, que promova a igualdade de oportunidades para as mulheres. O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres, que assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas” (CONTAG, 2011).

essa liberdade. Então eu acho que pra mim a questão do feminismo é um projeto muito mais coletivo. Enquanto tiver uma mulher sendo explorada de alguma forma, nós precisamos ainda lutar. Então, assim, embora eu fosse uma mulher que acreditasse — pela criação que eu tive, cristã —, que tivesse muito claro qual era o papel da mulher e qual era o papel do homem, qual era o papel dos meus irmãos e qual era o papel das minhas irmãs nessa construção de sociedade, o que a gente podia e o que a gente não podia, simplesmente, por ser mulher, eu tive que dizer: “Não!”. E aí a gente dizer não, falo de mim e de minhas irmãs, que também são militantes, é reconhecer que mesmo eu sendo mulher, eu tenho direitos, eu posso escolher, eu posso ser mais, eu não tenho que obedecer a ninguém, eu posso pensar, eu posso tomar minhas decisões. Então, isso pra gente que é do meio rural, e pra gente que tem uma formação, principalmente, cristã, não é fácil dentro da nossa cabeça. E depois, também, pra gente viver isso dentro da nossa casa com nossos filhos não é fácil. Quando a gente tem meninos, meninas... É você não só ter o discurso, mas você também, dentro de sua relação, dentro de sua casa, começar a implantar essas mudanças. Mas isso não basta, não basta! Porque se eu consigo dentro da minha casa, dentro da minha relação, viver alguma coisa que eu acredito, quando eu saio fora isso não é verdade. Eu sofro também com toda a discriminação, a discriminação de gênero, a discriminação de classe, porque a gente sofria discriminação porque era sem terra, depois porque era assentada, porque é agricultora, então a gente vê que a gente tem muitas mudanças ainda a fazer. E é na militância, e na militância feminista, que a gente vai entender também a grande diversidade que a gente tem, das mulheres com sua diversidade de raça, com sua diversidade sexual, e isso é muito difícil também de ser rompido no espaço rural, é como se no espaço rural não existisse outra orientação sexual. E não é só entender, mas é ter solidariedade com as companheiras e tentar discutir com os companheiros e com o restante das companheiras a liberdade, o direito das pessoas serem diferentes, e as pessoas não entenderem e tudo isso faz parte também, fez parte na minha vida, dessa construção do feminismo. Falar em nome do feminismo foi somente no movimento de mulheres, porque eu já participei do movimento de igreja, já participei do movimento sem terra, que a gente discute as questões de gênero, mas muito mais numa perspectiva, assim, digamos, técnica: gênero é isso! São relações e tal, mas na prática, como é que a gente realmente vive isso? Participo também do Partido dos Trabalhadores, onde a gente tem toda uma construção das mulheres, mas, realmente, isso tudo só vim descobrir dentro do movimento de mulheres. Por isso que eu acho que é muito importante, e algumas pessoas não entendem, principalmente outros movimentos mistos, porque as mulheres precisam se

organizar no movimento de mulheres. Só que a gente tá se fortalecendo dentro do movimento pra enfrentar o mundo lá fora, a gente não vive num mundo que só tem mulheres, a gente vive os conflitos dentro de casa, na comunidade, nos outros espaços, porque todas as mulheres participam de outros espaços. As mulheres participam do sindicato, as mulheres estão nas associações, nos partidos políticos, nas igrejas, as mulheres estão em todos os espaços, nós estamos na sociedade, e a gente enfrenta também isso na sociedade. Qual é a importância, então, da gente participar de um movimento só de mulheres? É essa oportunidade da gente se fortalecer enquanto mulheres, pra gente ir muito mais preparada e muito mais fortalecida pra esses espaços. Porque nesses espaços é muito difícil da gente se fortalecer, porque ao mesmo tempo que a gente tem que se fortalecer, a gente tá na disputa do dia a dia. Então eu acho muito importante ver os testemunhos das várias mulheres que tão no movimento e que, assim como eu, renasceram pra vida, que viviam aquela vida, sabe, oprimidas, achando que a missão das mulheres é essa mesmo, casar, parir, trabalhar. Quando surgiu, digamos assim, a proposta e a discussão inicial de que eu poderia ser a candidata a secretária executiva do MMTR-NE, eu pensava: como é que pode? Eu ter uma casa, um marido, filhos e assumir a secretaria do movimento que tem uma sede num outro estado? Sim, porque tá previsto que a gente tem que ir por conta da sede, tem que ir pra esse lugar. Então eu ter que deixar família... Quer dizer, eu também tinha dentro de mim que eu não teria mais essa, digamos assim, não sei nem se é oportunidade, mas eu não teria mais essa chance de fazer isso, de decidir uma coisa assim que, de repente, só dizia respeito a mim mesma. É um projeto que não tava envolvida a família, que não tava envolvida a terra, a casa, os bichos, não sei o quê. Era um projeto, do ponto de vista da minha família, muito mais individual, apesar de ser uma coisa coletiva. Então, eu pensava assim, que por já ser casada, ter filho, ter terra, bicho, galinha, não sei o quê, eu não poderia mais fazer isso. Isso foi uma coisa também que a gente inaugurou no movimento, porque todas as outras secretárias executivas do movimento meio que já tinham passado por essa fase da sua família, os filhos já estavam crescidos, não tinham mais companheiros, os companheiros já tinham morrido ou separado, ou não sei o quê, e aí a gente inaugura uma nova fase no movimento. Uma mulher que tem filhos, que tem crianças, não foi uma decisão fácil... (Verônica, MMTR-NE, 2013).

A partir do momento que eu comecei a participar do movimento, eu comecei a observar, até dentro da minha família. Porque tem um pouco daquela coisa: você só quer tá saindo, e aí começa aquela acusação: “Vai pra reunião? Não, vai é pra namorar” e tal. E isso é difícil, então você

percebe que você pensa diferente, que não é aquilo ali o seu lugar, pelo menos que não é só ali. Percebe que você tem que gritar pro mundo, que você tem que dizer o seu desejo, o que você quer, que não é só pra si, que é pra uma sociedade. Então eu acho que é isso um pouco ser feminista. Pelo menos da forma que eu penso, mostrar pra sociedade que eu tô nesse mundo e que não é por acaso, é pra fazer alguma coisa. Mas eu só vim compreender que eu era feminista mesmo não faz muito tempo, foi em uma reunião da Coordenação Ampliada da Marcha, aqui em Brasília, quando eu vi uma das meninas feministas falando, a forma e tal, então eu disse: “Eu sou uma feminista”. Eu sou uma feminista, porque, assim, pra muita gente, feminista é mulher que gosta de mulher, e pra mim não é isso em si. Tem muitas outras coisas que envolvem a sua forma de pensar, o seu jeito de ser. Aí eu, a partir desse momento, percebi que eu era feminista. Eu acredito que as outras mulheres do movimento se consideram feministas, a gente não conversa especificamente sobre isso, nós conversamos de tudo, quando a gente tá em reunião, quando a gente tá no monte de coco quebrando, aí uma começa a falar, outra começa, e aí a gente começa a descobrir como que a gente é e como que as outras pessoas são, e o que tem em comum com a forma de pensar, a forma de lutar, tudo isso (Nezinha, MIQCB, 2013).

Foi interessante perceber, por meio da fala de Незinha, como a sua participação nos espaços de construção da Marcha a fez perceber-se como feminista. Isso, mais que a descoberta de uma identidade, expressa o senso de participação em um movimento mais amplo, no qual se percebia como sujeito político. Por outro lado, esses espaços revelaram-se para ela como locais de formação política que se somavam à sua experiência no interior do próprio MIQCB, onde ela, de fato, vivenciava o feminismo. Como discorre Celi Pinto (1992), os movimentos sociais são realmente espaços privilegiados para as mulheres se perceberem como sujeitos políticos. E digo mais: de se identificarem com o feminismo, daí se comprometendo com a organização de mulheres para participar da luta política mais geral. As desigualdades sentidas no seu cotidiano encontram nesses espaços terreno propício para serem refletidas. Como observa Oliveira (2002), a trajetória e a rede de relações em que estão inseridas contribuem para sua percepção e identificação com o feminismo. O relato de Lúcia, então integrante do MMTR-NE, endossa essa afirmação:

Em 1985 foi criado o MMTR-NE, no qual a gente começou. O movimento da Paraíba começou a fazer parte porque o movimento do Nordeste foi criado entre Paraíba e Pernambuco, e eu mesma comecei a participar do

Movimento de Mulheres Trabalhadora Rurais do Nordeste já nos anos 1990. Como diretora, comecei agora em 2010. E dentro do movimento a gente trabalhava várias questões, tinha a questão, por exemplo, do feminismo, que a gente não discutia no movimento da Paraíba naquela época. Eu lembro que uma vez que cheguei lá tinha um boletim do Cfêmea, e eu fiquei louca, não era nem do Cfêmea, era das Católicas pelo Direito de Decidir. Isso mais ou menos entre 1988 e 1990, e eu fiquei ansiosa querendo ver aquele boletim, mas como era reunião, eu não podia. No final da reunião, fui procurar o boletim, esse boletim sumiu até hoje [risos]. Alguém pegou e escondeu. Eu era uma das mais jovens dentro do movimento da Paraíba, e as assessoras esconderam esse boletim. Hoje, não, hoje a gente já discute o feminismo, muitas trabalhadoras rurais já se dizem feministas. Assim, só depois que a gente conta, explica, discute gênero e tudo mais, que ela: “Ah, eu sou feminista!”. Enquanto a gente não sabia o que era feminismo, o que era ser feminista, a gente tinha até medo de dizer que era, principalmente no mundo machista que a gente vivia. Quando entrei no movimento, foi no movimento sindical da CUT, e tinha o Dé, que foi um presidente da CUT, que até hoje mora aqui, que dizia assim: “Ah, você é feminista!”. E a gente dizia assim: “Não, não sou feminista, sou feminina”, porque falavam que feministas eram mulheres da vida, que botavam chifre no marido, e a gente não queria isso. Mas quando a gente começou a estudar o feminismo, eu descobri que desde criança sou feminista. Quando eu brincava de cavalo de pau, que papai não deixava, e eu me juntava com meus sobrinhos e outras crianças e ia brincar de cavalo de pau. Quando a mãe mandava fazer um trabalho de casa, eu não queria, eu queria trabalhar na roça. Assim eu fui descobrindo que sou feminista, mas na época eu não sabia o que era. Quando eu fui estudar na quinta série, papai não deixava usar calça comprida, e eu cheguei mentindo: “Olha, papai, o colégio só aceita se usar calça comprida”, porque eu queria usar calça comprida. Teve momentos assim que, desde aquela época, eu já era feminista. Desde criança, adolescência, eu já era feminista, só que não sabia. Dentro do Movimento de Mulheres da Paraíba, entre 1995 e 2000, eu descobri que era feminista. Foi nas oficinas que a gente fez, de gênero. Tanto oficinas como na escola feminista, que o Movimento de Mulheres Rurais do Nordeste tem oferecido pra gente junto com a Casa da Mulher do Nordeste e a Casa da Mulher do Cabo, e alguns livros que sempre leio. Mas foi em 1995 que eu disse: “Eu sou feminista!”. Agora, com as mulheres do movimento, esse trabalho vem sendo feito de 2000 pra cá. Nas oficinas de agroecologia, a gente coloca questões de gênero, e ali a gente entra nas questões do feminismo, e vamos descobrindo que somos feministas. Tiveram algumas ONGs que contribuíram pra isso:

teve a Cunhã, de João Pessoa, e o Centro da Mulher 8 de Março, que as oficinas que a gente ia fazer chamava elas; tinha a comissão de mulheres da CUT, com a Ednalva, que já era feminista. No Nordeste, tem ONGs, mais em Recife, tem a Casa da Mulher do Cabo, tem a Escola de Formação Feminista, e devem ter outras também (Lúcia, 2013).

É nesse encontro de feminismos, de mulheres feministas (ou não), que a Marcha se tece, fazendo-se reconhecer como *locus* de acolhimento de formas diversas de compreensão das desigualdades e das lutas das mulheres, ao mesmo tempo que busca construir uma forma de unidade e de ação comum, estabelecida a partir de formas precárias de identificação em torno da categoria ‘mulher do campo e da floresta’. Esta, por sua vez, resulta da construção de um discurso capaz de articular diversos ‘elementos’, dentre os quais o feminismo, em torno de uma plataforma política, de uma pauta de reivindicações e de toda uma simbologia que se expressa na caminhada caracterizada como marcha. Mas como as diferenças no interior da Marcha se articulam?

A articulação das diferenças

Os diversos sujeitos representados na Marcha das Margaridas querem ser vistos nas suas especificidades e, mais que isto, querem ver suas agendas próprias de lutas a ela incorporadas. De modo que, quando me indaguei sobre o processo que constituía todas essas mulheres em um sujeito político nomeado ‘mulheres do campo e da floresta’, deparei-me com as muitas possibilidades que as especificidades identitárias demarcavam, e com elas a marca da diferença. Tal nomeação assume a forma de uma categoria unificadora, mas não unitária (Brah, 2011), resultado da construção de alianças entre mulheres, que lhes permite dar a conhecer suas diferenças.

Em torno dessa categoria se reúnem integrantes de vários movimentos e organizações. O signifiante ‘mulheres do campo e da floresta’ não está sujeito a questionamentos, discussões ou segmentações, ainda que grupos específicos — extrativistas, quebradeiras de coco, ribeirinhas, trabalhadoras rurais, assalariadas etc. — sejam afirmados e busquem expressar a sua diversidade. Não à toa, a Marcha se coloca como desafio, na introdução da sua plataforma política: “Qualificar e ampliar a agenda das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta em toda a sua diversidade cultural, étnica, racial e geracional” (CONTAG, 2011, p. 8). Incorporada ao discurso político, a diversidade evidencia a diferença. Afinal, trata-se de mulheres diferentes entre si e com especificidades dentro da Marcha.

No contexto da Marcha 2011, o gênero, a classe e o pertencimento territorial¹⁵⁴ se expressam no significante que nomeia o seu sujeito político e demarca categorias como tema de mobilização política, havendo uma primazia desses marcadores de diferenciação sobre outros, como raça, grupos de idade e sexualidade. Essa identidade contingente construída em torno do que se nomeava ‘mulheres do campo e da floresta’ me instigou a empreender esforços no sentido de compreender e refletir não apenas os aspectos comuns daquilo que as unificam, mas a heterogeneidade de experiências envolvidas, o que implica lançar olhares sobre a diferença, como sugere Avtar Brah em “*Cartografias de la Diaspora*” (2011).

Considerada como uma ‘articulação’, no sentido atribuído por Laclau e Mouffe (1987), a Marcha das Margaridas é aqui compreendida a partir de relações de conexão entre elementos, como já abordado anteriormente. Mas é importante ressaltar que a articulação é uma prática “e não o nome de um dado complexo relacional” (Laclau; Mouffe, 1987, p. 157, tradução minha) e, nesse sentido, ela “implica alguma forma de presença separada dos elementos que a prática articula ou recompõe” (*ibidem*). Ou, como diz Brah (2011, p. 139, tradução minha), em diálogo com esses teóricos, a articulação “é um movimento transformador de configurações relacionais”, e como tal envolve relações estabelecidas tanto pelas diferenças quanto pelas similitudes. Trilhando por essas ideias, pus-me a refletir sobre o lugar da diferença na Marcha das Margaridas. Brah (2011), ao trabalhar com a diferença como categoria analítica, me fornecia uma chave de leitura que me parecia interessante para abordá-la nesse contexto, e passei a me questionar: como as múltiplas diferenças e desigualdades se articulavam na Marcha?

Mulheres do campo e da floresta demarcam uma ‘diferença’ que é construída de maneira diversa dentro dos discursos, e pode ser usada quando se refere à trabalhadora rural, à agricultora, à extrativista, à quebradeira de coco, à assentada, à pescadora/marisqueira, à ribeirinha. Enfim, trata-se de um significante que mobiliza diferentes conjuntos de identidades culturais ou políticas, e, ao fazê-lo, estabelece limites à nomeação como algo homogêneo. Essas mulheres não existem

154 Utilizo aqui a expressão “pertencimento territorial” para me afastar da significação de “rural” apenas como espaço geográfico. Quando as mulheres se identificam como “rurais”, sejam elas do campo ou da floresta, para além da dimensão geográfica, elas estão se referindo às dimensões imateriais, culturais e simbólicas que as relacionam com aquele espaço, refletindo configurações sociais específicas. Nesse sentido, o “rural” como território, mais do que delimitar um espaço físico, é uma referência cultural, lócus da criação de códigos e normas, onde se comungam valores e sentimentos de pertencimento a ele.

apenas como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como ‘mulheres da classe trabalhadora’, ‘mulheres rurais’, ‘mulheres da floresta’, ‘mulheres do campo’, ‘mulheres indígenas’, ‘mulheres quilombolas’, ‘mulheres assentadas’, ‘mulheres ribeirinhas’, ‘mulheres quebradeiras de coco’.

Cada uma dessas descrições refere-se a uma condição social específica. Quero dizer que o significante ‘mulheres do campo e da floresta’, embora seja uma expressão unificadora, tem “sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero” (Brah, 2011, p. 131, tradução minha), de modo que ele assume “significados específicos nos discursos das diferentes experiências de ser mulher do campo e da floresta” (*ibidem*), que simbolizam “trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares” (*ibidem*), através das quais essas mulheres se constituem como sujeitos. Nesse sentido, é uma expressão que se unifica e expressa distinções que se referem à diferença de condições sociais, o que me remete a situar essas diferentes categorias de mulheres como construção social.

O gênero referenciado no significante que nomeia o sujeito político da Marcha se liga a desigualdades e antagonismos articulados em torno de outros dois marcadores: ‘classe’ (são mulheres da classe trabalhadora) e ‘território’ (são mulheres rurais que vivem no campo ou na floresta). Contudo, a interconexão entre classe, gênero e território não negligencia outros marcadores de ‘diferença’, como raça, geração e sexualidade. Ou seja, ainda que esses marcadores não se revelem diretamente no significante “- ‘mulheres do campo e da floresta’, eles são reconhecidos como marcadores de diferença social, que assumem algum significado no discurso que constrói a plataforma política, ao reconhecer e afirmar que a carga de discriminação e preconceito contra as mulheres, reproduzida pelo Estado, atinge de modo diferencial as mulheres pobres, negras e jovens.

O elemento raça, que carrega toda a carga de discriminação e preconceito, está diretamente associado à pobreza, e requer a visibilidade necessária para que resulte em políticas específicas que possam garantir dignidade e cidadania integral a esse segmento significativo do meio rural brasileiro (CONTAG, 2011, p. 10).

Não há justiça sem igualdade e liberdade para as mulheres, assim como não pode haver igualdade e liberdade sem que se faça justiça. É preciso vencer as desigualdades no mundo do trabalho, na vida familiar e na política. Isso implica reconhecer e vencer as diversas faces da desigualdade, que têm no preconceito e na discriminação instrumentos perversos, que atingem de modo diferenciado as mulheres negras e as mulheres jovens (*ibidem*, p. 11).

Os eixos temáticos da plataforma política relacionados a “Educação não sexista, sexualidade e violência” e “Saúde e Direito Sexuais e Reprodutivos” eram os que mais faziam menções às questões étnico-raciais e mesmo às mulheres negras. Nos eixos restantes, tais referências eram quase inexistentes. O documento, embora reconheça que a educação tem um grande potencial de transformação e que pode se realizar de forma não sexista, acusa a educação formal e a escola de reforçarem as desigualdades, os padrões sexistas e os preconceitos. Enfim, de reproduzir a ideologia e os valores da classe dominante, além de “mostrar-se omissa e despreparada para debater temas do cotidiano como afetividade, sexualidade, saúde reprodutiva, violência sexual, violência social, etc.” (CONTAG, 2011, p. 36). E conclui:

Em contraposição, os movimentos feministas e de mulheres têm se empenhado em denunciar, resistir e buscar transformar esta situação de desigualdade e opressão das mulheres, agravada pelas discriminações fundadas na raça e etnia. Isso significa dizer que as mulheres trabalhadoras, pobres e negras sofrem uma tripla discriminação e opressão na sociedade capitalista: de classe, de gênero e de raça e etnia (*ibidem*).

O documento reconhece, ainda, que as mulheres negras têm acesso diferenciado à política de direitos sexuais e reprodutivos e aos serviços de saúde, e que “a criminalização do aborto tem impactos graves na saúde da mulher, especialmente entre mulheres negras, pobres, do campo e da floresta, porque não têm condições financeiras para pagar por um abortamento melhor assistido” (CONTAG, 2011, p. 44).

Porém, em que pese o recorrente reconhecimento de que as diferenças étnico-raciais são marcadores da diferença no plano ‘estrutural’, ele não se revelou em propostas concretas, direcionadas às mulheres negras, na pauta de reivindicações da Marcha 2011.

Acompanhando as reuniões da Coordenação Ampliada, eu percebia nas discussões que se estabelecia naquele espaço, que embora as especificidades das mulheres negras fossem mencionadas, as questões étnico-raciais não emergiam com a mesma relevância que aquelas envolvendo classe e gênero. Ou seja, embora se reconhecesse que determinadas questões tinham especificidades quando referidas às mulheres negras, poucas vezes elas eram utilizadas numa perspectiva interseccional.

A temática geracional, por sua vez, era abordada na plataforma política para marcar as especificidades das jovens no interior de uma estrutura social desigual:

As jovens do campo e da floresta vivenciam experiências de desvalorização do seu trabalho, seja no espaço agrícola ou doméstico, de não reconhecimento da sua participação política e de limitado acesso às políticas públicas e aos direitos sociais [...]. A migração das jovens rurais para os perímetros urbanos é um processo motivado, principalmente, por relações patriarcais reproduzidas pela família e comunidade, fundadas na desvalorização das mulheres e na invisibilidade da condição juvenil. As jovens tendem a enxergar na cidade uma oportunidade de edificar suas trajetórias pessoais longe do jugo paterno. Entretanto, a vida nas cidades também reforça padrões discriminatórios e desigualdades, na medida em que inserem estas jovens em condições precárias de trabalho, moradia e acesso às políticas (CONTAG, 2011, p. 10).

A inserção das mulheres no trabalho agrícola, extrativista e não agrícola está marcada pela estrutura patriarcal da família, definida a partir do poder do homem e pela divisão sexual do trabalho. Significa dizer que prevalece a visão padronizada de família, em que o homem representa os interesses do conjunto, ou seja, da mulher e filhos, deixando transparecer que os interesses são comuns e que se complementam de forma harmônica. A família assim estruturada possui uma hierarquia de gênero e geração, colocando as mulheres e jovens na condição de subordinação. Nesse contexto, as mulheres jovens ocupam o menor lugar na hierarquia familiar, submetidas à lógica patriarcal e aos padrões de sucessão rural que privilegia os jovens homens. Toda esta estrutura e dinâmica relacional resultam em desvalorização das mulheres e invisibilidade do seu trabalho. Faz-se necessário, portanto, consolidar ações de valorização do trabalho feminino e da participação das jovens mulheres na construção de relações produtivas e sociais sustentáveis. Vale destacar que, para além das análises sobre a inserção da juventude no mundo do trabalho, é preciso refletir quais as condições de ocupação vivenciadas pelos diferentes sujeitos que integram este grupo. Nesse sentido, as jovens mulheres compatibilizam vida profissional e trabalho doméstico, e essa realidade limita as possibilidades de continuidade dos estudos e a própria vivência da condição juvenil (CONTAG, 2011, p. 29).

Já em relação à discussão sobre sexualidade, a plataforma trazia temas como o aborto, as doenças sexualmente transmissíveis (incluindo a AIDS) e o posicionamento de combate à lesbofobia e à homofobia. Conquanto se trate de assuntos fundamentais que emergiam com força em toda a sociedade, não me pareciam temas prioritários. Conversando sobre essa questão com uma dirigente sindical durante um promovido pela CONTAG, em 2013, ela me disse:

Do ponto de vista político, em alguns cantos eu me identifico como lésbica, em outros não. Identifico-me em reuniões de mulheres feministas, mas, se for lá na base, só trabalhadoras rurais, eu não me identifico. Se for um grupo misto, homens e mulheres, eu também não me identifico, só se eu conheço a posição do homem, aí eu me identifico. Eu acho que do ponto de vista de conquistas, nesse sentido, não tem ganho nenhum para as lésbicas participarem da Marcha, porque a gente não aborda tanto esse assunto. Mas essa história do casamento homossexual vem dessa história da Marcha. Eu tenho certeza de que essa questão do casamento surgiu com a Marcha, então a Marcha tem algum significado, porque é bom a gente saber que tem outras como nós ali, de todos os níveis, então tem um significado legal para nós, lésbicas.

Nem as negras, nem as lésbicas e, de certa forma, nem as jovens, só para citar algumas diferenças, constituem-se como segmentos com pauta própria em seus sentidos e discursos. Ainda que suas necessidades e especificidades não sejam omitidas, pelo contrário, são reveladas e reconhecidas, as suas diferenças ainda são encobertas no conjunto daquilo que as identificam como ‘mulheres do campo e da floresta’. Algo que se expressou na pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas 2011.

Dos cento e cinquenta e oito pontos que compunham a pauta, nenhum foi direcionado especificamente às mulheres negras, dois faziam referência a propostas de combate a toda e qualquer forma e prática de sexismo, homofobia e lesbofobia, e oito se direcionavam às mulheres jovens, tendo sido apresentados pela Secretaria de Jovens Rurais da CONTAG. Ainda assim, tratava-se de propostas genéricas, relacionadas principalmente à temática produtiva e educacional, as quais, embora fossem dirigidas às jovens, não evidenciava a sua especificidade dentro das questões mais gerais postas pela juventude.

Ou seja, marcadores de diferenças como raça, geração e sexualidade não foram, naquele momento, suficientemente materializados em pontos de pauta específicos, o que me fez perceber que a ‘diferença’ na Marcha é caracterizada e significada de distintas maneiras. Tomo aqui o conceito de Brah, segundo a qual, diferença “se refere às diversas maneiras nas quais os discursos específicos da diferença se constituem, discutem, reproduzem ou adquirem novos significados” (2011, p. 154, tradução minha).

Lendo a plataforma, fica evidente que a ideia de diferença como relação social é mobilizada na Marcha, enfatizando a estrutura como algo determinante da formação social, de modo que o sujeito é significado a partir da sua posição socioeconômica

e cultural. Porém, em outros momentos, a percepção da diferença como relação social evidencia a articulação dos diferentes elementos quando remetida à experiência vivida pelas mulheres no seu cotidiano, afirmando, assim, a diversidade existente (Brah, 2011).

Partindo da premissa de que as mulheres experimentam seu gênero através da classe, do território, da sexualidade, da raça, da etnia e de outros marcadores de diferença, é de se supor que são diversas as formas como a diferença é percebida e compreendida na experiência, esta entendida como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica quanto narrativamente, ao lugar da formação do sujeito (Brah, 2011).

É certo que a diferença marca o que há de distintivo nas ‘histórias’ coletivas, mas ela também se revela na experiência pessoal. Embora se articulem constantemente, essas diferenças, experienciadas em variadas dimensões, não podem ser ‘lidas’ uma a partir da outra. Se, por um lado, o sujeito é significado a partir das relações socioeconômicas e culturais, ele também atribui significado a essas relações na vida cotidiana. Trata-se de processos simultâneos. Nesse sentido, a diferença como experiência pode ser percebida tanto na relação social quanto na vivência subjetiva, não como âmbitos diferentes de experiências, circunscritos a espaços mutuamente exclusivos, mas como algo intrinsecamente interligado. Como assevera Brah (2011, p. 145), “o ‘eu’ e o ‘nós’ que agem não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes”.

Na Marcha, a concepção de diferença como relação social é mobilizada por se referir a uma experiência coletiva construída historicamente, de modo que assinala as diferenciações de gênero, classe e território em termos de composições estruturadas e estruturantes da formação social. A referência à situação de subordinação das mulheres dentro de estruturas socioeconômicas e políticas de poder evidencia todo um sistema de significação e representação que as constroem como classe. Assim, quando anuncia o seu sujeito como ‘mulheres trabalhadoras’, está destacando o posicionamento desse grupo, marcado, nessas estruturas, pelo gênero.

Porém, as relações sociais que situam os sujeitos na estrutura social se expressam, ganham sentido e se materializam no cotidiano da experiência vivida. Assim, quando se utilizam da nomeação ‘mulheres do campo e da floresta’, as mulheres em questão estão se referindo tanto às relações sociais de gênero como à sua experiência cotidiana, embora não se possa especificar, de antemão, a particularidade das suas vidas pessoais ou como elas “interpretam e definem essa experiência” (Brah, 2011, p. 148).

A diferença é também uma produção subjetiva. Os imperativos das instituições sociais não são suficientes para justificá-la ou compreendê-la (Brah, 2011). Pode parecer paradoxal, mas a Marcha, como experiência coletiva, em que se compartilha um lugar comum de ser ‘margarida’, é também um espaço favorável à percepção subjetiva da diferença. Dois relatos me fizeram perceber que a própria Marcha oportunizava a descoberta da diferença no encontro com o ‘outro’.

A primeira Marcha foi um desafio, uma grande expectativa, foi a realização de um sonho, onde eu vi que não era só eu que tinha o mesmo problema, vi que tinham várias mulheres com os mesmos problemas, pensamentos, objetivos, sofrimentos e com a mesma busca. A Marcha foi uma conquista muito grande de espaço, porque foi aí que eu acordei pra questão de sexo, de cor, de raça, que eu fui ver que nós não era igual, que até aí eu tava no movimento e pra mim era todo mundo igual. Eu sabia que era a Marcha, era um movimento grande, isso eu sabia, só não sabia que era um movimento de luta de espaço pra mulher. Eu só não sabia que a gente ainda tinha tanta discriminação, daquele tanto, que, quando a gente chegou lá, a gente viu, a gente começa a ver que há uma necessidade muito maior do que a gente pensa, de lutar (Paula, dirigente sindical, PA, 2011).

Quando eu vi tudo, aquelas mulheres... Vixe Maria! Eu achei muito emocionante, muito bonito ver assim todo mundo, a união, né? Principalmente nos ônibus, a união que é das pessoas, a preocupação, a sensibilidade, a gente vê muito o lado humano das pessoas, a solidariedade. Vê que o problema meu é o problema de todo mundo. Todo mundo se preocupa com todo mundo. E, assim, lá mesmo em si é muito lindo, a gente vê todo mundo brigando, tudo por uma causa só, todo mundo junto, unido. O que eu achava mais bonito era aquele povo do estado do Rio Grande do Sul, aquele povo branco, grande, que eu nunca tinha visto, eu ficava encantada. O jeito deles falarem, eu ficava bestinha quando eu via. Quando eu vim, eu contava tanto ao povo sobre o gaúcho, aquele povão grande, branco. A gente tá acostumado aqui nós, tudo preto, pequeno, né? (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

Muito pode ser explorado dos trechos retirados das narrativas de Paula e Maria, mas, neste momento, eu gostaria de ressaltar apenas dois aspectos. O primeiro deles é que as suas falas sugerem algo que encontra ressonância no pensamento de Brah (2011): o sujeito é constituído em e através da experiência ‘interior’ e ‘exterior’. Essas mulheres, ao viverem a Marcha como experiência, estão provocando transformações, não apenas social ou política, mas uma mudança pessoal,

afinal “os processos de formação da subjetividade são ao mesmo tempo sociais e subjetivos” (Brah, 2011, p. 152, tradução minha). O outro aspecto está relacionado às falas fazerem menção, de alguma forma, a estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade de maneira mais ou menos articuladas e não como “variáveis independentes” (*ibidem*, p. 138), revelando que “a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra — é constituída por e constitutiva das outras” (*ibidem*).

A categoria ‘mulheres do campo e da floresta’ assinala algo comum à experiência de uma multiplicidade de mulheres que vivem no meio rural. Trata-se de um termo que, ao ser mobilizado através da Marcha, criou um tipo de sujeito político. O termo (descritivo) se refere a mulheres que ocupam uma posição estrutural semelhante como trabalhadoras rurais. Entretanto, elas experimentam a genericificação de sua posição de classe no espaço geográfico onde habitam, o qual é identificado como ‘não urbano’. Essa é uma marca da diferenciação que no discurso é utilizado pelas designações ‘rurais’ e ‘urbanas’. Logo, no início da plataforma política, essa marca é evidenciada:

Para abordar o lema da Marcha das Margaridas 2011, partimos do meio rural como o espaço onde vivem e trabalham as mulheres do campo e da floresta e de uma breve reflexão crítica sobre a concepção tradicional do que é o rural no Brasil. Tradicionalmente, o meio rural é concebido como um espaço que se opõe ao espaço urbano. É comum associá-lo a carências e atrasos de ordem econômica, política e cultural. Em contraposição, o urbano tem sido difundido como o lugar das conquistas democráticas, da educação, da organização política e social, da evolução e das oportunidades de trabalho e de acesso a bens e serviços. A realidade brasileira, entretanto, é muito mais complexa quando se trata da relação entre urbano e rural, de modo que se faz necessário superar a visão que os coloca em oposição e proceder a uma reflexão mais ampliada sobre o território brasileiro [...]. De fato, o rural não pode mais ser reduzido à agricultura e pecuária, mas deve ser considerado em sua característica pluriativa, como uma combinação diversificada, que engloba atividades não agrícolas, agroextrativistas, artesanais, de serviços, etc. Rural e urbano, dessa perspectiva, estão muito mais integrados e compõem uma realidade complexa que exige superar as tradicionais categorias de espaço e ocupação. A visão distorcida e preconceituosa do meio rural é reproduzida pelo modelo de desenvolvimento que predomina no Brasil, que se sustenta na aliança do latifúndio como agronegócio, na concentração da terra e da renda, na devastação das florestas e bens comuns, na privatização e controle pelo mercado da água, da biodiversidade, na

exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e na opressão e subordinação das mulheres. Um dos grandes desafios políticos da MARCHA DAS MARGARIDAS 2011 é dar visibilidade ao rural em toda a sua diversidade e aos sujeitos políticos que protagonizam a sua dinâmica social, econômica, política e cultural, especialmente as trabalhadoras do campo e da floresta. A visibilidade que se quer dar deve resultar em políticas públicas que assegurem saúde, educação, saneamento, habitação, apoio à produção e comercialização. As trabalhadoras do campo e da floresta querem vencer a pobreza e conquistar desenvolvimento com justiça, autonomia, igualdade e liberdade (CONTAG, 2011, p. 9-10).

O texto afirma o ‘rural’ como lugar onde vivem e trabalham as mulheres do campo e da floresta, ao mesmo tempo que se contrapõe à representação do rural como lugar do atraso em relação ao urbano como *locus* da modernidade e à oposição entre estes dois espaços daí advinda. A representação social construída em torno desses dois espaços dá suporte à construção de discursos da diferença que imprime uma valoração negativa ao ‘rural’, influenciando a forma diferenciada com que as políticas públicas são direcionadas para um público ou outro, reforçando as desigualdades já existentes e reproduzindo outras.

Entretanto, o binarismo rurais/urbanas constituinte do discurso ajuda a construir a equivalência e a similaridade de experiência, na medida em que elas se reconhecem no enfrentamento às práticas de estigmatização, inferiorização, exclusão e/ou discriminação em arenas como trabalho, educação, moradia, saúde e infraestrutura básica (acesso à energia elétrica, habitação etc.).

Para Sílvia Camurça, da AMB, independentemente de serem ‘rurais’ ou ‘urbanas’, o que cria identificação entre as mulheres representadas pelos diversos movimentos e organizações que compõem a Marcha é o ‘patriarcado’. Este é o antagonista comum.

“Somos todas mulheres oprimidas e exploradas pelo patriarcado”. Mesmo que elas não digam essa frase, mas elas sabem, já vivenciaram isso em processos educativos e de reflexão nas suas bases, já participaram de encontros feministas, já têm diálogo com feministas em tudo quanto é canto, já têm bastante consciência de que tem uma desigualdade que desfavorece as mulheres, que o trabalho delas vale menos e elas têm menos direito, não têm liberdade, não sei o quê, sofrem violência, isso é o que eu acho que unifica (Sílvia, AMB, 2012).

Quando ocorreu pela primeira vez, em 2000, a Marcha já contava com a participação das ‘urbanas’, que, desde então, vêm num crescente.

Nós, da Marcha Mundial, começamos com a ideia muito assim de como construir um movimento ondeoubéssemos todas da classe trabalhadora, e era pra nós um grande desafio conseguir construir um movimento de mulheres que incorporasse não só urbanas e rurais, mas jovens, negras. Então, nesse aspecto, a Marcha das Margaridas foi um ponto de partida muito importante pra essa relação dessa construção entre urbanas e rurais. Dentro do nosso ponto de vista, foi a nossa primeira experiência onde a gente construiu realmente espaços de mobilizações conjuntas entre urbanas e rurais. Eu acho que uma coisa que foi acontecendo nesses anos foi o crescimento da participação das urbanas. E, nessa última Marcha das Margaridas [2011], a gente tem uma participação muito grande das urbanas (Nalu, MMM, 2013).

A presença das ‘urbanas’ é mobilizada por intermédio das organizações que já desenvolvem um trabalho junto a esse público, como a Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a União Brasileira de Mulheres e as centrais sindicais, como a CUT e a CTB. Sílvia me disse que a participação de mulheres rurais e urbanas na AMB varia conforme o estado:

Por exemplo, a AMB aqui em Pernambuco. No Fórum de Mulheres de Pernambuco, a região menos organizada é a metropolitana. Somos mais organizadas no Sertão e na Zona da Mata, e 90% delas são rurais. Mas a capital ganha visibilidade pelos jornais, pelas instituições como o SOS Corpo, porque há feministas que falam na mídia. Pernambuco é um exemplo disso. Agora, veja o Rio de Janeiro. AMB Rio pega o Rio e a Região dos Lagos, mas muito pessoal urbano. Já no Norte, é mais o povo de floresta. No Ceará, temos muitas pescadoras. Varia, mas, na média, eu diria que estamos mais na capital que no interior, embora haja estados com muita organização no interior, onde prevalece ainda as questões das mulheres rurais. Parece que o feminismo tem um atrativo para as mulheres que estão mais isoladas, não tem esfera pública em cidade pequena, é muito restrito. Acaba que as mulheres da sede do município são muito caretas. E as mulheres que ficam soltas parecem mais revoltadas, pois têm menos acesso a tudo e sem controle da esfera pública. Algumas pessoas tiveram problemas com ações muito ousadas, sem perceber a ousadia. Eram, na maioria, mulheres rurais, sobre a questão do aborto (Sílvia, AMB, 2012).

Não é incomum as próprias mulheres dirigentes sindicais ou das federações falarem do interesse demonstrado por mulheres urbanas, vinculadas às mais diferentes categorias e organizações, em participar da Marcha.

Embora os modos precisos como ‘mulheres rurais’ e ‘mulheres urbanas’ vivem o seu gênero não sejam idênticos, as relações de equivalência estabelecidas ajudam a criar as condições para tornar possível a ação conjunta e, sob a designação de ‘margaridas’, as ‘urbanas’ aderem a esta ação.

‘Margaridas’ como um termo especificamente político, envolvendo mulheres rurais e urbanas, acabou se tornando uma expressão confiante de uma identidade afirmativa do conjunto das mulheres que participam da Marcha. Associado a significados políticos e culturais distintos em contextos diferentes, ‘margarida’ é um termo mobilizado como parte de um conjunto de princípios e ideias constitutivas para promover a ação coletiva. Assim, “todas que fazem parte da Marcha são margaridas”

‘Margaridas’ somos todas nós que ainda não fazemos parte do que se chama de cidadania. ‘Margarida’ é desabrochar pra alguma coisa. Você já prestou atenção numa margarida? Viu ela desabrochando? Então acho que todas nós somos ‘margaridas’ quando estamos buscando os solos férteis, a cidadania (Ângela-PA, 2011).

As ‘margaridas’ somos nós, mulheres desse Brasil afora, que lutam por um objetivo comum, que é a sua liberdade, autonomia. Como uma cidadã brasileira, que tem direitos, independente de ser branca ou preta, grande ou pequena, gorda ou magra, estudada ou não, de não saber ler nem escrever. Independente de qualquer coisa, as ‘margaridas’ são mulheres que acreditam nessa luta (Graça, Coordenadora de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAESC, 2011).

As ‘margaridas’ são todas as mulheres lutadoras, e assim eu consigo me ver na Marcha, porque a Marcha é para todas as mulheres que lutam, que defendem a terra, que defendem a vida das mulheres. A Marcha das Margaridas é a marcha das mulheres que lutam (Euci-PA, 2011).

As ‘margaridas’ são mulheres que lutam, mulheres que têm um ideal super diferente no mundo, que buscam por justiça, por igualdade social, por direito na sociedade, por espaço para viver. São mulheres sofridas, mas destemidas, corajosas. Essas são as verdadeiras ‘margaridas’ (Paula-PA, 2011).

De um modo geral, o termo ‘margarida’ pode ser atribuído a toda mulher que se identifique com a luta das mulheres, seja a luta por direitos, por cidadania, seja a luta por espaços de poder. A designação passa a assumir novos significados ao começar a ser apropriada pelo discurso de governo. Na sua fala, no ato de encerramento da Marcha das Margaridas 2011, a presidenta Dilma Rousseff se dirigiu assim às mulheres:

Queridas ‘margaridas’, quero dizer a vocês que eu estarei sempre junta, sempre aberta ao diálogo, a ouvir, a escutar. E podem ter certeza que vocês têm em mim uma presidenta que também se considera, vocês me permitam, uma presidenta ‘margarida’, como vocês.

Quando utilizado em relação às ‘urbanas’, o termo é esvaziado daqueles significados culturais específicos associados a mulheres que habitam no campo e na floresta. Ele incorpora as ‘urbanas’ apenas no sentido político, sem negar, entretanto, as diferenças culturais existentes entre elas e ‘as rurais’. Aliás, Carmen reitera a importância de afirmar essa marca que caracteriza as mulheres rurais:

Hoje eu tenho clareza de que eu sei que sou uma referência das mulheres trabalhadoras rurais e de muitas urbanas. A Marcha ganhou uma característica rural e, cada vez mais, vêm outras mulheres. Eu acho isso bem legal, porque tem a conexão mulher urbana e mulher rural, mas eu acho que não pode perder o que significa o conteúdo da Marcha para as trabalhadoras rurais desse país (Carmen Foro, 2013).

As designações ‘rurais’ e ‘urbanas’ revelam uma marca de diferenciação entre o conjunto das mulheres que expressa também diferenças culturais reconhecidas entre elas. As necessidades culturais não são definidas em termos amplos como independentes de outras experiências sociais centradas em classe, gênero ou território. Assim, embora o binarismo entre ‘rurais’ e ‘urbanas’ possa supor, a princípio, que um ou outro grupo é internamente homogêneo, este não é o caso. As mulheres extrativistas, por exemplo, ainda que de uma forma ampla se identifiquem como ‘rurais’, procuram sempre marcar a diferença que existe entre quem vive no campo e na floresta, ou em evidenciar a existência da heterogeneidade das ‘rurais’ que, por sua vez, apresentam aspirações e interesses sociais diversos, chamando atenção do Estado para a pluralidade de necessidades entre as habitantes das florestas.

A Marcha pode ser compreendida como uma luta por significado, mas também por ‘diferentes modos de ser’, nos quais se imbricam questões relacionadas à experiência, à subjetividade e às relações sociais. Através dela são visibilizadas ‘mulheres do campo e da floresta’, sujeito-em-processo, de natureza precária e contraditória, que ganha significado mediante a subjetividade experimentada na Marcha como identidade. Esta, por sua vez, é marcada por uma multiplicidade de posições de sujeito, mas é significadora como tendo coerência e estabilidade, enunciada em algum momento como ‘nós’, embora em constante mudança, uma vez envolvida em circunstâncias pessoais, sociais e históricas (Brah, 2011).

Vivida como experiência coletiva, a Marcha não se reduz à soma das experiências de vida de cada uma das mulheres nela envolvida, mas também não reflete o conjunto dessas experiências na sua totalidade. Como afirma Brah (2011, p. 152, tradução minha), “a identidade coletiva é o processo de significação pelo qual o comum da experiência em torno de um eixo específico de diferenciação [...] se investe de um significado particular”. Isto quer dizer que a identidade coletiva¹⁵⁵, embora precária e contingente, no momento em que é assumida como tal, carrega apenas parcialmente os traços de outras ‘identidades’, ainda que estas não deixem de existir. Também não desaparecem as relações de poder que são parte da heterogeneidade interna do conjunto do que se designa ‘mulheres do campo e da floresta’.

No processo de mobilização política, apela-se à experiência coletiva, tentando nela reinscrever as subjetividades (Brah, 2011). Nesse processo, é evocado aquilo que as ‘mulheres rurais’ têm em comum, mas, paradoxalmente, o que é comum apenas se torna significativo quando articulado a um discurso de diferença, que é construído a partir de alguma leitura da história coletiva, tomada como experiência. Experiência de ser mulher rural, trabalhadora, destituída de direitos, com uma história particular de opressão, discriminação, exploração e submissão, estruturada em torno do gênero como significante de inferioridade, produzida e reproduzida por meio de mecanismos específicos, dentre os quais a utilização da violência e da violação dos seus corpos. Há na Marcha um apelo aos laços construídos do reconhecimento dessa experiência partilhada a fim de mobilizar as mulheres às quais se refere e, ao fazê-lo, afirmam uma diferença que pode ser

155 ‘Identidade coletiva’ é aqui utilizada no sentido atribuído por Brah (2011) para se referir ao processo político de construção da base de identificação de um grupo social, num dado contexto econômico, cultural e político, a partir da circulação de discursos, matrizes de significado e memórias históricas, anunciando um sujeito político que ao ser nomeado, espelha tal identidade.

lida como ‘essencialismo estratégico’, na acepção de Spivak (2010)¹⁵⁶, experimentando, assim, a diferença como identidade.

Enfim, compreender a dinâmica interna da Marcha das Margaridas, a partir da articulação que a configura, implica considerar as similaridades e diferenças na constituição do seu sujeito político por meio dos elos estabelecidos entre as multiplicidades de posição de sujeitos envolvidos. Ao propor trabalhar com a ‘diferença’ como categoria analítica, Avatar Brah (2011) me forneceu uma chave para pensá-la, no contexto específico da Marcha, desde a produção de significados capaz de criar uma identidade em torno de um sujeito nomeado ‘mulheres do campo e da floresta’. Feito isso, e para ampliar a compreensão do campo, aproximei o meu olhar da dinâmica da Marcha a partir dos estados e municípios por onde andei buscando descrever o ‘tempo da Marcha’.

156 Gayatri Spivak (2010) utiliza o termo para se referir ao uso estratégico do essencialismo positivista (ontológico) para efeitos de ação política. O ‘essencialismo estratégico’, no sentido cunhado por Spivak, leva em conta o caráter provisório das identificações, único modo de pôr limites aos perigos da adoção de um discurso representativo, *vertretung* (‘falar por’) e *darstellun* (‘reapresentação’, considerando as dimensões estéticas e de encenação).

The background of the image features several embroidered figures, likely representing Mexican folk art. These figures are depicted from the chest up, wearing various styles of hats (sombreros) and traditional blouses (rebozos or huipiles) with intricate geometric and floral patterns. The embroidery is done in dark thread on a light-colored fabric. A central white rectangular box with a dashed border contains the text "SEGUNDA PARTE".

SEGUNDA
PARTE

Na luta por direitos, nos transformamos em guerreiras, que se expressam nas nossas bandeiras, faixas, nas falas, nos sonhos de milhares de mulheres, jovens, indígenas, negras, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, lésbicas, mulheres feministas do campo da floresta e das águas.

Somos de diversos lugares, sem fronteiras, de garra, de várias etnias. Dentro da nossa diversidade, nos unificamos na luta por cidadania e igualdade. Nessa caminhada de avanços, retrocessos, quedas e vitórias nos fortalecemos.

Lembremos Margarida Alves, sindicalista, lutadora, mulher forjada na luta pelos direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais, que se mantém presente em nossas mentes e corações.

Na Marcha das Margaridas de 2011, 100 mil mulheres em Brasília irão florir, rompendo a invisibilidade e ocupando os espaços de poder, quebrando o silêncio diante da opressão.

As mulheres são a somatória das vivências das parteiras, benzedeiras, curandeiras; a alegria das canções das quebradeiras de coco, as melodias das serenatas sertanejas; o chão firme do cerrado as ondas do mar; o convívio das rodas de chimarrão, os bailes das cirandas, a criatividade do povo brasileiro, o encantador som das sábias amazonenses, as riquezas das culturas regionais. No girar da roda da vida, nos descobrimos enquanto criadoras da agricultura e donas da própria vida. [...]

Somos Mulheres, somos gente, somos a força, somos feministas, somos Margaridas em ação, estamos em Marcha

[TEXTO LIDO NO LANÇAMENTO NACIONAL DA MARCHA DAS MARGARIDAS, 2011]

O tempo da Marcha

As reuniões da Coordenação Ampliada em Brasília, como já visto anteriormente, se constituíam no espaço de proposição e planejamento das ações da Marcha. Ainda nas primeiras reuniões, fazia-se uma espécie de avaliação da Marcha anterior. Posteriormente, procedia-se a uma discussão sobre os principais pontos destacados durante a avaliação, considerando ainda, os acontecimentos políticos significativos e a conjuntura recente. Todos esses aspectos eram considerados para se pensar o ‘desenho’ que a Marcha iria ter (formato, estrutura, lema, ações, meta de participantes etc.), mantendo-se, ao mesmo tempo, a flexibilidade necessária, uma vez que a conjuntura é dinâmica. E por isso mesmo, em todas as reuniões, inicialmente, era dedicado um momento para empreender a sua análise, em que se examinava os fatores políticos, econômicos e sociais que contribuíam para a tomada de decisões em relação à Marcha.

A cada reunião era feito um levantamento das atividades realizadas entre uma e outra, tanto no âmbito nacional, como no âmbito dos estados, abordando os avanços, as dificuldades e as questões relevantes que demandavam tomadas de posição. A partir daí era traçado o planejamento das ações para o próximo período, estabelecido pela reunião seguinte. Nesses espaços, estratégias eram traçadas, planos eram redesenhados ou refeitos, e as ações eram avaliadas continuamente. Quando da discussão da plataforma política e dos eixos temáticos que a estruturaram e organizaram a pauta de reivindicações, foram destinados momentos para a reflexão dos temas envolvidos.

Esse ‘pensar a Marcha’ do ponto de vista estratégico, o seu caráter, objetivos e ações mais amplas, são definições traçadas nas reuniões da Coordenação Ampliada, em Brasília. Elas são levadas aos estados através das coordenadoras ou secretárias de mulheres trabalhadoras rurais que compõem a CNMTR. Nos estados, também por meio de reuniões com as respectivas comissões estaduais de mulheres trabalhadoras rurais (CEMTR), são divulgadas as informações e socializadas as definições e as ações previstas, de acordo com as orientações dadas nacionalmente. A partir da CEMTR, essas informações e orientações são levadas até os municípios,

que — por intermédio das dirigentes e lideranças locais, representantes das delegacias sindicais ou associações comunitárias — fazem chegar essas questões à ‘base’, onde são discutidas.

Ou seja, os espaços de reflexão e encaminhamento das ações são basicamente as reuniões, que acontecem desde o âmbito nacional e estadual, passando pelas regionais ou polos sindicais, até chegar aos sindicatos e daí às comunidades. Além desses espaços, são organizados nas federações, nas regionais, microrregionais ou polos sindicais, encontros e seminários, a fim de ampliar essas reflexões.

Cabe às secretárias ou coordenadoras de mulheres trabalhadoras rurais das federações coordenar o processo de construção da Marcha das Margaridas nos seus respectivos estados. Como elas mesmas falam, o seu papel é mobilizar as mulheres para a Marcha. Percebi que ‘mobilizar’ adquire mais de um sentido, podendo estar relacionada à mobilização de recursos financeiros, à mobilização de mulheres para ir a Brasília, ao engajamento de pessoas numa ação pró-Marcha e à sua divulgação. Tudo isso envolve muitas ações e tarefas.

Geralmente, é difícil encontrar uma secretária ou coordenadora estadual de mulheres nas federações em tempo de Marcha. Elas atuam na sua divulgação, dentro do próprio movimento sindical e fora dele, o que implica anunciar a sua realização, afirmar o seu objetivo, falar e convencer da sua importância, dar a conhecer e levar informações. Elas quase sempre são solicitadas a se fazerem presentes nos eventos promovidos pelas mulheres nos municípios, nos polos, nas regionais e nas microrregionais, desde reuniões a comemorações festivas. Elas promovem encontros, cursos, oficinas e reuniões com objetivos diversos, desde aqueles envolvendo a preparação da Marcha propriamente dita até a discussão da plataforma política e dos seus eixos. Além disso, elas atuam como ‘animadoras’ do processo, empenhando-se em incentivar as mulheres dirigentes e lideranças municipais a se envolverem na organização da Marcha.

Eu tenho certeza de que, se não tivesse a coordenação de mulheres nas federações e nos municípios, seria muito pouco trabalhada essa questão da mobilização, fazer essa conversa chegar lá na ponta, na base. Seria feito muito pouco, então a gente tem um papel muito grande de estar ali dizendo o dia a dia. A gente tá ali empurrando. E não é só em relação à Marcha, mas tudo que se trata de mulheres, tudo ali, se a gente não tiver empurrando, não é tratado em espaço nenhum (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAEMA, 2011).

Porém, Adriana, ela própria, reconhece que há casos em que o trabalho de mobilização é realizado fora do espaço sindical, notadamente, quando alguma federação se omite ou não assume esse papel.

Cabe ainda às coordenações ou secretarias de mulheres trabalhadoras rurais nos estados subsidiar a sua 'base' com materiais informativos, de divulgação e de aprofundamento político. Alguns desses materiais são produzidos por elas próprias, outros são produzidos pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG.

A gente tem muitas mulheres que participaram da primeira, da segunda, da terceira, então elas mesmas começam a perguntar: "E a Marcha, quando é que vai ser? Não tem a Marcha esse ano? Por que não vai ter?". Tem muito essas perguntas na base, e quando chega a discussão que o próximo ano é o ano da Marcha "já vou começar a me arrumar". As mulheres começam assim: "Como é que vai ser, vai ter rifá, vai ter bingo? A federação vai bancar os ônibus pra gente?". Começam a perguntar logo assim. Quando chega nas comunidades mesmo, o pessoal pergunta: "O sindicato, o que está fazendo pra levar a gente pra Marcha? Como é que vai ser a Marcha? Vai ter documento, vai ter camisa?". Quando chega mesmo o momento de dizer "próximo ano vai ser a Marcha", a gente começa a anunciar no conselho da federação. Muitas vezes, nos ofícios que a gente encaminha mobilizando pra reunião, para seminário, a gente coloca um lembrete: "Olha a Marcha!", "Não se esqueça da Marcha!", "Próximo ano tem a Marcha!", "Vamos discutir recursos pra Marcha!". A gente começa também com as entrevistas, a gente faz muitas entrevistas em rádio, em televisão, a gente já começa a divulgar a Marcha. E daí pra frente começa, o pessoal começa a ligar, começa a mandar ofício dizendo que quer ir pra Marcha, que quer participar, o que vão fazer.

Quando os materiais começam a chegar, a gente começa a mandar pros sindicatos. A gente conhece muitas pessoas de delegacia sindical. Tem muitos eventos com delegado sindical, e cada evento desse a gente vai mandando material e dizendo pra eles: "Olha, toda reunião que tiver na delegacia você tem que falar da Marcha". Aí você vai mandando os folhetos, vai mandando algumas coisas para ler lá, na hora da reunião. Aí o delegado sindical se encaminha pra fazer uma discussão, daqui pra frente é a Marcha. O delegado sindical é a peça-chave. O fazer no dia a dia, a maioria hoje é o delegado sindical e as coordenações de mulheres nos sindicatos que vão pra 'base' fazer essa discussão, essa mobilização. Tem reunião nos sindicatos e os delegados são chamados, e lá se diz: "Vai

ter a Marcha e precisa disso, disso e disso. Mas, primeiro, a gente precisa mobilizar. Primeiro, a gente não tem como levar as meninas se elas nunca ouviram falar na Marcha, elas vão dizer que não têm como sair”. Então a gente começa daí: “Você tem que dizer pra ela o que é a Marcha” (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAEMA, 2011).

Além disso, elas se empenham na obtenção de recursos materiais e financeiros. Algumas demandam e negociam com o poder público local, governadores e deputados, o financiamento de ônibus ou alguma ajuda para a sua aquisição. Outras encaminham projetos a agências de cooperação e agências públicas ou estabelecem parcerias locais com a finalidade de obter apoio financeiro para a confecção de camisetas, bolsas, chapéus, alimentação etc. Ademais, elas negociam a liberação de recursos no interior da federação ou intervêm para que isso ocorra dentro dos próprios sindicatos.

Cabe também às coordenadoras/secretárias de mulheres, nos estados, buscar ‘parceiros’, articular e estabelecer o diálogo com as entidades parceiras, constituir a coordenação ampliada da Marcha nos estados, a exemplo da Coordenação Nacional Ampliada. Trata-se de um trabalho de mediação entre o movimento sindical e entidades, organizações e outros movimentos, como também dentro do próprio movimento sindical, buscando envolver os demais dirigentes das federações no processo de preparação da Marcha, ou intercedendo em conflitos locais envolvendo questões relativas à sua organização.

Aliás, nesses momentos de preparação da Marcha, observa-se uma maior presença de conflitos, de negociações e de alianças, assim como o estabelecimento de pactos. Os conflitos abrangem desde relações interinstitucionais até as relações entre os participantes da própria Marcha (dirigentes, trabalhadoras rurais e mesmo assessoria).

A maioria das minhas interlocutoras que exercem o cargo de secretárias ou coordenadoras de Mulheres Trabalhadoras Rurais afirma que é preciso “negociar a Marcha” dentro das federações. Isso implica a negociação dos recursos financeiros que irão ser destinados para sua realização, o esforço e o empenho de cada pessoa que compõe a direção; e a composição das parcerias, como já visto no capítulo anterior.

As coordenadoras ou secretárias estaduais, comumente, se queixam do não envolvimento do conjunto da direção das federações nas atividades que visam à construção da Marcha nos seus respectivos estados. Sendo uma ação das mulheres, subjaz o entendimento de que cabe à secretária ou à coordenadora de mulheres

viabilizá-la. Ademais, ‘as questões das mulheres’, quase sempre, não são questões priorizadas no interior do movimento sindical. Há sempre pautas mais importantes e mais urgentes, que necessitam de um envolvimento maior. Não sendo priorizadas politicamente, ‘as questões das mulheres’ também não o são quando se trata da destinação de recursos financeiros, residindo aí o principal descontentamento das dirigentes, inclusive as dirigentes sindicais que atuam nos municípios, como será visto mais adiante. Aliás, é sobre esta mobilização nos municípios que eu gostaria de me deter agora, porque é ali que se expressa mais visivelmente todo esse processo.

A mobilização nos municípios e comunidades

A Marcha das Margaridas tem afirmado sua importância não apenas como uma prática política, mas social. Ela acaba definindo um momento importante no calendário das mulheres. Se há o ‘tempo de política’, como afirmam Palmeira e Heredia (1995), fazendo uma alusão ao ‘tempo de festas’, ao ‘tempo de Quaresma’, próprios do ciclo de festas religiosas, há também o ‘tempo da Marcha’.

Nesse tempo, nos municípios, ficam mais visíveis vínculos que identifiquei com o que Melucci (2001, p. 60) denomina redes submersas para se referir “à rede de relações informais que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla”, e que, estando imersos na vida cotidiana, “requerem um envolvimento pessoal na experimentação” (*ibidem*, p. 61). Trata-se de redes sociais baseadas em códigos culturais e solidariedades construídas no cotidiano e que dão sustentação aos “movimentos sociais ao longo de fluxos e refluxos de mobilização” (Alvarez; Escobar, 2000, p. 34). Na maior parte das vezes, submersas na vida cotidiana, elas se fazem visíveis nos processos de mobilizações. Os vínculos que sustentam essas redes, no caso da Marcha, se estendem dos municípios às comunidades, passando por sítios e povoados — como os laços familiares e comunitários.

No processo de mobilização, a depender do contexto, amigos, parentes, vizinhos, filhos etc. podem ser acionados para a preparação de festas ou qualquer outro evento que tenha como finalidade angariar recursos, como vender rifas ou preparar quitutes para serem vendidos ou rifados. As pessoas próximas, sejam amigos ou parentes, que detêm uma melhor condição financeira também são solicitadas a fazer doações de alimentos e objetos para serem rifados ou outros tipos de apoio. Aliás, nos municípios se percebe a força que esses laços de proximidade têm nas atividades de mobilização, principalmente aquelas destinadas a obter recursos financeiros.

Quando se referiam a alguma atividade realizada, não era incomum que as minhas interlocutoras mencionassem nomes de pessoas, se referindo a elas como assessoras, colaboradoras ou apoiadoras, mas não organização e entidades às quais pertenciam, dando visibilidade a um dos intricados feixes de relações que se estabelecem entre as mulheres organizadas nos sindicatos e as organizações locais, para os quais Doimo (1995) cunhou o termo ‘redes sociais movimentalistas’ — justamente para se referir a essas relações interpessoais que “ligam indivíduos a outros indivíduos, envolvendo conexões que vão além de grupos específicos e atravessam transversalmente instituições sociais particulares” (Doimo, 1995, p. 44), unindo pessoas inclinadas à participação continuada e simultânea em sucessivos movimentos ou grupos, movidas por valores éticos-políticos compartilhados.

A imbricação entre as relações pessoas e institucionais pode ser melhor elucidada na fala de Maria Pereira, à época, dirigente do sindicato de Mirandiba, Pernambuco, e integrante do MMTR-Sertão Central, ao se referir às parcerias que são acionadas localmente quando do processo de mobilização da Marcha:

As organizações de mulheres daqui trabalham em parceria. Nós temos parceria com outras organizações como, por exemplo, o Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR), que trabalha com a convivência no semiárido, com a questão da água, que aborda a cisterna, com o aproveitamento da produção, como a feira agroecológica, com produtos em que não é usado nada de químicos, e agora a questão da casa, da “Minha casa, Minha vida”, e tem outras bandeiras de luta lá também. A gente tem O MMTR-NE... Porque nós temos MMTR Sertão Central e tem o MMTR-NE, que é o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste.

Tem mulheres daqui que são da Casa da Mulher do Nordeste. Por exemplo, Vanete sempre foi da Casa da Mulher do Nordeste, acho que desde a fundação talvez, não sei. Tem Núbia Rafaela, que também... Cleonice, Maria. Tem umas mulheres daqui que eram, que participavam dessa organização e trabalham junto aqui na organização da Marcha, porque a Vanete trabalha. Então nós temos a Casa da Mulher do Nordeste, tem a Rede LAC, tem o MMTR-NE, tem o CECOR também, tem as Loucas de Pedra Lilás também, que a gente tem uma parceria muito boa. Elas trabalham muito com a gente questão de formação. Tem o CURUMIM também, o SOS Corpo, que são entidades do Recife, não são daqui do Sertão, mas que a gente consegue ter uma parceria boa, mas mais na formação. Na mobilização é o MMTR-NE, o CECOR e, eu acho, a Casa da Mulher do Nordeste.

O polo¹⁵⁷ aqui é composto por três mulheres de cada município, essa é a coordenação¹⁵⁸. Aí nós temos a Tatá, que é um apoio do movimento, que faz a contabilidade de recursos. Ela é voluntária, trabalha no CECOR, trabalhou muito anos aqui, e aí ela dá o suporte pras mulheres. Vanete e ela são responsáveis pelos projetos, aqueles projetinhos para conseguir ônibus, para gente atingir. E aí, assim, cada município é responsável pelo recurso que é arrecadado no seu município. Tem Antônio Filho, que é o animador, grande parceiro nosso, que é assessor da FETAPE, que assessora a gente também nesse processo.

Quem faz com que isso aconteça é Vanete Almeida, a nossa assessora, nossa colaboradora. Ela que faz com que tudo aconteça. Por exemplo, tudo isso, discussão de Marcha e tudo, a gente discute com ela aqui no Polo (Maria — PE, 2011)

Esse emaranhado de vínculos que se estabelecem entre pessoas e organizações “expandem o alcance cultural e político dos movimentos para muito além das comunidades locais” (Alvarez; Escobar, 2000, p. 35) e, ao se propagarem, desenhavam novos lugares e alimentam, simultaneamente, ações locais e globais, abrangendo

mais do que suas organizações e seus membros ativos, mas incluindo participantes ocasionais nos eventos e ações do movimento, simpatizantes e colaboradores de ONGs, partidos políticos, universidades, outras instituições culturais e convencionalmente políticas, a Igreja e até o Estado que (ao menos parcialmente) apoia um determinado objetivo do movimento e ajuda a difundir seus discursos e demandas dentro e contra as instituições e culturas políticas dominantes (Alvarez; Escobar, 2000, p. 37).

O cotidiano em tempo de Marcha

A Marcha pressupõe um intenso trabalho de mobilização que, no conjunto, envolve todas as ações visando à sua ‘construção’. Afinal, ‘ir para a Marcha’ requer uma ‘preparação’ que inclui atividades conjuntas de divulgação, sensibilização,

157 Refere-se ao Polo Sertão Central, um dos dez polos que compõem a divisão territorial feita pela FETAPE (Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco) com base na articulação político-sindical. O Polo Sertão Central é constituído por quatorze municípios.

158 Ela está se referindo à coordenação do MMTR-SC.

‘formação política’ e de arrecadação de recursos, em suma, as chamadas ‘atividades da Marcha’. Esse conjunto de atividades nos municípios se assemelha a uma espécie de ‘campanha’. Embora o termo não seja utilizado, é como se as mulheres envolvidas estivessem em campanha pró-Marcha.

Lá em Ibiapina, quando se fala da Marcha, a gente pensa logo na questão financeira. Porque a gente quer levar as mulheres com segurança. Mas o essencial pra nós é a divulgação da Marcha no município. Tanto é que basta a gente passar com a blusa da Marcha que sempre tem uma pessoa que pergunta: “Ah! Você vai também na Marcha?”. Porque nós não estamos querendo só levar as mulheres por levar. Se a gente não fizer a divulgação, não falar nas comunidades, dentro dos sindicatos, nos programas de rádio etc., seja aonde for, as pessoas acham, simplesmente, que é como se fosse um passeio. Então a nossa preocupação, em Ibiapina, é de transformar, não fazer da Marcha uma viagem de mulheres. Nós estamos lá centralizadas em divulgar a Marcha, a pauta da Marcha, os eixos da Marcha. Nós já temos comunidades marcadas pra fazer o estudo do caderno¹⁵⁹, para que as trabalhadoras saibam por que a gente tá indo lá. A gente diz “a gente tá indo representar vocês em Brasília”, mas se a gente não discutir a Marcha, é como se a gente dissesse assim: “Eu vou representar você porque você não pode ir”. E nós não queremos isso, porque nós divulgamos pra elas as conquistas que nós já tivemos, e como é feito esse trabalho. Mostrar a Marcha como um movimento que realmente busca o que é melhor para nossas trabalhadoras rurais, por isso a gente faz toda essa mobilização, não só a campanha financeira (Lucilene, dirigente sindical, CE, 2011).

Tem muita discussão, discussão na própria comunidade, discussão no município, toda assembleia do sindicato é pautada na Marcha. Todo programa de rádio que nós também fazemos a apresentação, uma vez por semana, nós botamos a pauta da Marcha, nem que seja só um pouquinho, mas a gente debate a Marcha (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

Não há algo que sinalize o início do ‘tempo da Marcha’. Finaliza-se uma e logo se começa a falar na próxima. Alguns grupos de mulheres criam uma espécie de fundo, no qual depositam, mensalmente, um valor, já pensando na próxima ida a Brasília. Eu tive informações de que muitas vezes esse fundo se inicia com os recursos que sobraram da Marcha anterior. Algumas mulheres fazem uma espécie

159 Refere-se ao caderno de textos que apresenta a plataforma política da Marcha.

de poupança, reservando ou ‘juntado um dinheirinho’. Mas, pelo que notei, é no ano que antecede a Marcha que os trabalhos começam a se intensificar. O seu lançamento é feito, em muitos municípios, no Dia Internacional da Mulher do ano em que ela ocorre, de modo que a comemoração do 8 de março é efetuada com o lançamento da Marcha das Margaridas, momento no qual se anuncia a sua realização. A partir daí, as ‘atividades da Marcha’ se iniciam ou se intensificam, visto que, em muitos casos, elas são iniciadas antes mesmo do lançamento oficial.

Durante o período de preparação, a Marcha invade as mais díspares atividades cotidianas de mulheres, lideranças e dirigentes, bem como de suas famílias e das localidades onde elas atuam. É possível perceber, pelas falas, que a Marcha subverte o cotidiano das mulheres que nela se envolvem. Isso porque as ‘atividades da Marcha’ acrescentam às suas atividades habituais outras tantas, que envolvem organização e participação em reuniões, rodas de conversa e eventos diversos; distribuição de material impresso; participação em programas de rádio local; visitas às comunidades, às casas de comércio e à prefeitura em busca de doações; contatos com políticos locais; e participação nas atividades promovidas pela Igreja. Enfim, um mundo de outras coisas afins. Atividades essas que, no seu conjunto, são desenvolvidas numa sequência temporal, intensificando-se e ocupando uma parcela maior do tempo dessas mulheres à medida que se aproxima a reta final, o ‘dia da Marcha’, que opera uma ruptura no seu cotidiano.

Porque pra você fazer uma Marcha, quando ela chega lá em cima, ela chega muito bonita, muito participativa, mas praquilo ali custou muito suor nosso, de nós, lideranças de base, lideranças do município, para que o estado esteja bonito, também a nível nacional, pra que esteja tudo lindo e maravilhoso. Quantas idas e vindas nós não damos nas comunidades rurais? Que pra chegar lá é 80 km para gente ter acesso. Quantas reuniões de base a gente já não tem realizado pra mobilizar mesmo o pessoal pra participar da Marcha? Então chega lindo lá em cima, mas, pra isso acontecer, a gente sua muito a camisa, porque a gente tem o trabalho de mobilizar as mulheres na base, a gente vai na base mesmo, nas associações, nas comunidades, a gente mobiliza todo mundo. Os sábados e domingos são os dias mais lotados que a gente tem pra fazer as reuniões na base, porque é o dia que elas têm disponível para que a gente possa ir lá, então sábado e domingo, pra nós, é o dia que nós mais temos trabalho. De segunda a sábado é na roça, né? Aí o dia que elas têm é sábado e domingo. E durante a semana a gente tá participando das reuniões, das coisas do sindicato, dia de expediente no sindicato. Tem que deixar, esquecer família, esquecer tudo (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

A gente, enquanto diretora sindical, enquanto mobilizadora de mulheres, nós não temos dia nem hora. Tem comunidade que marca reunião na semana à tarde, mas tem comunidade que as mulheres dizem: “Eu só posso ir no domingo, depois que eu fizer o almoço”. Não tem sábado, domingo e nem feriado. A gente tem que criar perna, não é centopeia não, a gente tem que ter mais de cem pernas pra poder dar conta, se você realmente quiser fazer um trabalho bonito. Agora, se quiser relaxar e deixar as coisas acontecerem por si, não. Mas a gente tem a realidade de todos os municípios aqui, de todas as diretoras dos sindicatos. A gente vai mesmo pra base sábado, domingo, principalmente no domingo. Tem domingo que a gente articula as comunidades mais próximas que dá tempo chegar, então eu vou de manhã pra uma e marco na outra à tarde (Josivânia, dirigente sindical, PE, 2011).

Mesmo as famílias, enquanto unidades sociais, são atingidas nesses momentos. Além das suas tarefas rotineiras e do papel que assumem no cotidiano, as mulheres, quando se envolvem nas atividades da Marcha, incorporam outros afazeres, o que as força a se ausentarem do lar frequentemente. Esse também pode ser um momento de crise. Para algumas, se não conseguem obter o apoio dos seus familiares, especialmente dos maridos, ou não conseguem fazê-los compreender a importância da ‘causa’, a ameaça de separação torna-se real. Não é incomum associar a participação das mulheres nos movimentos sociais à divisão da família. As falas abaixo ilustram, por diferentes ângulos, essa situação:

A Marcha modifica até a rotina da casa, elas já vão desde o começo falando um pouco da Marcha, é reunião da Marcha, a Marcha vai ser tal dia. Na verdade, eu acho que a mulher vai fazendo o desafio, preparando uma saída pra ela participar desse evento. E, assim, como a Marcha tá sendo bastante discutida, bastante falada, todo mundo conhece, então é mais fácil pra elas, porque ela não vai ter que convencer o marido sozinha, que ela tem que ir pra essa Marcha, porque ele tá vendo, todo mundo tá vendo todo o movimento, ouvindo o programa de rádio também de qualquer forma, então tem toda uma preparação pra ela. Se a Marcha tá sendo discutida, ela vai ver que tem um objetivo de ir, então muda na vida dela até o fato dela tomar a decisão de ir. Quando ela participa da construção do movimento, ela já tem argumento pra defender porque ela vai, se torna mais fácil. “Eu vou porque é um movimento do sindicato, das trabalhadoras rurais” e tal, por isso é bom que quem vai conheça a história, principalmente quem vai, pra poder dizer por que é que vai. Na Marcha de 2007, eu tava pra ir pra essa Marcha, eu trabalhava no sindicato como conselho fiscal, aí tava meu nome pra ir

pra Marcha. Aí, quando chegou perto, eu disse: “Ah, eu não vou não, passar uma semana longe de casa, e as minhas filhas? E o meu marido? Ai, eu não tenho coragem não!”. Passei pro meu suplente. Agora, como coordenadora de mulheres, fazendo a mobilização, fazendo tudo, pra mim é supranatural ir pra Marcha, então é por isso que eu digo que muda. Eu agora tô indo pra Marcha, mas não é só por causa do cargo de secretária, não, é pela história, é pelo envolvimento político, é pela luta e, principalmente, porque eu desejo assim no meu coração que a gente continue marchando, não pra ser lembrada por um assassinato, mas pelas conquistas das mulheres (Lucilene, dirigente sindical, CE, 2011).

Muitas mulheres dizem “ah, eu vou pra Marcha!”, mas muitas vezes elas dizem “o marido disse que eu não posso participar desse movimento, porque, de repente, eu vou me envolver nesse negócio” [risos]. Essa questão envolve muito a família, porque, assim, quando elas passam a se envolver no processo de mobilização da Marcha, aí os maridos começam a ver que elas tão saindo mais de casa, que elas tão indo pras reuniões, aí começa uma discussão. Eu já ouvi de algumas que em casa a convivência tava meio ruim por conta disso, e elas falam com uma segurança de que elas não vão mudar em casa, não vão deixar de participar desse processo por conta da família, do esposo. Mas a maioria não pensa assim, a maioria acha “ah, eu não vou participar porque meu marido não deixa, não vou participar porque fulano não deixa”, tem muitas ainda [...]. Nós, mulheres, trabalhamos muito, muito, muito mais do que os homens, porque, quando a gente vai sair de casa, principalmente quem tem filho, precisa arrumar o filho, precisa deixar na escola, e o homem não faz isso. Então quando a mulher começa a se envolver com esse movimento, com esse processo, principalmente o processo da Marcha, que a gente tem que sair de casa e ir buscar mesmo recurso e fazer formação, fazer mobilização de outras mulheres, a gente aumenta as nossas atividades, e aí alguma coisa em casa vai deixar de ser feita (Elenira, dirigente sindical, CE, 2011).

Muitas vezes tem que deixar o feijão cozinhado. Fácil não é, de jeito nenhum! Tem que deixar os potes cheios pra eles botarem menos água, tem que deixar roupa lavada. Os maridos dizem: “E a galinha, o bode? Como é que vai ficar o lixo? A casa como é que vai ficar? Como é que vai ficar as crianças, as plantas?”. Tem muitas que deixam de ir por conta disso, mas tem as que brigam com o marido, tem as que desafiam os pais. Todas as que vão, elas vão com um desafio muito grande, outras tem que se desafiar, sai pensando nos filhos. É muito desafiador! (Josivânia, dirigente sindical, PE, 2011).

Nós tamos construindo essa Marcha, assim, a quatro mãos mesmo, muitas de nós tá, assim, fazendo as caixinhas há três anos pra não ter desculpa, não dizer que está mexendo no orçamento familiar. É uma dificuldade por conta disso, o econômico ainda pesa muito nessa hora, entende? Tem companheiras que vão levar os companheiros, os maridos, os namorados, pra que eles percebam que não é um passeio, que não é um oba-oba, é uma luta [...]. Tem uma agora que ficou viúva e disse: “Ah, agora eu vou!”. Entendeu? Ela esperou o marido morrer, porque agora ela vai. Então é interessante. Mas na nossa regional ainda tem muito essa questão “ah, o meu marido não vai me deixar ir!”. A maior dificuldade para as mulheres participarem ainda é a permissão, não é nem o econômico, é a permissão mesmo. Aí por conta da permissão vem a desculpa da casa, do filho, da mãe, do pai, da galinha, do porco... Claro que tem aquelas que já conquistaram os seus espaços (Ângela, dirigente sindical, PA, 2011).

Algumas mulheres tão tendo muita dificuldade de ir pra Marcha, de sair, de vir pras plenárias, isso impacta lá na família, porque o companheiro não tem esse conhecimento, essa convivência, mas elas querem ir pra Marcha. Elas tão na luta de vencer essa etapa antes da Marcha, da participação, porque agora o critério é o seguinte: quem vai pra Marcha, vai participar dos estudos pra não ir pra lá sem saber o que, então esse é um impacto que nós tamos sentindo. Por sinal, algumas plenárias que a gente tem feito têm sido meio vazias, por conta desse medo de enfrentamento lá na própria família, de deixar que é mais de oito dias, que vai a viagem e tudo, deixar aqui pra poder ir pra lá (Bena, dirigente sindical, PA, 2011).

‘Botar a Marcha nas ruas’ é algo necessário para mostrar o seu vigor e obter o apoio da população local para a sua realização, estimulada que é para participar das atividades realizadas em seu nome. Algumas dessas atividades e eventos por ela implicados podem ser traduzidos como uma espécie de comunicação política própria das mulheres. Elas são planejadas e preparadas, podendo acontecer na sede do município ou nos sítios, ‘linhas’, comunidades e povoados. São eventos vividos como excepcionais, tanto da perspectiva do cotidiano sindical quanto das mulheres envolvidas.

Já é a 4ª Marcha, então já tem uma certa expectativa, vai ter Marcha das Margaridas! E todo mundo quer ir pra Marcha. A gente da região Tocantina, para se mobilizar e articular a Marcha, nós fizemos plenárias na região, e deliberamos a nossa meta de quantas mulheres a gente iria tá levando, então cada município, cada sindicato, dirigente sindical,

saiu com uma meta de articular mulheres. Nós vamos estar articulando, mais ou menos, umas 250 mulheres. Não sei se vai ser possível levar 250 mulheres, mas nós estamos articulando, e cada município, cada sindicato, através da coordenadora da secretaria da mulher, tá articulando os outros movimentos aos seus redores. Não tá sendo fácil atingir todas, mas a gente tá fazendo agora o estudo da cartilha nos distritos, como a gente chama, nas regiões do município, e estamos fazendo vários eventos para mobilização de recursos: festas, bingos, sorteios, inúmeras coisas nós estamos fazendo, que atingem direta ou indiretamente a população dos municípios. Nós estamos fazendo o estudo do caderno pra poder entender o que é a Marcha e quem vai pra Marcha saber pra onde vai e o que que vai acontecer no decorrer da Marcha. Isso se dá através das nossas mobilizações, então uma grande parte dos moradores do município fica sabendo. Nós estamos fazendo o seguinte: já que vai tá se articulando pra ir pra Marcha, então nós vamos fazer uma concentração num só município onde a gente vai tá articulando com os poderes públicos dos outros municípios pra que eles tomem conhecimento que nós vamos pra Marcha e saber o que é a Marcha, inclusive algumas pautas dos municípios, que são pautas municipais, que a gente tá negociando (Bena, dirigente sindical, PA, 2011).

Na região de Sobral, nós estamos num processo de divulgação mesmo, indo nos municípios, fazendo conversas com as mulheres trabalhadoras rurais, visitando os sindicatos, participando dos lançamentos da Marcha em vários municípios da região [...]. A gente visita os municípios, neles a gente faz atividades de mobilização falando do processo da Marcha, do que é a Marcha, pra que essa Marcha serve. Então esse é um processo de articulação e mobilização que a gente começou a trabalhar no início do ano passado, em 2010. (Elenira, dirigente sindical, CE, 2011).

Posta na rua, a mobilização pró-Marcha transforma o cotidiano dessas localidades. Os cartazes da Marcha e as cores que identificam a luta das mulheres, o lilás, e as entidades que participam da sua mobilização tomam conta das paredes dos sindicatos ou das sedes das entidades parceiras. Nas festas públicas ou promovidas para arrecadação de recursos, faixas e bandeiras ocupam sempre algum lugar visível. As mulheres trabalhadoras rurais ganham uma visibilidade que não se vê em outros momentos. Os sindicatos ganham destaque, tornando-se a sede da mobilização, apresentando um poder de atração que, em outros momentos, talvez não consigam ter. Muitas vezes ficam abertos dia e noite, potencializando-se como espaço de sociabilidade. Nesse período, torna-se um espaço ocupado pelas mulheres.

Também lugares públicos como praças e ruas são ocupados em épocas comemorativas, como carnaval e São João. Nesses espaços, se propicia o encontro e a confraternização. Blocos carnavalescos, os blocos das ‘margaridas’, tomam as ruas de vários pequenos municípios, com versões de marchinhas que fazem alusão aos temas da Marcha.

A proposta é de cem mil mulheres, a gente vai deixar Brasília florida nesse dia, mas a gente já fez florir no nosso município, que foi no dia 8 de março, homenagem do dia da mulher, que a gente fez no dia 6. A gente já deixou Tianguá bem florida, quem tava lá viu, e a gente fez bem bonito, foi maravilhoso. A gente dividiu em cinco blocos, que foi ‘desenvolvimento sustentável com justiça e autonomia’. A gente fez a divisão e, em cada divisão, a gente colocou uma flor diferente: lá tinha amarela, azul, branca, vermelha e preta. Por que preta? Porque preta era uma homenagem às mulheres negras, que lutaram por liberdade e por um mundo melhor (Gláucia, dirigente sindical, CE, 2011).

Durante os festejos juninos, são organizados arraiais das margaridas, com direito a discursos, quadrilhas, bingos, bebidas e quitutes. A rua é enfeitada com faixas e bandeirolas. Esses momentos são sempre muito festivos, a população se aglutina e se movimenta em torno da sede do evento, as músicas animam os festejos e a Marcha é sempre anunciada. Esses eventos promovidos com a finalidade de angariar recursos para viabilizar a ida das mulheres a Brasília dão realmente um ar de festa a essas localidades, ‘festa de interior’, que aglutina os moradores locais.

Durante o ‘tempo da Marcha’, as mulheres trabalhadoras rurais que, normalmente, participam de várias redes de relações pessoais e sociais, ganham visibilidade aos olhos de uma localidade. Há uma afirmação da importância e do peso dessas mulheres, algo significativo para o reordenamento das relações sociais de gênero. Do ponto de vista dos movimentos mistos, como o movimento sindical, isso permite o estabelecimento de compromissos para com esse grupo social.

Divulgação e preparação

Qualquer lugar é um espaço em potencial para divulgar a Marcha e obter o apoio local para viabilizar a ida das mulheres a Brasília, desde as festas de Igreja até enterros, seja de pessoas importantes ligadas às comunidades, seja de pessoas comuns. Nenhuma oportunidade é perdida, conquanto ajude a reforçar ligações sociais que poderão se traduzir em ajuda.

Até igreja a gente usa pra fazer um canal de comunicação, pra convidar, pra participar, pra ver que a luta não é só das trabalhadoras rurais, mas é de uma categoria de gente. É gente lutando pra melhoria de gente (Ângela, dirigente sindical, PA, 2011).

O ano todo, em todas as comunidades que a gente vai, em todas as assembleias dos sindicatos que todo mês tem, a gente trabalha a Marcha, e assim é em todo lugar. A gente vai pro velório que é na comunidade rural, chega lá, você pensa que nós que somos liderança, nós somos respeitadas a privacidade? Não! Já vem um fulano: “Tal processo isso, o processo de fulano de tal, aquele negócio da terra lá, do crédito fundiário, aquele negócio do dinheiro, do empréstimo” e aí já vem a discussão. “Oh, fulano, a Marcha das Margaridas, quem é que vai? Tu deixa eu ir? Tu me dá a vaga pra eu ir”? A gente vai pro velório, muita das vezes tá ali, abatida, que é um conhecido que possa ter morrido, mas o povo vem. A gente não pode nem sofrer! (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

Em todos os casamentos que nós somos convidadas, dos parentes, nos velórios, muitos dizem “meus pêsames”, e a gente: “Muito obrigada!”. Aí: “Eu ouvi tu na rádio falando da Marcha das Margaridas, como é que eu faço pra tá comprando camiseta? Tu ainda tem camiseta lá? Tu ainda tem rifa?”. A gente vai pro casamento, tá tudo animado lá, a gente chega, aí daqui um pouco chega um: “Ei, vem aqui na minha mesa. Eu ouvi tu falando (ou fulana ouviu tu falar) assim, assim, assado”. Ou: “Fulano ouviu tu dizendo isso. Como é isso? Como é que eu faço?”. Aí a gente tá ali e leva a informação (Josivânia, dirigente sindical, PE, 2011).

Mesmo as assembleias dos sindicatos e reuniões da diretoria se transformam em espaços de divulgação da Marcha e da obtenção do apoio necessário para garantir a participação das mulheres. Além disso, as mulheres que estão à frente da organização da Marcha aproveitam a participação em eventos para divulgar, criar vínculos e obter o comprometimento para sua realização.

As próprias lideranças locais, mulheres dirigentes sindicais e autoridades¹⁶⁰ institucionais envolvidas no processo de mobilização das mulheres percorrem as localidades falando a respeito da Marcha, convidando as mulheres a participarem das atividades de preparação e da própria Marcha. Nesse caso, não se trata de um

¹⁶⁰ As dirigentes sindicais são reconhecidas como autoridades, principalmente nas pequenas localidades.

convite genérico, e, sim, pessoal. Esse contato direto, muitos feitos por meio de visitas, torna-se fundamental à mobilização das mulheres.

Eu sabia por alto disso da Marcha, eu não me entrosei no grupo logo no começo porque eu não sabia o que era, aí as meninas me convidavam para entrar, aí eu ficava naquela dúvida, né? Mas como eu participo do grupo da Pastoral, eu saio, a gente se movimenta muito, eu e umas colegas lá na vila, aí as meninas me convidavam e eu ficava pensando “será que eu vou, será que eu não vou?”. Aí marcaram essa reunião ali, aí eu disse: “Eu vou lá”. Chegando lá, eu vi todo o grupo delas lá, aí eu disse: “Eu cheguei de penetra nessa reunião, mas eu vou escutar”. Aí eu escutei elas falando lá e aquilo me deu uma força, aí eu disse “eu vou participar do grupo delas, eu vou continuar, vou ajudar pra essa viagem, quem sabe a gente não consegue coisas melhores pra nós mulheres?”. Então eu vou continuar, se eu não for pra marcha, e eu não vou, eu vou ficar, vou ajudar (Maria, ribeirinha, Abaetetuba-PA, 2011).

A gente tem lideranças nas comunidades. Nós somos lideranças no município, e a gente tem as lideranças lá na base mesmo, nas comunidades, que são as direções das associações comunitárias. Elas articulam as pessoas das comunidades, porque, digamos, a gente mora numa comunidade diferente, é lógico que é diferente de quem tá lá todos os dias, com aquele povo lá, é lógico que a gente é conhecida por ser diretora do sindicato. A gente é conhecida, mas é necessário que haja uma mobilização e articulação pelas próprias pessoas das comunidades. Então a gente pede pra que a direção da associação articule os trabalhadores, então a gente vai lá e faz a divulgação da Marcha, qual é o trabalho, o que é que nós queremos, o que é que nós vamos adquirir com a Marcha, e também fazemos o levantamento das necessidades na comunidade. É tipo as oficinas que acontecem, então de acordo com aquilo, com aquelas informações que a gente colhe lá, a gente traz pra cá pro polo, que é onde se organiza todos os sindicatos da região. Então, depois da discussão aqui no polo, algumas coisas são tiradas, outras são acrescentadas, a gente leva pro estado e lá faz a discussão novamente. É votado, passa por uma aprovação do plenário e aí segue pra nacional (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

As ações preparatórias à Marcha assumem, muitas vezes, um caráter festivo. Pessoas se deslocam das comunidades e dos povoados para delas participarem. Nesses eventos, lideranças, dirigentes e participantes se confundem. Encontros, reencontros, abraços, risos, apertos de mãos, pedidos, conversas de canto, dança, canto, tudo isso pode ser observado. O número de participantes é que atesta o sucesso do evento.

A divulgação dessas atividades, além de material impresso, envolve a transmissão de avisos pela rádio comunitária e o eficiente trabalho ‘boca a boca’, que não deixa que as pessoas esqueçam a hora e o local do evento. Tudo isso cria um ambiente social onde se combinam elementos políticos e festivos.

Durante as festas promovidas, é sempre lembrado o motivo pelo qual se está festejando, pequenos discursos (formais) de lideranças e dirigentes locais são proferidos, enfatizando a luta das mulheres por direitos e a importância da Marcha das Margaridas. Alto-falantes são colocados na parte externa do local onde está sendo realizado o evento, convidando a população a participar e lembrando que isso ajudará as mulheres a irem a Brasília.

Não há como afirmar que esse processo de mobilização ocorra sempre da mesma forma em todas as marchas, nem mesmo em outros lugares. Apenas utilizo esses casos como exemplos para mostrar os diferentes arranjos envolvidos nesses processos, que sempre abarcam articulações pessoais e institucionais.

Os acontecimentos do ‘tempo da Marcha’ não são vividos por todas as mulheres com a mesma intensidade. Durante esse ‘tempo’, laços, relações e vínculos são criados, fortalecidos ou rompidos. Diferentes articulações e trocas entre as mulheres e entre diferentes atores sociais são estabelecidas, resultando numa multiplicidade de práticas e ações. Em todas as esferas de organização da Marcha, as mulheres conquistam e mapeiam novos espaços e lugares. Em âmbito nacional e estadual, é fundamental que articulações sejam construídas no interior do próprio movimento sindical, envolvendo as secretarias e as coordenações dos sindicatos, as federações e a própria confederação.

Os recursos materiais

Além da preparação política, ‘ir para a Marcha’ implica uma preparação material. A preocupação das lideranças, das dirigentes e de outras mulheres envolvidas na organização da Marcha em relação à obtenção de recursos é significativa. A principal dificuldade encontrada para organizá-la, segundo as interlocutoras desse livro, é de ordem financeira. É muito comum ouvi-las dizer que “nossa maior dificuldade é financeira”, “nos faltam recursos”, “o nosso principal desafio é conseguir recursos”. A utilização de expressões como essas é quase uma unanimidade quando indago sobre as dificuldades encontradas durante o processo de preparação da Marcha. A falta de recursos financeiros é sempre mencionada quando o assunto é dificuldade “para mobilizar para a marcha”.

Uma das dirigentes que entrevistei revelou que, apesar de serem necessárias dedicação e motivação para se envolver na organização da Marcha, esse trabalho tem um custo financeiro para o movimento. Afinal, mobilizar implica gastos. E, nesse sentido, o gasto com locomoção é sempre apontado como o maior. Não apenas quando se refere à viagem para Brasília, mas também às viagens feitas às regiões e aos municípios para “articular e mobilizar as mulheres da base”. Mesmo as visitas às comunidades e aos povoados demandam gastos com passagem terrestre ou combustível.

As dificuldades para organizar a locomoção para zona rural, questão de transporte, né? Dificulta a questão financeira também, porque eu tenho que ter recursos para mobilizar na base, pra gente ir pra base, pra botar combustível. E isso, quem não tem transporte, no lugar que não tem transporte, a gente tem que pagar, né? Isso é uma das coisas difíceis, também é outro desafio, é muito desafiador. É um desafio que a gente tá impondo pras mulheres, a responsabilidade geral é da gente (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

O próprio trabalho de divulgação e as ‘atividades da Marcha’ demandam recursos e envolvem gastos. Dependendo da atividade a ser desenvolvida, como a promoção de uma festa junina, a preparação implica a escolha e a organização do local, a sua decoração¹⁶¹, a contratação do som ou do grupo de músicos e cantores, a garantia da infraestrutura, a preparação de quitutes para serem vendidos, a elaboração do material de divulgação, a busca de autorização, idas ao comércio para buscar apoio etc. E tudo isso envolve gastos, um intenso trabalho e muitas pessoas.

Em relação à viagem para Brasília, além do aluguel do ônibus que irá transportar as ‘margaridas’, é preciso assegurar o dinheiro para a alimentação, principalmente durante o percurso. Sem falar na preocupação em garantir, para cada delegação, uma espécie de kit de medicamentos básicos, caso alguém necessite.

De mobilização e articulação ninguém tá com problema. O problema que nós temos é financeiro. O sapato só aperta quando chega do lado das finanças, porque nós temos que ter recursos pra alimentar essas mulheres no percurso da viagem (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

161 Flores, bandeirolas, bandeiras e cartazes da Marcha são bastante utilizados nessas ocasiões.

Tem a questão da alimentação, a gente se articula bastante aqui no polo, que é o que a gente acha que sai muito caro. O nosso público é comedor, ele gosta de comer muito e comer bem. Comer pinguinho não dá pra nós, não. Nós gosta de comer alface, não. É feijão, arroz e carne, e aí a gente se articula muito na ida pra Brasília. É muito bom porque tem uma solidariedade das mulheres, e aí elas torram galinha, levam queijo — fruta, não. Na ida a gente compra menos alimento, a gente leva mais das mulheres. As que não vão fazem a doação de bolo, galinha. O que mais a gente leva é galinha de capoeira torrada pra comer com farinha no caminho. As que não vão também ajudam, elas colaboram com as que vão fazendo bolo, fazendo galinha: “Fulana, eu vou dar uma galinha, eu vou dar um bolo”. Aí dá já prontinho, do jeito que a gente vai levar. Pra eu trazer uma trabalhadora rural para participar da Marcha, eu preciso dar condições. A gente tá tirando ela da casa dela nessa condição, muitas vezes eu preciso pagar o transporte pra ela vir da comunidade pra cidade, da cidade para onde vai ser o ponto de ônibus e eu preciso alimentar essa mulher. Então são muitos, e todos os eventos que a gente realiza é sempre assim, a gente não pega trabalhadora (e nem trabalhador) de qualquer jeito na comunidade, e traz ele a pão e água, não, porque se a gente quer respeito e vida digna pros trabalhadores, isso é o mínimo que a gente pode oferecer a eles: manter uma viagem se alimentando decentemente, tomando água, e trazer ele, pagar o transporte dele, da comunidade, porque os trabalhadores rurais, muitas dessas mulheres, têm a bolsa-família. Uma mulher que vem da Serra do Catolé, para ela participar, ela tem que pagar doze reais de passagem? Então vai diminuir a renda, é o dinheiro dela pra comprar a sandália pra dois filhos. Então, quando a gente articula, a gente tem também que ter essa preocupação, de que eu vou precisar pagar a passagem dessa mulher pra trazer. Se essa mulher chegar ali com condição de ir, se não tem transporte, eu tenho que pagar uma moto, que pra Serra do Catolé custa em torno de 35 reais. Eu preciso trazer ela da casa dela, mas eu também preciso voltar com ela, entregar à família, nas condições mínimas que a gente pode manter. Então é essa a nossa preocupação (Josivânia, dirigente sindical, PE, 2011).

Esse trabalho de preparação recebe o apoio logístico do sindicato, mas as próprias mulheres ajudam com dinheiro e/ou alimentação. No dia da viagem, elas se organizam para levar algum tipo de alimentação. Não é incomum a realização de rifas ou o desenvolvimento de alguma atividade econômica conjunta para viabilizar a arrecadação de recursos, como a promoção de jantares, festas, ‘caixinhas’, bingos, pequenos leilões, torneios de futebol e mesmo a busca de ajuda na prefeitura do município.

A dificuldade é a questão financeira, as pessoas perguntam: “Como é que eu vou, o que é que a gente vai comer no caminho?”. A gente mata uma galinha, vai no mercado e pede uma ajuda. Da outra vez, a gente pediu ao prefeito a nossa alimentação e ele deu. Agora tão fazendo uma rifa pra vender (Maria Jucá, MMTR-SC, PE, 2011).

A gente decidiu lá no nosso grupo que não dava pra ir todas, que a gente ia mandar uma, mas que ninguém ia ficar de fora, ou seja, todas iam trabalhar para que aquela fosse representando a nossa ilha pra ir buscar e pra trazer para as outras, já que não tem condições de irem todas. A gente tá se organizando pra fazer um torneio de futebol agora no mês de junho, já pra fazer a blusa, o chapéu e um dinheiro a mais pra pessoa levar pra despesa pessoal. Lá no grupo a gente decidiu assim, e é assim que a gente tá fazendo. Também a gente foi na festa, participamos, então é isso, pra mim é uma mudança e eu espero que a gente consiga, sim, que a gente chegue lá (Mulher ribeirinha, Abaetetuba-PA, 2011).

No município, eu acho que a gente mobiliza uns 97%, porque, assim, é necessário também, porque a gente precisa arrecadar fundos para levar nossa delegação. Então a gente vende as rifinhas, né? Que é a rifa da galinha, rifa de bode, rifa de tudo que aparece, de bolo de macaxeira, bolo não sei do quê, bolo do que aparece, a gente faz as rifinhas. A gente também tem as rifas da CONTAG¹⁶² que a gente vende, e tem outras rifas que a gente faz. Então, todo município, praticamente, fica mobilizado, porque a gente pede pra comprar e diz qual é o nosso objetivo, e às vezes a gente pede também doações, e aí chega todo mundo, acho que praticamente todo mundo fica sabendo da Marcha. E onde a gente tem perna pra gente ir mobilizar a comunidade, a gente vai. Além dos bilhetes [rifas], a gente vende camisetas e essas galinhas, bode e essas coisas que eu citei. Elas não são dos bilhetes, é a gente mesmo, os grupos, as comissões municipais que fazem como forma de angariar recursos (Maria Pereira, dirigente sindical. PE, 2011).

162 A chamada ‘rifa da CONTAG’ é na verdade uma ‘Ação entre Amigos’ realizada pela CONTAG, em âmbito nacional, através da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com a finalidade de angariar fundos para a realização da Marcha das Margaridas. O sorteio da rifa foi realizado na última reunião do Conselho Deliberativo, que antecedeu a Marcha, momento no qual foi sorteado uma TV (LCD, 32”) por Estado e um carro para todo o território nacional. As rifas são distribuídas para as organizações parceiras da Marcha e para as federações, que as repassa para os sindicatos. O seu valor (R\$ 4 em 2011) foi discutido na Coordenação Ampliada. Do total do dinheiro arrecadado com a venda dos bilhetes, 2/4 fica no município e o restante é dividido entre as federações e a CONTAG, o que para alguns é o maior exemplo de democracia distributiva praticado no interior do MSTTR.

Os estabelecimentos comerciais, nesses tempos de Marcha, são mais procurados, não por sua finalidade comercial, mas para deles obter apoio, que pode se dar na compra de bilhetes de rifas, na doação financeira ou de objetos para serem rifados, ‘bingados’ ou leiloados.

E, desde então, o município de Ibiapina vem trabalhando. Lá elas já têm até um shopping, não é nem mais um bazar, é um Shopping das Margaridas, então o povo tudo o que pega doa pro shopping [risos], e esse dinheiro é pra contribuir nas passagens, na alimentação das mulheres pra ir a Brasília (Elenira, dirigente sindical, CE, 2011).

Nas comunidades, as mulheres se unem para desenvolver pequenas iniciativas de âmbito local, juntando saberes, recursos e trabalho em prol da Marcha.

Por isso que a gente diz que 97% da base fica mobilizada, porque tem todo esse trabalho. Além das compras de bilhete de rifa, doação, que elas dão de galinha pra rifa mesmo, os bolos que elas é quem doam, os refrigerantes pra fazer as rifas são elas que doam. Assim, a gente não fez aqui [festas], mas tem as mulheres mesmo que faz, de aproveitar as festas. O Sertão não fez esse ano, porque, na Marcha passada, a gente fez forró, o arraial. Na Marcha passada foram festas, e todo tipo de criatividade a gente faz (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

Lá no sindicato de Massapê até a gente fazer os bazares, fazer as rifas, fazer bingos, fazer algumas promoções, nós temos uma caixinha no sindicato. Aí quando o agricultor vai pagar a sua mensalidade, a gente fala da Marcha e pede uma contribuição. E ele: “Já que eu não vou, eu vou ajudar vocês na campanha”. E assim é nas delegacias sindicais, o delegado sindical lá tem a caixinha dele e as pessoas botam lá aquela moedinha pra nos ajudar. Mas, assim, sempre tem uma pessoa que tá na frente. Por exemplo, eu que faço a chamada, eu que faço a rifa, eu que faço o bingo, o bazar, eu que vou na comunidade, porque eu que tô viajando pra repassar às mulheres, mas a diretoria toda tá engajada (Tonilda, dirigente sindical, CE, 2011).

Francisca Franci de Oliveira, à época coordenadora do Coletivo Regional de Mulheres da FETRAECE¹⁶³-Cariri-CE, escreveu-me relatando um pouco dos esforços para conseguir recursos a fim de levar as mulheres para Brasília. Transcrevo aqui uma parte do seu relato:

163 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE).

Trabalhamos na Marcha das Margaridas de 2011 para levar até Brasília 180 Margaridas, eram quatro ônibus lotados. Vocês nem sabem o sufoco! Fizemos rifas de relógios, bingos nas comunidades, com as associações comunitárias; vendemos mensagens escritas de R\$ 2; festas dançantes... Onde estivesse acontecendo algum movimento na rua, a gente estava lá divulgando e vendendo os objetos. Realizamos cantorias, são tocadores de violas que cantam versos, poemas com o nome das pessoas, cantando canções apaixonadas. Cada canção era comprada por R\$ 20. Realizamos cantorias para ajudar uma das coordenadoras de mulheres, de um dos sindicatos da regional. Ela estava desesperada de não atingir o seu objetivo: levar 14 mulheres do seu sindicato para Brasília. Ainda faltava dinheiro para completar as passagens de duas companheiras, e por isso foi realizado essas cantorias e, graças a Deus, a gente atingiu o objetivo, completamos o dinheiro e ainda sobrou para elas irem se alimentando no caminho. Eu, como coordenadora de mulheres, realizei um caritô¹⁶⁴ na Feira da Agricultura Familiar de 2011, foi um sucesso! Houve uma divulgação grande da Marcha das Margaridas em rádio e TV. Nós montamos, na Feira, uma casa da FETRAECE. Lotou de gente pra ver e comprar esse caritô que custava R\$ 5. Era um coração feito de cartolina e dentro havia uma mensagem com o nome do casal, ou nome individual. Meu nome foi comprado mais de 10 vezes (risos) (Franci, 2014).

Percebi nas falas das interlocutoras uma preocupação em cumprir a meta estabelecida para o seu sindicato em relação ao número de mulheres que deveriam ‘ser levadas’ para Brasília. Essa meta é definida a partir da meta estabelecida nacionalmente. Como mencionado anteriormente, a meta nacional foi definida a partir de discussões estabelecidas na CNMTR e na Coordenação Ampliada da Marcha, com base na análise do contexto em que a Marcha ocorrerá. O ano de 2011 foi o primeiro ano de governo da primeira mulher presidenta do país, e ter cem mil mulheres em marcha seria uma demonstração simbólica e política da força da organização das mulheres. Esse foi um dos principais argumentos utilizados para justificar tal número. Pois bem, a partir dessa meta, foram estabelecidas as metas estaduais de acordo com o número de sindicatos filiados, e também metas

164 O caritô é uma brincadeira típica de comunidades rurais. Escreve-se nomes de várias pessoas em papel com formato de coração e prega-se num mural, o caritô. Outras pessoas pagam para escrever seu nome naquele coração, ou para retirar do mural o coração com o nome da pessoa do seu interesse. A pessoa cujo nome não tiver sido retirado fica no caritô. “Ficar no caritô” é uma expressão popular utilizada para a moça que não casa, que fica solteira.

por sindicato. Percebi que a inquietação que se gerou nas dirigentes e lideranças locais para alcançar a meta estabelecida fez com que a sua principal preocupação recaísse sobre a viabilização dos recursos necessários para o deslocamento das mulheres até Brasília. Uma das minhas interlocutoras ponderou que “as dificuldades financeiras são mais evidenciadas, principalmente, porque recai sobre os sindicatos o cumprimento da meta estabelecida nacionalmente”.

Era recorrente a queixa de que, de um modo geral, não se podia contar muito com os homens quando o assunto é mobilizar as mulheres para participarem da Marcha. Essa queixa é acentuada, principalmente, pelo fato de se ter que cumprir uma ‘meta desafiadora’, o que significa ter recursos financeiros para fazê-lo, e nesse caso toda ajuda é bem-vinda.

Os homens também participam na Marcha, digamos, dez mulheres e três homens. Eles vão com recurso que nós, mulher, trabalha. Não é uma coisa só feminista, não é uma coisa feminista pra gente excluir os homens do processo, porque, assim, quando a gente discute, homens e mulheres juntos, é mais fácil da gente construir a política que a gente espera, da igualdade. Então a gente leva os homens na questão do propósito de gênero, e eles participam da discussão (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

O interesse é nosso. Na verdade, a gente tem interesse em trabalhar a questão de gênero, de levar esses homens pra que eles vejam a nossa luta, que eles se juntem a nós pra que a gente possa fortalecer a luta e então dizer: a Marcha das Margaridas não é uma luta só das mulheres (Josivânia, dirigente sindical, PE, 2011).

Ângela, que em 2011 era coordenadora da Regional Salgado, na Região de Bragantina, no Pará, durante a reunião de sistematização da pauta da Marcha das Margaridas, que ocorreu na FETAGRI-PA, me falou que se demandava muita energia para trazer as mulheres para os movimentos.

Cê vê que hoje é um evento que nós estamos aqui construindo, a Marcha, e setenta por cento das mulheres da nossa regional não estão aqui. Tô ligando para os presidentes dos sindicatos pra pedir que eles liberem as mulheres. A principal dificuldade pra dentro do movimento sindical é a conscientização dos companheiros dirigentes homens. Ainda! Infelizmente, é o principal obstáculo. Você viu, eu tava ligando, e a maioria dos nossos, dezoito sindicatos, são dirigidos por homens, sete são dirigidos por mulheres. Eu já liguei, e eles dizem: “Ah, minha companheira, eu não encontrei a

companheira que vai”. Pra dentro do movimento, a maior dificuldade ainda é a autorização dos companheiros na liberação das companheiras. E pra vir tem custo, despesa. Nós somos despesas, ainda, em muitos sindicatos. Essa é a maior dificuldade. Talvez na próxima Marcha a gente tenha só lucros (Ângela, dirigente sindical, PA, 2011).

Os espaços de poder de decisão sobre a destinação dos recursos financeiros no MSTTR eram (e ainda são) ocupados, majoritariamente, por homens. Assim, quanto de recursos os sindicatos serão capazes de mobilizar e/ou destinar para viabilizar a ida das mulheres à Brasília envolve negociações no interior do próprio sindicato, que são permeadas pelas relações de gênero. O tamanho do investimento que a entidade sindical faz em direção à Marcha das Margaridas é diretamente proporcional à compreensão política que se tem da importância da Marcha pro conjunto do movimento sindical e pra sociedade, e da luta das mulheres para a conquista da cidadania plena. E esse era sempre destacado como um ponto de tensão.

A principal dificuldade que a gente encontra pra ir à Marcha é financeira, porque é um custo alto levar o ônibus, não é fácil. Então é muito bingo, muito sorteio, muita venda, muita festa que a gente vai ter que fazer. E tem muitos sindicatos que não tão incorporando isso, porque o sindicato também tem que dar essa contrapartida, porque faz parte da luta do movimento sindical, então essa é uma das maiores dificuldades, a financeira. Nós estamos encontrando dificuldade também de entendimento dos dirigentes sindicais homens, nós temos sindicatos que têm homens que não tão envolvidos, que não querem se envolver e acham que isso é das mulheres. Então essa é a principal dificuldade da articulação da Marcha pra nós na nossa região, é o ‘incorporamento’ disso com os dirigentes sindicais. Eles entenderem que isso não é um movimento das mulheres, é um movimento das mulheres e homens trabalhadores rurais do movimento sindical, do conjunto (Bena, dirigente sindical, PA, 2011).

Assim, os diretores dos sindicatos dizem: “Ah! Eu não vou ajudar, não, eu não vou ajudar esse processo das mulheres; é o movimento das mulheres, as mulheres é quem têm que se mobilizar pra ir, não sou eu quem vai ajudar”. Se é um evento do movimento sindical, porque a Marcha não é só das mulheres, a Marcha é do movimento sindical, então, se a Marcha é do movimento sindical, os homens precisam também se inserir nesse processo, tanto de articulação, de mobilização, de formação... Mas a maioria não se envolve, e isso é uma dificuldade, porque as mulheres acabam ficando sozinhas nessa tarefa de mobilizar e arrecadar recursos.

E muitos dos municípios aqui da região, as mulheres é quem estão nesse processo, realmente, porque, se não fossem as mulheres estarem fazendo alguma coisa pra rifar, pedindo doações — que tem municípios que recebem doações pra fazer rifa, pra fazer bingo nos municípios — eu acho que o processo tava mais lento ainda, se não fosse o esforço dessas mulheres [...]. Nós temos vários sindicatos que têm dinheiro pra mandar as mulheres sem nenhum trabalho, sem movimento de rifa, de arrecadação. Mas eu acho que isso é mais ruim do que bom, porque, nesses casos, muitas vezes, não é chamada nenhuma reunião sobre a Marcha, sobre o que é realmente a Marcha, porque, se essas mulheres vão pra Brasília, o que é que elas vão fazer lá? Elas precisam entender que elas não vão só pra conhecer Brasília, pra conhecer outras mulheres, mas vão por conta de todo um processo, de um movimento que é a Marcha, nós temos que nos empoderar disso e saber que a Marcha não é só nós ir pra Brasília, voltar e pronto. (Elenira, dirigente sindical, CE, 2011).

É assim, a gente trabalha na base, mas o que faltar é o sindicato quem arca, por conta do número de mulheres sócias dos sindicatos ser maior do que o dos homens. A gente tem o quê? Mais de 80% das mulheres são sócias dos sindicatos, então, no caso, a gente joga isso se for, digamos, uma pessoa que não tem a mesma compreensão, que não fala a língua da gente. A gente diz que 80% são as mulheres que contribuem, então por que não colaborar com as ações das mulheres? Na maioria dos casos dos municípios, ainda existem alguns diretores sindicais homens que não se envolvem tanto com a Marcha, porque eles acham que é uma ação das mulheres, eles se envolvem menos do que quando é uma coisa dos sindicatos no geral, no município. Sempre fica mais a cargo das mulheres se envolver mesmo, ir pra base, ir pras reuniões, participar das programações. Eles se envolvem menos, eles nunca têm tempo praquilo. E quando é uma ação do sindicato, como um Grito da Terra, eles se envolvem mais, eles priorizam mais. Por exemplo, nós vamos ter a Marcha, que é um evento de peso, que a gente chama do movimento sindical, aí digamos, eles não podiam retirar o Grito da Terra que vai ser um evento menor, tem que manter, tem que gastar. Mesmo sabendo que vai ter uma despesa grande, que é a despesa da Marcha, eles não recuam. Agora, quando é das mulheres, eles sempre dizem que geram despesas, que não sabem como fazer (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

Reuniões

As reuniões são espaços essenciais para planejar e organizar as atividades que serão realizadas visando à ‘construção da Marcha’, bem como pensar estratégias de arrecadação de recursos. Trata-se de espaços de diálogo, de consulta, de fala, de escuta. Nelas são realizadas discussões que buscam sensibilizar as pessoas sobre a sua importância (o que é a Marcha, qual o seu objetivo, qual a relevância política para a luta das mulheres etc.), e envolvê-las nas suas ações, compreendendo a ida a Brasília como uma delas. As reuniões, incluindo aí os encontros, também são espaços de discussões e debates sobre os temas da Marcha, visando subsidiar e preparar as mulheres para uma atuação política mais qualificada.

A gente lá já trabalhou alguns temas, como saúde da mulher, porque tem muitas mulheres que não conhecem o próprio corpo, e a gente trabalha esse processo de conhecimento, de mudança. Porque a mulher, a partir do momento que começa a conhecer ela própria, o seu próprio corpo, ela vai mudando, vai tendo, com certeza, uma mudança e essa mudança é pra melhor. O processo da Marcha não é só tá levando essas mulheres pra Brasília pra participar da Marcha, é um processo também de formação, de divulgação, de conhecimento dos temas que a Marcha vem trabalhando. Nós temos que ter poder, conhecimento e estudar, realmente, alguns textos, algumas coisas que a gente precisa ter conhecimento pra levar pra outras mulheres, pra essas mulheres tá podendo fazer reivindicações de melhorias na sociedade onde elas vivem. E isso, eu acho, a partir do momento que vem sendo trabalhado na Marcha das Margaridas... Vem sendo trabalhado esses temas que a gente trabalha na plataforma política, como a biodiversidade, a questão da saúde. Muitas das mulheres vêm porque muitas vezes, em outros momentos, a gente não teve oportunidade de trabalhar isso. E, depois do processo da Marcha, a gente vem trabalhando isso, e as mulheres ficam mais capacitadas. A gente vem trabalhando em alguns municípios, em algumas atividades com as mulheres, a questão da violência, da Lei Maria da Penha, e muitas delas tiveram a sua opinião mudada por causa disso. E isso é um processo que vem da Marcha, porque a gente vê mulheres que não sabiam que existia uma lei pra elas, não tinha o conhecimento dessa lei, e que hoje realmente mudou, inclusive no processo de convivência familiar, mudaram muito. (Elenira, dirigente sindical, CE, 2011)

A plataforma política da Marcha tem sete eixos. Lá em Ibiapina, cada eixo vai ser estudado numa comunidade, sendo que o último vai ser na sede do sindicato, e de cada comunidade a gente vai trazer pelo menos dois representantes pra fazer um apanhado do que eles estudaram lá. Fora a gente

divulgar na comunidade todo o trabalho, a gente faz reuniões também com o grupo que vai pra Brasília, pra ele estar se preparando. A gente faz reuniões pra discutir a campanha financeira, o que é que pode fazer para ajudar mais (Lucilene, dirigente sindical, CE, 2011).

Normalmente, as reuniões, principalmente aquelas que têm como finalidade a sensibilização e a preparação política das mulheres, começam e terminam com um momento chamado de mística, no qual se procura sempre enfatizar a condição da mulher rural e a importância da participação ativa de todas elas, através de encenações, performances, cantos, ou através da leitura de, por exemplo, um poema, um conto, ou um outro texto qualquer condizente com o objetivo da reunião. Na sequência, solicita-se às participantes que expressem os seus sentimentos, falem de si e de suas expectativas. Esses momentos, preparados por pessoas que já têm uma maior habilidade em fazê-los, buscam estimular a construção de um sentimento de igualdade entre as participantes, levando-as a se identificarem como iguais nas suas experiências, abrandando as diferenças.

Nas comunidades ou nos povoados, são realizadas reuniões em um período do dia, manhã ou tarde. Os convites, e mesmo essas reuniões, são feitos em nome do sindicato e/ou de algum movimento que tenha atuação no local. As reuniões que acontecem nas regionais ou nos polos sindicais duram mais de um dia. Nesse caso, as participantes, normalmente dirigentes ou lideranças dos municípios que compõem aquela regional, são acolhidas na sede regional do sindicato, que, em sua maioria, possui espaços disponíveis para acomodá-las.

Hoje mesmo, esse ano de 2011, nós estamos trabalhando no sindicato, estamos com uma cota de dezesseis mulheres pra levar pra Marcha. Estamos fazendo bingo, rifa, bazar, e fazemos palestras na comunidade onde tem delegacia sindical. Lá a gente faz reunião com o grupo de mulheres, e a gente motiva as mulheres, porque a Marcha das Margaridas tem esse nome, mas não é só para as mulheres, o objetivo é o geral: homens e mulheres. Então, assim, tanto homens quanto mulheres a gente procura engajar com o objetivo de trabalhar a Marcha das Margaridas. Dentro do sindicato, como é que a gente faz o trabalho? Todo primeiro domingo do mês tem reunião e, aí, dentro das reuniões, a gente repassa o que é a Marcha. Reuniões só com mulheres a gente faz nas comunidades. No dia 8 de março, que é o Dia Internacional da Mulher, a gente fez um seminário para as mulheres e lá a gente repassa toda a história da Marcha, a história das mulheres e aí a gente vai continuando o trabalho da Marcha (Tonilda, dirigente sindical, CE, 2011).

Além das reuniões, são realizadas ‘rodas de conversa’, espaços de encontros constituídos para promover a reflexão e o debate coletivo em torno das questões que envolvem a Marcha e de como elas afetam o cotidiano das mulheres, possibilitando, assim, a construção e a partilha de saberes que estão a ela relacionados. As cadeiras posicionadas de forma circular garantem que todos se vejam na roda. Normalmente, os debates são moderados por alguém do grupo que atua como uma espécie de facilitador do diálogo, através do qual as participantes têm a oportunidade de expressar seus pensamentos de maneira informal.

Também são realizadas visitas às comunidades e aos povoados, mais especificamente às casas de trabalhadoras para convidá-las a participar da Marcha. Muitas falas fazem referência às visitas, o que atestam a sua importância nesse trabalho. Essas visitas já é uma prática comum à vida sindical e são feitas por dirigentes, assessores e militantes para conversar sobre assuntos que dizem respeito ao sindicato, a associações e à própria comunidade¹⁶⁵. Como a visita supõe alguma retribuição, responder ao convite que motivou a visita pode significar uma retribuição ao convite feito e o fortalecimento de laços sociais (Palmeira; Heredia, 1995, p. 41).

O material de divulgação e de preparação política

O material escrito é muito importante no processo de mobilização. São produzidos, em Brasília, cartazes, folhetos e panfletos contendo informações sobre a Marcha: o que é, quando e como surgiu, quem é Margarida Alves, as principais conquistas, os eixos que orientam a plataforma política etc. Além disso, também são produzidos cadernos de textos visando subsidiar a discussão política em torno de cada um desses eixos.

A produção textual dos panfletos é feita pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG. Já o caderno de textos é elaborado com a colaboração das entidades parceiras participantes da Coordenação Ampliada, contando com o suporte da assessoria da CONTAG¹⁶⁶. Os textos que compõem o caderno estão

165 Comerford (1999, p. 48) menciona ‘as visitas’ como uma das formas de ação sindical.

166 Além da presidência e da vice-presidência, a CONTAG era composta, em 2011, por 9 secretarias representando as suas frentes de luta. No processo de construção da sua plataforma política, os(as) assessores(as) das secretarias cuja frentes de luta dialogam mais com a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais são demandados(as) a contribuir na sua elaboração, mais especificamente na elaboração dos eixos que dizem respeito às respectivas frentes de luta. Assim, a plataforma política também recebeu contribuições das assessorias ligadas às secretarias de Políticas Sociais, Política Agrícola, Política agrária e Meio Ambiente.

relacionados aos sete eixos da Marcha, que, por sua vez, correspondem a um tema específico. Para sua elaboração, os temas foram divididos entre as organizações que compõem a Coordenação Ampliada de acordo com o seu domínio sobre um ou outro tema. Para a Marcha de 2011, os textos foram reunidos pela assessoria da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que elaborou, então, a primeira versão, submetendo-a à apreciação da Coordenação Ampliada para ajustes, comentários e/ou sugestões. Feito isso, o texto foi encaminhado para uma versão definitiva.

Nas comunidades chega mais o panfleto, porque aquele caderno, quando ele vem, chega numa quantidade bem pequena, limitada. Aí, digamos, vem um pro município, o que a gente — os sindicatos, as mulheres — pega pra estudar pra ver o que é que tá ali dentro que a gente tá contemplado. Já os panfletos chegam mais na base, mas também ainda é pouco. É com a cara e a coragem, porque assim, o panfleto... Dessa vez foi que veio mais, porque veio cem pro município, mas nunca tinha vindo, vinha só no gogó. Nas marchas anteriores, a gente fazia a articulação, mobilização só no gogó mesmo, porque não tinha, não tinha esse material assim disponível. Vinha o quê? Um cartaz grande [Benedita, que está do lado, arremata: “Que a gente prega na parede do sindicato”]. Nem os panfletos chegavam, não tenho conhecimento que chegou não. Então, dessa vez veio cem para cada município, aí a gente distribuiu lá com os presidentes de associações, porque ele leva e tem como ele falar lá na base, mas só um pra cada presidente. Não é pra todo pessoal lá na base não, que tá lá na reunião — trinta, quarenta pessoas (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

Os primeiros cartazes foram construídos pela CONTAG, depois a gente recebeu mais que a FETAPE reproduziu, porque o número foi mínimo. A gente tem comunidades que você vai pra uma reunião tem setenta trabalhadores, então, se eu levar cem, só dá pra essa comunidade (Josivânia, dirigente sindical, PE, 2011).

O caderno de textos é mais utilizado em encontros estaduais, encontros regionais ou de polos sindicais. Algumas dirigentes revelaram que, embora ele contenha um material rico e importante, apresenta um vocabulário não muito acessível às trabalhadoras rurais — algumas se referiram à linguagem utilizada como “mais acadêmica” —, em contraposição ao panfleto, cujo vocabulário é mais acessível e de mais fácil compreensão. Por se tratar de um texto curto, de um linguajar mais simples e direto, e por sua reprodução ser mais viável do ponto de vista financeiro, os panfletos são mais utilizados. Com esse material em mãos, as

lideranças municipais e/ou comunitárias promovem reuniões em seus sindicatos, suas comunidades ou seus povoados para apresentarem e discutirem os temas abordados. A sua utilização facilita a transmissão de informações básicas sobre a Marcha, levadas pelas lideranças a essas localidades com o objetivo de chamar as mulheres a se organizarem e dela participarem. Aliás, uma motivação importante para a participação das mulheres é obter maior conhecimento sobre esses temas, uma vez que elas se ressentem de falta de informações.

Os cadernos de textos, a discussão que ele traz, o caderno chega na ‘base’, mas já é menos, não é como essa mobilização pra conseguir recursos, essa é mais forte. Quando esse caderno chegou, por exemplo, a gente já tinha feito a maioria dos lançamentos da Marcha, que aqui foi feito um lançamento por regional. Mas, a partir do momento que ele chega nos eventos que estão acontecendo, nos eventos, nas reuniões, a gente já vai com um monte de cadernos de textos, e ali, quando vai discutir a programação, a gente diz logo: “Eu quero duas horas, duas horas é minha”; “Mas por que você quer duas horas?”; “Porque eu tenho o caderno de textos e é preciso discutir”. E esse caderno de textos não volta de lá sem fazer uma discussão dos eixos da plataforma política. Então, como ele é muito grande e não dá pra gente fazer tudo, a gente apresenta os eixos. Isso nos eventos dos sindicatos, da federação. Agora, lá na base mesmo, chega pouco. Até porque o caderno de textos mesmo, ele chega muito tarde, já foram feitos muitos eventos, e as discussões foram feitas sem eles (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAEMA, 2011).

Embora a confecção desses textos seja financiada pela CONTAG, as federações, os sindicatos e mesmo as entidades parceiras podem confeccionar os seus próprios.

Além dos materiais escritos, outros, como lenços (bandanas) e camisetas com o lema da Marcha também são produzidos a partir da CONTAG e distribuídos para os estados, por intermédio das federações e dos sindicatos. Contudo, as federações, os sindicatos, os movimentos e as organizações parceiras podem, e normalmente o fazem, confeccionar suas próprias camisetas, utilizando a cor lilás, fazendo referência à luta feminista, ou as cores de suas respectivas organizações. As camisetas são formas de expressão política dos movimentos, servindo como código e comunicação. Por meio delas, é possível identificá-los pelas cores dos símbolos, das frases e das insígnias que carregam. Elas são utilizadas com inscrições as mais diversificadas e geram — principalmente quando as ‘margaridas’ se põem em marcha — um efeito discursivo que poderíamos qualificar de polifônico.

O mesmo efeito pode ser observado na diversidade das bandeiras. Nas ‘atividades da Marcha’, sejam elas públicas ou não, a bandeira está presente. Quando se trata de uma atividade apenas interna ao movimento sindical, lá está a bandeira da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Se é uma atividade pública e que envolve outros movimentos, outras bandeiras se juntam àquela, compondo um mosaico de tamanhos variados conforme o evento, o envolvimento e a participação de quem o promove.

Para auxiliar no trabalho de divulgação, foi produzido, também pela CONTAG, um vídeo de oito minutos (“Marcha das Margaridas 2011 — chamada geral”) falando sobre a Marcha, a sua importância e o seu significado, as vezes que ocorreu, as suas reivindicações e a sua música. O vídeo conta, ainda, com imagens de marchas anteriores e de mulheres trabalhadoras rurais nos seus afazeres cotidianos, uma explicação da origem do nome que a adjetiva (‘margaridas’) e falas do presidente da CONTAG, Alberto Bloch, e da secretária de Mulheres, Carmen Foro, abordando o significado político da Marcha e convidando as mulheres para dela participarem. Carmen finaliza:

Convido cada uma de vocês para que nós possamos transformar essa Marcha em uma Marcha revolucionária, para transformar a nossa vida, a vida de mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta, e para transformar o país num país de nossos sonhos, um país com igualdade, com autonomia, com liberdade, justiça, e com desenvolvimento sustentável para todos (Carmen, 2011).

Além do vídeo, foram produzidos e enviados aos STTRs spots para serem utilizados nas rádios dos municípios e em carros de som. O material produzido, ao ser posto em circulação muitas vezes, serve de referência para novos contatos e articulações, a partir dos quais são estabelecidas novas interlocuções.

Tempo de cantos e poesias

De um modo geral, a religiosidade, os rituais e o uso dos símbolos são parte importante na vida política das mulheres do campo e da floresta. Nesse tempo de Marcha, as salas dos sindicatos estão sempre decoradas com os seus símbolos — as flores, os chapéus, os lenços e os cartazes sempre em destaque, evidenciando o lema da Marcha. As bandeiras ocupam um lugar central em todos os eventos.

Mas um traço marcante da atuação das mulheres é o uso dos poemas rimados e da música. E isso foi algo que mobilizou minha atenção.

Nas chamadas reuniões de base, que acontecem nos sindicatos ou nas comunidades, é comum se deparar com formas discursivas como músicas, cordéis e outras manifestações poéticas, produzidas e praticadas na militância, sugerindo, mediante uma linguagem própria em que se combinam sons, ritmos e significados, emoções que, habitualmente, expressam força, coragem, luta e sofrimento. Os seus dizeres manifestam o desafio da superação da condição de exploração como trabalhadoras, e da condição de subordinação como mulheres.

A Marcha potencializava dinâmicas que permitem essas mulheres se fazerem visíveis no espaço público desde as suas localidades. Visibilidade que lhes é tão cara, e que nas falas de muitas dão significado à própria Marcha. Serem ouvidas é uma dimensão dessa almejada “visibilidade”, e, para tal, as mulheres se utilizam de diferentes formas discursivas, desde aquelas que se aproximam mais propriamente da retórica política, os discursos proferidos em espaços públicos, até aquelas que se expressam em cantos e poesias.

Aliás, ao acompanhar as atividades da Marcha em vários espaços — inclusive nos ‘não sindicais’ e naqueles de atuação de movimentos autônomos de mulheres, como reuniões, oficinas e encontros —, percebi que poemas rimados feitos por elas mesmas, ou reproduzidos a partir de leituras, eram comumente utilizados. No Nordeste, muitos deles eram criações inspiradas nos cordéis. Mais que os poemas, os cantos estavam sempre presentes, e vários apresentavam versos compostos por trabalhadoras rurais, poetisas populares e integrantes de movimentos de mulheres. Ao serem transformados em música, esses versos se tornavam parte do repertório cantado nesses eventos e utilizadas pelas mulheres em momentos específicos de sua militância¹⁶⁷.

Por meio de versos, cantados ou não, elas faziam referência, fundamentalmente, às suas experiências cotidianas: o trabalho na roça e em casa, a discriminação, o machismo, a condição da mulher, o desejo de liberdade e de transformação, a organização e a luta do movimento.

Numa manifestação pública, durante as ações de mobilização das mulheres do Sertão do São Francisco, realizada em Petrolina-PE, Dona Maria de Lourdes, uma senhora de aproximadamente sessenta anos, da comunidade do Roçado, pediu para

167 Mota (2008), em um trabalho intitulado “Fala de mulheres: narrativas de trabalhadoras rurais em músicas e poesias”, faz uma abordagem bastante interessante sobre essa temática.

entoar um aboio. O aboio é mais conhecido como o canto do ‘vaqueiro’ nordestino na sua lida com o gado. No caso de Dona Maria, ela apresentou um aboio em versos, que é uma espécie de repente, uma poesia cantada de improviso. Em qualquer um dos casos, aboiar é considerado ‘coisa de homem’. As mulheres que cantam aboio geralmente o fazem em casa ou quando são chamadas para alguma apresentação, mas isso raramente acontece. Por isso, o feito de Dona Maria foi algo ousado. Em plena praça pública, ela pede o microfone e profere os seguintes versos, os quais ela chamou de

ABOIO DAS MULHERES DA ROÇA

Ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô

Eu cozinheiro e lavo roupa

Vou pra roça trabalhar Sábado, domingo e segunda

Vou para feira lutar

Vou vender os meus legumes que é pra fome não matar

Ô, ô, ô, ô, ô, ô, ô

Nós, mulher trabalhadora, também somos sofredoras.

É rua casa dos incertos

Mas também somos cantora.

De noite tamo na reza

E de dia na lavoura

Vamos todos, minha gente, se fixar com a corrente.

Com a mais dura perfeição

Pois mulheres unidas e forte nunca mais se calarão

O canto tem uma presença marcante. Em alguns encontros são distribuídos folhetos com alguns cantos ou cancionários. As músicas são, comumente, cantadas nas aberturas dos eventos para anunciar o início e a finalização das atividades, anunciar o fim de um intervalo concedido, dar as boas-vindas, ou ‘animar’¹⁶⁸ o grupo quando este se encontra visivelmente cansado das discussões ou disperso — “canta-se para restaurar a atenção e a disposição” (Mota, 2008, p. 208).

Ao serem cantadas, as músicas são acompanhadas por palmas e, em alguns casos, por instrumentos de percussão. Embaladas pelo seu ritmo, as mulheres se põem de pé, movimentam os seus corpos, dão risadas e até se comovem, dependendo

168 Nos movimentos sociais rurais, de uma maneira geral, é comum delegar a um grupo de participantes a função de ‘animar’ — são as chamadas comissões ou grupos de animação. Há uma significativa presença de mulheres nesses grupos, mesmo quando se trata de um evento misto.

do contexto. A música tem atribuições que motivam a ação política. Ela anima, dá leveza, descontraí, celebra, incute valores e esperança, “estimula e justifica a luta por meio de ordens rimadas” e “instaura o lúdico na política” (Mota, 2008, p. 208).

A maioria das músicas que circulam nos movimentos de mulheres rurais é composta por mulheres que estão ou que já passaram pelo próprio movimento. A circulação musical é livre. Em muitas dessas composições, a autoria não é identificada. Mas ser de autoria feminina não é o critério para a música ser cantada ou não. Composições que façam referência à condição da mulher da roça e à sua luta também entram neste rol, mesmo sendo de autoria masculina — caso de “Olê Mariê”, de Luis Vila Nova, e “Baião da Nova Mulher”, de Zé Vicente¹⁶⁹.

Músicas e a poemas são formas discursivas utilizadas para dar mais vivacidade e dinamismo às atividades políticas. Trata-se de práticas discursivas pelas quais mulheres de ‘carne e osso’ capturam a linguagem emocional ali contida e tecem diferentes vínculos de identificação entre elas, expressando o que é ser uma ‘margarida’, e assim fazendo, se representam, designando-se. Ao dizer, elas dão forma àquilo sobre o qual dizem, sobre o qual falam — tão ao gosto de Foucault (Lutz; Abu-Lughod, 1990, p. 9). Elas se fazem, se revelam e se constroem como sujeitos políticos, se produzem política e socialmente, encarnando a própria inscrição nesse mundo.

O processo de construção da Marcha permite que as mulheres que nele se envolvem, adentrem o mundo público transportando seus atributos e signos de mulheres rurais, expressos em vivências corpóreas e simbólicas, no movimento do corpo e nos versos declamados, contados, cantados e performados na militância como rituais, a partir dos quais elas se enunciam (Mota, 2008).

As letras dos cantos e dos poemas produzidos e/ou cantados por essas mulheres se traduzem em narrativas que falam para si, ao mesmo tempo que dizem de si, e que, ao serem expressas, acabam sendo convertidas em maneiras ‘próprias’ de ‘fazer política’. Trata-se de formas discursivas que, originalmente de natureza ‘não política’, foram apropriadas pela prática política dos movimentos populares, notadamente, pelo conjunto do movimento de mulheres trabalhadoras rurais (Mota, 2008, p. 201).

Lila Abu-Lughod, em seu livro *Veiled Sentiments* (1986), observou como as mulheres beduínas utilizavam poemas para expressar sentimentos especiais, e tratou esse modo de expressão como um discurso considerado não simplesmente

169 Nos cancionários constam também canções políticas e/ou de cunho social, como as do próprio Zé Vicente e de Gonzaguinha, Luiz Gonzaga, Renato Teixeira e Almir Sater.

como uma forma linguística, como na distinção entre atos de fala formalizados e cotidianos, mas também no sentido utilizado por Foucault (1987), ou seja, para significar um conjunto de enunciados verbais e não verbais, vinculados a regras e caracterizados por regularidades, que tanto constroem quanto são modeladas pela realidade social e pessoal (*ibidem*). Nesse sentido, a emoção é utilizada como um discurso, e sua análise é inserida nas preocupações com a ‘micropolítica’, isto é, com o trabalho realizado pelas emoções na vida pública. Um pouco dessa perspectiva tem orientado o meu olhar para os versos produzidos pelas mulheres.

Em tempos de Marcha, as mulheres envolvidas com a sua causa encontram aí um ambiente particularmente estimulante para expressar seus pensamentos e sentimentos pelos poemas. O próprio envolvimento no cotidiano da Marcha favorece o aflorar dos versos. Ora, se ao se expressarem por versos elas se dizem, ao dizer elas se fazem.

Cantos e poemas evocam emoções cujas expressões são utilizadas como forma de denúncia, mas também para encorajar e animar o movimento (Gould, 2001). O poema abaixo pode ilustrar o que digo. De autoria de uma jovem dirigente sindical do município de Bodocó-PE, Lourisvanda de Sousa, ele é dirigido às ‘margaridas’ e busca, através dos seus versos, incentivá-las, motivá-las e estimulá-las a permanecerem na luta ou a fazerem parte dela, ao mesmo tempo que expressa o sentido de nela estar.

ÀS MARGARIDAS

Margaridas lutadoras
Nunca pense em desistir
Nossos sonhos, força e garra
Vai bastante usufruir
Pra mudar a nossa vida
Nessa luta tão sofrida
Que nós vamos conseguir
Precisamos lutar juntas
Pelos direitos demais Autoestima e trabalho
Economia e paz, capacidade
Nós temos sempre nos fortalecendo
Com instrumentos reais
A nossa sociedade que se diz
Tudo saber, é machista e moralista
Só enxergam o poder
Não respeitam as mulheres

Batem, ferem e se referem
À tradição do saber
abemos que nossa força
É bastante coerente
Temos que mostrar pro mundo
Que somos inteligentes
Organizar nossos planos
Pisar firme/Sem engano
Fazendo um Brasil decente
Margaridas, Margaridas!
Temos que valorizar
Tudo que nós conquistamos
Não vamos se acomodar
Vamos buscar muito mais.
Nossos direitos quem traz
Pra fazer de nós capazes
É nosso grito de paz

Circulando em diferentes espaços destinados à construção da Marcha, percebi que, embora poemas e cantos não sejam formas discursivas tradicionais da política, fazem parte da vida política das mulheres trabalhadoras rurais que militam em diversos movimentos, estabelecendo significações individuais e coletivas pelas quais as diferenças são reveladas e as identificações construídas.

“Esta luta não é fácil” está entre as músicas mais cantadas nas reuniões de mulheres. Os versos foram compostos pela já falecida Nazaré Flor, agricultora, assentada do Assentamento Maceió, no município de Itapipoca-CE, liderança do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Ceará, e poetisa popular. Eles evocam sentimentos identificados como sendo ‘próprios’ das mulheres, tais como alegria, amor, paz e força, para, enfim, conclamar as mulheres a se unirem para uma luta que não é fácil — mas que é possível ser vencida se se mantiverem unidas, e assim conquistar o poder. Considerando o seu conteúdo, é possível encontrar palavras que motivam, justificam e estimulam as mulheres para a ação política:

ESSA LUTA NÃO É FÁCIL

Esta luta não é fácil, mas tem que acontecer
A mulher organizada, tem que chegar ao poder.
Vamos juntas companheiras, vamos botar pra valer
Vamos quebrar as correntes, do machismo e do poder.
Sem a mulher neste mundo, seria triste demais,

Não nascia gente nova, e o mundo não tinha paz
A mulher nasceu pra ser pelo homem bem amada
Ser amiga e companheira, não pra ser discriminada.
Somos gente, somos força,
Temos que ter igualdade ao lado dos homens
Fortes!
Transformando a sociedade.
Vamos conquistar o espaço, que tem no mundo pra nós
Chefiar os sindicatos e na política ter voz.

“Pra mudar a sociedade” é outro poema musicalizado, também composto por Maria de Nazaré¹⁷⁰. São versos que afirmam e valorizam a especificidade feminina e ressaltam a importância da participação da mulher na mudança da sociedade.

PRA MUDAR A SOCIEDADE

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher.
Porque a luta não é só dos companheiros,
Participando sem medo de ser mulher.
Pisando firme sem pedir nenhum segredo
Participando sem medo de ser mulher.
Pois sem mulher a luta vai pela metade,
Participando sem medo de ser mulher.
Fortalecendo os movimentos populares,
Participando sem medo de ser mulher.
Na aliança operário-camponesa,
Participando sem medo de ser mulher.
Pois a vitória vai ser nossa, com certeza,
Participando sem medo de ser mulher.

“Deixa-me ser gente” é o título de uma das músicas mais cantadas nos eventos. Tanto a letra quanto a melodia são de Maria Abelha, uma agricultora da Comunidade Gualdrapas, em Trairi, no Ceará. Os seus versos falam do desejo de ser livre e expressam sentimentos de aprisionamento, discriminação e esgotamento:

170 Em alguns cadernos de música essa composição é atribuída a Zé Pinto.

DEIXA-ME SER GENTE

Deixa-me ser gente
Não me impeça de lutar
Pois a vida me convida
Uma missão realizar
Deixa eu ser mulher
Ser livre pra sonhar
Não reprima,
Não reprove
Meu jeito de amar.
Vamos fazer a história
De nós todas, mulherada
Preservar nossos valores
E não ser escravizada [...]
Eu me sinto revoltada,
Ninguém quer explicar
De tanto ser explorada, eu me pus a protestar
Não nasci pra servir
Como peça de engrenagem
Nem ser coisa que se venda
Ou se compra por vantagem
Quero ser considerada, como um ser, filha de Deus
Realizar os meus anseios,
Cada vez mais, sendo eu.

Doraci Zebina, quebradeira de coco do município de Santa Rita, no Maranhão, por meio da música “Eu sou mulher”, interpela o leitor:

EU SOU MULHER

Eu sou mulher, seu doutor
O que é que é?
Eu sou mulher do Maranhão,
Eu sou mulher!
Lá na cozinha eu sou mulher
Pra fazer comida eu sou mulher
Pra lavar roupa eu sou mulher
E na política, por que que é que não sou mulher?
Pra ir pra roça, eu sou mulher

Pra fazer farinha, eu sou mulher
E na Prefeitura, por que é que eu não sou mulher?
Pra ir pescar eu sou mulher
Pra quebrar coco, eu sou mulher
Pra vigiar galinha, eu sou mulher
E lá na câmara, por que é que eu não sou mulher?
Pra cuidar do marido, eu sou mulher
Pra cuidar dos meninos, eu sou mulher
Pra ser machucada, eu sou mulher
E na sociedade, por que é que eu não sou mulher?
Pra varrer casa, eu sou mulher
Sem o salário, eu sou mulher
Pra ficar calada, eu sou mulher
E nos movimentos, por que é que eu não sou mulher?
Pra vir votar, eu sou mulher
Pra não ter voz, eu sou mulher/
Pra ter vez, eu sou mulher
No Sindicato, por que é que eu não sou mulher?

No seu conjunto, os cantos parecem guardar uma intencionalidade. Pretende-se que os sentimentos expressos através dos seus versos se traduzam em práticas políticas que transformem a condição das mulheres, das mulheres do campo, da mulher-povo, da mulher oprimida, escravizada, da mulher que trabalha, que sofre, para que elas se libertem e ocupem os espaços públicos. As palavras que mais são usadas para exprimir esses contextos são escravidão, cativeiro, sofrimento, preconceito, sufoco, peso, opressão e pobreza. Ser ouvida, ter direito à voz, e romper com o silêncio são outros temas recorrentes nas canções.

Assim como Gould (2001), ao estudar a emergência do ativismo militante contra a AIDS, é possível perceber nos poemas e canções apresentados acima uma ambivalência experienciada no cotidiano da vida política e social, e os esforços para navegar nela. Para essa autora, tal ambivalência pode ser pensada como algo vivido por grupos sociais inferiorizados na sociedade — negros, mulheres, homossexuais —, que surge e é reforçada por relações sociais de marginalização, mudando em composição e extensão de acordo com as diferentes posições dos indivíduos na hierarquia de raça, classe e gênero, e de acordo com as diferentes experiências pessoais (Gould, 2001). Assim como no caso das lésbicas e dos homens gays, o status marginalizado dessas mulheres em uma sociedade machista estrutura uma constelação de sentimentos contraditórios que é difícil de evitar.

Ao trazer ideias de direito e liberdade por meio de cantos e poesias, as mulheres criam uma narrativa na qual dominam sentimentos de força e coragem, expressões que, repetidas, supõem o desfazer da sua condição de subordinação e medo. Está aí a ambivalência.

Gould (2001), citando Wiliam Reddy (1997), sugere que expressar emoções ajuda a navegar nessa intensa ambivalência, ao afirmar que expressões emocionais alteram os sentimentos aos quais se referem, e que a inabilidade da linguagem para representar adequadamente os sentimentos internalizados deixa fora da esfera verbal componentes desses sentimentos, cuja nomeação nunca é precisa. É sempre uma nomeação imperfeita, de modo que o sentimento nomeado (o medo, por exemplo) pode ser sentido tal como definido pelo sistema de significados socialmente construídos no qual ele está inserido, ou, ao ser verbalizado, pode não significar precisamente o que está se sentindo. Assim, o verbo que expressa um determinado sentimento é um instrumento de transformação, construção, ocultação e intensificação de emoções.

Gould (2001) segue, ainda, o argumento de Reddy (1997), quando este afirma que regras e convenções de comunidades emocionais produzem normativas emotivas que, repetidas ao longo do tempo, podem, de um lado, afetar uma generalizada e intensa ambivalência por ampliar um lado dos sentimentos contraditórios e submergir o outro. Tais convenções apontam o equilíbrio da ambivalência em uma direção mais do que na outra, promovendo a ‘resolução’, de modo a opor sentimentos e moldar como as pessoas se sentem. A autora acrescenta às ideias de Reddy que o processo é interativo e contínuo, que qualquer resolução temporária a uma intensa ambivalência, por sua vez, afeta os sentimentos predominantes e as convenções do grupo social sobre as emoções e suas expressões. E, por último, que a cultura emocional de comunidades gays e lésbicas ajuda a gerir a ambivalência generalizada da qual deriva, em parte estabelecendo regras e normas sobre sentimentos e emoções, e em parte por afetar a forma como lésbicas e homens gays se sentem.

Nesse processo de gestão da ambivalência, sentimentos de amor próprio podem atenuar sentimentos de ódio próprio, e a atração pela sociedade pode suplantar a repulsão pela sociedade. Nem um nem outro lado pode ser facilmente dominado, uma vez que a oposição está sempre presente, mesmo se submersa. Uma grande instabilidade e incerteza de qualquer dada resolução em relação à ambivalência requer vigilância, através, por exemplo, da consistente repetição das emoções que apoiam sentimentos sobre um lado da ambivalência e reprime sentimentos sobre o outro.

A discussão trazida por Gould (2001) acerca da ambivalência e da sua gestão me pareceu particularmente importante para refletir sobre os sentimentos expressos nas poesias e músicas utilizadas e/ou produzidas pelas mulheres em questão. No seu conjunto, emoções que se apoiam em sentimentos de liberdade, coragem e força são repetidamente cantados, intencionando reprimir sentimentos de submissão, medo e fraqueza.

Antes de fazer demandas políticas, as mulheres têm que acreditar que merecem ser mais bem tratadas. A ‘culpa’, que recorrentemente aparece em suas falas, corrói qualquer convicção, mesmo quando a indignação sobre o lugar que lhes é reservado a reforça. Ambivalência sobre a sociedade dominante também introduz incerteza em qualquer curso de ação política. As mulheres querem se acomodar, mas também querem confrontar as normas, os valores e as instituições da sociedade (Gould, 2001), como pode ser lido nos versos a seguir, da canção “Apelo de mulher”, composta pela paraibana Gilvanisa Maia, e muito cantada pelas mulheres trabalhadoras rurais do Polo da Borborema, na Paraíba.

APELO DE MULHER

Não sou escrava, nem sou objeto
Para fazer de mim o que bem quer
Não tenho dono, não sou propriedade
Eu quero liberdade, me deixa ser mulher.
Eu quero ser, me deixa ser
O que eu mereço
Eu quero ser quem sou, eu tenho meu valor
E esse não tem preço
Eu quero ser amiga e companheira
Quero sentir a força do amor
Quero viver como tenho direito/
Não quero preconceito/ Me deixa ser quem sou
Eu quero ter uma vida decente
Quero ser gente, foi Deus quem assim me quis/
Quero viver buscando os meus direitos
Fazendo diferente, me deixa ser feliz.

Nos dizeres de Mota (2008, p. 200), “a existência de uma fala própria é também fala apropriada para cada momento”. Citando Bourdieu (1994), a autora afirma que o falar remete a estratégias por ele qualificadas como um “falar adequadamente” (*ibidem*, p. 158), e que envolve a produção do “discurso adequado numa

situação determinada” (*ibidem*), trazendo questões como: quando é preciso falar, calar, falar essa linguagem ou aquela. Assim sendo, o uso da linguagem assume várias formas e produz efeitos diversos conforme a intencionalidade, o contexto e o espaço onde ela é proferida.

Poemas e cantos são formas discursivas que podem ser acionadas como recursos. É certo que a competência e a criatividade de certas mulheres, militantes e trabalhadoras rurais, para compô-los é inquestionável, mas importa também a habilidade em saber o momento apropriado para acioná-los e, ao mesmo tempo, através deles, transitar do ‘eu’ para o ‘nós’, do ‘particular’ para o ‘geral’. O acionamento da condição de mulher trabalhadora do campo e da floresta, por meio dos poemas — cantados ou não — tem um efeito sobre a sensibilização e a mobilização da Marcha. Versos declamados e cantados, tanto quanto os discursos proferidos, são recursos que se inscrevem na construção do sujeito político da Marcha das Margaridas.

A CONTAG, através da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, gravou um CD intitulado “Canto das Margaridas”, com composições de ‘margaridas’ de todo o país. Foi solicitado a cada federação e a cada entidade parceira que identificasse entre elas alguém que quisesse e pudesse criar uma composição para a Marcha das Margaridas 2011. As músicas foram selecionadas nos próprios estados. Posteriormente, a CONTAG financiou a vinda das intérpretes (sendo a grande maioria as próprias autoras) a Brasília para gravação em estúdio, dando origem ao CD que foi distribuído para todos os estados. No encarte, a apresentação:

Um canto que faz um passeio pela nossa memória, desejos, lutas, sonhos e esperanças. Um canto que expressa a vida e a alma das mulheres do campo e da floresta. É a união da diversidade, das culturas e da beleza, reunidas nas vozes de mulheres decididas, que evocam e honram a luta de Margarida Alves. São vozes que se espalham pelas ruas e tomam conta do nosso imenso Brasil, na luta pela igualdade, liberdade, justiça e autonomia das mulheres. São as margaridas em marcha em todas as frentes e em todos os cantos.

Afinal, *Canto das Margaridas* não são apenas músicas, são registros da batalha de mulheres de todo o Brasil, de todas as raças, credos, crenças, que usam a sua voz e a sua garra de punhos fortes, de guerreiras, para serem protagonistas de sua história, a nossa história e, juntas, pelo mesmo ideal, constroem a força de uma nação.

A música de abertura do CD é o canto oficial da Marcha das Margaridas. Composta pelas Loucas de Pedra Lilás para a Marcha de 2003, a canção, cujo ritmo se assemelha a uma marchinha de carnaval, passou a ser identificada como a ‘música da Marcha’, sendo cantada e utilizada em todas as que ocorreram posteriormente.

MARCHA DAS MARGARIDAS

Olha, Brasília está florida
Estão chegando as decididas
Olha, Brasília está florida/
É o querer, é o querer das Margaridas (refrão)
Somos de todos os novelas
De todo tipo de cabelo
Grandes, miúdas, bem erguidas
Somos nós as Margaridas.
Nós que vem sempre suando
Este país alimentando
Tamos aqui para relembrar
Este país tem que mudar!
Água limpa sem privar Sede de todos acalmar
Casa justa pra crescer
Casa justa pra crescer
Saúde antes de adoecer
Terra sadia pra lucrar
Canja na mesa no jantar
Um mínimo para se ter
Um mínimo para se ter.
Direito à paz e ao prazer.
E dentro e fora punição
Pra quem abusa do bastão.
Do ser patrão, do ser machão
Não pode não, não pode não
Não pode não, não pode não!

Expressar sentimentos e emoções através do canto e da poesia é interpretado e legitimado como algo ‘próprio’ ou ‘característico’ dos movimentos de mulheres do campo e da floresta, tomado como formas de um dizer singular, constituindo uma linguagem específica mesclada às condições de vida, lutas, emoções, religiosidade, enfim, temas não institucionalizados na tradição estritamente política, embora trate-se, também, de uma linguagem política bastante recorrente entre

as mulheres, assim como os discursos políticos o é entre os homens. Certamente, há mulheres que proferem tais discursos, assim como há homens que cantam versos e declamam. Trata-se de práticas discursivas que não se opõem, mas não deixam de trazer uma marca de gênero, em que poesias, cantos e cordéis estão relacionados com a emoção e associados ao feminino; e os discursos políticos, mais relacionados ao pensamento/distanciamento e associado ao masculino — ainda que tais discursos, quando proferidos por mulheres e para mulheres, apresentem uma carga emocional significativa. A feitura de versos, cantados ou não, tem uma intencionalidade, produz efeitos políticos, tanto quanto a utilização da linguagem emocional nos discursos políticos. E nessa tessitura vai se fazendo e se cantando o tempo da Marcha.

Somos margaridas em marcha, somos margaridas em luta

No capítulo anterior, abordei o período de preparação da Marcha nos municípios como ‘o tempo da Marcha’. A saída dos ônibus em direção a Brasília dá início ao que denominei alhures como ‘momento ritual’. Tentarei explicar o porquê.

A Marcha ganha visibilidade pública, e com ela expressão política, quando milhares de mulheres do campo e da floresta povoam, a um só tempo, as ruas de Brasília, numa ação coletiva, que por sua vez expressa e realiza uma identificação em torno do seu sujeito político, que ganha existência social. Talvez, por isso, a caminhada em Brasília, de forte impacto simbólico, seja revestida de um significado relevante, algo como um momento de consagração.

Aliás, a palavra ‘consagrar’ me parece bastante adequada. De acordo com o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (Cunha, 2012), o termo vem do latim e tem origem no verbo *consacrare*, derivação de *consecrare*, que quer dizer “dedicar a Deus, aos deuses ou ao serviço divino; tornar sagrado”. O seu uso remete a vários significados, que mantêm, de certa forma, nexos entre si. Por exemplo: “consagrar a lembrança” de algo é tornar durável, “consagrar o tempo” é dedicar, o que leva a outros significados como reconhecimento e conclamação.

Mas a palavra, como salientaram Mauss e Hubert (2005), sugere a ideia de sacrifício. Este, sim, um termo que aparece em diferentes variações no vocabulário de algumas das minhas interlocutoras. Interessante perceber como adjetivar a vida como ‘sacrificosa’ é algo recorrente na fala de algumas mulheres rurais para se referir à vida como algo que exige sacrifício, renúncia ou mesmo resignação diante de algumas situações. Utilizada como um adjetivo explicativo, a designação ‘sacrificosa’ exprime um atributo que lhes parece próprio da vida. Outras mulheres, entretanto, utilizam derivações do termo ao mencionar que elas se sacrificam pelo movimento, ou para se referir às mulheres que, como Margarida Alves, foram “sacrificadas pelo movimento”. Nesse caso, a derivação verbal significa o sacrifício como um ato voluntário, no sentido de oferecer-se, doar-se, sofrer perdas em favor do movimento, assemelhando-se à dádiva, uma ‘obrigação espontânea’ em prol de um projeto coletivo.

Ao ler o ensaio “Sobre o sacrifício”, de Mauss e Hubert (2005), identifiquei ali uma certa relação com as falas das mulheres. No ensaio, os autores, tomando como exemplo os modelos hindu e hebraico, concluíram que neles os sacrifícios constituíam uma forma de dádiva do fiel para com o seu deus, conferindo ao primeiro algum direito sobre o segundo, sendo o sacrifício uma forma de consagração, uma passagem do domínio comum ao domínio sagrado. Isto me pareceu muito apropriado para pensar os sentidos que as mulheres dão à uma ‘vida sacrificosa’ ou ao ‘sacrifício pelo movimento’. Se, como asseguram Mauss e Hubert (2005), a conduta religiosa adequada requer uma oferta de si, me parece que a conduta política, no caso das referidas mulheres, também. Em ambos parece haver um ato de abnegação, em que aquele que se sacrifica, doa. Uma abnegação muitas vezes imposta como um dever, uma vez que “o sacrifício nem sempre é facultativo” (*ibidem*, p. 106). Os deuses (assim como o movimento) exigem.

Se, por um lado, as falas parecem remeter a um fardo, a uma ideia de sofrimento, por outro é algo investido de valor, parecendo resguardar uma conotação moral que legitima aquela mulher a ocupar determinados domínios, como o político. Ademais, trata-se de falas que, ao serem verbalizadas, sempre procuram apresentar as recompensas advindas de tal ato. Pois a abnegação e a submissão próprias daquele/a que se sacrifica não é algo dado sem a espera de um retorno. “Se ele dá, é em parte para receber”, de modo que “o desprendimento mistura-se ao interesse” (Mauss; Hubert, 2005, p. 106).

O sacrifício está implicado na consagração e, através dele, ela “irradia-se para além da coisa consagrada” (Mauss; Hubert, 2005, p. 15). A Marcha como um momento de consagração faz todo “sacrifício valer a pena”, como ouvi alguém dizer após o seu término, fazendo-se irradiar para além da coisa consagrada, sugerindo, assim, a sua eficácia.

Não é minha intenção, nem objeto deste livro, compreender exaustivamente as apropriações feitas da palavra ‘sacrifício’ e suas derivações no campo político. Também não se trata de uma mera digressão pelo fato de eu ter encontrado no substantivo ‘consagração’ o termo justo para definir o momento da caminhada realizada pelas mulheres em Brasília. Contudo, a utilização de vocabulários de um mesmo campo semântico sugere algum vínculo entre política e religião, ou, ao menos, que se trata de campos cujas fronteiras não são estanques nem impermeáveis¹⁷¹.

171 Christine Chaves (2000), a partir de uma análise etnográfica apurada da Marcha Nacional dos Sem-Terra, mostra de uma forma bastante perspicaz como ali a “fronteira entre o religioso e o político perdeu nitidez”, como bem expressou Peirano (2003, p. 47).

Mas a caminhada em Brasília é também revestida de outros significados que não remetem apenas a um momento de consagração, como procurarei mostrar ao longo da escrita. E nem foi por significar dessa forma esse momento que chamei de ‘ritual’ a um outro, que antecede a caminhada e que se inicia com a viagem dos estados rumo a Brasília. Ao adjetivar, destarte, esse momento, quis mostrar que o foco do meu olhar havia se desviado e, com isso, provocar o desvio de outros olhares. E, se assim o fiz, é porque logo percebi que ali havia algo de específico que se diferenciava de outros momentos aqui analisados. A maneira como falavam da Marcha *stricto sensu*, a expectativa que pairava em cada fala, em cada ação, e o esforço que faziam para realizá-la me fizeram sentir que fazer a Marcha acontecer em Brasília se revestia de algo importante e especial para aquelas mulheres. E então acendeu em mim a centelha: utilizar-me do instrumental analítico utilizado para os rituais.

À medida que fui me adentrando por esse universo que é a Marcha, fui percebendo que ela apresentava outras características que revelavam traços, segundo Peirano (2001), partilhados pelos antropólogos ao definir rituais. Além de ser um tipo de evento especial para as pessoas que nela se envolvem, a Marcha apresenta uma forma específica — uma certa estabilidade e um caráter não rotineiro — por ser percebida como algo diferente dos acontecimentos cotidianos. Há nela uma ordenação que a estrutura, como também é realizada coletivamente por meio de uma performance com propósito definido (Peirano, 2001). E, assim sendo, ela se presta também ao tipo de análise que venho aqui propor.

A viagem...

O dia da viagem é aguardado com muita ansiedade, um misto de medo, insegurança e expectativa, principalmente para as pessoas que nunca tinham vivido aquela experiência. Acompanhadas de seus familiares, as pessoas chegam até o local combinado para a saída dos ônibus. Depositam suas bagagens no chão — e não são poucas — enquanto aguardam a liberação dos ônibus, encostados, de portas fechadas, no acostamento à beira do asfalto. Pequenos grupos se formam, tabulam conversas. Uns perguntam pelos outros: “Fulana não vem? Desistiu? Cadê Sicrana?”. Crianças correm. Ouvem-se risadas, reclamações, recomendações, amenidades e a busca de informações: “É quanto tempo de viagem? Vai parar onde?”. Eu apenas observo. Sinto-me um pouco fora do lugar.

Círculo de um lado a outro, tentando registrar tudo por meio de fotos. Em torno do motorista, outro grupo: são as coordenadoras dos ônibus. É preciso conferir a documentação de cada uma com a listagem enviada à empresa contratada para o transporte: “O RG não bate! “Chama fulana que o RG não bate”; “Não trouxe o RG? Mas então não pode embarcar”; “Não, se fulana não veio, você não vai poder ir no seu lugar”. E lá se ia o tempo que se ia, afastando-se do horário inicialmente marcado para a saída dos ônibus (eram dois). O sol, ainda alto quando cheguei, já começa a desaparecer no horizonte. Enfim, os ônibus foram liberados! Foi dado início ao embarque. Já no ônibus, escuta-se um tumulto: um homem havia sido atropelado ao atravessar a rua. As pessoas correm para socorrê-lo. Aguarda-se a ambulância. Finda a tarde, cai a noite e nós dentro do ônibus esperando. Algumas pessoas já demonstram impaciência com a demora, e eu me incluo entre elas. Acho que também estou ansiosa! (Diário de Campo, 2011).

O trecho acima foi resgatado das minhas anotações no Diário de Campo¹⁷², no qual registrava minhas impressões sobre a Marcha das Margaridas 2011. Sim, eu estava ansiosa. Havia depositado uma certa expectativa nessa viagem — não só na viagem, mas na Marcha em si. Seguir de ônibus, junto com as mulheres, foi uma opção minha. Poderia ter ido direto para Brasília acompanhar os últimos preparativos para recepcioná-las e aguardar de lá a chegada das caravanas. Confesso que essa foi uma decisão difícil, mas a expectativa das mulheres, captada através das narrativas, entrevistas e conversas, pulsava em mim. E eu queria viver junto com elas cada pedaço daquela experiência, que havia de tal forma me afetado, e olhar ‘de perto e de dentro’, buscando captar as suas próprias expectativas e perspectivas ao olhar a Marcha ou ‘o ponto de vista da nativa’, para me apropriar da expressão malinowskiana. Eu havia sido atingida e estava disposta a mergulhar nessa empreitada.

A forma como as mulheres se referia ao percurso, desde a hora que saíam dos seus municípios, me impulsionou a fazer a viagem por terra. Franck Michel (2004, p. 19, tradução minha), na introdução do livro *Désirs d'Ailleurs — Essai d'Anthropologie*

172 O diário de campo é um recurso utilizado nas práticas etnográficas para coletas empíricas e/ou registro, através da escrita, do que é observado em campo. Ele é, por natureza, uma ferramenta da pesquisa etnográfica, e como tal, foi utilizado por mim como *locus* de registro de dados etnográficos sobre a Marcha das Margaridas. Nele expressei a minha própria experiência e impressões em relação à Marcha; registrei sutilezas, como as percepções das emoções e suas expressões, inclusive as minhas próprias; descrevi os processos observados e os movimentos das interlocutoras da pesquisa e participantes da Marcha.

des Voyages, diz algo interessante: “A viagem começa lá onde terminam as nossas certezas. Viajar é reaprender a duvidar, a pensar, a contestar. Ao abolir as fronteiras do desconhecido, a viagem ousa desafiar a banalidade do cotidiano.”

Desafiar o cotidiano e experimentar as incertezas são aspectos dos quais se revestem as falas de algumas das minhas interlocutoras quando, durante as entrevistas, eu fazia menção ou perguntava algo em relação à viagem até Brasília.

O pessoal pensa que a gente vai pra Brasília, é um passeio, mas não é! A gente vai arriscar a vida no caminho. Realmente, a gente vai muito feliz porque a gente tá atrás dos nossos objetivos, dos objetivos das nossas companheiras, mas arriscamos a vida. Deixamos nossa família em casa, nossos filhos, nossos maridos... E vai atrás daquele objetivo, mas sabendo que está entregando a vida da gente na mão de Deus, não sabe nem se a gente volta com os pés da gente, que é um risco muito grande (Tonilda, dirigente sindical, CE, 2011).

A decisão de ir a Brasília implica preparar a viagem e logo vem a preocupação com a alimentação e a saúde, muito recorrente nas falas:

Tudo elas vendem para ter o recurso da alimentação pra vir. A gente já vai conversando as questões do gasto: “Olha, a gente tem a viagem de ida, que você vai passar três dias de viagem e, em todas essas viagens, você paga até pra entrar no banheiro, então você tem que ter um trocadinho. Você não pode ir daqui só contando que vai levar cem reais, porque cem reais pra ida e pra vinda não dá, você tem que levar um dinheirinho a mais”; “Às vezes você está lá e a fila está muito grande e você não tem como esperar pra almoçar e você precisa comprar uma coisa pra merendar, às vezes você adocece, o remédio seu não está, você precisa comprar algum outro”. A gente vai conversando tudo isso na mobilização (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAEMA, 2011).

As pessoas perguntam: como é que eu vou? O que é que a gente vai comer no caminho? A gente mata uma galinha, vai no mercado, pede uma ajuda. Da outra vez a gente pediu ao prefeito a nossa alimentação e ele deu (Maria Jucá, MMTR-SC, 2011).

Viajar implica também deixar o lugar de segurança, familiar, e ir a um outro que, para muitas, é um lugar desconhecido e de descoberta. O deslocamento físico, além de cansativo, as afasta do lugar íntimo de proximidade, e a possibilidade de não voltar é, muitas vezes, tomada pelo medo:

As mulheres vivem o medo de enfrentamento lá na própria família, de deixar, que é mais de oito dias de viagem, então elas pensam ter que deixar tudo aqui pra poder ir pra lá pra Brasília (Bena, dirigente sindical, PA, 2011).

A questão do medo da viagem... São dois dias com duas noites viajando, elas pensam logo isso, deixar os filhos, porque muitas vezes não têm nem quem fique, né? Vontade mesmo elas têm, mas elas pensam em todas essas coisas (Lucilene, dirigente sindical, CE, 2011).

Crio meus três filhos sozinha. Não é sozinha porque tenho a ajuda do meu pai e da minha mãe, que moram próximo de mim. Por exemplo, pra mim fazer uma viagem dessa, tem a minha mãe que cuida deles enquanto eu saio (Nezinha, MICQB, MA, 2013).

Em 2007 aconteceu um acidente com o pessoal do Piauí, que morreu Santinha e o motorista. Foi muito triste! A gente aqui foi em paz e voltou, mas o que a gente viu foi muito triste. (Maria Jucá, MMTR-SC, 2011).

O fato de, na Marcha de 2007, ter ocorrido um acidente envolvendo dois ônibus dos estados do Piauí e do Ceará, com vítimas fatais, aumentou o sentimento de insegurança, de que, ao viajar, corre-se o risco de ir e não voltar. Esse fato é sempre mencionado.

Há também o ‘medo’ de ficar pelo caminho, de se perder, de ser deixada em algum ponto de parada, principalmente entre as mulheres idosas que estão saindo pela primeira vez do seu local de moradia. Lembro de relatos de mulheres que só saíam do ônibus se fossem acompanhadas, e de preferência pela coordenadora do grupo¹⁷³. Sim, porque cada ônibus tinha uma coordenadora, alguém já designada enquanto tal desde a preparação da viagem. São as coordenadoras que, na saída do ônibus, conferem a documentação, fazem a mediação do diálogo entre o grupo e o motorista, mantêm o grupo informado, são acionadas quando ocorre algum problema, como conflitos entre o próprio grupo ou mesmo casos de doença. Enfim, a coordenadora é a pessoa a quem se deve recorrer em qualquer situação inusitada que possa ocorrer.

“Viver é arriscoso”, diz Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa. Viajar também, diriam essas mulheres viajantes. Ainda assim, muitas repetem a viagem na Marcha seguinte. A rotina durante o caminho só é quebrada quando o ônibus

¹⁷³ Foi enviado para cada federação e organização parceira um Manual de Orientações com todas as informações necessárias e os mapas de localização.

para. Percebi, nesses momentos, uma certa sensação de euforia. Não era algo fácil reunir todas novamente.

No caminho, quando a gente vinha... Porque o Maranhão... A gente vem por duas rotas, ele vem por Imperatriz e vem por Barra do Corda, e a gente se junta em Estreito, que é a última cidade do Maranhão, já saindo por Tocantins. Lá é que você vê o tanto de gente que vem, o tanto de ônibus que chega, porque se juntam os dois lados do Maranhão. Uma turma chegou cedo, outra chegou mais atrás, porque o ônibus quebrou, tem todas essas coisas, uma turma ficou esperando, e aquela confusão. Um liga: “Vamos embora, a gente não vai ficar mais esperando, a gente está muito tempo parado”, uma confusão! A gente tem que estar ali, paciente, ajudando, tem que ter calma. A gente trouxe 23 ônibus e três micro-ônibus e, quando chegou, não tinha mais onde ônibus estacionar. E a gente fica olhando, criança chora, um diz que está com fome, outro quer ir tomar banho, um voltou pro ônibus. Aí você vê o tamanho da coisa, que você está dentro daquilo dali, e tem que ter resposta pra tudo. Até quando a gente caminha, uma turma vai na frente, uma turma que eu digo é assim: uma turma da direção vai no ônibus da frente, outra vai no ônibus do meio, outras vão nos últimos ônibus, pra gente poder acompanhar tudo; e fica falando de um para os outros no telefone, uma confusão, telefone funciona, telefone não funciona, mas, enfim, é muito bom! (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAEMA, 2011).

As falas, de um modo geral, relacionavam a viagem a uma decisão que envolvia riscos, separação e um propósito. Elas mencionavam também as dificuldades objetivas com que, possivelmente, poderiam se deparar no trajeto: acidentes, fome, doenças. Tudo isso, de certa forma, engrandecia aquelas que decidiam embarcar, pois havia nelas uma disposição para enfrentar as adversidades que se apresentassem. O perigo era algo inerente à viagem, imprimindo-lhe características de algo ‘heroico’.

Tudo isso me pareceu se assemelhar a uma certa ideia de peregrinação. Uma jornada que, motivada pela devoção, implica em deixar a casa e os hábitos cotidianos rumo a um lugar de chegada (sagrado) para cumprir um desígnio maior, estando relacionada, ainda, ao sofrimento e à sensação de estranheza. A viagem, assim como uma peregrinação, designa ‘um caminho a percorrer’ e se caracteriza por ser uma ação não habitual, contrastiva com a vida cotidiana, portanto, extraordinária. Ambas apresentam qualidades de um estado transitório, um ‘estado de passagem’. Assim, passei a olhar o deslocamento das viajantes como uma espécie de rito de separação, fase inicial dos ritos de passagem (Turner, 2008).

Constituídos por três fases — ‘separação’, ‘margem’ ou “límen”, e ‘reagregação’ —, os ritos de passagem, consoante modelo definido por Arnold Van Gennep (1960) e mais tarde desenvolvido por Victor Turner (1974), se referem a “ritos que acompanham toda mudança de lugar, estado, posição social e idade” (Turner, 1974, p. 116). Na fase inicial dos ritos de passagem, conforme modelo, se dá a ‘separação’ do indivíduo da sociedade de pertença. Já a fase ‘liminar’ corresponde a um período intermediário no qual o sujeito ritual adentra uma dimensão desconhecida, vive a ambiguidade de experimentar um “domínio cultural que tem pouco, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro” (*ibidem*).¹⁷⁴ E, por fim, na terceira fase, ‘reagregação’, consuma-se a passagem. O “sujeito ritual, seja ele individual ou coletivo, permanece num estado de relativa estabilidade mais uma vez” (Turner, 1974, p. 117), voltando à realidade cotidiana nutrido da força ritualística. Essas fases não sugerem algo estanque, que possa ser analisado numa perspectiva cíclica evolutiva, mas um processo.

A perspectiva processual de Turner (1974) para análise dos rituais me oferecia a possibilidade de olhar para a Marcha como uma experiência ritual, da qual a viagem é uma parte. Experiência pela qual é possível resgatar a dimensão do vivido.

No artigo “*Dewey, Dilthey, and drama: an essay in the Anthropology of Experience*”, Turner (1986, p. 34) menciona o fato de no seu livro *From Ritual of Theatre* (1982) ter buscado uma etimologia para a palavra inglesa ‘*experience*’, que apresenta uma derivação de base indo-europeia per-, que significa ‘tentar’, ‘aventurar-se’, ‘arriscar’. Por sua vez, o cognato germânico de per- relaciona ‘experiência’ com ‘passagem’, ‘medo’ e ‘transporte’; já no grego “*peraō* relaciona experiência a ‘eu passar através’” (Turner, 1986, p.35, tradução minha) O autor lembra, ainda, que, tanto no grego quanto no latim, ‘experiência’ “associa-se a ‘perigo’, pirata e ex-per-imento” (Turner, 1986, p. 35, tradução minha). Um conjunto de noções, segundo Turner, com implicações nos ritos de passagem, objeto de suas preocupações como etnólogo. Noções que a mim também parecem implicadas na Marcha como experiência ritual.

Enfrentar os riscos, viver os medos, a ansiedade, as inseguranças, aventurar-se e compartilhar essa passagem — a viagem para participar da Marcha — criam entre as viajantes um sentimento que elas identificam como ‘solidariedade’.

174 Turner (1974, p. 116) chama de “estado” uma “condição estável ou recorrente, culturalmente reconhecida”.

O percurso da ida daqui pra lá é muito animado, a gente conta piada, a gente reza... Principalmente nos ônibus, a união, que é das pessoas, a preocupação, a sensibilidade, a gente vê muito o lado humano das pessoas, a solidariedade. Vê que o problema meu é o problema de todo mundo. Todo mundo se preocupa com todo mundo (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

Porque, assim, a gente vai no ônibus, é todo mundo conhecido cantando, é todo mundo dos municípios daqui, é uma solidariedade enorme que você não tem palavras para descrever, porque num mundo tão cruel que a gente vive, e ainda existe tanta solidariedade. Não sei se é porque somos todas trabalhadoras rurais, conhecemos a realidade. No ônibus, a gente comemora aniversário e aí a gente faz festa dentro dos ônibus, compra bolinho daqueles pequeninhos pra ser o bolo de aniversário (Josivânia, dirigente sindical, 2011).

A viagem de dois dias acaba tornando o grupo como uma família, com lazer, dando risada, pra sair pro mundo, sair um pouco de casa, da vida que fica lá todo dia (Lúcia, MMTR-NE, 2013).

Ao realizar a travessia por terra com um grupo de pessoas para participar da Marcha, eu percebi que os significados atribuídos a ela eram diversos, e essa percepção veio através da forma como aquele grupo vivia a travessia e os diferentes sentidos que lhe imprimiam. Cada percurso e cada trajeto realizados por diferentes grupos saídos dos mais diferentes cantos e recantos do país eram imbuídos de características diferentes de acordo com a perspectiva em que a viajante se insere. Assim, a forma como se deve empreender uma viagem com fins políticos, ou o que é considerado um comportamento adequado ou não, é diferente para cada viajante conforme a perspectiva partilhada.

Havia em mim uma expectativa, e a perspectiva que predominava naquele grupo não era partilhada por mim. Por tratar-se de um grupo no qual predominavam evangélicos, o trajeto, como eu já havia mencionado anteriormente, foi marcado por orações. Eu tinha uma expectativa de ouvir ‘cantos de luta’, ao invés de gospel; escutar mais sobre a Marcha e os seus significados; assistir, durante

o trajeto, a filmes políticos e sociais¹⁷⁵, o que me parecia, naquele momento, um comportamento político mais adequado.

Contudo, não se poderia concluir daí que havia uma indiferença em relação à vida política. É certo que o pentecostalismo, independentemente da denominação, de uma maneira geral, “faz de cada ‘crente’ um evangelizador, um militante que deve propagar sua fé” (Novaes, 2001, p. 70). Porém não era a fé que justificava o investimento numa viagem como aquela, com um propósito definido, mas “lutar por direitos”, expressão que vez ou outra escapava de algumas falas. Nesse sentido, me sinto respaldada pela conclusão de Novaes (2001), ao estudar a relação entre trabalhadores rurais, pentecostais e cidadania a partir de um estudo de caso realizado em Pernambuco, no município de Santa Maria (1985):

“Ser crente” significava também incluir a possibilidade de transferir as certezas e determinações adquiridas no espaço religioso, sobretudo através de determinadas passagens bíblicas para a “busca de direitos” no Sindicato de Trabalhadores Rurais que, naquela ocasião — ali naquele município —, apresentava-se como canal de reivindicação dos agricultores¹⁷⁶ (Novaes, 2001, p. 71).

A viagem me apresentou mais um marcador de diferença entre as ‘mulheres do campo e da floresta’: a filiação religiosa. Também me fez sentir a complexidade da qual se investe a relação entre política e religião.

A opção em fazer a viagem por terra até Brasília e os imprevistos ocorridos, como o atraso na saída dos ônibus e outros que o sucederam, frustrou a minha

175 Lembro-me de que um dos filmes assistidos se intitulava “O Peregrino, ou a viagem do cristão à cidade celestial”. Depois descobri tratar-se de uma versão baseada no livro homônimo, publicado na Inglaterra, em 1678, pelo pastor batista John Bunyan. O filme era uma espécie de alegoria na qual ensinamentos bíblicos eram tirados dos eventos narrados, como se fosse uma parábola. Contava a história de um jovem peregrino, chamado Cristão, que, após ler um livro apocalíptico, inicia uma peregrinação, carregando um fardo pesado nas costas, em busca da Cidade Celestial, o lugar da salvação. Curiosamente, o filme descreve toda a peregrinação e as adversidades encontradas durante a jornada, algo que poderia ter correspondência com a Marcha no imaginário dos pentecostais.

176 A presença da igreja evangélica na vida política das populações rurais não é algo recente. De acordo com Regina Novaes (2001), estudos produzidos nos anos 1970 apontavam a presença, na década anterior, de crentes como dirigentes das Ligas Camponesas. A autora ainda discorre sobre os efeitos políticos decorrentes da participação das camadas populares em igrejas evangélicas. Segundo ela, “enquanto as CEBs *polinizavam categorias religiosas*, no mesmo período e muito mais localizadamente, pentecostais *religiogizavam categorias políticas* e entravam em lutas sociais “em nome de Jesus” (Novaes, 2001, p. 71, grifos do original).

expectativa de acompanhar o encontro das caravanas de alguns estados do Nordeste, no município de Barreiras-BA, para realização de um ato público. Barreiras foi escolhido por ser um local por onde, necessariamente, passariam todos os ônibus vindos da região. Essa parada foi proveniente de um acordo feito durante as reuniões de preparação da Marcha em Brasília, quando havia sido decidido que, um dia antes da entrada dos ônibus na capital do Distrito Federal, seriam realizados atos no decorrer do trajeto, para demarcar a passagem da Marcha, como uma forma de anunciá-la e falar para a sociedade o que aquelas mulheres iriam fazer em Brasília¹⁷⁷. A ideia era que fosse realizado pelo menos um ato político por região. O local e a hora de realização dos atos haviam sido acordados anteriormente, de modo que os horários de saída dos ônibus dos estados foram programados considerando o encontro das caravanas. Foram realizados atos nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte-Nordeste. Embora, como eu mencionei, o nosso ônibus não tenha chegado a tempo, posteriormente eu colhi algumas informações sobre como haviam sido as ações.

Na região Centro-Oeste, o ato ocorreu no dia 16 de agosto, no município de Anápolis, reunindo cerca de duas mil mulheres dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, para denunciar a exclusão e a violência contra as mulheres do campo e da floresta. Já no município de Estreito, no Maranhão, no dia 15 de agosto cerca de três mil mulheres vindas com caravanas provenientes dos estados do Maranhão e do Pará fecharam a BR 110 para denunciar os impactos negativos dos grandes projetos na região, a violência da qual são vítimas, os conflitos nas áreas quilombolas e os frequentes assassinatos de lideranças sindicais, especialmente na região Norte. E, por fim, em Barreiras, às margens do Rio Grande, dez mil mulheres provenientes da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Ceará, da Paraíba, de Alagoas, do Piauí e de Sergipe se encontraram, também no dia 15 de agosto, para denunciar a invasão do agronegócio e os impactos sociais e ambientais por ele gerado na região.

Ocorreram, ainda, atos nos municípios de Cristalândia-PI e Cristinópolis-SE (NE); Palmas-TO, com mulheres de municípios de Tocantins e Acre (NO); Gurupi-TO e Vilhena-RO, com as mulheres de municípios de Rondônia e do Acre (NO); e Barra do Graça-MS (CO). Algumas cidades realizaram atos na saída dos ônibus, como Fortaleza-CE, Rio Branco-AC, Manaus-AM (ato no aeroporto), Belém-PA, Castanhal-PA, Marabá-PA e Boa Vista (caminhada da Praça das Águas

177 Estes atos públicos durante o trajeto já aconteciam desde a primeira Marcha, em 2000.

até o aeroporto)¹⁷⁸. Com ou sem atos públicos, os ônibus começaram a entrar em Brasília na madrugada do dia 16 de agosto. Já passava do meio-dia quando nós, por fim, aportamos no Parque da Cidade, e de longe pude ver o portal de entrada da Cidade das Margaridas.



Marcha das Margaridas 2011. A viagem — embarque.
FOTO: Aguiar (Acervo pessoal)

178 As mulheres que chegaram à capital federal por via aérea realizaram um pequeno ato no aeroporto de Brasília.



Marcha das Margaridas 2011. A viagem — embarque.
FOTO: Aguiar (Acervo pessoal)



Marcha das Margaridas 2011. A viagem — parada.
FOTO: Aguiar (Acervo pessoal)

A chegada

Eu não fiquei junto à delegação de pessoas com quem havia feito o trajeto de Pernambuco a Brasília. Fui uma das primeiras a descer do ônibus. Logo peguei minha mochila e me dirigi ao portal. Havia frotas colossais de ônibus estacionados e um movimento incrível de pessoas, a imensa maioria mulheres. Muitas delas, assim como eu, se dirigiam ao portal de entrada com colchões, colchonetes, cobertores, malas, sacos, sacolas, bandeiras enroladas, chapéus enfeitados... Sozinhas ou em grupo, inclusive com crianças, elas se dirigiam em busca de acomodação, ou iam ao encontro dos seus pares. Senti ali tanta vida, tanto movimento, tanta riqueza, tanta diversidade! Em meio àquele burburinho, a memória disparou um flashback: pessoas, falas, relatos, lugares, expectativas, sonhos revelados, intrigas, esforços, conflitos, tensionamentos, lágrimas e risos. Eu fui transportada no tempo para outros espaços ou, talvez, tenha sido o tempo que foi transportado até aquele lugar através das minhas memórias... Uma forte emoção me tomou e, por mais que eu me esforçasse, não contive as lágrimas. Eu estava completamente envolvida naquilo tudo! Eu conseguia compreender o quão custoso era chegar até ali e o quão custoso foi construir aquela cidade.

“É uma emoção que toma a gente”, alguém me definiu a chegada em Brasília em Marchas anteriores, quando, pela primeira vez, se deparou com “aquele tanto de mulheres”. A emoção à qual se refere a enunciadora dessa fala, certamente, não é a mesma expressa por mim. Vivemos experiências diferentes, em Marchas diferentes, em tempos diferentes. Certamente o contexto da chegada, a trajetória pessoal até chegar ali e as expectativas depositadas não são as mesmas, mas compartilhamos o fato de que a chegada, o encontro em Brasília com milhares de mulheres, parece provocar alguma emoção.

É uma emoção assim muito grande! Quando nós chegamos em Brasília a primeira vez, todo mundo do estado ficava juntinho, de medo de se perder. Nossa, Brasília era... Foi a primeira vez que eu vim a Brasília, e eu pensava: “Meu Deus, aonde tá Brasília? O que que é Brasília?”. Então, quando nós chegamos aqui, aquele monte de mulher, aquela quantia de ônibus, um absurdo, tudo estacionado ali na frente. Meu Deus, era aquela coisa assim, fora do normal. Aquele caminhão de audição ali aguardando, então as falas. Olha, foi assim, muito emocionante (Mercedes, Coordenadora de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAEP, 2011).

Lá em Brasília, a gente já chegou à noite e, assim, quando eu cheguei lá e botei os pés no chão... Quando eu desci, eu lembro como se fosse hoje, eu desci com uma senhora que tinha ido comigo e que também nunca tinha ido e ela disse assim: “Não vou soltar seu braço”. Mas aí, quando eu desci, a ficha caiu, com tanta gente, com tantos ônibus estacionados. Eu olhava prum canto e pro outro, era tanto ônibus e eu pensava: “Meu Deus! O que vai ser de nós aqui?”. E você não conhece as outras pessoas, só vê os gaúchos e os outros falando de um jeito diferente, e aí eles olham pra gente, porque nosso jeito é diferente, e é aquela diferença que, quando chega na caminhada, é que você consegue entender (Josivânia, dirigente sindical, PE, 2011).

O dia que a gente chegou na primeira Marcha, eu vou te dizer que, para mim, foi a glória, ver a gente conseguir ter colocado aquele tanto de mulheres em Brasília, isso me impressionou. Para mim, a primeira Marcha... Se eu falar muito da primeira Marcha eu vou acabar chorando. A pouca experiência que nós tínhamos, e a gente ter conseguido mobilizar aquele tanto de mulheres... E, chegando em Brasília, a concentração foi lá no CESIR da CONTAG e aquilo ali não tinha onde a gente descer, não tinha onde a gente botar o ônibus. E aquela mulherada, mulheres, mulheres, mulheres... E aquelas mulheres de todos os jeitos, de todas as maneiras (Graça, coordenadora de mulheres, FETAESC, 2011).

Perceber o esforço e o resultado do trabalho empreendido, a experiência de se deparar com o desconhecido, de sofrer um estranhamento em relação ao que lhe é familiar (Turner, 1986), de se perceber muitas, ao mesmo tempo que experimenta a alteridade, tudo isso produz sentimentos variados, produz emoções. Percebo-as como experiências, no sentido atribuído por Turner (1986) àquelas suscitadas em momentos liminares, que

irrompem ou interrompem comportamentos repetitivos e rotinizados, sendo iniciadas com choques de dor ou prazer, choques que são evocativos por invocar precedentes ou semelhanças com o passado consciente ou inconsciente — pois, assim como o usual, o inusitado também tem as suas tradições, de modo que as emoções de experiências passadas dão cor às imagens e aos esboços revividos pelo choque do presente (Turner, 1986, p. 35, tradução minha).

As emoções são acionadas como um efeito imediato de ver as muitas mulheres ali reunidas. Através da Marcha, as mulheres tornam-se visíveis, não apenas para a sociedade, mas, sobretudo para elas mesmas. Isso me remeteu a um artigo de

Joan Scott (1998) intitulado “A invisibilidade da experiência”, no qual ela discute a historicização da ideia de experiência. Nele, a autora faz referência a um fragmento do livro *The motion of light in water*, de Samuel Delany, em que ele — escritor homossexual e negro — relata a sua reação quando esteve pela primeira vez na sauna St. Marks. Ao observar “uma massa ondulante de corpos masculinos, nus, espalhados por toda a sala” (Delany, 1988, p. 174 *apud* Scott, 1998, p. 298) o seu sentimento foi de “espanto, próximo do medo”. A “apreensão de uma massa de corpos” (*ibidem*) deu-lhe, como daria a qualquer pessoa, “homem, mulher, operário ou membro da classe média” (*ibidem*), uma “consciência de poder político” (*ibidem*). Essa experiência mostrou para Delany que havia uma população de milhões de homossexuais. Segundo Scott (1998, p. 298), “Delany enfatiza não a descoberta de uma identidade, mas a consciência de participação em um movimento”, e “tornar esse movimento visível, quebra o silêncio sobre ele e abre novas possibilidades”. Delany, continua a autora, “atribui o impacto da cena na sauna à sua visibilidade” (*ibidem*). Uma visão que o capacitou a compreender a relação entre suas atividades pessoais e a política — “a primeira consciência direta de poder político vem da apreensão dos corpos em massa” (Delany, 1988, p. 174 *apud* Scott, 1998, p. 299).

Ao observar “aquele monte de mulheres”, as falas expressam surpresa e espanto diante da quantidade, e não deixam de despertar uma espécie de ‘consciência política’ que, com outras percepções, aciona todos os sentidos e se expressa também através da emoção. As mulheres tomam consciência da grandeza do movimento do qual participam e são parte. A Marcha torna essa grandeza visível não só para a sociedade, mas para as próprias mulheres, abrindo potencialmente novas possibilidades. Milhares de mulheres compartilhando um mesmo espaço impactam! E talvez para muitas delas seja a primeira consciência direta de poder político.



Marcha das Margaridas 2011. A chegada à Cidade das Margaridas.

FONTE: Acervo da Contag. FOTO: Cláudia Ferreira



Marcha das Margaridas 2011. A chegada no Pavilhão do Parque da Cidade.

FONTE: Acervo Contag. FOTO: César Ramos

A Cidade das Margaridas

A Cidade das Margaridas foi construída ao lado do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, no coração de Brasília, este também incorporado à Cidade, que havia sido projetada para responder todas as demandas de infraestrutura, tanto aquelas diretamente relacionadas ao acolhimento das mulheres — área para acomodação de colchões em tendas, espaço alimentação, banheiros químicos, duchas coletivas, luz elétrica, serviços de saúde, de limpeza, segurança etc. — quanto as que davam suporte à realização das várias atividades previstas na programação da Marcha das Margaridas.

O portal de entrada era sustentado por quatro colunas de estrutura metálica, envolvidas com um tipo de material semelhante à lona sintética. Nas duas colunas do meio, este material apresentava a impressão digital, em alta resolução, da arte apresentada no cartaz da Marcha e a logo da CONTAG. Nas duas colunas da extremidade, no lugar da logo, podia-se ver a relação dos patrocinadores e apoiadores. A parte superior do portal trazia fotos de mulheres em outras Marchas, e na parte central havia uma grande placa lilás, em forma de nuvem, que anunciava a ‘Cidade das Margaridas’.



Marcha das Margaridas 2011. Portal de entrada.
FONTE: Acervo Contag, FOTO: Claudia Ferreira

Passando pelo portal em direção ao Pavilhão de Exposição, havia uma espécie de quiosque de informações, onde mulheres orientavam ‘as chegantes’ quanto à localização espacial, informando o local de credenciamento, a direção dos alojamentos, o espaço em que ocorriam as refeições, onde estavam os banheiros, e informando também quanto aos locais de realização das atividades previstas na programação. Além desse quiosque, havia mais quatro na área externa e dois pontos de informações: um junto ao credenciamento e outro dentro do pavilhão. Toda a Cidade das Margaridas era sinalizada com placas indicativas.

O local do credenciamento era próximo ao Pavilhão de Exposição. Ao nos credenciarmos, recebíamos um kit contendo materiais informativos e uma pulseira plástica em cor lilás, personalizada¹⁷⁹, que dava acesso ao serviço de alimentação, à entrada no show de Margareth Menezes¹⁸⁰, que ocorreria na noite do dia 16, e aos locais para dormir.



Marcha das Margaridas 2011. Credenciamento.

FONTE: Acervo CONTAG, 2011. FOTO: César Ramos

¹⁷⁹ As pulseiras, além de trazerem impressa “Marcha das Margaridas 2011”, vinham com o telefone da CONTAG, como medida de segurança.

¹⁸⁰ Margareth Menezes, desde 2023, comanda o Ministério da Cultura (MINc).

Nos estacionamentos foram construídos os alojamentos, dispostos por região geográfica e identificados por cores. Assim, as mulheres procedentes dos estados das regiões Norte (cor roxa) e Centro-Oeste (cor creme) ficaram alojadas no estacionamento um. Do outro lado, no estacionamento dois, foram alojadas as mulheres procedentes dos estados das regiões Nordeste (cor azul), Sudeste e Sul (cor vermelha). Havia ainda um terceiro espaço para alojamento masculino, localizado no estacionamento três, onde ficavam todos os homens, independentemente da região. Nos locais onde as tendas estavam montadas havia placas apondo os locais em que deveriam ser depositados os colchões (local de dormida) e os destinados a deixar as malas.

Para cada região¹⁸¹, as tendas de lona retangulares eram dispostas paralelamente umas às outras, e, sob elas, as mulheres depositavam os seus colchões, posicionando-os lado a lado ao longo de toda a tenda, sobre um plástico que cobria o piso de lona. Havia colchões enfileirados em ambos os lados da tenda, de modo que no meio era deixado um espaço de passagem.



Marcha das Margaridas 2011. Acomodação das participantes nas tendas.

FONTE: Acervo Contag. FOTO: Isabela Lyrio

181 Para a região Sul foi reservado um pequeno espaço apenas, visto que todas as delegações provenientes dos estados desta região optaram por ficar alojadas em hotéis.

Também nos estacionamentos foram instalados os banheiros químicos e as duchas coletivas. Ao todo, eram seiscentos chuveiros e setecentos banheiros químicos. Abro aqui um espaço para fazer uma breve digressão sobre o banho coletivo, recorrentemente mencionado pelas mulheres.

Conversando com Lúcia (MMTR-NE) após a Marcha, ela me dizia que, no retorno, as mulheres do seu município se reuniram para conversar sobre a Marcha e avaliar como tinha sido a experiência. Todas voltaram muito empolgadas e felizes, segundo ela, mas “a única coisa de que não gostaram foi a questão dos banheiros”. Além da sujeira, “algumas reclamavam de tomar banho uma na frente da outra”.

Os banhos coletivos eram frequentemente mencionados de uma forma ou de outra. Se era motivo de diversão e brincadeiras para umas, era tão dificultoso para outras, a ponto de deixarem para tomar banho apenas na estrada, nas paradas dos ônibus, na viagem de retorno. “A gente só se banha”, me disse alguém, “entra de calcinha, lava as partes de baixo e sai rapidinho”.

Aos poucos, enquanto eu realizava as escutas, fui percebendo que a dificuldade com o banho coletivo estava relacionada ao fato de elas terem que comparar com um público maior algo que elas percebiam ser de natureza privada: a exposição do seu corpo.

Um dos maiores obstáculos que eu já encontrei na Marcha não foi nada mais do que o negócio do banho coletivo, ter que ficar pelada, né? [...] O banheiro, pelo amor de Deus, é um momento de privacidade, é muito um momento meu, né?

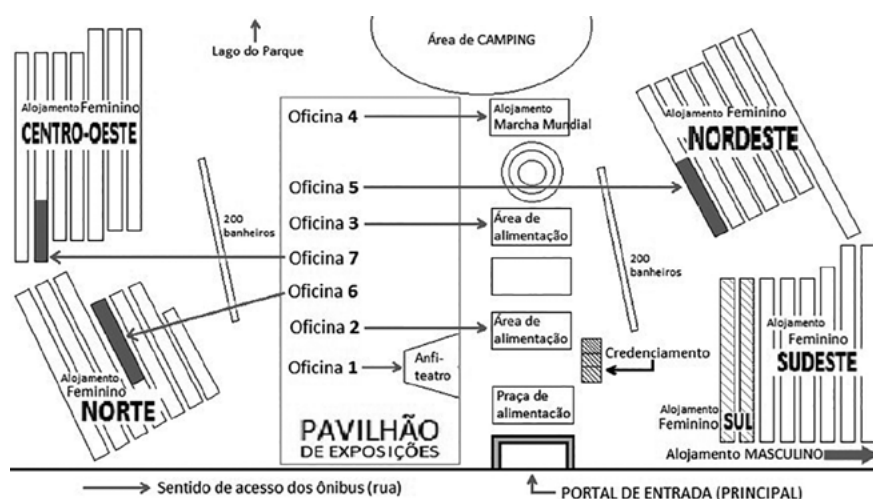
Tem mulheres que viajam três dias, como a gente aqui do Sertão. Então o banho que seria um motivo para você descansar, é um motivo de aflição, e aí muitas não conseguem [...]. Primeiro, a gente tem vergonha de olhar as outras tudo tomando banho [...]. Se fosse pelo menos um cano só num espaçozinho, botasse pelo menos uma lona, alguma coisa cobrindo a porta, mas muitas mulheres têm que tomar banho no mesmo box, um cano só saindo em várias torneiras. A água gelada, gelada. As mulheres, além da vergonha, ficam tudo encolhida por causa do frio, e toda hora tem gente tomando banho, até de madrugada.

Tem aquelas que tomam banho na volta, nos banheiros, nos postos, nas paradas, agora lá não tomam. Eu mesma, eu não fico sem tomar banho, mas eu tomo de calcinha, eu não tomo banho pelada.

Você não toma banho direito, porque você não consegue ficar em pé normal com aquele povo passando, você toma de costas, com aqueles portonas grandes, abertas, que deveriam ser mais fechadas, e toda encolhida.

Essas falas revelam a vergonha da exposição do corpo pelo constrangimento da exposição da nudez, mas também a vergonha do outro, do olhar do outro. Ao destacarem essa situação, essas interlocutoras apontam questões importantes para a reflexão, passíveis de serem exploradas na análise, tais como o corpo como domínio do privado, como território moral, a associação entre corpo e sexo, e o sexo como tabu. Entretanto, eu gostaria de destacar que elas também trazem uma dimensão importante para pensar a constituição do sujeito político: o corpo. Mas também como a experiência coletiva é vivenciada subjetivamente e se expressa através dos corpos, na forma como esses corpos são vistos e percebidos, e através dos quais se experimenta a alteridade. A materialidade do corpo permite a localização do sujeito em relação ao outro. Embora sejam todos ‘corpos de mulheres’, eles trazem a marca da diferença impressa subjetivamente nos seus corpos individuais, marcam fronteiras.

Mas, voltando à incursão pela Cidade das Margaridas... No espaço onde eram servidas as refeições, foi montada uma estrutura coberta (área de alimentação) sob a qual foram dispostas várias mesas com cadeiras, aumentando a área antes circunscrita à Praça da Alimentação do Pavilhão. Formavam-se filas imensas nos horários próximos às refeições. Alambrados ajudavam as pessoas a manterem-se enfileiradas, evitando tumultos. Elas eram servidas, uma a uma, por integrantes das equipes responsáveis pela cozinha.



Croqui da localização dos alojamentos por região e localização das oficinas
(1 a 7 — dia 16, pela manhã). FONTE: CONTAG, 2011.

Havia um local destinado ao acolhimento de crianças, algo como um espaço recreativo, que funcionava das 7h às 18h30. Nele, as mães poderiam deixar as suas crianças, bastando apenas preencher um formulário, no próprio local, através do qual passavam informações orientadoras sobre a saúde e a alimentação de seus filhos. As crianças eram deixadas munidas de seus pertences básicos, como mamadeiras e fraldas, mas as principais refeições eram administradas pelas mães.

Um Hospital de Campanha foi montado na área interna do pavilhão para atendimento de urgência e emergência, funcionando durante 24 horas. A estrutura refrigerada, com dezesseis leitos, consistia em duas tendas de 10 m x 10 m cada, uma para atendimento e outra destinada a repouso. Na área externa havia mais duas tendas de 10 m x 10 m, uma destinada à triagem, aferição de glicemia e pressão arterial; e a outra, com o nome de Espaço de Educação em Saúde, reservada para atividades educativas e informativas. Após negociação com o governo do Distrito Federal (GDF), foram disponibilizadas quatro ambulâncias, cinco motolâncias do Corpo de Bombeiros e mais duas da Secretaria de Saúde para atender às demandas no local. Além disso, foram treinados quarenta estudantes de medicina da Universidade Católica de Brasília para auxiliar nas demandas apresentadas.

Eram oitenta mil metros quadrados de estrutura montada na área externa do parque para: alojamento; área de alimentação; coleta de resíduos; posto de saúde; ambulatórios; e quiosques de informações. De acordo com a empresa responsável pela montagem e desmontagem de toda a estrutura, foram mais de 65 mil m² de cobertura do tipo tenda, galpão e túnel; e mais de três mil metros lineares de alambrados e grades, sendo, ainda de acordo com a empresa, até então, uma das maiores montagens de cobertura na capital em um único evento.

Na extremidade lateral do Parque da Cidade, na margem que dá acesso ao Tribunal de Justiça, foi autorizada a montagem de 150 barracas de ambulantes. A estes somaram-se outros não autorizados, de modo que as proximidades do pavilhão foram tomadas por uma verdadeira feira, na qual eram oferecidas as mais variadas mercadorias, desde lingerie até produtos eletrônicos, passando por comida, bebida, cigarros, artesanato, bijuterias, calçados e roupas.

Para auxiliar na limpeza, foi solicitado o serviço de 150 catadoras de materiais recicláveis, integrantes de sete cooperativas¹⁸², que trabalharam na Marcha nos dias 15 e 16 de agosto. A ideia veio em uma reunião da Coordenação Ampliada. Dias antes do início do evento, Carmen agendou um encontro com as catadoras no

182 As cooperativas: Acobraz, CRV, Nadebins, Cataguar, Apcorb, Recicla Brasília e Acapas.

prédio do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do DF, às quais apresentou a pauta de reivindicações da Marcha. Durante a conversa, Carmen as orientou a interagir com as ‘margaridas’, dialogando sobre a importância da separação do lixo: “Vocês não estarão lá apenas para trabalhar, convidamos vocês e queremos que vocês se sintam parte da Marcha, porque a nossa luta por melhores condições de vida é uma só. Só juntas podemos fazer alguma coisa para mudar”.

A utilização de áreas públicas do Parque da Cidade para a montagem da Cidade das Margaridas resultou de uma concessão feita pelo GDF à CONTAG, visando dar suporte à realização da Marcha das Margaridas. No dia 10 de agosto de 2011, uma semana antes da Marcha, saiu uma matéria intitulada “GDF prepara Brasília para receber Marcha das Margaridas”¹⁸³. Nela podia-se ler:

Nos dias 16 e 17 de agosto de 2011, Brasília receberá a 4ª Marcha das Margaridas. Evento do terceiro setor que pretende reunir 70.000 mulheres do campo e floresta, oriundas de diversos estados brasileiros, com o objetivo de propor ações, programas e políticas para o exercício pleno da cidadania das trabalhadoras rurais.

Como capital federal, Brasília tem por vocação ser o palco de atos populares e proporcionar a recepção da comunidade de todos os estados brasileiros. Pensando no bem-estar dos moradores, frequentadores do Parque da Cidade e dos visitantes, o GDF mobilizou secretarias e demais órgãos para viabilizar a segurança, infraestrutura e espaços físicos necessários para abrigar os marchantes que se deslocarão entre o Parque da Cidade e a Esplanada dos Ministérios.

Buscando criar um ambiente com menor impacto e transtorno na rotina dos brasilienses, o Secretário de Governo, Paulo Tadeu, coordena a integração das ações de segurança, infraestrutura, serviços de saúde, limpeza, logística, além de informar aos moradores sobre as rotas de trânsito que serão alteradas nos dias da Marcha.

O GDF é um governo popular e democrático e apoia a Marcha das Margaridas pela importância histórica e social que esse movimento representa.

183 À época a matéria encontrava-se no seguinte site do Portal GDF: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/gdf-prepara-brasil-para-receber-marcha-das-margaridas/>. Porém, foi tirado do ar.

O GDF deu todo o suporte necessário para receber as milhares de mulheres anunciadas. Lembro que, uma semana antes, a Marcha já era apregoada à população de Brasília em rádios, meios televisivos, jornais e mídia virtual, alertando-a para as modificações que iriam acontecer na cidade durante aqueles dois dias de evento, principalmente em relação ao trânsito, que teve toda sua rota habitual alterada. No dia 17 de agosto, dia da caminhada, o ‘Bom Dia DF’, programa de TV matinal em afiliada da Rede Globo, desde as primeiras horas da manhã noticiava a Marcha, dando informações sobre a situação do trânsito nos trechos por onde ela passaria. Ainda assim havia queixas de moradores locais em relação a essas modificações, mas não se pode dizer que as informações foram negligenciadas. De modo algum. Todos sabiam que as ‘margaridas’ estavam chegando mais uma vez e, nesse sentido, Brasília foi cuidadosamente preparada para recebê-las de modo a garantir que o impacto causado pela sua chegada não imprimisse uma mudança brusca no cotidiano da população local, embora isso fosse inevitável. A Marcha não só alterava a vida social como modificava a paisagem urbana de Brasília.

A área interna do pavilhão, de 51 mil m², quatro mil dos quais ocupados por estandes, abrigou a Mostra Nacional das Margaridas, as atividades políticas e grande parte das atividades culturais. Além do palco principal, nomeado ‘Margarida Alves’, ali foram criados vários outros espaços com diversas finalidades: exposições, mostras, publicações, manifestações culturais, pesquisas, local direcionado à organização dos eventos, sala de imprensa etc. Cada espaço criado levava o nome de uma mulher militante política e/ou feminista (Margarida Alves, Simone de Beauvoir, Rosa de Luxemburgo, Ednalva Bezerra, Eliana Batista¹⁸⁴). Assim como na área externa, a área interna do pavilhão era completamente sinalizada com placas indicativas e cores. Ali tudo acontecia.

Por tudo isso, a Marcha parecia algo muito grandioso quando contraposto à simplicidade com a qual as mulheres com que eu tive contato viviam o seu cotidiano. Afinal, como elas mesmas diziam, era para isso que estavam ali, para marchar. Por outro lado, um evento assim organizado era uma forma de imprimir valor, de mostrar para a sociedade e para as próprias mulheres que ali chegavam sua grandeza e sua importância: dava ‘visibilidade’, palavra tão cara a essas mulheres. E, nesse sentido, a Marcha mostrou a sua eficácia. Ademais, àquelas mulheres era oferecida a oportunidade de vivenciarem coisas que dificilmente a maioria delas vivenciaria no seu local de morada. A Cidade das Margaridas favorecia os

184 Eliana Batista, ex-secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Rondônia, morreu em um acidente de carro em 2010, durante as atividades de preparação da Marcha das Margaridas 2011.

encontros, as trocas, o diálogo. Cada um dos espaços planejados e construídos para fins diversos imprimia à Marcha uma personalidade própria, sem, no entanto, perder traços de uma estética que lhe assegurava certa identidade visual. Fotos, imagens, árvores cenográficas, flores em tons rosa, branco, amarelo e roxo se mesclavam em meio ao predomínio do lilás. A Cidade das Margaridas havia sido pintada de lilás. Nas camisetas, nas bandeiras, nos chapéus.



Marcha das Margaridas, 2011. Intervenção artística da cultura popular.

FONTE: Acervo Contag, 2011. FOTO: Regina Santos

A programação

A Marcha foi programada para acontecer em dois dias. O primeiro tomava a forma de um grande encontro de mulheres que, antecedendo o dia da marcha propriamente dita, mesclava atividades políticas, formativas e artísticas em formas variadas e ocupando espaços especialmente preparados para tal.

Baseando-me em relatos, nos registros da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, em clippings realizados pela equipe de comunicação e mesmo por meio de clipagem realizada em redes sociais, blogs e webjornais, tentarei esboçar aqui em que consistiram essas atividades, no intuito de apresentar como a Marcha se expressou nos mais variados momentos.

Na manhã do dia 16 de agosto, na área interna do pavilhão, com uma calorosa saudação às delegações, foi dado início às atividades previstas para iniciarem às 9h. Na ocasião, foi anunciada a programação da Marcha, na qual constava, para a manhã daquele dia, a inauguração da Mostra Nacional da Produção das Margaridas, o início da pesquisa IPEA/CONTAG, os lançamentos da Campanha contra os Agrotóxicos e Pela Vida e do Projeto de Lei de Iniciativa Popular para Reforma Política. Além da realização de painéis e oficinas temáticas e do ato de inauguração da mostra fotográfica “As mulheres trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas — trajetória de lutas”, no Congresso Nacional.

Baseada nos princípios da economia feminista e solidária, a Mostra Nacional da Produção das Margaridas ocorreu em um espaço organizado na área interna do pavilhão, em formato de feira, na qual eram expostos produtos da agricultura familiar, originários das organizações produtivas das mulheres do campo e da floresta vinculadas ao MSTTR e às organizações parceiras da Marcha. A distribuição física dos expositores (45 estandes de 4,0 m x 4,0 m) obedecia ao critério regional, de modo que os produtos eram identificados por região geográfica de procedência. Participaram da mostra 124 grupos produtivos de mulheres, mobilizados por federações, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações parceiras da Marcha.



Marcha das Margaridas 2011. Intervenção cultural no Espaço Mostra das Margaridas.

FONTE: Acervo CONTAG, 2011. FOTO: Isabela Lyrio

Pensada com a finalidade de dar visibilidade à organização produtiva das mulheres trabalhadoras rurais e sua participação econômica na agricultura familiar, a mostra foi organizada de modo a propiciar um espaço de intercâmbio entre essas mulheres, procedentes das diversas regiões do país. Além disso, tinha-se a intenção de que ela promovesse a temática da economia feminista e solidária no contexto rural, através da mostra de produções agroecológicas e artesanais. A sua abertura foi celada com a apresentação musical das Loucas de Pedra Lilás e das mulheres do CD “Canto das Margaridas”, que saíram em cortejo musical por entre os estandes.

A Mostra Nacional da Produção das Margaridas foi decorada de modo a apresentar uma identidade visual própria, e oferecia um catálogo com as informações gerais dos grupos produtivos participantes da Feira. Contava, ainda, com espaços para lançamento de publicações (nomeado Espaço Feminista Simone de Beauvoir); exposição fotográfica; estandes institucionais (foram 29 estandes para apoiadores, organizações parceiras e delegações estaduais); alimentação alternativa (nomeado Espaço Eliana Batista da Silva); e o Espaço Mulheres e Agroecologia, destinado à apresentação de experiências agroecológicas a partir da vivência das mulheres. Nos seus estandes, encontrava-se de tudo: artesanato, gêneros alimentícios, cosméticos, fitoterápicos, compotas, utensílios artesanais, bijuterias, artigos de cama, mesa e banho, roupas, bonecos, calçados, bordados, bolsas, rendas, redes, cestos, pinturas, adereços, perfumes, enfim, uma variedade de produtos.

Dentro do pavilhão havia também um espaço chamado Espaço Pesquisa CONTAG/IPEA¹⁸⁵, relativamente grande, que garantia toda a infraestrutura e a privacidade necessárias à realização da pesquisa, que objetivava traçar o perfil socioeconômico e as condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, participantes da Marcha. Durante todo o dia 16 de agosto (das 7h30 às 20h), uma equipe de trinta pesquisadoras contratadas e capacitadas pelo IPEA se dedicou a aplicar os questionários, totalizando 611 questionários completos e válidos.

Também na manhã do dia 16 de agosto, aconteceu o lançamento da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida. As falas de alguns dirigentes da CONTAG e a de Rosângela Piovizani, da Coordenação Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, representando a Via Campesina, selaram aquele momento, durante o qual foi apresentado o curta metragem “O veneno está na mesa”, do cineasta Sílvio Tendler.

185 A pesquisa resultou num relatório publicado pelo IPEA em meio digital: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7537/1/RP_Marcha_2013.pdf.

A manhã do dia 16 foi marcada, ainda, pela realização de dois painéis e sete oficinas temáticas, simultaneamente. Os painéis estavam relacionados ao lema da Marcha, e as oficinas aos eixos temáticos, como mostro abaixo. Tanto nos painéis quanto nas oficinas a moderação ficou por conta das organizações parceiras e entidades apoiadoras, contando com a colaboração de professores, intelectuais, ativistas, movimentos sociais, ONGs e universidades de todo o país. À CONTAG cabia a coordenação, que se dava por alguma mulher do seu quadro de dirigentes ou de alguma secretária ou coordenadora de mulheres das federações a ela filiadas.

Os dois painéis trataram do mesmo tema (lema da Marcha) — “Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade” —, abordando, entretanto, diferentes aspectos que o compõem. Assim, um dos painéis trouxe para o debate elementos relacionados à temática “Terra, territórios, biodiversidade, produção agroecológica e soberania e segurança alimentar”, com os painelistas Sérgio Sauer, da UnB; Maria Emília, da FASE¹⁸⁶; e Roselita Victor, da Coordenação do Polo da Borborema e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio. Já o outro abordou questões relacionadas à “Autonomia econômica, saúde, violência e participação política”, com as panelistas Mirian Nobre, da MMM; Eline Jonas, da UBM; e Sílvia Camurça, da AMB.

Paralelamente aos painéis ocorriam as oficinas, nomeadas segundo os eixos temáticos da plataforma política da Marcha das Margaridas: Oficina 1 — “Biodiversidade e democratização dos recursos naturais: um olhar a partir das populações tradicionais, extrativistas e quebradeiras de coco-babaçu”; Oficina 2 — “Terra, água e agroecologia: acesso à terra, disponibilidade e uso da água, práticas agroecológicas”; Oficina 3 — “Soberania e segurança alimentar e nutricional: participação da sociedade civil e políticas públicas”; Oficina 4 — “Autonomia econômica, trabalho e renda: organização produtiva, autonomia e igualdade no trabalho”; Oficina 5 — “Saúde e direitos reprodutivos: políticas de saúde e autonomia sobre o corpo da mulher”; Oficina 6 — “Educação não sexista, sexualidade e violência: liberdade de orientação sexual e enfrentamento à discriminação e violência contra as mulheres”; e Oficina 7 — “Democracia, poder e participação política: organização e participação social; política das mulheres e reforma política”.

A moderação das oficinas ficou a cargo de mulheres vinculadas às diferentes organizações parceiras e apoiadoras da Marcha, de acordo com a proximidade do tema e com o trabalho desenvolvido nos seus respectivas espaços de atuação.

186 No ano seguinte, em 2012, Maria Emília Pacheco foi nomeada presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Participaram o CNS, o MIQCB, o MAMA, o Centro de Pesquisa e Assessoria ESPLAR, o GT MULHERES da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a FASE, a COPROFAM, o MMTR-NE, a CUT, o Centro Feminista 8 de Março, a Sempreviva Organização Feminista (SOF), o Centro Feminista de Estudos e Assessoria CFêmea, a UBM, o SOS Corpo — Instituto Feminista para a Democracia e a União Internacional de Trabalhadores da Alimentação e Agricultura (UITA).



Marcha das Margaridas, 2011. Oficina temática.
FONTE: Acervo Contag. FOTO: Foto de César Ramos

Enquanto ocorriam os painéis e as oficinas, no Congresso Nacional acontecia uma Sessão Solene em homenagem à Marcha das Margaridas, com um ato contra a violência no campo; e a abertura da mostra fotográfica mencionada anteriormente. Quinze mulheres por estado foram indicadas para participar do ato através das secretárias/coordenadoras de mulheres de cada uma das FETAGs.

“Um cenário lilás, onde antes imperavam os tons escuros de ternos tradicionais, os políticos brasileiros viveram pra ver o dia em que uma mulher trabalhadora rural falou no plenário da Câmara dos Deputados, representando as mulheres do campo e da floresta de todo o país”, assim começava o artigo publicado no Jornal Especial da CONTAG (2011), referindo-se à Sessão Solene, proposta pela

deputada catarinense Luci Choinacki (PT), agricultora familiar. O deputado Eduardo Gomes (PT) realizou a abertura da sessão, e logo após concedeu a presidência da mesa a Luci. Além deles, a mesa contou com a presença de Alberto Ercílio Broch, presidente da CONTAG; de Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG; da deputada federal Janete Pietá (PT-SP), coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados; e da assessora Aparecida Gonçalves, representando Iriny Lopes, ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Na ocasião, foi entregue a pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas, consubstanciada em 27 itens, dirigida ao Congresso Nacional, que apresentava um conjunto de proposições que ora tramitavam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. No decorrer da sessão, duas reivindicações foram feitas: a primeira, em relação à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438¹⁸⁷, que previa confisco de propriedades em que a prática de trabalho análoga ao escravo fosse encontrada, e sua destinação à reforma agrária ou a programas de habitação urbanos. A segunda dizia respeito à instalação de uma Comissão Especial para analisar e aprovar o PL 231/2007, que dispunha sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, do Piauí, de Tocantins, do Pará, de Goiás e do Mato Grosso e de outras providências.

Discursaram na tribuna as deputadas federais Erika Kokay (PT-DF), Íris de Araújo (PMDB-GO), Janete Pietá (PT-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Liliam Sá (PR-RJ), Ana Arraes (PSB-PE), Antônia Lúcia (PSC-AC), Jô Moraes (PCdoB-MG), Rosane Ferreira (PV-PR), Dalva Figueiredo (PT-AP) e Janete Capiberibe (PSB-AP); e os deputados federais Zé Silva (PDT-MG) e Afonso Hamm (PP-RS). Como apartes, participaram os também deputados federais Darcísio Perondi (PMDB-RS), Bohn Gass (PT-RS), José Stédile (PSB-RS) e Luci Choinacki (PT-SC). Alberto Broch e Carmen Foro, da CONTAG, também fizeram uso da palavra. Reunimos, abaixo, alguns trechos da fala de Carmen Foro na Sessão Solene, os quais, no seu conjunto, dão uma noção da estrutura do seu discurso:

A realização deste ato neste espaço marca a conquista democrática das mulheres, que se concretizará no país com uma reforma política, que reconheça e assegure o lugar das mulheres nas instâncias de poder e representação política.

187 A aprovação da PEC 438 aconteceu em maio de 2014.

A agenda política tem de colocar no centro do debate a igualdade de oportunidades. As mulheres têm de participar dos espaços de poder de decisão, como esta Casa aqui.

Não é possível pensar em desenvolvimento sustentável se as mulheres não tiverem autonomia financeira para se expressar politicamente; para decidir sobre suas próprias vidas. Ou seja, autonomia plena!

A Marcha das Margaridas acaba de entregar a pauta ao Congresso Nacional. Nela, reunimos um conjunto de pontos relacionados aos projetos de nosso interesse, mas também aqueles que rejeitamos por comprometer o projeto de desenvolvimento que defendemos para o nosso país.

Queremos dialogar com a sociedade, com o Congresso Nacional e com o governo sobre o modelo de desenvolvimento que queremos para o Brasil. O modelo tem de ter perspectiva social e também ambiental.

Pretendemos avançar na instituição de leis que contribuam para solucionar problemas que desafiam as organizações de mulheres, pois não há desenvolvimento sustentável sem igualdade, autonomia plena para as mulheres e justiça.

Queremos justiça! São muitos crimes na impunidade, muitas companheiras e companheiros que vivem sob constante ameaça de morte.

Não podemos falar de democracia neste país enquanto existirem vítimas da violência do latifúndio e do agronegócio; enquanto tivermos lista de marcadas e marcados para morrer.

Nós, mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, denunciemos a violência, o desrespeito aos direitos humanos e seguiremos em Marcha por desenvolvimento sustentável, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade (Carmen Foro, Sessão Solene da Câmara dos Deputados, 2011).

Nas galerias, mulheres gritavam, aplaudiam e, com seus chapéus de palha, entoavam: “Olha, Brasília está florida, estão chegando as Margaridas”.

Após a Sessão Solene, por volta das 12h30, no Espaço Taquigráfico da Câmara dos Deputados, foi realizado um ato contra a violência no campo, que contou com a presença das parlamentares Janete Pietá (PT-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Luci Choinacki (PT-SC) e da cineasta Júlia Barreto, do Movimento Humanos Direitos. O ato se iniciou com uma mística, que consistia na leitura de um texto, fazendo uma chamada simbólica dos ‘companheiros’ assassinados, entremeados

com o coro da música “Funeral de um lavrador”, entoado pelas mulheres, que se colocaram no lugar do coro. Durante a mística, foram mencionados dez nomes de lideranças assassinadas desde o ano 2000 até 2011, e mais dez que se encontravam sob ameaça de morte. Ao final, todas juntas bradavam a palavra Justiça.

Após esse momento, diversas dirigentes sindicais relataram casos de violência e ameaças em que elas e seus companheiros haviam sido vítimas em suas respectivas regiões, destacando que somente leis mais rígidas poderiam combater a impunidade. Em seguida, Carmen fez um breve discurso e, categoricamente, finalizou: “Enquanto houver uma mulher violentada, marcharemos; enquanto houver uma mulher na pobreza, marcharemos; enquanto houver uma mulher que não tenha documentos nem acesso à terra, marcharemos!”.

Assim foi aberta a mostra fotográfica intitulada “As mulheres trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas — trajetória de lutas”. A exposição, montada no dia 15 de agosto, era composta de trinta fotos de 30 cm x 45 cm e cinco painéis de 180 cm x 120 cm, e permaneceu no Hall da Taquigrafia até o dia 19 de agosto. Numa divisão temática, ela apresentava dois blocos distintos, mas que se entrelaçavam. O primeiro apresentava, através das imagens, as mulheres antes da primeira Marcha das Margaridas, e era assim dividido:

1. Sindicato é lugar de mulher, sim: principais lutas nos anos 1960/1970 (reforma agrária, direito de organização sindical, formação de lideranças sindicais);
2. Na luta pela igualdade e por direitos: principais lutas nos anos 1980/1995 (campanha de sindicalização das mulheres trabalhadoras rurais; criação das comissões de mulheres nas FETAGs e na CONTAG; reconhecimento da profissão trabalhadora rural; direito aos benefícios da Previdência Social);
3. Ocupando espaço e exercendo poder: final dos anos 1990/início dos anos 2000 (aprovação da cota de mulheres no MSTTR; participação política na construção do PADRSS; negociação e implementação de programas e políticas públicas específicas para as mulheres trabalhadora rurais).

No segundo bloco, as fotos mostravam as mulheres em cada uma das Marchas das Margaridas, procurando representar o contexto e as conquistas de cada uma delas.

A Abertura Política da Marcha das Margaridas havia sido marcada para as 14h do dia 16 de agosto. Antes, porém, estava previsto o lançamento de publicações, dentre as quais a “Cartilha Lei Maria da Penha — uma conquista de todas as mulheres”, elaborada pela CONTAG em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres. A cartilha, resultado de oficinas, encontros, seminários, vivências e

diálogos pautados na discussão sobre a violência doméstica, continha informações sobre o que é a Lei Maria da Penha, por que as mulheres têm uma lei especial, quais os direitos reconhecidos e, entres outros temas, o que as mulheres do campo e da floresta podem fazer para cobrar o cumprimento da lei. Além da cartilha, foram lançadas mais duas publicações: “Igualdade de remuneração entre homens e mulheres — experiências e desafios”, elaborada pela Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT com o apoio da Fundação Friedrich Ebert Stiftung, e o “Manual do biodigestor sertanejo”, do Projeto Dom Hélder.

‘Abertura política’ é o que comumente, no movimento sindical, faz referência ao ato inicial que inaugura eventos importantes promovidos pelo movimento. No caso de eventos públicos fechados, pressupõe-se um ‘cerimonial de abertura’, porque envolve uma formalidade, um protocolo, regras a serem seguidas, ou seja, um conjunto de procedimentos que devem ser observados, embora a sua importância seja dada, sobretudo, por ser um momento que significa um ato político.

O ato político de abertura da Marcha das Margaridas, marcado para as 14h do dia 16 de agosto, começou com quase duas horas de atraso. Devido ao atraso, as mulheres se espalharam pelos vários espaços do pavilhão, embora algumas ainda continuassem sentadas esperando. No Palco Margarida Alves, ainda vazio, via-se um fundo de palco enorme, com o nome Marcha das Margaridas em lilás, estampado sobre um fundo branco, realçado pelas cores verde, roxa e vermelha, que se dispunha no seu entorno. Na parte inferior da extremidade direita, podia-se observar a arte do cartaz da Marcha impressa na lona sintética; na parte superior da extremidade direita, o nome dos patrocinadores sob o qual se colocava a imagem de mulheres sorrindo em meio a uma vegetação arbórea.

Nas laterais do palco, havia várias cadeiras enfileiradas, diametralmente voltadas para o público, e, ao centro, uma grande mesa cuja dianteira estava completamente coberta por uma faixa rosa-escuro que trazia o lema da Marcha impresso em branco e, nas extremidades, a arte que caracterizava a Marcha das Margaridas 2011. A parte inferior do palco foi completamente envolta num tecido lilás, cor predominante em meio ao colorido com o qual o cenário se pintou, e em cada um dos seus lados externos, dois enormes telões foram instalados.

Centenas de cadeiras ocupavam o piso interno do Pavilhão do Parque da Cidade para acomodar a plateia presente. As primeiras fileiras contendo cem cadeiras foram cercadas por alambrados, criando uma espécie de área VIP na frente do

palco, destinada a convidados especiais¹⁸⁸, lideranças políticas de outros movimentos, parlamentares, delegações internacionais, jornalistas e gestores públicos. Estava tudo pronto para aquele ato.

O cerimonial foi conduzido por duas dirigentes: Lérica Pivoto, coordenadora estadual de Mulheres da FETAG-RS¹⁸⁹, e Adriana Nascimento, diretora de Política para a Juventude da FETAPE. Antes da composição da mesa, duas violeiras repentistas da Paraíba, Maria Soledade e Minervinha, prestaram uma homenagem com seus improvisos a Margarida Alves e Maria Ednalva Bezerra por sua luta. Na sequência, foi chamada ao palco toda a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, representada pelas coordenadoras estaduais das federações, nominalmente chamadas, uma a uma, para se colocaram nas cadeiras laterais do palco.

Em seguida, foram chamados a compor a mesa: Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG; o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, e sua esposa, Ilza Queiroz; o presidente da CONTAG, Alberto Broch; a ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Afonso Florence; a secretária de Políticas de Promoção da Igualdade, Luíza Bairros; o teólogo, escritor e professor Leonardo Boff; a cineasta Júlia Barreto, do Movimento Humanos Direitos; a deputada federal Janete Pietá, em nome das parlamentares; e representantes de todas as organizações parceiras da Marcha.

E com o grito de ordem “Somos margaridas em marcha, somos margaridas em luta” foi dado início à abertura política da 4ª Marcha das Margaridas. Subiram no palco treze mulheres negras com saias de chita rodadas e floridas e turbantes na cabeça. Era o grupo Meninas de Sinhá¹⁹⁰. Suas integrantes se posicionaram lado a lado, logo à frente do fundo do palco. O público foi convidado a se pôr de pé para a execução do Hino Nacional. As pessoas que se encontravam sentadas à mesa se levantaram, colocando-se nas laterais do palco com o corpo inclinado para o grupo, que, conduzido pela viola que trouxe consigo, entoava o hino acompanhado pela

188 Foram impressos e enviados convites nominais para parlamentares, ministros, secretários, diretores de empresas públicas, presidentes de conselhos e lideranças de movimentos sociais do campo. O convite não apenas se referia ao ato de abertura, mas também ao ato de encerramento da caminhada, na Esplanada dos Ministérios.

189 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG-RS).

190 Um grupo mineiro formado por 34 mulheres negras, de uma comunidade da periferia de Belo Horizonte, que realiza apresentações musicais que incluem cantigas de roda, versos e composições próprias.

plateia. Todos retomaram seus assentos e Alberto Broch foi convidado a fazer o seu pronunciamento. O presidente da CONTAG iniciou o seu discurso fazendo uma saudação a todas as delegações e demonstrando o seu reconhecimento pela luta das mulheres:

São mulheres sofridas, humildes, simples e guerreiras, a elas nosso grande abraço e reconhecimento por essa luta. A Marcha traz um legado de luta por igualdade e para tratar de questões sérias relacionadas à violência, reforma agrária, educação e saúde para as mulheres do campo e da cidade (Alberto Broch, 2011).

Alberto exaltou a grandeza da Marcha, que teve início no ano 2000, denunciando os impactos do modelo neoliberal promovido pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, e se incorporou à agenda das mulheres do país, sendo considerada hoje a maior mobilização de mulheres da América Latina. Ressaltou que muitas das políticas que ainda estão florescendo no campo brasileiro são frutos das Marchas passadas, que deixaram um legado de luta por igualdade e justiça no campo: “São mulheres guerreiras que, de forma autônoma, cobram do governo melhores condições de vida e renda”. Na sua fala, Alberto defendeu a reforma agrária, o acesso à terra e o fortalecimento da agricultura familiar por meio de políticas públicas como forma de dinamizar a “economia do interior”. Por fim, expressou a expectativa do anúncio de “medidas fortes” como resposta da presidenta Dilma Rousseff à pauta da Marcha.

Em seguida, foi a vez do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz. Ao dar as boas-vindas às ‘margaridas’, afirmou Brasília como a capital de todos os brasileiros e reconheceu o poder de mobilização demonstrado pela Marcha, que “chama atenção não só do Brasil, mas do mundo”, acrescentando que todas as bandeiras de luta das trabalhadoras rurais foram fortalecidas com a mobilização, “e o mais importante é que a pauta de reivindicações não se limitou às bandeiras exclusivas da mulher, mas de uma sociedade justa e igualitária com oportunidade para todos”. Por fim, Agnelo se referiu à presidenta Dilma Rousseff como mais uma das ‘margaridas’ que fazem história no Brasil, e que tê-la como presidenta era uma grande conquista das mulheres e do povo brasileiro. “Que isso sirva de estímulo para a luta de todos os trabalhadores do Brasil”, disse ao encerrar sua fala e desejar a todas um bom evento.

As mulheres reagiram com gritos e aplausos entusiasmados quando Carmen Foro foi convidada a proferir seu discurso. Numa alusão ao livro *A águia e a galinha*, de Leonardo Boff, ela fez referência à primeira Marcha, quando as mulheres descobriram que poderiam ser águias.

Muitas mulheres aqui presentes vêm de uma realidade bem difícil. Muitas aqui eram invisíveis e, desde a primeira Marcha, em 2000, conseguimos quebrar essa invisibilidade política. A 4ª Marcha tem muita importância para todas as mulheres, porque é a primeira vez em que marcharemos tendo uma mulher como presidenta da República.

Em seguida, ela falou do público ali presente, dizendo tratar-se de “mulheres de diferentes comunidades rurais do país que trazem para Brasília, na Marcha das Margaridas, uma bagagem de luta e militância política para transformar o Brasil”. Afirmando-se como uma “cabocla da Amazônia”, ela dirigiu a sua saudação a cada uma das regiões do Brasil, a começar pela região Norte, para em seguida lembrar a trajetória daquelas mulheres para estarem ali, que haviam deixado suas casas há dois ou três dias, tomando barco e ônibus para chegar até Brasília e apresentar uma plataforma política.

Foram muitos pastéis vendidos, muitos panos bordados, muitas rifas vendidas, muitas festas que nós fizemos para chegar até aqui e garantir que nós pudéssemos trazer uma plataforma política que não diz respeito só ao nosso umbigo de trabalhadoras do campo e da floresta, mas diz respeito a uma plataforma de desenvolvimento para o nosso país (Carmen, 2011).

A partir daí, Carmen apresentou os principais pontos levantados pela plataforma para garantir um desenvolvimento sustentável para o Brasil, que só pode ser alavancado, segundo ela, se considerado os princípios de justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Com essa perspectiva, expressou a sua certeza em relação ao diálogo com a presidenta Dilma, o qual esperava que rendesse “frutos históricos” capazes de transformar a vida, a partir da construção de uma agenda longa, com políticas públicas que propiciassem um salto de qualidade no cotidiano das mulheres. Por fim, agradeceu à CONTAG, a toda a sua diretoria, assessoria e funcionários que não mediram esforços e tempo para se dedicarem a essa construção. Agradeceu também às FETAGs, STTRs, coordenadoras estaduais de mulheres, centrais sindicais e organizações parceiras — movimentos feministas, de mulheres e de trabalhadoras, ali presentes.

O discurso de Carmen foi estruturado de modo a permitir o diálogo com a dimensão subjetiva da vida das mulheres e com a dimensão política e simbólica da Marcha das Margaridas, valorizando o seu processo de construção nos estados e municípios. Buscou, além disso, reforçar o caráter da Marcha, bem como os seus objetivos, antes de focar na plataforma política, a partir da qual fez uma

abordagem geral, na qual trouxe alguns aspectos sobre a construção da pauta e as suas principais reivindicações:

Cada mulher que aqui está, de cada estado deste país, de todas as regiões: mulheres negras, brancas, indígenas, quilombolas, jovens, idosas, mulheres trabalhadoras do campo e da floresta — agricultoras familiares, assalariadas, ribeirinhas, pescadoras, assentadas, acampadas. Cada mulher traz aqui a marca de sua trajetória de lutas, de suas utopias, mas, sobretudo, a prova da sua capacidade de fazer política e história neste país. Cada uma das companheiras demonstra toda ousadia, coragem e determinação ao romper com os padrões tradicionais que historicamente colocaram as mulheres na invisibilidade, que reproduzem a discriminação, comprometem a autonomia, a igualdade e liberdade para as mulheres. Somos 47,9% da população do campo e respondemos por cerca de 70% da produção de alimentos neste país. Não podemos passar despercebidas — por isso essa grandiosa Marcha, por isso estamos aqui para afirmar e defender o desenvolvimento para o nosso país, com sustentabilidade, justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Nossa Marcha é uma demonstração de força política, e o que nos move são 2011 razões para marchar, mas uma grande e profunda motivação que vem do legado e da homenagem que renovamos com esta Marcha da Margarida Maria Alves. Margarida vive em cada uma de nós, seu compromisso e sua luta não apenas se reproduzem nesta Marcha, mas se ampliam e fortalecem a cada Marcha, com o empenho e compromisso de cada uma de vocês. Esta Marcha acontece porque cada uma de vocês foi capaz de mobilizar os recursos necessários, subjetivos e materiais. Mobilizaram a energia necessária para estarem aqui, mas mobilizaram, principalmente, os recursos financeiros para se transportarem até aqui. Nossa plataforma política está qualificada com a participação de todas vocês e de milhares de companheiras que não chegaram até aqui, mas que deixaram marcas a sua participação no processo de estudo, formação, debate político e composição da nossa pauta de reivindicações traduzida em três documentos — uma ao Governo Federal, uma ao Congresso Nacional e outra ao Poder Executivo. Organizamos nossa plataforma em sete eixos: Biodiversidade e democratização dos recursos naturais; Terra, água e agroecologia; Soberania e segurança alimentar e nutricional; Autonomia econômica, trabalho e renda; Educação não sexista, sexualidade e violência; Saúde e direitos reprodutivos; Participação, poder e democracia. Todos estes eixos são essenciais na composição do nosso projeto de desenvolvimento. Combinamos questões estruturais com questões específicas na vida das mulheres, pois de outra forma não podemos avançar. Acreditamos no que

propomos, no que queremos construir, pois assumimos nossa condição de protagonistas desse projeto, juntamente com os diversos segmentos da sociedade brasileira. Venceremos a pobreza de recursos, de educação, de saúde, de condições dignas para viver e produzir de modo saudável com o meio ambiente preservado para nós e nossos descendentes.

No final da fala de Carmen, as coordenadoras das comissões estaduais de mulheres trabalhadoras rurais foram convidadas a se posicionarem à frente, no palco, e se apresentarem, dizendo o nome e o estado de onde vieram.

Durante o ato, uma homenagem foi feita à Elizabeth Teixeira, grande liderança camponesa que passou a se assumir enquanto tal após o assassinato do seu marido, João Pedro Teixeira, um dos fundadores das Ligas Camponesas, morto em 2 de abril de 1962. Elizabeth se dirigiu ao microfone. Emocionada, lembrou que quando João Pedro morreu deixou-lhe onze filhos pequenos e o legado de luta:

Quando vi o corpo de João Pedro sem vida, lembrei que ele sempre me dizia que iriam tirar sua vida, mas que a luta deveria continuar e que ela devia continuar até enquanto existir um operário ou um camponês explorado. “Quando eu morrer, você continua a minha luta?” Então, mesmo com ele já morto, eu peguei na sua mão e disse: “João Pedro, vou dar continuidade à nossa luta para o que der e vier”.

Nesse momento os aplausos ecoaram pelo pavilhão.

Em Sapé, Elizabeth Teixeira deu continuidade à luta das Ligas, investindo no trabalho de organização dos camponeses. Ela nos falou das ameaças e das perseguições sofridas “pelo latifúndio”, das inúmeras vezes que foi presa pela polícia, do assassinato de dois filhos pequenos, do suicídio da filha mais velha, do golpe militar, dos oito meses que ficou encarcerada pelo exército e da fuga para São Rafael, no Rio Grande do Norte, onde viveu por vinte anos, até o fim da ditadura, como professora alfabetizadora, apesar de ter estudado apenas até a quarta série. Ela revelou a dor de ter “deixado os filhos para trás”, e sobre o encontro com o filho mais velho, Abrahão, que a procurou depois da anistia. Finalmente, Elisabeth lembrou da amiga Margarida Alves, fazendo referência à importância da sua luta.

Muito aplaudida, Elizabeth Teixeira¹⁹¹ foi cumprimentada por cada uma das pessoas que se encontravam à mesa, a elas se juntando ao final da homenagem.

191 Elizabeth Teixeira completou no dia treze de fevereiro de 2025 cem anos de vida. Em celebração ao seu centenário, o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas realizou o Festival da Memória Camponesa de 13 a 15 de fevereiro de 2025, que contou com a realização da Marcha da Memória Camponesa.



Marcha das Margaridas, 2011. Ato de abertura.

FONTE: Acervo CONTAG, 2011. FOTO: Cláudia Ferreira

Na sequência, o nome de Leonardo Boff foi anunciado, e novamente o pavilhão eram só aplausos. Em seu discurso, Boff refletiu sobre o significado da Marcha, lembrando que mulheres, antes invisíveis, embora nunca ausentes — apenas à margem, cuidando dos filhos, do marido, da casa —, revelaram-se, através da Marcha, protagonistas de sua história. Destacou atributos que, para ele, seriam próprios das mulheres, ressaltou a importância do Brasil ser governando por uma delas, uma vez que as mulheres podem ter um cuidado maior, um olhar generoso com a política brasileira, e isso porque, além de serem mais da metade da população do Brasil e da humanidade, são mães e irmãs da outra metade, afirmando, enfim, que a vida se deve às mulheres.

Iriny Lopes, ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República foi a única representante do governo a falar. Ela reconheceu que o Estado cumpre um papel importante na superação da desigualdade de gênero, e enfatizou a importância da eleição da primeira mulher presidenta do Brasil:

Todas vocês sabem da importância desse feito, e mais do que isso, sabem o que isso significa, e por isso estão aqui cobrando a igualdade entre homens e mulheres. Uma mulher na Presidência da República está fazendo tudo aquilo que muitos acharam que uma mulher não era capaz de fazer, e essa vitória também é de cada uma de vocês.

Na sequência, as representantes das duas centrais sindicais e das outras organizações parceiras da Marcha, com exceção da Marcha Mundial das Mulheres e da Articulação de Mulheres Brasileiras, também fizeram uso da palavra, enfatizando a importância política da Marcha e o seu significado para as mulheres, em específico para aquelas que habitam o campo e a floresta.

Foi possível perceber uma convergência nas falas no sentido de reconhecer o poder de diálogo com o Estado e com a sociedade, conquistado pelas mulheres do campo e da floresta a partir da Marcha das Margaridas, e uma expectativa de que este diálogo pudesse ser ampliado com uma mulher na Presidência da República. Apesar de não ser a última a se pronunciar, a fala de Carmen deu o tom. Posicionando politicamente a Marcha diante do governo e da sociedade, ela acentuou a capacidade de transformação que a Marcha carregava, a partir da mobilização das mulheres do campo e da floresta. Seu discurso trouxe o lema da Marcha, recorreu à ideia de justiça, evocou a força do legado deixado por Margarida Alves e a capacidade de mobilização potencializada por essa força. Falou como uma cabocla da Amazônia, e, legitimando-se como portadora da fala com capacidade performática (Tambiah, 1985; 1997), anunciava a largada da Marcha que se realizaria no dia seguinte.

Após o cerimonial de abertura, sucedeu-se o lançamento do CD “Canto das Margaridas”, com 21 músicas compostas pelas próprias trabalhadoras do campo e da floresta. As compositoras e intérpretes (as mesmas para quase todas as músicas) foram chamadas ao palco principal e animaram a plateia. Uma delas, Dinalmy do Tocantins, foi escolhida para cantar as músicas “Pra não sair do campo” e “Viver com dignidade”. Posteriormente, as Loucas de Pedra Lilás também subiram ao palco e se uniram às outras mulheres para juntas entoarem o “Canto das Margaridas”. Foi um momento de muito júbilo!

O lançamento e o show que ocorreu à noite estavam previstos na programação das atividades culturais, a maioria das quais realizadas entre oficinas, painéis e falas políticas. Havia de tudo um pouco: folclore gaúcho, carimbó, coco de roda, ciranda, rasqueado, tambor de crioula, violeiras e repentistas, em meio a caras pintadas e pernas de pau, procurando expressar a riqueza cultural das mulheres do campo e da floresta na Cidade das Margaridas¹⁹². Para as apresentações, além

¹⁹² Na reunião da Coordenação Ampliada ocorrida um mês antes da Marcha, nos dias 11 e 14 de julho de 2011, cada região se comprometera a definir qual expressão cultural iria representá-la e o tempo necessário para a apresentação, enviando a definição para a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais por e-mail até o dia 22, e isso incluía as organizações parceiras.

do palco principal (Margarida Alves) havia dois palcos secundários — um no Espaço Ednalva Bezerra, próximo à mostra (Palco Mostra), e outro no Espaço Simone de Beauvoir (Palco 2), medindo 6 m x 3,5 m, com lotação máxima de três mil pessoas — e mais um tablado montado no refeitório, medindo 5 m x 6 m. As atividades culturais previam, ademais, a projeção de vídeos, e foi destinado o auditório Rosa de Luxemburgo para este fim, bem como para a realização de oficinas das mais variadas e com as mais diversas finalidades. Outrossim, aconteceram oficinas de confecção de materiais para as alas da caminhada, grafiteagem, batuque (com as jovens feministas da MMM), confecção de bandeiras e pintura de rosto, prevista para acontecer nas primeiras horas da manhã do dia seguinte.



Lançamento do CD “Canto das Margaridas”.
FONTE: Acervo CONTAG, 2011. FOTO: César Ramos

Para coordenar, acompanhar e dar o suporte necessário a cada um dos momentos previstos na programação da Marcha, foram formadas equipes de trabalho envolvendo toda a diretoria e a assessoria da CONTAG para coordenar cada um dos momentos, e a coordenação geral ficou a cargo da diretoria da CONTAG. As equipes foram assim constituídas: Finanças, Comunicação e Divulgação; Acolhida das Delegações; Saúde, Estande da CONTAG; Estandes Institucionais; Mostra da Produção das Margaridas, Pesquisa CONTAG/IPEA; Painéis, Lançamento da Campanha contra os Agrotóxicos; Lançamento das Publicações; Mobilização e Pauta; Mística; Atividades Culturais; Cerimonial de Abertura; Ato no Congresso; Credenciamento; Pauta do Judiciário; Carros de Som; e Organização das Alas.

Os vários espaços e as atividades oferecidas que ocorriam quase que paralelamente ofereciam às habitantes da Cidade das Margaridas a possibilidade de muitas escolhas. Assim, encontravam-se mulheres por todos os lugares, ora perambulando no entorno do pavilhão, na feira de ambulantes, ora apreciando as apresentações artísticas ou na área interna do pavilhão, observando os estandes, circulando na Mostra. Era uma profusão de gente, um ir e vir ininterrupto! Outras, porém, após terem enfrentado muitas horas de viagem, priorizaram o descanso, permanecendo sob as tendas, repousando nos colchões ou conversando entre si, também se resguardando para o dia seguinte, o dia da Marcha. Tudo isso deixava a impressão de algo como um grande encontro, que se interpunha entre a viagem e a caminhada. A Cidade inteira era agitação e movimento!

Às atividades ditas ‘políticas’ mesclavam-se a outras envolvendo elementos variados que remetiam a um momento festivo, em que cantos, danças, sons, risos e pinturas traziam uma dimensão lúdica e de aprendizado ao fazer político, revelando uma linguagem capaz de expressar simultaneamente diferentes dimensões da confluência entre a dimensão simbólica e política. Tudo ali efervescia¹⁹³!

O Show de Margareth Menezes, que apresentou um repertório inspirado nas mulheres e na vida rural, selou o fim de um dia de atividades que caracterizou esse primeiro dia da Marcha das Margaridas 2011. Era hora de se recolher e se resguardar para a caminhada do dia seguinte.

193 Os elementos lúdicos e estéticos que Durkheim (1989) atribui à vida religiosa estavam presentes ali, num encontro político. A superação das distâncias entre os indivíduos, a produção de estado de efervescência coletiva e a transgressão às normas, três características atribuídas pelo autor à ideia de festa, poderiam, de certa forma, ser atribuídas àquele grande encontro.



Marcha das Margaridas, 2011. Show Margareth Menezes.
FONTE: Acervo Contag. FOTO: César Ramos

São elas, as margaridas

Dezessete de agosto de 2011, três e meia, estou em uma das lonas montadas no Parque da Cidade, em Brasília. Acordo, ainda sonolenta, com movimentos e vozes: “Vamos lá mulherada, está na hora!”. “Mas já?”, alguém grita. Lentamente, e ainda com sono, abro meus olhos, sento e observo. Os colchões, dispostos lado a lado, ocupam o único lugar que lhes cabe em meio a tantas malas, sacolas e objetos. Algumas mulheres ainda dormem, outras ensaiam algum movimento. Aos poucos e em ritmo próprio, elas se preparam. Em pouco tempo, aquele espaço se tornou prenhe de cochichos, vozes e conversas. Ducha fria numa madrugada fria de Brasília. Centenas de mulheres se revezavam para tomar banho. O chão todo molhado e, na maior parte da noite, sujo de barro, fazia com que elas se ajudassem, segurando toalhas e roupas. Ainda escuro, elas se vestem, colocam as camisetas, os seus chapéus, enrolam as faixas, as bandeiras. Observo. Não deixo de me sentir um pouco estranha àquele meio, contemplando o que me parece um momento de intimidade. Há ali cumplicidade, solidariedade, um compartilhar, uma mistura de orgulho, vontade, força e entusiasmo. Em pequenos grupos, elas se preparam, se organizam, delegam funções, arrumavam as fileiras dos colchonetes e dos cobertores nos quais dormiram, pedem ajuda, esperam... Já em pé, organizo as minhas coisas. Mochila nas costas, saio da tenda em companhia de Adriana. Lá fora, grande movimentação. Caminhamos em direção ao pavilhão. Muitas pessoas já circulam na Cidade das Margaridas. Me deparo com filas humanas extensas que, dispostas em três colunas, se entrelaçam, parecendo não haver começo nem fim! O café da manhã está sendo distribuído. Muitas mulheres, jovens, crianças (e homens também), chapéu na cabeça, bandeiras e faixas sobre os ombros. Muitas vozes, falas, gestos e expressões: um intenso burburinho! Amanhece em Brasília, dia claro, e ainda são seis e meia da manhã (Diário de Campo, 2011).

A caminhada

Desde muito cedo as mulheres começaram a se concentrar na saída do pavilhão do Parque da Cidade. O percurso era o mesmo: saíam das tendas, enfrentavam a fila do café e se dirigiam à concentração. Os carros de som já aguardavam. As equipes de trabalho estavam a todo vapor, tentando fazer os últimos ajustes: verificar o som; definir os animadores que iriam em cada um deles, animando a caminhada, e a ordem em que sairiam; organizar as alas; e negociar o horário da saída com a Polícia Militar. Sim, porque havia sido acordado que a marcha sairia por volta das 6h, para não causar maiores transtornos ao trânsito de Brasília. Carmen realmente confirmava o acordo feito. Contudo, ela mesma me disse depois, sorrindo, que já sabia que isso não iria acontecer. Consentiu apenas para tentar chegar a um acordo, porque, segundo ela, as mulheres não obedeciam, faziam a marcha no tempo delas. Não adiantava controlar, fazer tudo certinho, porque elas “fazem como querem”, era algo que fugia ao controle.

Do alto do carro, alguém falava ao microfone, tentando orientar a multidão que aos poucos ia se formando e se aglomerando próximo aos carros. As mulheres tentavam encontrar as suas alas. Os carros de som serviam como referência: “Mulheres da CUT se dirijam para trás do carro 1”, “Mulheres da região tal, nossa ala fica atrás do carro 2”, e assim as alas iam ganhando forma.

A previsão era de que as mulheres iniciassem a caminhada por volta das 6h, mas já passava das 7h quando finalmente foram dados os primeiros passos rumo ao Congresso Nacional. Acompanhei a primeira parte do trajeto em cima do carro de som para conseguir ver, do alto, a forma que as mulheres imprimiam à marcha que realizavam.

A Marcha das Margaridas era estruturada em alas, que, por sua vez, eram divididas por lemas e eixos temáticos da sua plataforma política, resultando num conjunto de oito alas. A primeira era aquela que abria a passagem e trazia o lema “Desenvolvimento sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” impresso numa grande faixa, carregada pelas coordenadoras estaduais de mulheres trabalhadoras rurais, no centro das quais, também segurando a faixa, se posicionou Carmen Foro. Elas formavam a ‘linha de frente’ da Marcha, introduzindo o seu enredo como numa escola de samba. Mais à frente, abria a ala o primeiro carro de som, na verdade um trio elétrico, que trazia estampado na sua parte frontal a arte impressa nos cartazes com o nome Marcha das Margaridas, na qual predominava a cor lilás. Nas suas laterais foram colocadas faixas num tom lilás mais escuro (quase roxo), também personalizadas, com imagens de Marchas passadas.

Nessa ala, logo atrás, vinham algumas mulheres representando as entidades parceiras da Marcha, segurando horizontalmente uma imensa bandeira composta por bandeiras menores (1,20 m x 0,80 cm) das federações e dos movimentos e organizações que ajudaram a construir a Marcha. Na sequência, eram apresentadas as outras alas, organizadas por eixos temáticos e regiões geográficas¹⁹⁴.

Eram quatro os carros de som (trios elétricos) que se arrastavam no meio daquela 'ruma' de mulheres, anunciando o que elas vieram fazer ali. Em alguns momentos, dava a impressão de que os carros tinham sido engolidos por elas, porque demorava muito até que se conseguisse avistar outro. As animadoras¹⁹⁵ comunicavam mais à sociedade do que propriamente às mulheres, no sentido de fomentar a animação, até mesmo porque as 'margaridas' não pareciam carecer dela, tamanho era o entusiasmo, a vibração e a vivacidade que demonstravam na caminhada. Poucas vezes escutei alguma rima ou palavras de ordem convocadas a partir do carro de som, e, quando isso acontecia, as ondas sonoras propagadas em meio àquela profusão de sons que vinham das outras alas apenas reverberavam ao redor, mas não conseguiam amplitude nem alcance para expor a razão da Marcha de maneira uníssona.

Vi depois alguém comentar que a quantidade de carros não tinha sido suficiente para a grandeza do público, assim como ouvi alguém dizer que havia sentido falta das palavras de ordem. É certo que é comum em manifestações públicas a utilização de palavras de ordem que condensem uma referência de impacto simbólico. Pronunciadas a uma só voz, elas são capazes de expressar a força de todo um grupo, denunciando, questionando, demandando, sintetizando desejos

194 Assim estavam distribuídas as alas: Região Norte: EIXO I (Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais) e EIXO VI (Saúde e Direitos Reprodutivos); Região Nordeste: EIXO II (Terra, Água e Agroecologia) e EIXO IV (Autonomia Econômica, Trabalho e Renda); Região Sudeste: EIXO VII (Democracia, Poder e Participação Política); Centro-Oeste: EIXO III (Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional); e Região Sul: EIXO V (Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência). Essa forma de organizar as alas já havia sido acordada nas últimas reuniões da Coordenação Ampliada, de modo que as alegorias que apresentavam a ala ficaram sob a responsabilidade das mulheres, segundo as suas respectivas regiões de procedência. As mulheres mobilizadas pelas entidades parceiras se juntariam às mulheres das regiões segundo os eixos temáticos, assim, por exemplo, tanto a CUT como a MMM compuseram a ala da região Nordeste, porque ela representava dois eixos que apresentavam afinidade com o trabalho que elas desenvolviam. Vale salientar que, embora tenha sido esse o acordado, as mulheres tinham autonomia para ficar em qualquer ala que desejassem, não havia um rigor.

195 Em cada carro de som havia um grupo de animadoras que se revezavam. Eram mulheres dirigentes sindicais e mulheres de outros movimentos/organizações parceiras da Marcha, como a AMB e a MMM.

e esperanças, tornando-se, assim, um elemento de sustentação de ação coletiva. Só que, durante a Marcha, elas não eram pronunciadas de uma só vez nem, na maioria das vezes, convocadas pelas animadoras. Mas os gritos de ordem aconteciam de forma quase espontânea, puxados por um grupo de mulheres em algumas das alas, e pronunciados pelas restantes, até o alcance da reverberação. Em uma ala, um grupo de feministas gritava: “Não sou modelo de passarela/Minha vida não é tema de novela”. Em outra, era insistentemente repetido: “Mulheres na rua, a luta continua”. Uma terceira, ainda, bastante pronunciada, expressava a disposição e a coragem para continuar lutando: “Margarida, Margarida, essa marcha tem teu nome, melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

As animadoras do carro de som receberam um texto pontuando o conteúdo das suas falas durante o trajeto, como uma forma de garantir que fosse dito o que precisava ser anunciado, de uma forma mais ou menos unificada. Eram falas padronizadas e estereotipadas, que iam sendo repetidas, recorrentemente, durante o percurso, em pequenas composições. Assim, cada uma a sua maneira e a seu tempo, comunicavam: “A Marcha é..., a Marcha quer..., a Marcha defende..., a Marcha é coordenada por..., são parceiras da Marcha...”. Em outro bloco anunciavam: “Estamos aqui... Na luta por terra e pela reforma agrária; na luta por água para todos; em defesa do meio ambiente; pela produção de alimentos saudáveis; pela produção agroecológica; pela soberania e segurança alimentar e nutricional; por trabalho, emprego e renda; por uma educação não sexista; pelo enfrentamento a todas as formas de violência; pela saúde e direitos reprodutivos; pela democracia; pela participação das mulheres na política e no poder; por um Brasil sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade para todas as mulheres”.

As animadoras também convocavam as marchantes a cantarem refrões de músicas ou breves rimas já conhecidas da militância, como “Olê, mariê, Olê mariá/ Mulher sai dessa cozinha/ Vem ocupar teu lugar”; “Pisa ligeiro, Pisa ligeiro/ Quem não pode com Mulher, não assanha o formigueiro!”; e “Nosso direito vem/ Nosso Direito vem/ Se não vem nosso direito/ O Brasil perde também”. Entre um anúncio e outro, uma música e outra, uma rima e outra, elas incitavam as mulheres a gritarem respondendo suas interpelações: “Viva as Mulheres do Campo e da Floresta!”; “Viva!”; “Viva a Marcha das Margaridas 2011!”; “Viva!”. Nesse momento, pediam para que as manifestantes acenassem com os chapéus e agitassem as bandeiras, e aí tocavam o “Canto das Margaridas”, que, trazendo a animação do ritmo que embala as marchinhas de carnaval, anunciava a chegada das ‘margaridas’ em Brasília e o seu querer. E então retomavam: “Marchamos para denunciar...”

O modelo de desenvolvimento dominante no Brasil que favorece as grandes propriedades e o latifúndio, privatiza os recursos naturais, e destrói o meio ambiente.

A destruição do nosso patrimônio genético, com a produção de sementes transgênicas.

O impacto dos grandes projetos, que expulsam e marginalizam as populações rurais, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e indígenas.

A situação em que vive a população do campo e da floresta [dados eram fornecidos].

Que o Brasil é o país com a maior concentração de terra no mundo e que a concentração fundiária e o modelo agroexportador produzem pobreza, desigualdade e impedem que milhões de pessoas tenham vida digna no campo e na cidade.

Por isso reivindicamos...

E então apresentavam as principais reivindicações de cada eixo. A seguir vinham as músicas, os vivas, as rimas e as orientações para que as mulheres não saíssem das faixas protegidas, que esperassem ou tivessem cuidado com os carros e com o trio, que bebessem bastante água¹⁹⁶. Era tudo intercalado em breves espaços de tempo: falas, músicas, vivas e recomendações.

As falas das animadoras, de um modo geral, eram endereçadas ao público mais abrangente que constituía o conjunto da sociedade, a fim de comunicar verbalmente, e com gestos, o que o cortejo já comunicava utilizando outras linguagens e formas de expressão. Havia, nitidamente, uma intenção de que a Marcha interagisse com o público e estabelecesse algum tipo de diálogo com a sociedade.

Todo o trajeto foi acompanhado de intenso policiamento. Em alguns trechos, havia cordões de policiais (eram mais de 200, todos desarmados, segundo informações) formando um corredor por onde as marchantes passavam, a fim de garantir a sua segurança. A polícia reservou as três pistas do lado esquerdo para dar passagem às mulheres, que construíam a caminhada pela 'contramão', no sentido rodoviária/ Esplanada dos Ministérios. Ao longo do trajeto, helicópteros sobrevoavam desde cedo, equipes de bombeiros e ambulâncias estavam dispostas em vários pontos dos canteiros, e banheiros químicos haviam sido providenciados. Todo esse suporte

196 Desde que chegaram à Cidade das Margaridas, as mulheres tiveram acesso gratuito a garrafas de água mineral na quantidade necessária. Durante a Marcha, também foram distribuídas garrafas de água.

mostrava que, assim como em desfiles militares, procissões e carnaval, a ocupação das áreas públicas durante a Marcha teve uma previsibilidade, sem restar dúvida de que se tratava de uma ‘manifestação pacífica em sua expressão’¹⁹⁷.

A estruturação da Marcha em alas não implicou em um determinado tipo de ordenação, seguia as determinações das próprias marchantes na medida em que executavam o cortejo. Nesse sentido, não se pode dizer que era uma marcha disciplinada, pois não havia uniformidade nos movimentos nem constância nos ritmos. O que se via era uma diversidade de movimentos e ritmos variados, executados pelas vozes que cantavam, pelos gritos entoados e pela multiplicidade de instrumentos de percussão que acompanhavam as marchantes em diferentes pontos da caminhada, aspecto que potencializou a interação entre elas, ao mesmo tempo em que valorizou a comunicação estabelecida com o público assistente — por meio dos risos, dos olhares, do movimento dos corpos, dos gestos e da sonoridade dos diversos tipos de tambores e outras percussões que marcaram o ritmo da Marcha. Mais que palavras de ordem, eram os tambores, os cantos e os diversos ritmos musicais que ocupavam as vias públicas. Em determinados pontos, nem mesmo se ouvia o carro de som, ou ouvia-se o som ao longe.



Marcha das Margaridas 2011. Caminhada.

FONTE: Acervo da Contag. FOTO: César Ramos

¹⁹⁷ O que a diferencia, por exemplo, da Marcha Nacional dos Sem-Terra — como constatado por Chaves (2000) —, a qual não gozava da previsibilidade observada em outros desfiles.



Marcha das Margaridas 2011. Caminhada.
FONTE: Acervo da Contag. FOTO: César Ramos

A palavra falada, a palavra cantada, os sons, os ritmos, tudo se conjugava a um só tempo. Havia um clima festivo na caminhada. Cada ala se apresentava à sua maneira, dependendo dos grupos que a compunham, sendo possível identificar a que movimento ou organização pertenciam as mulheres, a sua prática política, os vínculos ideológicos, se eram de grupos feministas ou não. Estava tudo ali, junto e misturado, o que, no conjunto, compunha a estética da Marcha, que talvez seja a sua forma mais marcante de comunicação simbólica.

O número de mulheres presentes na caminhada — vivendo a “experiência pulsante de unir proximidade física incomum” (Chaves, 2000, p. 118), cada uma delas constituindo uma multidão de tantas outras — ganhava expressividade aos olhos de quem via. Elas se mostravam como uma coletividade com uma “expressão definida de um conjunto de sentidos [...] repetidamente afirmados sob diferentes meios” (Chaves, 2000, p. 118).

Não se sabia ao certo quantas mulheres acompanhavam o trajeto. Não havia convergência entre as informações. Carmen Foro reafirmava a presença de cem mil mulheres e, quando dava entrevistas, fazia questão de frisar que o efeito do movimento ia além desse número, pois “milhões de outras mulheres que ficaram em seus municípios estão representadas e com o mesmo sentimento daquelas que saíram das várias regiões do país e cruzaram as estradas e rios do Brasil, com objetivo de transformar a vida de milhões de mulheres”. Na reunião de avaliação da Marcha, após a sua realização, presenciei Carmen dizer algo assim: “Nós trouxemos cem mil mulheres a Brasília e vamos continuar afirmando isso, porque ninguém estava lá para contar quantas mulheres de fato havia”. O efeito performativo da sua afirmação, no sentido aprofundado por Tambiah (1997), legitimava a aceitação pública da presença de cem mil mulheres em Brasília.

O número de participantes em um evento, segundo Chaves (2000, p. 43), é um elemento de linguagem significativo, porque comunica um coeficiente de adesão que serve de suporte ao apoio que se pretende conquistar, e demonstra força e capacidade de mobilização da ‘organização’, no caso, da Marcha das Margaridas.

Dados capturados de arquivos da CONTAG revelam que o maior número de participantes na Marcha, mobilizado pelos sindicatos e federações, era proveniente da região Nordeste (40,51%), que, junto com a região Norte (12,27%), totalizavam mais da metade do total de participantes. A menor delegação, por sua vez, provinha da região Sul (6,52%). Do Sudeste vieram 13,88% das marchantes e 26,82% do Centro-Oeste. De fato, as formas de expressão apresentadas durante a caminhada indicavam o predomínio de mulheres do Norte e do Nordeste do país.

Cada uma das alas era anunciada com uma grande faixa trazendo o nome de um eixo da plataforma política. Dentro da ala, várias outras faixas eram apresentadas

com dizeres que expressavam desejos, reivindicações e denúncias, desde as que acusavam as consequências nefastas da exploração capitalista, do preconceito racial e do desrespeito à liberdade sexual — “Capitalismo, racismo e homofobia matam” — até aquelas que denunciavam a ausência de algum direito, como a terra e o território.

Havia faixas de todas as cores e de todos os tipos: de plástico, lona, renda, retalhos de tecido, chitas, pintadas, bordadas, enfeitadas com fuxico e em renda filé. Assim também eram os estandartes e os painéis. Alguns deles traziam as imagens de mulheres lideranças camponesas, como Maria da Penha¹⁹⁸, Elizabeth Teixeira e Margarida Alves, recriando, na medida em que as reapresentavam, o tempo-espaço vivido. Posto que, por meio das imagens, as lembranças são acesadas, trazendo a presença dessas mulheres e através delas suas histórias de vida e experiências cotidianas. A Marcha, assim, convertia-se em um lugar de memória (Souza; Ciccarone, 2014), que era evocada e transmitida.

Os rostos dessas líderes, estampados em estandartes e em enormes tecidos, produziam efeitos simbólicos. Expostas entre sons, cantos e danças, essas imagens contribuíam na montagem expressiva de narrativas visuais sobre a vida dessas líderes ali engrandecidas e exaltadas. As imagens de Margarida Alves se faziam mais presentes. Uma, particularmente, chamava atenção. Impressa num tecido enorme e levado por dezenas de mulheres, produzia pelo impacto visual a sensação de que ela estava presente entre as mulheres e acompanhava toda a caminhada. A forma como ocorreu a sua morte transformou-a numa mártir da luta contra as injustiças sociais e, nesse sentido, é sempre apropriada pelas lideranças como um símbolo de coragem e força. Seu nome e sua imagem, sempre lembrados nos encontros e reuniões, estavam ali, presentes na caminhada e em todo o ato público.

De certa forma, a caminhada acaba sendo também uma narrativa ritual sobre Margarida Alves, um momento de lembrar o seu assassinato. A sua apropriação simbólica pode ser pensada como uma estratégia na construção de identificação do grupo (Souza; Ciccarone, 2014). Não à toa, a Marcha sempre acontece em agosto, mês em que ocorreu a sua morte.

198 Maria da Penha Nascimento Silva foi uma grande liderança. Presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, perdeu a vida em abril de 1991 em um acidente de carro na estrada entre João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba. Junto com ela estava Elisabeth Souza-Lobo, professora da USP e da Unicamp, que também faleceu no acidente. O nome de Penha figurava nas listas dos ‘marcados pra morrer’ divulgadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Ao trazer à tona a memória de Margarida, a Marcha acaba cumprindo um papel importante na fabricação social da sindicalista. Em seu artigo, “Fabricação de mártires-encantados e suas apropriações por coletivos rurais e indígenas”, Souza e Ciccarone (2014) descrevem e traduzem o movimento de trânsito (incorporação) das almas dos ‘mártires da terra’, termo por eles utilizado para se referir a líderes de movimentos sociais mortos em conflitos de terra aos quais é atribuída a caracterização sagrada de doação da vida por uma causa coletiva. Esse trânsito, segundo os autores, “parece provocar uma trajetória do corpo individual ao coletivo, indicando uma possível fabricação da imagem do mártir, que (re)elabora a alma como agente mediador na luta” (Souza; Ciccarone, 2014, p. 34).

Durante as entrevistas que realizei, ao interpelar as minhas interlocutoras sobre o que as mobilizava ou sobre o que impulsionava as mulheres a participarem da Marcha, elas, recorrentemente, faziam referência a Margarida Alves, justificando a sua permanência na ‘luta’.

A gente sofreu a perda da Margarida [Alves], lá no nosso cantinho, lá longe, lá naqueles ventos mesmos dos oceanos, porque a Margarida foi assassinada por conta do direito, da luta pela terra, a nossa luta. Mas a gente tava ali, e no assassinato dela nós ficamos a noite toda na igreja de portas fechadas fazendo vigília, rezando. Então, a Margarida, pra mim, ela é tudo isso, ela é a renovação da trajetória, da luta, da afirmação do território, porque a gente sentiu o dia em que ela morreu. E as lágrimas... Elas fizeram brotar essa força pras mulheres, pra dar continuidade à luta. Eu sou uma ‘margarida’, porque eu penso que os manguezaís, eles também dão muitas margaridas, e não só os manguezaís como os castanhais, os açaiçais, os babaçuais, os seringais e toda a diversidade que se tem na floresta (Célia Regina, representante da CNS na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011).

A Marcha dá mais coragem pra gente enfrentar e fazer, não o que a Margarida fez, mas pra gente sempre ser uma ‘margarida’ no caminho desse movimento, porque o medo que a gente tinha acabou. A gente tem que enfrentar sem medo de ser feliz, porque a gente sabe que morreu uma ‘margarida’, mas que brotou tantas e tantas que a gente nem conta mais quantas ‘margaridas’ brotou com a morte da nossa Margarida, que não morreu, ela tá brotando sementes cada dia mais. E só em saber que a Margarida morreu por nós, quer dizer, por uma luta que é das trabalhadoras, isso motiva muito as mulheres. Vamos participar! Vamos lutar pra que não aconteça mais como a Margarida e não aconteça mais com a gente, e que a gente deve mostrar que nós estamos fortes e firmes. Não é porque foi tirada a vida de Margarida que a gente vai deixar de lutar (Maria Jucá, integrante do MMTR-SC, 2011).

A Marcha nasceu em cima dessa companheira que se foi, e essa companheira deixou essa semente pra gente hoje estar cultivando. Então, pra mim, a Marcha é isso: é uma luta que nós temos pela frente, e que vamos lutar pra alcançar esse objetivo. Porque a Margarida deixou essa semente, plantou. Então essa semente tem que germinar. Eu me considero, sim, uma ‘margarida’, me considero Margarida, Penha, me considero todas aquelas mulheres que deram sua vida pelo bem-estar de outras mulheres (Dona Moça, quebradeira de coco babaçu, representante do MIQCB na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2011).

Eu estava assistindo com as mulheres da comunidade o vídeo de chamada para Marcha e, quando elas viram no vídeo uma imagem da Margarida Alves viva, elas perguntaram: “Aquele lá que apareceu era a Margarida? Aquele que aparece falando?”. Então, quando a gente fala da história e elas entendem: “Nossa, então a Marcha das Margaridas não é só porque as mulheres são umas flores não”! Essa descoberta é muito legal, e isso tem um sentido muito grande, porque elas começam a perceber então que as ‘margaridas’ são todas as mulheres lutadoras, e aí elas conseguem se ver na Marcha, é isso que é o mais legal. Porque a Marcha tem um motivo, que é a articulação das mulheres, mas a imagem de Margarida na luta, de ter perdido a vida, isso tem motivado muito as mulheres. A Marcha é para todas as mulheres que lutam, que defendem a terra, que defendem a vida. Eu vejo muito isso, e as mulheres valorizam muito isso. Eu vou nas comunidades, eu vejo o cartaz da primeira Marcha, de 2000, e está lá na parede assim, como se fosse colocado numa moldura. É o estado de pertencimento da Marcha. “Eu fui pra Marcha”, “eu tenho uma foto que eu fui pra Marcha”, ou “eu tenho o material da Marcha”, tem umas coisas assim muito fortes! (Euci Ana, secretária de mulheres, FETAGRI-PA, 2011).

Apresentei aqui alguns trechos das falas de mulheres de diferentes movimentos. Elas, de maneiras diversas, fizeram referência a Margarida Alves ao falar do sofrimento, da luta por estarem envolvidas em projetos coletivos de vida, de modo que a luta por direitos acaba se traduzindo no direito à vida. É possível observar que essas narrativas sobre Margarida, morta em decorrência de conflitos com usineiros, envolvendo direitos trabalhistas, assumem “potencialidades agenciadas”, no sentido empregado por Souza e Ciccarone (2014, p. 34), ao inscreverem a sua presença nas práticas e estratégias no interior da organização de mulheres. Elas não apenas constroem novos sentidos para a morte — ressignificada pela Marcha, ao demonstrar as conexões entre as lutas cotidianas por direitos e reconhecimento (Souza; Ciccarone, 2014) —, como, através delas, Margarida é ativada e se constitui como sujeito, como tendo agência (Viveiros de Castro, 2002).

Nesse sentido, a imagem da líder assassinada não está ali apenas como ícone da luta, mas como agenciadora da própria Marcha, tornando-se sinal de resistência e continuidade da luta. Para além de meras ilustrações, as imagens de Margarida carregam uma força discursiva como “narrativas capazes de (re)criar o mundo, na medida em que agenciam novos atores em suas ‘lutas’” (Souza; Ciccarone, 2014, p. 43). De modo que a morte não aparece como ponto final, mas é ressignificada, traduz-se na reinvenção da vida que brota em inúmeras ‘margaridas’ para dar continuidade à luta. Como ‘imagem-memória’, Margarida Alves transita pelos tempos e passa a atualizar continuamente os significados e sentidos para a luta das mulheres (Souza; Ciccarone, 2014). Do ponto de vista da sua eficácia, ao articular percepções e classificações, torna-se algo capaz de impelir e organizar a ação e a experiência humana (Turner, 2005).

Além das imagens de líderes estampadas em tecidos, painéis e estandartes, e das faixas já mencionadas, havia outras que atestavam a presença de categorias de trabalhadoras como comerciárias, bancárias, educadoras, rodoviárias, trabalhadoras das indústrias químicas e funcionárias públicas. As faixas faziam referência não só à categoria, mas ao estado e ao município do sindicato ao qual eram filiadas. E, normalmente, apresentavam alguma reivindicação própria da categoria. Por exemplo, uma faixa carregada por bancárias trazia impressa a frase “Pela igualdade de oportunidades. Exigimos a contratação de negros e negras nos bancos!”.

As bandeiras, detentoras que são de um forte simbolismo nos movimentos sociais do campo, de um modo geral, ao serem carregadas pelas mulheres, davam visibilidade à presença dos vários movimentos e organizações na Marcha, e expressavam a sua identificação e o seu vínculo com eles¹⁹⁹. Assim como o número de participantes, a bandeira também é um componente de linguagem revelador, por comunicar um coeficiente de adesão a um ou outro movimento, a uma ou outra organização. Tal comunicação se realizava pelo efeito de impacto visual que elas provocavam através das suas cores, demarcando territórios. Assim, o vermelho indicava a presença da CUT; o branco, da CTB; as cores verde e branco representavam a CONTAG; e o lilás (bordas) com branco (meio), a Marcha das Margaridas. Esta última, aliás, predominava em meio ao colorido da Marcha. Em menor número, viam-se as bandeiras rosa choque em tom claro, das mulheres do

199 O tamanho das bandeiras (em metros) foi um aspecto discutido durante as reuniões da Coordenação Ampliada, algo que já havia gerado um certo conflito em marchas anteriores. Existia a queixa de que bandeiras muito grandes tiram a visibilidade das bandeiras menores, então se sentiu a necessidade de padronizar o tamanho.

MMTR-NE, e as roxas, da MMM. Aqui e acolá avistavam-se mulheres carregando as bandeiras dos seus estados. Destaque para a de Pernambuco, que, estampada num enorme tecido, era carregada na horizontal por dezenas de pernambucanas, ocupando um espaço imenso em meio às marchantes.

As cores das camisetas também identificavam o vínculo de quem as estava vestindo com organizações e movimentos parceiros da Marcha, ou com ela própria²⁰⁰. Formando um colorido mosaico humano, de longe era possível identificar os espaços pintados de alaranjado pelas mulheres vinculadas à Marcha Mundial; de roxo (ou vermelho) por aquelas ligadas à CUT; de rosa choque, pelas mulheres do MMTR-NE; de branco, pelas da CTB; e, misturando-se a todos eles, predominava a cor lilás²⁰¹, pintada no corpo das mulheres que marchavam vestindo a camiseta da própria Marcha das Margaridas.

O uso do chapéu de palha, adotado na primeira Marcha como símbolo da luta das trabalhadoras rurais, tornou-se a marca das Marchas das Margaridas, ganhando, a cada realização, novas variações e novos adereços. Neles, a criatividade das mulheres transborda. Chapéus das mais variadas palhas, de fibra, de couro, de nylon, de tecido, de croché, pintados ou decorados com flores, fitas, rendas,

200 Assim como o tamanho das bandeiras, lembro-me de que as cores das camisetas também foram motivo de discussão em reunião da Coordenação Ampliada da Marcha. Carmen Foro sugeriu que todas as mulheres, independentemente dos movimentos e organizações aos quais estivessem vinculadas, adotassem a cor lilás, identificada com o feminismo, para significar a unidade das mulheres. Ilda Margarida, representante do MMTR-NE, logo se contrapôs, dizendo que as mulheres do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste marchariam vestidas com a cor do movimento, rosa choque. Ilda argumentou que a caminhada deveria expressar, através das cores, a diversidade existente entre as mulheres, algo considerado como uma marca da Marcha: acolher as diversidades. À fala de Ilda se seguiu a de Graça, coordenadora de mulheres trabalhadoras rurais da FETAESC, que afirmou que no seu estado já havia sido decidida a cor das camisetas, e que as mulheres caminhariam de verde (a cor da CONTAG) e de boné branco. A cor branca em detalhes lilás, de um modo geral, identificava o vínculo das mulheres ou das organizações que as representavam com a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). À intervenção de Graça seguiram-se outras e, ao final, ficou definido que seria respeitada a diversidade de todos os movimentos, mas as cores prioritárias seriam o lilás e o roxo.

201 Dando uma olhada nos registros fotográficos e imagens das Marchas anteriores, desde a de 2000, é possível perceber uma passagem progressiva do predomínio da cor verde — que simboliza o movimento sindical representado pela CONTAG e, nesse sentido, é identificada com a categoria ‘mulheres trabalhadoras rurais’ — para a cor lilás, simbolizando o feminismo. Essa era uma forma de comunicar, por um lado, que ‘mulheres do campo e da floresta’ abarcava não apenas mulheres identificadas com aquela categoria, mas uma diversidade de tantas outras, sob a bandeira do feminismo; e, por outro, procurava demonstrar uma certa autonomia da Marcha em relação à estrutura sindical, como se ela extrapolasse os seus limites.

fluxos, chita, combinando cores e formas variadas e adornando as cabeças das ‘margaridas’ marchantes. Em meio a eles, bonés, bandanas, cocares, turbantes, perucas e boinas coloridas. O que a gente via era um conjugado de força, ternura, criatividade e graça.

Em cada ala, havia pelo menos um grupo de mulheres manipulando instrumentos musicais, utilizando a voz e o corpo como formas de expressão e de criação. As jovens dos Tambores de Safo se posicionaram em uma ala; as da batucada feminista da MMM em outra. As mulheres do Maranhão, com suas saias de carimbó e tambor de crioula, dançavam ao som dos tambores do grupo que as acompanhava. Um grupo de senhoras da região Nordeste embalava as outras mulheres em ritmo de forró, com triângulos e maracás. Marchantes do Centro-Oeste tiravam som de materiais de sucata — metálicos, como latas, ou não metálicos, como recipientes plásticos. As Loucas de Pedra Lilás mostravam toda a sua irreverência à frente da ala “Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência”. Também havia alas mais, digamos assim, ‘sisudas’, nas quais as mulheres apenas caminhavam carregando suas faixas e bandeiras quase no ritmo de uma marcha propriamente dita.

Bonecas gigantes em papel machê com vestidos de chita ganhavam vida, e margaridas enormes feitas de papelão floresciam no meio de uma multidão em que até pernas de pau marchavam. Rostos pintados nas mais variadas cores, muitos dos quais trazendo uma margarida, misturavam-se aos rostos de mulheres brancas, pretas, quilombolas, indígenas, sertanejas e caiçaras, cujos traços (e expressões corporais) revelavam tratar-se de sujeitos de distintas origens e me fizeram lembrar da proposição de Paul Little (2002), para quem grupos específicos portam “saberes ambientais, ideologias e identidades, coletivamente criados e historicamente situados” (*ibidem*, p. 4) que configuram a sua cosmografia²⁰² e incluem também “seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantêm com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, e o uso social que dá ao território e às formas de defesa dele” (*ibidem*). As marchantes estavam ali a defender também um espaço próprio de vida.

202 Considerando que a territorialidade humana tem uma multiplicidade de expressões, produzindo um leque muito amplo de tipos de territórios que apresentam particularidades socioculturais, Paul Little utiliza-se da abordagem etnográfica para efetuar uma análise antropológica a fim de entender as formas específicas dessa diversidade de territórios. Nessa perspectiva, ele emprega o conceito de cosmografia, objetivando compreender a relação particular que um grupo social mantém com o seu respectivo território.

O enredo como elemento expressivo da Marcha é dado pelo seu lema, que sustenta e dá sentido aos eixos apresentados pelas alas, que, por sua vez, conectam formas de expressões de situações vivenciadas no campo e na floresta, como a violência, os conflitos por terra e territórios, os impactos da presença do agronegócio, a privatização de bens comuns (água e territórios extrativistas, por exemplo) e as desigualdades de gênero no acesso às políticas públicas. Nesse sentido, o lema da Marcha é elaboração social de uma narrativa e encena um drama social.

Tais formas de expressão utilizavam-se de uma linguagem plástica e visual de vestimentas, adereços e alegorias — aspectos bastante valorizados, imprimindo à Marcha algo dinâmico, dado pela relação entre contraste e harmonia, e desvelando uma dimensão artística na sua construção que, no conjunto, revelava uma estética bastante interessante. O que se observava nas ruas de Brasília era um misto de manifestação pública, bloco carnavalesco, aqueles desfiles que anunciam a chegada de algum evento em cidade do interior e passeata. A Marcha das Margaridas — estruturada em alas, comissão de frente, trios e marchinhas — poderia parecer muito distante daquilo que comumente se espera de uma manifestação pública, de uma ação política.

A sua maleabilidade e a sua criatividade, expressando-se em conteúdos diversos, mostravam que ali operava um mecanismo de bricolagem, tal como sugere Peirano (2003) a partir da leitura de Lévi-Strauss (1989). Os elementos trazidos pelas mulheres “faziam parte de um repertório usual” (Peirano, 2003, p. 49), que ali eram reinventados. Para Peirano (2003, p. 49), “a ideia de bricolagem vincula o ritual à criatividade e à originalidade — ao contrário do que diz o senso comum, que vê os ritos como rígidos e imutáveis — e, portanto, é favorável a mudanças e transformações”. Na Marcha, vários elementos se juntaram para a formação de um conjunto que, mesmo sem ser preconcebido na sua expressão, criava uma identificação, uma linguagem (partilhada pelas marchantes) que provocava um estado de sensações, anseios e desejos compartilhados, o que transbordava na alegria com que marchavam — mas com intencionalidade política.

E, quando tá naquele processo lá, que fica todo mundo... É uma delegação pra lá, é outra delegação pra cá, é uma emoção. No momento em que você faz aquela linha, que você se direciona para a caminhada, é uma emoção que você se arrepia. Dá vontade de chorar, você não sabe descrever o sentimento que você tem, porque você vê tantas mulheres unidas ali num só propósito, que é reivindicar, que é dizer e que é fazer parte dessa história pra mudar ela pra melhor (Josivânia, dirigente sindical, PE, 2011).

A Marcha, a caminhada, mexe muito mesmo. O sentimento que a gente sente dá vontade da gente chorar. A gente fica triste, fica alegre, porque a gente sabe que tá lá em busca de um mundo melhor, a gente sente isso, e a gente imagina: eu hoje tô aqui fazendo parte da história, história que os meus filhos no futuro vão falar. Quando vier o que nós tamos querendo, eles vão dizer: “Minha mãe também brigou por isso”. Assim, o sentimento dá muito isso na gente, a gente fica muito feliz (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

Eu me arrepio, me emociona olhar as mulheres marchando juntas, ver tantas mulheres naquela luta e saber que a gente já conseguiu bastante coisa com esse movimento. Não conseguimos tudo o que a gente quer ainda, mas a gente já conseguiu bastante coisa (Elenira, dirigente sindical, CE, 2011).

A primeira Marcha foi um desafio, uma grande expectativa, foi a realização de um sonho, onde eu vi que não era só eu que tinha o mesmo problema, vi que tinha várias mulheres com os mesmos problemas, pensamentos, objetivos, sofrimentos, e com a mesma busca. Quando a gente chega lá, a gente começa a ver que há uma necessidade de lutar muito maior do que a gente pensa. Ali, começamos a ver que há uma grande necessidade de lutar (Paula, dirigente sindical, PA, 2011).

Pra mim, a Marcha significa crescimento. Na Marcha eu me sinto grande, eu me descubro, percebo a força das mulheres, e elas têm tanta força! A força da fala... A fala de uma mulher é uma coisa que cala e provoca outras coisas, que é o poder, a descoberta do empoderamento; as mulheres se empoderam a partir da fala. A cada Marcha, a gente tem uma descoberta, é um negócio incrível que a gente não dá conta de descrever, é mais sentindo mesmo (Euci Ana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAGRI-PA, 2011).

Na Marcha, eu tive a certeza de que nós temos força, que a dor das mulheres... ela não é algo só minha. Quando eu vi tantas mulheres juntas, eu disse: “Vou somar, porque esse é o único caminho que a gente tem”. A Marcha tem essa coisa minha da força. Quando as mulheres botam o pé em Brasília, todas juntas comigo, é algo, assim, que a gente não dimensiona (Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, 2011).

É muito interessante a gente ver a multidão, isso que é bonito. Eu não consigo acompanhar nem uma procissão, mas a Marcha eu acompanhei na boa. E isso me fez muito feliz, e mais me incentiva e vai me incentivar

pra vir a outras. O povo gritando, dizendo palavras de ordem, isso mais me impactou: todas as mulheres juntas! É um sentimento de poder, de revolucionar, um sentimento de que a gente é capaz de fazer o que a gente quiser (Lúcia, MMTR-NE, 2011).

Quando eu vejo todas aquelas mulheres caminhando juntas, eu sonho, eu digo: “Quiçá sejam as mulheres que vão construir essa revolução!”. Elas vão se dando as mãos, sem perder suas características, mas mostrando a unidade, vão construir um outro mundo, porque é possível a gente fazer no conjunto, no coletivo (Célia Regina, CNS, 2011).

A estética que a caminhada apresentava era a forma de expressão que completava a experiência vivida durante todo o processo de construção da Marcha das Margaridas, uma performance no sentido aludido por Turner, que evocava “com força as dimensões coletivas do vivido” (Dawsey, 2013, p. 383). Um momento liminar, capaz de “suscitar experiências de *communitas*” (*ibidem*, p. 380) e unificar vários grupos sociais ali representados, marcados por conflitos e tensões das mais diversas origens (Turner, 2008; 1974; Dawsey, 2013)²⁰³. Ali, as diferenças mostravam-se “capazes de se misturar” (Augé, 1997) — dando sentido à afirmação ‘somos todas margaridas’ — e, por intermédio dos corpos e das vozes, desvelavam aquilo que era silenciado na vida cotidiana.

O maior efeito da Marcha é ela própria conseguir ser reconhecida como a Marcha das mulheres do campo e da floresta, das quilombolas, das ciganas, das mulheres das comunidades de fundo de pasto, das caiçaras, enfim, são tantas mulheres com seus jeitos... Aquelas companheiras que são das comunidades de terreiro com suas roupas lindas e maravilhosas, que coisa bonita! Então isso causa impacto (Célia Regina, CNS, 2011).

203 No seu artigo “*The anthropology of performance*”, Victor Turner (1987) se declara adepto da tradição epistemológica que destaca o que Wilhelm Dilthey chama de “experiência vivida” (*Erlebnis*), a qual diz respeito ao indivíduo como ser social, participante de uma experiência coletiva (Dawsey, 2013). É por essa dimensão coletiva da experiência que Turner se interessa: “Para Dilthey experiência é um sistema multifacetado contudo coerente, uma vez dependente da interação e interpenetração da cognição, do afeto e da vontade. Ela é composta não apenas das nossas observações e reações, mas também da sabedoria acumulada (e não do conhecimento, que é cognitivo em essência) da humanidade, expresso não apenas nos costumes e na tradição, mas também em grandes obras de arte. Existe um corpo vivo e crescente de experiência, uma tradição de *communitas*, por assim dizer, que corporifica a resposta de toda a nossa mente coletiva para toda a nossa experiência coletiva. Adquirimos essa sabedoria não pelo pensamento abstrato solitário, mas pela participação imediata ou indireta através dos gêneros performativos em dramas socioculturais” (Turner, 1987, p. 84, tradução minha).

A gente vê como nós não estamos mais paradas. Nós, mulheres, não estamos paradas. É uma luta meio árdua, mas a gente tá vendo a organização que tá acontecendo no Brasil e em todo o mundo. Uma boa parte do povo se juntando pra estar lutando por um só objetivo, umas é por coco, outras é por terra. Um são quilombolas, outras índias, outras são ribeirinhas. Todo mundo tem a mesma luta, que é a melhoria de vida de cada um. A gente não tá distinguindo ninguém, tá juntando todo mundo pra estar lutando pela mesma coisa, pelo mesmo objetivo. Eu fico muito feliz em ver que a gente tá se juntando a outras pessoas, que estamos lutando pra ver as quebradeiras melhor, pra ver as trabalhadoras rurais melhor de vida, pra cobrar do governo nossos direitos que são esquecidos. Enfim, eu fico feliz e fiquei muito feliz em participar de tudo isso. A Marcha, pra mim, é um espaço de mulheres, de trabalhadoras, de luta. Margarida Alves deixou pra gente esse legado de luta, plantou essa semente pra que hoje a gente esteja cultivando. E essa semente tem que germinar, e tem que germinar por nós, mulheres! E ‘margaridas’ somos todas nós, mulheres que buscam fazer essa semente germinar (Dona Moça, MIQCB, 2011).

Viver coletivamente a experiência da caminhada resulta também, de acordo com as falas, num sentimento de força. Então, a Marcha, ao se constituir performativamente numa ação política, é prática produtiva de poder, ao mesmo tempo que o comunica simbolicamente, mediante a combinação de comportamentos verbais e não verbais (Tambiah, 1968). Um poder que se produz e se expressa a um só tempo pelo uso da fala, pela utilização de imagens visuais e registros sonoros, e pelo uso do corpo em toda a sua fisicalidade, mentalidade e espiritualidade, em um espaço relacional onde a dualidade corpo/mente desaparece (Brah, 2011).

“A Marcha inteira comunicava”, frase utilizada por Chaves (2000, p. 71) para se referir à Marcha Nacional dos Sem-Terra, pode perfeitamente ser reproduzida no caso da Marcha das Margaridas. Era impossível ser indiferente. Ao comunicar, ela propiciava o envolvimento e a interação com os ‘outros’, ela implicava ‘outros’ (Baumann, 1992). Nas vias públicas de Brasília, a Marcha dizia os seus motivos, objetivos e propósitos, sob os olhares atentos de transeuntes, motoristas impacientes, observadores curiosos, enfim, do público, que, na maioria das vezes, aclamava a passagem com gestos, palavras, gritos e sorrisos, ou, ainda, movimentando o corpo para acompanhar o ritmo que embalava a caminhada. Penduradas nos viadutos, faixas saudavam e davam as boas-vindas às ‘margaridas’. Pode-se dizer, seguindo o rastro de Chaves (2000, p. 71), que, ao promover tamanha interação, a Marcha se constituía em “um ato de fala coletivo”, um enunciado coletivo que,

em um contexto de ampla interação comunicativa, dava a conhecer ao público espectador a sua enunciadora: eram todas ‘margaridas’!

Se a Marcha em si comunicava, ela própria era comunicada. Durante toda a caminhada, e mesmo durante os atos e ações nela implicados, era visível a presença de jornalistas, fotógrafos e operadores de câmera.

Como mencionei anteriormente, havia uma equipe de comunicação especificamente para tratar da Marcha das Margaridas, com a finalidade de lhe dar mais ressonância. Existia a preocupação em ampliar ao máximo a sua visibilidade. A equipe era composta por três dirigentes da CONTAG, incluindo Carmen Foro; seis assessores; três jornalistas; e uma publicitária. De início, os dirigentes esboçaram uma proposta, a partir da qual foi elaborado um plano de comunicação que continha uma amostra do conjunto das ações concebidas para divulgar a Marcha tanto internamente, ao movimento sindical²⁰⁴, quanto em âmbito externo, no sentido de tornar públicas as etapas do evento. O plano reconhecia essa comunicação como um “instrumento estratégico e fundamental na luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais”, visando à “democratização da informação”. A seguir, com base no plano e no relatório apresentado posteriormente, descrevo como se desenvolveram as referidas ações.

A proposta apresentada correspondeu ao período de julho a agosto de 2011 e envolveu a cobertura de mídias externas e internas (Sistema CONTAG/FETAGs de Comunicação). Para isso, propunha-se à articulação e ao envio sistemático de pautas e releases às redações de mídias impressas e eletrônicas locais, estaduais e nacionais (priorizava colonistas dos principais veículos de comunicação). Atendiam-se às demandas dos vários jornalistas, além da publicação de matérias no site da CONTAG, potencializando a difusão de cada uma das etapas da Marcha. Fazia-se também o agendamento e o acompanhamento das entrevistas de Carmen Foro²⁰⁵ e de outros dirigentes da CONTAG.

204 Em relação à comunicação interna do movimento sindical, as FETAGs de todos os estados foram contatadas e receberam sistematicamente materiais informativos sobre a Marcha. Os seus sites veicularam as matérias da página da CONTAG e fizeram produções independentes. Para isso, foi necessário construir um diálogo fluido entre a assessoria da Marcha e os(as) assessores(as) das FETAGs, de modo que as demandas fossem atendidas. Além disso, os atos regionais tiveram cobertura da imprensa, fruto da parceria entre a assessoria de imprensa da CONTAG e as assessorias dos estados. Toda clipagem era compartilhada com assessores e diretores da CONTAG.

205 Carmen era constantemente assediada para dar entrevistas, e ao concedê-las, sempre procurava expressar os propósitos políticos da Marcha, publicizando o seu caráter político para além do objetivo de marchar em Brasília.

Considerando a possibilidade de uma reação negativa da população do Centro de Brasília em virtude de transtornos — engarrafamento, barulho, lixo —, havia a preocupação de que se produzissem spots para rádio, VTs no DF TV, anúncios ou mesmo outbus e taxidoors a fim de que a população suportasse a presença de cem mil mulheres em Brasília durante dois dias.

A equipe elaborou releases para a imprensa que continham a pauta de proposições e reivindicações apresentada no Planalto; cases pautados nos sete eixos temáticos; informações sobre a preparação da Marcha nos estados e os atos políticos previstos para a saída e no trajeto das mulheres em direção a Brasília, até a chegada das delegações na Cidade das Margaridas; factuais locais e nacionais; cobertura das negociações da pauta da Marcha com o governo, da Mostra Nacional da Produção das Margaridas, dos painéis de debates sobre os eixos temáticos, dos lançamentos da Campanha Contra Agrotóxicos e do PL de Iniciativa Popular para a Reforma Política, da Sessão Solene no Congresso Nacional, da exposição fotográfica no Hall da Taquigrafia, da abertura da Marcha, do lançamento do CD “Canto das Margaridas”, do show de Margareth Menezes, da caminhada à Esplanada dos Ministérios, e, por fim, do pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff na Cidade das Margaridas.

Além dos jornais de Brasília (Correio Braziliense e Jornal de Brasília) e de repercussão nacional — como o Estado de São Paulo, o Jornal do Brasil e o Correio do Brasil —, dezessete jornais impressos noticiaram a Marcha. Também as revistas Carta Capital, Veja, Isto é Dinheiro, Exame, Caras e Caros Amigos. Podiam-se ler notícias da Marcha nos sites do Governo Federal, principalmente nas páginas dos ministérios envolvidos; das entidades parceiras, nacionais e internacionais; de ONGs; da CUT; da CTB; e das federações de agricultores. Assim como em outros sites e blogs: Clic RBS, Folha.com, Brasil Portais, Notibras, Pantanal News, Aqui Sudeste, Paraná Online, Portogente, Amazonas em Tempo, Calila Notícias, Plenário Notícias, Agora MS, Mundo Sindical, DCI, Rede Brasil Atual, 24 Horas News, Blog do Planalto, Destak, Jario Web, Alagoas 24 horas, EM.com (Estado de Minas), Blog Amazonidas, Pernambuco.com, Coletivo.com, Pantanal News, Página Rural, Blog do Cobra, Click Paraíba, Linha Direta, Rondônia Dinâmica, Coletivo Mais Comunidade, Imirante.com, Blog do Edson, Rondonotícias, Infonet, Paraíba.com, Blog do Caramuru, Vila Mulher, Jornal Nova Fronteira, Blog Biritinga, Bom Dia Sorocaba, Conexão Tocantins, Mais Brasília.com, Notícias Já, Barriga Verde, Coisas de Maceió, Acesse Piauí, Ykom.com, MSN, Estadão, Brasília em Dia, NE 10 (Sistema Jornal do Comércio), Mídia Max, MS notícias, Top News, 24 Horas News, JP News, Click Sergipe, Piripipi 40 graus, Infonet, Painel Popular, Paraíba.com,

Meio Rural, Destaque Rondônia, Tudo Global, Blog Mídia Crucis e outros. Havia uma preocupação de estabelecer diálogos com blogueiros e formadores de opinião comprometidos com feminismo, questões sociais, direitos humanos e agroecologia.

A Marcha foi notícia também em algumas agências de notícias, como Agência Brasil, Agência Estado, Agência Folha, Agência Câmara, Agência Senado, UITA, Ibero América Brasil, Agência Jornal Floripa, Agência Notícias do Acre e agências internacionais; e nos portais UOL, Terra, R7 (Record), GL, IG, G1, Stylo, Globo Nordeste, Minas Livre, 180 Graus, O Dia e Sul 21. Na televisão, foi veiculada por NBR, TV Brasil, SBT, Record, TV Globo/Globo Rural, Globo News, Mix TV, Jornal Nacional, TV Canção Nova, RBS/Programa Campo e Lavoura, Rede Amazônia/Programa Momento Amazônia (Globo Norte), um total de 44 matérias.

Nas rádios, a Marcha foi divulgada pelos seguintes veículos: Rede Abraço, Rádio Nacional AM e FM (EBC), Jornal do Comércio, Jovem Pan, CBN, Band News, Rádios Dia-a-Dia, Rádio Fandango, Goiás Agora, Grande Rio FM, Aquiraz Rádio online, Radioagência Nacional e Planeta 97 FM, em um total de 36 matérias.

Por serem consideradas importantes ferramentas de comunicação ‘de todos pra todos’, as mídias sociais Facebook e Twitter foram utilizadas para a divulgação de conteúdos que foram ‘compartilhados ao infinito’. Uma profissional ficou responsável pela alimentação dessas redes.

Foi criada uma página no Facebook²⁰⁶ na qual mensagens sobre a Marcha eram postadas diariamente, bem como notas informativas e álbuns de fotos. Os seguidores mantinham constante e positiva interação, enviando comentários e compartilhando informações. Com o investimento feito através do Facebook, em um mês o número de membros da página saltou de trinta para 798. De 24 de julho a 24 de agosto de 2011, as publicações haviam sido visualizadas por 164.588 pessoas e 2.345 pessoas haviam curtido ou comentado as postagens. Embora a maioria dos membros fosse do Brasil e da América Latina (Uruguai, Argentina, Equador, Chile, Bolívia, Costa Rica, México, Colômbia e Peru), pessoas de outros continentes também visitaram a página (Estados Unidos, França, Canadá, Portugal, Espanha, Suíça, Dinamarca, Noruega e Itália).

O perfil no Twitter @MarchaMargarida, no período de 3 a 26 de agosto de 2011, passou de 0 para 537 *followers*. Foram publicados, em média, dezoito posts por dia, e possibilitava-se o retuíte das mensagens pelos seguidores, que, ao mencionarem o perfil, produziam um efeito multiplicador incrível. Os principais eram: Incra,

206 Cf. <https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas>.

Fórum Feminista (Barcelona), Militância do PT, PT na Câmara, Folha de São Paulo, Blogueiras Feministas, Marcha das Mulheres, Juventude CUT Brasil, Ciudad de Mujeres (Espanha), TV NBR, A Voz do Brasil, e Melania Foundation (Holanda).

Elaborou-se uma documentação fotográfica e um documentário, cuja pauta de construção seguiu basicamente aquela expressada nos releases. As fotos compuseram um banco de imagens e foram utilizadas para incrementar a divulgação. Além disso, a partir delas, foi produzido e publicado um livro, documentando em fotos a Marcha das Margaridas 2011²⁰⁷.

Utilizando-se da ferramenta Alertas do Google, a equipe de comunicação da Marcha analisou a repercussão do evento nos meios de comunicação. Segundo a equipe, do ponto de vista da mídia comercial, a amostragem obtida revelou 205 inserções enfocando a proposta da Marcha, suas reivindicações e sua dimensão. Dos aspectos negativos, aproximadamente 10% da amostra mencionava o trânsito lento de Brasília e o lixo deixado no Parque da Cidade. A mídia social, por sua vez, apresentou em torno de 166 inserções, com enfoque 100% positivo. Em relação à mídia governamental, foram observadas, mais ou menos, 38 inserções²⁰⁸.

Além de tudo isso, foi elaborada uma carta assinada pela CONTAG e pelas organizações parceiras da Marcha endereçada à sociedade e divulgada na imprensa (durante a Marcha, a carta foi distribuída às participantes e aos populares nas ruas). Abaixo, apresento o conteúdo dessa carta.

De fato, a caminhada e o ato de encerramento receberam intensa cobertura jornalística. Ao ser notícia divulgada por variados meios (multimídias), a Marcha ganhou expressiva notoriedade. No caso, o seu sujeito político também era comunicado, exposto e exibido como mulheres do campo e da floresta.

207 Para a equipe de fotografia, além do fotógrafo da CONTAG (César Ramos), foram contratados os serviços das fotógrafas Regina Santos, Cláudia Ferreira e Isabela Lyrio. Já a equipe de vídeo/documentário foi dirigida pelo cineasta Silvio Tendler. A ideia inicial era que fosse produzido um documentário longa-metragem sobre a trajetória de lutas das mulheres trabalhadoras rurais. As filmagens iniciaram-se antes da realização da Marcha em Brasília e foram finalizadas, nos estados, posteriormente. Desse material, captado em vídeo digital antes e durante a Marcha, seria editado um curta de dez minutos. As filmagens chegaram a ser feitas, porém o filme não foi finalizado.

208 A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) transmitiu, em cobertura intensa, a Marcha pela TV NBR, pela Rádio Nacional e pela Agência Brasil.

CARTA DA MARCHA DAS MARGARIDAS

Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Liberdade e Igualdade. Com este lema, Marcha das Margaridas está de volta a Brasília, neste mês de agosto, 16 e 17, realizando um conjunto de atividades — mostra da produção das margaridas, e atividades formativas como conferências, painéis, oficinas, debates e apresentações culturais e manifestações públicas.

Durante vários meses, mulheres de todo o país trabalharam na construção da Marcha das Margaridas debatendo sua plataforma política e pautas de reivindicações, mobilizando de diversas maneiras as condições financeiras para chegarem até Brasília.

A Marcha das Margaridas, assim denominada em homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em agosto de 1983, representa a um só tempo, um legado e uma homenagem. Margarida vive nas mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, que não só reproduzem seu compromisso e luta, como o ampliam e fortalecem com sua crescente capacidade política de proposição e negociação de políticas para um Brasil sem miséria, com justiça e igualdade.

Cerca de 100.000 mulheres de todas as regiões do país, de todas as raças, etnias e gerações, mobilizadas por mais de 4000 STTRs — Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura, centrais sindicais, movimentos feministas e de mulheres estão na Capital Federal. Trazem a expectativa de terem respostas positivas à sua pauta de reivindicações, entregue ao Governo Federal no mês de julho. Entre as ações e atividades previstas para esses dias, estão a participação em Sessão Solene e a realização de ato contra a violência no campo no Congresso Nacional. Dessa forma, as mulheres do campo e da floresta demonstram a dimensão da sua intervenção política para o enfrentamento dos grandes desafios da atualidade, para que se realize cidadania plena, com justiça e igualdade. Nessa perspectiva, pretendem também apresentar sua pauta ao Poder Judiciário.

A Marcha das Margaridas 2011 reafirma a necessária realização de uma Reforma Agrária ampla e massiva como condição primeira para vencer a miséria, transformar efetivamente a realidade econômica e social e construir um país justo, soberano, democrático e sustentável. Essa necessidade é imperiosa para as mulheres, que representam 47,9% da população do campo e da floresta, dentre as quais predomina a pobreza e a permanência em acampamentos espalhados por todo o país. As mulheres do campo e da floresta compreendem que não há desenvolvimento sustentável,

justiça, autonomia, igualdade e liberdade no país enquanto predominar o modelo de desenvolvimento dominante, excludente, concentrador da terra e da renda, representado pelo agronegócio. Esse modelo expande as monoculturas, destrói a biodiversidade e o meio ambiente, compromete a agricultura familiar, reproduz a violência, gera empobrecimento e miséria no país. A questão agrária no Brasil é fonte permanente de violência no campo e na floresta e exige um conjunto de medidas por parte do Estado para limitar o tamanho da propriedade da terra; atualizar os índices de produtividade da terra; punir o latifúndio e as áreas improdutivas que degradam o meio ambiente, não cumprem os direitos trabalhistas e praticam o trabalho escravo.

A Marcha das Margaridas defende as águas como bem essencial à vida e direito universal, disponível para o consumo humano e produção de alimentos em quantidade e qualidade necessárias. Essa perspectiva é incompatível com os grandes projetos que fortalecem o hidronegócio e a mercantilização da vida. São 2011 razões para marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Liberdade e Igualdade. Dentre essas razões, está a proteção à Biodiversidade e ao meio ambiente, à autonomia e ao direito dos povos de defenderem sua cultura alimentar e garantir políticas de desenvolvimento que estimulem e protejam a produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, seriamente ameaçados pelas grandes corporações do sistema agroalimentar com as monoculturas e o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.

A Marcha das Margaridas vem denunciar as condições de vulnerabilidade social das trabalhadoras do campo e da floresta que vivem em situação de violência, não tem autonomia econômica e sequer autonomia sobre o seu próprio corpo. Na perspectiva de superar essas condições, propõem políticas públicas que possam se efetivar para que tenham seus direitos respeitados e alcancem cidadania plena. A violência exige um amplo compromisso social para que seja combatida em todas as suas formas de manifestação. Não é possível silenciar diante do preconceito e da violência que atingem mulheres, jovens e meninas. A discriminação racial e a homofobia não podem ser toleradas em uma sociedade que se quer justa, que preconiza a liberdade e a democracia.

A MARCHA DAS MARGARIDAS acredita que outro país é possível, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade, se as mulheres também estiverem fortalecidas em suas condições de participação política. É preciso integrar os espaços de poder e representação política, condição fundamental para fazer avançar a democracia e superar as desigualdades na sociedade brasileira.

O ato público

A Marcha foi coroada com um ato público na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Congresso Nacional. O primeiro carro de som estacionou e as mulheres começaram a se aglomerar na Praça dos Três Poderes. Aos poucos, os outros carros de som se aproximavam, um a um, trazendo com eles cada vez mais mulheres. A passos lentos, já demonstrando cansaço pela longa caminhada, chegavam outras tantas acompanhando as últimas alas, que, como as anteriores, se desfaziam. As marchantes, protagonistas da Marcha das Margaridas, se transformavam agora em público do ato.

As mulheres espalharam-se pelas imediações, disputando qualquer espaço onde houvesse sombra. Algumas se cobriam com bandeiras e com os próprios chapéus, que as protegiam do forte sol. Tendo o gramado por assento, muitas, em silêncio, procuravam refazer as forças, outras se agrupavam em torno dos tambores. A maioria permanecia em pé, concentrando-se, junto com seus pares, em frente ao carro de som principal, que doravante serviria de palanque para lideranças de movimentos sindicais, organizações feministas e parlamentares, pessoas que direta ou indiretamente se colocavam ao lado daquelas mulheres. Elas aguardavam o início do ato.

As animadoras, intercalando-se no microfone, cumpriam a sua tarefa, encorajando com entusiasmo as marchantes, tentando concentrar a sua atenção. O “Canto das Margaridas”, intercalado com ‘vivas’ e palavras de ordem, repercutia na multidão. Enquanto se aguardava a chegada das outras participantes, do alto do trio, palavras eram dirigidas à sociedade em geral, representada ali pelos olhares curiosos do público, que se aproximava para saber do que se tratava aquela aglomeração. Muitas pessoas vieram apenas participar do ato de encerramento da Marcha. De cá de baixo, elas ouviam as animadoras dizerem por que aquelas mulheres estavam ali, o que queriam e o que significava a Marcha, cujos temas eram sempre repetidos. Em outros momentos, os ‘ditos’ eram direcionados ao Congresso Nacional, como se anunciasse a chegada das ‘margaridas’.

Lá no alto, o espaço que servia de palanque passava a ser cada vez mais disputado. Além dos diretores e assessores da CONTAG, havia representantes de movimentos e organizações parceiras ou apoiadoras da Marcha que lá permaneciam. Aos poucos, iam chegando parlamentares, trazendo também a sua assessoria ou algum acompanhante. Com exceção destes, para subir no carro de som era necessário apresentar o crachá de identificação, cujo portador poderia ser da equipe de organização ou da imprensa. Fotógrafos, repórteres e cinegrafistas também

disputavam espaço no palanque. Nas proximidades das escadas que davam acesso à plataforma superior, rapidamente se estabeleceu um tumulto. Muitas pessoas queriam subir e manifestavam o seu desejo utilizando variadas justificativas. Algumas desciam para que outras subissem, umas empurravam a fim de subir, outras se esforçavam para descer, de modo que, em muitos momentos, a passagem ficava completamente bloqueada. O pessoal da equipe de organização tentava desobstruir o trânsito impedindo a passagem ou liberando-a. Fundamentalmente, o palanque é o lugar da palavra (Chaves, 2008), e, sendo assim, deveria ser garantida a passagem de quem estava legitimamente autorizada(o) a usá-la.

Passados alguns minutos, as marchantes já acomodadas e concentradas, iniciou-se o ato propriamente dito. Raimundinha assumiu a coordenação do ato. Ela procurava mobilizar a atenção do público mantendo-o entusiasmado e também distribuía a concessão da palavra aos oradores.

Alberto Broch, à época presidente da CONTAG, procedeu à fala de abertura, na qual destacou as principais reivindicações das mulheres do campo e da floresta, desde a democratização dos recursos naturais, em defesa do agroextrativismo, da terra, da água e da floresta viva, até a importância de ter essas mulheres ocupando espaços de poder. Destacou, ainda, o poder de mobilização, visto que não se tratava apenas de entregar uma pauta de reivindicações ao governo, mas reconhecer a importância das mulheres para o desenvolvimento do país.

Fica uma lição de cidadania e a visibilidade às mulheres do campo, que têm dupla, triplas jornadas e produzem a cultura que esse país tem e queremos que preserve. Oxalá, essa luta chegue ao Congresso para que sejam aprovadas medidas importantes como a PEC do Trabalho Escravo e a reforma política para que mais mulheres possam ter espaço (Alberto Broch, 2011).

As representantes regionais da Comissão Nacional de Trabalhadoras Rurais (CNMTR) na Coordenação Ampliada da Marcha também fizeram uso da palavra. Elas denunciaram a concentração de terra no país — “a maior do mundo, o modelo de produção vigente no Brasil, que favorece as grandes propriedades, o latifúndio e destrói o meio ambiente e envenena a terra, a água e os alimentos, com o uso intensivo de agrotóxico”. Denunciaram, ainda, os grandes projetos, que têm expulsado as populações rurais, quilombolas e indígenas de suas terras, provocando um aumento no índice de violência e de prostituição. E se posicionaram em defesa da democratização da terra como medida fundamental para garantir os direitos dos povos do campo e da floresta e um “desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”.

Na sequência, foi a vez de Carmen Foro falar. ‘Face pública’ das mulheres do campo e da floresta — daquelas que ali estavam e de tantas outras que, mesmo anônimas, estavam ali representadas — e líder reconhecida por elas, Carmen ao se posicionar como porta-voz política, enfatizou o caráter da Marcha (de mobilização, organização, articulação, formação, denúncia, proposição e negociação) e denunciou as condições de vida das mulheres do campo e da floresta. Em seguida, anunciou as suas principais proposições e reivindicações para a construção de ações e políticas públicas que possibilitassem o alcance de um desenvolvimento sustentável para o país, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Ressaltou, também, a capacidade política e de mobilização de recursos financeiros que as mulheres demonstraram para chegarem a Brasília, e continuou:

Alguns perguntaram se eu achava que havia cem mil mulheres em Brasília. Eu disse que não, que tínhamos milhões, porque essas que vieram trouxeram na alma o desejo de transformação de todas aquelas que não puderam vir. Todas que foram assassinadas ressurgiram hoje, portanto, Margarida Alves vive entre nós para dizermos que queremos um país com desenvolvimento, mas que esse desenvolvimento seja social, econômico e também ambientalmente responsável (Carmen, 2011).

Em seguida, ela enfatizou os principais pontos contidos na carta distribuída à sociedade. Do manuscrito que pauta essa sua fala, retiramos os seguintes trechos:

Estão presentes neste ato diversos sujeitos políticos, mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, trabalhadoras da cidade, trabalhadoras domésticas, operárias, estudantes, professoras, militantes LGBT, como as companheiras dos movimentos de lésbicas, todas, unidas, na maior manifestação de mulheres da nossa história para, a um só tempo, denunciarmos todas as formas de discriminação e desigualdade, mas também, apresentar propostas aos dirigentes e políticos deste país, pois acreditamos que é possível transformar — fazer justiça, conquistar autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres, do contrário não podemos efetivamente realizar as transformações necessárias. [...] Abraçamos, mais uma vez, o desafio de construir uma pauta de reivindicações nacional para o Governo Federal, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário num amplo diálogo e respeito a toda diversidade cultural, racial, geracional e também econômica e política. Agricultoras familiares, assalariadas, assentadas, acampadas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, indígenas, mulheres guerreiras guardiãs da nossa biodiversidade, resistentes à força destruidora do latifúndio e do agronegócio [...]. Unidas, demos conteúdo

político ao nosso lema — Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Liberdade e Igualdade. Temos orgulho de termos uma plataforma política detalhada com nossas posições, com toda a clareza política sobre o tipo de sociedade que queremos construir (Carmen, 2011).

Fizeram uso do microfone representantes das duas centrais sindicais que compõem a Coordenação Ampliada da Marcha: a CUT, através da secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane Silva; e a CTB, que teve como interlocutor Adilson Araújo, presidente da central, que enfatizou elementos da conjuntura, da crise internacional do capitalismo e, diante dela, os desafios que se colocavam para o governo Dilma. Rosane, por sua vez, lembrou todo o processo de construção daquela Marcha e, nele, o envolvimento da CUT. Resgatou, ainda, algumas proposições contidas na pauta de reivindicações, consideradas por ela fundamentais para garantir a autonomia econômica das mulheres. Dentre essas proposições, estão a ampliação da oferta de creches no campo e na cidade, a necessidade de ampliação do crédito e da oferta de assistência técnica às trabalhadoras rurais. E encerrou sua fala com uma expressão utilizada pela presidenta Dilma no discurso de posse: “Nós, mulheres, podemos!”. O que, de certa forma, indica uma busca de interlocução com a representante maior do Estado.

Pronunciaram-se, também, representantes da Marcha Mundial das Mulheres e da Articulação das Mulheres Brasileiras, que deram o tom em defesa das bandeiras feministas. Mais incisiva, Nalu Faria (MMM) pontuou temas como o impacto dos grandes projetos na vida das mulheres, a violência, a prostituição e a descriminalização do aborto, finalizando: “A chama que nos move é a chama da revolução!”. Menos enfático e mais emotivo, o texto lido por Nilde Souza, da AMB, versou sobre o tempo das mulheres:

É tempo das mulheres. É tempo das mulheres do campo e da floresta, das rurais, ribeirinhas, negras, quilombolas, quebradeiras, extrativistas, indígenas, sindicalistas, feministas. É tempo de criar um mundo novo, a partir de um novo modo de fazer movimentos, que ajude a cada uma de nós a nos recriarmos a cada dia, deixando de lado essa imposição de ser o que os outros querem que a gente seja, sendo nós mesmas com todas as contradições e dúvidas que tenhamos que carregar, mas sem ninguém a decidir nosso caminho e o nosso destino. É tempo de fazer movimento e, ao mesmo tempo, fluir movimento, gostar de estar juntas, de denunciar o que sofremos, de expressar nossas ideias, de rir de nossos próprios erros, mas nunca parar de lutar. É tempo de continuar a luta por reforma agrária e por um modelo de desenvolvimento que garanta a igualdade e a justiça social. É tempo de parar

com assassinatos de liderança rurais, camponesas, indígenas, extrativistas. É tempo de punir os mandantes e assassinos de nossas lideranças. É tempo de denunciar esse modelo desenvolvimentista baseado no crescimento que agrava as injustiças sociais e ambientais e a situação de exploração e opressão sobre nós, mulheres. É tempo de cuidar da mãe Terra. É tempo de parar com a mercantilização da natureza, dos nossos rios, das nossas águas, das nossas florestas, que são bens comuns, que não podem ser privatizados pelo capital. É tempo de parar Belo Monte. É tempo de parar com usinas hidroelétricas na Amazônia (Nilde Souza, AMB, 2011).

Então, foi a vez da atriz Letícia Sabatella se pronunciar. Ela estava ali representando o Movimento Humanos Direitos (MHuD)²⁰⁹. Foi uma fala emocionada e

209 O MHuD estava participando da Marcha em decorrência do apoio que vinha sendo dado a Dona Maria Joel, cujas ameaças de morte recebidas tinham tomado proporções alarmantes. Ela procurou refúgio no Rio de Janeiro, onde foi acolhida por um dos integrantes do movimento. O MHuD tomou sua defesa, em nome dos direitos humanos, articulando com outras organizações (Justiça Global, Terra de Direitos e CONTAG) e por meio de reuniões em Brasília com o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, nas quais foi apresentada uma síntese da situação da violência envolvendo conflitos de terra no Pará, omissão do governo e preocupação com os ameaçados de morte. A história de Dona Maria Joel havia sido tema de matéria do Fantástico em 31 de julho de 2011. Ela é viúva de José Dutra da Costa, o Dezinho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará assassinado, em 2000, na frente de casa. Nos sete anos em que esteve no comando do sindicato, Dezinho sofreu ameaças e emboscadas, até que veio a morte, determinada por um consórcio de ‘grileiros’, madeireiros e latifundiários, e encomendada pelo fazendeiro José Décio Barroso Nunes, o Delsão. Dezinho ainda conseguiu reter o seu assassino, o pistoleiro Wellington de Jesus Silva, que foi preso e confessou haver recebido dois mil reais e um revólver para executar o crime. O mandante respondeu ao processo em liberdade, enquanto Wellington foi julgado e condenado a 29 anos de reclusão — em 2007 ele obteve permissão para passar o final de ano fora da prisão e nunca mais voltou, sendo declarado fugitivo. Depois de Dezinho, um outro diretor do mesmo sindicato, Ribamar Francisco dos Santos, também foi morto. Diante dos assassinatos cometidos, nenhum homem quis assumir cargo diretivo no sindicato, e, hoje, toda a executiva é composta por mulheres, dentre as quais Dona Maria Joel, que assumiu a presidência. Ela — que, a princípio, não queria que o marido se envolvesse “com essas coisas do sindicato” — resolveu levar adiante o seu legado, e passou a denunciar o trabalho escravo nas fazendas do município, integrando, desde então, a lista dos ‘marcados para morrer’. Constantemente ameaçada, Dona Maria Joel, através do Programa de Defensores de Direitos Humanos, conseguiu que a sua segurança dentro do município fosse resguardada por dois agentes, que a acompanham durante as 24 horas do dia. Os constantes assassinatos e ameaças de morte sofridas por lideranças, especialmente no Norte do país, fez com que esta questão ganhasse relevância durante a Marcha das Margaridas 2011, tendo sido, inclusive, cogitada a possibilidade de ser entregue uma pauta ao Judiciário, algo que não aconteceu. A situação de Dona Maria Joel não é única. Ela representa a vulnerabilidade a que estão submetidas tantas outras mulheres do campo e da floresta, que, como ela, vivem em situação de violência das mais diversas ordens. O ato de inauguração da exposição fotográfica no Hall de Taquigrafia do Congresso Nacional foi pautado pela denúncia da violência a que estão expostas as populações que habitam os espaços rurais. Na mística que abriu o ato, Dona Maria Joel segurava um cartaz que dizia “A impunidade é cúmplice da violência no campo” (Conflitos no Campo Brasil 2013, relatório produzido pela CPT).

emocionante, vertida em lágrimas, nas suas e nas de quem a escutava. Com a voz suave e pausada, dirigiu-se às mulheres falando da alegria de estar ali e externalizando toda admiração e respeito a elas, pelos obstáculos que tiveram de enfrentar para estar ali, e pela força que elas demonstravam, a mesma força que ela sentia de suas avós, com quem aprendeu a amar a terra e a natureza. Letícia, muito aplaudida pelas mulheres, que escutavam atentamente cada palavra sua, finalizou:

A todas as mulheres que já morreram, mas cuja luta permitiu que hoje estivéssemos aqui, após séculos de opressão, confinamento, exclusão, podendo protestar por um mundo mais justo e igualitário, por mais terra e água [...]. E, se hoje estamos aqui para defender direitos mais humanos, é porque nós somos hoje o sonho sonhado por tantas mulheres que tiveram seus gestos muitas vezes reprimidos, ceifados e assassinados, mas não tiveram seus sonhos cortados. Nós somos o sonho sonhado de muitas mulheres que vieram antes de nós (Letícia Sabatella, MHuD, 2011).

Os discursos, de um modo geral, eram pronunciados de tal maneira que as palavras exprimiam certezas. Neles, o patriarcado, o agronegócio, o latifúndio, os grandes projetos emergiam como ‘inimigos’ e, como tal, eram reafirmados pelos aplausos, gritos, assobios, enfim, pelas mais variadas formas de manifestação da plateia.

Entre uma fala e outra, a animadora, em intervalos regulares, anunciava a Marcha e denunciava as condições a que estão submetidas as mulheres do campo e da floresta, puxava o “Canto das Margaridas” e gritava ‘vivas’. Estimuladas, as manifestantes respondiam com palmas, gritos, acenos, tremulando as bandeiras, agitando os chapéus e fazendo ressoar os ‘vivas’. A mesma resposta era dada durante os pronunciamentos quando alguma frase de efeito era dita pelos oradores. Tudo isso era parte da performance.

À medida que o ato transcorria, parlamentares, alternadamente, iam ocupando o carro de som, que servia como palanque. A presença deles era anunciada pela animadora e conferia reconhecimento ao ato. Tratava-se de políticos de perfis ideológicos distintos, mas não antagônicos, embora a grande maioria fosse do Partido dos Trabalhadores e, predominantemente, mulheres. Registrei a presença das deputadas federais Luíza Erundina (PSB-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Janete Pietá (PT-SP), Erika Kokay (PT-DF), Fátima Bezerra (PT-RN), Luci Choinacki (PT-SC), Ana Lúcia (PT-AC), Marina Santanna (PT-GO), Luciana Santos (PCdoB-PE) e Jô Moraes (PCdoB-MG); dos deputados federais Pedro Eugênio (PT-PE), Assis Carvalho (PT-PI), Nazareno Fonteles (PT-PI), Padre João (PT-MG), Domingo

Dutra (PT-MA), Geraldo Magela (PT-DF), Daniel Almeida (PCdoB-BA), Paulo Rubem (PDT-PE), Fernando Coelho (PSB-PE); e das senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Ana Rita (PT-ES), além do senador Humberto Costa (PT-PE).

Nem todos fizeram uso da fala. Estavam ali para prestigiar o ato. Nem todos acompanharam todo o ato, alguns permaneceram ali apenas no momento da fala e nos momentos imediatamente precedente e posterior. Navegando no Portal da Câmara dos Deputados, percebi a ocorrência de vários pronunciamentos de parlamentares durante a sessão do Congresso do dia 17, à tarde, mesmo daqueles que não se fizeram presentes no ato. Em pronunciamento postado no seu site, a deputada federal Eryka Kokay se referiu assim à Marcha:

Eu me senti muito emocionada hoje, porque nós ajudamos a organizar a primeira Marcha das Margaridas. Eu era presidenta da Central Única dos Trabalhadores aqui do DF, e, junto com a CUT Nacional, nós ajudamos a realizar a primeira Marcha das Margaridas. Ela tem um caráter diferente. É uma marcha que lembra que a gente tem fome, que a gente tem fome de pão, que a gente tem fome de terra e que a gente tem fome de beleza também. [...] é uma Marcha que vem, com uma estética da vida, em defesa da vida. Mulheres! Mulheres de todos os lugares do Brasil, mulheres que saem de todos os cantos, mulheres que tecem esta Marcha, tecem a Marcha, é como se a marcha fosse construída, ela é construída em cada local, ela é construída no município, ela é construída nos estados. São mulheres que saem em busca de recursos, que batem a portas de governos, que batem a portas dos parlamentos, que batem à porta da vizinha e que vão construindo... Mulheres que representam outras mulheres, porque são mulheres que estão aqui porque um grupo de mulheres foi solidário e conseguiu recursos para que essas mulheres que aqui estão pudessem representá-las, mas não só representam as mulheres que ficaram nos vários locais deste país, representam as mulheres que já foram, as mulheres que nunca conseguiram falar, que não conseguiram falar das marcas da violência, que nunca conseguiram falar, se colocar como sujeito do seu corpo, como sujeito da sua vida, como sujeito da história. São mulheres que se foram e mulheres que hoje são representadas por essas margaridas. Nós vemos, aqui em Brasília, 100 mil margaridas, margaridas que lembram a história de uma margarida, uma margarida que enfrentou a brutalidade do latifúndio, que enfrentou aqueles que se sentem donos das pessoas, que se sentem donos da terra, aqueles que não admitem repartir a terra. Margarida Alves, que enfrentou aqueles que cercam o latifúndio. Há cercas que não ficam só no latifúndio, porque cercam sonhos, cercam vidas, cercam a lógica de uma sociedade onde todos e todas possam se sentir pertencentes a elas, por isso a Marcha das Margaridas, ela traz uma

pauta, uma pauta em defesa da vida. São mulheres que têm a possibilidade de carregar a vida no ventre, mas que carregam a vida nos pés e deixam a marca dessa vida no Planalto Central, na capital da República. Brasília não vai amanhecer da mesma forma que amanheceu hoje, Brasília vai amanhecer diferente, reflexiva. Os nossos gabinetes, os nossos tapetes, eles vão estar cheirando vida. Trouxeram as Margaridas uma pauta que não é apenas delas, mas uma pauta de todos os trabalhadores do campo, das florestas, das águas, trabalhadores que vêm orgulhando e que são representados por mulheres no dia de hoje, nessa pauta. Por isso, eu digo que venham as margaridas, que tomem conta de cada um e de cada uma de nós, que invadam este Parlamento. Mostrem a necessidade de uma reforma política que contemple a participação expressiva de mulheres, que invadam todos os gabinetes, porque aí nós teremos as margaridas que foram plantadas no povo, mas fundamentalmente com luta e com esperança. Viva à Margarida Alves! (Eryka Kokay, Deputada Federal, 2011).

Do alto do carro de som, os parlamentares tinham a oportunidade de fazer uso da voz, e, ao fazê-lo, se dirigiam ora às mulheres do campo e da floresta, ora às ‘margaridas’. As falas pareciam seguir um roteiro único, um padrão semelhante. Iniciavam com uma saudação, depois, parabenizavam as mulheres pela sua organização, enaltecendo-as e expressando a sua admiração e o reconhecimento pela luta que elas travavam cotidianamente, uma luta considerada legítima. Na sequência, afirmavam o seu apoio e o compromisso com as reivindicações das mulheres. ‘Mulheres guerreiras’ ou ‘mulheres corajosas’, que vão à luta ou que não se intimidam, eram expressões bastante utilizadas para adjetivar as ‘margaridas’.

A diferença das falas não era tanto de conteúdo, mas na forma como utilizavam seus recursos oratórios, empregando tons mais ou menos exaltados ou mais ou menos inflamados. Algumas, quase sempre proferidas por mulheres, pareciam apresentar uma poética, que buscava influir na emoção, como a de Eryka Kokay, transcrita acima, ou a de Benedita da Silva, que encerrou o seu pronunciamento citando uma crônica de Artur da Távola: “Ponha a saia mais leve, aquela de chita, e passeie de mãos dadas com o ar. Enfeite-se com margaridas e ternura e escove a alma com leves fricções de esperança. De alma escovada e coração estouvado, saia do quintal de si mesmo e descubra o próprio jardim”. Essas contrastavam com outras cuja estrutura se apresentava mais próxima daquilo que comumente se espera de um discurso político.

As falas eram curtas, permitindo, assim, que todos aqueles que quisessem fazer uso dela o fizessem, sem prejuízo ao tempo. Ainda assim, foi um ato longo. A grande multidão, que se concentrou, inicialmente, em frente ao carro de som, lentamente ia se dispersando e se posicionando mais distante do palanque, desviando a sua

atenção do que lá transcorria. As rodas de conversa aumentavam, pessoas faziam comentários, riam, tiravam fotos. Outras apenas procuravam um lugar para se sentar fora daquela aglomeração. Sob o sol quente e o clima extremamente seco de Brasília, o cansaço era inevitável, o que fazia aumentar o assédio dos vendedores de água, cerveja, refrigerantes e salgadinhos. No meio do povo, vendedores ambulantes ofereciam pequenos objetos, como bijuterias.

Já próximo ao meio-dia, a multidão parecia ainda mais dispersa, embora um número significativo de pessoas continuasse aglomerado à frente do carro de som. O clima do ato já havia passado quando a senadora Ana Rita, última parlamentar a se pronunciar, fez uso da palavra. O palanque, antes cheio, já se mostrava vazio, mas logo foi ocupado pelas Loucas de Pedra Lilás e pelas componentes dos Tambores de Safo, que fizeram ressoar os seus instrumentos. As mulheres foram convidadas, então, a compor um grande círculo na Praça dos Três Poderes: “Vamos fazer uma grande roda, todas de mãos dadas para demonstrar a parceria nessa luta pela construção de um mundo com amor, solidariedade, igualdade e esperança no futuro”. Embaladas pelo “Canto das Margaridas”, no ritmo da ciranda, as mulheres se deram as mãos formando uma imensa roda e deixando os corpos guiarem-se pelo som dos tambores. E assim se encerrou o ato.

O ato de encerramento

Após o ato público, as marchantes se dirigiram aos ônibus que as esperavam para levá-las de volta ao Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, onde horas depois a presidenta Dilma Rousseff faria o seu pronunciamento.

Na Cidade das Margaridas, a movimentação era grande. As mulheres e os demais participantes iam chegando e ora se colocavam em filas, onde aguardavam a refeição que seria servida, ora corriam para as tendas, para organizar as bagagens, enrolar os colchões, refazer as malas, os sacos ou as bolsas de viagem. Afinal, haviam de estar preparadas(os), pois, logo após o pronunciamento de Dilma Rousseff, iniciariam o trajeto de retorno. Aliás, a possível presença da representante máxima do país no ato de encerramento da Marcha repercutia entre as participantes. Tratava-se de uma informação que já havia sido disseminada durante o processo de mobilização das mulheres nos estados. Saber que o Brasil tinha uma mulher como presidente da República e ter a possibilidade de vê-la — quem sabe estar com ela, tirar uma foto ou fazer algum pedido — era algo que servia de motivação, em muitas localidades, no momento de mobilizar as mulheres para vir a Brasília, como me disseram algumas dirigentes.

Havia uma expectativa que me parecia estar relacionada mais aos significados atribuídos à presença da presidenta em si do que propriamente às respostas que ela daria em virtude das reivindicações apresentadas. Saber que a presidenta da República estaria ali para responder às demandas era um indicador de que elas conseguiram se fazer visíveis. E, mais que isso, obtiveram o reconhecimento delas próprias como mulheres do campo e da floresta, do esforço que empreenderam para estar naquele evento e da sua luta. Por ter a honra de receber a visita de alguém tão ilustre no seu próprio espaço, elas sentiam-se valorizadas, dignas e respeitadas.

O ato de encerramento havia sido programado para as 15h, mas já havia sido comunicado que começaria às 16h. Contudo, devido ao atraso da presidenta, ele se iniciou por volta das 17h. O pavilhão interno do Parque da Cidade estava lotado. O público presente se mostrava ansioso e impaciente por conta do atraso. Para aplacar a impaciência, e no esforço de entusiasmar o público, Alessandra Lunas, uma das diretoras da CONTAG, subiu ao palco e assumiu o papel de animadora, gritando palavras de ordem, dando vivas às margaridas e exaltando a força e a grandeza da Marcha. As mulheres eram exortadas a soltar a sua voz ao som do “Canto das Margaridas”. O grupo Meninas de Sinhá foi convidado a subir ao tablado para, com a sua música, tornar viva a presença das mulheres, que eram convidadas também a cantar. O tempo passava. Todos os diretores da CONTAG foram convidados a subir ao palco. Um a um, os seus nomes foram anunciados, e eles subiram de mãos dadas. Diante do público, ergueram as mãos entrelaçadas como sinal de ‘união, força, garra e vitória’ e, ao descê-las, ainda entrelaçadas, reverenciaram a plateia em sinal de agradecimento. O tempo passava, e, com ele, o esforço de aliviar a monotonia da espera. Enfim, foi dado início ao cerimonial sinalizando a presença da presidenta²¹⁰.

210 No palco, as cadeiras laterais eram ocupadas pelas secretárias e coordenadoras estaduais de mulheres trabalhadoras rurais das FETAGs e pela diretoria da CONTAG, além de dois ex-presidentes da confederação: José Francisco da Silva e Francisco Urbano. Na área VIP, defronte ao tablado, várias autoridades estavam presentes, assim como representantes de diversas entidades e organizações nacionais e internacionais da América Latina. Alguns convidados foram chamados pelas cerimonialistas a ocupar assento à mesa ao centro, que, além de Alberto Broch, presidente da CONTAG, e Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadores Rurais da confederação, foi composta pelas seguintes personalidades: o governador do DF, Agnelo Queiroz e a esposa, Ilza Maria Santos Queiroz; a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman; a ministra da Cultura, Ana de Holanda; a secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, ministra Maria do Rosário; o ministro da Saúde, Alexandre Padilha; a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence; a ministra da Pesca e Aquicultura, Maria Aparecida Perez; o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, Gilberto Carvalho; e a secretária de Políticas para as Mulheres, ministra Iriny Lopes. Representando as organizações parceiras, estavam Marilene Betros, pela CTB; Nalu Faria, pela MMM; Nilde Souza, pela AMB; Elza Campos, pela UBM, Célia Regina, pelo CNS; e Rosane Silva, pela CUT. Posteriormente, durante o discurso de Carmen Foro, Elizabeth Teixeira também foi convidada a integrar a mesa.

As cerimonialistas, valorizando o ato, fizeram menção à presença de autoridades, lideranças e personalidades que prestigiavam o ato de encerramento e expressaram os seus agradecimentos em nome da CONTAG. Em seguida, com o canto da Marcha das Margaridas, a presidenta Dilma Rousseff foi anunciada. A mesa se pôs de pé. As mulheres aplaudiam, gritavam, assoviavam, acenavam com as mãos e mandavam beijos, a euforia tomou conta daquele momento. A presidenta acenou-lhes com as mãos e se dirigiu às cadeiras laterais, onde abraçou cada uma das secretárias e coordenadoras de mulheres. Dilma cumprimentou, ainda, a diretoria da CONTAG e as componentes do Grupo Meninas de Sinhá, congratulando-as. Dirigiu-se à mesa e lá também distribuiu apertos de mão, abraços e beijos. Tomou, enfim, o seu lugar ao centro e de novo acenou com as mãos ao público, que não parava de gritar e retribuir o aceno. O Hino Nacional foi conduzido pelo Meninas de Sinhá. Todos ficaram em pé e cantaram numa única voz. Iniciava-se ali o ato de encerramento, que, na sua forma, foi igual ao ato de abertura, permanecendo inalterado nas suas etapas constitutivas.

O primeiro a falar foi Alberto Broch. Após cumprimentar e saudar os integrantes da mesa, a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, as diretorias da CONTAG e das federações, as entidades parceiras e as autoridades presentes, Alberto agradeceu ao governo do DF, “que ajudou a construção dessa grande Marcha”, e falou da alegria de receber a presidenta da República. Referindo-se a um processo que se iniciou em 2000, ele disse que a Marcha “carrega consigo o símbolo de luta, igualdade e justiça, legado de nossa grande líder Margarida Maria Alves”, e então descreveu as ‘margaridas’:

São milhares de mulheres que vieram de todos os cantos do Brasil. São negras, brancas, indígenas, caboclas, que vêm do pantanal, das florestas, dos pampas, do cerrado, da caatinga, do agreste e dos gerais. São mulheres simples, humildes e guerreiras, cheias de esperança por terem elegido a primeira mulher presidenta do Brasil [...]. São mulheres que trabalham na roça, no campo, nos rincões deste Brasil. São mulheres sofridas, mas que têm sonhos, cantos e encantos [...]. São mulheres que têm importância primordial na economia e estão aqui em defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. São mulheres que querem a preservação da biodiversidade e a democratização dos recursos naturais, da terra e da água. Querem a consolidação da política de soberania e segurança alimentar, o fortalecimento da economia, do trabalho e melhorias de renda. Querem o fim da violência contra as mulheres e o fim da violência no campo. Querem o fim da discriminação! Querem fortalecer a democracia e ampliar a participação em todos os espaços de poder (Alberto Broch, CONTAG, 2011).

Alberto Broch se dirigiu, então, à presidenta enquanto porta-voz da agricultura familiar, defendendo-a, juntamente com a reforma agrária, como base de um modelo de desenvolvimento sustentável capaz de romper as desigualdades e combater a pobreza. Foi como enunciador desse modelo que ele se posicionou perante a plateia que o escutava. E finalizou: “As mulheres estão ansiosas também para ouvir anúncios, na 4ª Marcha, de políticas públicas para todo o campo brasileiro. Vamos fortalecer as mulheres do campo e da cidade para que o Brasil siga mudando. Viva a 4ª Marcha das Margaridas!”. O público respondeu com palmas.

Para obter credibilidade junto à assistência, Alberto Broch adotou uma atitude discursiva de distanciamento ao se referir ao ‘modelo’, aos ‘homens e mulheres do campo’, à ‘agricultura familiar’ e às próprias ‘mulheres’ na terceira pessoa. Por outro lado, a sua construção discursiva sugeria uma troca comunicativa²¹¹, a partir não de uma oposição ao governo (‘estar contra’), mas de apoio (‘estar com’). Em pelo menos dois momentos, isso foi relevante. Referindo-se às mulheres, ele se dirigiu à presidenta e disse: “Elas não se furtarão de apoiar a presidenta, para que ela possa obter um grande sucesso no seu governo. [...] São mulheres que tomam a liberdade de cobrar do vosso governo medidas necessárias para que esse país seja mais justo e fraterno”. Trata-se de um discurso que, no esforço de deixar claro o apoio da CONTAG ao governo Dilma, pede licença (‘toma a liberdade’) para fazer cobranças, de modo tal que essa não possa ser tomada como uma atitude opositora.

Alberto Broch falou por mais de quinze minutos, buscando dialogar com a representante do Governo Federal, e foi bastante aplaudido quando fez referência à reforma agrária. As palmas eram uma maneira que as mulheres tinham de chamar atenção para determinados temas que repercutiam no seu cotidiano. Pela atuação delas, o tema e a sua relevância eram comunicados ao governo.

Em seguida, foi a vez de Iriny Lopes, ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, ser convidada a fazer o seu pronunciamento, em nome de todos os ministros e ministras que ali se encontravam. Ela se dirigiu às mulheres, desejando-lhes uma boa tarde e parabenizando-as pela Marcha, que não só teria colocado na pauta brasileira o tema das mulheres do campo e da floresta, mas toda a força das mulheres do nosso país.

Iriny Lopes falou da importância e do significado de se ter uma mulher presidenta, “uma mulher que faz aquilo que muitas pessoas diziam que não era possível

211 Sobre atitude e troca discursiva, ver Charaudeau (2009).

que uma mulher fizesse: tomasse decisões, falasse o que precisa ser feito, dissesse o que deveria ser feito, ouvir e dialogar com o povo de seu país”. O seu discurso tinha a conotação de um preâmbulo preparatório ao discurso que seria realizado pela presidenta como resposta às reivindicações apresentadas:

Essa Marcha tem um significado nesse momento tão preciso para nós, tão significativo! Há meses, a presidenta Dilma designou um grupo de trabalho composto por diversos ministros e ministras, coordenado pelo secretário-geral, com a nossa ajuda, da SPM, para que fosse discutido ponto a ponto da pauta que vocês colocaram: as questões da agroecologia, as questões da reforma agrária, as questões da saúde, as questões do acesso à terra, as questões da capacitação, as questões relativas à autonomia econômica, financeira, política e individual, o uso do tempo das mulheres, a questão do enfrentamento à violência. Todos esses pontos de pauta, que pactuamos, serão respondidos ao longo de quatro anos, porque os movimentos sociais que aqui estão têm a maturidade de saber que esse projeto encabeçado pelo nosso governo e pela nossa presidenta será construído, a muitas mãos, pelo governo no seu papel, mas pela sociedade organizada também no seu papel. E hoje aqui nós teremos o coroamento do esforço do debate que foi feito por milhões de brasileiras, cada uma no seu cantinho, cada uma no seu lugar, cada uma na sua entidade, cada uma na sua cidade, no seu estado. E aqui vocês não são setenta mil mulheres, aqui vocês são milhões de mulheres porque representam todas que participaram deste debate [neste momento a plateia respondeu com gritos e aplausos]. E é por isso que vocês significam tanto. A nossa presidenta, daqui a pouco, dará uma resposta de até onde nós conseguimos chegar. Nem sempre nós conseguimos chegar a todos os lugares ao mesmo tempo, a todos os resultados ao mesmo tempo que gostaríamos, mas com certeza a presença da nossa presidenta aqui significa um compromisso reafirmado de que esta pauta prosseguirá em debate, até que a gente, por fim, possa comemorar a vitória de cada uma delas, porque a vitória das mulheres trabalhadoras rurais brasileiras é a vitória deste governo e é a vitória deste país. Parabéns para vocês, um beijo grande, um abraço fraterno, com certeza, de todos os ministros e ministras que aqui estão. Valeu pessoal, valeu a força! (Irinny Lopes, 2011)

Representando o governo do Distrito Federal, chegou a vez do governador Agnelo Queiroz se pronunciar. Ele cumprimentou os presentes, expressou a alegria de receber as ‘margaridas’ — “O povo de Brasília recebeu de braços abertos, com carinho, com solidariedade, a todas as nossas companheiras nesta 4ª Marcha”

— e disse que faria um discurso breve para que se pudesse ouvir o mais rápido possível a presidenta, desejo que parecia expressar a vontade de todas, visto as palmas que se seguiram à sua afirmação.

Agnelo dirigiu-se, então, à presidenta, referindo-se a ela como um símbolo de luta das mulheres deste país, e se direcionou às marchantes, dizendo que cada uma delas representava a presença de Margarida Maria Alves na capital federal. A ênfase do seu discurso recaiu sobre o significado da 4ª Marcha para o fortalecimento das bandeiras de luta das mulheres:

A bandeira de cada proposta, do enfrentamento à violência, da saúde, pelo trabalho, pela igualdade, pela autonomia, pelo acesso à terra, pelo direito ao trabalho com igualdade, contra a discriminação de qualquer tipo. Hoje, essas bandeiras ficaram fortalecidas por esta Marcha que chamou a atenção do Brasil e do mundo. Uma Marcha que não se limitou às bandeiras exclusivas das mulheres, mas que fundamentou o princípio elementar de lutar por uma sociedade justa, uma sociedade igualitária, uma sociedade que dê oportunidade para todos e todas, com crescimento econômico, distribuição de renda, e melhoria das condições de vida, com oportunidade para milhões de brasileiros. Aqui as mulheres gritaram alto pelo desenvolvimento sustentável, gritaram alto por melhorias da sua qualidade de vida, gritaram alto para que o Brasil continue de forma firme e decidida construindo uma sociedade cada vez melhor.

E finalizou:

Esperamos, de forma muito modesta, ter contribuído para que as mulheres do Brasil inteiro pudessem aqui marcar a sua posição, o seu protesto e mostrar a sua garra na capital do Brasil. Tenho certeza de que não é uma luta em vão. Essa luta de vocês e essa Marcha contribuíram para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. Nós estamos orgulhosos das nossas mulheres, das nossas ‘margaridas’. Viva às nossas margaridas! Viva à Margarida Maria Alves! Viva à 4ª Marcha! (Agnelo Queiroz, 2011).

Chegou a vez de Carmen Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG. Muito aplaudida e recepcionada com gritos e assovios, ela iniciou a sua fala se dirigindo às mulheres, batendo no peito e dizendo: “Boa tarde, companheiras!”. A rouquidão perceptível revelava a fadiga vocal provocada pelo uso (e abuso) da voz durante a caminhada pela manhã. Então, ela pediu um pouco mais de paciência, porque ela precisava “fazer uma fala do coração, e a voz já não

ajuda tanto, pois, só com a soma do coração com a razão, a gente consegue fazer as coisas bem-feitas”. Carmen começou saudando a presidenta da República: “É com muita honra que nós encerramos este ato com a presença da nossa presidenta da República, Dilma Rousseff. Posso dizer que é um encerramento com chave de ouro”. À sua saudação se seguiram palmas vindas da plateia.

Depois, com o corpo voltado às representantes das organizações parceiras que estavam compondo a mesa, ela disse: “Companheiras, para não citar uma a uma, eu quero saudá-las como irmãs de luta. Minhas irmãs de luta que aqui estão, minha central sindical, a CUT, e as outras todas eu saúdo com muito carinho”. Após saudar os ministros e ministras presentes, ela se dirigiu a Agnelo Queiroz e a Alberto Broch:

Queria aqui abrir um parêntese para falar uma coisa que foi combinada no cerimonial. Bom, desde ontem que a gente quebra algumas regras, aliás, as regras foram feitas para serem quebradas, e hoje eu quero agradecer a gentileza do governador do Distrito Federal, que, além de nos receber muito bem nessa capital que é nossa, ele cedeu a mim o privilégio de falar antes da nossa presidenta da República. E agradeço também, publicamente, ao Alberto. Sabe esse lugar que eu estou sentada, por enquanto? [ela estava sentada ao lado de Dilma] Ele é o lugar do homem, presidente da CONTAG, e gentilmente o Alberto me cedeu. Muito Obrigada, Alberto! (Carmen, 2011).

Em seguida, ela se dirigiu ao público e exaltou a coragem das mulheres, de Elizabeth Teixeira e de tantas outras que servem de inspiração: “Coragem que nos levou a fazer com que uma mulher que foi torturada pela ditadura militar esteja sentada conosco, hoje, como presidenta da República, a companheira Dilma”. O discurso de Carmen foi estruturado a partir de três níveis de abordagem. No primeiro, ela destacou o esforço empreendido pelas marchantes para estarem ali, configurando-se, assim, como uma vitória.

Dito isso, eu queria já passar para falar de três coisas. A primeira coisa a dizer à presidenta da República é que nós estamos construindo esse Brasil palmo a palmo, todos os dias. Estas mulheres que estão aqui, para chegarem aqui, passaram muito sacrifício. A vida não é fácil para nós! [APLAUSOS] Não tô falando só da construção de políticas públicas, mas também do processo de mobilização. Depois de todas as tempestades que nós enfrentamos, posso afirmar que estar aqui hoje já é um ato de vitória das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta [APLAUSOS].

No segundo momento da sua fala, Carmen citou o lema da Marcha como expressão de um desejo de sociedade:

Quero dizer que o tema que nós estamos trazendo, o lema da Marcha, que trata de desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade, é o que está no centro de uma proposta que nós queremos pro país. Nós acreditamos que não é possível ter desenvolvimento e ter um país democrático enquanto houver mulheres que vivem sob a chibata de muitos homens [...], violentadas todos os dias. Não é possível pensar em um país desenvolvido se nós continuarmos a conviver com um Congresso Nacional com 92% de homens, e por isso é fundamental fazer a reforma política.

E finalizou apresentando pontos que considera fundamentais para alcançar o desenvolvimento almejado, expressando a expectativa projetada na resposta que será dada pelo Governo Federal às proposições apresentadas:

Finalizo dizendo, companheiras, que nós, mulheres do campo e da floresta, estamos construindo um diálogo com o Governo Federal desde o ano 2000, quando foi realizada a primeira Marcha das Margaridas. E a nossa expectativa, depois que elegemos a primeira mulher presidenta, aumentou. Não que eu não reconheça todos os caminhos que nós trilhamos, principalmente no período do presidente Lula, as conquistas que nós tivemos [APLAUSOS], mas nós vamos construindo esse país mobilizando dia a dia, aqui, nos nossos municípios e nos nossos estados. Portanto, tem algumas questões que nós não abrimos mão para que a nossa proposta de desenvolvimento esteja totalmente articulada: a reforma agrária é fundamental [APLAUSOS], mais orçamento para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Nós queremos que o Governo Federal seja avalista do crédito para as mulheres do campo e da floresta [APLAUSOS]. Nós queremos educação, saúde de qualidade, para que nós possamos não ter que ser expulsos do campo para morar nas periferias da cidade. Infelizmente, metade dos pobres do Brasil está entre 17% da população rural brasileira, e a outra metade está nas periferias das cidades, que são os que foram expulsos por conta da ausência do Estado no meio rural brasileiro. Portanto, presidenta Dilma, a nossa expectativa é muito alta em relação ao passo que nós vamos dar hoje, com o seu anúncio, depois de um processo de diálogo com vários ministérios. Nós esperamos que esse seja um passo fundamental para que a gente construa cidadania e vida digna, com autonomia, justiça, igualdade e liberdade para todas nós. Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

A fala de Carmen revela um ‘nós’ enunciador, um recurso indéxico que, na troca comunicativa, manifesta o compartilhamento de ideias, envolvendo um projeto comum, evocado pelo lema da Marcha e por meio dela revelado. De modo que, à medida que denunciava as desigualdades, a injustiça e a opressão sofrida pelas mulheres, propunha políticas de desenvolvimento promotoras da igualdade, da justiça, da autonomia e da liberdade. Aliás, isso era algo recorrentemente repetido nos seus discursos. Carmen apresenta uma atitude discursiva de engajamento que dá legitimidade à sua fala, legitimidade que é atestada pelas mulheres com os aplausos. Mediante a entonação da voz, as palavras, as gesticulações, o olhar, o movimento do corpo (que ora se volta à plateia, ora se volta à mesa), ela faz sentir o que é significado naquilo que ela enuncia, revelando a sua capacidade performática.

Muito aplaudida, Carmen retomou o seu lugar à mesa, já carregando consigo uma cesta com produtos de vários grupos produtivos de mulheres, expostos na Mostra das Margaridas, e ofereceu-os à presidenta como lembrança da Marcha das Margaridas, e dela recebeu um abraço carinhoso. Enquanto isso, o público, a um só ritmo, acompanhando as batidas das mãos, entoava: “Olê, olê, olê, olá, Dilma, Dilma / Olê, olê, olê, olá, Dilma, Dilma!”.

Na sequência, antes de ser anunciada, Dilma Rousseff entregou a Carmen o caderno de respostas do Governo Federal, construído pelo conjunto dos seus ministros, procurando, assim, formalizar o retorno aos 158 itens da pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas 2011, entregue no dia 13 de julho de 2011 a um grupo de ministros. A pauta, levada ao governo, partia da constatação de que a pobreza, a desigualdade, a opressão e a violência predominavam entre as trabalhadoras do campo e da floresta. Distribuída nos sete eixos, ela abordava questões como democratização dos recursos naturais, atualização dos índices de produtividade, fim da violência no campo, maior participação política das mulheres e melhores condições de trabalho, com autonomia e igualdade.

Após a entrega do caderno, Dilma Rousseff se dirigiu à tribuna e, colocando um chapéu de palha enfeitado com fita lilás na cabeça, se voltou à plateia, que continuava gritando, aplaudindo e acenando com os chapéus. A presidenta se dirigiu às mulheres, desejando-lhes uma boa tarde: “Boa tarde, minhas queridas ‘margaridas’ de todo o Brasil. Eu saúdo, aqui, cada uma de vocês. Um abraço muito carinhoso para todas!”. Em seguida, cumprimentou Agnelo Queiroz e Ilza Queiroz, para depois se dirigir a Carmen e Alberto:



Marcha das Margaridas 2011. Ato de encerramento com Dilma Rousseff.

FONTE: Acervo Contag. FOTO: Roberto Stuckert

Queria dirigir um cumprimento todo especial, do fundo do meu coração, para uma mulher de muita fibra, de muita fé, de muita capacidade de luta e de organização. Quero dirigir o meu grande cumprimento a Carmen Helena Foro, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG. Ao saudar Carmen, eu quero aqui registrar a importância da Carmen na realização desta 4ª Marcha das Margaridas, e também o fato de que logo que eu tomei posse e, pela primeira vez, eu encontrei a Carmen, depois de presidenta, a Carmen me convidou para estar aqui hoje. E isso me encheu de orgulho, porque eu considero um dos momentos importantes para as mulheres do Brasil e para, também, os homens, esta 4ª Marcha das Margaridas. Quero cumprimentar um companheiro, um companheiro como o presidente da CONTAG, Alberto Broch, que teve esse gesto, que é um gesto político e um gesto de respeito às mulheres, que muitos homens não têm, mas o Alberto teve: cedeu seu lugar à Carmen, reconhecendo que, hoje, a presidenta da CONTAG, ou a presidenta da CONTAG, é uma mulher, porque a Marcha das Margaridas transforma a Carmen numa presidenta de fato. Parabéns, Alberto, parabéns pela sua solidariedade, pela sua consciência e pela sua liderança no movimento dos trabalhadores, dos agricultores, dos agricultores familiares, enfim, de todo o mundo rural (Dilma Rousseff, 2011).

Dilma Rousseff seguiu com os cumprimentos: ministras, ministros, ex-presidentes da CONTAG, dirigentes e mulheres dirigentes da CONTAG e das entidades parceiras da CONTAG, coordenadoras estaduais de mulheres trabalhadoras rurais do movimento sindical, presidente da CUT, as Meninas de Sinhá, e, por fim, Elizabeth Teixeira. Ao cumprimentá-la, a presidenta a definiu como “uma mulher lutadora, uma mulher guerreira que vem do longo caminho que foi a história das lutas rurais no nosso país, que vem lá do Movimento das Ligas Camponesas”.

Voltando às ‘margaridas’, a presidenta reiniciou sua fala evidenciando duas intencionalidades: expressar o reconhecimento e reforçar o caráter de diálogo da Marcha das Margaridas:

Hoje eu estou aqui e queria dizer para vocês que a Marcha de vocês me toca e me emociona profundamente, não apenas como presidenta da República, mas como mulher e cidadã. [...] Estou aqui, no primeiro ano do meu governo, como a primeira mulher a presidir o Brasil, para conversar com vocês e responder à pauta de reivindicações das mulheres do campo [...]. Eu encaminhei à Carmen um caderno com as respostas. São respostas das várias reuniões que foram feitas para tratar das demandas que vocês colocaram e para reconhecer que muitas das demandas foram acatadas, outras demandas nós vamos continuar a conversa, porque o principal resultado desta Marcha das Margaridas, eu quero destacar aqui, é a continuidade do diálogo, do respeito entre vocês e o Governo Federal, iniciado ainda pelo nosso presidente Lula. [...] Minhas queridas ‘margaridas’, eu sei que para vocês a vida, de fato, não é fácil. Vocês são o Brasil que se levanta todos os dias com o sol, lutando para mudar nossa longa história de desigualdade e de injustiça no campo [...]. Vocês são um exemplo de garra, um exemplo de tenacidade e um exemplo de coragem. O Brasil, por isso, depende muito desse exemplo para alargar, para ampliar ainda mais os espaços de justiça social para nossos filhos e nossos netos [...]. O Estado brasileiro tem obrigação de garantir direitos às mulheres, às famílias e às crianças. E não apenas, pura e simplesmente, porque é um direito, mas também porque o Brasil precisa e conta com vocês [...], para que nós todos juntos possamos avançar na construção de uma sociedade cada vez mais solidária, justa, onde a melhoria de vida atinja a todos.

Após esse preâmbulo, a presidenta Dilma Rousseff fez alguns anúncios como resposta à pauta de reivindicações apresentada ao governo. E, ao fazê-lo, expressou o desejo de intensificar o diálogo com as mulheres do campo e da floresta por intermédio dos movimentos que as representam:

Tenho certeza de que o debate com os movimentos sociais é fundamental. Tenho certeza de que as críticas e as sugestões são essenciais e, além disso, para nós, são bem-vindas, muito bem-vindas e necessárias, permitem que façamos cada vez melhor, permitem que possamos, juntas, construir o Brasil que queremos. Um país sem miséria, um país rico, porque o seu povo é rico, e um país mais justo e menos desigual. Um país em que a autonomia das mulheres e a igualdade de gênero sejam traços essenciais do nosso desenvolvimento, tanto econômico quanto social e cultural.

Por fim, Dilma Rousseff se despediu dando um viva à 4ª Marcha das Margaridas e, sob aplausos, se retirou da tribuna. Ainda no palco, foi cumprimentada por todas e todos. Aliás, todas as margaridas presentes queriam cumprimentá-la, muitas se esforçaram para ultrapassar os alambrados e subir no palco para chegar junto dela, abraçá-la, tirar fotos. A sua atenção foi disputada, e ela não se furtou em atender as mulheres, distribuindo sorrisos, abraços e posando para as fotos.

As falas realizadas, tomadas em seu conjunto durante o ato de encerramento, assim como no ato de abertura da Marcha, reconheciam e afirmavam a luta, a coragem e a força das mulheres do campo e da floresta, sempre resgatando a imagem de Margarida Maria Alves. Nesse sentido, eram sempre utilizadas palavras que faziam parte do mesmo campo semântico, tanto no caso de representantes do governo quanto daqueles que falavam em nome das mulheres do campo e da floresta. Tratava-se de falas que não demarcavam oposição ao governo, que, por sua vez, posicionava-se como aliado.

Com a saída da presidenta Dilma, aos poucos o pavilhão interno do Parque da Cidade foi se esvaziando. Algumas mulheres se dirigiam às tendas para reunir os seus pertences, ou pegar as suas bagagens, outras caminhavam em direção aos ônibus que as esperavam. Algum tempo depois, as caravanas partiram, a Cidade das Margaridas silenciou, e as mulheres voltaram às suas casas, segundo algumas, transformadas. Afinal, como disse uma delas: “Nenhuma mulher é a mesma depois de participar da Marcha das Margaridas!”.

A Marcha como experiência: significados e sentidos

A Marcha das Margaridas é potencialmente transformadora em duplo sentido: como evento político, ela apresenta um projeto de desenvolvimento que é, antes, um projeto de transformação social, cuja obtenção do reconhecimento público se dá com o ritual político que apresenta; por outro lado, ao ser vivenciada como experiência coletiva, ela opera transformações em relação às percepções subjetivas.

Através de uma multiplicidade de recursos de fala, expressões artísticas, música, discursos, palavras de ordem, gritos e danças, a Marcha realiza uma espécie de “condensação de sentidos” (Chaves, 2008, p. 117). Apresentando um aspecto comunicativo que lhe é peculiar, pode ser considerada um evento performático eficaz (Tambiah, 1985). A caminhada, coroada com o ato público, a traduz como um vetor de contestação social. Abarcando variados e diferentes temas, ela denuncia as condições do campo, demanda políticas e questiona, a seu modo, ainda que não adote uma postura de confronto, as políticas de desenvolvimento do governo, que, ao priorizar o agronegócio e os grandes projetos, provoca impactos negativos no cotidiano da vida das mulheres do campo e da floresta.

Embora o combate à desigualdade de gênero e à injustiça social permaneça como um ideal a ser perseguido e motivo para se continuar marchando, a Marcha das Margaridas 2011 mostrou ter alcançado eficácia ao promover a visibilidade das mulheres do campo e da floresta no espaço público, conquistando legitimidade ao consolidar o reconhecimento dessas mulheres como sujeito político e de direitos, e ao conquistar a ampliação de espaços junto ao poder público, por meio de uma maior abertura de canais de diálogo (palavra tão usada) para a construção de políticas públicas voltadas a esse público específico.

A Marcha, pra mim, é um grande momento de divulgação do trabalho das mulheres, da organização das mulheres e também de busca, de conquista de espaço na sociedade pra nós, mulheres. Antes não havia um espaço onde pudéssemos discutir, onde as mulheres tivessem o direito de dizer o que queriam, de buscar o ideal delas e conquistar espaço na sociedade. Isso é um desafio, e acho que já conseguimos avançar muito com as Marchas. Nós, mulheres, hoje precisamos mostrar a nossa cara, o nosso trabalho, que a mulher existe. A mulher vivia muito na invisibilidade, então chega uma hora que a gente quer mostrar a cara, mostrar que é capaz, mostrar o que nós somos. É isso, é assim que eu sinto a Marcha (Paula, dirigente sindical, Pará, 2011).

Eu acho que, pras mulheres, a Marcha significa vitória, conquista e liberdade também, já que elas vêm pra exigir direitos. Acho que pra todas nós, o mais significativo é a liberdade, saber que podemos contar com outras pessoas, ir à luta e exigir os direitos da gente. Temos que lutar pra conquistar e não perder esses direitos que são garantidos pra gente (Lúcia, MMTR-NE, 2013).

A Marcha é um espaço de mobilização e de luta, e as ‘margaridas’ são as mulheres lutadoras, que, em nome da Margarida Maria, estão aí na luta. São as agricultoras, as trabalhadoras rurais, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, que trabalham, que às vezes nem são muito visibilizadas, mas tão lá, trabalham, produzem, são donas da casa, chefas de família, mães, mulheres (Bena, dirigente sindical, PA, 2011).

A Marcha é eficaz também porque, no seu estado performático, ela é vivida como experiência, e a performance é mais que uma expressão, uma vez que a própria expressão é resultado de um processo ou experiência (Turner, 1987).

É um marco de vida mesmo das mulheres, a Marcha das Margaridas é isso! Eu penso que a Marcha é tão trabalhada, tão organizada, tão participativa que o que tem que melhorar vai melhorando com a evolução. Não adianta dizer que tem que melhorar nisso, naquilo, porque não é assim, é o momento, é a construção dela. É como se, por exemplo, a gente tá construindo uma casa, a gente projeta aquela casa e vai construindo; então a Marcha, ela é assim. Pra cada momento, você vai projetando e vai construindo. Todo o conteúdo dela, essa pedagogia do movimento das mulheres, isso é fundamental (Célia Regina, CNS, 2011).

A Marcha aconteceu quando aglomerou aquele número de mulheres e disse: “Nós vamos fazer uma caminhada, nós vamos gritar, nós vamos dizer o que nós queremos, e que nós somos mulheres, nós existimos, nós temos querer”, e se disponibilizaram a marchar. “Vamos sair, vamos caminhar, vamos gritar”, aí, aconteceu a Marcha. E ela não é só uma caminhada, é mobilização, é as mulheres saberem das políticas, é as próprias mulheres se conhecerem e conhecer umas às outras. Para mim, ela significa não só um ato de mobilização. Depois que eu conheci a Marcha, que eu entendi a Marcha, ela significa hoje a criação das políticas públicas. Então, a Marcha, pra mim, é um momento de formação e de determinação, porque a gente determina “eu vou lutar por isso” (Adriana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAEMA, 2011).

A Marcha é um espaço, é um ato que é construído com a ideia da base. As propostas que vão da base são tiradas desses encontros, é a realidade das trabalhadoras rurais em si, é a realidade de cada região. Então, é um espaço em que tem lá toda a região do país, todas as trabalhadoras desse país. É um espaço político muito importante onde a gente vai lá mostrar pra todo o país que nós, trabalhadoras rurais, existimos, que nós conhecemos os nossos direitos, que nós sabemos propor o que nós queremos

e que nós estamos lá mostrando a nossa cara e a nossa organização para toda a população, para todo o país (Josivânia, dirigente sindical, PE, 2011).

Muita gente acha que a Marcha é a ida a Brasília, mas, ao envolver as mulheres, já é marcha pra mim. Quando eu consigo conversar com a Dona Maria lá da casa de farinha, raspando a mandioca, já é a minha marcha e a dela. É trazer... É a luz. É uma luz, entende. Tô dando luz pra pessoa que não sabe que é um cidadão. A Marcha tem um significado muito grande pra mim. De mostrar a alguém que é possível aquele mundo se transformar. E não é só a ida, mas o estar lá, na conversa de pé de forno, isso já é marcha (Ângela, dirigente sindical, PA, 2011).

A experiência, associada à performance, lança luz sobre a construção das falas que as mulheres envolvidas fazem da maneira como vivenciaram o processo e os significados que lhes atribuem a partir do modo como vivem o seu cotidiano. Ou seja, é nesse processo que se pode encontrar aquilo que liga o sujeito à sua própria experiência, que, vivida coletivamente (Turner, 2005), é também experimentada subjetivamente.

O que vivemos na Marcha fica marcado pro resto da vida. Ficaré para as outras mulheres, como ficou pra mim. Passamos a saber que não estamos lutando sós, temos parceiras na sociedade. No início, achamos que estamos sozinhas, mas depois que vemos quantas pessoas empenhadas no mesmo pensamento, nos sentimos muito fortes. Buscamos fortaleza! A primeira vez é isso, um sonho, uma conquista, um passeio talvez, mas que terá muita realidade (Paula, dirigente sindical, PA, 2011).

A Marcha é essa força aí de você ver que nós, mulheres, sempre nos sentimos uma o rosto da outra, uma na personalidade da outra. Assim, do sentimento, do sorriso, da esperança, até do sofrimento mesmo. Então a Marcha te dá oportunidade de tu te reconhecer como mulher, como pessoa, como sujeito da tua própria história, como cidadã, de tu falar de ti, do teu sentimento, de tu externar o que te torna feliz tanto quanto o que te angustia. E a gente sempre vê isso, quer dizer, uma mulher sempre é parceira da outra nessas situações. As mulheres têm essa coisa assim da solidariedade, do sentimento, e eu penso que a Marcha dá essa oportunidade. Ela nos identifica pela nossa luta, pelo nosso direito do espaço, da garantia do território, da garantia da produção, da emancipação política, econômica e da sociedade, social como um todo. Eu acho que isso é fundamental! (Célia Regina, CNS, 2011).

Para abordar as rupturas e os conflitos presentes na vida social, Turner (1987) desenvolveu o conceito de ‘drama social’, privilegiando o conhecimento que se adquire nos momentos extraordinários da vida (antiestrutura), nos quais é produzido um efeito de distanciamento reflexivo sobre a estrutura social²¹², para depois contribuir na sua própria revitalização. Os dramas sociais, assim, são entendidos como constitutivos do processo social e tornam evidente a relação entre ritual e conflito (Turner, 1974).

A Marcha, assim entendida, promove o afastamento das mulheres da estrutura da vida ordinária, e é essa separação vivenciada por elas quando vêm a Brasília que faz com que consigam olhar para essa estrutura, dar-lhe sentido, admirar os seus próprios valores e, até mesmo, repensá-los. Como me disse Célia Regina, do CNS:

Eu penso que a Marcha é um grande marco, ela causa esse impacto da surpresa, e depois, ela dá o retorno da reflexão e faz as mulheres ficarem mais interessadas em participar do movimento. Elas passam a ser mais senhoras das suas vidas. Elas, com certeza absoluta, vêm pra Marcha e voltam acreditando que é possível um mundo melhor, e elas se empoderaram mesmo, pra si, pra família e pra sociedade. É um marco de vida mesmo das mulheres, a Marcha das Margaridas é isso!

A Marcha é uma maneira dessas mulheres experimentarem a fuga da estrutura da vida ordinária. Ali, elas vivem a suspensão do cotidiano e experimentam, até mesmo, uma inversão do comportamento costumeiro (põem batom, vestem-se segundo orientações próprias, e não orientadas pelo ambiente social, e permitem que os seus corpos assumam novos movimentos). Quando termina a Marcha, as mulheres retornam novamente à sua vida ordinária, à normalidade da ordem social constitutiva do seu cotidiano, mas não são mais as mesmas.

As mulheres, quando vão na Marcha e veem tantas mulheres de outros cantos, elas dialogam, trocam experiências, e só o fato de sair de casa, de sair do município, ir lá num espaço onde as mulheres são a porta-voz de todas as outras mulheres que não puderam ir, elas voltam cheias de energia.

212 Sobre a noção de estrutura, Victor Turner (1974) esclarece: “Quero significar por ‘estrutura’, tal como antes, a ‘estrutura social’, conforme tem sido usada pela maioria dos antropólogos sociais britânicos, isto é, como uma disposição mais ou menos característica de instituições especializadas mutuamente dependentes e a organização institucional de posições e de atores que elas implicam” (Turner, 1974, p. 201-202).

“Eu fiz parte, eu fui!”, e elas mudam, todas que já foram querem ir, porque gostaram, porque é uma experiência. Depois da Marcha, muitas mulheres viraram presidentes de sindicato, estão dirigindo associações ou outros espaços que sempre foram dirigidos pelos homens. Mesmo que elas não estejam, mas elas estão lá brigando pelo espaço de falar, de ter oportunidade. Isso se escuta muito, todas as mulheres que participam da Marcha, até os poucos homens que vão, falam de como é bom participar. Ir pra Marcha faz parte de contar para as outras mulheres como que é lá, acho que isso é o que fica. E tem vários depoimentos: “Ah eu acabei me soltando depois que eu fui pra Marcha, eu falo, eu canto, eu coordeno os grupos, hoje eu já sou coordenadora dos grupos e negócio lá em casa” (Euci Ana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAGRI-PA, 2011).

A Marcha é um espaço onde as mulheres têm a liberdade de se expor com autonomia, empoderamento. A Marcha me dá essa possibilidade de, como mulher, me olhar de outra forma, de me ver de outra forma, a Marcha faz isso com a gente. Ela é um espaço político das mulheres, um espaço de formação, de aprendizado, de conhecimento, e um espaço de empoderamento nosso, de mulheres. A Marcha, pra mim, significa muito! (Graça, Coordenadora de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAESC, 2011).

Elas conseguem adquirir alguma autonomia quando chegam em casa, porque, assim, nós ainda temos no meio rural, apesar de todo o trabalho que a gente faz, mas a gente ainda tem muitas mulheres submissas, e aí é como se desse um estalo, e elas mesmas despertassem. É como se elas estivessem dormindo e despertassem. Eu não preciso brigar com ele, mas eu preciso negociar com ele minha vontade, é como se fosse assim. A gente costuma dizer que é o passaporte pra elas entenderem a relação de gênero (Josivânia, dirigente sindical, PE, 2011).

Elas voltam outras pessoas, transformadas, felizes, tomando atitudes diferentes frente a seus maridos. Elas se interessam mais a participar das Marchas, perguntam, falam pra outras mulheres que querem ir também. Elas ficam contentes e a gente também, em incentivar a organização delas. Às vezes, algumas aparecem no jornal e os vizinhos ficam entusiasmados. Elas ficam muito felizes, os grupos até se reúnem pra conversar e contar como foi, avaliar como foi²¹³ (Lúcia, MMTR-NE, 2011).

213 É muito comum, ao retornarem de Brasília, as mulheres se reunirem para contar para as outras o que vivenciaram, desde a viagem até a caminhada, e realizarem uma espécie de avaliação. Nesses momentos, elas contam detalhadamente tudo o que viveram e presenciaram, bem como suas impressões.

A Marcha como experiência pela qual as mulheres se constituem como sujeito repercute sobre elas, enquanto pessoas moldadas no ambiente em que vivem. Elaborada subjetivamente, é dada à experiência coletiva vivida atribuição de sentidos, que provocam transformações no cotidiano dessas mulheres em diferentes graus.

A Marcha é uma descoberta, ela é uma intervenção na vida das mulheres, cria referência para as mulheres, cria respeito, elas passam a ser referência como mulheres. As mulheres dos sindicatos que se envolvem na Marcha não são mais as mesmas. A maioria das mulheres são da base, às vezes, mal vão na cidade, mas querem ir a Brasília, então elas têm que ter referência com alguém, aí automaticamente elas vão elegendo quem fala mais, quem vai caçar material, quem vai caçar informação. Nos sindicatos, sim, porque as mulheres participam por participar, mas não têm autonomia de falar, de dizer, e a Marcha faz uma intimação com relação a isso. A Marcha também provoca um debate que é de relação entre as pessoas, entre os dirigentes, de que forma que essas coisas são tratadas, e as mulheres trazem pro centro do debate junto com elas. Em todas as plenárias, nós tivemos que parar pra acertar algumas coisas de relação do sindicato, das mulheres e da Marcha. Acho que a Marcha mexe as estruturas da CONTAG. Primeiro tem uma coisa que a gente acha que é muito simples, é o que é escrito, se você for ver a mudança dos anais, dos documentos, o que é escrito sobre cotas, o que é escrito em relação ao trabalho das mulheres, oportunidades, tudo isso tem uma alteração enorme a partir da Marcha. A Marcha dialoga com o poder público, e, na CONTAG, tem mudado muito a linguagem da escrita, a vivência. A Marcha é uma ação que mexe com a estrutura de pessoal, com a estrutura de conteúdo, com a estrutura de intervenção mesmo, pra poder dialogar lá, internamente, e a gente quer traduzir isso. Que a Marcha possa traduzir isso como instrumento de mudança interna. Para mim, a Marcha significa crescimento, porque ela abre uma porta do crescimento do diálogo com as mulheres, com o movimento, internamente. Então, para mim, a Marcha é crescimento, é crescer. Quem passa pela Marcha, quem coordena a Marcha e não cresce tem alguma coisa de errado. Eu me sinto muito grande, de crescer, de descoberta, coisa realmente que eu acho que, se a gente não estiver atento, não estiver nessa articulação, a gente não consegue descobrir, não consegue vivenciar (Euci Ana, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAGRI-PA, 2011).

As mulheres amadurecem, e também se abre a visão delas do entendimento social, político. Eu mesma virei uma liderança através da Marcha. Eu fui construída a partir daí. Em mim, o que mudou foi a questão da

coragem, questão de chegar, de falar, porque a fala para nós é muito importante, mas também é muito difícil para nós falar em público, dizer a nossa opinião, o que a gente pensa. A Marcha o que transformou em mim foi o sujeito político. A pessoa que faz a Marcha aumenta a credibilidade no movimento. Ela fica mais integrada, aprende a valorizar o movimento sindical, já vem pro sindicato quem não é sócio, muitas delas se associam. Ficam mais próximas de nós da direção, do movimento sindical. Tem fala nesse mundo que transforma a vida da mulher na questão da autonomia. Uma mulher que vinha sendo explorada pelo marido e que ainda não tinha despertado, quando ela vai para Marcha, que volta, ela volta uma outra mulher (Maria Pereira, dirigente sindical, PE, 2011).

Eu acho que, pra mim, eu cresço muito como mulher politicamente, pessoalmente, no meu trabalho no estado. Cresce porque a gente vive a Marcha. Então, a Marcha, pra mim, ela é muito importante pelo crescimento que eu tenho na organização. Você cresce como pessoa, como sindicalista, você cresce em tudo, então, politicamente, pessoalmente também. É muito bom! (Mercedes, Coordenadora de Mulheres Trabalhadoras Rurais, FETAEP, 2011).

Pra mim, modifica muito, modificou, porque quando a gente vive um processo desse, é que a gente sabe as dificuldades que essas mulheres tiveram pra chegar até lá. Muitas mulheres, a partir da Marcha, é que começaram a se desenvolver na questão da fala, perderam o medo de falar, porque antigamente nós fazíamos encontros aqui, poucas mulheres falavam, e hoje quase todas falam, dão a sua opinião, mesmo que seja pouco, mas contribuem na discussão. Também estão buscando participar da diretoria dos sindicatos, e isso tudo foi em decorrência da Marcha (Elenira, dirigente sindical, CE, 2011).

A Marcha muda as pessoas envolvidas: não é possível falar delas do mesmo modo antes e depois da Marcha. Todas, de uma forma ou de outra, sofreram algum tipo de transformação na temporalidade que vai do antes ao depois. Como assinala Peirano (2003), um evento traz como consequência o fato de que os participantes foram alterados por ele.

Mas as marchas também mudam. “Cada Marcha é uma Marcha”, dizia insistentemente Carmen Foro. Ela não é algo perene, engessada. Cada uma aconteceu num contexto sociocultural, político e situacional característico. Além disso, tomando de empréstimo as palavras de Peirano (2001, p. 36), ela apresenta “elementos que a tornam imprevisível, uma surpresa, uma diferença”. Do contrário, seria tão

somente a “ativação de uma potencialidade, da mera atualização de uma causa, da realização de uma estrutura” (*ibidem*), não carregaria em si o potencial transformador que a faz se repetir no tempo, rerepresentando, reinventando e recriando as mulheres do campo e da floresta como sujeito político.

Marcha das Margaridas: processo, movimento e criação

Iniciei este livro me propondo a refletir sobre a constituição do sujeito político, não como uma categoria capaz de outorgar um significado homogêneo à ação, mas considerando a pluralidade e a diversidade que o envolve. Tal reflexão partiu, de um lado, de inquietações provocadas pelo contato com algumas das produções teóricas feministas. Alimentadas pelas teorias pós-estruturalistas, elas passam a questionar o sujeito político do feminismo identificado com a categoria ‘mulher’, um significante inquestionável que unifica as mulheres e cujo caráter unitário e homogêneo suprime as diferenças. É possível pensar na prática política sem que se conceba, de antemão, a existência de um sujeito unitário? Não considerar a existência desse sujeito político compromete a prática política? Quem são os sujeitos do feminismo? Que lugar hoje ocupam no movimento? Quais os modos de subjetivação e constituição de sujeitos que ele coloca? Essas são algumas das questões instigadas pelo debate.

Por outro lado, ao entrar em contato com o universo apresentado por intermédio da Marcha das Margaridas, tais reflexões ganharam força e fizeram sentido em uma discussão que, por vezes, pareceu esvaziar-se de materialidade ao enveredar pelo debate epistemológico da desconstrução do sujeito. Isso, embora inevitável e importante para fundamentar as reflexões, parecia carecer de concretude. Assim, para construir o projeto que deu origem e orientou o livro que ora apresento, coloquei-me as seguintes questões: de onde vem o poder articulatório da Marcha das Margaridas? Quem é o seu sujeito político? Como ele se constrói em meio a tantas diferenças e diversidade?

No processo de construção do objeto de estudo, essas questões foram lapidadas. A elas somaram-se outras, postas no início deste livro, que orientaram o meu olhar para o campo empírico e para a literatura relativa às ciências sociais, mais especificamente à antropologia política, embora sempre procurando estabelecer uma estreita interlocução com os estudos de gênero. Desse modo, instaurei uma série de diálogos, alguns dos quais tentarei recuperar nos parágrafos a seguir.

O eixo analítico proposto implicava refletir sobre a constituição do sujeito político da Marcha das Margaridas, dado a conhecer mediante uma nomeação que categorizava, na Marcha de 2011, um determinado público: as mulheres do campo e da floresta. Como tentei mostrar, trata-se de uma categoria histórica, heterogênea, que se constrói num amplo espectro de práticas e discursos que fundamentam a Marcha como movimento que busca articular essas mulheres politicamente, considerando suas temporalidades e densidades divergentes. Procurei mostrar, ainda, que se trata de um sujeito político definido a partir de diferentes posições, que se interseccionam produzindo um efeito articulatório num contexto histórico específico, assumindo uma identificação a partir da percepção: elas estarem submetidas à mesma condição de exploração, submissão e privação. Tal identificação promove certa forma de unidade discursiva, ainda que parcial e contingente, da qual empreendem uma ação comum.

Nesse sentido, a Marcha pôde ser compreendida pela articulação simultânea da heterogeneidade e da singularidade de diferentes mulheres vinculadas a diferentes grupos, organizações e movimentos, apresentando diferentes posicionamentos ideológicos e bandeiras de luta. Sob a nomeação ‘mulheres do campo e da floresta’ — e posteriormente, ‘mulheres do campo, da floresta e das águas’ —, essas mulheres são anunciadas como sujeito político, em nome do qual se fala — sendo, portanto, criação do próprio movimento engendrado pela Marcha.

Logo percebi que refletir sobre a constituição dos sujeitos políticos era refletir sobre a construção da Marcha em si. E este livro foi concebido como parte dessa reflexão. Seu ponto de partida foi propor explorar a Marcha das Margaridas 2011 em seu fazer, e, ao fazê-lo, buscar os sujeitos nas experiências da dimensão vivida dos vários níveis de participação nela inscritas.

Também me pareceu fundamental, para entender a constituição desse sujeito político nomeado ‘mulheres do campo e da floresta’, resgatar o processo de organização política das mulheres trabalhadoras rurais, que se vinha desenvolvendo desde os anos 1980, a fim de apresentar a Marcha como um momento histórico desse processo — sem, contudo, atribuí-la a um mero resultado causal dele decorrente, uma vez que, para mim, ela se configura pelos laços múltiplos e heterogêneos que as próprias pessoas entretecem.

Nesse sentido, para compreender este momento histórico, considerei a conjugação de condições sociais e o conjunto de relações, arranjos e teias de interdependência que se estabelecem a partir da Marcha, procurando mostrar que ela apresenta uma natureza relacional: uma trama de vínculos de interconhecimento que delineia uma figuração específica (Elias, 2005; 2001), favorecida por

tais condições, que, por sua vez, foram propiciadas por uma conjuntura política marcada pela implementação de políticas econômicas neoliberais, pela inflexão dos sindicalistas (homens) no interior do movimento sindical, pela capacidade de articulação desenvolvida pelas mulheres e pelo acionamento de determinados recursos emocionais que impulsionaram o engajamento das mulheres.

Procurei explicar não só o aparecimento da Marcha das Margaridas no ano 2000, mas o conjunto de fatos e eventos que fizeram com que milhares de mulheres atravessassem o território nacional, tomassem as ruas de Brasília e repetissem essa ação a cada quatro anos, demonstrando capacidade de se fazer representar, levar as suas demandas ao espaço público, impor uma imagem de quem são e expressar por que se manifestavam.

O percurso que tracei, ao buscar compreender como a Marcha se tornou possível tomando-a a partir da figuração que ela delineava, permitiu-me considerar os sujeitos políticos que, a princípio, nos remetem a uma ideia de coletivo como pessoas que, ao estabelecerem vínculos políticos, protagonizam ações e as tornam possíveis, cuja atuação contribui na corporificação da imagem dos sujeitos que se quer revelar. As dimensões relacionais da vida dessas pessoas estão implicadas na figuração. Se afirmo que o sujeito político da Marcha é criação do próprio movimento por ela engendrado, essas dimensões relacionais da vida estão implicadas na constituição desse sujeito.

Busquei mostrar a Marcha das Margaridas 2011 ‘por dentro’, descrevendo sua estrutura, sua organização, sua dinâmica interna e suas relações com outros movimentos e organizações. Procurei efetuar uma análise dos processos complexos de construção do seu sujeito político.

Considerando que, para além do contexto, a existência da Marcha, as suas escolhas e as suas trajetórias são marcadas também pela relação que ela estabelece com diversos atores sociais e políticos, apresentei a Marcha das Margaridas 2011 como um espaço relacional delimitado pelas relações dos sujeitos que o constituem. Vali-me, para tal, dos conceitos de ‘campo político’ e ‘arena’ (Swartz, 1994), forjados na análise antropológica de processos políticos locais, para traduzir a Marcha em termos da diversidade e da mobilidade dos atores nela envolvidos, levando em conta a fluidez dos recursos materiais e simbólicos empregados pelos participantes e o alcance flexível de suas redes sociais e territoriais. Além disso, o conceito foi utilizado para mostrar como a Marcha engendra processos políticos marcados por tensões, disputas e intencionalidades.

Do ponto de vista organizativo, ao descrever a Marcha 2011 a partir de dentro, dei a conhecer a sua constituição como um ‘campo’ misto que, embora sugira uma

forma organizacional objetivando reunir e orientar a atuação de todos os grupos que dela fazem parte, apresenta uma configuração polimorfa ao congregar, a partir da articulação de uma rede de relações, movimentos de mulheres, movimentos feministas, associações, centrais sindicais e entidades — as chamadas ‘parceiras’, que, por sua vez, apresentam e mantêm formatos organizacionais próprios e identidades institucionais variadas.

Ao considerar a dimensão histórica na caracterização do ‘campo’, busquei compreender a Marcha 2011 na perspectiva das que a antecederam, o que me levou a realizar uma incursão pelas Marchas das Margaridas anteriores. Mostrei, assim, que o ‘campo’ se movimenta num “continuum espaço-temporal” (Swartz, 1994, p. 105), passível de contração ou expansão conforme a entrada e a saída de atores ou as mudanças nas atividades de interação, de acordo com o interesse e o envolvimento dos participantes. Dessa forma, pude constatar que cada Marcha delimita um campo específico, nunca igual a outro, e apresenta alterações desde a sua forma organizativa até a sua composição, refletindo as relações de parcerias estabelecidas entre a CONTAG, as ONGs e os movimentos, que, devido à flexibilidade do campo, podem permanecer nele, sair, ou assumir novos papéis — ora como entidades promotoras, ora como participantes, ora como apoiadores em determinadas situações, conforme o contexto, a demanda e a conjuntura política. Algo importante a possibilitar a compreensão da relação da Marcha das Margaridas com o Estado, também implicado pela rede de relações que ali se estabelece.

Ao descrever a dinâmica interna da Marcha, enfatizei o papel dos movimentos, organizações e instituições engendrados nessa dinâmica e que influenciam, mais ou menos, as decisões que orientam as ações no seu interior. Mostrei que, como promotora e coordenadora da Marcha, respectivamente, a Secretaria de Mulheres da CONTAG e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais conseguem acessar, de maneira eficaz, os recursos materiais, humanos e normativos disponíveis no interior do movimento, transformando-os em suportes para os fins políticos. Uma das estratégias para acessar os recursos políticos é o estabelecimento de ‘parcerias’. Apresentei, por meio das falas das representantes das ‘entidades parceiras’, a forma como essas relações foram estabelecidas, os interesses em jogo, os compromissos assumidos, as expectativas, os processos de aliança e as tensões existentes, bem como a diversidade no interior do campo. Mostrei, ainda, que as parcerias expressam laços políticos, construídos em momentos e de maneiras diferentes, que podem ser fortes ou fracos, eventuais, extensos, estratégicos, conjunturais, mais ou menos intensos.

Procurei mostrar que a dinâmica interna também é influenciada pela participação dos apoiadores e patrocinadores. Com isso, sugeri que atores ligados ao Estado (patrocinadores ou apoiadores), apesar de não serem percebidos como partes integrantes do movimento em si, estão envolvidos nos processos definidores. Aliás, a Marcha se mostrou um espaço fértil para a compreensão das relações que se estabelecem entre Estado e movimentos sociais, sem cair nas explicações simplistas que as adjetivam como relações de cooptação ou clientelismo.

Ao descrever a dinâmica interna da Marcha, procurei chamar atenção para o papel exercido pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG. Percebi o quanto este lugar é fundamental. Coordenar a Marcha implica, como tentei mostrar, assumir o papel de porta-voz do movimento, o que envolve um processo de aprendizado e destreza na utilização de distintos recursos que dependem das características pessoais de quem assume a sua coordenação e que acaba deixando a sua marca a cada Marcha. A sua atuação se faz importante no processo de criação dos sujeitos políticos, em nome dos quais fala e é legitimada como porta-voz.

Embora o ‘campo’ mantenha com a “arena” uma relação íntima, na acepção de Swartz (1966), logo percebi que, do ponto de vista da construção do sujeito político, é no ‘campo’ que se estabelece a produção de categorias que o definem, sem que, necessariamente, se considere o que ocorre na ‘arena’. Por exemplo, foi no ‘campo’ que se definiu a nomeação do sujeito político da Marcha. Entretanto, a Marcha mostrou uma grande capacidade de mobilizar e envolver participantes da ‘arena’ na ação política. Além de pessoas, ela mobilizou recursos, valores e significados também presentes na ‘arena’ (mídia, opinião pública e poder público, por exemplo), provocando a expansão do seu raio de ação.

Entender a dinâmica interna da Marcha, que envolve a sua forma organizativa e os papéis desempenhados por cada ator envolvido, foi fundamental para compreender a caminhada e as ações que envolveram a realização da Marcha em Brasília, não só porque atesta a eficácia de todo o processo anterior, mas porque os sujeitos políticos que ela representa ganham existência na Marcha realizada na capital federal.

Algo importante para compreender a dinâmica interna da Marcha das Margaridas é a sua articulação com outros movimentos de mulheres e movimentos feministas. Articulação que lhe empresta uma forma própria, rompe as fronteiras institucionais da CONTAG e oferece às mulheres um espaço próprio de organização, que é dinamizado mesmo no tempo entre Marchas, alimentando um *éthos* movimentalista que, em nome da Marcha, mobiliza as mulheres a se engajarem em ações como mostras, feiras, jornadas e atos públicos.

Como tentei mostrar, esses vínculos estabelecidos entre movimentos e organizações implicam determinada forma de unidade e de ação comum, estabelecida a partir de formas precárias de identificação em torno da categoria ‘mulher do campo e da floresta’, resultante da criação de um discurso que é capaz de articular diversas demandas dos diferentes movimentos e organizações que a compõem, constituindo o que Mouffe (1999) diria ser o ponto nodal que permite a construção de uma unificação simbólica, de um ‘nós’ capaz de dar uma unidade ao movimento, ainda que de forma parcial e contingente. Tal discurso não é uma mera soma de palavras, mas resultante de articulações concretas que unem palavras e ações e produzem sentidos. Nesta etnografia, me propus a identificar os pontos nodais que permitem a articulação de uma unidade discursiva em torno do sujeito da Marcha.

A plataforma política da Marcha das Margaridas é um dos elementos que compõem tal unidade, construída, em 2011, a partir do lema “Por um desenvolvimento sustentável com justiça, igualdade, autonomia e liberdade” e composta de sete eixos temáticos que agregaram, deram suporte e justificaram politicamente as demandas das mulheres. Ela articulou um discurso que anunciava um projeto alternativo ‘anticapitalista’ e ‘antipatriarcal’ que se opunha ao modelo de desenvolvimento hegemônico, também articulado discursivamente em torno do agro-negócio. A sua expressão mais concreta é a pauta de reivindicações apresentada ao Governo Federal, de modo que, em torno dela, também se estabelecia uma unidade discursiva, uma vez que ela contemplava as agendas e demandas de outros movimentos, reforçando-as. Por incorporar temas que não fazem parte da agenda sindical, a discussão da pauta internamente ao MSTTR não é algo desprovido de tensão, inclusive porque a ampliação da incorporação dessas demandas favoreceu a mudança na nomeação do sujeito político da Marcha — que, de ‘mulheres trabalhadoras rurais’, passou a ser designado ‘mulheres do campo e da floresta’ e, posteriormente, ‘mulheres do campo, da floresta e das águas’, uma nomeação que, por meio da pauta e da plataforma política, cria uma identificação entre diferentes posições de sujeito.

O sujeito político, assim nomeado, é resultado, como procurei mostrar, de uma negociação selada, inclusive numa reunião da Coordenação Ampliada, por representantes de outros movimentos que não se viam representadas na categoria ‘trabalhadora rural’. Embora algumas dirigentes sindicais tenham resistido à mudança de nome, foi necessário abrir mão dessa categoria e nomear o sujeito de modo a acolher a diversidade de mulheres trabalhadoras rurais que vivem no campo, incluindo as que vivem na floresta, e, assim, garantir não apenas articulação

entre movimentos, mas a força simbólica que a Marcha carrega consigo a partir dessa articulação. Assim, era das ‘mulheres do campo e da floresta’ que a Marcha falava quando se comunicava no espaço público, seja por meio impresso, seja nos discursos pronunciados, seja na marcha propriamente dita. Trata-se, portanto, de uma nomeação discursivamente articulada e negociada.

Também identifiquei o feminismo como um dos elementos discursivamente articulados em torno do sujeito político da Marcha por meio da sua plataforma política, da sua pauta de reivindicações, dos discursos pronunciados e de toda uma simbologia que se expressa na caminhada caracterizada como ‘marcha’. O feminismo se revelava mais pelo posicionamento crítico que a Marcha assumia ao questionar as bases da subordinação patriarcal sofrida pelas mulheres, a divisão sexual do trabalho, o controle sobre o corpo e a sexualidade, enfim, as desigualdades de gênero, nas quais se orientavam as ideias feministas que circulavam no seu interior. A referência a essas desigualdades criava um ponto de ligação comum, uma identificação entre aquelas que se viam como ‘mulheres do campo e da floresta’. Esse questionamento crítico ganha concretude ao se articular com aspectos importantes da vida dessas mulheres, expressos nos temas que compunha a plataforma política, dando sentido à Marcha pelo caráter propositivo do qual se investia: denúncia, diálogo e negociação com o Estado brasileiro, afirmando um feminismo próprio, uma determinada concepção de feminismo, chamado em algum momento de ‘feminismo rural’, o qual se distinguia, embora não se opusesse, a outras concepções que se abrigavam no interior da própria Marcha, como o feminismo da Marcha Mundial das Mulheres ou da Articulação de Mulheres Brasileiras.

Ainda que a noção de sujeito político remeta a um ator coletivo e à ideia de uma identidade, o meu olhar não repousou sobre aquilo que identificava esse sujeito, mas sobre o que criava identificações entre eles. Percebi que tanto as similaridades quanto as diferenças são passíveis de produzir significados capazes de criar identificações em torno do sujeito político, estando, assim, implicadas na articulação que configura a Marcha das Margaridas e na constituição das ‘mulheres do campo e da floresta’ como sujeito político. Ao longo deste livro, procurei apresentar, por intermédio das falas das minhas interlocutoras, como as diferenças se expressam. Sim, porque elas também criam identificações. Para compreender como elas são articuladas, utilizei a diferença como categoria analítica (Brah, 2011).

Percebi que os diversos sujeitos representados na Marcha das Margaridas queriam ser vistos nas suas especificidades e, mais que isso, queriam ver suas agendas próprias de lutas a ela incorporadas. A categoria ‘mulheres do campo e

da floresta' não parecia estar sujeita a questionamentos, discussões ou segmentações. Contudo, os grupos específicos — extrativistas, quebradeiras de coco, ribeirinhas, trabalhadoras rurais, assalariadas, assentadas, quilombolas, agricultoras etc. — buscavam, em vários momentos, se afirmar e expressar a sua diversidade, que, incorporada ao discurso político, evidenciava uma diferença. Afinal, são mulheres diferentes entre si e com especificidades dentro da Marcha.

Notei, ainda, que 'mulheres do campo e da floresta' demarcavam 'diferenças' construídas de diversas maneiras dentro dos discursos, podendo ser usadas para se referir à trabalhadora rural, à agricultora, à extrativista, à quebradeira de coco, à assentada, à pescadora/marisqueira ou à ribeirinha. Enfim, tratava-se de uma categoria que mobilizava diferentes conjuntos de identidades culturais ou políticas e, ao fazê-lo, estabelecia limites à nomeação expressando uma unidade. Essas mulheres não existem apenas como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como 'mulheres da classe trabalhadora', 'mulheres rurais', 'mulheres da floresta', 'mulheres do campo', 'mulheres indígenas', 'mulheres quilombolas', 'mulheres assentadas', 'mulheres ribeirinhas', 'mulheres quebradeiras de coco'. Nesse sentido, é uma expressão que se unifica, mas que acolhe distinções que se referem à diferença de condições sociais.

No contexto da Marcha 2011, o gênero, a classe e o pertencimento territorial se expressavam na categoria que nomeava o seu sujeito político. O gênero nela referenciado se ligava a desigualdades e a antagonismos articulados em torno de outros dois marcadores: 'classe' (são mulheres da classe trabalhadora) e 'território' (são mulheres rurais que vivem no campo ou na floresta). Contudo, a interconexão entre classe, gênero e território não negligencia outros marcadores de 'diferença' como raça, geração e sexualidade. Ou seja, ainda que esses marcadores não se revelassem diretamente na categoria 'mulheres do campo e da floresta', eles eram reconhecidos como marcadores de diferença social, como explicitado na plataforma política.

A diferença aí é significada como relação social, partindo da posição do sujeito nas relações socioeconômicas e culturais. E, enquanto tal, ela era mobilizada na Marcha por se referir a uma experiência coletiva construída historicamente, de modo que assinala as diferenciações de gênero, classe e território em termos de elementos estruturados e estruturantes do vivido social. A referência à situação de subordinação das mulheres dentro de estruturas socioeconômicas e políticas de poder evidenciava todo um sistema de significação e representação que as construía como classe. Assim, quando anuncia o seu sujeito como 'mulheres trabalhadoras', está destacando o posicionamento desse grupo marcado, nessas estruturas, pelo gênero.

Mas a diferença é também uma produção subjetiva. E por mais paradoxal que ela possa ser, as falas das minhas interlocutoras me revelavam que a Marcha, como experiência coletiva, com a qual se compartilha um lugar comum de ser ‘margarida’, é também um espaço favorável à percepção subjetiva da diferença. Ao viver a Marcha como experiência coletiva e subjetiva a um só tempo, elas estavam provocando transformações, não apenas social ou política, mas também uma mudança pessoal. A Marcha é uma luta por significado, sobre diferentes modos de ser, na qual se imbricam questões relacionadas à experiência, à subjetividade e às relações sociais.

No processo de mobilização política, apela-se à experiência coletiva tentando, nela, reinscrever as subjetividades (Brah, 2011). Nesse processo, é evocado aquilo que as ‘mulheres do campo e da floresta’ têm em comum. Contraditoriamente, o que é comum apenas se torna significativo quando articulado a um discurso de diferença, que é construído a partir de alguma leitura da história coletiva, tomada como experiência de ser mulher rural, trabalhadora, destituída de direitos, com uma história particular de opressão, discriminação, exploração e submissão, estruturada em torno do gênero como expressão de inferioridade, produzida e reproduzida por meio de mecanismos específicos, dentre os quais a utilização da violência e da violação dos seus corpos. Há, na Marcha, um apelo aos laços construídos do reconhecimento dessa experiência partilhada a fim de mobilizar as mulheres às quais se refere e, ao fazê-lo, afirma uma diferença que pode ser lida como ‘essencialismo estratégico’, na acepção de Spivak (2010), experimentando, assim, a diferença como identidade.

A segunda parte deste livro tem uma característica mais descritiva, a fim de apreender a dimensão vivida da Marcha das Margaridas em contextos micro locais e no contexto da Marcha propriamente dita. Mediante um trabalho etnográfico centrado no fazer cotidiano e vivido da política, procurei apresentar as mulheres que assumem e se envolvem na sua mobilização a partir dos municípios e localidades onde habitam. Havia em mim o desejo de dar conta, desde um olhar propriamente etnográfico, da dimensão vivida da participação na construção da Marcha das Margaridas, e foi o que tentei fazer explorando ao limite as falas das mulheres envolvidas, chamando atenção para o fato de que a Marcha está nas experiências delas e expressa diversas dimensões dessa experiência. Interessava-me perceber como elas viviam e significavam a Marcha, por meio da qual faziam política e se faziam a si mesmas. As suas falas me revelaram que elas eram afetadas por esse fazer e tinham com ele uma relação afetiva.

A saída dos ônibus dos municípios em direção a Brasília deu início ao que denominei ‘momento ritual’. A viagem até a capital federal parecia resguardar um aspecto sacrificial (viajar era desafiar o cotidiano e experimentar as incertezas), o que me fez assemelhá-la a uma peregrinação, embora não se tratasse de uma caminhada. A viagem foi tomada como parte da experiência ritual que envolvia a marcha em Brasília. Experiência que, na fala das minhas interlocutoras, provocava uma profusão de sensações e sentimentos motivados pelo encontro inesperado com o desconhecido, pelo estranhamento ao que lhes era familiar, pela percepção da alteridade, e pela emoção acionada por se verem em meio a tantas outras mulheres reunidas num único espaço. Tudo isso era vivenciado subjetivamente e expresso pelos corpos, que traziam impressos a marca da diferença que carregavam entre si.

A Marcha não é indiferente à população de Brasília, pois altera a vida de seus moradores e modifica a paisagem urbana local. Trata-se de um grande evento e, como mostrei neste livro, o seu porte imprime-lhe valor. É uma forma de mostrar à sociedade e às próprias mulheres sua grandeza e sua importância: dá ‘visibilidade’. E, nesse sentido, a Marcha das Margaridas 2011 se mostrou eficaz.

O número de mulheres presentes na caminhada, compondo uma multidão, ganhava expressividade aos olhos de quem a assistia, constituindo-se num elemento de linguagem significativo ao comunicar um coeficiente de adesão importante para obter o apoio necessário ao que se pretendia conquistar. Demonstrava força e capacidade de mobilização. Ao se apresentar como uma coletividade que expressava um conjunto de sentidos afirmados repetidamente por diferentes meios, as mulheres do campo e da floresta, ao mesmo tempo, também se afirmavam. O efeito performático dessa afirmação legitimava a aceitação pública da sua presença em Brasília.

Como ato de protesto e de denúncia, a Marcha 2011 apresentou objetivos eminentemente políticos, sobretudo, ao chamar atenção do poder público e da sociedade em geral para a situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres, especificamente pelas trabalhadoras rurais que habitam os campos e as florestas. Por outro lado, a caminhada, a performance e a estética que ela apresentava eram a forma de expressão que completava a experiência vivida durante todo o seu processo de construção, evocava com força as dimensões coletivas do vivido, suscitava “experiências de *communitas*” (Turner, 1974; Dawsey, 2013) e unificava os vários grupos sociais ali representados, mostrando que as diferenças eram “capazes de se misturar” (Augé, 1997).

Ao longo deste livro, intencionei mostrar que, vivida coletivamente, a Marcha é também experimentada subjetivamente. A experiência da caminhada resultou, de acordo com as falas das minhas interlocutoras, num sentimento de força. Constituída performativamente, a ação política empreendida por intermédio da Marcha é uma prática produtiva de poder que se expressa pelo uso da fala, de imagens visuais, de registros sonoros e do corpo, em toda a sua integralidade. Um poder que é comunicado simbolicamente, como mostrei, pela combinação de comportamentos verbais e não verbais (Tambiah, 1968).

A Marcha, como uma ação coletiva expressiva, foi capaz de comunicar os fundamentos da sua plataforma política e os seus propósitos. Para isso, evocou referências simbólicas consagradas ao mesmo tempo que questionava as estruturas sociais e o lugar de subalternidade que as mulheres nelas ocupam. A ação se apresentou como potencialmente transformadora em duplo sentido. Como evento político, apresentou um projeto de transformação social — e a obtenção de reconhecimento público se dá com o ritual político. A Marcha, ao ser vivida como experiência coletiva, opera transformações no nível das percepções subjetivas. Esse potencial transformador é que a faz se repetir no tempo.

Enfim, a Marcha das Margaridas é a realização do seu próprio sujeito político, as ‘mulheres do campo e da floresta’, que por meio dela ganham existência.

A Marcha das Margaridas 2011 e os anos seguintes...

Em 2010, quando iniciei a pesquisa que deu origem a este livro, me posicionava tão somente como pesquisadora em relação à Marcha, de modo que o que apresentei até aqui foi o produto de minhas reflexões enquanto tal. Porém, passados 15 anos, escrevo este posfácio não apenas como pesquisadora, mas também como assessora da Secretaria de Mulheres da CONTAG, o que, inevitavelmente, provoca um reposicionamento do lugar do dito e do qual eu escrevo hoje.

Após 2011, a Marcha das Margaridas voltou às ruas de Brasília em 2015, 2019 e 2023. Cada uma delas com as suas singularidades em seu fazer, mas também com permanências que torna possível traçar uma linha de continuidade entre elas.

E se cada uma delas é única e singular é porque não ocorrem em um vazio social e político, ao contrário, elas são reveladoras das marcas de uma conjuntura, que age sobre a forma como ela se organiza, o posicionamento dos atores no “campo político” e as estratégias que promovem, bem como as escolhas que fazem. Aspectos que incidem na redefinição dos limites da “arena política”.

A Marcha das Margaridas 2015 ocorre no mesmo ano em que se inicia o segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, num processo eleitoral caracterizado pelo enfrentamento às críticas marcadas pelo ódio e pela misoginia em suas mais diversas formas.

A votação acirrada e os rumores propagados pelas redes sociais impulsionou a contestação do resultado das eleições de 2014 e, a partir do ano de 2015, movimentos organizados em torno de concepções liberais e conservadoras, notadamente, o Movimento Brasil Livre (MBL)²¹⁴, criado no contexto das Jornadas de

214 O MBL foi criado em junho de 2013, em meio as manifestações iniciadas pelo Movimento Passe Livre na cidade de São Paulo. Originário dos quadros do Estudantes Pela Liberdade (EPL), definia-se como apartidário, sendo o grupo que mais se destacou nas redes sociais e na mídia tradicional (Oliveira; Machado, 2019).

Junho²¹⁵; e o Vem Pra Rua²¹⁶, lideraram atos e organizaram, com êxito, sucessivos protestos reivindicando o fim da corrupção, que atraíram milhares de pessoas às ruas, em um cenário de crise econômica, agravada pela crise política; e escândalos de corrupção expostos pela Operação Lava à Jato²¹⁷ (Cf. Oliveira; Machado, 2019). Ambos os movimentos ganharam maior relevância no espectro político da direita, “transpondo as ruas e as redes sociais, suas lideranças ganharam espaço nos meios de comunicação tradicionais” (Oliveira; Machado, 2019, p. 102), e ganharam expressão no contexto do golpe parlamentar que promoveu, em 2016, o *impeachment* da presidenta.

Foi nessa atmosfera que se deu a construção da Marcha das Margaridas 2015, em um ambiente político tensionado por fatos relacionados entre si, ocorridos no período entre Marchas (2011-2015), que marcaram a conjuntura nacional, e desencadearam processos que iriam adquirir contornos políticos relevantes, posteriormente.

A pressão para que fosse aberto o processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, os protestos anti-Dilma, as manobras comandadas por Eduardo Cunha, então presidente da Câmara Federal, em relação ao processo em curso, soava como prenúncio de um possível golpe parlamentar, que aconteceria no ano seguinte.

215 As “Jornadas de Junho” se referem a uma onda crescente de manifestações de protesto, iniciadas em junho de 2013, que tomaram o país, levando milhões de pessoas às ruas, em repúdio ao aumento das tarifas do transporte público. Essas manifestações se conectam com toda a história recente da política brasileira. Iniciado por estudantes, o movimento foi potencializado, principalmente, pelo uso das redes sociais, fazendo delas um novo campo de ação política. As manifestações, que começaram com pequenos atos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), na cidade de São Paulo, se nacionalizaram, vindo a agregar pautas difusas. Os protestos cresceram extrapolando os limites do próprio Movimento e a sua pauta inicial, com a aparição das táticas *Black Bloc* e a entrada de grupos com interesses muito diversos, como os chamados movimentos “anticorrupção” (e antipetistas). Foi nesse contexto que se deu a criação do Movimento Brasil Livre.

216 O Vem Pra Rua (VPR) surgiu em setembro de 2014, a partir da iniciativa de empresários motivados pelos impactos das “Jornadas de Junho” sobre o índice de aprovação do Governo Federal e pela irrupção da Operação Lava Jato (Oliveira; Machado, 2019).

217 “Conjunto de investigações deflagrada em 2014 pela Polícia Federal, responsável por desvendar crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro envolvendo políticos de diversos partidos, empresários e empresas públicas e privadas. O foco inicial da operação foi a Petrobrás, mas a partir dos seus desdobramentos empresas do setor privado passaram a ser investigadas, com destaque para as grandes empresas da construção civil” (Oliveira; Machado, 2019, p. 103).

A defesa da democracia passou a ser palavra de ordem entre os movimentos de esquerda e os setores progressistas e, pela primeira vez, na 5ª Marcha, o tema democracia é incorporado no lema central: “Margaridas Seguem Em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”

Embora a defesa da democracia, especialmente a democracia participativa com maior inclusão de mulheres, tenha sido um tema consistente nos documentos da Marcha, foi somente em 2015 que uma ênfase mais pronunciada na democracia participativa com uma agenda de igualdade de gênero foi incorporada (...). Isso está relacionado ao contexto político em que os ataques ao regime democrático no Brasil se intensificaram (Teixeira; Motta, 224, p. 528).

Do ponto de vista da organização do campo político, a forma organizativa da Marcha 2015 se manteve a mesma que a de 2011: uma coordenação geral, exercida pela CONTAG, através da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, agora com Alessandra Lunas²¹⁸ à sua frente, representando a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras (CNMTR) e uma Coordenação Ampliada que além da CNMTR, é integrada por “entidades parceiras”. Esse colegiado organizador da Marcha 2015 agregou mais duas novas organizações, além daquelas que em 2011 já faziam parte da coordenação política: o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) e a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

A Plataforma Política se organizou em torno de oito eixos temáticos que também estruturou a pauta de reivindicações: Soberania alimentar; Terra, água e agroecologia; Sociobiodiversidade e acesso aos Bens Comuns; Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; Educação Não-Sexista e Sexualidade; Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Direito à Saúde e aos Direitos Reprodutivos; Democracia, Poder e a Participação. Ainda em relação à pauta, ela

²¹⁸ Alessandra Lunas é trabalhadora rural e agricultora familiar, filiada ao STTR de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia. Na CONTAG Alessandra ocupou o cargo de diretora das Secretarias de Políticas Sociais entre 2005 e 2009, e a Vice-presidência/Secretaria de Relações Internacionais de 2009 a 2013, assumindo a Secretaria de Mulheres na CONTAG de 2013 a 2017, quando coordenou a Marcha das Margaridas de 2015. Em 2019, assumiu a Presidência da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras familiares do Estado de Rondônia (FETAGRO), onde se mantém até hoje.

Foi apresentada “em segmentos sociais, diferenciando as pautas por categoria de mulheres e buscando, com isso, dar mais visibilidade aos diferentes sujeitos sociais que vivem no meio rural. Dessa forma, a pauta de reivindicações foi organizada não apenas por eixos, mas também por regiões (Margaridas do Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste, Sul) e sujeitos políticos (Margaridas jovens, terceira idade, assalariadas, da floresta, quebradeiras de coco, das águas, quilombolas, indígenas)” (Teixeira, 2023, p. 337).

Ainda em relação à Plataforma Política, quando comparada à outras marchas, é possível observar maior incorporação de demandas étnicas e raciais, bem como em relação à pauta climática, trazendo pro debate questões como a resistência das mulheres às mudanças climáticas, ações para a mitigação dessas mudanças, a relação das medidas de adaptação com a discussão dos sistemas de produção, e as implicações de tudo isso na vida das mulheres

As implicações dessas alterações climáticas também têm uma marca patriarcal. As mulheres rurais, em muitas comunidades, são responsáveis por buscar água, cultivar a horta e criar pequenos animais. Quando secam os açudes, riachos ou poços, elas têm que caminhar muitos quilômetros ou ficar horas na fila do caminhão-pipa. Nas cidades, depois das enchentes, são elas que abandonam seus empregos para organizar a precária sobrevivência nos abrigos improvisados em escolas ou igrejas. Outra consequência das mudanças climáticas que atinge diretamente a vida das mulheres é o aumento da violência sexual e doméstica contra mulheres e meninas após catástrofes ecológicas. As mulheres resistem e dão a resposta: construir um mundo igualitário com sustentabilidade! Mesmo em situação de dificuldades, as mulheres vítimas de injustiças ambientais, organizam-se coletivamente, criando redes de solidariedade entre si para enfrentar suas dificuldades e denunciar sua situação ao mundo (CONTAG, 2015, p. 18).

A Marcha das Margaridas 2015, ocorreu entre os dias 11 e 12 de agosto. As mulheres foram acolhidas no Estádio Mané Garrincha, onde puderam participar de conferência, seminários, painéis temáticos, rodas de conversa, espaços interativos, apresentações culturais, exposição fotográfica, espaços de venda e troca de produtos e outras atividades para no dia seguinte se colocar em marcha. Além dessas atividades, como em 2011, aconteceu a sessão solene no Congresso Nacional e atos oficiais como o ato de abertura, com a presença de Luís Inácio Lula da Silva, a marcha nas ruas, ato público no Congresso Nacional, e o ato de encerramento, com o pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff em resposta a pauta de reivindicações das margaridas.

Em 2015, o foco do ato político foi o Congresso Nacional, uma vez que um dos principais objetivos da Marcha naquele ano era protestar contra potenciais retrocessos democráticos que poderiam ser causados pela abertura de *impeachment* contra a presidenta. Naquele momento, cabia ao então presidente da Câmara dos Deputados aceitar, ou não, o pedido de abertura do processo de *impeachment* (Teixeira, 2021, p. 12).

As milhares de margaridas chegaram à Brasília “com a força de uma rede de alianças ainda mais ampla, necessária para enfrentar o cenário e defender a democracia” (CONTAG, 2023, p. 74) e nas ruas, elas reafirmavam, por meio de gritos, cartazes, performances e palavras de ordem: “‘Não vai ter Golpe’ e exigiam: ‘Fica, Dilma’, ‘Fora Cunha’”, evidenciando com essas palavras, as manobras ardilosas do presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, na condução do *impeachment*” (Contag, 2023, p. 75). Aliás, como observa Teixeira:

Relatos das organizadoras da Marcha destacam que muitas(os) ativistas e movimentos sociais aderiram ao protesto de rua, realizado pelas Margaridas, por entenderem que aquela manifestação era também um espaço de luta contra a ameaça dos retrocessos democráticos que ameaçavam o país com um processo de *impeachment*, que tinha sua legitimidade questionada por muitos movimentos sociais. Esta pauta fez parte da agenda política da Marcha das Margaridas na sua edição de 2015 (Teixeira, 2021, p. 6).

Ainda em 2015, precisamente em dezembro, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido de *impeachment* dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Em 12 de maio do ano seguinte, o Senado decidiu pela abertura do processo e afastou Dilma Rousseff do cargo. O vice-presidente da República, Michel Temer, assumiu interinamente o cargo de presidente da República, e exatamente um ano após a Marcha das Margaridas 2015 a Presidenta Dilma Rousseff teve o seu mandato cassado²¹⁹. A partir de então, Temer assumiu o cargo de forma definitiva, que ele ocupou até dezembro de 2018. Durante a sua gestão, “o discurso do Estado mínimo retomava a pauta do governo, com o corte direto de 12 ministérios, dentre

219 A destituição da presidenta Dilma Rousseff foi entendida pelas forças progressistas e movimentos sociais de “esquerda” como um Golpe de Estado operado no âmbito do parlamento brasileiro e do judiciário, com o suporte da mídia.

eles: Desenvolvimento Agrário; Cultura e Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos” (Hora, 2018, p. 438).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário era o principal responsável pela execução de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à reforma agrária. Com a sua extinção, que representou também a extinção da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), “agrava-se um processo de desmantelamento de políticas públicas para a agricultura familiar, agroecologia e alimentação saudável” (Teixeira, 2023, p. 364) e para a promoção da igualdade de gênero no meio rural.

Vê-se que as políticas para mulheres em geral e para as mulheres rurais em particular perdem espaço na nova plataforma de governo, que é marcada pela retomada de uma agenda neoliberal. Nessa agenda, o papel da mulher é visto como secundário em relação à sociedade e à economia (Hora, 2018, p. 435).

As ações do Governo Temer estiveram baseadas no documento “Uma Ponte para o Futuro”, lançado pelo PMDB, em outubro de 2015, com proposições para a superação da crise econômica enfrentada pelo Brasil. O documento dava ênfase à necessidade de ajuste fiscal e de flexibilização do Orçamento, enfatizando que as ações para sanar o problema fiscal deveriam incluir medidas estruturais para superação da crise fiscal. Assim,

O Programa Ponte para o Futuro, elaborado pelo então PMDB, iniciava sua trilha na esplanada com uma agenda de cortes de direitos sociais e privatizações, representados na aprovação da Emenda Constitucional 95, em dezembro de 2016, que limitou por 20 anos os gastos públicos, e na aprovação da Lei nº13.467 de 13 de julho de 2017, instituindo a reforma trabalhista (Hora, 2018, p. 438).

O ano de 2018 foi iniciado com dois fatos que marcariam a política brasileira. O primeiro foi a execução a tiros de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro (PSOL) e do motorista Anderson Pedro Gomes, em 14 de março²²⁰. O assassinato

²²⁰ Em março de 2019, Ronnie Lessa, ex-policial militar reformado e Elcio Vieira de Queiroz, ex-policial Militar foram presos. Ambos foram julgados e condenados em outubro de 2024. Ronnie Lessa autor confesso do assassinato de Marielle, delatou como mandantes do crime, Domingos Brazão, então conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e ex-deputado estadual, e o seu irmão, o deputado federal Chiquinho Brazão (União Brasil), de serem o mandante do crime. Ambos estão presos.

da ativista e defensora dos Direitos Humanos não apenas foi revelador do “*modus operandi*” da milícia e do crime organizado no Rio de Janeiro, como também do aprofundamento da violência política no Brasil.

No mês seguinte ao assassinato de Marielle e Anderson, a prisão do então pré-candidato à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, foi decretada no âmbito da Operação Lava Jato²²¹. Logo após a sua prisão, foi dado início a Campanha Lula Livre²²² que mobilizou uma ampla rede formada por movimentos sociais, frentes populares, sindicatos, partidos políticos, organizações de direitos humanos e apoiadores individuais. Com a prisão, Lula teve o pedido de registro de candidatura à presidência negado. Ele permaneceu preso durante 580 dias.

O Brasil, então, entra em 2018 dividido, com uma disputa política aguçada, marcada por protestos, impeachment, acusações de golpe e promessas de salvação. Até aí, nada que o país não tenha vivido antes. A novidade foram as redes sociais, que acirraram a intolerância política, com as *fake News*, que começam a explodir²²³. O resultado disso tudo é que um candidato de extrema-direita, com apenas seis segundos de tempo de propaganda no rádio e na televisão, foi eleito presidente.

Porém, não sem resistência, cuja maior expressão veio de uma mobilização liderada por mulheres: #EleNão, que ganhou notoriedade logo que as pesquisas de intenção de voto mostraram o candidato de extrema-direita à frente da disputa eleitoral para a Presidência da República. As manifestações ocorreram nos dias 29 de setembro e 20 de outubro de 2018, durante a campanha da eleição presidencial no Brasil.

Os protestos começaram a ser organizados a partir de uma página no *Facebook* “Mulheres contra Bolsonaro”, que chegou a alcançar a marca de mais de dois milhões de integrantes. Motivados por declarações machistas, racistas e misóginas

221 A Operação Lava Jato foi uma ampla investigação, iniciada em março de 2014, com o pretexto de apurar crimes financeiros e de desvio de recursos públicos.

222 A Campanha empreendeu várias ações, desde as caravanas que se organizaram para manter a Vigília Lula Livre em Curitiba, passando por atos públicos, grandes passeatas em cidades brasileiras, e ações de protestos em diversos países, até ações virtuais e combinadas nas grandes redes sociais como o *Twitter* (agora *X*), *Instagram* e *Facebook*.

223 Os discursos de ódio se amplificaram: “Desde o início do governo Temer em 2016 e do ascenso da figura de Jair Bolsonaro na arena política (2016-2018), parte dos veículos de comunicação operaram na difusão de um discurso de ódio a mulheres de um modo geral e de figuras públicas femininas da esfera política como: Dilma Rousseff, Manuela D’Ávila e Marielle Franco, após sua dura execução”. Disponível em: <https://subverta.org/2023/12/22/subverta-uma-analise-de-conjuntura-feminista/>.

do candidato, somadas a outras de ameaças à democracia, eles foram realizados em todos os estados brasileiros, e em diferentes cidades do mundo²²⁴, como Nova York, Lisboa, Barcelona, Berlin, Paris e Londres, tendo adesão de diversos movimentos sociais, centenas de movimentos populares do campo e da cidade, grupos feministas e partidos políticos que também apoiaram e participaram das manifestações que, embora expressivas, não conseguiram impedir a vitória de Bolsonaro no pleito eleitoral, que por sua vez impulsionou o aumento do número de parlamentares de extrema direita no Congresso Nacional.

As eleições de 2018 deram a vitória ao candidato ultraconservador Jair Bolsonaro, que governou o país entre 2019 e 2022, deteriorando ainda mais o cenário descrito anteriormente. Em relação ao universo rural brasileiro, ações como a intensificação do desmonte das políticas públicas de promoção da agricultura familiar, o discurso de criminalização dos movimentos sociais populares e o fechamento de canais de diálogo, por exemplo, por meio da extinção de conselhos²²⁵ como o Conselho Nacional de Segurança Nacional Alimentar e Nutricional (CONSEA)²²⁶,

224 Olhando pelo menos os últimos cinco anos, é possível perceber que diante da onda de ascensão de governos neoliberais, conservadores de direita na América Latina, as mulheres saíram às ruas. Foi assim na Argentina com o “Nenhuma a menos” (2015) e a Maré Verde (2018), o Levante Feminista no Chile (2019), o “Ele Não” no Brasil (2018). Essas manifestações provaram a capacidade das mulheres de mobilizar multidões pelas ruas e pelas redes.

225 Além do CONSEA foram extintos Conselho Nacional das Cidades, o Conselho Gestor do Fundo de Habitação para Interesse Social, Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), Conselho Nacional dos direitos da Criança e adolescente (CONANDA), o Conselho Nacional dos |Direitos da pessoa com Deficiência (CONADE), o Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI), o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), o Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), o Conselho Nacional de Relações do Trabalho, a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), a Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO), o Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI), a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), entre outros.

226 A Medida Provisória 870/2019, a primeira assinada por Bolsonaro, alterou as disposições da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (Losan), de 2006, extinguiu as atribuições do Consea e também revogou os pontos sobre a composição do conselho, e o vínculo do órgão com a Presidência da República. As diretrizes e programas sobre segurança alimentar e nutricional passaram a estar vinculadas ao Ministério da Cidadania. A soberania e segurança alimentar é uma pauta cara as mulheres do campo, da floresta e das águas. As medidas então tomadas foram frontalmente de encontro a plataforma anunciada pela Marcha das Margaridas 2019.

pioraram a situação política, econômica e social no campo brasileiro e aumentaram os desafios para a atuação de movimentos sociais, como o MSTTR e sua expressão nacional, a Contag (Teixeira, 2023, p. 364).

O rompimento de canais de diálogo mencionado acima, teve como marco a assinatura, por Bolsonaro, do Decreto nº 9.759/2019, visando diminuir de 700 para menos de 50 o número de conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), ambos criados em 2014, no governo Dilma Rousseff. O Decreto, cuja assinatura demarcou os 100 dias do Governo Bolsonaro, extinguiu além de conselhos, comitês, grupos de trabalhos, comissões de participação e controle social do Governo Federal, e qualquer outra denominação dada a colegiados que não tivessem sido criados por lei, como juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e outros. Esses colegiados compunham o Plano Nacional de Participação Social, instrumento da política, cujo objetivo expresso no Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, era “fortalecer e articular mecanismos e instâncias democráticas de diálogo a atuação conjunta entre administração pública federal e a sociedade civil”.

O avanço do neoconservadorismo se nutriu de um discurso de ódio, alimentado de preconceitos já enraizados no imaginário das pessoas, usado para incitar o medo e a polarização, que teve efeitos sobre a violência, inclusive estimulando crimes e agressões motivadas pelo ambiente de ódio instaurado na política, notadamente contra grupos mais vulneráveis como as mulheres, a população negra, indígena, LGBTQIA+.

Foi em meio a essa atmosfera política que as margaridas ocuparam as ruas de Brasília pela 6ª vez, assim expressa em um dos seus cadernos para debate:

Atualmente, estamos vivenciando a radicalização da democracia neoliberal, iniciada e consolidada com o golpe de 2016 que tirou a presidenta Dilma Rousseff do poder e foi consolidado com o Governo Bolsonaro. E à medida que isso vem acontecendo, a soberania popular perde espaço para aqueles que operam na lógica de mercado, enfraquecendo a democracia e retirando, principalmente, da população mais empobrecida, direitos já conquistados, impactando, sobretudo, na vida de milhões de mulheres que habitam o campo, a floresta e as águas. Por isso as Margaridas resistem e lutam por um Brasil com democracia. Uma democracia representativa e participativa, com igualdade de gênero e raça! Igualdade e justiça são dois outros valores anunciados no lema da Marcha das Margaridas (CONTAG, 2019a, p. 13).

Maria José Morais Costa, mais conhecida como Mazé, assumiu a coordenação geral da 6ª Marcha das Margaridas, tendo vindo da Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, foi eleita secretária de mulheres em 2017 para dois anos após liderar a maior ação coletiva do MSTTR.

Mazé, ainda muito jovem, trouxe o elemento de uma presença inovadora como interlocutora importante que falava em nome do coletivo de mulheres denominado “margaridas”, dando voz aos vários desafios que elas enfrentavam naquele momento de ameaça aos direitos conquistados.

Carismática, sagaz, com capacidade de diálogo e trânsito em vários espaços dentro e fora do MSTTR, Mazé acionava a condição de agricultora familiar, ou de mulher do campo, como sujeito político, que somado a outros recursos estratégicos e habilidades aprendidas se destacava como fator primordial para estimular a ação, sendo capazes de englobar simbolicamente todas as outras ativistas no mesmo movimento.

Muitas vezes atuava através de gramáticas políticas, que muitas vezes continha linguagens corporais dos afetos, dando sentido à participação das mulheres na “luta” política.

Os recursos discursivos que Mazé acionava para localizar sua fala, o que e como falava — com seu corpo, seu jeito, sua escolha das palavras — ecoava entre as pessoas que lhe escutavam nas diversas situações e espaços, seja na Comissão de Mulheres, na Coordenação Ampliada, no Conselho deliberativo, nos processos formativos, em auditorias, nos coletivos os quais faziam parte e mesmo na diretoria da Contag.

Mazé fortaleceu a aliança com as organizações parceiras e fez uma coordenação compartilhada com a CNMTR, que teve um papel imprescindível na mobilização das mulheres trabalhadoras rurais agricultoras familiares, num momento tão adverso, como aquele instaurado em 2019. E ela conduziu uma Marcha que, pela primeira vez, não apresentou uma pauta de reivindicações ao Governo Federal²²⁷, embora apresentasse uma Plataforma Política.

227 A Marcha das Margaridas apresenta, entre outros, o caráter de negociação. A cada Marcha é entregue ao poder executivo, legislativo e judiciário, uma pauta de reivindicações um mês antes da realização da ação na rua. Esse processo culmina com a resposta da(o) presidente em exercício às demandas das Margaridas, no ato de encerramento. Porém, em 2019, as mulheres se negaram a negociar com um governo que, segundo elas, feriam o direito das mulheres e não respeitavam os direitos humanos.

O discurso contido na Plataforma apresenta um rompimento profundo com o discurso do atual presidente em relação ao combate à hegemonia do mercado sobre a economia e a luta contra as desigualdades sociais dois aspectos que permeiam todos os eixos políticos da Marcha das Margaridas, sobre os quais a Plataforma foi construída. Nesse sentido, ela expressa, também, a capacidade de disputar significados, algo fundamental para a constituição de uma oposição sistemática no enfrentamento ao pensamento neoliberal e conservador, que tem contado com a grande mídia e meios de comunicação. Através da Plataforma, a Marcha das Margaridas assume a responsabilidade de produzir sua própria interpretação dos fatos, ao mesmo tempo em que amplia a capacidade de comunicação política, fazendo valer a consigna “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”. O seu conteúdo foi construído por meio de um amplo processo de discussão e debates nos âmbitos municipal, estadual e nacional, envolvendo trabalhadoras rurais do campo floresta e águas e também mulheres urbanas, ativistas e lideranças. Trata-se, dessa maneira, de um documento vivo, que traz reflexões importantes para toda a sociedade brasileira e que precisa continuar pulsando por meio de ações unificadas das mulheres daqui por diante (CONTAG, 2019, p. 28).

Fruto de um amplo processo de discussões e debates, realizado em âmbito municipal, estadual e nacional, “a construção da Plataforma Política da Marcha 2019, envolveu trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, desde as suas comunidades, dos seus locais de atuação, às quais se somaram trabalhadoras urbanas, ativistas e lideranças” (CONTAG, 2019, p. 2). Ela comunicava à sociedade o mundo que as margaridas desejavam construir anunciado no lema: “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”.

No novo lema, as Margaridas reafirmaram o tema da democracia, na relação com a soberania popular, e evidenciaram o enfrentamento à violência, presente nos lemas da Marcha nas três primeiras edições, e que voltou a ter centralidade em face a um contexto de crescimento da violência contra mulheres e povos do campo, da floresta e das águas, que ganha força com a criminalização dos movimentos sociais (TEIXEIRA, 2021, p. 9).

Os eixos políticos que organizavam a Plataforma foram ampliados passando de oito, em 2015, para dez: por terra, água e agroecologia; pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética; pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns; por autonomia econômica, trabalho e renda; por Previdência e à Assistência Social Pública, Universal e Solidária; por

saúde pública e em defesa do SUS; por uma educação não-sexista e antirracista e pelo direito à educação do campo; pela autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade; por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo; por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres.

Novos temas foram incorporados em relação à Marcha anterior, refletindo as discussões que se fazia em torno da autodeterminação dos povos, da soberania energética, da previdência e assistência social, da defesa do SUS, da educação antirracista, da educação do e no campo, e da autonomia das mulheres sobre seus corpos. Além disso, foi dada à violência uma abrangência maior, com o entendimento de que qualquer que fosse a forma como a violência é praticada, ela impacta mais sobre a vida das mulheres, destacando o racismo e o sexismo também como formas de violência.

Assim, os eixos dialogavam com as principais questões que o país enfrentava e que apresentavam impacto sobre a vida das mulheres, que viviam em um ambiente nacional de absoluta insegurança do Estado democrático de direito, de uma sistemática destituição de direitos sociais básicos já conquistados; de desmantelamento das políticas públicas, mais especificamente, para a agricultura familiar, incluindo as políticas de segurança alimentar e nutricional e de agroecologia, de retrocesso nas políticas e proteções ambientais no Brasil; da expansão do agronegócio, do aumento de invasões e de atividades do garimpo ilegal, da grilagem de terras em áreas de uso comum, com o emprego da violência, incluindo o assassinato de lideranças sindicais, ativistas da terra e ambientalistas; de ameaças autoritárias, por parte da extrema-direita no país, e do aumento do racismo, da misoginia, do sexismo e da LGBTfobia.

Diante da complexidade da conjuntura, de forte denúncia e pressão, a mobilização para a Marcha potencializou o processo formativo. Foi realizado o 3º Curso Nacional de Formação Política para Mulheres, lideranças e dirigentes sindicais, cuja construção da matriz pedagógica foi orientada pela Plataforma Política, a construção coletiva de uma política feminista e os desafios das mulheres frente ao cenário político.

Para a construção da matriz pedagógica se estabeleceu um diálogo permanente entre a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares da CONTAG, a Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) e a ONG feminista SOS Corpo, através de Silvia Camuça e Carmen Silva, que se somaram ao grupo de educadoras que conduziram o processo formativo, alimentado pela concepção pedagógica que vincula os ensinamentos de Paulo Freire à experiência histórica do feminismo popular” (CONTAG, 2023, p. 28).

No centro dessa concepção pedagógica encontra-se a formação do sujeito feminista, o que envolve tanto a construção de conhecimentos, como o fortalecimento individual e do feminismo enquanto sujeito político coletivo (Silva, 2010, p. 11). Sendo assim, a educação feminista deve contribuir para que as mulheres gerem ações transformadoras de si mesmas e do mundo (Silva, 2010, p. 12).

O trabalho educativo foi parte substancial da ação cotidiana das mulheres dirigentes e lideranças sindicais no processo de construção da Marcha das Margaridas 2019.

A Educação Popular feminista que construímos na Marcha das Margaridas diz respeito ao cotidiano da vida das mulheres em diferentes fases da vida e às atividades formativas que partem das dimensões materiais, objetivas, sem deixar de lado a percepção de nossas subjetividades, nossa forma de construirmos a nós mesmas como mulheres e militantes sindicais (CONTAG, 2023, p. 28).

Para contribuir com o debate na base do movimento, foram elaborados cadernos de formação temáticos²²⁸ a partir dos eixos políticos, numa linguagem mais acessível, que permitisse a fluidez do diálogo e troca de conhecimento sobre temas, por vezes, complexos, para quem vive nas comunidades. Os escritos buscavam problematizar as questões buscando incorporar a perspectiva de raça e gênero. Os debates aconteciam de forma descentralizada nos territórios, comunidades, municípios, regiões, regionais, polos, estados.

A partir de 2019, a publicação mudou de formato e passou a produzir pequenos livretos, cada um focado em um ou dois eixos temáticos (em 2019, eram seis pequenos livretos, com um total de 248 páginas, enquanto em 2023, eram 14, com um total de 164 páginas). Começando como um extenso documento escrito, ele passou por uma mudança gradual de formato ao longo do tempo. O documento evoluiu para integrar uma apresentação visualmente mais envolvente, incorporando elementos como fotos, ilustrações, caixas explicativas, linhas do tempo e vários outros recursos gráficos em toda a sua extensão (Teixeira; Motta, 2024, p. 519).

²²⁸ O conteúdo dos cadernos foram foi construído coletivamente. Foi realizada uma oficina para sua construção. Nessa oficina, além das representantes da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e da Coordenação Ampliada, foram convidadas organizações apoiadoras da Marcha, acadêmicas, ativistas, mulheres com expertises nos temas que compunham os eixos políticos da Marcha 2019.

A formação teve um lugar importante como estratégia de mobilização. Para as organizadoras é sempre importante garantir que as ativistas que cheguem à Brasília tenham debatido os eixos temáticos: "as atividades de formação política cumprem um duplo papel: além da formação política de ativistas, serve como meio para a construção da agenda política da Marcha" (Teixeira, 2021, p. 8).

Para Mazé Morais, o processo formativo foi a principal estratégia para contornar os desafios que as mulheres vinham enfrentando:

Nesse processo foi possível mostrar para as mulheres o que era a Marcha e o que ela significava nesse momento político. Foi fundamental trabalhar os eixos políticos e o lema, para que fosse possível compreender o momento de perdas e retirada de direitos, que mais do que nunca as mulheres precisavam mostrar sua força e resistência aqui na capital (CONTAG, 2019, p. 32).

O legado formativo foi muito significativo. Foi a formação política das mulheres que permitiu que a gente disputasse a narrativa sobre a realidade do Brasil e esse contexto de retrocessos profundos para a classe trabalhadora, principalmente para as mulheres. Por meio dessa formação pudemos trazer pautas importantes que não são debatidas no dia a dia, como a educação não sexista, que conseguimos aprofundar mesmo nessa conjuntura. O legado formativo que ficou nas bases ninguém tira de nós (CONTAG, 2019, p. 32).

Às organizações parceiras que compuseram a coordenação ampliada²²⁹ na Marcha 2015 se uniram a mais quatro novas organizações: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM), Confederação Nacional dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados e Assalariadas (CONTAR)²³⁰ e Movimento de Mulheres Camponesas

²²⁹ Em 2019 e 2023, a Coordenação Ampliada passou a ser composta pelas organizações parceiras e por toda a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

²³⁰ A Contar foi criada, em 2015, em decorrência da dissociação sindical dos assalariados e assalariadas rurais da CONTAG.

(MMC)²³¹, totalizando 16 organizações. Porém, além das organizações parceiras, se somaram à Marcha das Margaridas em 2019: as organizações do Campo Unitário²³², a Marcha das Mulheres Indígenas, “as organizações de mulheres caixaras, de pescadoras, as mulheres do Cerrado e várias outras organizações e sindicatos urbanos” (CONTAG, 2023, p. 87).

De fato, a Marcha 2019 ampliou muito a sua rede de alianças. Naquele ano, muitos movimentos, organizações e coletivos de mulheres²³³ procuravam a coordenação geral para saber como poderiam participar e se unir a tantas outras mulheres em marcha. Além disso, houve a adesão de diversas ativistas nas ruas, estabelecendo vínculos mais contingentes (Cf. Teixeira, 2021).

Ainda de acordo com Teixeira:

A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república foi entendida como um retrocesso democrático por muitos movimentos sociais de esquerda, que passaram a ser mais intensamente criminalizados, sobretudo, nas falas do presidente e seus apoiadores. O contexto de ameaças impulsionou ativistas a falarem sobre a importância de estabelecerem alianças para se contrapor à onda conservadora, às novas direitas e aos retrocessos democráticos. Para uma das lideranças do MMC, o que motivou esta adesão foi a compreensão de que era importante unir forças em um momento conjuntural marcado por retrocessos democráticos (Teixeira, 2021, p. 7).

231 Segundo Teixeira (2021) a adesão do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ligados à Via Campesina, “foi uma das maiores novidades da Marcha de 2019, porque a Via é uma rede transnacional de movimentos camponeses e que, no Brasil, reúne diversos movimentos rurais em uma corrente política diferente da Contag”.

232 O Campo Unitário é um fórum de organizações e movimentos sindicais e movimentos sociais populares do campo, da floresta e das águas, que funciona como espaço de articulação de pautas comuns e fortalecimento conjunto de ações. Nele se articulam tanto os movimentos ligados a Via Campesina, como também a Contag, a Contar e a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (CONTRAF), entre outras.

233 Dentre esses coletivos, destaca-se o Comitê Marcha das Margaridas do DF uma articulação de mulheres das mais diversas categorias profissionais, em sua maioria urbanas, ligadas a sindicatos, partidos, centrais sindicais, coletivos de cultura etc., manteve uma agenda permanente de reuniões com o objetivo de manter a mobilização viva no Distrito Federal, realizando e promovendo várias atividades de formação, culturais, de divulgação, de arrecadação de fundo, além de ações agitação e propaganda. Nos dias de realização da Marcha em Brasília as mulheres que compuseram os Comitês se somam as equipes de trabalho. A atuação do Comitê se manteve e a parceria volta a ser estabelecida na Marcha 2023.

O *Greenpeace* também apoiou a manifestação, além da ação direta realizada pelas suas ativistas no ato de encerramento, elas se fizeram presente durante toda a caminhada fazendo intervenções em alguns locais estratégicos como os Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, da Economia, a quem estava vinculado o INSS, e da Justiça, e ao final do ato público. A realização dessas intervenções foi dialogada antes com a Secretaria de Mulheres da CONTAG. Os ministérios foram escolhidos pelas coordenadoras da Marcha. Em frente de cada um deles o carro de som parava para que as lideranças fizessem discursos específicos, de modo que “falas políticas nos carros de som e ações de gritos de ordem das ativistas ganhavam intensidade na frente dos alvos dos seus protestos” (Teixeira, 2021, p.12).

Algo que merece destaque foi a participação das Mulheres Indígenas. Em abril²³⁴ de 2019, durante o Acampamento Terra Livre (ATL), no Encontro das Mulheres Indígenas, elas decidiram pela realização da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. Com o tema “Território, nosso corpo, nosso espírito” elas organizaram um calendário de lutas que se iniciou no dia 09 de agosto e seguiu até o dia, sendo o dia 12 um marco com o encontro das mulheres indígenas e as mulheres do campo, das florestas e das águas, se unindo na Marcha das Margaridas. Algo simbólico!

Outra novidade em 2019 foi a aliança da Marcha das Margaridas com a Marcha das Mulheres Indígenas, que aconteceu pela primeira vez e reuniu 3 mil mulheres em Brasília entre 9 e 14 de agosto em defesa de seus territórios e seus direitos. A aliança entre as Margaridas e as Indígenas teve como atos simbólicos diversos eventos: uma sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem às duas Marchas; na abertura política da Marcha das Margaridas; e nos protestos de rua — as Margaridas se uniram às mulheres indígenas e vice-versa (Teixeira, 2021, p. 7).

Assim como a Marcha de 2000, a de 2019 foi realizada com recursos das próprias organizações envolvidas. Mesmo a CONTAG, contou com recursos próprios para viabilizar a infraestrutura em Brasília, que inclui a montagem dos espaços, alimentação, banheiros, alojamento, segurança, serviços de cuidado, garantia dos espaços destinados, conjunto das atividades que foram desenvolvidas

²³⁴ A secretária de mulheres da CONTAG, Mazé Moraes, na qualidade de coordenadora da Marcha das Margaridas 2019, foi procurada e convidada, por mulheres lideranças indígenas, entre elas Sônia Guajajara, a participar das primeiras reuniões em que se amadurecia a proposta de realização da I Marcha das Mulheres Indígenas.

no primeiro dia. Pela primeira vez, foi realizada uma campanha de financiamento coletivo, para arrecadação *on-line*²³⁵, via Benfeitoria, que é uma “plataforma de mobilização de recursos para projetos de impacto cultural, social, econômico e ambiental”²³⁶. A Campanha contribuiu muito para uma maior divulgação da Marcha das Margaridas, atingindo segmentos sociais diversos

Para além das tradicionais festas, rifas e venda de produtos, realizadas em todo o país, a comissão organizadora fez uma campanha de financiamento coletivo pela internet (...) que pode ser visto também como uma estratégia das Margaridas que dialoga com um contexto de oportunidades políticas, caracterizado pelo crescimento do uso da internet e redes sociais para atividades políticas, tema que faz parte da agenda de estudos sobre movimentos sociais há algum tempo (Alcântara, 2015). Contudo, a campanha de financiamento coletivo não tinha só por objetivo arrecadar recursos. De acordo com as organizadoras, buscava também divulgar a Marcha para a sociedade, atingindo um público mais amplo do que comumente faz. Esta ação ganha sentido em um escopo mais amplo do significado que a Marcha assumiu em 2019, quando a comissão organizadora decidiu estabelecer diálogos com a sociedade sobre as demandas das Margaridas, seu projeto político e o contexto naquele momento, mais do que entregar demandas e negociar com agentes do Estado, aspecto mais comum nos anos anteriores (...). Não foi incomum ouvir de muitas pessoas envolvidas na organização do evento que esta tinha sido a primeira vez que a Marcha não contava com nenhum tipo de financiamento externo. Em geral, a enunciação disto conclamava para o caráter mais orgânico e popular da mobilização, feito pelas próprias ativistas sem apoio externo (Teixeira, 2021, p.7-8).

A Marcha das Margaridas 2019, ocorreu entre os dias 13 e 14 de agosto. As mulheres foram acolhidas no Pavilhão do Parque da Cidade, num clima de solidariedade que se alimentava da expressão “ninguém solta a mão de ninguém”²³⁷. Ali puderam participar de oficinas temáticas, oficinas lúdicas (confeção de materiais, teatro político, batucada), oficinas autogestionadas, Tribunal das Mulheres

235 O sucesso da Campanha na Marcha 2019, fez com que ela se repetisse na Marcha 2023.

236 Disponível em: <https://benfeitoria.com/sobre15>. Acesso em: 29 mar. 2025.

237 “Ninguém solta a mão de ninguém” foi uma expressão que viralizou nas redes sociais após a divulgação do resultado das eleições de 2018, a partir de uma ilustração da tatuadora e artista mineira Thereza Nardelli.

por Previdência pública²³⁸, Espaço Educação Popular em Saúde, Espaço cuidado do corpo e da alma, rodas de conversa, espaço mostra de saberes e sabores, espetáculo teatral e outras atividades culturais.

Além dessas atividades, como em 2011 e 2015, ocorreu a sessão solene no Congresso Nacional em homenagem à Marcha das Margaridas, e outros atos oficiais como o ato de abertura, a marcha nas ruas, e o ato público.

Mais uma vez as mulheres do campo, da floresta, das águas e da cidade pisaram no asfalto quente de Brasília. Em meio a uma conjuntura complexa, não apenas em nível nacional, em um momento de muitos desafios para os movimentos sociais, essas mulheres, mais do que nunca, mostraram a sua garra, persistência, energia e vontade de mudar o mundo, uma vontade que se expressa nos diferentes rostos, cores, etnias, idades, e se revela nas diferentes experiências de vida, luta e trajetórias. Todas lutando por um mundo melhor, em meio a gestos de afetos, cuidados e alegrias. Sonho, utopia e muita luta, é assim que as Margaridas marcham e seguem marchando... (CONTAG, 2023, p. 144).

Eram milhares de mulheres. Por onde a caminhada passava brotavam mais margaridas, fazendo valer a máxima de que “as mulheres são como as águas, crescem quando se encontram”. A extensão da marcha se perdia no olhar para quem a observava do alto do carro de som. Quem a observava dizia que havia ali mais de 100 mil mulheres, muitas das quais estavam participando pela primeira vez.

Graças ao trabalho incessante junto às bases, a Marcha de 2019 foi a maior ação de resistência em Brasília e, por isso, fundamental para mostrar a capacidade de mobilização das mulheres na luta de classe que vivemos no Brasil. Como um espaço de denúncia e proposição, ela apresenta um projeto feminista para o País, realizando o diálogo entre as diversidades, com grande representatividade (CONTAG, 2019, p. 13).

238 De caráter formativo, a realização do Tribunal durante a Marcha foi uma forma de se posicionar, com argumentos sólidos, e protestar contra a Reforma da Previdência que tramitava no Congresso Nacional, sendo o direito à previdência uma pauta histórica e cara às mulheres trabalhadoras rurais. A proposta de Emenda à Constituição da Reforma da Previdência (PEC 6/2019) foi encaminhada pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso em fevereiro de 2019 propondo alterações às regras de aposentadoria e pensão aplicáveis aos trabalhadores segurados do Regime Geral de Previdência Social, aos servidores públicos civis e aos detentores de mandato eletivo. A Reforma da Previdência foi aprovada em primeiro turno, em outubro de 2019, e transformada em norma jurídica em novembro de 2019. Houve uma agenda de mobilizações contra a Reforma por parte dos movimentos sociais e sindicais.

Dessa vez, não houve ato de encerramento como nas Marchas anteriores em que as margaridas eram recebidas pelo(a) representante máximo do poder executivo para obter respostas à sua pauta de reivindicações. O encerramento aconteceu no ato público na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Congresso Nacional, que contou com a presença de inúmeros parlamentares do campo da esquerda, inclusive com Fernando Haddad, candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2018 e atual Ministro da Fazenda, que na ocasião leu a carta enviada por Lula²³⁹, que na ocasião se encontrava preso, em Curitiba, no prédio da Superintendência Regional da PF no Paraná.

A Marcha das Margaridas 2019 ficou conhecida como a Marcha da Resistência!

CARTA DE UMA MARGARIDA:

A primavera não tarda a chegar, o amor vencerá o ódio!

Hoje acordei na minha cama depois de 9 dias fora de casa. Olhei pra pulseira de plástico lilás ainda amarrada ao meu pulso, onde está escrito Marcha das Margaridas, e sorri feliz.

Depois de quase 2 anos de construção, fizemos a maior Marcha das Margaridas da história. Essa foi a 6ª Marcha das Margaridas, a 5ª que eu participei, sendo que nas últimas duas fiz parte da Coordenação Nacional Ampliada. Sem dúvida essa foi a Marcha mais importante: a Marcha da resistência; a Marcha onde não fomos negociar com o governo e sim apresentar uma plataforma construída por milhares de mãos — o projeto de Brasil das Margaridas; a Marcha que encheu o Brasil de esperança. Sem apoio do governo, com pouco dinheiro pra construir a Cidade das Margaridas (que abriga e alimenta os milhares de marchantes em Brasília), contamos com doações individuais, rifas, bingos, brechós, livros de ouro, festas e as mais variadas formas de campanhas colaborativas pra construir essa que é a maior manifestação de rua da América Latina. E fizemos a maior Marcha de todos os tempos e ainda se somou a nós a Marcha das Mulheres Indígenas.

Fomos mais de 100 mil mulheres entrando na Esplanada dos Ministérios, gritando Lula Livre e Fora Bolsonaro. Fomos bem recebidas como nunca por moradores acenando pra nós das calçadas; com cartazes de cartolina feitos à mão onde estavam escritos “Sejam Bem Vindas, Margaridas” (...)

239 Lula escreveu uma carta em resposta a uma outra enviada pelas margaridas. Ambas as cartas formam publicadas na Revista Marcha das Margaridas 2019 (CONTAG, 2019).

Eu, Liliam e Wanessa, que partimos pro aeroporto, logo depois da Marcha, ainda paramentadas com nossas camisetas, adesivos e chapéus, fomos cumprimentadas e festejadas por várias pessoas no aeroporto. Uma mulher que embarcou no mesmo voo que eu, quando me viu, exclamou: “Uma Margarida no nosso voo! Quanta honra!” Hoje acordei com esperança de que a primavera não tarda a chegar e que mais uma vez o amor vencerá o ódio. Temei fascistas, as mulheres estão nas ruas! (Beth Cardoso²⁴⁰)

E então, em novembro de 2019, Luís Inácio Lula da Silva deixou a prisão, e o “Lula Livre” se fez. O Supremo Tribunal Federal (STF) condicionou o cumprimento da pena que lhe foi imposta somente após o trânsito em julgado.

Porém, no ano seguinte, a sociedade foi surpreendida pelo horror da Covid-19. A pandemia no Brasil foi marcada pelo negacionismo como política. A estratégia do governo brasileiro teve como intenção atingir a imunidade coletiva (imunidade de rebanho), através do estímulo à contaminação generalizada. Para isso, “minimizou a gravidade da pandemia, estimulou comportamentos inadequados e disseminou informações inverídicas” (Calila, 2021, p. 30). Além disso, a adoção de uma política anticidência justificou omissões e conivências. E tudo isso impactou a forma de viver coletivamente e o cotidiano das mulheres trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas.

Foram grandes as dificuldades por elas enfrentadas para utilizar a internet móvel e acessar algum serviço durante os anos de isolamento social, notadamente, num contexto em que a internet era a única forma de se conectar diante do distanciamento social. Aspecto que também impactou a continuidade do trabalho de organização política. A participação delas nas reuniões promovidas pela Secretaria de Mulheres da CONTAG, pelas federações, ou mesmo pelos sindicatos, ficaram limitadas. Porém, ainda assim, foi utilizando as ferramentas virtuais que se realizaram inúmeras reuniões, incluindo as reuniões com a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR). Além disso, foram realizadas um conjunto de lives intitulado “Prosa de Margaridas em tempos de Pandemia”, em que se faziam debates em torno dos temas abordados na Plataforma Política da Marcha 2019. Nesse ano de 2020, em que se completava os 20 anos de Marcha das Margaridas, foi realizado, virtualmente, no dia 12 de agosto, aniversário de

²⁴⁰ Beth Cardoso, à época, representava GT de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia na Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas 2019. A carta, na íntegra, encontra-se disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/carta-de-uma-margarida-a-primavera-nao-tarda-a-chegar-o-amor-vencera-o-odio-635>. Acesso em: 08 mar. 2025.

morte de Margarida Alves, um ato político-cultural²⁴¹, para celebrar esse marco²⁴² na organização e lutas das mulheres trabalhadoras rurais. Mesmo em rede, o ato mobilizou um grande público.

Naquele ano, foram realizadas várias mobilizações, pelas redes sociais, em vários municípios e capitais do Brasil, juntos com outros movimentos de mulheres, feministas, outras organizações, como a 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, o “24 horas de Solidariedade feminista contra as Empresas Transacionais”, a “Ação Virtual de Solidariedade e por #Forabolsonaro”, o Grito dos Excluídos, entre outras. Todas com relativo sucesso, embora nada substituísse os corpos nas ruas.

O fato é que com o advento da Covid-19, principalmente, a linguagem da crise passou a ser recorrente nas narrativas políticas. A pandemia acentuou uma crise econômica, política e ambiental já existente, ao ampliar e agravar uma situação de vulnerabilidade já existente, uma situação de isolamento, de desassistência e ausência do Estado. Ou seja, a pandemia afetou de um modo muito desigual populações historicamente marginalizadas e invisibilizadas como a população negra, periférica, e as populações do campo, da floresta e das águas, mais notadamente, as mulheres.

Essas populações que já vinham vivenciado os impactos de uma política econômica que prioriza um desenvolvimento baseado na produção e exportação de commodities, tendo por efeito a destruição acelerada dos ecossistemas e a sua marginalização, sendo “encurraladas e até exterminadas pelo avanço da agropecuária, da mineração e das grandes obras de infraestrutura sobre seus territórios” (Leroy, 2016, p. 11), se viram ainda mais encurraladas, durante a pandemia, que chegava num momento extremamente danoso em termos políticos, visto que

241 O Ato que teve quase três horas de duração contou com a participação das secretárias de mulheres que compõem a Diretoria da CONTAG, das secretárias de Mulheres que compunham a CNMTR, das ex-coordenadoras da Marcha das Margaridas (Raimunda de Mascena, Carmen Foro e Alessandra Lunas), das representantes das organizações parceiras da Marcha, do ex-presidente Lula, da ex-presidenta Dilma Rousseff, da ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, das deputadas federais Erika Kokay e Benedita da Silva, da deputada distrital Arlete Sampaio, além do Campo Unitário, do Comitê da Marcha das Margaridas DF e de organizações internacionais (UITA, COPROFAM e Fórum Mundial de Economia Solidária). Durante o ato, era intercalado momentos de falas e apresentações culturais, que contou com as cantoras Susi Monte Serrat, Carol Carneiro, Thabata Lorena, Dandara Manoela, Zélia Duncan e Lia de Itamaracá. As atrizes Letícia Sabatella, Maria Casadevall, Pally Siqueira e Luz Bárbara, também se somaram à celebração. O Ato encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyZGmeEV7Ms>.

242 Os 20 anos da Marcha das Margaridas também foi motivo de homenagem solene na Câmara dos Deputados, no dia 11 de agosto de 2020, em uma iniciativa das deputadas Erika Kokay (PT-DF) e Maria do Rosário (PT-RS), e do deputado Vilson da Fetaemg (PSB-MG).

se vivia em um estado de ruptura democrática e de negação de direitos, potencializadas pela ofensiva legislativa que buscava retroceder no reconhecimento dos direitos das populações do campo, da floresta e das águas, principalmente, o direito à terra, territórios e meio ambiente. Isso foi um dos fatores que fez com que, no final de 2021, a fome atingisse 33 milhões de brasileiros²⁴³.

Foi nesse cenário que se deu a construção da Marcha das Margaridas 2023. As primeiras reuniões da Coordenação Ampliada com essa finalidade aconteceram virtualmente, a partir de outubro de 2021.

Mazé Moraes se manteve à frente da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares da CONTAG e, portanto, permaneceu na coordenação geral da Marcha das Margaridas 2023, assim como se mantiveram movimentos, coletivos e organizações parceiras que compuseram a coordenação política ampliada na construção da Marcha 2019.

Em 2022, após dois anos, o Brasil sai da maior emergência sanitária que o mundo enfrentou por conta da Covid-19, e às atividades presenciais são retomadas.

As análises de conjuntura eram feitas a cada encontro e as discussões que se seguiam foram apontando a definição de novos temas que, posteriormente, viriam a se constituir como os eixos políticos que organizariam a Plataforma Política. A complexidade e as incertezas quanto ao cenário político postergaram a definição do lema da Marcha 2023, mas também definiu como estratégia, potencializar a incidência das margaridas no processo eleitoral em disputa em favor do candidato Luís Inácio Lula da Silva²⁴⁴.

Essa estratégia orientou a construção da matriz pedagógica do 4º Curso Nacional de Formação Política para Mulheres, que realizou o seu 1º Módulo em abril de 2022, o 2º em julho e o 3º após as eleições, em novembro. Entre um módulo

243 Vero2ºInquéritoNacional sobreInsegurançaAlimentarno Contextoda Pandemiada Covid-19no Brasil. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2025.

244 A campanha presidencial de Lula em 2022 foi oficializada em 21 de julho de 2022. Em abril do mesmo ano, o Conselho Deliberativo da CONTAG havia aprovado apoio político à pré-candidatura de Lula e Alckmin.

e outro, aconteciam as atividades intermódulos do Tempo Comunidade²⁴⁵ que previam a atuação nas comunidades e territórios, levantando o debate sobre os temas relacionados a Plataforma Política da Marcha das Margaridas, em diálogo com os territórios de atuação das educandas, buscando alimentar reflexões sobre a importância da participação política das mulheres, sobre os impactos da gestão de um governo conservador e de extrema-direita sobre o seu cotidiano, e as implicações da vitória eleitoral de um ou outro candidato, na vida das populações do campo, da floresta e das águas. Também eram incentivados a criação ou engajamento nos comitês populares de luta, em âmbito local, para envolver mais pessoas nesse processo, realizando atividades, manifestações de ruas, mutirões e outras ações.

Após a conclusão do Curso Nacional foi dada continuidade as atividades com o pós-módulo, com a orientação de que fossem promovidas, pelas próprias educandas, processos formativos nos seus territórios de atuação, podendo as atividades serem desenvolvidas na comunidade, ou agregando várias comunidades, no município, ou envolvendo mais de um município, ou mesmo atividades estaduais. A intenção era de que a formação se aproximasse o máximo possível, da base, envolvendo mulheres lideranças de sindicatos, de associações, de grupos produtivos, e outros. A orientação era de que nesses espaços as educandas, exercendo a multiplicação criativa²⁴⁶, buscassem refletir sobre necessidades, limites, potencialidades e desafios das mulheres trabalhadoras rurais agricultoras familiares, à luz da conjuntura e em diálogo com eixos temáticos da Marcha das Margaridas, abordados no Curso Nacional. O espaço pós-módulo teve um lugar importante na mobilização dessas mulheres e no seu engajamento na Marcha das Margaridas 2023.

245 Atividade inter e pós-módulo se constituem em “momentos de imersão no espaço de militância dos educandos e educandas que interage com cotidiano sindical e promove revisita às reflexões e estudos do tempo escola” (ENFOC, 2008). Essas atividades são realizadas no Tempo Comunidade, “que são momentos formativos realizados no cotidiano sindical, na formação na ação e nas atividades e pesquisa e sistematização. É a imersão nos espaços de vida e militância, incluindo os espaços de base, a exemplo dos Grupos de Estudos Sindicais (GES), dos conselhos, comitês populares de luta, fóruns, entre outros, e de discussão no ambiente virtual de aprendizagem (Plataforma Moodle). O tempo comunidade é também para o planejamento e continuidade do processo formativo nas comunidades e de constituição de organizações de bases” (ENFOC, 2023, p. 4).

246 Multiplicação criativa é uma estratégia da ENFOC que visa articular, mobilizar, preparar, criar e recriar processos formativos.

As margaridas também divulgaram uma carta-compromisso, construída no âmbito da coordenação ampliada, destinada às candidatas e aos candidatos às eleições de 2022, intitulada “Margaridas nas eleições para fazer florescer a democracia”²⁴⁷. Fruto de diálogos estabelecidos com organizações e movimentos sociais, articulados em torno da Marcha das Margaridas, a carta teve como objetivo promover o debate público naquele ano eleitoral tão importante e subsidiar a ação dos poderes Executivo e Legislativo federal e estadual. Foi estimulada a livre circulação do texto. Muitos candidatos e candidatas assinaram a carta.

Também fez parte da estratégia de construção da Marcha das Margaridas 2023, a realização do curso “Comunicar o nosso mundo para semear Margaridas: práticas e estratégias de comunicação popular feminista”. Uma iniciativa destinada a jovens ligadas ao MSTTR, que se propôs a estabelecer o diálogo entre os usos de ferramentas básicas de comunicação e o conhecimento popular. Teve como finalidade consolidar estratégias já existentes nos territórios e fortalecer novas iniciativas que pudessem potencializar, numa perspectiva feminista, as disputas de narrativas em defesa da democracia e garantia de direitos, bem como combater as *Fake News*, com foco no processo eleitoral 2022 e na mobilização para a Marcha das Margaridas 2023.

Numa disputa acirrada, Lula vence a disputa eleitoral, mas com ele também se elegeu, para a Câmara e o Senado, uma direita e extrema-direita forte e resiliente e que iriam impor limites ao seu governo.

Após a vitória do campo democrático, as margaridas decidiram que iriam marchar “Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”, lema da 7ª Marcha das Margaridas.

Os eixos político que deram suporte a pauta de reivindicações foram: Democracia participativa e soberania popular; Poder e participação política das mulheres; Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo; Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade; Proteção da natureza com justiça ambiental e climática; Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética; Democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maretórios; Direito de acesso e uso social da biodiversidade e defesa dos bens comuns; Vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional; Autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho

247 A carta foi lançada no dia 12 de agosto de 20220, no Ato Político “Margaridas nas eleições para fazer florescer a Democracia” em memória a morte de Margaridas Alves, assassinada nesse dia. O ato está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GXXKeCXzxNiM>.

e renda; Saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária; Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo; Universalização do acesso à internet e inclusão digital

Cada um dos temas abordados em cada um dos eixos políticos foram abordados separadamente em fascículos, chamados cadernos, agrupados em um box²⁴⁸. Cada box continha 14 livretos, contendo a apresentação do lema e mais os 13 eixos políticos, para facilitar o uso nas atividades, embora todos eles estivessem articulados. No Caderno 1, Mazé Moraes, Secretária de Mulheres da CONTAG e Coordenadora Geral da 7ª Marcha, apresenta a publicação, evidenciando que ela é, fundamentalmente, um instrumento para a formação política das mulheres do campo, da floresta e das águas.

Nós seremos recebidas, em Brasília, pelo novo governo e apresentaremos uma plataforma política propositiva, com uma pauta de reivindicações. Acreditamos que diálogos como esse será fundamental para a gestão democrática do Estado brasileiro e pra a formulação e implementação de políticas públicas que visem diminuir as desigualdades sociais de gênero e étnico-raciais. Até lá precisamos nos preparar, debater, discutir mais sobre o Brasil que queremos reconstruir. Para isso precisamos seguir marchando desde os nossos territórios, nos organizando, nos mobilizando e em diálogo permanente com mulheres trabalhadoras, negras, periféricas, agricultoras familiares, camponesas, extrativistas, quilombolas, pescadoras e tantas outras que compõem esse mosaico de diversidade que é a Marcha das Margaridas. Para contribuir com esse processo de formação política, que chamamos de formação na ação, a CONTAG e as organizações parceiras da Marcha das Margaridas 2023 faz chegar até vocês esses cadernos de estudos, com a intenção de subsidiar os debates nas comunidades (CONTAG, 2023, p. 3).

Os eixos políticos vistos no seu conjunto colocam ênfase na discussão das soberanias. A discussão acerca da soberania popular fundamenta o debate de outras soberanias como alimentar, energética e hídrica. Essa última apareceu como eixo político pela primeira vez. A pauta das soberanias levanta a discussão

²⁴⁸ Assim como na Marcha 2019, o conteúdo dos cadernos foram foi construído coletivamente, tendo sido esse processo iniciado com uma oficina realizada com essa finalidade, que contou com a presença de representantes da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e da Coordenação Ampliada, além de mulheres oriundas de organizações apoiadoras da Marcha, acadêmicas, ativistas, mulheres com expertises nos temas que estruturavam os eixos políticos da Marcha 2023.

sobre a efetiva participação da sociedade na construção de uma agenda política que garanta o direito à água, ao alimento e a energia, respeitando a pluralidade de necessidades existentes. Essa discussão foi potencializada frente a política de privatização que abdicava do uso de recursos e bens da natureza em prol do direito de uso desses mesmos recursos pela iniciativa privada, notadamente, potências estrangeiras e suas empresas.

A universalização do acesso à internet e inclusão digital também é pautada pela primeira vez. Isso porque a pandemia tornou algo ainda mais evidente: a desigualdade estrutural no acesso à internet e às tecnologias digitais, essenciais para acessar serviços públicos. Além disso, as tecnologias de informação e comunicação ao não estarem disponíveis para toda população de igual modo, notadamente, as populações que vivem em territórios rurais, restringe o acesso dessas populações a conteúdos legítimos, deixando-as à mercê das notícias falsas. Esse fato já havia se mostrado bastante relevante no processo eleitoral em 2018 e nas eleições municipais de 2020.

E, por fim, a pauta ambiental que veio muito forte, atravessando praticamente todos os eixos, sendo que um deles faz referência direta à pauta climática: “Proteção da natureza com justiça ambiental e climática”.

Embora o tópico da mudança climática apareça nos documentos da Marcha pela primeira vez em 2011, trazendo um debate que evoluiu ainda mais nos documentos elaborados no âmbito das Marchas 2015 e 2019, o discurso e a agenda climática se tornam mais lapidados na Marcha de 2023, sendo a primeira vez que a expressão “justiça climática” aparece como eixo político:

A narrativa crítica ao sistema abre o livreto, com uma citação de Marx, afirmando que os humanos são parte da natureza. O texto continua elucidando vários conceitos, incluindo a globalização do capital, a financeirização da natureza, a mercantilização dos bens naturais, a desapropriação territorial e a privatização dos serviços públicos. O texto apresenta caixas com definições de commodities, de racismo ambiental, mitigação e adaptação climática, bem como infográficos sobre o capitalismo agrário, incluindo seu CO2 emissões (Contag, 2023). Há uma subseção sobre ciência do clima, descrevendo o aquecimento global e as mudanças climáticas, e identificando o desmatamento e a mudança no uso da terra — ambos parte do capitalismo agrário — como as principais fontes de emissões no Brasil (Teixeira; Motta, 2024, p. 533).

E acrescentam: “além da incorporação da linguagem decorrente do debate climático, talvez a maior transformação discursiva seja a adoção da linguagem do racismo e da justiça (Teixeira; Motta, 2024, p. 533), para mostrar como a injustiça ambiental e a injustiça climática que dela deriva se referem aos impactos desiguais para grupos racializados e mulheres.

Imbricada a pauta ambiental, a agroecologia é um dos pontos centrais no conjunto de proposições que compõem a pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas, estando diretamente relacionada a sete dos treze eixos.

Outro aspecto que marca o debate e a construção da Plataforma Política, refletindo as discussões que atravessam o conteúdo apresentado nos cadernos de debate, é a presença da dimensão de raça e gênero, buscando articular de forma interseccional essas duas dimensões na construção dos textos. Os debates impulsionados pela leitura dos cadernos subsidiaram a construção da pauta de reivindicações, que foi entregue ao poder executivo em junho de 2023²⁴⁹, numa cerimônia de entrega, no Palácio do Planalto, que contou com a presença de 13 ministros(as) e parlamentares. O discurso proferido por Mazé, no ato de entrega, aponta para o caráter da pauta apresentada. Eis alguns trechos:

Ela está estruturada em 13 eixos políticos que significam o horizonte da nossa luta, ao mesmo tempo em que apresenta proposições como respostas aquilo que nós, mulheres do campo, da floresta e das águas temos vivido nos nossos territórios (...)

No conjunto, os pontos pautados, se traduz em proposições que vão desde programas e políticas públicas estruturantes, até medidas e ações pontuais (...), e apontam para a (re)construção de um Brasil sem fome e sem violência, que garanta a soberania dos povos sobre suas terras e territórios, que promova a produção e o consumo de alimentos saudáveis, a partir do uso e manejo sustentável dos agroecossistemas, que reconheça o trabalho e a contribuição econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida (...). Foram infinitas reuniões, muitas ações formativas, processos de estudos, escutas, muita prosa nos sítios, nas comunidades, nos assentamentos, na beira dos rios, nos territórios extrativistas, nas florestas, nos babaçuais, nas cacimbas, para o estabelecimento de diálogos que resultou nesse documento que vamos lhes entregar, para que a partir dele

249 No mesmo dia foi entregue a Pauta voltada ao Legislativo para o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira.

possamos estabelecer diálogos que rendam bons frutos (...). A “pauta apresentada requer ações intersetoriais para que se efetivem as políticas públicas em sua necessária transversalidade” (Mazé Morais, 2023).

À medida que se aproximava da ação de rua em Brasília, mais movimentos, organizações, associações e coletivos iam manifestando o desejo de se somar à Marcha das Margaridas 2023.

A Marcha das Margaridas 2023 aconteceu nos dias 15 e 16 de agosto. No Congresso Nacional, projeção de imagens em alusão à Marcha das Margaridas, comunicava à Capital Federal que as margaridas estavam chegando. A recepção aconteceu no Parque da Cidade. E assim como na Marcha 2011, foram montadas tendas e dormitórios na parte externa do Pavilhão de exposições.

O texto que apresenta a programação da 7ª Marcha das Margaridas comunica que a sua organização durante os dois dias previstos havia sido pensada em:

Formato de teia ou rede, com o objetivo de aproximar práticas, exercitando a escuta, colheita e partilha de conhecimentos e experiências das mulheres. O Lema, os 13 Eixos Temáticos e as questões geradoras serão abordadas em diferentes ambientes, sendo pensada uma estrutura inclusiva, cujo acolhimento ocorre desde o momento de chegada (recepção dos ônibus, credenciamento, ônibus, entrega de materiais) até a organização dos alojamentos, banheiros e banhos, em um espaço organizado para favorecer o acolhimento, o convívio, a interação, o afeto e o cuidado entre as mulheres” (Programação da Marcha das Margaridas, 2023²⁵⁰).

Ali havia os espaços permanentes, como o Espaço Saúde (Tenda da Cura); Espaço Brincante — como ambiente de cocriação e partilha de saberes, envolvendo crianças e adultos; Casa Margarida Maria Alves — espetáculos e projeções audiovisuais; Espaços dançantes e cantantes — instalações artísticas-pedagógicas; Mostra Nacional da Produção das Margaridas (com Troca de Sementes das Margaridas; Espaço Rodas de Conversa das Margaridas).

Além da abertura política, ocorreram simultaneamente, no primeiro dia, oficinas temáticas e lúdicas — como diálogo de saberes; Painéis Temáticos; Gira de conversa; as dimensões e repercussões da violência e suas formas de enfrentamento pelas

250 Disponível em: <https://marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTgw>. Acesso em: 10 mar. 2025.

mulheres do campo, da floresta e das águas; duas plenárias: Plenária da Juventude e Plenária dos Povos: mulheres da Amazônia pela justiça socioambiental e pelo Bem Viver; Plenária das Mulheres da Agroecologia; Tribunal ético das mulheres do campo, da floresta e das águas em defesa da autodeterminação dos povos e da soberania alimentar, hídrica e energética e dois seminários: “Cadernetas agroecológicas” e “as margaridas pela reconstrução do Brasil pelo Bem Viver”.

O final do texto introdutório à programação ressaltava:

Todos esses espaços estão ligados como fios de resistência e de força que conectam as experiências das mulheres do campo, da floresta e das águas. Por isso, cada espaço na Marcha está pensado como ambientes de interação e de diálogo nas mais diversas expressões políticas e metodológicas, articulados ao Lema e aos 13 Eixos Temáticos da Marcha (Programação da Marcha das Margaridas, 2023).

O ato de Abertura Político-Cultural da Marcha das Margaridas aconteceu no final do dia, num clima festivo, com a presença de pelo menos 15 ministros e ministras, parlamentares e autoridades, e foi transmitido no *Facebook*, *YouTube* e Portal da CONTAG, e no *Facebook* da Marcha das Margaridas. A proferir o seu discurso, Mazé enuncia um “nós” que compartilha princípios que revelam uma utopia como horizonte:

Nós mulheres do campo, da floresta e das águas, e tantas outras companheiras da cidade, de territórios periféricos, que comungam conosco a nossa utopia, guiadas que somos pelos princípios de um feminismo, anti-capitalista, antirracista e antipatriarcal, acreditamos num mundo em que se faça a justiça social, onde o direito a uma alimentação saudável seja respeitado. Onde todas as pessoas possam se alimentar com comida de verdade.

Acreditamos em um mundo em que seja possível produzir e consumir alimentos saudáveis, a partir do uso e manejo sustentável dos agroecossistemas;

Um mundo sem racismo e com justiça ambiental.

Um mundo em que as florestas permaneçam em pé.

Acreditamos que é possível os povos exercerem a sua soberania sobre suas terras e territórios

Acreditamos num mundo cuja economia possa ser feminista, solidária, criativa e transformadora, porque só assim encontraremos um modo de redistribuir o bem-estar.

Acreditamos num mundo que reconheça o trabalho e a contribuição econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida.

Um mundo onde possamos ter uma vida saudável e sermos a cura da terra

Um mundo que respeite os nossos corpos-territórios, sem qualquer tipo de violência, sem cerca e sem fronteiras.

Acreditamos num mundo onde as mulheres possam fazer política em paz, sem que seus corpos sejam violentados, por caberem na política, assim como em qualquer democracia (...)

Carrego a fé de que juntas venceremos a pobreza, a fome, as desigualdades, as injustiças ambientais e climáticas e construiremos condições dignas para viver e produzir agroecologicamente, de modo saudável, com a natureza protegida e o meio ambiente conservado para nós e para as gerações futuras (Mazé Moraes, 2023).

E, por fim, conclama as mulheres ali presentes a marchar no dia seguinte:

Vamos sair nas ruas utilizando palavras faladas, cantadas, utilizando a nossa voz, os sons dos nossos tambores, nosso ritmo e nosso corpo como formas de expressão e mais marcante de comunicação política.

Bora usar nossos chapéus, nossas chitas, nossas saias, pintar nossos rostos, levantar nossas bandeiras e as nossas faixas. Vamos nos apresentar para a sociedade do jeito que somos, com o que temos de mais genuíno, de forma pulsante, vibrante... e colorindo as ruas de Brasília, mostrar que estamos aqui pra defender um espaço próprio de vida e de se viver (Mazé Moraes, 2023).

E assim foi, no dia 16 de agosto, as mulheres trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas ocuparam as ruas de Brasília para marcharem pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver. Percorreram o trajeto de aproximadamente seis quilômetros que vai do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade ao Congresso Nacional. Janja Lula da Silva, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, deputadas e outras personalidades e lideranças feministas acompanharam parte do trajeto.

Se falava que ali havia mais de 100 mil mulheres, muitas das quais viajaram muitos quilômetros, vindas de todas as regiões do país, para chegar à Brasília, cujo espaço público, mais uma vez, se transformou no palco das margaridas, sobre o qual elas apresentavam uma diversidade de expressões, corpos e territórios, estabelecendo uma relação entre identidade, política e estética.

Uma estética que evidenciava uma diversidade de mulheres do campo, da floresta e das águas, mulheres agricultoras familiares, camponesas, de mulheres indígenas, negras, de mulheres da cidade, de mulheres trans e lésbicas. Porém, que também recorria a elementos, como a cor lilás e a imagem de Margarida Maria Alves, buscando simbolizar o vínculo entre elas.

Utilizando danças, sons, cores como recursos, somado a palavra falada em cima dos carros de sons, elas se tornavam visíveis em espaços simbólicos da capital do país, trazendo diferentes marcas identitárias que perpassavam indumentárias próprias, com chitas e fuxicos, chapéus de palha e outros dos mais variados, que também eram reveladores dos seus modos de vida.

Mulheres do campo, da floresta e das águas marchando na capital do país, por si só, já se mostra como algo repleto de significado, porém os estímulos visuais que a 7ª Marcha revelava a dimensão estética de uma política feita por mulheres, e que envolve corpos, sentidos e emoções.

Cada estado, cada movimento, cada organização, cada grupo, cada segmento e coletivo criaram suas estratégias para serem visibilizados em suas diferenças, tornando a marcha visualmente potente, e assim as marchantes ecoavam cantos — nem sempre uníssonos, faziam rufar tambores ou latas, gritavam coletivamente, movimentavam os corpos, andavam sobre pernas de pau, empunhavam bandeiras, utilizavam lenços, bonés, pintavam os rostos, de forma a interpelar a paisagem da cidade de Brasília, o centro do poder.

Organizados em alas, as mulheres por estados de uma mesma região geográfica, apresentavam os eixos da plataforma política e fabricavam, coletivamente, a forma como queriam se ser notadas, vestindo as mesmas camisetas com o colorido dos seus movimentos — ou do movimento próprio, fabricando e trazendo suas próprias faixas, estandartes, cartazes, pirulitos, bandeirões, instrumentos musicais, ou carregando bonecas(os) gigantes, anunciando que Margarida Alves e Paulo Freire estavam presentes.

Os próprios corpos das margaridas, alguns tatuados ou pintados, performavam, se fazendo dispositivo de comunicação, e ampliando seus significados, sua visibilidade no meio da multidão. A marcha dava o tom da alegria e da esperança, e autorizava esses corpos a se expressarem com liberdade. Eles também provocavam afetos.

Não era uma marcha de protesto, mas foi a Marcha da Reconstrução, e foi a maior mobilização de rua do primeiro ano do Governo Lula.

O ato de encerramento da Marcha aconteceu em frente ao Congresso Nacional em um palco montado pela CONTAG para receber o Presidente da República, além

de ministras e ministros, parlamentares e outras autoridades. Naquele momento, foi feito alguns anúncios a pauta de reivindicações entregue pelas margaridas.

Houve muitos pronunciamentos, mas o mais aguardado foi o do Presidente Lula. Gritando, cantando, assobiando, batendo palmas, acenando com mãos lenços e chapéus, sob o sol escaldante do Cerrado, as mulheres ali presentes o receberam e o interpelavam com aplausos. Muitas choravam, algumas passavam mal diante do calor, mas nada tirou a emoção que tomou conta desse momento, expressa no rosto, em lágrimas de Mazé quando falou:

Tem um significado muito grande para nós a sua presença aqui, presidente. Estamos com muita esperança. Nossa pauta foi construída coletivamente, e essa é a lindeza dessa marcha. Em 2019 fizemos a Marcha da Resistência, mas esta é a da reconstrução do Brasil e pelo bem viver (Mazé Moraes, 2023).

Em um trecho da sua fala, Lula relembra a Marcha de 2019:

O Brasil voltou com ajuda das mãos de cada uma de vocês!

Quando vocês andavam sob o sol dessa Esplanada, em 2019, na última marcha, eu estava preso em Curitiba, vítima de uma perseguição dos que querem impedir o Brasil de mudar.

Eu estava distante, mas ouvi o grito de vocês por justiça, ouvi quando repetiram tantas vezes o clamor Lula Livre.

Aqui em Brasília, o companheiro Fernando Haddad leu minha resposta a uma carta de vocês.

Nela, eu reafirmava, e reafirmo novamente agora, nosso compromisso de construir um país melhor.

Um país mais carinhoso com as mulheres e mais generoso com os mais pobres.

Um país em que nenhuma mãe, do campo ou das cidades, passe pelo sofrimento de não ter o que dar de comer aos filhos.

Um país em que todas e todos possam tomar café da manhã, almoçar e jantar todos os dias.

Um país em que as crianças e jovens tenham oportunidade de estudar.

Um país com emprego, melhores salários e oportunidades iguais.

Um país sem violência doméstica, com menos armas e mais livros.

Um país construído em conjunto, ouvindo os diferentes setores da sociedade.

Um país feito pelas mãos de mulheres como vocês, margaridas, que se organizam e lutam pelo sonho de um amanhã melhor.

Mulheres que saíram de tantos cantos do Brasil e do mundo, que viajaram quilômetros e longas horas para somar sua voz a esse grito de esperança (...)

Mulheres que plantam o alimento e semeiam amor.

Mulheres de tantas lutas e histórias.

Muito obrigado por estarem aqui (...)

Que bom estar de mãos dadas com tantas Margaridas na reconstrução do Brasil.

Quero que vocês saibam, Aristides e Mazé, que esse governo nunca faltará com vocês (Presidente Lula, 2023²⁵¹).

Desde então, já se passaram dois anos e, em 2025, vivemos um contexto em que mesmo sob a égide de um governo democrático popular, temos um quadro político em que, de um lado, as forças democráticas e progressistas enfrentam um cenário extremamente adverso, marcado por tentativas contínuas de desestabilização, e a extrema direita é a força política mais poderosa na oposição. Por outro, há uma ausência de engajamento popular e uma relativa desmobilização dos movimentos sociais em geral. Aspectos que projetam caminhos sinuosos e cenários políticos complexos.

Nesse sentido, finalizo com alguns aprendizados obtidos com as mulheres em marcha. A atuação das Marchas das Margaridas nesses 25 anos tem demonstrado: primeiro, a sua capacidade para reafirmar seu caráter de diálogo e proposição, apresentando pautas cada vez mais qualificadas; segundo o seu poder de articulação ao conseguir ultrapassar as fronteiras que limitam o espaço sindical e apresentar uma capacidade incrível de articulação com outras organizações e movimentos sociais, de mulheres e feministas; terceiro, sua contribuição significativa para reconhecimento das mulheres do campo, da floresta e das águas como sujeitos de direito e, por fim, a sua capacidade de consolidar um processo de aprendizagem na formulação e negociação de políticas públicas.

Acrescenta-se a esses aspectos o crescente poder de mobilização das Marchas das Margaridas desde o seu surgimento. Tal poder implica uma construção política que se assenta em processos formativos, envolvendo as mulheres em diversos momentos, algo que para as lideranças é percebido como um diferencial e um fator explicativo para a adesão das mulheres às Marchas, em Brasília (Cf. Teixeira, 2021).

251 O discurso na íntegra está disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-durante-o-encerramento-da-marcha-das-margaridas>.

Por isso, a Marcha, entendida como “forma movimento” é considerada um espaço de formação na ação, na perspectiva do Projeto Político Pedagógico da ENFOC.

As pessoas pensam que é apenas uma caminhada em Brasília com uma pauta de reivindicações, mas ela é muito mais do que isso. É, em si, um processo político-pedagógico de formação fundamentado na Educação Popular. É político, porque nós estamos construindo, nesse processo, o poder popular das mulheres, com nossas formas de nos expressar e lutar pelo que entendemos ser nossos direitos frente a uma sociedade que nos oprime e a um Estado que não nos garante condições de vida digna. E é pedagógico, porque nele aprendemos e ensinamos umas às outras, a partir de nossa luta, a interpretar o mundo e a lutar pela sua transformação (...). As questões que orientam nossos momentos pedagógicos são aquelas que emergem de nossa prática (...). Imaginamos e botamos em prática um jeito de construir a Marcha das Margaridas que articula o espaço local e nacional, o cotidiano de cada mulher e a situação de vida de nós todas, articula também as diferenças de cada território e cada identidade feminina, e nos permite elaborar, juntas, uma pauta de lutas ou uma plataforma política que faz desta ação a mais expressiva mobilização popular do país. É uma forma encarnada, vivencial, de fazer Educação Popular. A Marcha das Margaridas é a demonstração disso (CONTAG, 2023, p. 28-29).

À formação política soma-se uma outra estratégia: a composição de alianças, já abordado por Teixeira e Motta como uma característica constitutiva de todas as Marchas (Teixeira; Motta, 2024; Teixeira; Motta, 2022; Motta; Teixeira, 2021), sendo tal estratégia compreendida como a construção de vínculo, em torno de demandas específicas, entre a diversidade de mulheres que participam na construção conjunta dessa ação, sem que isso resulte, necessariamente, na promoção de uma relação de equivalência entre elas (Cf. Prado; Costa, 2011).

Obviamente, as alianças não acontecem sem tensões ou conflitos, mas também não acontecem sem diálogo, e as margaridas demonstram na sua prática política uma grande capacidade de diálogo capaz de possibilitar as coalizões, “tornando as diferenças entre sujeitos políticos que a compõe um ativo para suas ações políticas emancipatórias” (Teixeira, 2023).

Uma outra estratégia agrega-se a estratégia de alianças: a de articulação, em que se busca construir uma relação de equivalência (“nós”) entre os diferentes sujeitos políticos que compõem a Marcha das Margaridas, em torno de um projeto de sociedade (Cf. Prado; Costa, 2011).

Essas duas formas de estratégias políticas operam para a construção da luta política promovida através da Marcha das Margaridas, como modos complementares de se alcançar a transformação social.

A formação política que alimenta a organização para ação, somada às estratégias de alianças e de articulação potencializa a mobilização e fortalece o seu poder político, assim como amplia o capital político da CONTAG e do conjunto do MSTTR. A capacidade de mobilização nas ruas potencializa o poder de negociação da Marcha com o Estado, mediado pelos órgãos governamentais.

A agenda política apresenta uma perspectiva de gênero-classe-território, que na trajetória das Marchas veio agregando a perspectiva étnico-racial, e apresenta uma pauta abrangente que contém proposta de políticas estruturantes e outras mais imediatas, que no conjunto compõe um projeto político de sociedade.

Para Dagnino (2006), projetos políticos são “conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (Dagnino, 2006, p. 38). Essas concepções são compartilhadas por indivíduos que atuam tanto na esfera da sociedade civil quanto no Estado, podendo se aproximar de perspectivas autoritárias, neoliberais ou participativas. Para Castro (2013, p. 107), o compartilhamento de projetos é relevante porque pode ter efeitos nas decisões sobre políticas públicas.

O que se observa em relação às Marchas das Margaridas é que, a depender do governo que representa o Estado e das conexões que ela estabelece nessa esfera no momento em que ela apresenta sua pauta de reivindicações, o compartilhamento de projetos pode acontecer em algum grau, ou mesmo não acontecer, de modo que os ganhos obtidos com as Marchas das Margaridas, em termos de formulação e negociação de políticas públicas, podem avançar ou sofrer algum refluxo dependendo do governo em exercício e da conjuntura a qual está inserido, fazendo com que determinados temas seja levado ao topo da agenda política ou não.

Esses aspectos me parecem fundamentais para compreender a engrenagem política que põe a Marcha em movimento e promove a mobilização e engajamento de milhares de mulheres. Formação política, construção de alianças e articulação, abertura para o diálogo, negociação são repertórios de ação que compõem essa engrenagem. São aspectos que me parecem importantes, principalmente num contexto em que requer nitidez estratégica para promover o avanço da convergência dos movimentos numa construção unitária capaz de mobilizar a sociedade em torno de um projeto político comum.

É também um convite para seguir de perto os passos da Marcha das Margaridas que nos aproximam e apontam para agendas de pesquisas futuras, com potencial

inovador, que se debrucem sobre as novas configurações de ações coletivas protagonizadas por mulheres, a reinvenção das práticas políticas daí oriundas e o aporte dos ativismos feministas, algo que vem desafiando os estudos dos movimentos sociais populares, principalmente num contexto complexo de avanços das novas direitas.



Cartaz da Marcha das Margaridas 2015.

FOTO: Acervo CONTAG



Marcha das Margaridas 2015.

FONTE: Acervo CONTAG. FOTO: Rafael Fernandes



Marcha das Margaridas 2015. Caminhada.

FONTE: Acervo CONTAG. FOTO: Rafael Fernandes



Marcha das Margaridas 2015. Vista alto do carrão de som.
FOTO: Acervo CONTAG



Marcha das Margaridas 2019. Caminhada.
FONTE: acervo CONTAG. FOTO: Cláudia Ferreira

MARCHA DAS MARGARIDAS 2019

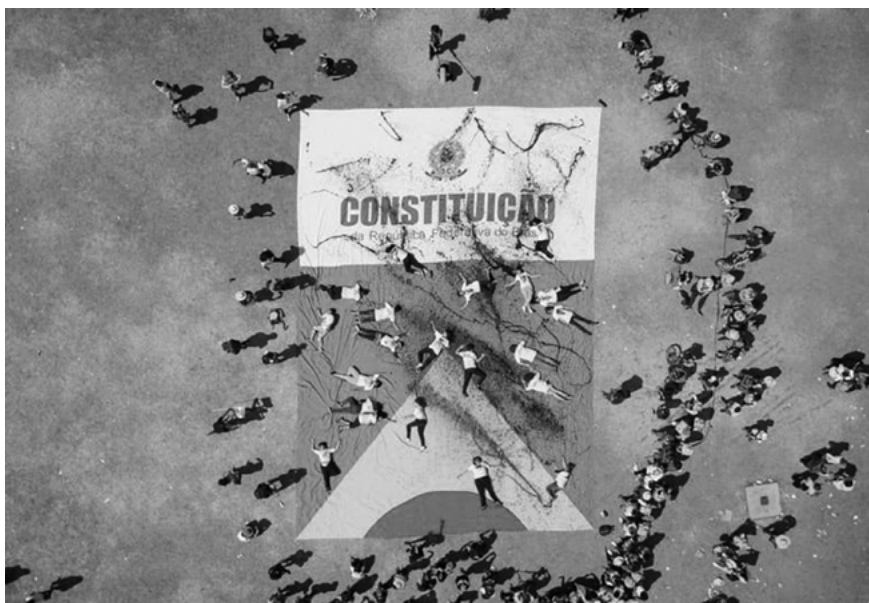
Margaridas na luta por um Brasil
com soberania popular, democracia,
justiça, igualdade e livre de violência

BRASÍLIA - 13 E 14 DE AGOSTO DE 2019

FOTO: Acervo CONTAG



Marcha das Margaridas 2019. Caminhada.
FONTE: Acervo CONTAG. FOTO: Isadora Mendes



Marcha das Margaridas 2019. Intervenção Greenpeace.
FONTE: Acervo CONTAG. FOTO: Leo Otero e Fernanda Lingbue

BRASÍLIA, 15 E 16 DE AGOSTO DE 2023

















Cartaz Marcha das Margaridas 2023.



Marcha das Margaridas 2023. Caminhada.
 FONTE: Acervo CONTAG. FOTO: César Ramos



Marcha das Margaridas 2023. Caminhada.
 FONTE: Acervo CONTAG. FOTO: Rafael Fernandes



Marcha das Margaridas 2023. Vista de cima. Ato de encerramento.

FONTE: Acervo CONTAG. FOTO: Roberto Stuckert



Marcha das Margaridas 2023. Ato de encerramento. Intervenção *Greenpeace*.

FONTE: Acervo CONTAG. FOTO: Otávio Almeida

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide. “As relações de gênero na Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG)”. In: ROCHA, M. I. B (Org.). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. 34. ed. São Paulo: ABEP; NEPO/Unicamp; Cedeplar/UFMG, 2000, p. 347-366.
- ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled sentiments: honor and poetry in a Bedouin society*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine (Orgs.). *Language and the politics of emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ADRIANCE, M. C. *Opting for the poor*. Kansas City: Shed and Ward, 1986.
- ADRIANCE, M. C. *Promised land*. Albany: Suny Press, 1995.
- ADRIÃO, Karla Galvão. *Encontros do Feminismo: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. 301 f. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). UFSC, Florianópolis, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização*. São Luís: MIQCB, 1995.
- ALMEIDA, Ana Luísa de Castro; BARRETO, Raquel de Oliveira; CUNHA, Cristiano Diniz. As “jornadas de junho” e a resignificação da campanha “vem pra rua”. Revista Extraprensa, Ano XI, n. 1 (julho-dezembro 2017), p. 203-221. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/issue/view/10388/1224>. Acesso em: jan. 2015.
- ALVAREZ, Sônia. “Feminismos latino-americanos”. In: *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 265-284, 1998.
- ALVAREZ, Sônia. “Women’s participation in the brazilian ‘peoples church’: a critical appraisal”. In: *Feminist Studies*, University of Maryland, n. 2, v. 16, p. 381-408, 1990.
- ALVAREZ, Sônia; ESCOBAR, Arturo. “Introdução — o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos”. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: EUFMG, 2000, p. 15-60.

- ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina. *Para além da “democracia realmente existente”: movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos*. Mimeo. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional da ANPOCS, 1995, Caxambu.
- ARRUDA, Inácio. *Emancipação de mulher: uma luta de todos*. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 17. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/385451/Emancipacao%20da%20Mulher_Uma%20Luta%20de%20Todos.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 jan. 2024.
- AUGÉ, Marc. “Os dois ritos e seus mitos: a política como ritual”. In: AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BAILEY, F. G. *The tactical uses of passions. An essay on power, reason and reality*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2009.
- BARROS, Cláudio José; MAFRA, Waldir. “Introdução: a mística da libertação”. In: BROSE, Markus (Org.). *Lideranças para a democracia participativa: experiências a partir da Teologia da Libertação*. Goiânia: Editora da UCG, 2008, v. 1, p. 11-19.
- BAUMANN, Gerd. “Ritual implicates ‘others’: rereading Durkheim in a plural Society”. In: COPPET, Daniel de. *Understanding ritual*. Londres: Routledge, 1992, p. 97-116.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 5. ed. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos).
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- BOARIN, Paula Vivacqua de Souza Galvão. *Mudança institucional e fragmentação das centrais sindicais no Brasil*. 206 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFMG, Belo Horizonte, 2021.

- BOFF, Leonardo. *Eclesiogênese: a reivenção da igreja*. Rio de Janeiro: Record, 2008 [1977].
- BOLTANSKI, Luc. *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2000 [1990].
- BOLTANSKI, Luc; DARRÉ, Yann; SCHILTZ, Marie-Ange. La dénonciation. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 51, p. 3-40, mar. 1984.
- BORDALO, C. A. *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco*. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.
- BORDALO, C. A. “Sindicatos rurais e movimentos sociais: duas tradições na luta pela representação política das trabalhadoras rurais”. In: *II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina: “Crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições”*, 2006, Londrina. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/carolinearaujobordalo.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- BORDALO, C. A. “Pelo direito de *ser e estar*: engajamento, mobilização e socialização política nos movimentos de mulheres rurais em Pernambuco”. In: *Fazendo Gênero*, n. 8 — Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST3/Caroline_Araujo_Bordalo_03.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. “A economia das trocas linguísticas”. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. “La délégation et le fétichisme politique”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 52-53, p. 49-55, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRAH, Avtar. *Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011 [1996].

- BURDICK, John. "Gossip and secrecy: women's articulation of domestic conflict in three religions of urban Brazil". In: *Sociological Analysis*, v. 50, n. 2, p.153-170, 1990.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. "El marxismo y lo meramente cultural". In: *New Left Review*, n. 2, p. 109-121, maio/jun. 2000.
- BUTLER, Judith. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo'". In: *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 11, p. 11-42, 1998.
- CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CALDEIRA, Teresa. "Women, daily life and politics". In: JELIN, E. (Org.). *Women and social change in Latin America*. Londres: Zed Books, 1990.
- CALILA, Gilberto Grassi. *A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsomnista*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfjNTypm87qS>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- CAPPELLIN, Paola Giuliani. "Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira". In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 640-668.
- CAPPELLIN, Paola Giuliani. "Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso". In: SILVA, Eliane Moura *et al.* *Camuflagem e transparência: as mulheres no sindicalismo*. São Paulo: Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, CUT, 1990, p. 17-20.
- CAPPELLIN, Paola Giuliani. "Viver o sindicalismo no feminino". In: *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, p. 273-290, 1994 (Número especial).
- CAPRANZANO, Vicent. Diálogo. *Anuário Antropológico*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, v. 88, 1991, p. 59-80.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro W.B. "Populações Tradicionais e conservação ambiental". In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009 [1979], p. 275-300 (Coleção Ensaio).

- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. *Participação social no Brasil hoje*. São Paulo: Polis, 1998.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. *Eppur si muove*: os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). IFCH-Unicamp, Campinas, 1997.
- CASTRO, Camila Penna. *Título*: Conexões e controvérsias no INCRA de Marabá: o Estado como um ator heterogêneo. Tese de Doutorado, UNB, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. “Identidade social e identidade discursiva: o fundamento da competência comunicacional”. In: PIETROLUONGO, Márcia (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.
- CHARTIER, R. “Prefácio”. In: ELIAS, N. *Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CHAVES, Christine de Alencar. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra*: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- CHOINACKI, Luci. “Uma experiência prática de luta”. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulher e Política*: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- COELHO, Maria Claudia. “Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções”. In: *Mana — Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 265-285, 2010.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta*: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/NuAP, 1999 (Coleção Antropologia da Política).
- CONTAG. “Marcha das Margaridas”. *Jornal da CONTAG*, edição especial, Brasília, ano VII, n. 83, ago./set. 2011a.
- CONTAG. *Apresentação e Lema Marcha das Margaridas 2023*. (Caderno1). 2023a. Disponível em: <https://marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=NzM=>. Acesso em: 10 mar. 2025.

- CONTAG. *Caderno de textos para estudo e debates — Marcha das Margaridas 2011*. Brasília: CONTAG/FETAGs/STTRs/CUT – CUT/CTB/CNS/MMTRNE/MIQCB/MAMA/MARCHA MUNDIAL DAS MARGARIDAS 2011, 2011.
- CONTAG. *Caderno de textos para estudo e debates — Marcha das Margaridas 2007*. Brasília: CONTAG/FETAGs/STTRs/CUT – MMTE/NE, MIQCB, CNS, MAMA, Rede LAC, MMM, 2007.
- CONTAG. *Caderno de textos para estudos e debates (Caderno I)*. Marcha das Margaridas, 2019a.
- CONTAG. *Caderno de textos para estudos e debates*. Marcha das Margaridas, 2015.
- CONTAG. *Marcha das Margaridas: caminhos memórias e repercussões*. Brasília: Contag, 2023, p. 188.
- CONTAG. *Revista da Marcha das Margaridas*, 2019.
- COSTA, Cláudia Lima. “O sujeito no feminismo: revisitando os debates”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 19, p. 59-90, 2002.
- COSTA, Cláudia Lima. “O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto”. In: PEDRO, Joana Maria;
- COSTA, Ivan et al. 1986 a 2006 — 20 anos de lutas e conquistas em defesa dos direitos dos territórios quilombolas no Maranhão”. In: *Revista do Centro de Cultura Negra do Maranhão/Projeto Vida de Negro*, São Luís, abril. 2007.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lexikon, 4ª ed. 2012.
- GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000, p. 57-90.
- CRENSHAW, K. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. In: *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DANIGNO, Evelina et al. *Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa*. Campinas: IFICH/Unicamp (Dossiê do Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática), 1999.

- DAGNINO, Evelina. (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DANIGNO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. “Movimentos sociais e participação institucional: repertórios de ação coletiva e dinâmicas culturais na difícil construção da democracia brasileira”. In: *Revue Internationale de Politique Comparée*, n. 17, v. 2. Número especial, “*Répertoires d'action collective en Amérique Latine*”, (s/d).
- DAWSEY, John C. “Victor Turner e a antropologia da experiência”. In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 13, p. 163-176, 2005.
- DAWSEY, John C. “Tonantzín: Victor Turner, Walter Benjamin e a Antropologia da Experiência”. In: *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 03.06, p. 379-410, nov. 2013.
- DECLARAÇÃO DE PEQUIM. Adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz. 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 25 mar. 2014.
- DEERE, Carmen Diana. “Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira”. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.
- DE LAURETIS, Tereza. *Alice doesn't: feminism, semiotics, cinema*. Indiana: University Press, 1984.
- DELGADO, Maria Berenice Godinho. “Mulheres na CUT: um novo olhar sobre o sindicalismo”. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- DE PAULA, Luis Roberto. *A dinâmica faccional xerente: esfera local e processos sociopolíticos nacionais e internacionais*. 352 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

- DOS ANJOS, Gabriele. “Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 31, p. 509-534, jul./dez. 2008.
- DROGUS, Carol Ann. “No land of milk and honey: women CEB activists in post transition Brazil”. In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Miami, v. 41, n. 4, p. 35-51, winter 1999.
- DROGUS, Carol Ann. *Woman, religion, and social change in Brazil's Popular Church*. Indianópolis: University of Notre Dame Press, 1997.
- DROGUS, Carol Ann. “Popular movements and the limits of political mobilization at the grassroots in Brazil”. In: CLEARY, E. L.; GAMBINO, H. Stewart. *Conflict and competition: the Latin American church in changing environment*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.
- DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989. ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v. 1.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, v. 2.
- ENFOC. *Intinerário formativo*. 2023. Disponível em: <https://www.enfoc.org.br/system/arquivos/publicacao/publicacao31.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.
- ENFOC. *Um espaço político pedagógico do MSTTR (livreto)*. 2008. Disponível em: <https://www.enfoc.org.br/system/arquivos/publicacao/publicacao05.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.
- FACCHINI, Regina. “De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro”. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad — Revista Latinoamericana*, n. 3, p. 54-81, 2009. Disponível em: <http://www.sexualidadsaludysociedad.org>. Acesso em: 15 abr. 2012.

- FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres, (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. 323 f. Tese de doutorado (Programa de Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2008.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FAVARETO, Arilson. “Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006.
- FERREIRA, Cláudia; BONAN, Cláudia. *Mulheres e Movimentos*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999 [1979].
- FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Richard. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- FRASER, Nancy. “De la redistribution a la reconnaissance? Les dilemmes de la justice dans une ère ‘Postsocialiste’”. In: COLLIN, Françoise; DEUTSCHER, Pénélope (Orgs.). *Repenser le politique: l’apport du féminisme*. Paris: Campagne Première, 2004.
- FRASER, Nancy. “¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas em torno a la justicia em una época ‘postsocialista’”. In: FRASER, Nancy. *Justicia interrumpida: Reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes, 1997, p. 17-54.
- FRASER, Nancy. “Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy”. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Online. Cambridge: MIT Press, 1992, p. 109-142.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora SA, 1989.
- GENNEP, Arnold Van. *The rites of passage*. Tradução de Monika B. Vizedom e Gabrielle L. Caffee. Londres: Psychology Press, 1960.

- GERARA, Ivone. “Uma luta maior”. In: OLIVEIRA, R. S. de; CANEIRO, F. (Orgs.). *Corpo: meu bem, meu mal*. III Seminário de Teologia e Direitos Reprodutivos, Ética e Poder. Rio de Janeiro: ISER, 1995.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GOHN, M. G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais — paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1997, v. 1.
- GOLDMAN, Márcio. “Políticas e Subjetividades nos ‘novos movimentos culturais’”. In: *Revista Ilha*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, v. 9, n. 1, 2, 2007.
- GOULD, Deborah. “Rock the boat, don’t rock the boat, baby: ambivalence and the emergence of militant AIDS activism”. In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETA, Francesca (Orgs.). *Passionate politics: emotional and social movements*. Londres: University of Chicago Press Ltd., 2001.
- GROSSI, Miriam Pilar. “Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal”. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000, p. 293-313.
- GROSSI, Miriam Pilar (Org.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000, p. 57-90.
- HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?” In: SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HANNERZ, Ulf. “Being there... and there... and there! Reflections on multi-site ethnography”. In: *Ethnography*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 201-216, 2003.
- HEREDIA, B. M. A; PEZZA, R. “Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro”. In: *Revista Nera*, ano 9, n. 8, jan./jun. 2006.

- HORA, Karla Emmanuela Ribeiro. *Ubuntu: eu sou porque nós somos* — desafios para a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016. OKARA: Geografia em debate, v.12, n.2, 2018, p. 434-466. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/issue/view/2129>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- IPEA. *Relatório de Pesquisa. Perfil Socioeconômico e Condições de Vida das Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Floresta*. Brasília: 2012.
- KRISTEVA, J. “Le sujet en procès”. In: *Polylogue*, Paris, Seuil, 1977.
- LACLAU, Ernesto. “Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 2, v. 1, p. 41-47, out. 1986.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia y estratégia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Madri: Siglo XXI, 1987.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2006, p 13-24.
- LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirándola. “Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais”. In: *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 3, n. 5, 2004.
- LEROY, Jean Pierre. *Mercado ou Bens Comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental*. Rio de Janeiro: FASE — Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2016, p. 44.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento selvagem*. São Paulo: Papirus, 1989.
- LITTLE, Paul. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: DAN-UNB, 2002 (série Antropologia, n. 322).
- LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila. “Introduction: emotion, discourse and the politics of everyday life”. In: LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila. (Eds.). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 23, 1990.
- MACEDO, Carmen C. “Catolicismo e sexualidade”. In: SANCHIS, Pierre. *Catolicismo: cotidiano e movimentos*. Rio de Janeiro: Loyola, 1992.

- MACEDO, Marcelo Hernandez. “Entre a ‘violência’ e a ‘espontaneidade’: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro”. *In: Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 473-497, out. 2005.
- MACHADO, F. V.; PRADO, M. A. M. “Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros”. *In: Interações*, São Paulo, v. 160, n. 19, p. 35-62, jan./jun. 2005.
- MACHADO, Maria das Dores C.; MARIZ, Cecília L. “Mulheres e prática religiosa nas classes populares: uma comparação entre as igrejas pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos carismáticos”. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 71-87, 1997.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa — 3 Volumes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MAHEIRIE, K. “Contribuições da psicologia social na análise dos movimentos sociais”. *In: CAMINO, L.; LHULLER, L.; SANDOVAL, S. (Eds.). Estudos sobre comportamento político. Teoria e pesquisa*. Florianópolis: Obra Jurídica, 1997, p. 161-173.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- MALUF, Sônia Weidner. “A antropologia reversa e ‘nós’: alteridade e diferença”. *In: Ilha Revista de Antropologia*, UFSC, v. 12, n. 1, 2, 2010.
- MARCUS, George. “Etnografía en/del Sistema Mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal”. *In: Alteridades*, Iztapalapa, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001.
- MARCA MUNDIAL DAS MULHERES. *Logo da Marcha Mundial das Mulheres*. 1 gravura, color. Arquivo: jpg. Tamanho: 11228 bytes. Dimensão: 200 x 242 pixels. 2012. Disponível em: <https://marchamulheres.files.wordpress.com/2012/08/marcha-mundial-das-mulheres.jpg?w=692>. Acesso em: 20 set. 2014.

- MARIZ, Cecília L. *Coping with poverty*. Filadélfia: Temple University Press, 1994.
- MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do trabalho*. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MAUES, Raymundo Heraldo. “Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião”. In: *Estud. av.* [online]. 2005, vol. 19, n. 53, p. 259-274.
- MAUSS, M.; HUBERT, H. *Sobre o sacrifício*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- MENDES, Ana Catarina. *Peregrinos a Santiago de Compostela: Uma Etnografia do Caminho Português*. 72 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social e Cultural). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2009.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas”. In: *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, UFSC, v. 4, n. 7, p. 7-31, jan./jun. 2012.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “‘Sem terra’, ‘assentada’, ‘agricultores familiares’: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros”. In: GIARRACCA, Norma (Org.). *Uma nueva ruralidad em América Latina*. Buenos Aires: EUDELA/CLACSO, 2001.
- MELO, Hildete Pereira de; SCHUMACHER, Schuma. “Feminismo pós-75 — segunda onda feminista no Brasil”. In: *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MICHEL, Franck. *Désirs d'ailleurs. Essai d'anthropologie des voyages*. Québec: Presses de L'Université Laval, 2004.
- MIGNOLO, Walter D. *História locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MINTZ, Sidney W. “Encontrando Taso, me descobrindo”. In: *Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 1, 1984, p. 45-58.
- MOTA, M. D. B. “Falas de mulheres: narrativas de trabalhadoras rurais em músicas e poesias”. In: *IV Congresso Português de Sociologia — Mundos Sociais: saberes e práticas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, v. 1, 2008, p. 194-210.

- MOUFFE, Chantal. *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- MOUFFE, Chantal. “Feminismo, cidadania e política democrática radical”. In: *Debate Feminista*, São Paulo, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 29-47, 1999.
- MÜLLER, A. L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. “A construção de políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos”. In: *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 20, p. 139, 2012.
- NAVARRO, Zander (Org). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- NICHOLSON, Linda. “Interpretando gênero”. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-43, 2000.
- NOVAES, Regina Reys. “A divina Política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política”. In: *Revista da USP*, São Paulo, n. 49, p. 60-81, mar./maio 2001.
- NOVAES, Regina Reys. “Continuidades e rupturas no sindicalismo rural”. In: BOITO, Armando (Org). *O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- NOVAES, Regina Reys. *Os escolhidos de Deus: trabalhadores, pentecostais e cidadania*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- OLIVEIRA, Gerson de lima. *Permeabilidade e trânsito institucional: a relação entre sociedade civil e Estado a partir das trajetórias de militantes-gestores nas políticas de economia solidária no Rio Grande do Sul — os casos de Porto Alegre (1996-2004) e do Governo Estadual (1999-2002)*. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- OLIVEIRA, D. B. R.; MACHADO, E. R. *Vem pra Rua e MBL no contexto do golpe parlamentar no Brasil*. Lutas Sociais, São Paulo, vol.23 n.42, p.98-108, jan./jun. 2019, p. 98-108.
- OLIVEIRA, Suzana Marques Dantas de. *O Feminismo e suas diferenças: um estudo sobre o Fórum de Mulheres de Pernambuco*. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

- PALMEIRA, Moacir. "A diversidade da luta no campo: luta e diferenciação do campesinato". In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. A. "Os comícios e a política de facções". In: *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 94, p. 31-94, 1995.
- PAOLI, Maria Célia. "Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político". In: HELMANN, Michaela (Org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- PAULILO, Maria Ignez. "Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo". In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, set./dez. 2010.
- PAULILO, Maria Ignez. "Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise". In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.
- PAULILO, Maria Ignez. "A mulher e a terra no Brejo Paraibano". In: BRUSCHINE, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 163-190.
- PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002 (Coleção Antropologia da Política, v. 12).
- PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 (Coleção Passo a Passo, v. 24).
- PERALÍAS, Isabel Ortega. *Participação e autonomia das mulheres nas comunidades eclesiais de base (CEBs)*. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Departamento de Filosofia e Teologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.
- PICOLOTTO, Everton L. "A emergência dos 'agricultores familiares' como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro". In: *Mundo agrário* [online], v. 9, n. 18, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84511816001>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- PIETRAFESA DE GODOI, Emília. "Territorialidade". In: SANSONE, L.; ALVES, C. F. (Orgs.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 443-452.

- PIMENTA, Sara Deolinda. *Experiências em trajetórias de mulheres rurais: engajamento sindical, feminismos e subjetividade*. 310 f. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- PIMENTA, Sara Deolinda. “Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural”. In: SILVA, Eduardo Moreira; SOARES, Leonardo Barros *et al.* (Orgs.). *Políticas públicas e formas societárias de participação*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2013, p. 155-184.
- PIMENTA, Sara Deolinda. *Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural*. Monografia (Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais). UFMG, Belo Horizonte, 2012.
- PINHEIRO, Marina Brito. “As Comunidades Eclesiais de Base e a conscientização política de mulheres: notas iniciais de pesquisa”. In: *II Seminário Nacional de Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: 2007.
- PINTO, Celi R. J. “Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político”. In: COSTA, A. O. E; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.
- PINTO, Celi R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PISCITELLI, A. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileira”. In: *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo; COSTA, Frederico Alves. “Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política”. In: *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 3, set./dez. 2011.
- QUIRÓS, Julieta. *Por que vêm? Figuração, pessoa e experiência na política da Grande Buenos Aires*. 295 f. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2010.
- RABELO, Miriam C. M. “Religião e a transformação da experiência: notas sobre o estudo das práticas terapêuticas nos espaços religiosos”. In: *Ilha Revista de Antropologia*, v. 12, n. 1, 2, 2010.

- RANGEL, Patrícia Duarte. *Movimentos feministas e direito político das mulheres: argentina e Brasil*. 223f. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Política). UNB, Brasília, 2012
- REDDY, William M. *The invisible code: honor and sentiment in postrevolutionary France, 1815-1848*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- REDE DE MULHERES RURAIS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE — REDE LAC. *Uma história muito linda: perpetuando a Rede LAC*. Coordenação: Vanete Almeida, Immaculada Lopez Prieto, Recife: Rede LAC, 2007. 256p. ISBN 978-85-61009-00-7
- RODRIGUES, Theófilo C. M. *Partidos, Classes e Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo*. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2021.
- ROHDEN, F. “Feminismo do sagrado: uma re-encenação romântica da diferença”. *In: Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 96-123, 1996.
- ROSA, Marcelo. *O engenho dos movimentos sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ROSA, Marcelo. “A ‘forma movimento’ como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil”. *In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 95-112.
- ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. “Autonomia das mulheres e controle da igreja: uma questão insolúvel?”. *In: XXIII Conferência Internacional de Sociologia da Religião*. Québec: 1995, p. 88.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Yumi Garcia dos. “A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo”. *In: Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 27, p. 401-426, jul./dez. 2006.
- SCHAAF, Alle Van Der. *Jeito de mulher rural. A busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.

- SCHERER-WARREN, Ilse. “Das mobilizações às redes de movimentos sociais”. In: *Sociedade e Estado*. Dossiê: movimentos sociais, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse. “Associativismo civil e interculturalidade na sociedade global”. In: *Revista de Educação Pública da UFMT*, Cuiabá, v. 1, 1998.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (Orgs.) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCOTT, Joan. “Experiência”. In: SILVA, Alcione Leite da *et al.* (Orgs.). *Falas de Gênero*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 1999.
- SCOTT, Joan. “Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista”. In: *Debate Feminista*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e feminismo), p. 203-222, 1999a.
- SCOTT, Joan. “A invisibilidade da experiência”. In: *Projeto História*, São Paulo, v. 16, p. 297-325, 1998. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11183/8194. Acesso em: 10 dez. 2014.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- SIGAUD, Lygia. “A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana”. In: *Novos Estudos* — Cebrap, São Paulo, n. 58, 2000.
- SILVA, Carmen. Os sentidos da ação educativa no feminismo. In: SILVA, Carmen. (Org.). *Experiências em Pedagogia Feminista*. Recife: SOS Corpo, 2010.
- SILVA, Maria Cláudia Ferreira. *Marcha das Margaridas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.
- SILVA, Berenice Gomes da. *A Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UNB, Brasília, 2008.
- SILVA, Jairo José Reis da. *A imagem de Maria na Cidade de Duque de Caxias: mulheres católicas na Teologia da Libertação*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

- SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. “A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento — uma análise do movimento Economia Solidária no Rio Grande do Sul”. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 86-124, set./dez. 2011.
- SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SIMMEL, Georg. “The secret and the secret Society”. In: WOLFF, Kurt H. (Ed.). *The sociology of Georg Simmel*. Nova York: The Free Press, 1964, p. 307-376.
- SIQUEIRA, Deis; BANDEIRA, Lourdes. *Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro*. Brasília: Editora da UNB, 1998 (Série sociológica n. 153).
- SISATER-MA. *Rede na rede*. 2011. Disponível em: <http://sisater-ma.blogspot.com.br/2011/05/rede-na-rede.html>. Acesso em: 30 nov. 2014.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- SOARES, José de Lima. “As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula”. In: *Revista Sociedade e Estado* — Volume 28 Número 3 Setembro/Dezembro 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/cBrXCKfDRmNNGMnxPk8nFLN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2023
- SOUZA, Edimilson Rodrigues de; CICCARONE, Celeste. “A fabricação de mártires-encantados e suas apropriações por coletivos rurais e indígenas”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], v. 29, n. 85, p. 33-48, 2014.
- STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- SUAUD, Charles. “Le mythe de la base”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 52, 53, p. 56-79, jun. 1984.
- SWARTZ, Marc. *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine Pub. Co., 1968.
- SWARTZ, Marc; TURNER, V.; TUDEN, A. (Eds.). *Introduction in political anthropology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1966.

- SWARTZ, Marc; TURNER, V.; TUDEN, A. “Antropología política: una introducción”. In: *Alteridades*, México, UAM, ano 4, n. 8, p. 101-126, 1994 [1966].
- TAMBIAH, Stanley J. “Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 34, jun. 1997, p. 5-37.
- TAMBIAH, Stanley Jeyara. *Culture, thought, and social action: an anthropological perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- TAMBIAH, Stanley J. “The magical power of words”. In: *Man*, New Series, v. 3, n. 2, p. 175-208, Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, jun. 1968.
- TATAGIBA, L. “Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente. Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa”. In: ALVAREZ, Sonia E.; BAIOCCHI, Gianpaolo; LAÓ-MONTES, Agustín *et al.* (Eds.). *Interrogating the civil society agenda: social movements, civil society and democratic innovation*. 2009 (no prelo).
- TATAGIBA, L. “Movimentos sociais e sistema político: um diálogo preliminar com a literatura”. In: *VI Encontro da ABCP*. Campinas: 2008.
- TEIXEIRA, Faustino. *A gênese das CEBs*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- TEIXEIRA, Faustino. *Comunidades Eclesiais de Base. Bases teológicas*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- TEIXEIRA, Marco Antônio; MOTTA, Renata. *Ampliando o movimento climático: a agenda da Marcha das Margaridas para a crise climática*. Revista Internacional de Política, Cultura e Sociedade, 2024, p. 37:513-541.
- TEIXEIRA, Marco Antônio. *Contag 1963-2023: ações de reprodução social e formas de ações coletivas*, Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- TEIXEIRA, Marco Antônio. *Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas*. DOSSIÊ, Cad. CRH 34, V.34 p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/p3htkm3WRRJN9NQT44S4gWg/>. Acesso em: jan. 2025.
- THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1.
- THOMPSON, E. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- TORNQUIST, Carmen Susana; FLEISCHER, Soraya Resende. “Sobre a marcha mundial das mulheres: entrevista com Nalu Faria”. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 291-312, 2012.
- TURNER, Victor W. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008 [1974].
- TURNER, Victor W. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005.
- TURNER, Victor W. *The anthropology of performance*. Nova York: PAJ Publications, 1987
- TURNER, Victor W. “Dewey, Dilthey and drama: an essay in the Anthropology of Experience”. In: TURNER, Victor W.; BRUNER, Edward M. (Orgs.). *The Anthropology of Experience*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1986, 391 p.
- TURNER, Victor W. *From ritual to theater: the seriousness human play*. Nova York: Performing Arts Journal Publication, 1982.
- TURNER, Víctor W. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VEIGA, Iran; PORRO, Noemi Miyasaka; MOTA, Dalva Maria da. “Movimento social contemporâneo e processos de territorialização por comunidades tradicionais: a construção da identidade política do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu”. In: *Estudos de Sociologia*, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, v. 1, n. 17, 2011.
- VERONESE, O. *FETAG-RS: 30 anos de luta 1963-1993*. Porto Alegre: FETAG-RS, 1993.
- VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 37, jul./dez. 2011.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. B. *A inconstância da alma selvagem — e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: EDUC, 2007. WEBER, Florence. “Nouvelles lectures du monde ouvrier: de la classe aux personnes”. In: *Genèses*, Paris, v. 6, n. 6, p. 179-189, dez. 1991.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

AGRADECIMENTOS

À CONTAG, por todo o aprendizado.

À ENFOC, por todo o suporte e acolhimento.

À minha família, por todo o afeto.

À minha irmã, Volma, pela presença atenta e amorosa.

À Leonilde de Medeiros, pela escrita generosa do texto da quarta capa.

À Emília Pietrafesa, por me dar a honra de escrever o prefácio deste livro.

À Mazé Moraes, pela confiança.

À Anna Carolina, pela amizade, intensidade e paixão.

À Camila, pelo cuidado.

À Mundinha, pela Chama.

A Marco Antônio, pelo empurrão.

A Cesar, pelas capturas de imagens que se tornaram fragmentos da narrativa.

À Claudia Ferreira, por ter me concedido a permissão para o uso de suas imagens como instrumento etnográfico.

Às mulheres do campo, da floresta e das águas, agricultoras familiares, por compartilharem suas histórias e me ensinarem tanto!

Enfim, a todas, todos e todes que acreditaram neste projeto.



Marcha das Margaridas 2011. Somos todas Margaridas.
FONTE: Acervo da CONTAG. FOTO: Cláudia Ferreira.



Este livro foi impresso em 2025, ainda como parte das celebrações dos 60 anos de criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). Com o apoio da Escola Nacional de Formação da Contag (ENFOC), foi impresso pela gráfica JMV em papel pólen natural 80g/m² no miolo e cartão triplex 300g/m² na capa, com a tipografia Heldane.





VILÊNIA VENÂNCIO PORTO AGUIAR é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tendo concluído o pós-doutoramento em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e graduada em Agronomia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Estágio doutoral realizado no Laboratório Dinâmicas Sociais e Recomposição de Espaços (LADYSS) na *Universidade Paris Nanterre*, na França. Foi pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Sobre Agricultura Familiar, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Ativista e educadora e, atualmente, exerce o cargo de assessora da Secretaria de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), tendo contribuído na organização da Marcha das Margaridas 2019 e 2023.



Com muita propriedade, Vilênia Aguiar analisa, neste livro, a Marcha das Margaridas, mobilização organizada pelas mulheres trabalhadoras rurais desde 2000. Num texto de leitura agradável, que articula questões teóricas com cuidadosa pesquisa empírica, mostra o processo de organização das mulheres no interior do sindicalismo rural, os caminhos que conduziram à criação da Marcha, bem como as disputas políticas que os permeiam e que vão desde a necessidade de contemplar as demandas da diversidade das mulheres rurais até as dificuldades que elas têm de ocupar postos de direção numa estrutura historicamente controlada por homens. Trata-se de leitura necessária para quem quiser entender alguns dos impasses e enfrentamentos presentes no interior do sindicalismo rural.

LEONILDE DE MEDEIROS

Professora titular no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)

